**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA**

MAURÍCIO ANDRÉ DA SILVA

**Memórias e histórias no sudoeste amazônico:
o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia.**

Volume 1

**São Paulo
2015**

MAURÍCIO ANDRÉ DA SILVA

Memórias e histórias no sudoeste amazônico:
o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia

Volume 1

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Arqueologia
do Museu de Arqueologia e Etnologia
da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Área de Concentração:
Arqueologia

Orientador:
Prof. Dr. Camilo de Mello Vasconcellos

Linha de Pesquisa: Arqueologia e Sociedade.

(Versão corrigida, a original encontra-se na biblioteca do MAE-USP)

SÃO PAULO
2015

Dedico à minha família, em
especial à mãe Conceição.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas colaboraram com o desenvolvimento desta pesquisa, gostaria de agradecer:

À minha família, minha mãe Conceição e aos meus irmãos Tyello e Márcio pelo estímulo aos estudos.

Ao CNPq por um ano de bolsa, pois posteriormente optei pelo trabalho como educador no MAE-USP.

Ao Prof. Dr. Camilo de Mello Vasconcellos pela orientação na construção deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Eduardo Góes Neves pela sugestão do tema desta pesquisa, assim como pela minha participação no Laboratório de Arqueologia dos Trópicos (ARQUETROP), onde pude aprender e conviver com diferentes pessoas que pesquisam a região amazônica. É um prazer conviver com vocês.

Aos professores Maria Coimbra de Oliveira (Diretora do Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia) e José da Silva Garcia que me acolheram e ajudaram de muitas formas no desenvolvimento desta dissertação.

Aos colaboradores (moradores do município de Presidente Médici) que ampliaram o meu olhar a partir de suas memórias, Arentino Monteiro da Costa, Charles Seizi Modro, Devanir Domingues Fernandes, José da Silva Garcia, José Ferreira Isidoro, José Garcia Sorriolo, José Ribeiro da Silva Filho, Maria Coimbra de Oliveira, Maurício Martins Alves, Moisés Gomes dos Santos, Neuza Jordão dos Santos, Onofre Bernadino, Raimundo Corrêa de Souza, Vileuda Rodrigues da Silva e Wilson Modro.

Ao China, motorista da prefeitura de Presidente Médici, que me levou para diferentes localidades na região.

À Carla Gibertoni Carneiro e à Tereza Parente por me convidar em 2009 para participar dos trabalhos educativos na Amazônia e me apresentar um novo mundo.

Aos colegas do ARQUEOTROP que pesquisam especificamente Rondônia, Fernando Ozório de Almeida, Rodrigo Suñer, Guilherme Mongeló, Thiago Trindade, pelo apoio nas etapas de campo e no trabalho de modo geral.

Aos professores e alunos do curso de arqueologia da UNIR. Ao André Penin (*in memoriam*) pelas ricas conversas. À Silvana Zuze e Eduardo Bespalez (Chumbinho) pelo apoio em Porto Velho.

Aos amigos de Pós-Graduação em Arqueologia no MAE-USP, que são muitos e muitas, por sonharmos juntos com uma arqueologia compromissada com a vida e pelas entusiasmadas conversas noites adentro.

À Márcia Lika Hattori, companheira de orientação no MAE, pelas conversas e aprendizados.

Ao Prof. Dr. Eduardo Góes Neves e à Prof. Dr. Maria Cristina Oliveira Bruno pelas contribuições no exame de qualificação.

Aos professores do MAE/USP de modo geral pelos aprendizados, à Prof. Dr. Fabíola Andrea Silva pelas sugestões de leituras.

À Cristiana Barreto, Fernando Ozório de Almeida, Gisele Amaral, Meliam Gaspar, Rodrigo Suñer e Tereza Parente pelas contribuições no texto.

À todos os profissionais do MAE-USP. Destaco o pessoal da Biblioteca, sempre solícitos, o apoio da Seção Acadêmica, e as colegas do Educativo, Carla Gibertoni Carneiro, Judith Mader Elazari e Maria Aparecida Gomes de Andrade pelo incentivo e apoio. À Viviane Wermelinger pelas sugestões de artigos.

Ao Patrício Duarte Araújo pelo envolvimento e ajuda na transcrição das entrevistas.

À Jaqueline Carou pela revisão do texto e ao Thiago Trindade pela ajuda com os mapas.

À Camilla Marques de Carvalho, Juliana Campoi e Rodrigo Brucoli, pela amizade e apoio.

Ao Fabiano Gonper pelo companheirismo ao longo de todo esse processo. Pela criação das ilustrações e mapas presentes nesta dissertação.

O Catador

Um homem catava pregos no chão.
Sempre os encontrava deitados de comprido,
ou de lado,
ou de joelhos no chão.
Nunca de ponta.
Assim eles não furam mais – o homem pensava.
Eles não exercem mais a função de pregar.
São patrimônios inúteis da humanidade.
Ganharam o privilégio do abandono.
O homem passava o dia inteiro nessa função de catar
pregos enferrujados.
Acho que essa tarefa lhe dava algum estado.
Estado de pessoas que se enfeitam a trapos.
Catar coisas inúteis garante a soberania do Ser.
Garante a soberania de Ser mais do que Ter.
Manoel de Barros – *Tratado geral das grandezas do Ínfimo*

Resumo

Memórias e histórias no sudoeste amazônico: o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia.

Esta dissertação aborda diferentes relações estabelecidas pelos migrantes no contexto do sudoeste amazônico, especificamente em Rondônia, com o patrimônio arqueológico e com o Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia (CPMRARO), inaugurado em 2008. Diversas pesquisas têm colocado esta região em evidência para o entendimento de questões mais amplas da arqueologia amazônica. A chegada de migrantes a partir de 1960, suas aproximações e conflitos com as populações indígenas, seringueiros, ribeirinhos, entre outros, têm posto desafios para a interpretação de diferentes passados no presente. Foi utilizada a abordagem da história oral para o levantamento de impressões sobre o processo de migração, as relações com os objetos e sítios arqueológicos, a percepção da diversidade cultural e a criação do Museu. As narrativas produzidas revelam memórias individuais e coletivas que fornecem elementos para discussão sobre o patrimônio local. O Museu possui potencial para conjugar passado e presente, projetando um futuro, dessa forma a área da museologia passa a ser fundamental para a preservação e utilização do patrimônio como recurso para a população. Do mesmo modo, as histórias construídas pela arqueologia podem contribuir para a produção de memórias e identidades a partir da atuação do Museu. Procurou-se contribuir com o trabalho desenvolvido por essa instituição por meio da proposição de ações educativas e expográficas, potencializando seu espaço de fórum ao considerar as experiências de vida da população e o compromisso da arqueologia na construção de uma história indígena.

Palavras-chave: arqueologia amazônica, patrimônio arqueológico, história oral, educação em museus, memória

ABSTRACT

Memories and history in the Amazonia southwest: the Regional Archeology Museum of Rondônia.

This dissertation addresses different relationships established by migrants in the southwestern Amazonian context, specifically in Rondônia, with the archeological heritage and the Research Center and Regional Archeology Museum of Rondônia (CPMRARO), opened in 2008. Several studies have placed this region in evidence to the understanding of broader issues of the Amazonian archeology. The arrival of migrants since 1960, their approaches and conflicts with indigenous peoples, rubber tappers, riverine population, among others, have posed challenges to the interpretation of various past in the present. The approach of oral history was used to survey the views on the migration process, the relations with objects and archaeological sites, the perception of cultural diversity and the creation of the Museum. The produced narratives reveal individual and collective memories that provide elements for discussions of the local heritage. The Museum has the potential to combine past and present, projecting a future, so that the area of museology becomes crucial for the preservation and use of heritage as a resource to the population. Similarly, the stories built by archeology can contribute to the production of memories and identities from the work of the Museum. We sought to contribute to the work of this institution through the proposition of educational and expographic activities, increasing its forum space by considering the life experiences of the local population and the commitment of archeology to build an indigenous history.

Keywords: Amazonia archeology, archeological heritage, oral history, education in museums, memory

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Redes de colaboradores entrevistados.....	54
Figura 2 – Planta baixa do espaço expositivo do CPMRARO.....	174
Figura 3 – Cartaz do curso de formação de professores <i>Outras histórias a partir do patrimônio local: arqueologia e diversidade de vozes</i>	205

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Museus e instituições com acervos na região norte.....	146
Gráfico 2 - Museus e instituições com acervos arqueológico na região norte.....	146
Gráfico 3 - Década de criação das instituições com acervo arqueológico na região norte.....	147
Gráfico 4 – Área de formação dos participantes do curso.....	208
Gráfico 5 - Região de origem dos participantes da formação.....	209
Gráfico 6 – Estado de origem dos participantes da formação.....	210
Gráfico 7 – Possuem o costume de levar seus alunos ao Museu?	210

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Objeto antropomorfo, acervo CPMRARO, Gonper, 2014.....	14
Ilustração 2 - Validação com o colaborador. Gonper, 2014.....	23
Ilustração 3 - <i>Jovem com arco, flecha e adornos à margem do Rio Roosevelt - RO, Cinta Larga</i> . Fotografia: Jesco Von Puttkamer, 1972. Site do ISA. Ilustração Gonper, 2014.....	83
Ilustração 4 - Machado polido, acervo do CPMRARO. Gonper, 2014.....	129
Ilustração 5 - Alunos visitando o CPMRARO. Gonper, 2014	189
Ilustração 6 - Validação com o colaborador. Gonper, 2014	231

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Estado de Rondônia com destaque para localização de Presidente Médici. Adaptado de Guia Geográfico de Estados Brasileiros.	39
Mapa 2 – Dinâmicas territoriais em Rondônia. Adaptado de Silva (2010, p.201).....	48
Mapa 3 - Amazônia brasileira, destaque para o desmatamento em Rondônia.	49
Mapa 4 – Origem dos colaboradores. Gonper, 2014.	62
Mapa 5 – Localização dos municípios com instituições com acervo arqueológico .	144
Mapa 6 – Localização dos municípios com instituições com acervo arqueológico .	145

LISTA DE PRANCHAS FOTOGRÁFICAS

Prancha Fotográfica 1 – Migração para Rondônia a partir da década de 1970.	45
Prancha Fotográfica 2 – Validação da história oral com os colaboradores.....	57
Prancha Fotográfica 3 – Cerâmicas analisadas por Rodrigo Suner em seu doutorado.	92
Prancha Fotográfica 4 – Gravuras rupestre do centro leste de Rondônia.....	93
Prancha Fotográfica 6 – Neuza e Noé, e material arqueológico encontrado e encaminhado ao CPMRARO.....	111
Prancha Fotográfica 7 – José Isidoro e Dona Irene, objeto localizado e encaminhado ao CPMRARO.....	113
Prancha Fotográfica 8 - Criação de gado em área desmatada. Município de Presidente Médici, 2011. (Foto do autor).	126

Prancha Fotográfica 9 – Reinauguração do Museu em julho de 2011. Arquivo pessoal.	170
Prancha Fotográfica 10 - Exposição temporária: Homens e Objetos da Pré-História: aprendendo sobre arqueologia. Arquivo pessoal.	176
Prancha Fotográfica 11 - Exposição temporária: Homens e Objetos da Pré-História: aprendendo sobre arqueologia. Arquivo pessoal.	177
Prancha Fotográfica 12 - Exposição de longa duração: Arte e Tecnologia: diversidade do patrimônio arqueológico do centro leste de Rondônia	178
Prancha Fotográfica 13 - Exposição de longa duração: Arte e Tecnologia: diversidade do patrimônio arqueológico do centro leste de Rondônia	179
Prancha Fotográfica 14 – Vista geral da exposição temporária e de longa duração.	180
Prancha Fotográfica 15 - Visita orientada da EMEF Prof. Luiz Capilla. Arquivo Maria Coimbra de Oliveira, julho de 2011.	186
Prancha Fotográfica 16 – Visita dos alunos da escola Santa Ana Andreazza.	188
Prancha Fotográfica 17 – Curso de formação para professores no CPMRARO. Aquivo Maria Coimbra de Oliveira	207
Prancha Fotográfica 18 - Visita orientada ao CPMRARO e oficina de gravura. Novembro de 2013. Arquivo Maria Coimbra de Oliveira.	212

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Informações da planta baixa da exposição temporária.	175
Quadro 2 – Informações da planta baixa da exposição de longa duração.	175
Quadro 3 – Informações das fotografias das exposições temporária e de longa duração.	180
Quadro 4 – Texto A: Apresentação	181
Quadro 5 – Texto B: Urnas Funerárias	182
Quadro 6 – Texto C: Indústria Lítica.....	182
Quadro 7 – Texto D: Artes e utensílios de cerâmica.	183
Quadro 8 – Texto E: Registro Rupestre	183
Quadro 9 – Dados de visitação do CPMRARO.	184
Quadro 10 – Classificação da entrevista	203
Quadro 11 – Característica do documento.....	203

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABHO - Associação Brasileira de História Oral
ANR – Associação de Amigos de Novo Riachuelo
AP – Antes do Presente
ARQUEOTROP – Laboratório de Arqueologia dos Trópicos
CENHPRE - Centro de Hermenêutica do Presente da Universidade Federal de Rondônia
CNA- Centro Nacional de Arqueologia
COSEAS - Coordenadoria de Assistência Social
CPDOC- Centro de Pesquisas e Documentação da História Contemporânea do Brasil
CPMRARO – Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia
CRM - Cultural Resource Management
DEMU – Departamento de Museus e Centros Culturais
FE- Faculdade de Educação
FFLCH- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH
IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus
IFRO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
INAH - Instituto Nacional de Antropologia e História
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPH- Instituto de Pré-História
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional.
ISA – Instituto Sócio Ambiental
LEI – Laboratório de Estudos da Intolerância
MAE/USP- Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo
MASJ - Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville
MPEG - Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEM)
NEHO/USP – Núcleo de Estudos em História Oral da USP
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAC – Projeto da Amazônia Central
PIN – Plano de Integração Nacional
RAISG – Red Amazónica de Información Socioambiental Georreferenciada
SIG – Sistema de Informações Geográficas
SINTERO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional

SPI – Serviço de Proteção aos Índios

TAG – Theoretical Archaeology Group

TI – Terra Indígena

TPA – Tradição Policroma da Amazônia

TPA – Terra Preta Arqueológica

UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará

UNIR – Universidade Federal de Rondônia

USP- Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1. HISTÓRIAS DO TEMPO PRESENTE. MEMÓRIAS NO PLURAL. HISTÓRIA ORAL E ARQUEOLOGIA.....	23
1.1 Os estudos sobre memória em diferentes perspectivas.	24
1.2 Interdisciplinaridade da história oral com a arqueologia. Pesquisas no Brasil e no mundo.....	29
1.3 Diferentes formas de pensar e fazer história oral no Brasil	33
1.4 A realização da história oral temática no sudoeste amazônico	36
1.4.1 Problemáticas do centro-leste de Rondônia e a elaboração de etapas para o projeto de história oral temática	37
1.4.2 Apontamentos sobre o contexto histórico	38
1.4.3 Etapas do projeto de história oral.....	50
1.5. Análise das narrativas no projeto de história oral temática.....	58
1.5.1 Terra de origem e sonhos que levaram a Rondônia – descobertas, encontros e dificuldades.....	60
1.5.2 Diferentes olhares sobre as populações indígenas, aproximações e conflitos. Desafios para a alteridade.	70
CAPÍTULO 2. ARQUEOLOGIA E A LONGA DURAÇÃO. ARQUEOLOGIA COMO HISTÓRIA, ARQUEOLOGIA SEGUNDO MUITAS HISTÓRIAS	83
2.1 Arqueologia amazônica	84
2.2 Apontamentos sobre a arqueologia de Rondônia	87
2.3 História de longa duração: arqueologia como história, ecologia histórica e os estudos das paisagens.	95
2.4 Multivocalidade, diferentes vozes, diferentes engajamentos	102
2.5 Contemporaneidade dos sítios arqueológicos, diferentes relações e apropriações dos vestígios arqueológicos	106
CAPÍTULO 3. OS MUSEUS E O PAPEL SOCIAL: LEGADO DAS ÚLTIMAS DÉCADAS.	129
3.1 Os museus e o diálogo com o entorno.	130
3.2 Para além da comunicação dos acervos arqueológicos nos museus.....	139
3.3 Alguns apontamentos sobre museus e instituições com acervos arqueológicos na Amazônia.....	142
3.4 Colecionismo e a criação do Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia acervo ao acesso de todos.....	149
3.5 O Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia e sua atuação.	170

CAPÍTULO 4. OUTRAR-SE, PROPOSTAS PARA O CENTRO DE PESQUISAS E MUSEU REGIONAL DE ARQUEOLOGIA DE RONDÔNIA.	189
4.1 Museus como locais de encontro. Papel educacional dos museus.	190
4.2 Implantação do programa de história oral e do banco de histórias.	196
4.3 Ações experimentais realizadas no Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia.	204
4.4 Propostas para o programa expositivo e educativo do CPMRARO.	213
4.4.1 Exposição itinerante nas escolas do município.	215
4.4.2 Propostas para o programa educativo.	221
CONSIDERAÇÕES FINAIS.	231
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.	238
APÊNDICE A – NARRATIVA DE MARIA COIMBRA DE OLIVEIRA	265
APÊNDICE B – NARRATIVA DE JOSÉ DA SILVA GARCIA	281
APÊNDICE C – NARRATIVA DE DEVANIR DOMINGUES FERNANDES.	297
APÊNDICE D – NARRATIVA DE JOSÉ RIBEIRO DA SILVA FILHO	317
APÊNDICE E – NARRATIVA DE ONOFRE BERNADINO.	328
APÊNDICE F- NARRATIVA DE VILEUDA RODRIGUES DA SILVA	344
APÊNDICE G - NARRATIVA DE WILSON MODRO	358
APÊNDICE H - NARRATIVA DE ARENTINO MONTEIRO DA COSTA	372
APÊNDICE I - NARRATIVA DE MAURÍCIO MARTINS ALVES	381
APÊNDICE J - NARRATIVA DE RAIMUNDO CORREA DE SOUZA	390
APÊNDICE K – NARRATIVA DE JOSÉ GARCIA SORRILO.	407
APÊNDICE L - NARRATIVA DE JOSÉ FERREIRA ISIDORO.	412

INTRODUÇÃO

Ilustração 1 - Objeto antropomorfo, acervo CPMRARO, Gonper, 2014.

A presente dissertação investiga as relações estabelecidas pela população de migrantes no sudoeste amazônico, especificamente o estado de Rondônia, com o patrimônio arqueológico e o recente Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia¹ (CPMRARO). O principal objetivo do trabalho é compreender a criação da instituição e a formação de seu acervo, apontando desafios para o desenvolvimento de ações mais próximas do entorno. Procurou-se contribuir com o trabalho já realizado pelo Museu pela proposição de ações educativas e expográficas.

O debate a respeito das interlocuções entre museu, população local, patrimônio, território e memória é aprofundado a fim de refinar o entendimento do uso de espaços museológicos na Amazônia. Indaga-se como o CPMRARO dialoga com o contexto no qual está inserido, no caso, a cidade de Presidente Médici – RO, onde seus habitantes convivem ou conviveram com os vestígios arqueológicos de muitas formas por meio de atividades cotidianas. Reflete-se também como as histórias produzidas pela arqueologia (dimensão da longa duração) podem se relacionar com o conhecimento local, tornando-se mais um elemento significativo no âmbito dos diversos aspectos culturais da população. Como os conhecimentos e outras histórias locais são variantes que podem ser consideradas nos projetos de pesquisa patrimonial e museológico.

A arqueologia brasileira, nas últimas décadas, aproximou-se de uma sociedade marcada pela diversidade. Entende-se que ao longo da sua própria afirmação como área do conhecimento, do final do século XIX até os dias atuais, lançou diferentes diálogos com o contexto no qual estava inserida, seja para construção de histórias que atenderam aos interesses de determinados grupos, seja para a produção de um conhecimento compartilhado e plural, com a incorporação de outros pontos de vistas e de outras epistemologias (FERREIRA, 2007; PREUCEL e HODDER, 1999; GOSDEN, 2001; FUNARI e BEZERRA, 2013; TULLY, 2007; TRIGGER, 2004).

Nesse sentido, os espaços dos museus com os quais a arqueologia possui uma aproximação com o desenvolvimento das suas pesquisas foram e são responsáveis por uma parte importante do acesso da população aos bens

¹ Foi adotado para esta dissertação no corpo do texto o nome Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia (CPMRARO), pois é a maneira como a instituição se projeta a sociedade, entretanto todo o trabalho está direcionado ao entendimento da atuação do Museu. O Centro de Pesquisas no caso está em estruturação e é um desejo institucional que o mesmo se efetive.

patrimoniais. Nos últimos trinta anos, no Brasil, houve uma conjuntura favorável ao surgimento de museus de arqueologia, impulsionados pelos avanços e pesquisas na área, pelas mobilizações sociais, pelos movimentos de resistência e reivindicação, pelas mudanças na legislação patrimonial, assim como pela criação de políticas públicas e resultado de movimentos identitários. Entretanto, tem-se uma herança da relação entre arqueologia e espaços de museus no país, com diversos momentos e fases que são fundamentais para entender a conformação do momento atual (BRUNO, 1995; CARNEIRO, 2009; VASCONCELLOS, 2010, 2013; WICHES, 2010), e para a escolha de estratégias e medidas para serem implementadas na atualidade.

A criação do CPMRARO se deu por iniciativas dos moradores locais, com destaque para a atuação dos professores de história Maria Coimbra de Oliveira (atual diretora do Museu) e José da Silva Garcia, além de outros habitantes que, em diversas situações, passaram a colecionar objetos arqueológicos e desenvolveram interesse pela arqueologia. Posteriormente, a população procurou o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN) e obtiveram apoio e orientação para o tratamento do patrimônio, o que acarretou no desejo de criação do Museu e na implantação de ações para proteção e preservação dos sítios arqueológicos. A prefeitura municipal de Presidente Médici e, em seguida, o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) também colaboraram com a consolidação do espaço.

Destaca-se o acervo do CPMRARO que foi constituído, especialmente, pela doação de materiais arqueológicos coletados pela população da zona rural em suas atividades com a terra. Dessa forma, esses objetos, hoje musealizados, possuem em sua história olhares que indicam caminhos identitários e de produção de memórias que podem contribuir com a atuação da própria instituição. A população recém-chegada, formada por camponeses e trabalhadores de diferentes localidades do país em busca de melhoria de vida, gerou diversos outros vínculos com esses vestígios. A criação de coleções na Amazônia, assim como o estabelecimento de outras relações com a cultura material, tem apontado estímulos para discussões e gerenciamento do patrimônio arqueológico, exigindo uma reflexão da arqueologia quanto ao entendimento dessas nuances para além da falta de consciência patrimonial (BEZERRA, 2011, 2013, 2014; CARNEIRO, 2014, PARENTE, 2009).

O sudoeste amazônico é marcado por uma história de longa duração² (ALMEIDA, 2013; CRUZ, 2008; MILLER, 2009; OLIVEIRA, 2013; SUÑER, 2010; ZIMPEL NETO, 2008; ZUZE, 2014, entre outros) que aponta para discussões de longos processos de ocupação, para uma grande variabilidade cultural, para formação de paisagens antropizadas, e as pesquisas estão inseridas em contextos de enorme diversidade cultural e social³, potencializando, assim, as discussões e os desafios em torno da preservação.

Recentemente, a região passou por um forte processo de migração, sobretudo no eixo de implantação da rodovia BR-364, dinamizado pelo governo militar a partir da década de 1960, que buscou colonizá-la, modernizá-la e desenvolvê-la. Essa ação resultou em uma profunda transformação e destruição da floresta, em decorrência da exploração e venda de madeira, e do desenvolvimento da agricultura e do agronegócio a inserindo em outro momento do desenvolvimento capitalista (KEZAR, 1998; HAYES-BOHANAM, 1998; MATIAS, 2001; PEREIRA, 2010; SILBIGER, 2003; SILVA, 2010). No entanto, essa transformação da paisagem evidenciou sítios e objetos arqueológicos que passaram a ser alvo de ações de patrimonialização, em que o binômio destruição e preservação relaciona essas instâncias distintas.

Da mesma forma, os novos habitantes desenvolveram conflitos e aproximações com as populações indígenas⁴ que, no momento de abertura de rodovias na Amazônia, por exemplo, passaram por ações de extermínio. Também ocorreram conflitos com os ex-soldados da borracha, seringalistas, pequenos agricultores, comunidades quilombolas, ribeirinhos e garimpeiros, apontando para uma série de questões problemáticas acerca da relação homem e natureza na floresta amazônica. Os conflitos, concretos e simbólicos, aparecem como uma

² No âmbito da arqueologia, o Sudoeste Amazônico, alvo das pesquisas arqueológicas relacionadas ao CPMRRO, passou a dialogar com os trabalhos realizados pelo Laboratório de Arqueologia dos Trópicos (ARQUEOTROP) do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP coordenado pelo Prof. Dr. Eduardo Góes Neves, que estendeu sua frente para a região a fim de ampliar o entendimento da ocupação das terras baixas da América do Sul. Dessa forma, vêm sendo realizados novos esforços com o objetivo de entender as questões pertinentes à ocupação humana das diversas regiões do bioma amazônico.

³ A região amazônica possui a maior área contínua de floresta tropical. No Brasil tem-se a maior riqueza de animais e vegetais do mundo: entre 10% a 20% de 1,5 milhão de espécies já catalogadas. Além da riqueza natural, a Amazônia abriga uma grande diversidade cultural; é onde vivem cerca de 170 povos indígenas, com uma população aproximada de 180 mil indivíduos, 357 comunidades remanescentes de antigos quilombos e milhares de comunidades de seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, entre outras (CAPOBIANCO, 2001).

⁴ Segundo o Instituto Socioambiental – ISA, o atual estado de Rondônia possui 28 grupos indígenas relacionados a diferentes famílias linguísticas (ISA, 2012).

marca evidente para a localidade. O que ocorreu em Rondônia nas últimas cinco décadas é uma síntese do que se passou no Brasil em quinhentos anos.

A consideração dessas histórias do tempo presente é fundamental para a realização de trabalhos em torno do patrimônio no âmbito local. A reflexão e a compreensão dessas relações requerem das pesquisas um olhar sofisticado para não partir do pressuposto de que as populações não possuem “consciência” patrimonial, mas, sim, que possuem outras diferentes consciências, podendo, dessa forma, aproximar-se das discussões e das agendas promovidas pelo campo da preservação.

Na Amazônia, como em todo país, é recorrente a diversidade de relações entre os moradores e os sítios arqueológicos. Diante dessas questões, a elaboração de projetos educativos que estão relacionados à arqueologia traz outras preocupações, além de intenções de fomento da preservação do patrimônio arqueológico e da divulgação e valorização da diversidade cultural existente no passado pré-colonial. Parte-se do complexo universo cultural das sociedades locais e de suas particularidades, para olhar além da “falta de princípio preservacionista”, a fim de mapear outros modos de se relacionar com o registro arqueológico, no sentido de dialogar e enriquecer a produção do conhecimento arqueológico (PARENTE, 2009).

Cabe discutir em que medida a valorização do patrimônio arqueológico, mediante o surgimento de uma instituição museológica na localidade, contribui também para a valorização das populações indígenas no presente. No mesmo sentido, esses objetos arqueológicos, que evidenciam uma história distante para a localidade, foram apropriados pelos migrantes, que passaram a se relacionar com eles de muitas formas, possibilitando a criação de histórias e memórias locais. É necessário discutir essas apropriações, sobretudo, utilizando o espaço fórum do Museu.

Para considerar os diferentes pontos de vista sobre o patrimônio arqueológico no presente trabalho foi adotado como eixo metodológico a interdisciplinaridade com a história oral para superar o uso “oportuno” de informações. Entende-se a área como um campo do conhecimento, que evidencia outros pontos de vistas e subjetividades, marcando uma história do tempo presente, na qual se contribui para formulação de políticas públicas (MEIHY, 1996, 2009, 2010a, 2010b; MEIHY e HOLANDA, 2007; MEIHY e RIBEIRO, 2011). Portanto, trabalha-se com a dimensão

das memórias em uma interdisciplinaridade entre arqueologia, museologia e história oral.

Após a realização de entrevistas com doze colaboradores, que resultaram em um corpus documental presente nos apêndices desta dissertação, foram estruturados quatro eixos de análise, sendo:

- A) Terra de origem e sonhos que levaram a Rondônia – descobertas, encontros e dificuldades. Abordado no capítulo 1.
- B) Diferentes olhares sobre as populações indígenas, conflitos e aproximações. Desafios para a alteridade. Abordado no capítulo 1.
- C) Diferentes relações e apropriações dos vestígios arqueológicos pelas populações do presente. Abordado no capítulo 2.
- D) Coleccionismo e a criação do Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia, acervo ao acesso de todos. Abordado no capítulo 3.

As narrativas que afloram com a história oral, mais do que informar sobre um determinado acontecimento, fazem emergir uma visão de mundo (BOSI, 2003, p. 19). Esta pode interessar a arqueologia e a museologia, pois, ao procurar entender como as pessoas lidam com o que se chama de patrimônio arqueológico, é necessário considerar a maneira não só como elas se relacionam com objetos e demais elementos alvo de patrimonialização, mas como percebem a vida.

Se a arqueologia pode contribuir com a compreensão da longa duração (HODDER, 2009), a história oral pode colaborar para qualificar as histórias relacionadas ao tempo presente que, por sua vez, estão embebidas pela média e longa duração. Na mesma direção, os “chamados sítios arqueológicos”, as florestas antropogênicas, assim como os próprios objetos arqueológicos, agenciam diferentes relações nas populações do presente; logo, as histórias e os pontos de vistas materializados pela história oral em diferentes narrativas demonstram seu papel na conformação das memórias em jogo nesse território. No que tange à memória, considera-se sua dimensão coletiva, na qual as memórias individuais estão imersas (HALBWACHS, 2003).

Para ampliar o entendimento da diversidade de olhares, realizou-se um esforço de aproximação com a vertente multivocal da arqueologia, que busca, em linhas gerais, ampliar a interpretação dos sítios arqueológicos e do patrimônio por

meio de outras vozes, para além do olhar científico (ATALAY, 2008; FAWCETT, HABU e MATSUNAGA, 2008; GNECCO, 1999; HODDER, 2008). As contribuições oriundas dessa vertente abrem a interpretação do passado, possibilitando outros usos e sentidos. Evidentemente, é preciso cuidado para não cair em um relativismo extremo, em que todas as interpretações do passado são possíveis (TRIGGER, 2008), mas, sim, abrir o campo para um diálogo e negociação entre diferentes sujeitos, evidenciando os espaços de conflitos e disputas.

Nesse contexto geral, a compreensão da criação e da implantação do CPMRARO no município de Presidente Médici (RO), em 2008, levanta questões para os usos dos espaços museológicos quanto à promoção do patrimônio. Diante do exposto, pergunta-se: Qual o papel de uma instituição museológica inserida nessas problemáticas? Qual deve ser a prática desenvolvida para que o Museu possua uma íntima aproximação entre o território, o patrimônio, a floresta e as comunidades nas quais atua? Como aponta Ulpiano Bezerra de Meneses (1993, p. 218):

Imagino, por tudo isso, que o museu deva abandonar como exclusivos seja o modelo da torre de marfim da Academia, seja o da trincheira de militância. A imagem mais adequada seja a da Torre de Observação (a Outlook Tower de Patrick Geddes), plantada no coração da cidade, solidária com ela, mas capaz de permitir examiná-la criticamente, como um todo e em suas partes (uma das quais a própria torre), nas suas contradições e descontinuidades, nos seus conflitos e reivindicações divergentes, na sua permanente dinâmica.

O espaço do CPMRARO pode exercer um papel fundamental de observação da realidade local e dos problemas e questões específicas que a assolam, sobretudo com as contribuições da arqueologia, calibrando a dimensão da longa duração com o tempo presente. As ações implantadas pela instituição museológica, por meio desse diálogo intenso com uma diversidade de vozes e problemáticas, pode potencializar seu espaço fórum (GONÇALVES, 2007; BRUNO, 2001) em que a população, ancorada no presente, reflete o passado, projetando o futuro. Assim, a instituição possui um papel ético diante da preservação e da promoção do patrimônio arqueológico, que pode ser ampliado em consonância com uma discussão sobre preservação ambiental.

O CPMPARO pode se alinhar às discussões contemporâneas do papel social dos museus (BRUNO, 2000; CHAGAS, 2008, VARINE-BOHAN, 2008, 2012), em que se sai de uma pretensa neutralidade, que marcou a história desses espaços (CHAGAS, 2008), para uma atuação efetiva com os problemas relacionados ao

entorno. Evidencia-se que a própria história de constituição do seu acervo possui questões que podem se desdobrar em ações efetivas para a alimentação da cadeia operatória museológica (salvaguarda e comunicação) (BRUNO, 2013).

A proposição de ações educativas por esta dissertação está estruturada com base na educação em museus (CARNEIRO, 2009; VASCONCELLOS, 2010, 2013; WICHERS, 2011).

Esta dissertação de mestrado também é influenciada por minha atuação no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), que remonta a participação como estagiário do setor educativo entre 2005 e 2009, e da minha atual inserção como educador, desde 2012. Este trabalho é resultado da colaboração com as pesquisas desenvolvidas pelo Laboratório de Arqueologia dos Trópicos (ARQUEOTROP) na região Amazônica, coordenado pelo Prof. Dr. Eduardo Góes Neves.

A dissertação está estruturada:

Capítulo 1 – *Histórias do tempo presente. Memórias e subjetividades no plural, história oral e arqueologia*. Neste capítulo é discutido o conceito de memória e sua aproximação com a arqueologia, a história oral e a abordagem patrimonial. São apresentadas as bases metodológicas dos estudos de história oral que colaboraram para a estruturação do trabalho. São discutidos dois eixos de análises das narrativas dos colaboradores: *Terra de origem e sonhos que levaram a Rondônia* e *Diferentes olhares sobre as populações indígenas, conflitos e aproximações. Desafios para a alteridade*. Dessa forma, contribui-se para o entendimento do grupo de migrantes “pioneiros”, marcados por sua diversidade, e para as ações do CPMRARO em torno do tratamento da temática sobre as populações indígenas do presente.

Capítulo 2 – *Arqueologia e a longa duração. Arqueologia como história, arqueologia segundo muitas histórias*. Neste capítulo apresentam-se pesquisas arqueológicas na Amazônia, com o enfoque nos avanços para o território de Rondônia. Com a abordagem da ecologia histórica, tem se ampliado o entendimento das intensas relações entre humanidade e natureza ao longo do tempo, abrindo, assim, possibilidades interpretativas. É explorado outro eixo de análise das narrativas dos colaboradores intitulado *Diferentes relações e apropriações dos vestígios arqueológicos pelas populações do presente*. São apresentadas visões dos migrantes sobre os sítios e objetos arqueológicos que ampliam os desafios da arqueologia e da museologia para uma discussão em torno do papel do patrimônio local.

Capítulo 3 – *Os museus e o seu papel social: legado das últimas décadas.* Discorre-se sobre as mudanças ocorridas no campo dos museus das últimas décadas e a ampliação da abordagem social dessas instituições. São realizadas algumas inferências sobre o contexto dos museus com acervo arqueológico na Amazônia (região norte) com base no Cadastro Nacional de Museus do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), com o enfoque em Rondônia. Reflete-se sobre o eixo de análise *Colecionismo e a criação do Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia, acervos ao acesso de todos*, no qual se evidencia o processo de criação do Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia, com destaque para o colecionismo e para os primeiros trabalhos desenvolvidos com os objetos e sítios arqueológicos na localidade. A organização do CPMRARO e algumas de suas ações desenvolvidas são apresentadas.

Capítulo 4 – *Outrar-se, propostas para o Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia.* Neste capítulo é discutida a educação em museus, os trabalhos experimentais realizados no CPMRARO e a proposição de outras ações para a instituição, como a criação de um programa de história oral com a consolidação de um banco de histórias; proposta de uma exposição itinerante para as escolas da localidade e a estruturação das ações do programa educativo. Essas propostas foram baseadas no exercício de escuta que a ação de história oral possibilitou, identificando alguns temas que podem ser incorporados pelo Museu.

Ao final são apontadas algumas *Considerações Finais* em torno do patrimônio local e a importância de estratégias que permitam uma compreensão melhor sobre os contextos nas quais as pesquisas estão inseridas por meio de metodologias como a da história oral. Dessa forma, arqueologia e patrimônio, analisados por um olhar em consonância com questões da longa duração e, sobretudo, com as problemáticas do presente, podem contribuir para a produção efetiva de muitos passados relacionados à dinâmica da diversidade da vida.

CAPÍTULO 1. HISTÓRIAS DO TEMPO PRESENTE. MEMÓRIAS NO PLURAL. HISTÓRIA ORAL E ARQUEOLOGIA

Ilustração 2 - Validação com o colaborador. Gonper, 2014.

Neste capítulo discutem-se alguns aspectos relacionados à memória e a interface desta com a arqueologia, a história oral e a abordagem patrimonial. Apresenta-se o resultado do projeto de história oral, no qual foi possível a aproximação com os conceitos de memória e identidade em relação com o patrimônio arqueológico. Assume-se a interdisciplinaridade com a história oral praticada pelo Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo (NEHO/USP) e apresentam-se as ações realizadas para o levantamento de outras histórias do presente no sudoeste Amazônico. Finaliza-se com a análise das narrativas evidenciadas com a população local por meio de dois dos quatro eixos distribuídos ao longo dos demais capítulos. Dessa forma, serão indicados possíveis caminhos de atuação para as problemáticas patrimoniais no espaço do CPMRARO.

1.1 Os estudos sobre memória em diferentes perspectivas.

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. (HALBWACHS, 2003, p. 30).

Lembranças de tempos passados, de acontecimentos e de experiências que marcam os sujeitos ao longo da vida são ativadas no cotidiano de muitas formas, por meio de conversas, fotografias, documentos, objetos, músicas, filmes, atividades corriqueiras, lugares, sabores, entre outras infinidades de situações e materiais, muitas vezes sem controlá-las. Ao sentir um cheiro, vivências passadas voltam à mente de maneira instantânea e fragmentos de experiências emergem, significando o presente e também sendo ressignificadas por ele. Ao narrar as lembranças aos outros, redes simbólicas de afeto são criadas e fortalecem a construção de identidades entre grupos que se ligam pelo compartilhamento de eventos comuns. No mesmo sentido o esquecimento cria lacunas em que são permitidas novas relações e sentidos.

Todos possuem “chaves” para acessar suas lembranças e produzir diferentes memórias, tanto individuais como coletivas, e que apontam caminhos plurais de apropriação do passado. Essa produção configura um campo vasto de análise e reflexão para as áreas sociais (história, arqueologia, museologia, entre muitas outras). Segundo Ulpiano Bezerra de Meneses (1992), não se pode confundir memória com história; a primeira está relacionada com uma instância dinâmica e social que contribui para o reforço das identidades no âmbito individual e coletivo. A

segunda é uma operação cognitiva que produz interpretações sobre tempos passados.

As relações entre memória e história foram bastante exploradas por distintos campos de pesquisa, sendo muitas vezes a primeira considerada o substrato da segunda. Elas distinguem-se, possuem barreiras porosas que colocam desafios para que não se polarize a primeira pautada por relações desconexas e aleatórias entre diferentes episódios, e a segunda capaz de pensar criticamente o passado (PINTO, 1998). Segundo Seixas (2004, p. 52), a história, arrogante e ingênua, colocou-se à margem de aproximações de aspectos da memória, pois somente reconhecia aquilo que refletia a sua imagem e semelhança, e assim desconsiderava as profundas relações e diferenças entre as duas áreas. Muitos pesquisadores se debruçaram sobre essa reflexão (LE GOFF, 2003; RICOEUR, 2007), sendo que desde a década de 1970, historiadores ligados à nova história passaram a trabalhar com o campo da memória impulsionados, sobretudo, pelos trabalhos de história oral (SILVA e SILVA, 2009), dessa forma novas abordagens ampliaram as discussões, com inovadoras abordagens conceituais.

É possível inferir que a busca crescente da sociedade pela discussão e difusão de trabalhos vinculados a essa temática também está relacionada com a dificuldade crescente de rememoração no mundo contemporâneo⁵. Uma série de questões contribuiu para dificultar as lembranças dos sujeitos, como a aceleração do tempo e do trabalho, o advento de novas tecnologias que ocupam o papel do ato de lembrar e do guardar as lembranças, à falta de tempo para ouvir histórias daqueles que as contam, a maneira como o mundo capitalista categoriza e desvaloriza os velhos e suas experiências de vida (BOSI, 1994), entre muitos outros aspectos.

Existe, na atualidade, uma diversidade de abordagens e usos da memória. Em virtude da sua complexidade, assim como da sua dimensão individual e coletiva (social), qualquer tipo de reducionismo e absolutismo teórico é problemático (SANTOS, 2012). Os limites das teorias sociais nas explicações e interpretações relacionados ao regime do lembrar devem ser considerados, evitando cair em

⁵ No texto “Experiência e pobreza” de Walter Benjamin (1994) fica evidente como no mundo moderno, relacionado ao começo do século XX, os sujeitos foram afastados da sua capacidade de narrar, de contar o vivido aos demais, pelas atrocidades ocorridas e distanciamento da dimensão da experiência. Os soldados sobreviventes da Primeira Guerra Mundial voltaram mudos, pois a experiência vivida era inenarrável. Essas mudanças de relações entre os homens e o ato de lembrar, assim como em relação ao passado fazem parte da história da humanidade. Na contemporaneidade pode-se fazer uma analogia em que o modo de vida na sociedade de consumo gerou processos de silêncios também, no qual a tônica da vida, antes regida por um amplo conjunto de experiências, passa a ser pautada exclusivamente pela dimensão do consumo.

relativismos absolutos⁶. É possível estender a relação do campo da memória a outras áreas, como a arqueologia e a museologia, por exemplo, pois elas também contribuem para produção de visões sobre o passado em suas áreas, sobretudo pela perspectiva patrimonial. Como discute Bruno (2000), a memória é a matéria-prima com a qual a museologia estabelece a sua cadeia operatória (salvaguarda e comunicação).

Não se pretende esgotar a discussão ou realizar uma revisão do termo, mas apresentar algumas chaves, conceitos e autores utilizados. Ressalta-se que para a pesquisa de história oral realizada neste estudo foram entrevistados doze colaboradores, o que resultou em um *corpus* documental rico e vasto. Essas narrativas revelam diferentes aspectos das memórias individuais e coletivas e são portas de acesso para uma discussão sobre a localidade, assim como sobre passados em jogo na região diante de um olhar crítico da arqueologia e da museologia.

A referência à memória individual é entendida aqui como imbricada com as memórias coletivas. Ao trabalhar com as memórias de colaboradores, entende-se que essas estão impregnadas de aspectos relacionados aos grupos dos quais fazem parte afetivamente, pois nunca se está só, posto que se é um ser social (HALBWACHS, 2003). As lembranças são construídas em grupos e por isso carregam marcas, pensamentos, ideias, percepções dos outros reconhecidos como pares, por mais que se acredite que essas ideias e lembranças são somente nossas⁷.

Ao considerar a pluralidade de rememorações, reforça-se a importância do tempo presente em que são produzidas. O entendimento e a atenção aos mecanismos de uso das relações do passado com o presente são fundamentais, pois permitem agir de maneira diferenciada e engajada. Essa atuação, no entanto, nem sempre se dá de maneira positiva; Le Goff, por exemplo, chama atenção para os diferentes usos da memória, inclusive como plano de diferentes tipos de governo,

⁶ Myrian Sepúlveda dos Santos analisa em sua obra três abordagens distintas da memória coletiva para evidenciar que podem ser tratadas de forma complementar e não antagônicas. Primeiro analisa o legado de estudos de Maurice Halbwachs, Charles Barlett; segundo, os trabalhos de Herbert Marcuse e Walter Benjamin, e, por fim, Jacques Lacan, Michael Foucault e Jacques Derrida. Apresenta um cenário diverso de interpretações da memória e reforça o quanto generalizações são inviáveis, pois o campo é muito diverso.

⁷ Halbwachs em seu trabalho consagrado *A Memória Coletiva* (2003) reforça a ideia da constituição como indivíduos segundo as lentes dos grupos sociais. Passa-se a olhar o mundo por essas noções aprendidas e reinventadas ao longo da vida. As dimensões éticas, políticas, religiosas, culturais, sociais, os preconceitos, entre tantos outros aspectos partilhados, passam a orientar o olhar e a vida dos sujeitos.

como no caso dos regimes nazista e fascista na Europa, que a utilizaram em prol de genocídios (LE GOFF, 2003).

Trabalhar com a memória não qualifica os estudos e intenções para algo necessariamente bom, é preciso ter cuidado nesse campo e explicitar os usos políticos que são realizados. Ela é filha do presente, constrói-se no emaranhado de questões desse tempo para responder à própria contemporaneidade (MENESES, 1992). Como discute Pollak (1992), é um fenômeno construído e, dada essa característica, carrega vestígios do momento na qual emerge. Parece desnecessário remarcar o papel do tempo presente, mas cabe pontuar que no movimento de dar ouvidos⁸ às memórias dos colaboradores, outros pontos de vista surgem e problematizam a produção do passado. Segundo Bosi (2003 p. 17), o pesquisador que lida com o tempo presente tem a sua frente um campo rico e fértil ao trabalhar com a história oral e, conseqüentemente, com a memória, pois são colocados desafios em virtude da necessidade de se atentar ao subentendido, aos silêncios e ao velado. É preciso interpretar o que é contado via o caminho da lembrança, assim como refletir sobre os esquecimentos.

Este trabalho, portanto, considera as narrativas dos colaboradores, que apresentam diferentes aspectos da memória, capazes de nos lançar em um movimento pendular entre o individual e coletivo, além de elucidar, muitas vezes, outras relações com o passado. As diferenças entre memória e história são consideradas, mas compreende-se a importância da primeira para um processo reflexivo no âmbito da área das ciências humanas.

Tendo em vista também a complexidade da memória, não se pode desconsiderar nesse movimento a imaginação, a necessidade de não ter sido a testemunha que viu, as mentiras e lacunas no ato de sua produção. Ao analisá-la, considera-se também a não necessidade de se ter passado pelo ocorrido, pois pelas lembranças dos outros é possível se filiar à memória de determinados grupos. Segundo Ulpiano Bezerra de Meneses (2007), não se deve confundir o campo da memória como um conjunto de imagens e ideias que trazem estabilidade aos grupos, pelo contrário, ela é marcada por dinâmicas, construída historicamente.

O entendimento do momento atual, mediante pontos de vistas imersos nas memórias e identidades dos sujeitos que vivem em um dado território, é a

⁸ Adotou-se o termo dar ouvidos à população em detrimento ao comumente utilizado nas pesquisas de cunho participativo, dar voz, pois considera-se que todos as possuem, entretanto, essas falas circulam em meios diferentes. O que é necessário fazer como pesquisadores é criar mecanismos em que diferentes falas circulem nos meios acadêmicos.

justificativa do sucesso dos trabalhos com entrevistas da história oral. Como aponta Meihy e Ribeiro (2011, p. 46): “Uma das melhores explicações para o bom resultado desses empreendimentos é a requalificação do passado como artifício integrador dos indivíduos em processos históricos correntes”.

Valeu-se aqui da metodologia utilizada pelo NEHO-USP para não cair no uso da história oral como uma mera ferramenta de apoio ou somente para buscar informações que interessam ao projeto do pesquisador. Pelo fato de a história oral destacar o entrevistado (colaborador), supera-se a postura recorrente que o enxerga como um simples fornecedor de informações. A presente pesquisa não busca suprir vazios informativos onde não há documentos, mas, sim, apresentar vozes alternativas para a interpretação e ressignificação da região, em termos patrimoniais, culturais e históricos. Da mesma maneira apresentar elementos para uma discussão sobre a memória local. Dessa forma, potencializa-se o exercício da própria instituição museológica (CPMRARO) diante da relação com diferentes visões e compreensões sobre um determinado assunto.

Consagrando a finalidade da história oral identificam-se casos de segmentos que não tiveram oportunidade de apresentar argumentos que são considerados diferentes. Essas narrativas interessam mais do que as eventuais informações que contenham. Por possuir os próprios argumentos ou versões subjetivas capazes de iluminar o contexto de outra maneira, são essas as razões da história oral. (MEIHY e RIBEIRO, 2011, p. 31)

Com o uso dessa área do conhecimento, grupos minoritários e discriminados, como mulheres, indígenas, negros, desempregados, pobres, imigrantes, idosos, homossexuais, entre tantos outros, têm encontrado outros espaços para evidenciar suas palavras, permeadas por diferentes experiências e pontos de vista (MEIHY, 1996).

Essas memórias, que mostram diferentes relações com o passado, podem ser ponto de partida para os trabalhos patrimoniais a serem realizados na região. Assim, conjugam-se diferentes temporalidades em torno da maneira como a população as vivencia, apresentando quais são os silêncios e as narrativas relacionadas à maneira como se projetam para o outro. Da mesma forma, o levantamento dessas contribui para o trabalho museológico do CPMRARO, uma vez que os museus e as pessoas que neles atuam são agentes da memória (BRUNO, 2000). A atuação do CPMRARO contribui, assim, com o processo permanente de invenção e produção de novos sentidos ao passado.

1.2 Interdisciplinaridade da história oral com a arqueologia. Pesquisas no Brasil e no mundo

Os trabalhos de história oral com a arqueologia vêm sendo desenvolvidos de muitas formas pelo mundo. No Brasil, atualmente, essas práticas estão fortalecendo a dimensão do uso e interpretação da memória, assim como a valorização da experiência de diferentes sujeitos. Do ponto de vista patrimonial, esses trabalhos possibilitam a criação de um espaço de discussão sobre outros pontos de vista que tencionam o campo da preservação e fruição dos bens. Cabe ressaltar que entrevistas são realizadas e discutidas pela antropologia há décadas e a arqueologia, por sua aproximação com a referida área, utiliza instrumentais para realização desse olhar etnográfico ao entorno, sendo mais utilizada nas pesquisas. Entende-se a importância dessas etnografias, mas considera-se também uma aproximação com a história oral praticada pela NEHO USP, sobretudo pela formação do pesquisador desta dissertação em história.

Trabalhos de história oral no campo da arqueologia vêm cumprindo distintos objetivos, tais como: qualificar as narrativas em torno do uso do espaço e das paisagens (ALMEIDA, 2012); evidenciar diferentes pontos de vistas e histórias para orientar as ações de educação patrimonial (ZANETTINI, 2012a, 2012b; WICHES, SILVA e ALFONSO, 2012); mapear e levantar informações sobre árvores sagradas utilizadas em áreas remanescentes de quilombos, assim como mapear conhecimentos populares (CARVALHO, 2012); construir a própria história das pesquisas arqueológicas (THE PERSONAL HISTORIES PROJECT, 2012); entender a produção da memória das populações aborígenes em relação aos sítios arqueológicos (BECK, SOMERVILLE, 2005); desestabilizar as grandes narrativas e confrontar algumas questões epistemológicas da arqueologia científica, sendo proeminente o seu desenvolvimento no campo da arqueologia indígena e dos contextos pós-coloniais (JONES, RUSSELL, 2012); refinar dinâmicas históricas traumáticas e a memória em jogo na ressignificação da paisagem (HILEY et al., 2005); conjugar trabalhos interdisciplinares para a evidenciação de conhecimentos tradicionais sobre o espaço e a consequente formulação de ações educacionais (KENAIFJORDS ORAL HISTORY AND ARCHAEOLOGY PROJECT, 2013) e formular trabalhos mais democráticos (MOSHENSKA, 2007), dentre muitos outros.

As pesquisas citadas acima dinamizam a compreensão da memória das populações locais, possibilitando que elas sejam consideradas no que tange à significação do passado. Favorece-se assim um entendimento maior sobre a

apropriação dos vestígios arqueológicos, ao entender as noções de pertencimento, que conjuga território, paisagem e população, sendo uma chave para pensar, de maneira compartilhada, a dimensão da preservação. O território e os sítios arqueológicos se transformam em mecanismos ativos para se produzir novas memórias, bem como para ancorar aspectos da própria tradição oral ou até mesmo para se repensar a prática arqueológica como área científica.

De maneira ampla, os estudos que correlacionam arqueologia e história oral estão voltados à arqueologia histórica, entretanto, a conjugação das áreas para o entendimento das relações imbricadas entre a arqueologia pré-colonial e as populações do presente também são fundamentais e necessárias. Por mais distante que uma determinada problemática arqueológica esteja das populações atuais, como no caso de regiões reocupadas por populações de migrantes (estudo de caso da presente dissertação de mestrado), a história oral pode contribuir na evidenciação das memórias dessa população e apresentar lacunas, ressignificações e não relações com os vestígios arqueológicos.

Atualmente, por causa da legislação patrimonial (IPHAN, 2002), as pesquisas arqueológicas precisam de ações educacionais, assim como da adequada salvaguarda dos bens patrimoniais. Isso acontece de muitas formas e, geralmente, muitos trabalhos buscam “conscientizar” o outro por meio de um discurso arqueológico que, muitas vezes, só faz sentido aos seus pares. A evidenciação de como populações do presente interagem com o chamado patrimônio arqueológico apontam caminhos de como correlacionar pesquisas arqueológicas com aspectos contextuais na qual se inserem, ampliando a reflexão sobre o desafio da preservação (LIMA, 2007).

Dessa forma, consideram-se outras polissemias que os vestígios arqueológicos podem desempenhar nas populações locais, contribuindo para uma apropriação mais refinada do chamado patrimônio arqueológico. Cabe ressaltar que esse é um caminho mais trabalhoso, pois, muitas vezes, as narrativas levantadas podem apontar para entendimentos de rupturas, de não identificação, de elaboração de outras histórias; necessitando, portanto, da construção de um espaço fórum para tais discussões.

Atualmente é possível perceber um crescimento dos trabalhos que utilizam a história oral, entretanto, essas relações podem ser qualificadas de diferentes formas. No Brasil, principalmente em pesquisas relacionadas à arqueologia de contrato, é muito comum encontrar relatórios, artigos e trabalhos que elucidam a utilização da

história oral, mas essas ações, muitas vezes, configuram-se apenas como consultas para a localização de sítios arqueológicos; não há a apresentação de um documento final que evidencie a percepção e ponto de vista do entrevistado e a agenda de questões colocadas pela pesquisa. Os moradores locais se configuram mais como informantes, sendo essas ações mais próximas de um levantamento oportuno de informações do que propriamente uma ação de história oral.

Na arqueologia brasileira, assim como naquela praticada em outros países, há diferentes esforços para um uso mais qualificado da área, com base em diferentes métodos e aproximações interdisciplinares relacionadas a diferentes tipos de práticas arqueológicas e de história oral específicas das conjunturas históricas e culturais de cada país.

No cenário brasileiro, Fábio Guaraldo Almeida (2012) utilizou a história oral relacionada à prática da etnoarqueologia para ampliar o entendimento da formação do território quilombola Mandira, localizado no município de Cananéia, no baixo Vale do Ribeira - SP. Foi realizada uma série de entrevistas com líderes quilombolas e com especialistas de determinadas atividades, como pesca, coleta, artesanato, entre outros, para entender e qualificar o uso do espaço, assim como a formação do próprio registro arqueológico. O trabalho aborda a memória dos entrevistados e a maneira como eles percebem a formação do seu próprio quilombo e as relações com vestígios materiais de culturas anteriores, como os povos vinculados aos sambaquis. A história oral, no caso, potencializou o trabalho arqueológico e foi utilizada de maneira temática, sendo relacionada a documentos escritos.

Em um trabalho de minha autoria e das arqueólogas Camila Moraes Wichers e Louise Prado Alfonso, foi possível correlacionar a etapa de escavação de alguns sítios arqueológicos históricos com a etapa do Programa de Educação Patrimonial (ZANETTINI, 2012a), no contexto da arqueologia de contrato, realizada pela Zanettini Arqueologia⁹, nos municípios de Rondonópolis e Itiquira, no Mato Grosso. Nesse caso, realizou-se um projeto de história oral temática, em que foram entrevistados quatro moradores em busca de evidenciar mais elementos em relação à constituição das cidades e das significações em torno dos sítios arqueológicos. Essas entrevistas serviram de base para a formulação do material didático intitulado

⁹ Trabalho referente no Programa de Educação Patrimonial do Programa de Prospecções e Resgate Arqueológico Ferrovia Ferronorte – Ligação Ferroviária Alto Araguaia, Rondonópolis, Subtrecho III (Km 676+100 ao Km 751+730), desenvolvido nos municípios de Rondonópolis e Itiquira, Estado do Mato Grosso (ZANETTINI, 2012a).

*Diálogos sobre o Patrimônio Cultural de Rondonópolis e Itiquira*¹⁰ (WICHES, SILVA e ALFONSO, 2012) e para a execução das ações de educação.

Em outro trabalho, também desenvolvido por este autor e pela arqueóloga Márcia Lika Hatorri, da Zanettini Arqueologia¹¹, na cidade de Sorocaba - São Paulo, realizou-se um diagnóstico para o Programa de Educação Patrimonial, utilizando a metodologia da história oral. Nesse caso, uma série de pessoas que exerceram algum tipo de relação com o patrimônio histórico em questão (complexo de fábricas do Grupo Cianê transformado em um *shopping*) foi entrevistada. Com isso, apresentaram-se diferentes percepções desse espaço e de como tal área vem desenvolvendo outras noções na população contemporânea. Esse trabalho ocorreu conjuntamente com a etapa de escavação, sendo que os auxiliares de campo, também foram considerados no projeto pela coleta de suas histórias e vivências estabelecidas com aquele local. As ações de educação patrimonial foram formuladas de maneira a conectar com as subjetividades, memórias e identidades em torno daquele espaço.

Assim, as pesquisas em história oral realizadas em conjunto com os trabalhos arqueológicos mostram diferentes caminhos produtivos para a valorização de outros agentes no que tange à interpretação da história local. Se a arqueologia, ao se debruçar sobre o registro arqueológico, produz história (HOODER, 1986; 2002; 2009), esta pode ser apropriada pelas populações para diferentes usos, agendas e para a produção de memórias. Ao se dar ouvidos às populações do presente, apresentam-se outras percepções de mundo, que podem ser tensionadas com as construídas pelo campo da ciência. Esses outros olhares possibilitam uma aproximação maior dos trabalhos com as questões locais, sendo em si um ponto de partida para a discussão de outros aspectos e anseios da vida de populações intimamente relacionadas com tais pesquisas. Esse material, além de possibilitar outros rumos dessas pesquisas, envolve o pesquisador com distintas realidades e percepções de mundo, possibilitando um encontro com o desconhecido.

¹⁰ Nesse material didático evidenciou-se o método de história oral, assim como a linha em que foi ancorada, no caso a empregada pelo NEHO-USP.

¹¹ Trabalho referente ao Programa de Documentação, Prospecção e Resgate Arqueológico do Shopping Pátio Cianê, Município de Sorocaba, Estado de São Paulo (ZANETTINI, 2012b).

1.3 Diferentes formas de pensar e fazer história oral no Brasil

A história oral no Brasil é praticada e realizada por diversas universidades, empresas, comunidades, museus, entre muitos outros espaços, por meio de diferentes abordagens e entendimentos. Parece existir um consenso de que essa área do conhecimento propicia meios para qualificar o tempo presente pela evidenciação de outras vozes e pontos de vista sobre o passado. Todavia, o campo em franco desenvolvimento possui uma historicidade específica no Brasil, assim como diferentes maneiras de fazê-la, o que implica em escolhas de métodos para o pesquisador que pretende adentrar a área.

Na década de 1990 ocorreu um crescimento exponencial da história oral no âmbito acadêmico, com a implantação de diversos programas nas universidades, pela maior abertura e aceitação dessa área nas linhas de pesquisa e pelo crescimento de seminários voltados a debater esse tema¹². Tal ampliação se deu pelo desenvolvimento dos estudos ligados à memória e pelas mudanças de paradigmas no campo da própria história, que passou a considerar em suas análises os papéis dos indivíduos e suas ações em detrimento de análises das estruturas sociais, do historicismo e de abordagens quantitativas (FERREIRA, 1998).

Cabe pontuar que o uso de entrevistas¹³ no campo das ciências humanas é realizado há muito tempo, sobretudo no caso da antropologia e da sociologia, tendo uma vasta história de métodos e usos ao longo do século XX. Busca-se evidenciar na presente pesquisa a historicidade do campo da história oral por meio de um fazer contextualizado com a prática brasileira¹⁴.

A história oral surge no período pós-ditadura militar, uma vez que a sua prática está imbricada com a democracia, em que os indivíduos podem se expor e dar opiniões a respeito da sociedade (MEIHY, 2010b). A área se firma de maneira exilada, em muitos casos, atando-se a um colonialismo dependente de outros países

¹² Pode-se destacar a criação da Associação Brasileira de História Oral – ABHO, em 1994, assim como a International Oral History Association, em 1996 (PEREIRA NETO, MACHADO e MONTENEGRO, 2007).

¹³ Meihy chama a atenção quanto a não confundir entrevistas com história oral, pois entrevista é uma das etapas dos processos relacionados à área, sobretudo por meio da sua metodologia adotada.

¹⁴ Uma crítica feita por Meihy (2009) aponta o fortalecimento da história oral no século XX, nos anos de 1960, dentro dos movimentos contraculturais, como uma alternativa a hegemonia do documento escrito, como algo probatório e fundamental para o campo das ciências humanas. No entanto, o avanço das pesquisas no campo da história oral a colocou no patamar da interdisciplinaridade, que, por vezes, na hora do uso das entrevistas como fontes, sempre eram manejadas conforme a área de origem do pesquisador (sociologia, antropologia, entre outras). Dessa forma, a história oral seria uma técnica, uma ferramenta facilitadora dos fins da área de conhecimento ao qual está atrelada.

(apoiada em métodos de fora) e, de certa forma, reclusa ao espaço acadêmico (MEIHY e HOLANDA, 2011, p. 114). Entretanto, atualmente, isso se diversificou e ampliou o seu campo de produção e inserção social.

É possível destacar alguns pesquisadores precursores que investiram na área¹⁵, assim como algumas instituições. O Centro de Pesquisas e Documentação da História Contemporânea do Brasil (CPDOC), ligado à Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro¹⁶, foi pioneiro ao investir na história oral como uma forma de suprir lacunas documentais. Nessa instituição aconteceram cursos patrocinados pela Fundação Ford com especialistas norte-americanos e de outras localidades, que formaram profissionais brasileiros, mas com resultados que foram aquém do esperado (FERREIRA, 1998).

O desempenho dos programas institucionais mostrou-se ainda assim bastante irregular. Se alguns conseguiram se firmar, construindo acervos importantes e produzindo pesquisas significativas, muitos não passaram de um amontoado de fitas guardadas de forma desorganizada num depósito qualquer, sem um projeto de pesquisa que lhes servisse de espinha dorsal. (FERREIRA, 1998, p. 2)

Esse contexto se diversificou e o cenário contemporâneo possui muitos espaços que contribuem para uma história oral plural, sendo evidentes os distintos caminhos para produção de conhecimentos nessa linha. Em São Paulo, pode-se destacar o Centro de Memória, vinculado à Reitoria da Universidade Estadual de Campinas; o Museu da Pessoa, na cidade de São Paulo, o programa de história oral do Museu da Imigração, e o Núcleo de Estudos em História Oral, ligado ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – NEHO-USP, sob a coordenação do Prof. Dr. José Carlos Sebe Bom Meihy; entre outros.

No país, há uma efervescência de grupos espalhados por várias regiões, que atuam e ampliam as discussões, como os ligados a Universidade Federal de

¹⁵ Segundo Meihy e Holanda (2011, p. 113), os trabalhos iniciais sobre a história oral no país foram desenvolvidos pelos pesquisadores nas décadas de 1970 e 1980: Pedro Celso Uchoa e Jovelino Ramos; Carlos Henrique P. Correia; Aspásia Camargo; Valentina da Rocha Lima; Albertina Oliveira e Maria Isaura Pereira de Queiroz.

¹⁶ Iniciou-se em 1975 o programa de história oral voltado ao entendimento da história recente do país, com a criação de um banco de dados de entrevistas sobre personalidades da elite política. Seu interesse e pesquisas estiveram relacionados a figuras consagradas da história brasileira, preocupado em preencher lacunas documentais nos arquivos com a realização de uma história do tempo presente “O Programa de História Oral entrou de uma maneira estrategicamente muito importante. A ideia era suprir com informações consistentes, de várias fontes, os temas e os problemas que a conjuntura apresentou e que precisavam ser mais bem conhecidos” (D’ARAÚJO, 1999, p. 170).

Pernambuco, a de Brasília, a do Rio Grande do Sul, a do Rio de Janeiro, a de Rondônia, a da Bahia, e a da Universidade Federal Fluminense (MEIHY e HOLANDA, 2011, p. 115). Destaca-se a atuação do Centro de Hermenêutica do Presente da Universidade Federal de Rondônia – CENHPRE-UNIR – que foi coordenado por Alberto Frederico Lins Caldas Filho, que trabalhou com temas como a presença de nordestinos na Amazônia, ex-seringueiros, populações ribeirinhas, entre outros.

Frente a essa diversidade de práticas relacionadas à história oral, no âmbito deste trabalho adota-se a linha de pesquisa realizada pelo NEHO-USP, uma vez que as questões teóricas discutidas por esse núcleo se aproximam dos interesses abordados por esta pesquisa na área da arqueologia e do patrimônio. Outro motivo que justifica a linha de pesquisa seguida é a formação do autor desta dissertação como historiador e pesquisador no próprio Departamento (FFLCH/USP). Houve um esforço, no entanto, para estabelecer uma interdisciplinaridade entre a arqueologia e a história oral, na busca pela criação de um espaço de diálogo entre as duas áreas.

[...] na era da globalização três alvos correlatos se portam como objetivo na mira de pensadores comprometidos com o papel do conhecimento na transformação social: identidade, comunidade e memória. (MEIHY, 2010b)

José Carlos Sebe Bom Meihy, um dos precursores da história oral no país, nos últimos anos vem diferenciando a prática desenvolvida pelo Núcleo de Estudos em História Oral - USP¹⁷ pelo método desenvolvido e empregado. O ato de realizar história oral faz parte de um conjunto de procedimentos, pautados por um projeto de pesquisa, no qual as entrevistas são parte de uma das etapas. A posterior passagem do texto oral para o escrito, a análise deste, assim como a posterior devolução dos resultados à comunidade e a consequente construção de políticas públicas voltadas ao grupo do qual pertencem os colaboradores, são partes fundamentais e indissociáveis (MEIHY, 2010b). História oral está intimamente relacionada aos aspectos da memória, que se diferencia da história e possibilita o entendimento dos grupos envolvidos pelas narrativas contadas, fortalecendo os laços das identidades e da comunidade. A área possui um forte papel público,

¹⁷ O NEHO-USP consolidou uma atualização teórica da área com base na prática e na reflexão de seus integrantes e pesquisadores, que desenvolveram trabalhos com os mais diferentes temas. Assim, as publicações, as dissertações e teses de seus membros foram fundamentais para o fortalecimento da história oral implementada, que está intimamente relacionada com as discussões sobre memória e identidade (LOPES, 2007).

prático, e dialoga com a sociedade, potencializando a dimensão partilhada do conhecimento.

Um dos resultados do emprego da metodologia da história oral é a identificação de questões e problemáticas relacionadas ao grupo colaborador da pesquisa, que, muitas vezes, são grupos minoritários que buscam reconhecimento e espaço na sociedade. Esse processo acarreta em indicações de políticas públicas, que interessam ao presente trabalho, uma vez que se pretende colaborar com a atuação local do CPMRARO no que tange a práticas educativas, museológicas e arqueológicas.

Também houve um esforço etnográfico de entender as relações estabelecidas entre a população com os sítios arqueológicos, com o Museu e com o patrimônio. Dessa forma, refinou-se o olhar e, por meio das entrevistas realizadas, foi possível correlacionar com questões observadas em campo. O olhar etnográfico para a região foi realizado no sentido de compreender melhor aspectos culturais e históricos, buscou-se, por meio da experiência de campo, entender as especificidades locais no olhar do outro.

1.4 A realização da história oral temática no sudoeste amazônico

Segundo a prática dos pesquisadores do NEHO-USP há diferentes gêneros dentro da história oral que norteiam a maneira como o trabalho será realizado, encaminhado, analisado e, por sua vez, devolvido à sociedade, podendo se configurar como história oral de vida, história oral testemunhal, história oral temática e tradição oral, como diferentes formas de produzir conhecimento na área (MEIHY e RIBEIRO, 2011).

Adota-se para o presente trabalho a história oral temática, por sua potencialidade de diálogo com outras fontes (escrita, material). Com base em interesses e temas específicos da pesquisa, a história oral temática trabalha com os colaboradores elucidando outros pontos de vista sobre determinadas questões. Como aponta Meihy e Ribeiro (2011, p. 88), é a mais utilizada em projetos que lidam com outras fontes de análises, sendo muito utilizada por outras áreas do conhecimento (história, psicologia, sociologia). As entrevistas são conduzidas por roteiros delimitados, que buscam trabalhar com determinados aspectos de interesse da pesquisa em curso. Entretanto, a história oral de vida e a história oral temática em certas situações se misturam e criam resultados interessantes.

Há projetos temáticos que combinam algo de história oral de vida. Nesses casos, o que se busca é o enquadramento de dados objetivos do narrador com as informações colhidas. Essa forma de história oral tem sido muito apreciada porque mescla situações vivenciais, a informação ganha mais vivacidade e sugere características do narrador. (MEIHY e RIBEIRO, 2011, p. 89)

A história oral de vida é um gênero que tem sido bastante utilizado, pois busca entender algumas questões pelas experiências e subjetividades envolvidas na vida dos colaboradores dos projetos. Dessa forma, está relacionada às etapas da vida, como infância, juventude, vida adulta e velhice, e se aproxima de maneira latente aos campos da identidade e da memória, uma vez que prioriza a maneira como os colaboradores se narram e tecem relações entre as suas experiências.

A história oral de vida é realizada mediante entrevistas com estímulos amplos, com a ênfase na maneira como o colaborador conta a sua história; logo não tem um destaque para a busca de provas ou de confirmações de que algo realmente aconteceu, mas a maneira como, no momento presente, esse sujeito se percebe em relação ao passado e como ele se coloca. Para a região do centro-leste de Rondônia, alvo das pesquisas, essa modalidade de história oral tem fôlego, uma vez que foi amplamente ocupada por migrantes de diversas localidades do país a partir das décadas de 1960 e 1970; logo, a geração dos mais velhos possui distintas percepções sobre os seus processos de vidas, que se relacionam de muitas formas com a dinâmica de transformação da paisagem local. Da mesma forma, outro grupos que já ocupavam a localidade antes do início desse processo, possuem muito o que falar, como os indígenas, ribeirinhos, quilombolas, entre outros.

A história oral testemunhal se aproxima da história oral de vida, entretanto, pauta-se por experiências traumáticas vivenciadas pelos colaboradores com um forte cunho político. Pode-se citar como exemplo trabalhos realizados com vítimas do holocausto, das ditaduras na América Latina, entre outros. A tradição oral trabalha com a transcendência do tempo, com as narrativas míticas de populações sobre a sua origem, sua cultura e seu presente.

1.4.1 Problemáticas do centro-leste de Rondônia e a elaboração de etapas para o projeto de história oral temática

Foram adotadas algumas etapas para a realização do trabalho de história oral, segundo a metodologia adotada. Antes de apresentá-la e discuti-la, será

exposto um breve contexto histórico da localidade, norteador para realizar e estruturar a análise das narrativas. Cabe ressaltar dois momentos de mudanças fundamentais para realização de transformações na região. Primeiro, o ciclo econômico da borracha, no século XIX e XX, e, segundo, a modernização e desenvolvimento desse território pela ditadura militar, a partir da década de 1960. Ambos estimularam a migração de milhares de pessoas, que criaram novas relações com o espaço e por sua vez, novas perspectivas patrimoniais, da mesma forma, sobretudo o segundo momento acarretou em uma profunda destruição da floresta amazônica. Obviamente não se pode desconsiderar também as dezenas de grupos indígenas que estavam localizados nesse espaço e que ainda resistem no atual território de Rondônia. Devido à envergadura desta pesquisa, não puderam ser ouvidos neste momento.

1.4.2 Apontamentos sobre o contexto histórico

A rodovia constituiu, e ainda constitui, a artéria que alicerçou a ocupação interiorana de Rondônia. Em função desse fator geográfico, o novo eixo de circulação redefiniu o espaço das atividades econômicas e, principalmente, a escala geográfica dessas atividades, possibilitando novas coexistências espaços-temporais. Sobre esse processo as cidades nascem e as atividades agropecuárias se adensam no território, cujo resultado se manifesta em um novo uso do território, principalmente, às demandas agropecuárias do Brasil. (SILVA, 2010, p. 117).

O município de Presidente Médici, localizado no centro-leste de Rondônia, possui marcas na sua história parecidas com a de outras cidades do Estado, sobretudo as que surgiram às margens da BR-364. No território em questão, a ocupação por não indígenas sempre foi pautada por questões econômicas; no século XVII buscou-se mão de obra indígena para trabalho escravo; no XVIII foi impulsionada a busca de ouro; no final do mesmo século e durante todo o XIX e o XX a produção de borracha dinamizou a economia. Após a segunda metade do século XX, destaca-se a exploração mineral, como da cassiterita e de ouro (ISA, 2013). Essas dinâmicas acarretaram em conflitos com dezenas de populações indígenas.

Desde o período colonial, a região da floresta Amazônia, de modo geral, despertou variados interesses para a exploração econômica, como expedições em busca das famosas drogas do sertão (cacau, guaraná, castanha, entre outras frutas

período denominado de *belle époque* amazônica, caracterizado por uma espécie de urbanismo desenfreado e não planejado¹⁸ (LIMA, 2013).

Durante a Segunda Guerra Mundial, com um novo impulso na produção de borracha na Amazônia, o governo de Getúlio Vargas estimulou, em uma ampla campanha, a ida de milhares de nordestinos para trabalharem nos seringais com a produção e comercialização de borracha aos EUA. Essas pessoas ficaram conhecidas como soldados da borracha e ganharam *status* de combatente de guerra (GUILLEN, 1999). Relativo ao discurso presente na propaganda do estado, Guillen destaca

um tempo de heroísmos e uma nova era de prosperidade. Ao trabalhar com a imagem bíblica do Vale da Promissão, enunciava para os que migram, o advento de um novo tempo livre da escravidão, das pragas e flagelos. Afinal esta nova Amazônia, a terra prometida, finalmente cumpria o seu grande papel de acolher o povo escolhido, o migrante nordestino. Ao mesmo tempo, apropriavam-se da representação social do trabalhador nordestino, o herói que domina um ambiente hostil e conquistas novas terras para a nação, como acontecera com o Acre. (GUILLEN, 1999, p. 98)

Milhares morreram por doenças, afogamentos, animais, conflitos com indígenas, falta de suporte do governo e com as más condições de trabalho. Após a guerra foram abandonados a sua própria sorte e muitas pessoas continuaram reféns dos seringalistas até a década de 1990. Nunca receberam apoio do governo e os poucos sobreviventes lutam em busca de aposentadorias até os dias atuais (SANTOS, 2002 ; LIMA, 2013).

O rio Madeira foi o principal canal de fluxo para a entrada dessas populações, que posteriormente adentraram os vales do Mamoré e Guaporé. Essa região, especificamente nesse eixo, teve uma rota econômica importante, baseada no escoamento de mercadorias do período da colonização até o século XX. Ao longo de suas margens se desenvolveram diferentes comunidades ribeirinhas e remanescentes de quilombos, que mantêm até hoje o modo de vida de subsistência na floresta. Até a construção da BR-364, essas áreas foram concentradoras do fluxo de migrantes que se direcionava ao território, conectando-a e relacionando-a economicamente com a própria região norte.

¹⁸ Lima (2013) discute o quanto as discussões em torno da produção da borracha na Amazônia brasileira foram tratadas do ponto de vista somente econômico e pouco voltadas à dimensão social. Os trabalhos, de modo geral, centram-se no pequeno período entre o final do século XIX e início do XX, relacionado ao *boom* da produção da borracha no cenário brasileiro, voltado à apresentação de um momento de urbanização e desenvolvimento, sendo que as pessoas que viveram e ainda vivem na região, esquecidas em seus cotidianos, poucas vezes foram consideradas nesses trabalhos, sendo somente categorizadas como seringueiros.

Ainda a respeito da produção de borracha, no estado construiu-se a famosa Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que desperta o imaginário da população por suas histórias de fracasso e sucesso (FERREIRA, 2005); seus vestígios, hoje, estimulam lembranças e histórias de sobrevivência¹⁹. A ferrovia passou a funcionar a partir de 1907, interligando a cidade de Porto Velho a Guarajá-Mirim, e o seu funcionamento diminuiu com a queda do valor da borracha brasileira no mercado internacional até sua desativação em 1966. Recentemente, foi revitalizado o complexo da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré em Porto Velho, sendo que na última cheia do rio Madeira, em 2014, ficou embaixo d'água.

Durante o século XX, com o interesse crescente na integração econômica efetiva da Amazônia ao restante do país, outros planos foram implantados para o desenvolvimento. A instalação dos postos telegráficos construídos pelo Marechal Cândido da Silva Rondon²⁰ mobilizou o território de Rondônia também com o objetivo de integração. Mais tarde, os locais em que receberam os postes se tornariam as primeiras cidades da localidade, como Ji-Paraná, Ariquemes, Pimenta Bueno e Vilhena. Destaca-se o posto telegráfico denominado de Presidente Afonso Penna, até ser substituído pelo de Vila Rondônia e, posteriormente, por Ji-Paraná, em 1977 (OLIVEIRA, 2013, p. 65), que está relacionado diretamente à localidade do presente trabalho.

Desde os anos de 1930, a Amazônia foi alvo de uma série de planos e intenções desenvolvimentistas que culminaram com a forte implantação de tais intenções durante a ditadura militar. Nesse período, a colonização atinge fortemente a região, com destaque para Rondônia. Foram realizadas ações de desenvolvimento a qualquer custo, com o imaginário de que os recursos da floresta tropical eram inesgotáveis. Houve a introdução de multinacionais, da indústria extrativista, da

¹⁹ Desde o século XIX tinha-se a ideia da construção de uma estrada de ferro como alternativa para o escoamento de mercadorias da Bolívia e do Brasil via bacia amazônica, no entanto, para isso era preciso vencer por terra as cachoeiras do rio Madeira que serviam de obstáculo. Com o Tratado de Petrópolis em 1903, que anexou a região do atual Acre ao Brasil, o país se comprometeu a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré com a Bolívia (FREIRE, 2011).

²⁰ O marechal Cândido da Silva Rondon foi responsável pela implantação de linhas telegráficas que passaram a integrar regiões como centro-oeste e norte. Antes de suas construções, as informações demoravam meses para chegar a outras localidades, gerando problemas da circulação da informação e controle do território. Rondon organizou as expedições da Comissão Telegráfica de Cuiabá ao Araguaia de 1890 a 1891; Comissão de linhas telegráficas do estado de Mato Grosso de 1900 a 1906 e Comissão construtora de linhas telegráficas estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas de 1907 a 1915, passando pelo futuro estado de Rondônia. Nesses trabalhos foi conhecendo outras regiões e estabelecendo contato com grupos indígenas, ele foi responsável por levantamentos topográficos, zoológicos, botânicos, etnográficos e linguísticos (MOREL e MOREL, 2009).

mineração e da pecuária, assim como a fixação desordenada de colonos e pequenos agricultores (D'ARAÚJO, 1991, p. 2).

Muitas ideias presentes na relação entre indígenas e não indígenas foram potencializadas com o projeto de “colonização” da região norte durante a ditadura militar. Frente aos diversos debates, eventos, livros e mobilização nacional sobre os 50 anos do Golpe Militar no ano de 2014, a escritora Eliana Brum, em um artigo para o jornal *El País*, reflete de maneira contundente como uma das feridas da ditadura presente até os dias de hoje é a visão sobre as populações indígenas, assim como sobre a floresta amazônica.

A ditadura civil-militar enraizou no imaginário dos brasileiros a visão de que a floresta amazônica é um território-corpo para exploração. Se a lógica do explorador/colonizador norteou historicamente a “interiorização” do país, é na ditadura que ela ganha um pacote ideológico mais ambicioso. (BRUM, 2014)

Durante a ditadura militar brasileira os projetos realizados na região e toda a campanha ideológica em torno deles reforçou a imagem da Amazônia como uma floresta virgem a ser dominada. Sob o divulgado *slogan* “Terra sem gente para gente sem terra” um projeto econômico de modernização estimulou de maneira desenfreada o extermínio de toda a diversidade cultural e social da região sob a alegação da integração e desenvolvimento local.

A escritora pontua como essa imagem ainda é forte e presente na contemporaneidade, pois em um dito período democrático, o país, comandado por uma ex-guerrilheira, continua com esse modelo de desenvolvimento pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com a construção de controversas hidrelétricas, entre outras obras (BRUM, 2014).

Durante o governo militar, com o Plano de Integração Nacional (PIN), foi desenvolvida uma política territorial de escala nacional que realizou transformações espaciais profundas na Amazônia, inserindo-a em outro momento de relações capitalistas (SILVA, 2010). Nesse sentido, a expansão da fronteira agrícola associada foi um mecanismo para manter a concentração de terra nas regiões sul e sudeste, ao passo que desinchou o contingente de camponeses, que estavam se articulando para a realização de reformas agrárias em todo o país. Os problemas sociais e fundiários foi colocado em segundo plano pela política de colonização implementada.

Formara-se uma aliança de classe entre a burguesia industrial e o latifúndio, num pacto político que apontava a colonização como alternativa à reforma agrária, ao tempo que expandia as áreas de produção agrícolas, sendo esta uma reserva de reprodução do capital. (SILVA, 2010, p. 89)

Dessa forma, a partir da década de 1960, com a descoberta de cassiterita e com a construção e pavimentação da BR-364 em Rondônia (rodovia que interligou São Paulo, Mato Grosso e Acre), passou-se a receber um fluxo populacional imenso de colonos, o que estabeleceu, muitas vezes, um contato conflituoso com seringueiros, que transitavam na região pelo menos desde o século XIX, e com populações indígenas, que habitavam essas terras há milênios.

A reconfiguração de Rondônia e sua inserção em uma nova relação econômica do país intensificaram-se com a abertura dessa rodovia. Ela permitiu a relação do território com as regiões centro-oeste e sudeste, criando outra via de escoamento de mercadoria em detrimento do rio Madeira que a conectava com a região norte.

Rondônia foi um laboratório territorial objeto dessas políticas, cujo resultado espacial se exprime no crescimento do número de cidades, na formação da rede urbana, no crescimento populacional com fluxo migratório, na urbanização interiorana e no redirecionamento das dinâmicas territoriais para o eixo da nova rodovia BR – 364. (SILVA, 2010, p. 116)

Destacam-se também os projetos de desenvolvimento da região instalados pelo governo do militar Castelo Branco, como o POLAMAZÔNIA e o POLONOROESTE, que buscavam de maneira ampla a colonização local e a introdução da produção primária no estado (MATIAS, 2001).

Os migrantes que chegaram e ganharam um pedaço de terra do INCRA foram estimulados a desmatar para garantir a posse da terra, assim como foram estimulados a plantar diferentes produtos que, em muitos casos, não foram bem-sucedidos, gerando graves problemas de subsistência. Cada família tinha uma licença prévia para a posse da terra e em dois anos precisava mostrar que a tinha utilizado economicamente, tendo construído uma casa, rancho, feito plantações, entre outros, caso contrário, perderia a terra. O projeto do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) teve como intenção abrir novos espaços para populações de outras regiões do país, todavia, o projeto foi desorganizado e não foi capaz de assessorar os migrantes.

Na década de 70, os migrantes que aqui chegavam, tanto os cadastrados pelo INCRA quanto os que vinham espontaneamente, incentivados pelo propagandismo de quão promissoras eram as terras de Rondônia, foram os

principais agentes de interferência e mesmo destruição ambiental e arqueológica. Porém, não estavam agindo ilegalmente, pois não havia, por parte do governo, preocupação a esse respeito; pelo contrário, esse migrante foi incentivado a derrubar a floresta, para garantir a posse da terra. (OLIVEIRA, 2013, p. 67)

Outro argumento é que a região deveria ser colonizada para evitar a ocupação por outros países²¹. Dessa forma, intensifica-se a ocupação por migrantes, camponeses e trabalhadores de diversas regiões, com destaque para populações oriundas do sul e do nordeste que buscavam o sonho de uma nova vida, de um novo território para viver. Ver prancha fotográfica 1, p. 45.

População marcada pela dimensão de uma floresta virgem, com recursos “inesgotáveis” que poderiam ser explorados, subjetividades moldadas em outras paisagens, em outras relações homem e meio ambiente, o que acarretou para a floresta amazônica em uma drástica destruição. Segundo Hayes-Bohanam (1998), o movimento de desmatamento da floresta em Rondônia foi intensificado nas últimas décadas do século XX pela colonização, no qual se relaciona a política econômica do país, a função da Amazônia nesse cenário e a urbanização.

A expansão da frente agrícola para o Estado irá reproduzir o mesmo modelo econômico do latifúndio e minifúndio de outras localidades. A criação de estradas e o incentivo para a colonização atraiu os especuladores conhecidos como grileiros. Esse padrão econômico de desenvolvimento propiciou o desenvolvimento de latifúndios e médias propriedades, no entanto, houve o crescimento de minifúndios que foram estratégias de sobrevivência adotadas pelos migrantes da região (HAYES-BOHANAM, 1998, p. 94). Acarretou-se na destruição da floresta e na perda de parcelas da biodiversidade, assim como de conhecimentos de populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas.

Os colonos, estabelecidos pelo INCRA, aproveitaram economicamente as madeiras de lei, vendendo-as para serrarias que se instalaram rapidamente na região. O permitido para o desmatamento era cinquenta por cento da área concedida, mas todos desmatavam mais. Após a retirada das madeiras comerciais, geralmente os colonos colocavam fogo na mata, para depois passar a plantar. O fogo se espalhava, queimando outras partes. Com o desmatamento a região passou

²¹ Como aponta Pereira (2010), desde 1960, a região do sudoeste amazônico passa por um processo de transformação ocasionado pela iniciativa pública e privada com o intuito de modernizar as práticas agrícolas na área, com intensificação a partir de 1990. Processo de transformação de pequenas propriedades, voltadas para a produção de alimentos para consumo próprio, em latifúndios, alinhados com a produção de mercadorias para a venda no mercado.

a ter uma série de problemas como assoreamento dos rios, falta de peixe, aumento das temperaturas e diminuição das chuvas (SILBIGER, 2003). O desmatamento e a introdução da agricultura e pecuária, por sua vez, revelaram os sítios arqueológicos da região. Muitos sítios foram destruídos e algumas pessoas passaram a colecionar os materiais encontrados em suas roças.

Prancha Fotográfica 1 – Migração para Rondônia a partir da década de 1970.

Essa frente pioneira na região, segundo Silva (2010, p. 95) possibilitou que a terra se transformasse em mercadoria pela divisão dos espaços para os colonos. “Tem-se a inserção das relações capitalistas vinculadas à construção social da mercadoria, e uma forma de organização do espaço geográfico” (SILVA, 2010, p. 95). De modo geral, as pessoas foram mobilizadas pela ótica de um novo lugar regido pela racionalidade produtiva. O incentivo do governo na migração para Rondônia foi tão intenso, assim como as campanhas por rádio, que o fluxo migratório acabou sendo maior que o INCRA foi capaz de assentar.

O município de Presidente Médici surge nesse contexto, tendo recebido migrantes canalizados pela cidade pioneira de Ji-Paraná, que se configura numa cidade de expansão e colonização (SILVA, 2010, p. 129). Os primeiros registros históricos referem-se à instalação do posto telegráfico de Rondon, em 1915, que desde esse período relataram a existência de trabalhadores no seringal São Pedro do Muqui. Com a BR-364 e a chegada dos migrantes, os primeiros colonos se instalaram em quatro barracões no lamaçal do Km 33, pois distanciava-se 33 quilômetros de Ji-Paraná, cidade que concentrava o acolhimento dos migrantes. Nesse período existiam dois seringais, o São Pedro do Muqui e o Presidente Hermes, que passou a ter diferentes conflitos entre seringalistas, grileiros, posseiros, e colonos. Posteriormente, com a emancipação, o município recebe a atual denominação de Presidente Médici, em 1977, em homenagem ao presidente da época. Esse nome atualmente gera desconforto na população, pois foi eleito como patrono na cidade um dos maiores ditadores da história do país.

Em todo o Estado, entre as décadas de 1970 e 1980, ocorre a mudança de um modelo econômico extrativista para um modelo econômico baseado na agropecuária. Nas décadas seguintes, sobretudo a partir da década de 1990, há um êxodo rural, no qual os pequenos sitiantes vendem suas terras, intensificando o surgimento de latifúndios, e se direcionam para outras áreas novas no estado ou para o centro urbano. Segundo o IBGE, a população do município gira em torno de 22 mil e 500 habitantes, com uma diminuição crescente desde a década de 1990 em contraponto ao crescimento populacional do Estado, pela emigração para outros lugares. Destaque para o trabalho localizado no terceiro setor e na agropecuária (IBGE, 2010). Ver mapa 2, p. 48.

Segundo Silva (2010, p. 160), a pecuarização em Rondônia aponta para a relação de atividades artesanais e extrativistas com atividades de maiores composições tecnológicas de capital. A agricultura camponesa, com fazendeiros

médios e com grandes pecuaristas, efetiva-se mediante a produção do gado para corte. Cabe ressaltar que a produção de laticínios na região tem mobilizado a indústria e a destacando no panorama nacional. Assim, ao se chegar à área rural do município de Presidente Médici observam-se as grandes fazendas de produção de gado, dominadas pelas braquiárias²², que colocam o estado em destaque na produção de gado de corte de forma extensiva.

Em todo esse processo, o conflito com as populações indígenas foi intenso, desde a entrada dos seringueiros até o momento mais recente, com a chegada dos colonos. Para exemplificar essa problemática o documentário *Corumbiara*, dirigido pelo Vicent Carelli, lançado no ano de 2009, apresenta o silencioso massacre de povos indígenas isolados na região de Corumbiara (sul de Rondônia) pela frente de migrantes incentivada a adentrar a região para explorar madeira, criar gado e plantar soja, no período de 1985 a 2006. Carelli discute a perseguição e o assassinato de indígenas, por evidências de vestígios de antigas moradias abandonadas. Esse trabalho aborda um problema que assolou o estado de Rondônia e leva a reflexão a respeito das questões simbólicas que, de certa forma, ainda marcam a população.

Nesse quesito, dos vários grupos indígenas que sofreram com essa situação, destaca-se os Uru-Eu-Wau-Wau (família linguística Tupi-Guarani), atualmente localizados na terra indígena que abrange parte da Serra dos Pacaás Novos e da Serra dos Uopianes. Desde pelo menos o início do século XX esse grupo resiste à frente expansionista. Constam registros de massacres travados contra essa população, com a entrada de mineradores, madeireiros, garimpeiros, assim como com a ocupação por agricultores de suas terras (ISA, 2013; LEONEL, 1995). No ano de 1985 foi declarada a posse da terra pelos indígenas, desde então os problemas diminuíram, mas ainda continuam e a população sofre com as diversas pressões em torno de seu território, entre inúmeros outros conflitos. Ver mapa 3, p.49.

²² O termo braquiária é uma espécie de capim originário e foi introduzida no Brasil, sobretudo, para a alimentação do gado. Como invasora, esse capim impede o desenvolvimento de gramíneas nativas e atrapalha o desenvolvimento do campo.

Mapa 2 – Dinâmicas territoriais em Rondônia. Adaptado de Silva (2010, p.201)

Mapa 3 - Amazônia brasileira, destaque para o desmatamento em Rondônia.

Adaptado de Instituto Sócio Ambiental – ISA, 2014.

Com demonstra o recente relatório da Comissão Nacional da Verdade publicado em dezembro de 2014, os povos indígenas sofreram graves violações dos direitos humanos no período entre 1946 a 1988 em todo o país com destaque para Amazônia. Dentre as inúmeras ações implementadas de forma direta ou pela omissão do estado, pontua-se o estabelecimento de condições propícias ao esbulho de terras indígenas implementadas a partir da aberturas de estradas e da política desenvolvimentistas de modo geral, relacionadas a planos governamentais; remoções forçadas de seus territórios, contágios por doenças, prisões, conflitos com seringalistas e garimpeiros, entre inúmeras outras. Destaca-se os problemas enfrentados pelos indígenas Cinta-Larga que estão localizados na área desta pesquisa (sudeste de Rondônia), estima-se que mais de 5 mil tenham morrido nesse processo, sendo que há indícios de ocorrência desses problemas com outros grupos no estado, como os Kanoê, Akuntsu, Karipuna de Rondônia, Karo entre outros (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, p. 233).

Frente a esse contexto, a atuação do CPMRARO possui o grande desafio de correlacionar esses imaginários e identidades da população de migrantes com a história de longa duração da paisagem amazônica (que será abordada no segundo capítulo). Desafio que deve confrontar diferentes olhares e intenções, muitas vezes conflituosas, reforçando que essas populações do presente não foram as pioneiras. Foram mais uma leva que chegou à região. O espaço do Museu, em sua potencialidade como fórum, pode cumprir um papel de diálogo, discutindo esses projetos de uso do espaço imprimidos pela humanidade ao longo do tempo. Frente a isso, elabora-se um trabalho de história oral com o objetivo de entender para além dessas análises econômicas e sociais, como os sujeitos agiram de forma atuante nesse contexto, criando opções de modos de vidas que conjugam e produzem memórias.

1.4.3 Etapas do projeto de história oral

Face ao exposto, este trabalho pautou-se pelas etapas a seguir:

- a. Elaboração de um projeto de história oral. No caso, o próprio projeto de pesquisa do mestrado, com especificações de questões (roteiro) para a realização das entrevistas;

- b. Apresentação do projeto aos colaboradores (moradores locais) e concepção da “rede de participantes (entrevistados) pelas indicações de Maria Coimbra de Oliveira e José da Silva Garcia, diretores do CPMRARO;
- c. Realização das entrevistas, registradas em áudio e imagens;
- d. Passagem do código oral para o escrito –realizado em etapas que prevê a transcrição, textualização e transcriação;
- e. Validação e autorização da versão final do texto com os colaboradores para ser publicada na dissertação e divulgada. Utilização desses documentos de diferentes formas: fará parte da dissertação e comporá o acervo do CPMRARO pela proposta da criação de um Banco de Histórias; além disso, oferecerá subsídios para a realização de publicações relacionadas ao Museu e ao trabalho educativo, inclusive podendo ser utilizado nas exposições de curta e longa duração; entre outros.

Buscou-se qualificar as entrevistas realizadas com o objetivo de entender algumas variantes sobre as populações do presente que moram na região-alvo desta pesquisa. Procurou-se mostrar e considerar outros pontos de vista a respeito das diversas relações que os moradores possuem: com o patrimônio arqueológico (evidenciado principalmente com a intensificação da ocupação recente da região desde as décadas de 1960 e 1970); com a implantação do CPMRARO, em 2008, assim como com a própria localidade.

Esses outros olhares são fundamentais para pensar nos desafios que um museu de arqueologia deve enfrentar no âmbito regional, assim como para levantar questões possíveis para a própria prática arqueológica realizada, preocupada com uma pesquisa mais próxima da população. Como o patrimônio musealizado em questão é o arqueológico, relacionado a populações indígenas, também procurou-se entender com os colaboradores a relação destes com os indígenas no presente.

Para tal objetivo, foram realizadas algumas entrevistas com a população com base no entendimento dos seguintes pontos de reflexão, segundo entendimento prévio do contexto histórico elucidado:

- 1- Relação da história de vida com a região do centro-leste de Rondônia;
- 2- Migração para Rondônia – relações de afetos entre a terra deixada e a terra escolhida para morar; novas relações com a paisagem amazônica;

- 3- Papel e atuação dos migrantes nos diversos fluxos de reocupação da região, a partir do século XX, e as descobertas, medos e aprendizados com o contato com os povos indígenas, com os seringueiros e as demais populações que já estavam na localidade;
- 4- Percepção da atuação do governo militar e a ocupação da Amazônia.
- 5- Diferentes tipos de atividades realizadas para a sobrevivência quando os migrantes chegaram, assim como as praticadas hoje. Mudanças e permanências ao longo do tempo;
- 5- Histórias de surgimento e criação do município de Presidente Médici;
- 6- Relação dos migrantes com o patrimônio arqueológico antes e depois da criação do Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia;
- 7- Diferentes visões sobre o passado indígena, assim como a relação que as populações locais estabelecem com esses nos dias atuais;
- 8- Projeção sobre o futuro do Museu e o papel do patrimônio.

As entrevistas com os colaboradores do projeto de história oral temática foram realizadas mediante encontros planejados, registrados em diferentes mídias (áudio e imagens), e relacionadas a questões que nortearam as ações. Esse momento entre pesquisador e colaborador (entrevistado) assume uma grande importância para ambas as partes, em virtude da criação e da materialização do documento final, público e acessível. “É na entrevista que o pesquisador encontra o ‘outro’, sujeito dono de sua história retrçada com lógica própria e submetida às circunstâncias do tempo da entrevista” (MEIHY e RIBEIRO, 2011, p. 22).

Os entrevistados são colaboradores do projeto e exercem um forte papel no que tange às questões abordadas. Pesquisador e entrevistado passam a desempenhar uma relação de cumplicidade acerca da concepção de um documento que evidencia uma narrativa que mistura duas subjetividades em jogo.

Colaboração ou colaborador são termos usados como resultado de propostas de um tipo de história oral que advoga a participação conveniada de partes que se dispõem a produzir um trabalho de pesquisa de fundo social. Nessa linha, “colaborador” é um termo que supera outras referências como “atores sociais”, “informantes” ou “objeto de pesquisa”. (MEIHY e RIBEIRO, 2011, p. 25)

Cabe ressaltar que ao se referir ao colaborador, dialoga-se com a metodologia de história oral praticada pelo NEHO-USP. Atualmente, há uma abordagem intitulada como arqueologia colaborativa, que também parte do princípio da colaboração no qual diversas populações participam de forma ativa das pesquisas, transformando-a e trazendo novos objetivos. Busca-se uma prática científica menos colonizadora e mais dialógica, uma gestão compartilhada das pesquisas e do patrimônio (COLWELL-CHANTHAPHONH e FERGUNSON, 2008; SILVA, BESPÁLEZ, STUCHI, 2011; SILLIMAN, 2008). Esta pesquisa não se configurou nessa abordagem, mas apresenta pontos em comum, principalmente no que tange a consideração de outros olhares e uma relação dialógica na condução das pesquisas.

Pelo estabelecimento de uma postura colaborativa com o CPMRARO, levantaram-se alguns entrevistados mediante uma rede indicada pela professora Maria Coimbra de Oliveira e por José da Silva Garcia. Foram entrevistados doze colaboradores, conforme figura 1, p.54.

Figura 1 – Redes de colaboradores entrevistados.

Essas quatro redes foram criadas segundo a relação territorial que os colaboradores estabelecem hoje com a região. A primeira, Rede de Moradores da Área Urbana, é formada por pessoas que atualmente moram no centro urbano, são migrantes que acompanharam toda a transformação do espaço e, conseqüentemente, saíram da área rural e adquiriram outras profissões. Assim como pessoas que foram importantes para a criação e consolidação do CPMRARO.

A segunda, Rede de Moradores de Novo Riachuelo, é composta por pessoas dessa área rural em que há um sítio arqueológico musealizado (complexo de gravuras rupestres) e no qual foram estabelecidas diferentes relações com esses vestígios; cabe ressaltar que dessa rede não foi possível validar para esta pesquisa o documento final com o Moisés Gomes dos Santos (Neginho da Pedra), isso será realizado no futuro (a narrativa não compõem o *corpus* documental desta pesquisa).

A terceira, Rede de ex-seringueiros (soldados da borracha), é composta por colaboradores que trabalharam nos seringais da Amazônia e da região específica durante muito tempo e acompanharam a chegada dos migrantes e a conseqüente transformação da paisagem local.

A quarta e última, Rede de Moradores da Área Rural, é composta por colaboradores que ainda habitam as áreas rurais e recorrentemente encontram vestígios arqueológicos em suas atividades cotidianas; dessa rede não foi possível validar a tempo para a pesquisa o documento final de Dona Neuza Jordão dos Santos, proprietária rural de onde se localiza o sítio arqueológico Rainha da Paz, escavado por Rodrigo Suñer para seu projeto de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.

As entrevistas, em sua maioria, foram realizadas nas casas dos colaboradores, onde se estabeleceu contato com o cotidiano deles. Somente as entrevistas de Maria Coimbra de Oliveira e José Ribeiro da Silva Filho foram realizadas no espaço do CPMRARO. As entrevistas foram gravadas, além de registradas notas em caderno de campo.

Após a realização das entrevistas, estas foram transpostas do oral para o escrito em três momentos, segundo a metodologia proposta por Meihy e Ribeiro (2011). Primeiro buscou-se transpor para a linguagem escrita todos os diálogos, respeitando os erros gramaticais e o fluxo das conversas. Segundo, relacionado à textualização, buscou um ritmo ao texto escrito pela retirada das perguntas e

organização de forma cronológica ou temática. Por último, a transcrição²³ buscou a criação de um texto final compartilhado entre pesquisador e colaborador (entrevistado), diante de diversas mudanças e negociação de uma versão final. Nesse momento o pesquisador é coautor do texto que, ao ser transcrito, potencializa a visibilidade de outras visões de mundo. Por último, a validação, em que o texto é apresentado ao colaborador, e no qual são feitas as últimas adequações, com a finalidade de buscar uma versão final de comum acordo.

A respeito desse processo, a etapa final de validação/negociação é fundamental para a concretização do trabalho, assim como de respeito aos colaboradores pela leitura do texto transcrito e os consequentes ajustes e mudanças que eles possam requerer no documento. O pesquisador se torna um mediador entre o que foi dito e o que se tornará registro definitivo, sendo que esse momento é em si um espaço de colaboração àqueles que ajudaram a entender outras vozes para a região.

Esse documento se materializa de forma metafórica como uma fotografia, na medida em que, no futuro, os mesmos colaboradores podem voltar a esses registros. É possível que sintam estranhamentos ou se deparem com essa narrativa como uma imagem daquilo que eles pensavam em determinada época e que, pela própria dinâmica da produção de memórias, resultou em mudança de ideia e opinião. Momento colaborativo e de esforço compartilhado que, em si, inaugura um espaço de aprendizado entre ambos, de trocas de experiências, de entrar em relação com o outro e, conseqüentemente, marcar um espaço educativo (DOWBOR, 2008).

No ano de 2013, quando se realizou outra etapa de campo, sobretudo para validar esses documentos produzidos em 2011, foi percebido que muitos antecipavam acontecimentos e histórias vividas no momento da validação em voz alta (a minha leitura do documento e o acompanhamento da escrita por eles), fortalecendo o quanto essas memórias compartilhadas fazem parte de suas experiências sobre o vivido na localidade e o quanto ainda estão vivas.

²³ No presente trabalho optou-se por suprimir as perguntas realizadas nas entrevistas pelo fato de as histórias de vida dos colaboradores estarem totalmente conectadas com as questões postas por esta dissertação. Há um hibridismo entre história oral de vida e temática, sendo que os textos transcritos possuem um resultado final que pode vir a ser utilizado de muitas formas pelo CPMRARO em suas ações educativas.

- 1-Validação com José Garcia Sorrilo, novembro de 2013. Fotografia China (CPMRARO).
- 2-Validação com Raimundo Correa de Souza, novembro de 2013. Fotografia Garcia (CPMRARO).
- 3-Validação com Maurício Martins Alves, novembro de 2013. Fotografia China (CPMRARO).
- 4-Validação com José Ferreira Isidoro, novembro de 2013. Fotografia Garcia (CPMRARO).
- 5-Validação com Onofre Bernadino, novembro de 2013. Fotografia Garcia (CPMRARO).
- 6-Validação com Arentino Monteiro da Costa, novembro de 2013. Fotografia China (CPMRARO).

Prancha Fotográfica 2 – Validação da história oral com os colaboradores.

Considera-se aqui que tais narrativas registradas nos documentos finais são a materialização do ponto de vista desses colaboradores (sujeitos) em relação aos sítios, aos objetos arqueológicos e à história local. Contribuem para o entendimento de diferentes noções de passados e indicam noções de pertencimento. Apontam caminhos interpretativos que podem ser relacionados com uma história de longa, média e curta duração.

1.5. Análise das narrativas no projeto de história oral temática.

Muitos sonhos foram criados em diferentes pessoas e famílias ao longo de todo país ao receberem por rádio e outros meios de divulgação a notícia de uma “terra nova” a ser desbravada e colonizada. Informações sobre o ganho de terras foi difundido, terras que poderiam ser conquistadas por meio do trabalho, notícias que chegaram às várias partes, principalmente às regiões centro oeste, nordeste, sul e sudeste, e mobilizaram a ida de milhares à Rondônia. Pessoas deixaram suas localidades de afeto, para se aventurarem no desconhecido, no tão almejado pedaço de terra para morar e trabalhar, com o desejo de uma vida melhor. Sonho de trabalhar em algo que seria seu, sonho de plantar e colher o próprio alimento.

Por mais que esse território fosse habitado milenarmente por diferentes populações indígenas, imprimindo à região uma série de significados e marcas, foi a imagem da floresta virgem a ser desbravada e colonizada por corajosos, que o governo militar reforçou. As populações que lá habitavam deveriam ser “civilizadas”, incorporadas à sociedade e tornadas brasileiras ou, em última instância, não deveriam gerar problemas à modernização que chegava, deixando seus modos de vida e entrando no modelo econômico a ser seguido, nesse processo não houve espaço para a alteridade.

A construção e pavimentação da BR 364, que ligou a região sudeste e centro-oeste aos estados de Rondônia e Acre, veio como alternativa ao escoamento de mercadorias antes realizado pelo rio Madeira ou por avião. A abertura dessa via foi trágica, pois permitiu a entrada desenfreada de populações, sendo a veia de desmatamento da região. As populações se fixaram em suas margens e, posteriormente, adentravam seu entorno. Sua pavimentação fortaleceu e intensificou a série de conflitos entre seringalistas, seringueiros, populações indígenas, colonos, garimpeiros. Frente a toda essa dinâmica, após o colono estar assentado em seu

pedaço de terra, eis que pequenos cacos passam a aparecer na terra, lâminas de machados dos mais diferentes tipos e tamanhos passam a surgir com o desmatamento. Perplexidade e curiosidade regem o olhar das pessoas frente aos materiais, que muitas vezes foram colecionados.

Várias experiências de vida caracterizam essa história recente. Muitas memórias existem nesse sentido, que são chaves para reflexão sobre as problemáticas patrimoniais locais. Qual o papel do patrimônio arqueológico nesse contexto? Qual o imaginário sobre as populações indígenas que marcam a população? O que significa ser rondoniense para a primeira geração que nasce nessa nova região? Qual o papel de um museu de arqueologia nessa localidade? O que as populações indígenas têm a falar sobre? Essas são algumas questões que de certa forma orientaram as narrativas dos colaboradores participantes da história oral desenvolvida por este trabalho. Impressões afetivas e calibradas pelo olhar do sujeito que podem trazer outros elementos para repensar esse processo.

As doze narrativas cedidas pelos colaboradores para o trabalho poderiam estar integralmente no corpo desta dissertação e não nos apêndices, entretanto, por uma escolha metodológica, foram selecionados trechos para compor eixos de análises que estão relacionados com as questões da história oral temática implantada e foram distribuídas ao longo dos capítulos. Como já referido, pela proximidade entre a relação dos colaboradores com os materiais arqueológicos e essas narrativas se aproximam muito das histórias orais de vida.

Em nenhum momento os fragmentos extraídos contemplam o todo ou servem para limitar ou qualificar o colaborador dentro de uma única posição ou visão de mundo. Os trechos correlacionados permitem apresentar um panorama diversificado sobre pontos comuns, assim como possibilitar uma reflexão. Para o entendimento da complexidade das narrativas, sugere-se a leitura dos documentos de maneira integral ao final do trabalho, no qual as lacunas, vazios e esquecimentos, ficam evidentes, assim como as escolhas do que falar.

Para uma reflexão e interpretação possível desse conjunto de narrativas, separaram-se quatro eixos, que estarão distribuídos ao longo desta pesquisa e correlacionados aos capítulos:

- A) Terra de origem e sonhos que levaram a Rondônia – descobertas, encontros e dificuldades. Capítulo 1.

B) Diferentes olhares sobre as populações indígenas, conflitos e aproximações. Desafios para alteridade. Capítulo 1.

C) Diferentes relações e apropriações dos vestígios arqueológicos pelas populações do presente. Capítulo 2.

D) Colecionismo e a criação do Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia, acervos ao acesso de todos. Capítulo 3.

1.5.1 Terra de origem e sonhos que levaram a Rondônia – descobertas, encontros e dificuldades.

Na história da humanidade a migração foi e ainda é constante, sendo geralmente mobilizada por questões de ordem econômica, social, afetiva, simbólica, por motivos de conflitos, por projetos políticos, entre muitos outros. Os povos se deslocaram de muitas formas ao longo do tempo e estabeleceram diferentes vínculos com os territórios, interpretando e significando suas paisagens. Essas mobilidades permitiram os encontros de culturas distintas e olhares, ao mesmo passo que essas ações colocaram em perspectiva interesses distintos, gerando conflitos, mortes, genocídios, assim como descobertas e aprendizados.

As migrações são dinâmicas e vivas e não se traduzem somente pela dicotomia entre a terra de origem e a terra de destinos. Muitas idas e vindas atravessam esses fluxos e complexificam às relações entre as localidades (OSMAN, 2006).

A região norte do Brasil também foi marcada por essa dinâmica e em diversos momentos de sua história também recebeu fluxos migratórios, tanto de fora quanto de dentro do território. A partir do período colonial, tem-se a entrada de europeus que se casaram com indígenas, ao longo do tempo foi se configurando no modo de vida dos atuais ribeirinhos, caboclos. Uma forte entrada de pessoas se deu entre os séculos XIX e XX, com a produção da borracha (TEIXEIRA, BRASIL e RIVAS, 2008). Cabe ressaltar que arqueologia, inclusive, tem evidenciado na longa duração a mobilidade e deslocamentos de diferentes grupos indígenas no território e a consequente transformação das paisagens, assim como da localidade (NEVES, 2012).

Carlos Vainer (2000), ao refletir sobre a historicidade das migrações no período histórico brasileiro desde o período colonial, elenca alguns momentos, como a transição para o trabalho livre e a estratégia de transformação do escravo liberto em proletário moderno (final do século XIX); a substituição de escravo por imigrantes e a estratégia imigrantista agrarista (final do XIX e início do XX); migrações internas e a estratégia de gestão regional de excedentes (décadas de 1950 e 1960); integração nacional e a estratégia de racionalização territorial dos fluxos migratórios (projetos da ditadura militar); fragmentação territorial, violência e a gestão social dos migrantes.

Os migrantes do município de Presidente Médici mobilizados a adentrarem a região no projeto da ditadura militar, entraram na lógica de marcha para o oeste, em um momento em que o país buscava integração nacional (VERNER, 2000). Ocupar e tornar produtivas regiões do país consideradas vazias demográficas e distantes da modernização dentro de uma nova concepção e gestão econômica do território constituía a lógica desse processo.

Cabe destacar o consenso mais ou menos universal quanto a necessidade de ocupar as fronteiras e reduzir os fluxos em direção às Regiões Metropolitanas, favorecendo a descentralização populacional que deveria acompanhar a descentralização das atividades econômicas. (VERNER, 2000, p. 26)

O recorte de colaboradores para este trabalho mostra que a origem do grupo de “migrantes” é formada por uma diversidade, eles vieram para o estado oriundo de diferentes regiões, em busca de muitos sonhos. Como demonstra o mapa 4, p. 62.

Mapa 4 – Origem dos colaboradores. Gonper, 2014.

Tal diversidade aponta desafios do ponto de vista cultural e do próprio patrimônio, uma vez que se faz presente na região e da mesma maneira coloca diferentes olhares para a Amazônia. Em uma escala micro, referente ao recorte estabelecido de doze colaboradores, levantaram-se questões distintas que podem ser consideradas tanto pelas pesquisas arqueológicas quanto pelas museológicas. Esse exercício não busca criar modelos ou generalizações, mas evidenciar como essa categoria de “migrantes” possui diferenças entre si. Dessa forma, dificultam-se generalizações sobre uma identidade local e as problemáticas culturais, complexificando o debate. Em alguns casos, essa diversidade de migrantes se homogeneíza no grupo identitário de pioneiros (primeiros a ocupar), e se opõe a diferença, como no caso das populações indígenas.

A seguir serão elencados, segundo a própria narrativa dos colaboradores, os motivos que os levaram a migrar para Rondônia. Essas diferentes origens criam novas relações com o território, assim como contribui para a invenção do que é ser rondoniense. Quando se migra, leva-se muita coisa, levam-se hábitos, costumes, sonhos, e filtros para olhar a nova localidade, que contribuem para imprimir outras semânticas. Quando se reflete sobre qual seria a identidade do rondoniense muitos ficam em dúvida e comentam que ainda não existe, que o Estado não possui identidade própria, pois ainda está em construção. Referem-se muito mais às terras de origem, falam, por exemplo, que em Rondônia não tem muita coisa, não tem patrimônio cultural, mas que em sua terra de origem tem. Esses processos estão imbricados com a produção de memórias, como discute Pollack (1992), a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, para o indivíduo e para o coletivo, pois permite a pessoa criar sentidos de continuidade e de pertencimento a um grupo.

Maria Coimbra de Oliveira, professora de história e atual diretora do Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia – CPMRARO, atuou muito tempo no ensino e passou a se interessar pela arqueologia impulsionada pelos vestígios locais e pela própria demanda dos moradores.

Eu me chamo Maria Coimbra de Oliveira, nasci em Lagoa Formosa, Minas Gerais no dia 06 de abril de 1969. Com cinco meses de idade migrei com toda minha família para Goiás, onde permaneci até os dezessete anos. Com essa idade vim para o estado de Rondônia acompanhando meu pai e minha mãe, que retornaram para Goiás um ano depois e eu fiquei por aqui até hoje. Isso ocorreu no ano de 1987, eu vim simplesmente acompanhando a minha mãe, como ela era muito doente, não podia vir sozinha. Eu estava

fazendo um cursinho pré-vestibular na época, deixei, e vim na marra, como se dizia, meio que forçado. Meu pai era muito antigo, muito tradicional. Ele falava: – Filha solteira não fica longe de pai e mãe!

Eles vieram porque meu pai tinha gostado do lugar. Ele tinha uma propriedade rural em Goiás e todos os filhos já tinham casado, com exceção dos três mais novos. Dos quatorze filhos que minha mãe teve, só teve duas mulheres, as duas mais novas. Eu e a minha irmã, eu sou a menorzinha e minha irmã se casou e veio para cá. Meu pai veio conhecer, se apaixonou pelo estado de Rondônia, vendeu a propriedade que tinha lá e comprou aqui. Tudo isso se passou aqui em Presidente Médici. Próximo ao sítio da Rainha da Paz. É... bem perto. (Maria Coimbra de Oliveira)

José da Silva Garcia, professor de história e ex-diretor do Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia, atuou como político no âmbito local, sendo vice-prefeito em uma gestão anterior. Atualmente, leciona na aldeia indígena dos Araras.

Sou José da Silva Garcia, nasci em São Paulo, na cidade de Martinópolis. Eu sou filho de baiano e sergipano, nasci em São Paulo e fui criado no Mato Grosso do Sul. A minha mãe é baiana de Geremoaba, o meu pai é sergipano de Lagarto. Com cinco anos eu fui para o Mato Grosso, para o estado de Rondônia eu vim com 27 anos. Eu sou filho de nordestinos e naquela época, o nordestino vinha para trabalhar na fazenda. Nordestino sempre gosta de plantar e sempre sonhava com pedaço de terra. O Mato Grosso era um estado novo e estava sendo aberto, apresentava oportunidades, imediatamente o meu pai decidiu ir para o Mato Grosso. Ele olhou, comprou uma marcação, naquele tempo igual aqui e já levou a mudança para o Mato Grosso. Em 1982 eu terminei o magistério. Prestei ainda alguns concursos no Mato Grosso, mas não consegui passar. Nessa época eu vim aqui e dei uma olhada na terra, voltei em casa e falei para o pessoal: – Olha, eu vou mudar para Rondônia. Até porque eu não quero ficar na roça, já enjoei de roça. Tinha o magistério completo e naquela época o Estado pagava muito bem. O salário do professor era muito bom. Minha família decidiu vir comigo para Rondônia. Assim fizemos, vendemos a terra que tínhamos. Em vender lá e compramos uma outra aqui no nome já da minha mãe. Saímos de lá no dia 5 de dezembro de 1985. Chegamos aqui 8 de dezembro. (José da Silva Garcia)

Devanir Domingues Fernandes, professor de história, mobilizador dos primeiros trabalhos em torno dos vestígios arqueológicos e filiado ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia (SINTERO), foi impulsionado pelos vestígios encontrados na região a abordar a questão do passado indígena em sala de aula.

Me chamo Devanir Domingues Fernandes, nasci no dia 8 de outubro de 1962, no Estado do Paraná, na cidade de Rondon. Tem as cidades Marechal Candido Rondon e tem Rondon que é mais para o norte do Paraná. Eu vim para o estado de Rondônia, com apenas 16 anos e meu pai já estava esgotado lá no nosso trabalho. Nessa época eu já trabalhava na roça, fui menor trabalhador rural. Trabalhava de boia-fria em época de colheita e fazia todo tipo de serviço, plantei de tudo. Na época tinha que passar muito veneno nas plantações, então nós já trabalhávamos com muito agrotóxico. Então como as lavouras estavam cada vez mais

fracassando, meu pai veio conhecer Rondônia. Ele veio numa situação muito difícil de estrada e, na época das chuvas, mês de janeiro, dezembro. Essa BR estava intransitável, então ele teve que pegar uma parte de avião e as pessoas que estavam viajando com ele vieram em Médici conhecer. Presidente Médici não era município ainda, era distrito de Ji-Paraná. Meu pai sempre foi muito aplicado nessa questão de pesquisar as coisas. Então ele já ficou sabendo que tinha muito conflito de terra fora do eixo da BR, muita morte e ficou com medo de ir morar lá. Meus pais tiveram 5 filhos e o mais velho na época da mudança, que é o meu irmão, tinha 18 anos e eu tinha 16, os outros todos abaixo da gente. Então ele disse assim: – Não, o negócio nosso é ficar aqui mais por perto! Fomos morar aqui no quilômetro 20 onde compramos uma chácara. Com isso fomos derrubar a mata... (Devanir Domingues Fernandes)

José Ribeiro da Silva Filho, ex-prefeito do município, apoiou a consolidação do Museu em sua gestão e desenvolveu um grande interesse pela instituição. Acredita no uso do Museu como um espaço de transformação local.

Me chamo José Ribeiro da Silva Filho, nasci no dia 02 de julho de 1963, na cidade de Ituiutaba - Triângulo Mineiro em Minas Gerais. Eu cheguei em Rondônia, especificamente em Porto Velho, no dia 18 de janeiro de 1984 e fui para Presidente Médici no dia 04 de junho de 1984. Eu concluí o Ensino Médio e o curso técnico em agropecuária na cidade de Dracena, Estado de São Paulo. Fiquei sabendo de um concurso no Estado de Rondônia na época, inclusive foi o primeiro concurso do Estado da extensão rural, naquela época na chamada Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – ASTER-RO e depois mais tarde ela se transformou na EMATER. Eu vim para fazer este concurso e fiquei. (José Ribeiro da Silva Filho)

Onofre Bernadino é repentista local e conhecedor da cultura popular. Em seus repentes conta diferentes histórias da localidade e sobre a população de modo geral.

Sou Onofre Bernadino, sou poeta e já cantei... fui cantador de repente muitos anos. Eu nasci em 1936, em uma cidade com o nome de São José do Egito, no sertão. Comecei a fazer versos desde pequeno, o primeiro verso que fiz eu tinha 9 anos de idade, meus irmãos acharam bonito, danaram a gritar, a bater palma, a dar risada eu achei bonito e ia inventando verso de tudo quanto foi coisa, depois descobri que eu era poeta. Eu saí de São José do Egito para Mato Grosso, morei em Eldorado 17 anos, depois vim para Rondônia. Eu conheci várias pessoas que moravam por lá e depois foram para Rondônia. Rondônia era fácil de arrumar terra, eu já tinha alguns parentes que já tinham vindo pra cá, com isso eu vim também. Vim em 1975, cheguei aqui no dia 30 de maio. (Onofre Bernadino)

Vileuda Rodrigues da Silva, professora de geografia, acompanhou a criação do Museu; quando criança, trabalhou no seringal. Engajada com as questões ambientais, vê no trabalho da arqueologia uma porta de entrada para transformação do olhar dos moradores acerca da cultura e do passado local. É atuante da igreja Adventista.

Sou Vileuda Rodrigues da Silva, nascida no nordeste, na cidade de Orós, próximo de Iguatu, no Ceará. Atualmente sou professora da Escola Estadual Marechal Rondon. Cheguei em Rondônia em 1975, minha família veio em busca de uma melhor qualidade de vida. Eu cheguei na época da onça, época de índio mesmo, morei com seringueiros por 5 anos. Inclusive meu pai e meu irmão mais velho foram seringueiros. Nossa, quantas vezes fomos encurralados pelos porcos catetos, por porco espinho, por onça-pintada, pela onça preta. Ficávamos encurralados, não tinha como correr, esperava o tempo dela, tinha que esperar ela dar as costas. Quando ela dava as costas, saíamos de frente, ia andando de frente... porque se você vira as costas ela avança. Se você encara, ela fica parada. Foi difícil aquela época. As onças elas são muito compridas, sabe o que elas faziam, elas prendiam a nossa saída no mato, não tinha saída, pois era mata muito densa. (Vileuda Rodrigues da Silva)

Wilson Modro é professor aposentado e pai do ex-prefeito Charles Seizi Modro. Interessado pela história regional possui em sua casa um pequeno museu com diferentes tipos de objetos, históricos, geológicos, arqueológicos.

Eu, Wilson Modro sou do estado de São Paulo, nasci em Quatá, mas fui criado e em Bastos, morei 40 anos por lá, onde só tem japonês. Capital do ovo de galinha, é a maior cidade produtora de ovo do Brasil. Eu vim para cá pela primeira vez em 1981. Vim resolver tudo primeiro e depois fui buscar a família. Rapaz, a gente sempre teve essa paixão por mato, por sertão. Depois a minha criançada estava crescendo na cidade, eu sempre achava que a oportunidade de emprego, essas coisas era muito ruim, muito pouco por lá. Sempre pensava de vir para um lugar novo para abrir fronteira para a molecada, e acabei vindo para Rondônia... (Wilson Modro)

Arentino Monteiro da Costa, professor local e comerciante da área rural de Novo Riachuelo, ajudou na criação da Associação de Moradores de Novo Riachuelo. Esta associação gere o sítio arqueológico com gravuras rupestre, já musealizado, e recebe diferentes públicos pela gestão da comunidade.

Chamo-me Arentino Monteiro da Costa, nós chegamos à região de Novo Riachuelo no período de 1974. Eu vim em meados de 1975, nós viemos a pé da BR 364 até aqui... um dia de viagem. Lá onde vocês saíram do asfalto para pegar a terra de chão até aqui, nós viemos a pé, era o percurso que nós fazíamos. Tinha algumas famílias morando pelo caminho nessa época. O modo de vida hoje está diferente, mas no início quando nós chegamos aqui o negócio era bem rústico. Das famílias remanescentes daquela época, ainda tem umas 3. Tem eu dessas famílias, tem aqui a família do Zezé, esse senhor que mora na esquina e o pessoal do Sr. Altino do Ademar. Quem teve a ideia de criar o distrito foi o que chegou junto com a gente também um tal de Lió, bem popular por aqui, o nome dele: Leocádio Dias de Santana o pioneiro mesmo o... pai, o tutor. Teve a ideia de criar a comunidade, por exemplo, criou primeiro essa comunidade católica, que é a comunidade Nossa Senhora do Rosário. (Arentino Monteiro da Costa)

Maurício Martins Alves trabalhou nos seringais na região e possui um vasto conhecimento sobre a história do modo de vida nos seringais da região.

Sou Maurício Martins Alves, filho de Jaci-Paraná... Naquele tempo, aquilo não valia nada rapaz. Hoje Porto Velho está uma capital, medonha de grande... Já estão até falando em fazer metro, coisa que nunca ninguém ouviu falar. Olhe, meu pai e minha família... Nós morávamos em Jaci-Paraná, éramos pequenos sabe. Eu não sou filho mesmo de Jaci, meu pai era cearense, nós éramos tudo pequeno assim igual a esses meninos e saímos do Ceará para vir trabalhar na borracha, não tínhamos como fazer registro de nascimento por lá, era atrasado. Chegamos aqui não tinha registro, não tinha nada, com isso o Juiz de lá perguntou ao meu pai: – Sr. Martins essas crianças tem registro? Era eu, meus irmãos: Zacarias, Raimundo e Cristina, tudo sem registro. O Juíz disse assim: – Voltar para o Ceará para registrar essas crianças não tem jeito, tudo é Brasil viu Sr. Martins, vamos registrar essas crianças como filho daqui mesmo, você conforma? Com isso fomos registrados aqui em Rondônia. (Maurício Martins Alves)

Raimundo Correa de Souza nasceu e trabalhou nos seringais da região.

Eu me chamo Raimundo Correa de Souza, nasci em 1941 dentro de um seringal que se chamava Santa Rosa, Casa Cotim Anibal e Cia. Meu pai veio em 1918, do Pará para o seringal, nesse tempo a borracha não dava muito dinheiro e tal. Quando foi em 1939 começou a famosa guerra dos americanos contra os que queriam tomar o mundo para ele. Então começou a guerra. Dessa forma precisou de borracha, bastante, borracha, com isso deu preço bom. Entendeu? Então meu pai que já conhecia o trabalho com seringal subiu em 1939, foi lá que eu nasci por que meu pai saiu da Ilha de Marajó e foi lá para o seringal. (Raimundo Correa de Souza)

José Garcia Sorrilo é proprietário de uma área com sítio arqueológico em que foi realizada, no ano de 2011, uma etapa de campo de prospecção para delimitação do sítio. Foi professor na localidade.

Eu, José Garcia Sorrillo, nasci em 6 de julho de 1936, vim morar aqui na linha 124, eu não conhecia e tinha vontade de conhecer Rondônia. Eu vim em 1978, sozinho. Levei 13 dias de Cuiabá até aqui. No caminho faleceu uma menina acometida de diarreia, febre... e foi colocada... numa distância na estrada mesmo, que não tinha cidade, pois estava chovendo, tinha muito atoleiro. Ela já estava cheirando mal, estava embrulhada num lençol e a deixaram perto de um jagunço que tinha sido matado, naqueles sertões ali de areia. Nós não a enterramos a deixamos, porque a polícia ia chegar para pegar o corpo do jagunço e a levou também, a polícia de Cárceres. Nós viemos por Tangará da Serra, pelo meio. Fiquei aqui um mês e depois retornei para São Paulo com vontade de trazer a família para Rondônia. Voltei de avião por Vilhena, pela viação TABA. Cheguei em São Paulo e a família não quis vir, em 1980 resolveram se mudar para Rondônia. Vieram oito família em um ônibus, de São Paulo até aqui, adquirido pela CETREM. Cada família trouxe os seus pertences pessoais. As oito famílias foram distribuídas de Vilhena a Ji-Paraná. Eu fui morar na linha 124 e uma das famílias de um colega foi morar na linha 110 na propriedade do Paraibão, o nome dele era Alfredo Teixeira Dias, já falecido. Assim as famílias foram distribuídas pela região, em Cacoal, Pimenta Bueno, Médici e Ji-Paraná. (José Garcia Sorrilo)

José Ferreira Isidoro, proprietário de uma área próxima ao sítio arqueológico Rainha da Paz, trabalhador rural, deparou-se muitas vezes com material arqueológico em suas atividades cotidianas.

Me chamo José Ferreira Isidoro, nasci em 15 de novembro de 1944. Cheguei aqui em Rondônia por volta de 1974, 1975... faz quase 40 anos. Quando cheguei aqui era mata pura. Nós descíamos de cabeça abaixo e ia para rua, tudo a pé, não tinha estrada não, tinha nada, era só mata. Nós fomos derrubando aqui para primeiro colocar lavoura. Era só arroz, feijão, milho, mandioca, banana depois o povo foi derrubando tudo e foi plantando... depois ficou plantando só para a despesa porquê ficou mais difícil. Plantamos um capinzinho na época. Era difícil, foi uma vida difícil quando nós chegamos aqui. Depois foi crescendo e foi chegando mais gente. Quando a Maria chegou, já morávamos aqui há muitos anos.

Eu nasci na cidade de Traipu em Alagoas, eu fui registrado tudo lá. Minha Mulher Dona Irene é do Paraná. Fui para o Paraná por necessidade. Lá a gente trabalhava no que era dos outros e você vê o sonho da pessoa do pequeno é ter um pedaço de terra para trabalhar. Ali a turma com aquela influência quando nós chegamos em Umuarama Paraná. Dali abriu-se. já ficou difícil trabalhando de peão. Ficou difícil, eu casei e vim para Rondônia. Rondônia, falava Rondônia, Amazonas, eu vou para lá. O peão não tem medo de nada mesmo que é... vou em Rondônia. Eu casei e vim para Rondônia e deixei ela lá. Quando cheguei vim para Médici, tinha quatro ranchinhos assim... olhei, aqui tá difícil aí fiquei por essas matas...tinha um cabra que tinha umas matas longe danada, uns ranchinhos na mata ali em cima num igarapé grande. Eu rodei, rodei e eu com aqueles com 3 moleques pequenos não dava. Mas fiquei naquela ilusão, voltei para trás quando cheguei lá peguei a mulher e filhos voltei para Médici. (José Ferreira Isidoro)

Esse pequeno recorte de doze colaboradores sobre as diferentes origens dos migrantes colocam questões para reflexão sobre as características culturais de Rondônia na atualidade. Em que medida é possível buscar uma identidade do rondoniense? Seria pela própria diversidade de características culturais que compõem os migrantes em relação à diversidade indígena? As primeiras gerações de rondoniense têm esse desafio pela frente, em pensar nessas questões para o Estado. Como essa diversidade de migrantes pode ser relacionada à própria diversidade indígena local? Como esses diferentes grupos podem negociar e discutir os caminhos de uma identidade ou de muitas identidades?

Os migrantes, conforme se aproximam por serem de um grupo identitário marcado pela migração para o Estado em busca de melhoria de vida, diversificam-se por outros grupos e comunidades afetivas nos quais que estão ligados, seja relacionado à dimensão de serem professores, ou de terem trabalhado nos seringais, no caso se configurando como ex-seringueiros, de serem evangélicos, entre outros quesitos. Como discute Michael Pollak (1989), as memórias dinâmicas, em sua produção e casadas com as problemáticas e interesses dos grupos no

presente, assumem diferentes escalas e recortes, contribuindo para o reforço das identidades.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. (POLLAK, 1989)

Meneses (1993) considera que a perda de uma identidade não existe, pois se está desconsiderando o fenômeno de mudança sociocultural, assim como resgatar a identidade é impossível, pois ela somente pode ser determinada em contexto. Dessa forma, esses migrantes, que carregaram consigo diferentes identidade locais, ao se depararem nesse novo contexto estão produzindo novas dinâmicas identitárias, que indicam atualizadas dinâmicas culturais com o território. É necessário ter cuidado para não cair no típico e consequentemente mascarar as tensões e conflitos.

Essas narrativas calibram quem são os migrantes que foram para o Estado. Entretanto, quando esses mesmos migrantes narram e passam a serem ouvidos, percebe-se que esses motivos se multiplicam. Para a localidade, compreender essas singularidades pode ser um caminho rico e produtivo no tratamento das problemáticas patrimoniais. Tal diversidade, do ponto de vista de atuação do CPMRARO, pode ser um caminho a ser pesquisado. Wichers (2010, p. 150) discute que os museus precisam lidar de maneira crítica com a construção identitária, superando a homogeneidade em torno do patrimônio arqueológico e apontando caminhos para uma descolonização da musealização da arqueologia.

A memória relacionada à percepção do agora, que tenciona e situa o passado e o presente, coloca uma série de desafios para se entender as transformações contemporâneas no sudoeste amazônico. A história de migração dos colonos, na medida em que remete para um passado de sofrimento e luta na região para sobrevivência, um bem comum se evidencia; a melhoria de vida alcançada e a superação de todas as adversidades (nova região, novo clima, doenças, conflitos, fome). Esses pontos em comum, diante da diversidade de histórias dos migrantes, aparecem de forma recorrente, reforçam suas histórias de lutas, a dimensão dos pioneiros. Algumas narrativas não abrem espaço para os indígenas, que também

sofreram e ainda sofrem com a migração de outras populações. Ponto a ser discutido pelas ações do CPMRARO.

Face ao exposto, acredita-se que a opção pelo diálogo com essas narrativas proporciona ao trabalho outros matizes para olharmos a localidade, e, sobretudo para refletirmos sobre a dimensão patrimonial. Se atualmente o exercício em torno do patrimônio tem se aberto a outras vozes, entender as vidas da população local, são janelas para vislumbrarmos as subjetividades em jogo nessas dinâmicas de apropriação e significação.

1.5.2 Diferentes olhares sobre as populações indígenas, aproximações e conflitos.

Desafios para a alteridade.

Os índios, eles respeitavam o nosso espaço, eles tinham medo também. Não eram índios canibais, eles apareciam de vez em quando. Deviam ser os Suruís que moravam aqui perto. Porque eu não sabia direito, na época eu tinha apenas sete anos. Eu era a filha mais velha e o meu pai me dava um facão, e íamos eu, mais meu pai com uma espingarda na frente. Andávamos esse mato todo, sentíamos a presença dos índios nos seguindo. Eles cortavam inhame e exalavam um cheiro. Aquele cheiro te encantava, eu vivi coisas incríveis nessa região. (Vileuda Rodriguez da Silva)

A professora Vileuda Rodriguez da Silva, atuante no ensino local da cidade de Presidente Médici, mostra algumas impressões sobre a convivência entre os migrantes e as populações indígenas em Rondônia no período da chegada da sua família na década de 1970. Descobertas e encantamento, que colocaram em relação mundos diferentes e parecidos, e ampliou o imaginário sobre a floresta amazônica e suas populações.

As marcas deixadas desde o período de colonização do território hoje chamado de Brasil sobre as populações indígenas, assim como sobre outras minorias, ainda se fazem presente e perpassam o imaginário do brasileiro. Com a chegada do colonizador nas Américas, os europeus se depararam com uma realidade diversa, uma intensa dinâmica cultural de populações que já vinham se reinventando e ocupando diferentes regiões do continente durante milênios. A ocupação e dominação da América alterou profundamente a vida dessas populações, o que acarretou no extermínio de centenas de grupos e na consequente diminuição do número de pessoas (NEVES, 1995, p. 174), ao passo que mobilizou movimentos de resistência.

As relações atuais estabelecidas com os indígenas no país são pautadas, em alguns casos, por ações de violência, desrespeito, preconceito e dificuldade de entender a diversidade cultural. As comunidades indígenas continuam sendo relacionadas a uma série de equívocos, como: seriam um grupo genérico; seriam culturas atrasadas; estariam congeladas no tempo e não teriam o direito à mudança cultural; seriam algo do passado, sendo o brasileiro um não indígena (ARAÚJO, CARVALHO e CARELLI, 2010). Desconhece-se também que atualmente há em torno de 240 povos no território brasileiro, que falam mais de 150 línguas (ISA, 2013). Frequentemente essa mesma diversidade é apagada no genérico índio em virtude de um imaginário histórico construído.

Problemas recorrentes, escutados e presenciados em diferentes situações cotidianas, desde em uma conversa com um conhecido, até nas informações vinculadas pela mídia, por empresários, políticos, professores, gestores, entre muitos outros. Fora essas visões que são bem comuns ainda se tem uma idealização sobre as populações indígenas no qual não se entende as questões contemporâneas enfrentadas, como problemas e conflitos em todo país, assim como ameaças constantes aos seus direitos e as terras indígenas (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2014).

João Pacheco de Oliveira (2010) discute como o imaginário sobre a região amazônica, assim como sobre suas populações autóctones, foi sendo construído, sobretudo a partir do século XIX, por meio de representações artísticas e científicas que foram tornadas inquestionáveis. Essas imagens seriam de um mundo regido pelas águas, pela natureza, no qual se teria a ausência da história. Nesse conjunto de olhares, observam-se desde teorias degenerativas, inspiradas em Buffon e Cornelius de Pauw, até visões otimistas, de Bates e Agassiz. Os naturalistas Spix e Martius estabeleceram a relação entre uma natureza exuberante e uma história que se iniciaria. Euclides da Cunha reforçou as concepções de uma região sem história (OLIVEIRA, 2010, p. 22). No mesmo sentido, a ideia equivocada do surgimento do Brasil em 1500 é muito forte e o que aconteceu antes disso é um domínio para a pré-história, sendo vago e irrelevante para o que aconteceu após com o desenvolvimento do país (NEVES, 1995).

No século XX, com o projeto de construção da recente nação, a imagem do indígena será reabilitada pelo indianismo, servindo de bandeira para o país. Destaca-se o Romantismo, que idealizou esses grupos como inocentes em vias de extinção. Com o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), criado em 1910, a imagem

sobre eles não foi inovada, dando continuidade ao imaginário da pós-independência de que as populações indígenas nas regiões sul, sudeste e nordeste estariam em extinção pela assimilação e acultramento, e na região norte ainda existiriam os índios bravos, isolados, que necessitariam da “proteção” do estado (OLIVEIRA, 2010, p. 33). Com a constituição Brasileira de 1988 conseguiram-se alguns avanços, a perspectiva assimilacionista na qual o modo de vida dos indígenas era visto como transitório foi deixada de lado e a auto-organização dessas populações foi reconhecida, assim como a sua capacidade jurídica. Dessa forma, o cenário foi propício ao surgimento de centenas de organizações indígenas pelo país, que atuam em muitas frentes e em prol de seus direitos (OLIVEIRA, 2010, p. 40).

O protagonismo e resistência desses grupos nas últimas décadas tem sido fundamental para reverter essas situações traumáticas. É possível elencar inúmeras iniciativas de grupos indígenas que vêm se mobilizando na luta por suas terras, assim como pelo direito ao seu modo de vida e à sua diversidade cultural. Esses grupos se organizam em ONGs, criam sites, blogs, utilizam diferentes tecnologias a favor da luta pelos seus territórios, como o *Google Earth* e a internet, realizam eventos, participam de movimentos políticos, buscam formações em universidades, entre muitas outras ações. Esse protagonismo, desde décadas anteriores, assusta a população não indígena, gera perplexidade na mentalidade do brasileiro e acirra os preconceitos, pois foge do estereótipo de que para ser indígena é preciso cumprir uma série de atributos estáticos, como não ter o direito a mudança, ser morador das matas, vinculados estritamente à natureza, “silvícolas”, não utilizarem tecnologias de outros grupos como os “brancos”, entre muitos outros quesitos (OLIVEIRA, 1995).

O indígena, muitas vezes, aparece de forma invisível, domesticado e apaziguado em muitas narrativas. Cabe refletir em que medida o imaginário da floresta amazônica, construído em torno de muitos estereótipos reforçados pelo governo militar, contribuiu para a visão dos migrantes sobre o espaço, assim como contribui ainda hoje para a percepção do papel dessas populações na floresta. Esses migrantes, sobretudo aqueles que encararam o desafio da educação, passaram a ver os indígenas de forma diferente, e a abordar em suas aulas discussão para se reverter às visões equivocadas.

Mais do que procurar preconceitos nas narrativas, deve-se localizar historicamente a construção desses pontos de vista e discutir caminhos para se relacionar diferentes olhares, apresentando e discutindo o desafio da multiculturalidade no presente. Não se deve perder de vista que as próprias ciências

humanas ao longo da sua história (antropologia, sociologia, história, entre outras), assim como museus e demais instituição como os Institutos Históricos e Geográficos, Faculdades de Direito e Medicina, foram etnocêntricas e racistas no final do século XIX, por exemplo, (SCHWARCZ, 1993), e o desafio de compreensão da diversidade vem sendo a tônica das últimas décadas, dadas as mudanças das áreas e da própria sociedade.

A professora Maria Coimbra de Oliveira, atuante no ensino local, demonstra como a imagem das populações indígenas vem se alterando, sobretudo pelas práticas relacionadas à educação patrimonial iniciadas com a criação do Museu.

Em relação à questão indígena você tem uma valorização maior atualmente. Porque começa a perceber junto com esse trabalho de educação patrimonial para preservação do material arqueológico, você também faz a ponte entre as comunidades locais, atuais. Porque ainda temos muitos grupos indígenas no estado de Rondônia e muito próximos daqui, que de uma forma direta ou indireta a população tem muito contato. Médici nem tanto, mas se você pegar a população de Ji-Paraná, de Cacoal, Alvorada, de Espigão. Pimenta Bueno. Assim, de uma certa maneira há uma valorização maior e ao mesmo tempo um interesse maior de conhecer as comunidades atuais. Começamos a perceber que os professores que trabalham com essas... com esses grupos. Eles também estão começando a se preocupar com o próprio sistema de educação que está sendo oferecido a eles. (Maria Coimbra de Oliveira)

O campo da educação é o espaço adequado para se evidenciar e discutir o que significa a diversidade do ponto de vista cultural, político, social. O Museu, ao abordar a arqueologia, pode discutir a diversidade no passado e a mesma no presente não é algo a ser temida, pois a história da humanidade é marcada por diferentes escolhas e caminhos ao longo do tempo. O modo de vida atual não é, não foi o único, e nem será o último, a mudança e a escolha de novos rumos sobre a história é a única constante da humanidade.

Por mais que seja apontada a falta de materiais e de formação para atuar com tal perspectiva em sala de aula, os professores percebem a necessidade crescente de abordar tais temas. A presença indígena no entorno do município é latente, sendo as terras indígenas (TI) mais próximas: TI Sete de Setembro dos Suruí Paiter, TI Roosevelt dos Cinta Larga e dos Apurinã, TI Igarapé Lourdes dos Gavião e dos Arara Karó, TI dos Uru Eu Wau Wau e a TI Rio Branco, esta habitada por vários grupos indígenas (Aikaná, Arikapu, Aruá, Djeoromitxí, Kanoê, Makurap, Tupari) (ISA, 2013), fora os demais grupos presentes no estado, totalizando vinte oito. Velden (2010) destaca a diversidade de populações indígenas falantes de várias línguas do tronco Tupi em Rondônia, sendo necessários mais estudos para se

entender esse contexto. Essa presença pode contribuir com um exercício de alteridade, assim como para refinar o entendimento histórico dessas populações na região e o movimento de resistência delas frente à colonização. Também pode contribuir para a história indígena local, sendo a história dos migrantes, uma parte desse processo, que deve ser entendida e refletida da mesma maneira.

A história do contato trouxe as epidemias, a desapropriação das terras, os sítios sagrados profanados, a catequização, a tutela, os projetos desenvolvimentista, a luta pela terra, o orgulho da identidade étnica, a luta pelos direitos civis e políticos e pelo direito a diferença. A procura também de aliados na sociedade envolvente e de uma inserção mais justa e participativa na sociedade nacional. (VIDAL,2008:174).

A dificuldade de compreensão sobre as populações indígenas na localidade é reconhecida pelos migrantes, sendo exposta no cotidiano de muitas formas. Faz-se necessário um olhar mais atento, deixando de lidar com tais populações de forma generalizada. O professor José da Silva Garcia, que passou a trabalhar com educação indígena, lecionando na TI Igarapé de Lourdes com os indígenas Araras, percebe outros aspectos sobre essas populações, assim como as ricas interpretações que eles fazem sobre materiais arqueológicos.

Eu acho que a questão indígena é pouco entendida na região. O povo ainda tem um... Ainda nós vivemos num determinado preconceito com o índio. Ele é visto meio generalizado. Não tem muito isso, mas até certo ponto, quando você leva isso para a sala de aula, quando você comenta, eles conseguem de fato entender, por exemplo, a importância deles e muitos conseguem relacionar parte desse material a esses grupos pré-colombianos. Porque precisa de um trabalho, talvez de antropologia para tentar associar, porque é como você disse antes. Os grupos indígenas estão aí. Todos praticamente em volta do museu. Alguns desapareceram, mas ainda resta... (José da Silva Garcia)

O professor ressalta ainda a importância dos trabalhos arqueológicos para que as populações indígenas entendam aquilo como um legado cultural dos seus parentes e que, de alguma forma, são herdeiros. Como demonstram estudos arqueológicos com tais populações, elas estabelecem diferentes leituras dos materiais arqueológicos.

Fabíola Andrea Silva (2002), em seu trabalho com os Asurini do Xingu (Povo Tupi-Guarani, estado do Pará), por exemplo, discute como para essa população os materiais arqueológicos são evidências de acontecimentos míticos relacionados à sua cosmologia. As bacias de polimento e os polidores são marcas deixadas por Mayra, o herói ancestral mítico criador para os Asurini. O entendimento das

interpretações dos vestígios arqueológicos pelas populações indígenas, assim como a inserção no seu cotidiano se faz necessário, mesmo que do ponto de vista arqueológico não se perceba uma continuidade histórica entre eles, pois esses materiais desempenham diferentes papéis na cultura assim como na memória desses povos (SILVA, 2002).

Silva (2013) na continuação de seus trabalhos com a população Asurini do Xingu a partir de uma demanda dos indígenas mais velhos realizou uma investigação da Terra Indígena *Kuatinemu*. Nesta, procurou visitar os locais antigos de ocupação Asurini, percorrer partes da TI que há muitos anos não era visitada e que poderiam estar invadidas por grileiros, e realizar o levantamento do potencial arqueológico. Mediante contato com as antigas aldeias e com as evidências materiais, os mesmos foram relacionados não somente a eventos do passado (histórico ou mítico), mas também são evidências de testemunhos do presente (SILVA, 2013, p. 35). Dessa forma o lugar, a paisagem, ganham diferentes interpretações pelo movimento de estar na terra.

Existe um grande potencial de trabalho com as populações indígenas do entorno do município do Museu, sobretudo trabalhos de etnoarqueologia, assim como museológicos. O CPMRARO, sendo um museu de arqueologia, teria muito a ganhar com a aproximação das populações indígenas, não somente para que o acervo seja revisitado por outros olhares, mas também para se discutir o papel dos museus acerca da memória, identidade, patrimônio e preservação. Os olhares preservacionistas dos indígenas e não indígenas são distintos e apontam ricos caminhos para refletir sobre o papel dos museus e sobre o que se nomeia de patrimônio. Silva (2012a, p. 170) também mostra a importância dos acervos etnográficos nos museus antropológicos, uma vez que permite às populações indígenas o contato com esses objetos, muitas vezes que deixaram de ser produzidos e servem como fonte de memória e conhecimentos tradicionais.

O professor Devanir Domingues Fernandes evidencia a visão que os migrantes possuíam sobre as populações indígenas ao chegarem à Amazônia. Devido ao seu trabalho como educador na localidade e ao contato com as populações indígenas sua visão e postura é aberta, apresentando outras possibilidades de diálogo.

Naquela época as pessoas tinham aquela visão que nós tínhamos lá de fora de que o índio era só um estorvo. Ele atrapalha se você der abertura para ir na tua roça e rouba tudo. Então, o índio era visto como uma espécie de

ladrão da floresta. Tinha muito aquela ideia de que o índio tinha mais que sumir mesmo. Não tinha importância nenhuma, é preguiçoso. Era essa a visão que tínhamos por lá, que o índio não sabia nada, era um selvagem. Inclusive, eu fui ter uma aproximação com o índio agora no início do ano 2000. Aliás, no final da década de 1980 eu tive um primeiro contato com indígenas porque eu fazia teologia em Ji-Paraná. Nós fomos fazer uma visita num povo que estava acampado para tratamento de saúde. Eu não cheguei até a aldeia e eu vi com um olhar muito triste a situação deles, porque estavam ali para tratamento, eram maioria tuberculosos. O cacique que cuidava deles estava ali num lugar mais protegido, mas debaixo de um barraco e nas suas redes. Eles reclamavam de muita falta de comida. Inclusive, a igreja fazia campanha para arrecadar alimentação. (Devanir Domingues Fernandes)

Ideias de que os indígenas não contribuem para o desenvolvimento e para o crescimento do país eram e ainda são comuns. Diante da colonização local, eram vistos como um entrave ao desenvolvimento, e deveriam ser extintos ou incorporados e civilizados. Entretanto, muitos migrantes, diante dessa situação, não conseguem perceber o quanto essa dinâmica histórica recente acarretou em problemas para as populações que tinham na floresta o seu meio de subsistência.

A falta de contato entre migrantes e populações indígenas reforça esses imaginários socialmente construídos e impedem que se olhem mutuamente e percebam suas semelhanças e diferenças. No caso desse município, que possui diferentes aldeias em seu entorno, há muito a se ganhar com essa aproximação.

O preconceito com população indígena ainda é grande. Porque a maioria da nossa população branca do Estado de Rondônia eles nunca sequer foram numa área indígena. Eles nunca visitaram uma aldeia. Eu mesmo, eu só fui visitar uma aldeia, inclusive dos Araras, eu já estava completando 30 anos de Presidente Médici. O anseio das populações que não conhecem é negativo. A partir do momento que vai lá, visita e conversa com eles, convive com eles, isso muda totalmente. Então, o Museu vai ser importante para poder fazer com que estas populações brancas, possam ter um melhor conhecimento dessas áreas indígenas, dessas comunidades e que aproxime as populações brancas dos indígenas. (José Ribeiro)

No caso do ex-prefeito da cidade de Presidente Médici, José Ribeiro, a partir do momento em que tomou contato com algumas aldeias indígenas da região, sua visão se ampliou e passou a compreendê-los de outra maneira. Essas populações precisam deixar de serem consideradas invisíveis e serem reconhecidamente entendidas como habitantes do estado de Rondônia, que, sobretudo estavam nessa região há muito tempo. Do ponto de vista museológico, o país tem uma riqueza imensa que é a possibilidade de envolver as populações indígenas nesses trabalhos, em curadorias compartilhadas para se revisitar seus acervos, assim como

para mantê-los vivos diante da ampliação da noção de patrimonialização (BRUNO, 2012, p. 41).

Ainda em relação à diversidade indígena, é preciso lidar com a temática de maneira apropriada para não essencializar e romantizar essa diversidade entre os grupos ao longo do tempo. Como discute Cury (2005a, p.316) ao refletir sobre os desafios comunicacionais dos museus de cunho antropológico, é necessário se tomar cuidado para não se perpetuar ideias equivocadas, como por exemplo, que as populações indígenas são um exemplo de comunismo primitivo ou de um verdadeiro cristão. Nesse processo de contato com o outro os conflitos são latentes e mesmo entre grupos indígenas, existem diferentes movimentos de reconhecimento e negação do outro, ampliando o desafio da alteridade.

Na rede de ex-seringueiros, os colaboradores Maurício Martins Alves e Raimundo Correa de Souza, que nasceram na região e são frutos da época dos soldados da borracha, trazem outros pontos sobre essa discussão. Desde pequeno viveram na floresta e dela tiraram seu sustento, muitas vezes aprenderam a interagir na mata com as populações indígenas, como relata seu Raimundo.

Apreendi tudo com os indígenas, de como ficar na mata, eu cheguei a um ponto de ultrapassar os índios na sabedoria da selva, cheguei a esse ponto por que tem coisa que eu faço que o índio não faz, até hoje não faz, que eu aperfeiçoei como aprender. Por exemplo: Na mata, eu sou um verdadeiro professor. Por quê? Sei me alimentar da mata, eu sei beber da mata sem que tenha córrego, um riozinho uma vertente, eu sei onde buscar água na sequidão e sei também me alimentar de frutas, é até folhas mastigar, folha como alimento, comer palmito de toda espécie eu sei como fazer, tem diversas espécies de palmito... (Raimundo Correia de Souza)

A sobrevivência dos seringueiros esteve relacionada ao conhecimento que adquiriram com as populações indígenas, principalmente quanto ao uso de plantas para cura de doenças, entre outros. O fato de ter nascido e se criado na Amazônia, marca o seu olhar sobre o entorno, diferente dos migrantes oriundos de outras regiões, com outros imaginários, e com outras vivências.

Quando eu trabalhei no Rio Acre, tinha um tal de Gabriel, que tinha contato com os indígenas, ele levou um cara chamado Pitanga, índio, que gostava de uma pinga...que Nossa Senhora e a mulher dele a Laura gostava muito dele, chamava: ô Pitanga, tudo que ela mandava ele fazer, ele fazia, mas só obedecia ele e ela. Um dia a mulher adoeceu. Disse assim: – Ô Pitanga, Laura tá doente. Ele disse assim: vou ver se Laura tá doente mesmo? Laura tá doente, Laura tá doente. Ô Pitanga, você não tem remédio para arrumar para essa mulher, ela vai morrer! Disse: Não morre não eu, vou atrás de remédio para ela. Pois esse homem saiu 5 horas da manhã.. Ele se enfiou no mato aí... Rapaz ele chegou era 5 e meia, trouxe umas raízes, sei lá que

diabos de raiz era aquela? Disse assim: Laura agora não morre mais não. Morre mais não? Não morre não. (Maurício Martins Alves)

Os seringueiros sofreram com o projeto de governo, na segunda metade do século XIX e durante a segunda Guerra Mundial, que estimulou a ida de milhares de migrantes. Eles atuaram em esquemas de trabalho compulsório em que acabavam se tornando escravos em decorrência de dívidas que adquiriam com as empresas que os levavam aos seringais e do monopólio comercial do barracão.

o seringueiro, é antes de mais nada um “cliente”, e se denomina freguês, cliente do armazém da zona em que se instala, onde se compromete a comprar todas as suas mercadorias, a aviação (nada a ver com a aviação aérea), e a vender toda a sua colheita mediante o adiantamento de seus instrumentos de trabalho e de mantimentos para a temporada, lançados imediatamente em seu débito, e em troca da concessão de um local, chamado colocação. (LEVI-STRAUSS, 2007, p. 346)

Os que resistiram passaram a ter que lidar com a sua sobrevivência, sobretudo pela interação com a natureza, tirando o seu sustento principalmente do peixe e do plantio da mandioca. Atualmente, alguns estudos têm apontado novos dados em torno dos seringueiros, para além das análises econômicas e sociais que os colocam somente como vítimas de uma situação histórica, mas também como agentes de resistência e luta (SANTOS, 2002). Não se pode perder de vista as relações conflituosas entre seringalistas, seringueiros e grupos indígenas. Os seringueiros presenciaram diferentes conflitos na região, sobretudo os incitados por seringalistas contra populações indígenas e, muitas vezes, também atuaram nessas ações.

Os fazendeiros mandavam matar os índios, fazer veneno, botar veneno nas águas e matar. Os fazendeiros mandavam matar eles mesmos. O Chico Bessa no Rio Mucuripe, fizeram isso muitas vezes, mataram muitos índios. Ele era gerente do Dorinha, era patrão, seringalista do Firmino Feitosa, Firmino Feitosa era gerente dele lá, e eles botaram veneno, matou gente adoidado. Aqui nós encontrava muito material de índio, muito caco de índio. Tinha essas coisas aqui, mas nós nunca ligou para aquilo. A gente achava demais, caco de coisas queimada deles. Ninguém ligou para aquilo! Os índios não podiam mexer com os seringueiros. Se mexesse já viu, o azar tava feito, eles envenenavam a água e... de noite vinham perto de casa fazer um pé de mandioca, uma bananeira, lá tinha um cacho, envenenava aquele cacho de banana, comia morria, dava uma febre, mas se não mexesse com ele... não fazia nada com ninguém, eles eram mansos. (Maurício Martins Alves)

Maurício Martins Alves relata os momentos sangrentos travados contra as populações indígenas e as ações cruéis de extermínio realizadas pelos seringalistas que faziam de tudo para defender “seus territórios”. A imagem do indígena manso e

bravo se faz presente, sendo que se fossem “mansos” e não mexessem com os seringalistas e seringueiros, não se teria problemas, ou seja, as populações indígenas deveriam abdicar de seus territórios e deixar de circular pelas áreas ocupadas para a extração da seringa. Antes do crescimento da migração para a região, essas populações já sofriam outras perseguições. Na disputa pelo território, populações indígenas e seringueiros se enfrentavam, como aponta Raimundo Correria de Souza.

Então ali era seringal, muito grande, muito bom de leite que pegava serras, seringa da serra e seringa dos baixões também das várzeas. Então por exemplo ali tinha uma linha que se chamava linha do ouro negro, era uma serra que tinha muita seringa mas os índios não deixavam os seringueiros trabalhar. Fazia a colocação, a casinha o defumador que tudo era borracha defumada não era borracha escorrida apodrecida era do leite se formava a pelota de borracha. Então ali os índios suportavam até quando tinha bastante gente. Na hora que os seringueiros ficavam sós, eles vinham e matavam. Ai botava outro e haja coragem para ir lá. (Raimundo Correia de Souza)

Outros migrantes relatam que os conflitos entre populações indígenas e não indígenas ocorreu em períodos anteriores, antes da chegada dos migrantes, sobretudo relacionado à época dos seringueiros, que passavam a ocupar áreas habitadas por populações indígenas e com isso entravam em conflitos, como reforça Wilson Modro.

Quando eu cheguei aqui, por exemplo lá no Espigão, Cacoal tinha bastante indígenas Suruí, eles ainda vinham para a rua pelados. O contato era fácil com eles, saíam lá do mato para vim passear, para ver a gente. Não teve tanto conflito com os indígenas nesta época, teve antes, no início da ocupação com os seringalistas, porque quem entrou aqui primeiro foram eles. Com os seringalistas teve muito problema, mataram muitos índios, teve tribos que foram dizimadas totalmente pelos seringalistas, isso aconteceu. Na década de 1970 tinha muitos indígenas na região, inclusive na fazenda do Zé Milton tinha índio trabalhando, viraram seringueiros. (Wilson Modro)

Conflitos entre diferentes grupos para o domínio e o controle de determinado território perpassa a história da humanidade; as populações indígenas que habitavam a América antes da chegada do colonizador já passavam por diferentes dinâmicas para ter o acesso a determinadas regiões e a certas fontes de matéria-prima. Com a colonização, esse processo se acirra, sobretudo, pela concentração de terras nas mãos de poucos. Como reforça José da Silva Ribeiro Junior, a chegada do projeto de colonização de Rondônia afastou as populações indígenas para longe e acarretou em uma série de conflitos.

Então o conflito tanto com os brancos como com os indígenas foi muito grande. Inclusive os índios foram totalmente expulsos dessas áreas para poderem serem exploradas, principalmente naquela época nos anos 1960, dos anos 1950 eles exploravam a borracha. Os índios tiveram que sair dessas áreas, porque os índios não concordavam com isso, com essa exploração. Aqueles que não queriam sair eram exterminados, eram mortos e dava espaço para a exploração da borracha ou dos minérios da região. Houve o processo de ocupação, de invasão destas terras do Estado de Rondônia e continuou o processo de expulsão dos indígenas. Na estrada 429 bem próximo de nós o processo foi tão complicado que pegaram os índios e colocaram dentro de assentamento de reforma agrária. Tem índios inclusive hoje se mobilizando para poder desmanchar isso, foram colonizados como um branco. Não tem a mínima lógica deles fazerem isso. Tinha que se demarcar uma área para eles, para viverem lá, mas não dessa forma de assentar, como se assenta pessoas que não são indígenas. (José Ribeiro)

Os assentamento dos colonos na região de Rondônia foram complicados e desorganizados (MATIAS, 2001; SILVA, 2010). O INCRA não foi capaz de assentar a demanda de migrantes que chegava à região, e o IBAMA não conseguiu fiscalizar o desmatamento, assim como a FUNAI foi ineficaz na assessoria e proteção das populações indígenas que lá habitavam. Segundo Maria Coimbra de Oliveira, os migrantes sofreram, assim como as populações indígenas.

As populações não tinham noção do que era essa floresta. Quando chegaram aqui não tinha mais jeito, não tinha como voltar. A maioria delas gastaram todas as economias, outras se endividaram para chegar até aqui. Era ficar ou ficar. Muitas não conseguiram nem sobreviver aos primeiros anos. O confronto contínuo com os índios, com a própria dificuldade mesmo de viver fora de sua região... muito longe dos centros urbanos. Doenças que chegavam e vitimavam. Teve famílias que os filhos todos morreram de tétano, por exemplo. Então, assim, a dificuldade foi muito grande. Os que conseguiram permanecer e que conseguiram sobreviver, eles passaram as mesmas dificuldades talvez dos próprios indígenas da época. Só que de uma maneira mais... porque era própria luta pela sobrevivência. Ou era eles ou eram os índios. (Maria Coimbra de Oliveira)

A situação das populações indígenas na década de 1960 e 1970 estava difícil, hoje, em pleno ano de 2014, agravou-se, pois estão expostas a problemas de diversas ordens. Tem-se a frente os interesses do agronegócio, que reforçam a vocação do país nos últimos séculos, de ser um país exportador de matéria-prima ao passo que atacam e ameaçam outros modelos de vida. Segundo Eduardo Batalha Viveiros de Castro (2014), o projeto de transformação do índio em pobre é uma ação recorrente, pois nessa condição a sociedade tem mais controle sobre os indígenas. Ser indígena é algo do futuro e esses modelos outros de lidar com a vida teriam

muito a ensinar. Levantamentos relacionados ao racismo ambiental, em 2007²⁴ (RIBEIRO, PACHECO, 2007), buscam evidenciar problemas de injustiças sociais e ambientais que afetam grupos minoritários e vulnerabilizados frente ao desenvolvimento e as políticas de Estado, mostram que Rondônia possui diversos grupos, como indígenas, quilombolas, entre outros, sofrendo pressões de muitas frentes.

Continua a questão de conflitos com os grupos indígenas. A questão da terra, principalmente as que estão em algumas regiões ligadas à mineração. São muitos grupos que estão morrendo, diminuindo bastante. Apesar de outros estarem crescendo muito, mas a mistura é muito grande. Você tem uma migração muito grande para as cidades. O modo de vida da cidade. O aumento do consumo de álcool aumentou bastante entre eles. Esses grupos que estão mais próximos da cidade. Enfim, isso faz com que o preconceito sobre eles também aumente. (Maria Coimbra de Oliveira)

Diferentes problemáticas se evidenciam sobre as populações indígenas nesse pequeno recorte das narrativas dos colaboradores. Essas visões serão pontos de partida para calibrar a atuação do CPMRARO, sobretudo na sua prática educativa. A diversidade é a tônica da localidade e com ela se podem realizar ações locais, como um desafio a ser seguido. Diversidade essa que precisa sair do abstrato e passar a ser entendida de maneira relacionada com a vida. Do ponto de vista individual somos muitos, do ponto de vista dos grupos identitários do qual também fazemos parte somos pautados pela diversidade e, sobretudo, ao olhar para a história da humanidade percebemos que mudamos ao longo do tempo pelas escolhas e desejos de construção de diferentes mundos para habitarmos.

Os preconceitos e equívocos não são imutáveis e intransponíveis, surgem do medo frente ao desconhecido. Dessa forma, a região centro-leste do estado de Rondônia aponta para um caminho rico de contato com a diferença uma vez que distintos grupos estão no seu entorno e ao mesmo passo que os vestígios

²⁴ Pelo estudo realizado por Tereza Ribeiro e Tania Pacheco, foram evidenciados vários conflitos relacionados a grupos minoritários: populações indígenas (povos Karitiana, Karipuna, Kaxarari, Pacaas Novas e a T.I. Ribeirão e T.I. Lages), ribeirinhas e camponesas em relação à construção do complexo hidrelétrico do Rio Madeira. Em Santo Antônio do Guaporé há a demarcação irregular de terras que aflige o Quilombo Santo Antônio e Pedras Negras e as terras indígenas, ocasionado pela Empresa Nova Vida, por madeireiros e pecuaristas. Em Guajará-Mirim, existe negligência nos serviços de saúde para grupos indígenas (povo Oro Wari' – terra indígena Lage Novo e terra indígena Ribeirão), sendo o agressor a FUNASA. No município de Monte Negro, tem-se a invasão de terras indígenas Uru-Eu-Wau-Wau por grileiros. Em Cacoal, desde a década de 1960, existe a extração de diamantes na área indígena do Grupo dos Cinta Larga (Roosevelt) por garimpeiros. Na divisa entre os Estados de Mato Grosso e Rondônia, vê-se a pavimentação da rodovia em terra indígena Kayapó pela DNIT – Ministério dos Transportes, entre outros (RIBEIRO e PACHECO, 2007).

arqueológicos também indicam uma diversidade no passado. O Museu pode evidenciar cada vez mais essas diferentes semânticas e se constitui em um espaço potencial de discussão e transformação desses conflitos, em conjunto com outras instituições, como a escola, as associações de moradores, as organizações não governamentais etc. Seria ingenuidade depositar somente no Museu todo o papel de transformação sobre a visão em relação às populações indígenas. Sua prática precisa ser crítica e atenta, pois ao invés de refletir sobre essas dinâmicas, pode apenas construir um fetiche dessas histórias e cair na imagem do indígena bom selvagem, um dos pilares da fundação da nacionalidade.

A dimensão dos conflitos é latente e colocam em jogo no presente quais tipos de passados que estão em negociação na região. Diferentes grupos, como colonos, ex-seringueiros, evangélicos, populações indígenas, entre muitos outros, são agentes de negociação do passado local, sendo que a arqueologia e a museologia podem considerar essas semânticas com o objetivo de realizar uma reflexão conjunta a respeito do passado e do presente e, sobretudo, contribuir para a produção de novas memórias.

Como criar um espaço de diálogo entre essas diferentes visões? Como discutir essas diferentes memórias em jogo? Como discute Meneses (1992), a memória é fruto do presente e para responder a problemáticas desse mesmo tempo, ela se configura como uma dinâmica constante de construção e reconstrução. A memória não está consolidada em um conjunto de crenças, mas está sujeita a dinâmica social da própria vida. Dessa forma, essas memórias materializadas em narrativas apontam desafios para o CPMRARO quanto a abordagem patrimonial na localidade.

Como aponta Alfonso (2012, p.251), ações educacionais no campo da arqueologia que consideram diferentes memórias (individuais ou coletivas) contribuem para evidenciar memórias submersas e dominantes, influenciadas pelas relações de poder. Dessa forma abre-se um rico campo de discussão e sobretudo, de reconhecimento e valorização da diversidade.

CAPÍTULO 2. ARQUEOLOGIA E A LONGA DURAÇÃO. ARQUEOLOGIA COMO HISTÓRIA, ARQUEOLOGIA SEGUNDO MUITAS HISTÓRIAS

Ilustração 3 - *Jovem com arco, flecha e adornos à margem do Rio Roosevelt - RO, Cinta Larga.*
Fotografia: Jesco Von Puttkamer, 1972. Site do ISA. Ilustração Gonper, 2014.

Neste capítulo apresenta-se uma discussão sobre as pesquisas arqueológicas na Amazônia, com o enfoque no território de Rondônia. Busca-se elucidar os avanços dos trabalhos que colaboram para o entendimento do passado local, conjuntamente com os desafios colocados pelo presente. A vocação da arqueologia para produzir interpretações históricas será discutida, sobretudo na escala da longa duração. Nesse sentido, é possível aproximar essas problemáticas com os estudos realizados pela ecologia histórica na região da Amazônia, que propiciam um entendimento sofisticado entre as interações humanas e ambientais. Abrem-se janelas para reflexão sobre a relação das populações com as paisagens, sobretudo com a floresta amazônica no presente. Para ampliar o debate, o discurso será apoiado nos trabalhos voltados à multivocalidade, que consideram outras vozes nesse processo. Por fim, será apresentado outro eixo de análise das narrativas dos colaboradores, no qual expõem-se as relações contemporâneas das pessoas com os vestígios pré coloniais e sítios arqueológicos, abrindo novos olhares e interesses no que concerne à produção de relações afetivas com o passado.

2.1 Arqueologia amazônica

Faltou, no entanto, “conversar com os russos”. Os russos nesse caso são os povos antigos da Amazônia que, à revelia e para desgosto de alguns arqueólogos, produziram artefatos de pedra lascada e depois pararam de fazê-lo, inventaram a cerâmica e depois a deixaram de fabricar, criaram solos férteis, como a terra preta, mas não tiravam deles todo o seu sustento, domesticaram plantas, mas não tinham paciência para ser agricultores, vislumbraram a possibilidade do Estado, mas dela sempre fugiam quando podiam. (NEVES, 2012, p. 278)

A floresta amazônica gerou nas populações humanas diferentes encantamentos ao longo do tempo, assim como interpretações e significações das mais diversas. Até hoje, sua imponência em termos de diversidade biológica e social geram desafios para o entendimento em diferentes áreas do conhecimento. Eduardo Góes Neves (2012) apresenta uma discussão segundo o princípio da incompletude, que marcou os olhares sobre a floresta amazônica ao longo do tempo. Diante de um ecossistema exuberante, rico e de grande porte, faltaria tudo, como história, agricultura, ciência, organizações sociais, estado com E maiúsculo, entre outros quesitos de “civilidade”. O autor chama atenção, de maneira pertinente, como o uso da preposição “sem” categoriza as análises sobre a região e sobre suas populações.

Nessa concepção, a natureza teria se imposto à humanidade e determinado os seus rumos, tais ideias, muito rediscutidas nas últimas décadas, e os avanços em diversas áreas têm mostrado o contrário. Esse tipo de interpretação ainda perpassa os olhares sobre a floresta, as políticas públicas para a Amazônia e o imaginário da população brasileira de modo geral.

Diferentes campos do conhecimento vêm se debruçando sobre a região para qualificar a sua diversidade biológica e social²⁵, apontando novas discussões, assim como desafios futuros para a manutenção desse bioma, que foi vertiginosamente modificado pelos projetos de “modernização” e desenvolvimento nas últimas décadas (KEZAR, 1998; MATIAS, 2001; PEREIRA, 2010, SILVA, 2010), em detrimento de milênios anteriores de outras relações entre a humanidade e a natureza sobre a qual ainda se sabe pouco, e na qual a arqueologia e outras áreas realizam um esforço para compreender. Existe uma herança de ideias, relacionada aos trabalhos de naturalistas que, desde o século XVIII e XIX, de acordo com o arsenal teórico-metodológico de sua época, caracterizaram a região como um obstáculo ao desenvolvimento de sociedades. Para os arqueólogos que atuam na região, os primeiros estudos reforçaram tais ideias de alguma forma, mas não deixaram de ter importância, pois apresentaram dados para a construção de um quadro cultural para a complexa história local.

Os estudos arqueológicos em diversos momentos colocaram o meio ambiente da Amazônia como um entrave ao desenvolvimento das sociedades humanas (MEGGERS, 1954; MEGGERS, EVANS, 1961; MEGGERS, EVANS, ESTRADA, 1965 entre outros). Trabalhos posteriores trouxeram alternativas interpretativas e passaram a apontar o espaço da floresta como propício ao desenvolvimento e expansão das sociedades (produção cerâmica, adensamento populacional, domesticação de plantas), assim como uma região de abundância, riqueza e fartura necessárias ao desenvolvimento de sociedades complexas, com grandes aldeias e grupos hierarquizados²⁶ (LATHRAP, 1975; BROCHADO, 1989; ROOSEVELT et al. 1991; ROOSEVELT, 1995; entre outros).

²⁵ A região amazônica possui a maior área contínua de floresta tropical. No Brasil a maior riqueza de animais e vegetais do mundo: entre 10 a 20% de 1,5 milhão de espécies já catalogadas. Além da riqueza natural a Amazônia abriga uma grande diversidade cultural; é onde vivem cerca de 170 povos indígenas, com uma população aproximada de 180 mil indivíduos, 357 comunidades remanescentes de antigos quilombos e milhares de comunidades de seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, entre outras (CAPOBIANCO, 2001).

²⁶ Para uma história das pesquisas arqueológicas na região amazônica ver Lima (2008), MORAES (2007), TAMANAHA (2012), ZUZE (2014).

Novos projetos de abrangência regional ampliaram esse quadro de entendimento, como por exemplo, o Projeto da Amazônia Central (PAC), coordenado pelo Prof. Dr. Eduardo Góes Neves, que atuou de 1995 a 2010 com pesquisas sistemáticas na região de confluência do Rio Negro e Solimões no estado do Amazonas, contribuindo, inclusive, com a formação de diversos profissionais²⁷. Em síntese, por meio desses trabalhos e de outros dados, Neves (2012, p.273) discute que a Amazônia é ocupada há pelo menos 15 mil anos AP, apresentando uma diversidade de tradições culturais em virtude dos diferentes tipos de evidências arqueológicas; a produção antiga de cerâmica coloca a região com inovações independentes (7 mil anos no sambaqui fluvial de Taperinha e 5.500 anos nos sambaquis do litoral paraense); a presença de terras pretas em diversas áreas apontam mais para um correlato com a ocupação humana no passado do que uma solução para a pobreza dos solos; os estudos de macro e microvestígios nos sítios arqueológicos indicam diversas práticas agroecológicas, tendo talvez a mandioca um papel secundário nas sociedades antes da colonização; há presença de vestígios que evidenciam a existência de sociedades sedentárias e hierárquicas com marcas de modificações na paisagem, entre outras discussões.

Ao invés de modelos explicativos que postulam grupos caçadores coletores como originário dos agricultores, em uma linha reta de desenvolvimento, existe um intenso processo de diversificações de escolhas, de modos de vida, com formas de organização social e política variadas (NEVES, 2012). Como discute o referido autor, talvez nossos olhos não sejam capazes de entender a complexidade da floresta amazônica, pois incompletas são as interpretações que não conseguem de fato lidar com o entendimento da região ao longo do tempo.

De modo geral, os estudos arqueológicos na floresta cresceram nas últimas décadas, contribuindo para o entendimento e refinamento da história de longa duração, assim como forneceram elementos para avaliar a maneira presente de como se lida com a mesma localidade. Os estudos ainda precisam avançar, pois há várias localidades desconhecidas do ponto de vista arqueológico e, nesse sentido, o estado de Rondônia vem colocando questões importantes nos últimos anos e

²⁷ Pesquisas (mestrados e doutorados) realizadas no âmbito desse projeto contribuíram para o entendimento de um quadro refinado de ocupações, por meio da construção de uma cronologia local, assim como as transformações na região ao longo do tempo, refinando e dialogando com diferentes hipóteses para a ocupação da região amazônica (Destacam-se os trabalhos de: LIMA, 2008; GUIMARÃES, 2012; MORAES, 2007, 2013; MACHADO, 2005; REBELLATO, 2007; PY-DANIEL, 2010; TAMANAHA, 2012; CAROMANO, 2010, entre outros).

mobilizando pesquisas para uma melhor compreensão de muitas hipóteses regionais.

2.2 Apontamentos sobre a arqueologia de Rondônia

O Estado é cortado pelo rio Madeira, um dos maiores afluentes do rio Amazonas, e recebe água de outros que formam complexos fluviais, como o Guaporé, o Mamoré, o Abunã, o Jamari e o Ji-Paraná. No passado, assim como no presente, partes dos trajetos desses rios serviram como verdadeiras estradas para as populações que se locomoviam e retiravam recursos dessas águas. O rio Ji-Paraná ou Machado que atravessa a região específica desta pesquisa (centro leste de Rondônia) nasce na Chapada dos Parecis é um dos maiores afluentes do rio Madeira na margem direita, desemboca no seu alto curso e forma uma importante bacia fluvial.

As margens ainda são locais de encontros para grupos de pessoas, ao longo de seus trajetos encontram-se muitos sítios arqueológicos, que mostram as dinâmicas de utilizações ao longo do tempo. Antes da abertura da BR-364, o rio Madeira e seus afluentes eram as principais vias de acesso para a região. As áreas de terra firme também tem apresentado uma intensa ocupação no passado, evidenciado pela grande quantidade de sítios arqueológicos encontrados no presente.

A seguir será apresentado um breve quadro para a compreensão do passado local. Cabe frisar que adotar o estado de Rondônia como um recorte de estudo para entender as dinâmicas culturais e sociais é arbitrário, pois seria necessário estender essa análise a outras áreas próximas, como ao território da Bolívia, aos estados do Mato Grosso, do Amazonas e do Acre²⁸. Dada à envergadura desta pesquisa no âmbito de uma dissertação de mestrado, em um primeiro momento ela ficou localizada em Rondônia, com enfoque na região do centro leste do estado.

Na última década, vem crescendo o número de pesquisas arqueológicas em Rondônia, em virtude, principalmente, da arqueologia de contrato relacionada aos projetos de infraestrutura voltados ao desenvolvimento da região, como no caso das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) realizadas pelo governo

²⁸ Da mesma forma, ao lançar esforços no município de Presidente Médici para se correlacionar os estudos arqueológicos com as ações museológicas do CPMRARO é preciso levar em consideração diferentes escalas de análise, por exemplo, próprios estudos arqueológicos, até o momento, lançam-se, sobre o Alto Madeira, o rio Ji-Paraná e seus afluentes que são áreas amplas, o olhar desta pesquisa sobretudo em relação a dimensão patrimonial manteve-se ao município e seu entorno.

Federal²⁹. Dentre elas, destacam-se as controversas construções das hidrelétricas de Santo Antônio e Girau, assim como linhas de transmissão e distribuição de energia, malhas rodoviárias, pontes, entre outras pequenas obras. Nesse sentido, muitos trabalhos têm trazido novos dados para se repensar a localidade. Ao mesmo passo que esse momento de desenvolvimento é uma nova etapa do processo de “modernização” e colonização no qual vem gerando uma série de conflitos entre diferentes vozes (empreiteiras, pesquisadores, ribeirinhos, indígenas, entre outros)

O número de trabalhos acadêmicos tem se ampliado também, sobretudo com a implantação do curso de Arqueologia na Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e de projetos acadêmicos de outras universidades. O curso, criado em 2009, está formando as primeiras turmas de arqueólogos na região, que poderão contribuir com os estudos, preservação e socialização do patrimônio arqueológico. Atualmente o Laboratório de Arqueologia dos Trópicos (ARQUEOTROP), coordenado pelo prof. Eduardo Góes Neves do MAE-USP, estendeu suas ações para a localidade e seus alunos têm pesquisado diversas áreas do estado, como Porto Velho, o centro-leste do estado e a região do Guaporé (ALMEIDA, 2013; MONGELÓ, 2012; TRINDADE, 2012; PUGLIESE, 2013; ZIMPEL NETO, 2013; SUÑER, 2010) buscando relacionar as discussões com as problemáticas mais amplas da floresta tropical.

As pesquisas arqueológicas em Rondônia apresentam um longo período de ocupação para a bacia do rio Madeira e seus afluentes, a partir de estudos de Miller, tem-se dados que remontam para o final do pleistoceno e começo do holoceno (CRUZ, 2008, p.34; ZUZE, 2014, p.67) e novos dados vêm ampliando o entendimento de uma história de longa duração (ALMEIDA, 2013; CRUZ, 2008; MILLER, 2009; OLIVEIRA, 2013; SUÑER, 2010; ZIMPEL NETO, 2008; ZUSE, 2014, entre outros). As populações estabeleciam diversificadas relações com a natureza enquanto inventavam suas culturas, em uma dinâmica intensa. Desde períodos remotos, eram realizadas experimentações com plantas, com as quais se efetuavam manejos da natureza. Talvez nessa região, no passado, tenha ocorrido a domesticação da mandioca (OLSEN e SCHAALL, 1999) e da pupunha, por exemplo. Esses saberes posteriormente foram espalhados em conjunto com as próprias populações ao se mudarem, ou em redes de trocas. Na região do Guaporé,

²⁹ O PAC na localidade investiu de forma intensa na área energética a partir do PAC 1 (2007 a 2010), relacionado ao segundo governo de Luís Inácio Lula da Silva, assim como o PAC 2 (2010 a 2014), relacionado ao governo de Dilma Rousseff.

populações pretéritas construíram sambaquis com conchas de moluscos de água doce.

O sudoeste amazônico possuiu uma grande diversidade cultural, evidenciada pela arqueologia e por outras áreas do conhecimento. Segundo Almeida (2013, p. 137), mais precisamente em relação à bacia do Alto Madeira, as pesquisas precisam buscar entender o mosaico cultural local no passado e no presente mediante a correlação de informações levantadas por diversos campos do saber, como a linguística, a antropologia, a arqueologia, a história, entre outras.

A região, além de possível berço de domesticação da mandioca (OLSEN, SCHALL, 1999) e área com uma grande diversidade cerâmica produzida no passado (MILLER, 2009), o alto Madeira como o suposto centro da tradição policroma (NEVES, 2012, p. 265; ALMEIDA, 2013) entre outras discussões, é rica, do ponto de vista ambiental, apresentando diferentes biomas como terra firme e várzea, planícies de inundação pantanal, savanas, entre outros ecossistemas. Social e culturalmente possui diferentes grupos, indo desde uma diversidade de grupos indígenas até a presença de comunidades quilombola, seringueira, ribeirinha.

Os primeiros trabalhos arqueológicos realizados por Eurico Theofilo Miller³⁰ apontam para uma longa ocupação da região sendo que foi criada uma série de cronologias para diferentes tipos de conjuntos cerâmicos, com base em análises tipológicas dos materiais, para ocupações pré-cerâmicas, constatação da antiguidade da terra preta, e o levantamento de hipóteses sobre a provável origem do tronco Tupi (MILLER 1987a, 1987b, 1992, 2009). Algumas das datações de Miller para sítios pré-cerâmicos e para sítios cerâmicos são bem recuadas, sendo em muitos casos revistas por novas pesquisas e projetos (CRUZ, 2008; ZIMPEL NETO, 2008). Trabalhos tem apontado a região com uma enorme diversidade cultural e linguística, que a fez receber a denominação de Mesopotâmia, onde teriam derivado dez protolínguas e dez tradições arqueológicas, nas áreas de Guaporé-Madeira e Aripuanã inspirados pelas discussões da linguística (MILLER, 2009).

³⁰ Essas primeiras pesquisas de Miller estavam relacionadas a obras de grande porte como, por exemplo, a instalação da Hidrelétrica de Samuel no rio Jamari, a Usina Hidrelétrica de Ji-Paraná, e a implantação da rodovia que liga Costa Marques à Presidente Médici, BR 429. Ele também participou de outros projetos, como o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológica da Bacia Amazônica – PRONAPABA (entre as décadas de 1970 e 1980), e o Programa Paleoindígena.

[...] quase todas as famílias linguísticas do tronco Tupi até agora reconhecidas se concentraram na região do Guaporé, isto é, do Alto Madeira, particularmente entre os rios Guaporé e Ji-Paraná (ou Machado) [...] talvez o centro de difusão do Proto-Tupi deva ser procurado na área do Guaporé. (RODRIGUES, 2011, p. 202)

Fernando Ozório de Almeida (2013), em sua tese de doutorado, rediscutiu a presença de grupos produtores da tradição policroma da Amazônia (TPA) no Alto Madeira. Segundo o autor, os grupos produtores de cerâmica incorporaram distintos elementos, configurando mais tarde na cerâmica policroma. Caso se confirme a expansão policroma, sua dispersão foi rápida e recente, a partir do século VIII em uma expansão bélica. Almeida argumenta como as áreas do entorno das cachoeiras, como a de Teotônio foi ocupada ao longo do tempo, sendo um lugar persistente e significativo nesse mesmo sentido foi um possível espaço de encontro e trocas de objetos e conhecimentos entre diferentes grupos, que explica a diversidade de distintos elementos nas cerâmicas.

Silvana Zuse (2014) analisa a região do Alto Rio Madeira (entre a cachoeira de Santo Antônio e a foz do rio Jaci-paraná) com base na cerâmica de quatorze sítios escavados, segundo a compreensão das escolhas tecnológicas utilizadas para sua elaboração. Essa pesquisa contribui para a discussão da presença de povos da matriz cultural Arawak (3 mil a 1.500 AP), identificados na localidade em períodos mais recuados e associados à grande variabilidade dos materiais analisados, vinculados a característica de expansão desses povos que formaram contextos multiétnicos. A partir de 1.500 AP tem-se um adensamento populacional e, em períodos mais recentes, a chegada de grupos relacionados à produção da tradição policroma da Amazônia (subtradição Jatuarana) teria alterado a localidade, permanecendo na região até os séculos XVII e XVIII.

Pesquisas em andamento, como a de Guilherme Mongeló (2012) analisa a região da bacia do Alto Rio Madeira e busca refletir sobre o conceito do período Formativo, relacionado ao entendimento de uma mudança nos modos de produção na pré-história. Aborda a fase Massanganá (formada por artefatos líticos, microlascas principalmente de quartzo, raspadores pequenos, pedras bigornas, pequenos pilões e mãos de pilão) e a sua relação com a presença de terra preta (entendida *a priori* como indicativo de processos de utilização intensa do solo, como o cultivo de alimentos e de um provável sedentarismo) e a não presença de vestígios cerâmicos. Thiago Trindade (2012) analisa os geoglifos (estruturas antropogênicas cavadas em valas) no sudoeste amazônico, em São Francisco do

Guaporé. Essas estruturas vêm sendo evidenciadas pela derrubada da floresta amazônica e os estudos realizados vêm apresentando novos dados, assim como uma diversidade de formas e padrões. Outros projetos de pesquisa acadêmica em desenvolvimento na região estão contribuindo para o aprofundamento do entendimento do quadro regional de ocupação, como, por exemplo, os trabalhos: *O Sambaqui fluvial Monte Castelo e a operação de sistemas de assentamento na Bacia do Médio Rio Guaporé: 8 mil anos de adaptabilidade humana nos trópicos* (PUGLIESE, 2013); *Arqueologia no médio e baixo rio Guaporé e suas implicações para o entendimento dos sítios com construções em terra do sudoeste Amazônico* (ZIMPEL NETO, 2013).

Raimundo Ney da Cruz Gomes (2013) discutiu a arqueologia histórica, mediante análise de materiais (vidros e louças) oriundos de escavações no sítio da Vila de Santo Antônio, no Alto Madeira, próximo a Porto Velho. A quantidade de garrafas de bebidas encontradas poderia reforçar narrativas higienistas, indicando a região como um local de alcoólatras, desprovida de higiene, insalubre se comparada com a cidade de Porto Velho, porém o pesquisador entende essa evidência como parte da inserção na vila no sistema capitalista que reorganizou o espaço entre os séculos XIX e XX.

No centro-leste do estado de Rondônia, especificamente no município de Presidente Médici, região alvo do presente estudo, Rodrigo Almeida Suñer (2010), em sua pesquisa de doutorado em andamento, busca correlacionar a diversidade arqueológica da região, enfatizada no material cerâmico, com a diversidade étnico-histórica. Escavações no município de Presidente Médici – RO (Sítio Rainha da Paz entre outros) e a análise de peças cerâmicas da coleção do CPMRARO estão revelando novos dados no entendimento do processo de ocupação da região. Dessa maneira busca entender em que maneira a diversidade arqueológica na região do médio rio Ji-Paraná/Machado se deu ao longo do tempo e do espaço. Com o seu término, novos dados vão permitir calibrar melhor a longa duração no contexto local. Ver prancha fotográfica 3, p.92.

Prancha Fotográfica 3 – Cerâmicas analisadas por Rodrigo Suñer em seu doutorado.

Maria Coimbra de Oliveira (2013) investiga gravuras rupestres de forma sistemática desde 2002, por meio da realização de inventário, documentação, análise e classificação das gravuras, localizadas, sobretudo, nos municípios de Ji-Paraná, Ministro Andreazza e Presidente Médici. Apresenta quatro estilos de gravuras para as figuras antropomorfas (Estilo Riachuelo, Estilo Cachoeira Alta, Estilo Mirante e Estilo Molim). Os sítios com arte rupestre se encontram ao longo da falha geológica da Providência, em afloramentos areníticos. Próximo a esses sítios são encontrados materiais líticos e cerâmicos, que ainda não foram alvo de estudos. Os sítios com materiais cerâmicos e líticos foram agrupados em três setores: o setor Riachuelo possui sítios com gravuras, material lítico e cerâmico; o setor Leitão conta com sítios com material lítico, cerâmico e polidores ao longo do rio e o setor Machado possui sítios líticos, cerâmicos e polidores na margem esquerda do rio Ji-Paraná ou Machado (GARCIA, GARCIA, 2012, 2013). Ver prancha fotográfica 4, p.93.

Prancha Fotográfica 4 – Gravuras rupestre do centro leste de Rondônia.

Nessa região mais ampla, Miller (2009) discute sobre a mesopotâmia cultural, localizada entre o Guaporé-Madeira e o Aripuanã, que teria sido a terra de origem e expansão dos povos relacionados ao Prototupi arqueológico e ao Prototupi linguístico, que teriam se derivado em dez protolínguas e dez tradições arqueológicas. A terra natal desses povos era constituída por uma diversidade de famílias linguísticas estas confirmadas pelos dados arqueológicos levantados pelo pesquisador como sítios-habitação, cemitérios com cerâmicas de traço tipo Tupi-guarani (cerâmica corrugada e ou pintada). Mediante correlação entre as evidências linguísticas, etno-históricas e arqueológicas, chegou-se à tradição Prototupi, com origem na pequena área do alto Ji-Paraná, em torno de 5 mil AP (MILLER, 2009, p. 100).

Miller (1986), em outra pesquisa, indica para a região da BR-429, que liga o município de Presidente Médici ao de Costa Marques, a presença de diferentes fases culturais que remontam pelo menos 4 mil anos AP. Essas evidências estão associadas aos falantes linguísticos dos troncos Tupi e Txapacura. Miller (1986/1987) próximo ao município de Presidente Médici, na área de inundação da hidrelétrica de Ji-Paraná, aponta para materiais de pré-ceramistas com a antiguidade de 9 mil anos AP, tendo também uma diversidade de cerâmicas que, segundo as interpretações, foram catalogadas como pertencentes a tradição

Tupiguarani, e uma série de outras novas que precisariam ser encaixadas em novas fases e tradições.

Essas pesquisas foram fundamentais para um primeiro quadro de ocupação da localidade. Carlos Augusto Zimpel Neto (2008), analisou sítios arqueológicos em terra firme ao longo da Bacia do Ji-Paraná, com grande quantidade de cerâmicas relacionadas a diferentes fases. Ele discutiu mudanças nos padrões de assentamento no Holoceno médio, relacionados a experimentações agrícolas, com o manejo de palmeiras e tubérculos (quantidade grande de machados); concentração de grupos em grandes e médias aldeias; e processos mais amplos de domesticação. Segundo dados levantados, há pelo menos 4.600 AP ocorriam tais experimentações agrícolas, atestadas pela fase Massanganá, em um afluente do Jamari.

O pesquisador indica que o fato do solo ser rico ou pobre não foi determinante no surgimento de aldeias. O sítio arqueológico Encontro, localizado em terra firme próximo ao interflúvio dos rios Ji-Paraná e Roosevelt, evidenciou uma ocupação de duzentos anos, entre 4.400 a 4.200 AP, com uma cultura material que pode ser inserida na tradição Tupiguarani. Daniel Gabriel da Cruz (2008) analisou sítios arqueológicos da bacia do rio Ji-Paraná e ampliou a discussão em torno da cerâmica Tupiguarani³¹; ele retomou algumas das categorias de classificação, rediscutindo alguns trabalhos anteriores de Miller, e realizou uma reflexão em torno dos modelos linguísticos relacionados ao tronco Tupi.

Como pondera Almeida (2013, p. 131), os dados apresentados por Miller, Zimpel Neto e Cruz fortalecem a ideia da terra natal dos Tupis estarem localizadas no sudoeste Amazônico. Os dados linguísticos são importantes, mas não podem ser considerados de maneira precisa e a região ainda necessita entender melhor, por meio de novas pesquisas arqueológicas, a história dos falantes Tupi-Guarani no entorno do rio Ji-Paraná.

Dessa forma, a região aponta para discussões em torno do desenvolvimento de experimentações agrícolas no passado, para o desenvolvimento de cerâmica, o adensamento populacional, contextos multiétnicos e o provável centro de origem e dispersão de algumas inovações tecnológicas. Essas problemáticas vêm sendo revisitadas em novos trabalhos, que destacam a localidade em relação à história de longa duração dos povos da Amazônia.

³¹ Foram estudados seis sítios arqueológicos na bacia do rio Ji-Paraná mediante um trabalho de consultoria da empresa Scientia Consultoria. As análises levantadas em relação à cerâmica escavada deixa a desejar em relação a uma reflexão sobre os processos de ocupação local.

Muitos dados e pesquisas ainda são necessários para que seja construída uma história consistente, sobretudo em relação à região da bacia do Ji-Paraná que se localiza o atual município de Presidente Médici – RO, assim será possível olhar para a história do lugar e potencializar as reflexões em torno das relações locais presente com as problemáticas do passado. Nesse mesmo sentido, a diversidade de ocupações – como quilombos, seringais, terras indígenas, latifúndios, entre muitos outros – complexifica o debate em torno dos diferentes usos do território e sobre o papel do patrimônio arqueológico na atualidade.

2.3 História de longa duração: arqueologia como história, ecologia histórica e os estudos das paisagens.

Cada atualidade reúne movimentos de origem, de ritmos diferentes: o tempo de hoje data simultaneamente de ontem, de antes de ontem e de outrora. (BRAUDEL, 2011)

A arqueologia, como área do conhecimento, sempre esteve relacionada de alguma forma ao entendimento do passado; é uma ciência que trouxe elementos para compreensão dos processos sociais, culturais e econômicos enfrentados pela humanidade ao longo do tempo. Como apresentado em relação aos estudos arqueológicos na Amazônia, as pesquisas contribuem para compreender processos sociais e culturais anteriores, faz refletir também sobre o presente, possibilitando assim escolhas de outros projetos futuros. Diante disso, cabe qualificar essa relação da arqueologia com a história, e a potencialização que essa relação possui para os estudos patrimoniais, sobretudo na dimensão da multivocalidade, uma vez que é possível considerar que são muitas histórias que estão em jogo nessa interpretação do passado. A visão científica pode, por sua potencialidade qualificar a longa duração, relacionar-se também com as diferentes histórias de vida na contemporaneidade.

A arqueologia, ao longo do tempo, ampliou seu espaço de reflexão em decorrência das mudanças em seu campo e nas mais diversas áreas do conhecimento, possibilitando novas formas de interpretar e perceber o registro arqueológico, assim como a relação das pesquisas com a sociedade. Sofreu

influências de conceitos oriundos de áreas como as ciências sociais, a antropologia, as ciências naturais, a ciência política, a economia, a etnologia, a história, a filosofia, entre tantas outras (TRIGGER, 2004; HODDER, 1986).

Se, por um lado, a arqueologia aparece no imaginário contemporâneo como uma área voltada a entender o passado longínquo, por outro, durante seu desenvolvimento, no século XX, assumiu diferentes problemáticas que abriram outros entendimentos e perguntas a respeito dos seus objetivos³². Atualmente, a área se apresenta como um campo potencial para ser utilizada como ferramenta de luta por diversos grupos que buscam, ancorados no passado, criar outras narrativas em prol de diversos movimentos de resistência que procuram se opor a uma única semântica da vida. Esses diversos objetivos assumidos enriqueceram as possibilidades de alcance da arqueologia: como história, como antropologia, como política, entre outros, foram alguns usos que a disciplina recebeu e que acabaram diversificando o seu campo de abrangência. Para além dessas abordagens, não se pode perder de vista que a arqueologia está intimamente relacionada ao entendimento e pesquisa do registro arqueológico, o que define a sua práxis, define o “fazer” arqueológico em detrimento de outros profissionais de áreas próximas.

Além desse desafio prático de lidar com o registro, cabem perguntas como: O que é produzido ao se refletir sobre o registro arqueológico? Faz-se história, faz-se ciência, faz-se política? Como problematiza Trigger (1978), há uma falsa dicotomia entre a história e a ciência no bojo da arqueologia mediante críticas limitadas a respeito do papel meramente descritivo da primeira.

Prehistoric archaeology has a important role to play as an historical discipline within the larger framework of the sciences of man. [...] historical research embracess an interest in process as well in events and cronology. The aim of any historical discipline is not only to describe but also to interpret specifics events. (TRIGGER, 1978, p. 36)

Nesse sentido, o vínculo da arqueologia com a história e o seu olhar direcionado ao entendimento do passado se coloca como premissa, uma vez que a área busca explicar e interpretar o que aconteceu a um determinado grupo humano, assim como fazer generalizações a respeito do processo das mudanças culturais. Segundo Hodder (2009), a arqueologia é particularmente capaz de contribuir para

³² Questionamentos a respeito se a arqueologia estudava o passado, ampliou as reflexões, uma vez que ela busca em primeira instância a compreensão da formação do registro arqueológico que dado agora, no presente; logo ela é uma ciência do presente que pode ajudar a inferir sobre o comportamento humano no passado (BINFORD, 1994).

uma história de longa duração³³, levantando problemas sobre as relações entre passado e presente, mediante uma dimensão do fluxo do tempo. Não existe um começo, meio e fim em relação aos eventos históricos, mas, sim, uma continuidade.

Quando se assume a longa duração da história, o passado se conecta diretamente ao presente, reforçando o momento em que essas ideias e inferências são realizadas, reiterando o momento presente do arqueólogo no processo de reconstrução do passado das sociedades. O tempo histórico na arqueologia pode ser observado como esse *continuum*, com mudanças e continuidades evidenciadas pela arqueologia.

Todas essas questões reforçam a possibilidade de pensar o papel político e social da área, uma vez que essa história de longa duração construída pelos arqueólogos é pesquisada e tensionada pelo tempo presente, parte de uma interpretação marcada por uma subjetividade, sendo importante a consideração de múltiplas vozes para alimentar um debate mais democrático. Como aponta Gosden (2001), o movimento de descolonização da prática arqueológica evidencia a força ideológica e colonizadora da arqueologia, da antropologia e de outras áreas que influenciaram a produção do conhecimento e foram marcadas pela dimensão europeia, branca, masculina, classe média, entre outras. “A further feature of postcolonial thought worth emphasizing is the attempt to identify and weed out colonial habits of thought within the western intellectual tradition” (GOSDEN, 2001, p. 243). A emergência das arqueologias indígenas, feministas, comunitárias, colaborativas, entre tantas outras novas práticas, ampliaram o debate. Passado e presente, conectados com a arqueologia e com a dimensão histórica, possibilitam a imaginação de outros mundos existentes e possíveis.

Dessa forma, a compreensão da dimensão da longa duração na região amazônica, pode potencializar os atuais estudos patrimoniais no sudoeste amazônico. Ao se considerar que o tempo é um *continuum*, as relações presente das populações atuais participam das problemáticas arqueológicas também, pois estão embebidas ou não nelas. Continuidades e mudanças em relação ao território e

³³ Hodder (2009) entende as ideias do historiador Fernand Braudel como uma boa lente para olhar essas questões. Braudel trabalhou com a dimensão de três escalas para entender o processo histórico, sendo escalas arbitrárias de divisão de um *continuum*: a longa duração, a média duração (história social) e a curta duração (dimensão individual). Para Braudel, um evento particular é influenciado pelas continuidades do tempo da longa duração, do tempo quase imóvel, que são agregados de eventos anteriores, sendo uma chave para os estudos das paisagens e para o entendimento da relação dos homens com o seu meio.

paisagem em questão são desafios para o CPMRARO lidar com a sua vocação da preservação do patrimônio local.

Estudos segundo a abordagem da ecologia histórica na região têm ampliado as pesquisas e possibilitam uma série de análises alternativas para a reflexão das relações entre populações humanas e meio ambiente³⁴ (BALÉE, 1998, 2006). A ecologia histórica³⁵ procura entender a atuação do homem em relação ao seu entorno mediante a dimensão da longa duração, contribuindo para a compreensão da heterogeneidade da formação das paisagens em âmbito local e global. Buscando, assim, romper com o determinismo cultural ou ambiental que marcaram os estudos anteriores pelas pesquisas da dinâmica recíproca entre humanidade e meio ambiente. Dessa forma, os estudos complexificam as discussões a respeito dos processos de degradação e promoção da diversidade promovida pelos homens.

[...] through the study of traditional resource management and environmental knowledge in the past and present, we can begin to grapple with the implications of such knowledge for conservation and management of biodiversity and landscape diversity. (BALÉE e ERICKSON, 2006, p. 12)

Nessa linha, Neves e Petersen (2006) reforçam uma abordagem que não considera o meio ambiente da Amazônia como limitante ao desenvolvimento e complexidade das sociedades humanas. Essas questões são embasadas em pesquisas na região da Amazônia central, conjuntamente com as discussões a respeito das *Amazon Dark Earth*, das mudanças sociopolíticas e transformações na paisagem. Esses estudos relacionados à ecologia histórica olham para uma série de variantes e abordagens, justamente para entender a complexa relação homem-natureza em uma escala regional e global.

No âmbito dessas abordagens, as dimensões políticas dos trabalhos são indissociáveis da agenda de pesquisa. Questões como os direitos indígenas e de comunidades tradicionais sobre o patrimônio cultural e genético de diversas áreas, o uso de sítios arqueológicos como recurso econômico e social no presente, entre

³⁴ Com a consolidação do campo nos anos 1980 e 1990 houve uma série de contribuições para a área, o livro organizado por Carole Crumley (1994), por exemplo, apresenta um quadro de vários pesquisadores de diferentes áreas concentrados no aprofundamento desses debates e na ampliação das pesquisas sobre as imbricadas relações entre os meios ambientes e os sistemas sociais.

³⁵ Balée e Erickson (2006) apontam que a Ecologia Histórica se contrapõe aos modelos explicativos oriundos da sociobiologia, do materialismo cultural, da teoria dos sistemas e da ecologia comportamental, pois estas áreas produzem ideias que podem levar ao entendimento dos homens como automatizados em relação a atividades de exploração do meio ambiente, não tendo papel de escolha, nem de ação. Os pressupostos da Ecologia Histórica ampliam essas reflexões e enfatizam o papel das escolhas das sociedades em relação ao seu meio.

outros, passam a dialogar diretamente com os trabalhos de pesquisas que assumem um papel fundamental nessa disputa de interesses e no engajamento de todas as partes envolvidas.

O conceito de paisagem trabalhado pela ecologia histórica amplia as discussões, pois está relacionado a uma espécie de unidade de análise em que diversos pesquisadores e áreas do conhecimento são capazes de entender a sua dinâmica em relação às ações humanas em uma multiescala, diacrônica e holística. Meio ambiente construído pela intencionalidade humana, no qual se encontram marcas e algumas apropriações simbólicas da natureza (BALÉE e ERICKSON, 2006).

A compreensão da “indigeneidade das paisagens”, segundo Balée (2008), permite o debate sobre a autodenominação dos povos como indígenas dentro de uma constante transformação de suas culturas e de sua relação com a transformação e invenção dos seus territórios e paisagens. O pesquisador discute como as pesquisas a respeito da “natureza cultural” abordam toda uma tradição do conceito de *terra nullis*³⁶, gerando problemas e dilemas a vastas áreas de florestas na Oceania, África e América, sobretudo no que tange aos direitos de populações indígenas em relação aos recursos propiciados pela terra.

Em certa medida até hoje a sociedade contemporânea tem dificuldade em entender as profundas relações das populações indígenas com o seu entorno, olhando para a floresta ainda com o imaginário do “inferno verde”, terra de difícil adaptação, “terra não propicia à civilização”. Estudos recentes apontam que essas terras e paisagens aparentemente “virgens” têm sido entendidas como humanizadas, inventadas, modificadas. Na Amazônia encontram-se diversas evidências dessa antropogenia das florestas, como os geoglifos do Acre, a criação de valas, diques para defesa e outras movimentações de terra, as terras pretas de índio, a domesticação de algumas, entre outras (NEVES, 2012).

Povos e lugares que juntos foram uma vez considerados como constituindo paisagens naturais, no sentido de Sauer, ou *terra nullius e domicilium vacuum* para os europeus da Renascença, essas terras, recursos e povos que de fato foram objeto do colonialismo ultramarino, têm sido percebidos nos últimos 25 anos como sendo os redutos finais, não dos “primitivos prístinos” (Wolf, 1982), mas antes paisagens humanizadas feitas por povos

³⁶ Balée (2008) apresenta toda uma discussão a respeito da *terra nullis*, que identifica a forma como os europeus consideravam a região das terras recém-descobertas da América nos séculos XV e XVI e que, segundo a concepção da época, não eram habitadas, eram virgens, inexploradas e, portanto, passíveis de dominação e uso.

Diante do exposto, a paisagem, unidade bastante evidenciada nas pesquisas arqueológicas, na contemporaneidade, é território de disputa, conflitos e coexistência de diversos sujeitos e grupos com pontos de vista e interesses distintos. Essa mesma paisagem pode ser um espaço para o diálogo e para a confrontação de muitas vozes, em uma instância multivocal. Isso pode ocorrer principalmente no que diz respeito aos processos de patrimonialização do entorno, o que abre a possibilidade de criação de um espaço de diálogo, uma arena de negociação entre várias perspectivas, sejam elas antagônicas ou próximas. Frente a esses estudos, é possível qualificar as continuidades e mudanças em relação à maneira como se lidam com essas paisagens e territórios no presente. Dessa forma, potencializa-se uma dimensão política dos estudos, pois se apresentam opções de modo de vidas em relação ao meio, em diferentes momentos, permitindo pensar em quais escolhas, hoje, assumem-se em relação ao mesmo espaço.

Como já abordado no primeiro capítulo, a atuação do CPMRARO dá-se em uma região alvo de diversos ciclos econômicos que alteraram profundamente sua paisagem nas últimas décadas se comparado com as interações indígenas nos últimos milênios. O uso da terra, realizado pelas populações indígenas na região, foi modificado bruscamente pelo advento de um processo “moderno” de desenvolvimento. Diante desse mesmo cenário, a população local situada na cidade onde o Museu atua, assim como em relação aos outros municípios de sua abrangência regional, foi influenciada pela dimensão dos “pioneiros”. Eles de alguma forma carregaram, por sua vez, as imagens e percepções de seus territórios e de suas paisagens de origem para a floresta amazônica marcada pela *terra nullis* discutida por Gnecco (1999).

Uma questão ambígua fica evidente, ao mesmo tempo em que boa parte da floresta amazônica foi destruída e as populações indígenas foram afastadas para outras localidades, o considerado “patrimônio arqueológico” produzido por essas mesmas populações no passado passa a ser preservado por uma instituição museológica. Destruição e preservação aparecem como instâncias de um mesmo movimento, que amplia os debates a respeito do gerenciamento do patrimônio arqueológico, assim como em relação ao papel das pesquisas arqueológicas que vêm sendo realizadas na floresta amazônica. No mesmo sentido, as paisagens amazônicas – materialização de diferentes marcas de uma longa duração de

relações entre os seres humanos e a natureza – que se mantiveram em pé durante milênios, nas últimas décadas vem sendo extremamente alteradas e destruídas.

Segundo Bezerra (2010), uma das grandes questões para as pesquisas educacionais desenvolvidas pela arqueologia na região amazônica é trabalhar com a unidade da paisagem, integrando educação ambiental e educação patrimonial. Ao se promover debates a respeito da unidade da paisagem, questões como intenção, manejo e apropriação da natureza, emergem apontando diversos caminhos e escolhas tomadas pelas sociedades do presente e do passado.

Se, por um lado, as populações indígenas interagiram de muitas formas com as paisagens em uma longa duração, por outro, nas últimas décadas, optou-se por um modelo de desenvolvimento que praticamente extinguiu as florestas no entorno da instituição. O caminho possível de discussão é gerar um espaço de diálogo pelo Museu ou por outros lugares de debate para reflexão de como as relações culturais, sociais e econômicas, ao longo do tempo, têm transformado a floresta amazônica,

Os vestígios materiais discutidos pela arqueologia e relacionados a uma diversidade cultural do passado estão situados em uma antiga floresta amazônica que foi sistematicamente derrubada, logo ambos estão correlacionados. A preservação do patrimônio arqueológico na Amazônia está ligada às questões ambientais, e o Museu pode indicar caminhos para reflexão da construção das paisagens atuais, sem incorrer no risco de levantar de maneira cega a bandeira da sustentabilidade³⁷, mas, sim, problematizando as atuais escolhas e ações.

Essa discussão levanta questões, tais como: patrimônio de quem, para quem, por que e como? Com a extensão das pesquisas dos vestígios cerâmicos para dimensões relacionadas à paisagem, colocam-se em evidência diferentes visões e intenções em relação ao patrimônio natural e cultural da região. O modo como os indígenas deixaram suas marcas na floresta amazônica no passado, difere-se e se assemelha a forma como as sociedades do presente a marcam. A maneira como os migrantes garimpeiros, agricultores, entre outros, interagem com a paisagem

³⁷ As problemáticas levantadas em relação à Ecologia Política (STONE, 2003; HILL, 2006; BROSIUS, 2001) indicam questões cruciais para se pensar a produção do conhecimento no século XXI e os cuidados que os pesquisadores precisam ter em relação aos debates de sustentabilidade, uma vez que essas noções são datadas historicamente no mundo ocidental e podem levar a interpretações romantizadas e essencializadas das culturas em relação ao seu meio ambiente, apagando suas complexidades de interações. Diante das discussões em torno da preservação da floresta, o entendimento do jogo de interesses em uma escala, local e global se faz necessária para refinar críticas diante dos diversos grupos que se relacionam hoje no sudoeste Amazônico. Nesse mesmo sentido, o olhar da sustentabilidade está mais relacionado ao Ocidente do que o praticado pelas populações locais, como as indígenas, por exemplo.

também se difere e se assemelha em relação aos povos indígenas. Como é possível relacionar diferentes percepções do entorno em um espaço de diálogo? Talvez esta seja a grande questão a ser trabalhada pelo Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia – CPMRARO.

2.4 Multivocalidade, diferentes vozes, diferentes engajamentos

El tema de la multivocalidade es central para el afianzamiento de los saberes insoburdinados y, así resulte paradójico, para la praxis de la antropología y de otras varias disciplinas. (GNECCO, 1999, p. 13)

Frente à potencialidade dos estudos arqueológicos sob a ótica da ecologia histórica, que considera a paisagem como uma unidade de análise que pode agregar diferentes interpretações, apresentam-se algumas discussões em torno da perspectiva multivocal na arqueologia. Tem-se como fundamental compreender outros pontos de vista e narrativas a respeito do chamado patrimônio arqueológico e cultural, e como o surgimento de uma instituição museológica no sudoeste amazônico pode tratar esses diferentes pontos de vista. Essa perspectiva aproxima-se intimamente da história oral (metodologia do NEHO-USP) e das discussões sobre o papel dos museus e da museologia na atualidade..

O conceito de multivocalidade na arqueologia se desenvolveu originalmente nos contextos específicos da Inglaterra e dos Estados Unidos (FAWCETT, HABU e MATSUNAGA, 2008). O contato de pesquisadores³⁸ oriundos dessas localidades com práticas arqueológicas desenvolvidas na América Latina, Oceania e África, possibilitou alguns questionamentos de pesquisa com novos olhares e interpretações do patrimônio, ajudando não só a refinar o próprio conceito, como estabelecer na prática uma dimensão multivocal. Nesse sentido, nota-se que a própria realidade latino-americana possibilitou aos arqueólogos de outras partes do mundo, sobretudo, da Europa e dos Estados Unidos da América, mudarem sua práxis frente a novas problemáticas.

A multivocalidade, de forma geral, possibilita que diferentes vozes (relacionada aos pesquisadores, aos moradores locais, aos indígenas, entre outras parcelas da população) e pontos de vistas distintos sejam considerados na

³⁸ O conjunto de artigos organizado pelos autores Junko Habu, Clare Fawcett e John M. Matsunaga no livro *Evaluating Multiple Narratives: Beyond Nationalist, Colonialist Archaeology* (2008) ajuda a qualificar as teorias e metodologias relacionadas à dimensão da multivocalidade no âmbito das pesquisas arqueológicas desenvolvidas em diferentes partes do mundo. Debates como esses conceitos foram apropriados de diferentes formas e estão a serviço de diversas agendas locais, porém conectadas com uma discussão mais ampla no âmbito global.

interpretação dos sítios arqueológicos. Nessas relações tem-se a presença de tensões e disputas simbólicas que podem ajudar a repensar a prática arqueológica; a mudar os objetivos e interesses presentes nos projetos de pesquisa, e a contribuir com interesses dos grupos minoritários envolvidos nos trabalhos, entre outros (FAWCETT HABU e MATSUNAGA, 2008).

Gnecco (1999), ao refletir sobre a multivocalidade, problematiza os diferentes caminhos para se relacionar com a pluralidade de vozes sobre o que significa o passado e como ele deve ser preservado e utilizado. Ressalta a importância de uma resposta contracultural ao pós-modernismo por meio da insubordinação, do enfretamento, com o engajamento de outras vozes no cenário contemporâneo, criando novos espaços de legitimação e autoridade. Não é possível um diálogo pacífico entre diferentes conhecimentos, pois estão estruturalmente relacionados a distintas formas de se produzir os discursos. Portanto, a pluralidade de conhecimentos pode ser garantida somente se os seus circuitos de produção, circulação e consumo também o forem.

É possível considerar que a arqueologia em certa medida abordou essa diversidade de vozes, uma vez que os arqueólogos se relacionavam de muitas formas com a população local, sobretudo pela coleta de informações para alcançar os seus objetivos científicos. Entretanto, o exercício da multivocalidade amplia esse diálogo e permite que os pesquisadores pratiquem uma postura dialógica com os “outros” a fim de superar algumas dicotomias tão evidentes em relação à produção do conhecimento. O encontro entre pesquisadores e parcelas da população é da ordem da “desterritorialização” e faz que ambos os lados saiam de seus espaços simbólicos confortáveis e se permitam ir ao encontro de novas perspectivas, perguntas e pontos de vistas, criando novos mundos.

Diante da sua experiência no projeto de pesquisa em *Çatalhöyük*, na Turquia, Hodder (2008), ao refletir sobre essas questões, apresenta o perigo de considerar somente as diferentes vozes e interpretações em relação ao patrimônio arqueológico. Para além dessa esfera, o autor indica que o exercício da multivocalidade deve contribuir com mudanças na prática de pesquisa, para que grupos marginalizados possam participar e se apropriar delas com outras agendas, demandas e questões, “is that multivocality needs to be allied with changes in archaeological practice which promote collaboration and which take into account the social positions of stakeholder groups” (HODDER, 2008, p. 198). Nessa mesma direção, Bruce Trigger (2008) faz algumas críticas ao conceito da multivocalidade

em virtude de uma visão errônea, que considera que todas as interpretações sobre o passado possuem o mesmo peso e relevância, caindo em um relativismo extremo.

As for multivocality, I believe that the more questions that are asked and the more narratives of the past that are formulated the better. Because of that, I oppose the idea that any specific group should be accorded an exclusive right to control the interpretations of their own past. I also reject, however, the suggestion that all narratives are of equal historical value. Multivocality enhances rather than relieves the need for archaeologists to weed out erroneous assumptions and interpretations and to synthesize divergent viewpoints to produce more holistic explanations of the past. (TRIGGER, 2008, p. 190)

Sonya Atalay (2008), ao refletir sobre as chamadas arqueologias indígenas, aponta como essa área possui uma série de experiências e abordagens que se manifestam em diferentes práticas, sendo assim *indigenous archaeologies*, no plural. Busca-se de maneira ampla: evitar a replicação de práticas arqueológicas ocidentais; investigar concepções indígenas de mundo que possam ampliar os conhecimentos relacionados com a gestão histórica e cultural do patrimônio; e incorporar esses outros conhecimentos “não ocidentais”. Tais problemáticas são vistas como um processo para descolonizar a arqueologia e “indigenizar” a academia, formas de inserir novas ferramentas para se estudar o patrimônio e a história dos povos indígenas, um exercício multivocal que almeja a transformação de ambos os lados, sem uma busca cega por um consenso, pois seria ingênuo pensar dessa forma.

Concorda-se com a pesquisadora (ATALAY, 2008, p. 30) ao comentar que a abordagem da Arqueologia Indígena não é limitada somente às terras e aos seus descendentes, pois possui uma relevância para a prática arqueológica de maneira mais ampla, no sentido que ensina outras formas de produzir e relacionar com os nossos conhecimentos. Nos processos de longa duração vivenciados pelo território que hoje é chamado de Brasil, as populações indígenas tiveram um papel fundamental na constituição desses espaços, entretanto com a emergência do Estado Nação estiveram fora dos processos de decisão e apropriação de muitas maneiras. Crê-se que a prática arqueológica realizada no país pode olhar para as arqueologias realizadas com as populações indígenas e aprender outras formas de trabalhar com a memória, com o passado e com a maneira de se contar por meio de certas narrativas.

Decolonizing archaeology does not mean discounting science or Western epistemologies, such as multivocality. It means struggling to build bridges and develop tools to build a more tolerant society that allows different epistemologies to exist and play a role. Indigenous experiences call for the need to develop collaborative methods for archaeological research and find ways to put multivocality into practice – not only in interpretation, but through community developed research projects that include culturally sensitive methods of education. (ATALAY, 2008, p. 43)

No caso do Brasil, o trabalho de Cabral e Saldanha (2008), em relação ao Projeto de Investigação Arqueológica na Bacia do Rio Calçoene, no Amapá, apresenta questões sobre a abertura dos projetos de pesquisa a outras interpretações e não somente àquelas relacionadas aos especialistas. No caso, o trabalho com o sítio arqueológico AP – CA – 18 (estrutura circular de megalitos), após sua veiculação na mídia, passou a ter outros interesses pela população local, que já estabelecia relações anteriores com esses habitantes. Fabíola Andréa Silva (2014), em trabalho desenvolvido durante anos com as populações Asurini do Xingu, apresenta uma discussão em torno de uma arqueologia relacionada aos interesses das populações locais, exercendo um espaço dialógico entre interesses arqueológicos e desejos indígenas.

Diante do exposto, o exercício da multivocalidade acontece de diferentes formas em várias partes do mundo, sendo as especificidades das problemáticas arqueológicas locais, os processos históricos vivenciados pela região, os diferentes sujeitos e agendas destes, entre outros fatores, vetores que norteiam as práticas de pesquisas. Frente à complexidade dos processos de identificação na contemporaneidade, não se pode desconsiderar uma prática multivocal com populações não descendentes. Entretanto, isso cabe a todos os envolvidos na construção de um espaço fórum de diálogo para que se construa um conhecimento voltado à valorização do passado indígena e de outras populações que também imprimem suas diferentes marcas no território. Dessa forma pode-se ampliar um exercício voltado a alteridade. Não pode se perder de vista que esse caminho muitas vezes não é pacífico, pois existem muitos interesses em jogo.

Não foi realizado um projeto no qual parcela da população local interpretasse o registro arqueológico de forma direta, em conjunto com as etapas de escavações relacionadas a outros trabalhos devido a questões estruturais e de inserção dessa própria pesquisa, entretanto elucidamos possibilidades futuras da realização dessa abordagem. Diante da relação próxima que a população local possui cotidianamente com os materiais arqueológicos, sobretudo pela formação de coleções que posteriormente foram para o CPMRARO, diferentes questões foram levantadas com

eles mediante ações da história oral. Cabe ressaltar que a localidade possui um grande potencial para se conjugar as atividades de escavação com parte da população, uma vez que eles possuem afinidades com esses materiais, que, por sua vez, habitam seus imaginários e memórias de muitas formas.

Ao realizar um esforço multivocal o trabalho se torna mais árduo, porém mais rico, com outros olhares que podem ser contrapostos ao da pesquisa. Dessa forma, esta pesquisa evidencia pontos iniciais para a localidade refletir os conflitos e mudanças com a longa duração das paisagens amazônicas, que passaram por um forte processo de alteração nas últimas décadas. O projeto de história oral realizado permitiu perceber e entender outras vozes, entretanto este trabalho é somente um começo dessa prática na região, que possui potencial para extrapolar e ampliar essas ações, sobretudo para outros grupos, como as populações indígenas do entorno e outras parcelas de migrantes.

Objetiva-se, dessa forma, uma ampliação das relações que possuem com o seu passado, buscando entender e projetar quais caminhos a atuação do CPMRARO pode traçar para aproximar e discutir essas diferentes visões, inclusive sobre quais possíveis negociações podem envolver a localidade.

2.5 Contemporaneidade dos sítios arqueológicos, diferentes relações e apropriações dos vestígios arqueológicos

Esses fragmentos – que para nós são partes de um todo representado por um objeto – constituem partes de outro todo: as paisagens vividas por essas pessoas. São também elementos com os quais têm uma relação metonímica, pois engendram uma teia de experiências e sentidos na qual estão imersos e imbricados. (BEZERRA, 2013, p. 115)

Diante da discussão da abertura da arqueologia a uma diversidade de vozes e do exercício multivocal em relação à prática arqueológica, pelas ações da história oral realizadas nesta pesquisa, apresentam-se a seguir alguns pontos e caminhos possíveis que reforçam as possibilidades desses estudos na região pela contemporaneidade do registro arqueológico e das diferentes apropriações que ele possui. Dessa forma, abrem-se também caminhos de atuação para o CPMRARO do ponto de vista educativo, uma vez que seus acervos trazem consigo diferentes problemáticas de relações em torno dos vestígios.

As marcas do passado apresentam dinâmicas socioculturais do território, abrindo muitas significações por aqueles que os encontram ou convivem com eles

em suas atividades cotidianas. Os cacos, fragmentos de pedras, marcas nas paisagens e objetos evidenciam que outros grupos existiram / existem naquela determinada localidade e que imprimiram / imprimem diferentes aspectos do seu modo de vida na materialidade e no mundo a sua volta. Na região amazônica essas relações com os materiais arqueológicos são recorrentes e têm demandado das pesquisas esforços quanto a dimensão simbólica e social, assim como qual o sentido desses materiais e trabalhos para as populações que habitam hoje diversos territórios (BEZERRA, 2013; LIMA, MORAES e PARENTE 2013; PARENTE, 2009).

Esses objetos, coletados de muitas formas pela população em todo o país, e com frequência na Amazônia, que são guardados na estante de casa, pendurados na parede, utilizados como vasos, para armazenar água e farinha, estão impregnados de histórias daqueles que o coletaram. Estes criam verdadeiros museus em suas salas, são janelas para olhar as relações presentes e estabelecer conexões com o passado que os vestígios materiais representam. É possível aproximá-los dos objetos biográficos abordados por Ecléa Bosi (2003, p. 25) pois, segundo a autora, esses objetos envelhecem com o seu possuidor e se incorporam à vida, como se fossem parte dela³⁹.

Nesse sentido, é necessário entender esses processos, dinâmicos e contextuais, por meio dos estudos de cultura material para se estabelecer conexões entre essa vida presente e as vidas passadas representadas pela materialidade. As pesquisas podem deixar de somente informar o que os vestígios “realmente” significam do ponto de vista científico e se abrirem ao diálogo a outras interpretações e significações, tecendo pontes entre visões arqueológicas e interpretações locais.

Muitas vezes o arqueólogo, devido aos objetivos de sua pesquisa, a infraestrutura das etapas de campo, ao tempo destinado as ações não consegue considerar essa diversidade de interpretações. Quando esses materiais pesquisados são salvaguardados e entram nos processos de comunicação, como em uma exposição museológica, por exemplo, acabam sendo apresentados segundo tipologias e problemáticas inerentes somente as pesquisas científicas que lhes deram origem, afastando-se das populações em uma semântica hermética. Dessa

³⁹ Nesse sentido Bosi faz uma distinção entre um objeto de *status*, relacionado ao modo de vida burguês no qual o indivíduo ao longo de sua vida adquire / compra uma série de coisas para marcar a sua posição social, a sua ascensão, seu gosto etc. e o objeto biográfico que se contraporia a definição primeira, por ser aquele que acompanhou o indivíduo ao longo de toda a vida, envelhecendo com ele, nesse sentido tendo um papel afetivo muito maior e imbricado com a história de vida do sujeito.

forma, perde-se muito em relação a outros sentidos que poderiam ser pontes de acesso para o universo da arqueologia e de outras histórias.

Em outros casos as pesquisas arqueológicas contam com a ajuda dos moradores para o levantamento da localização de sítios, entretanto as pessoas que colaboram aparecem em diversos trabalhos somente como informantes, ou mesmo de forma diluída nos relatórios, dissertações e teses na parte “levantamento oportuno” de informações. Essa discussão nas últimas décadas ganhou espaço dentro da prática arqueológica que se delineia em diferentes outras arqueologias, como a arqueologia pública, comunitária, colaborativa, entre outras (COLWELLI-CHANTHAPHONH, FERGUSON, 2008; FUNARI, BEZERRA, 2013; TULLY, 2007).

No movimento de resignificação dos vestígios arqueológicos por diferentes pessoas, populações e comunidades, tem-se uma via de acesso para estabelecer um diálogo entre a arqueologia e a própria vida, o que possibilita reinvenções de ambos os lados. Por mais que essas leituras realizadas pelos moradores locais se afastem de uma interpretação arqueológica ou de uma relação com a temática indígena, esses materiais apropriados continuam sendo um canal de aproximação com aqueles que o colecionam para se discutir sobre história de vida, colecionismo, história local, história indígena, outras histórias, pesquisas arqueológicas, história de longa duração, papel dos museus, entre muitos outros temas, o que reforça a arqueologia como ciência social engajada com as problemáticas do tempo presente.

Essas apropriações apontam para outros processos identitários posto que muitas delas priorizam uma determinada ligação com o passado em detrimento da problemática indígena. Nesse sentido não se pode perder o desafio político de evidenciar uma história indígena, sobretudo em um necessário movimento de equidade entre os grupos. Cabe uma reflexão para tecer pontes entre essas diferentes visões de mundo. Nesse exercício não se pode desconsiderar os diferentes tipos de colecionismo de material arqueológico. Há casos em que moradores de área rural, comunidades ribeirinhas, ao trabalharem na roça, deparam-se com vestígios arqueológicos e passam a colecioná-los por diferentes curadorias. De maneira distinta, também existem pessoas, grupos, que saem escavando intencionalmente, mesmo conhecendo a legislação, em busca de materiais arqueológicos, “relíquias” para serem vendidas e comercializadas.

Márcia Bezerra (2013), que atua na região amazônica com o olhar voltado para essas questões, discute que ao se refletir sobre a relação contemporânea das pessoas com os vestígios arqueológicos não se está legitimando atos de

vandalismos e saques a sítios arqueológicos, mas, sim, enfatizando a importância de uma sensibilidade para se olhar as apropriações locais do que se chama por patrimônio arqueológico (BEZERRA, 2013, p. 109). Compartilha-se essa ideia com a autora, uma vez que se faz necessário entender a linha tênue e porosa nessa região, entre o que se considera destruição do registro ou a continuidade da sua própria formação (PARENTE, 2009).

Bezerra (2011) ao pesquisar a relação dos moradores da Vila de Joanes, na ilha de Marajó, com os vestígios arqueológicos apresenta muitos caminhos para se superar a visão de destruição dos sítios em comunidades de pequena escala. Deve-se olhar para o processo de significação constante realizado pelas populações do presente. Essa abordagem não considera essas comunidades como uma potencial ameaça à preservação dos sítios pela falta de informação e desconhecimentos, mas, sim, como portadoras de outras relações “patrimoniais” diferentes da nossa. Nesse sentido a autora problematiza a importância de estudos sobre cultura material nos projetos de arqueologia pública e nos de arqueologia etnográfica na região da Amazônia para melhor qualificar as relações entre comunidades e vestígios arqueológicos.

Os vestígios arqueológicos são protegidos por toda uma legislação que orienta a realização das pesquisas como também a sua salvaguarda e socialização. Tem-se realizado uma discussão em torno da flexibilização dessas ações e posturas normatizadoras do IPHAN em relação a consideração de outras práticas contemporâneas com os sítios e vestígios. Lúcio Meneses Ferreira (2013) discute como as coisas (vestígios arqueológicos) estão presentes na vida de diversas populações e comunidades, mas ao mesmo tempo não estão. Toda a dimensão patrimonial em torno delas, que as relacionam ao nós invisível da nação e do mundo, muitas vezes as aprisionam e as relacionam também à dimensão do mercado pela arqueologia de contrato. Dessa forma, se não houver cuidado com as coisas e com a sua relação com a dimensão patrimonial, matar-se-á as ricas relações das populações com essas materialidades em prol de uma primeira instância de um sentimento vazio de nós (nacional), que muitas vezes não faz sentido àquele contexto.

Como discute Tânia Andrade Lima (2007), ao refletir sobre o desafio da preservação do patrimônio arqueológico, a arqueologia, assim como as instituições legais que gerenciam o patrimônio arqueológico, precisa se abrir ao diálogo com a diversidade da sociedade, realizar um exercício multicultural. Busca-se que esses

processos de preservação não ocorram de forma obsoleta e dialoguem com a própria dinâmica dos diferentes grupos que se projetam nesses vestígios de muitas maneiras, produzindo identidades e contribuindo para a produção de memórias, tudo isso, obviamente, sem deixar de lado o compromisso de preservação dessas evidências para a posteridade.

No centro-leste do estado de Rondônia, o desorganizado processo de migração, desmatamento e colonização alterou profundamente a relação homem-natureza, gerando outras relações com a floresta ou com o que sobrou dela. Os vestígios arqueológicos encontrados atuaram quase como um “erro de programação” no imaginário construído dessas populações de terras virgens, inexploradas, não habitadas. Os objetos são pontos de partida para as populações repensarem o que realmente foi e é essa região, assim como suas relações ou não relações com as populações indígenas que viveram e ainda vivem nesse espaço.

Exercem uma potencialidade para ampliar e mudar a visão sobre o processo de ocupação, possibilitando um exercício de reflexão em direção à alteridade ou mesmo, em alguns casos, para reforçar preconceitos e medos em relação ao diferente, ou ainda para reforçar a própria identidade local, seja ela cabocla, ribeirinha, entre outras, em detrimento do passado indígena. Ao considerar essas problemáticas, novos caminhos em termos arqueológicos e patrimoniais se apresentam ao horizonte. Cabe discutir a necessidade de refinar essas pesquisas na localidade, pois como indica Maria Coimbra de Oliveira Garcia e José da Silva Garcia , muitos sítios foram destruídos de forma intencional e por falta de conhecimento sobre o papel patrimonial que eles possuem (GARCIA, GARCIA, p. 62).

Prancha Fotográfica 5 – Neuza e Noé, e material arqueológico encontrado e encaminhado ao CPMRARO.

Os migrantes, ao se fixarem nessa terra, primeiramente retiraram seus recursos da floresta em atividades extrativistas e, com o desmatamento, passaram a trabalhar em roças para subsistência, plantando variados alimentos; posteriormente, implantaram a agricultura e a agropecuária. Nessas atividades, depararam-se muitas vezes com vestígios arqueológicos, com os quais produziram diferentes interpretações; parte dos vestígios, no entanto, foi descartada, alguns foram coletados e guardados. Como ressalta o professor José Garcia:

Eu até costumo falar, aquele agricultor que conseguiu olhar aquela peça no meio da pedra e viu que tinha trabalho humano que era diferente, ele tem um conhecimento fenomenal. Tanto que ele trouxe para casa, ele guardou. Então, ele vê a importância daquele objeto. (José da Silva Garcia)

Durante muito tempo a arqueologia não considerou de forma concreta os olhares “não científicos” em relação aos vestígios, entretanto com o fortalecimento das discussões patrimoniais, das mudanças teóricas e práticas do fazer arqueológico⁴⁰ e da maneira como os vestígios estão inseridos no cotidiano das pessoas, essas interpretações passaram a ser valorizadas.

⁴⁰ Com o advento do movimento pós-processual na arqueologia e das discussões de cunho pós-colonialistas surgiram uma diversidade de arqueologias preocupadas não somente com o entendimento do passado, mas do seu uso político no presente. Nesse sentido, no cenário internacional das últimas décadas, observou-se o surgimento das arqueologias pública, indígenas,

José Ferreira Isidoro (seu Zezinho), por exemplo, é morador do Rainha da Paz, área rural do município de Presidente Médici – RO, localidade em que se encontra o sítio arqueológico com o mesmo nome na propriedade de seu Noé e dona Neuza Jordão dos Santos, que foi identificado com placas de sinalização pelo IPHAN. Seu Zezinho ao plantar sua roça de alimentos para subsistência, como feijão, milho, banana, identificava essas peças “bonitinhas” e as guardava.

Encontramos muito material arqueológico por aqui, o Garcia levou tudo para o museu. A gente pegava, achava aquilo muito bonitinho e guardava, deixava ali no canto. Quando foi um dia ele passou e eu disse: – Rapaz tenho tanta pedrinha dessa, vou buscar para você ver. O Garcia olhou e levou. Tinha uma furadinha que você ver parecia que colocou fogo, não sei onde aquela pedra foi parar ainda falei para Garcia eu vou ver se acho ela. Para você vê, eu dava tanto valor a isso sabe, o quê eu fazia? Eita pedrinha boa de amolar faca, pegava e guardava, e achava outra eu sabia lá se aquilo foi índio que deixou... Achava aquela pedra bonita e pensava: Oh que pedrinha perfeita, usava para amolar faca, achava outra e guardava... Tudo que eu achava eu trazia. Achava muito bonito aquilo. Uma vez achei uma pedra e um vizinho, um morenã me disse: – Ah, compadre isso é um corisco, relâmpago, isso não é bom nem a gente guardar por quê diz que vem outro raio e cai no mesmo lugar ai eu...é mesmo! Mas eu pegava ali no pé de manga direto e levava para casa, ai deixava, ai ficou. (José Ferreira Isidoro)

Ao se deparar com coleções de objetos arqueológicos, percebe-se uma série de critérios para suas formações. De modo geral, aspectos relacionados a elementos visuais da peça, como acabamento, pintura, formato, entre outros, são aqueles que mais despertam a curiosidade e o olhar. A coleção de José Isidoro foi formada pelo *design*, o acabamento “chamativo”, como no caso das lâminas de machado polido de diferentes tamanhos e as pequenas peças com furos, provavelmente para serem utilizadas como adornos.

Assim, existe um ótimo campo para se compreender melhor como são lançados esses olhares classificados como “bonitinho” e que fazem que curadorias sejam realizadas na escolha de certas peças e no descarte de outras. Essa problemática está intimamente relacionada com a formação do olhar das sociedades e dos grupos, olhares que mudam ao longo do tempo, assim como em cada localidade. Todos somos seres que interpretamos o mundo, assim como possuidores de olhares estéticos. O que influencia esse olhar? O que educa e forma esse olhar?

Prancha Fotográfica 6 – José Isidoro e Dona Irene, objeto localizado e encaminhado ao CPMRRO.

Esses objetos ao mesmo passo que foram guardados por diferentes afetos, foram reutilizados para outras atividades cotidianas, como amolar facas. Tais reutilizações são bem recorrentes na Amazônia e no restante do país, urnas e potes, por exemplo, são usados para plantar tempero, cacos de cerâmica são utilizados em brincadeiras de crianças, entre muitas outras. Esses processos exigem das pesquisas, assim como dos órgãos reguladores do patrimônio, como o IPHAN, um esforço maior no entendimento dessas dinâmicas e na criação de medidas conjuntas de preservação diante dessas relações contemporâneas. Como discute Parente (2009), é preciso ter a sensibilidade, de entender essas apropriações para não destruir outras produções culturais em prol de uma única valorização do passado. Como se percebe, ao analisar o registro arqueológico, muitas vezes outros grupos indígenas, no passado, apropriaram-se dos vestígios de populações anteriores para a utilização em suas dinâmicas culturais.

Segundo Jacques (2013), em sua pesquisa de doutorado na comunidade quilombola Cinco Chagas do Matapi, Amapá, foi investigado o papel da cultura material em relação à memória e à oralidade. Uma botija de cerâmica pré-colonial, encontrada pela população durante o plantio da mandioca, despertou o interesse e serviu como elemento de identificação, de reflexão para muitas pessoas sobre o

passado, sobretudo em virtude do contexto político da demanda pelo reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo⁴¹.

Em alguns casos, a origem desse material apropriado não está relacionada às populações indígenas, cabendo, portanto, refletir em que medida o imaginário da população possui barreiras para fazer tal correlação. Ao invés de barreiras também é possível pensar em estímulos aos processos vinculados a uma identidade local rural, cabocla, ribeirinha, entre outras, em oposição a uma vinculação com as populações indígenas e sendo portas de acesso para complexos caminhos patrimoniais no país, sobretudo em relação ao patrimônio arqueológico.

A relação dos vestígios arqueológicos a outras problemáticas acontecem em diferentes localidades da região amazônica. Segundo Barreto (NEVES, SANTOS e COSTA, 2014), em seu diagnóstico patrimonial nas comunidades do entorno do Lago Amanã, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Amanã – Amazonas (Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá), foi percebido um processo identitário vinculado mais ao ser caboclo e ao ser ribeirinho do que uma relação com o passado indígena.

No caso, a ideia da pedra de corisco, difundida costumeiramente pelo país e levada para a região pelos migrantes, faz-se presente na interpretação das peças. Como aponta Miller em relação à população no Rio Grande do Sul (2009, p. 98) “todo colono tinha uma ‘pedra de raio’ para escorar a porta ou amolar faca, cachimbo de barro ou pedra de beijo ou panela de índio ou bugre”.

Aqui o povo fala dessas pedras de raio que vocês estão estudando. É corisco. Raio, corisco. Daí com 7 anos ele sai na frente da terra. Eu já vi a pedra de raio. Quando perto de trovejar, dali ela começa a tremer. E já vi isso já. Bom, eu também quero acreditar que seja os índios que arrancaram essa pedra magnética né? O pessoal usava essas pedras para preparar o alimento também, tirar a pelinha do arroz. (José Garcia Sorrilo)

José Garcia Sorrilo, professor aposentado e dono de uma propriedade voltada à produção de maracujá próxima a área urbana no município (área que possui vestígios arqueológicos espalhados), apresenta a história sobre as pedras de raio / corisco. Essa interpretação *a priori* não vincula o vestígio pré colonial com a produção indígena, pois está relacionada a efeitos naturais e a própria dinâmica da

⁴¹ A botija, segundo análise arqueológica, está associada a uma urna funerária indígena relacionada à fase Masagão, entretanto mobilizou na população relações de proximidade por esse material produzido por outros. Na localidade vários elementos, como cerâmica quilombola mais recente, espaços de trabalho como a casa de produção da farinha, entre outros locais, são também mobilizadores do ato de lembrar.

natureza. É preciso compreender melhor em que medida essas associações geram dificuldades para o entendimento de que populações anteriores estiveram nesse local, com outros modos de vida, mesmo colocando de maneira antagônica cultura e natureza.

Essas ideias, na localidade, poderiam dificultar um exercício de alteridade, pois sua explicação reforça a ideia de terras virgens e inexploradas? Como indicam Lima, Moraes e Parente (2013), a população ribeirinha do Lago de Valéria, no município de Parintins, Amazonas, em sua maioria relaciona os cacos arqueológicos à própria natureza, como um dado, assim como os rios, peixes, animais etc., em detrimento de uma vinculação com um passado de populações que tenham habitado a localidade. Novamente as reutilizações dos objetos arqueológicos pelos trabalhadores rurais aparecem, mostrando uma dinâmica variável.

Em outros casos, a associação dos vestígios arqueológicos com a criação divina é bem comum, assim como a relação das próprias populações indígenas com a narrativa cristã, como indica o repente do colaborador Onofre Bernadino.

O índio nativo é um ser humano
Tem direito a terra para habitação
Acima de tudo tem direito à saúde
Tem direito a viver tem direito ao pão
Nosso semelhante temos que abraçar
Sempre procurar lhe fazer o bem
O amor ao próximo veja isso com calma
Ele tem uma alma como você tem
A palavra tribo observe bem
Para o povo indígena é palavra fiel
Eu formei um quadro e tirei um close
É a origem das 12 tribos de Israel
Faz parte de um povo que saiu do Egito
Em pleno deserto comeram maná
Jesus Cristo veio dos filhos de Abraão
Ele é o leão da tribo de Judá
Da mesma linhagem o índio nasceu
É um ser humano é nosso irmão
E no dia do índio nossos parabéns
Que Deus abençoe a esta geração
(Onofre Bernadino)

Nesse caso, o respeito, reconhecimento do direito a terra, à saúde e aos demais quesitos para a qualidade de vida das populações indígenas, dá-se no repente pela vinculação com uma história de temática cristã. São iguais aos demais grupos cristãos da sociedade ocidental na medida em que partilham de uma mesma origem e história. Dessa forma, indaga-se em que medida essa vinculação das populações a essa lógica está aberta à diversidade e a outras cosmologias e

percepções da vida. O reconhecimento dessas leituras sobre as populações indígenas pela lógica cristã, no entanto, pode ser um início para discussão da questão da diversidade com essa parcela da população. Cabe apresentar que esses grupos também possuem explicações êmicas para os “brancos”, criando de fato uma aproximação pelo caminho da diferença e não da semelhança.

O professor de história Devanir Rodrigues Fernandes, morador da área urbana do município de Presidente Médici e um dos mobilizadores dos primeiros trabalhos educacionais com a arqueologia na região, em sua narrativa conta a história de um morador da comunidade Novo Riachuelo, na área rural do município de Presidente Médici, que vincula as gravuras rupestres da região à criação de Deus. Talvez pela chegada dos migrantes e o entendimento de que eram os primeiros na localidade, foi dada uma explicação religiosa aos vestígios.

Em Riachuelo nós encontramos diversas ideias sobre esses materiais com a população. Seu Davi Monteiro, eu me encantei com ele. Pai duma professora, esposo de uma professora. Conheci também... Conheço quase toda a família. Um dos pioneiros ali de Riachuelo, o seu Davi Monteiro, quando perguntamos, ele disse assim: - Ah, isso foi Deus que fez porque quando cheguei aqui não tinha ninguém. Era só mato e esse negócio já estava aqui nas pedras. Foi Deus que fez. Quando Deus andou na Terra, fez isso. Achei muito engraçado. Uma pessoa sem estudo sair com uma conversa dessa. (Devanir Domingues Fernandes)

O crescimento dos evangélicos em todo o país (pentecostais, neopentecostais, protestantes etc.), sobretudo na região amazônica, na qual campanhas missionárias foram e são recorrentes, podem colocar problemas sobre o legado cultural e social indígena. Alguns de seus seguidores possuem dificuldade em acreditar no ponto de vista da arqueologia, assim como de outras áreas do conhecimento, gerando impasses em relação aos diferentes modos de vida das populações indígenas no presente. A temporalidade dos vestígios arqueológicos refuta a lógica da criação divina, o que dificulta essa crença, enquanto que essas visões religiosas não realizam um exercício de compreensão sobre outros modos de vida, explicando o mundo segundo uma única visão. Qual seria o papel de uma pesquisa arqueológica nesse contexto?

Nesse quesito, as críticas de Hodder (2008) e Trigger (2008) em relação à multivocalidade são pertinentes, pois não pode atuar somente no levantamento de diferentes interpretações e na consideração de que todas as narrativas sobre o passado possuem o mesmo peso, caindo em um relativismo absoluto. É preciso entender os conflitos inerentes a essas leituras e os poderes e interesses em torno

dos discursos. Marcar uma posição, com respeito às demais, tentando a via do diálogo, é um caminho e o espaço do Museu é um local apropriado e potencial para isso. As visões criacionistas podem ser vistas com um problema em relação à discussão da diversidade cultural já que essas semânticas tendem a organizar o mundo de forma unilateral, com um início, meio e fim, no qual se polariza o bom (cristão) e o mau (não cristãos).

O comerciante e professor Arrentino Monteiro da Costa de Novo Riachuelo, um dos primeiros migrantes da área rural do município de Presidente Médici, no qual se encontra um conjunto de afloramentos rochosos com gravuras rupestres musealizado para visitação, mostra as problemáticas entre as visões de mundo de evangélicos e as gravuras rupestres:

Eles olham para aqueles desenhos nas pedras e acham que é uma coisa que eles não devem acreditar, não dão valor. Então são essas as ideias que tem por aqui. Quer dizer daqui da região das pessoas daqui de uma grande parte. Você vê, tem umas pessoas aqui que trabalham como guia turístico. Você vê os pais que não deixaram os filhos ser guias porque são protestantes... É uma questão de cultura deles. Muita gente aqui da região é protestante, os professores da associação, da diretoria da associação, eram crentes. Esse Moises sofreu demais visse. O Moises é católico, ele é da Igreja Católica. Moises sofreu demais nossa! Ele batia de frente, Nossa Senhora. (Arrentino Monteiro da Costa)

Fica evidente uma dificuldade da comunidade evangélica em entender e considerar o patrimônio arqueológico como recurso local. Cabe ressaltar que dentro da comunidade evangélica existem diferentes linhas e segmentos, sendo uns mais abertos e outros mais fechados. Não se pode perder de vista que o papel das igrejas nessas localidades de colonização recente foi importante para as populações recém-chegadas, pois era um dos poucos espaços de afeto e de esperança em um mundo de dificuldades e privações. Cabe refletir em que medida um trabalho educacional do CPMRARO poderia contribuir para que eles ampliem o olhar sobre o patrimônio arqueológico e, dessa forma, criem mecanismos de abertura para compreensão dessas outras histórias.

No entanto, frente a visões que de alguma forma negam ou não se interessam pelas histórias antigas das populações indígenas, há narrativas que relacionam os vestígios arqueológicos a populações indígenas recentes, como no caso das histórias do Wilson Modro, professor aposentado e pai do ex-prefeito do município.

Interessante que eu não tenho muito conhecimento de arqueologia, mas acredito que a passagem desse povo aqui na nossa região é muito recente, porquê nós encontramos esses materiais arqueológicos quase sempre em superfície, aflorando mesmo. Uma chuva bastava para aparecer muitas coisas. Daí as pessoas coletavam e... eu conheci gente que levava latas cheia para São Paulo para vender lá, e vendia. Eram peças bem bonitas que naquele tempo encontrava coisa boa, hoje a gente encontra o refugo, o melhor já foi coletado. Então era muito fácil pegar, porquê ficava quase tudo na superfície. Maior parte de cerâmica de ferramentas a gente encontrava quase sempre em superfície. Tem um sítio aqui perto que é do meu primo, esse sítio era muito rico em materiais arqueológicos, tanto na parte de cerâmicas como na parte de ferramentas. E ainda há pouco tempo, uma chuva grande que deu ali, ainda foi encontrado muitas peças. (Wilson Modro)

Em alguns casos a associação dos materiais a populações recentes se dá por estarem próximas à superfície, assim a lógica seria quanto mais fundo mais antigo. Os processos pós-deposicionais (culturais e naturais) como as reutilizações do solo, sobretudo relacionadas ao desmatamento e as práticas agropecuárias, eventualmente reviraram o material, assim como outros efeitos relacionados à natureza, como chuvas, animais etc., que influenciam na formação do registro. Dessa forma, muitos, ao desconhecem esses processos, criam outras explicações para os materiais. A venda de material arqueológico ainda é um problema e aparece em diversos contextos na região amazônica. No processo de migração isso foi recorrente e a dimensão do fetiche de posse da peça, do exótico, acaba estimulando essa atividade. Nesse sentido, os trabalhos educativos são fundamentais para se discutir e reverter essas práticas.

Nesses casos precisa-se estabelecer o canal do diálogo e da transformação em detrimento de ações punitivas com efeitos duvidosos muitas vezes. Sobre o desafio da preservação do patrimônio arqueológico, Tânia Andrade Lima (2007) reflete o quanto o Estado, mediante instituições reguladoras do patrimônio arqueológico, precisa criar medidas e leis que acompanhem a diversidade da sociedade e contribuam para a discussão e promoção da preservação do patrimônio arqueológico de forma conjunta com as próprias comunidades. Nesse sentido, é fundamental o movimento educacional relacionado a um processo de sensibilização da população para a almejada preservação. Schaan (2007) reflete como o tráfico de bens arqueológicos faz parte da própria valoração colocada nos objetos por antropólogos, arqueólogos e historiadores, e indica dois caminhos para reversão: punição das atividades ilegais e compartilhamento das responsabilidades com a proteção e divulgação do patrimônio.

Os vestígios arqueológicos, sobretudo a arte rupestre (pinturas e gravuras) em suas imagens abstratas e figurativas, estimulam diferentes leituras e associações.

Então eu levanto a questão, o Garcia fica doido comigo. Quando eu levanto uma coisa, uma suposição. Eu estava falando: – Ô Garcia será que aquele negócio lá do Riachuelo foi povo primitivo mesmo que fez? Porque eu conheço lá na região que existia uma mineração de Cassiterita e que tinha muita gente trabalhando ali naquele lugar. Eu falei. Será que não foram os pesquisadores dessa mina e esse povo que andaram fazendo pesquisa aqui, fizeram aquilo lá não? Porque lá você encontra desenhos, que você olha assim e você vê o quê? Você vê um caixão, um caixão de defunto. De onde os índios há 10.000 anos tiraram essa ideia? Porque que é... mas isso aí eu faço por provocação, para provocar o Garcia. Porque se tinha índio de fora a fora nesse Estado, porque praticamente o pessoal vê ali aquele trabalho? Só lá? (Wilson Modro)

O termo primitivo, utilizado não somente na localidade, mas em todo país, para se referir às populações indígenas, está tão arraigado nas falas e narrativas, que o seu real significado não está associado ao que a pessoa realmente pensa e expressa sobre os grupos em alguns casos, relacionada a um estágio inferior de desenvolvimento. Essas expressões revelam questões históricas sobre como foram construídas as relações com as populações indígenas e a maneira como esse tratamento se impregnou nos discursos evidencia o desafio de superação que ainda se tem pela frente. Vasconcellos (2012) chama a atenção para as escolas nesse processo, e o quanto na fala de crianças e jovens essas noções equivocadas são perpetuadas.

No caso do professor Devanir Rodrigues Fernandes, ao se deparar com gravuras rupestres de Novo Riachuelo pela primeira vez, ele relacionou as imagens à pedagogia construtivista utilizada em suas aulas com as crianças.

Isso foi acho que início de 1993 se eu não me engano, viu? Quando permitiram que eu fizesse esse trabalho, eu comecei a visitar as escolas. Então, não tinham carro para fazer a supervisão, mas tinham para levar a merenda. O que nós fazíamos? Entrava nesse caminhão e íamos juntos com o motorista. [...]

Então, eu numa dessas viagens, fui para Riachuelo, na chamada Fonte Limpa. Quando era a última escola que tínhamos desse lado. O motorista, que também já é falecido, seu Luís, nosso amigo Luisão, quando ele virou a esquina para ir para a chamada Fonte Limpa, ele parou o caminhão. Estávamos eu, professor Maurílio. Hoje ele está em Cacoal. Ele parou o caminhão aqui e falou assim: – Ah, eu vou mostrar um negócio para vocês que eu tenho certeza que nunca viram e sem entender também do assunto, ele disse: – É um negócio fantástico. Parou o caminhão, nós descemos e subimos naquele Lajedo. Foi à primeira pedra que eu conheci, e o que eu vi, parece uma massa mole que foi pisada. Eu disse: – Nossa! Como é que pode isso? Olha o tamanho do pé desse cara. Mas olha o outro

pequeninho. E aquilo, pronto. Isso me fascinou. Eu comecei a observar que também tinham desenhos de animais, de aves. Esses desenhos me lembraram as minhas aulas, me relacionou com o meu construtivismo. Os meus aluninhos faziam desenhos muito parecidos. O pé do pai tinha que ser grandão. Não importa o tamanho. O pé dele é pequenininho. Eu percebi que aquilo não era rastro. Que aquilo foi trabalhado, que aquilo lá foi trabalhado. Que a pedra aceitava também aquele tipo de artesanato, de trabalho ali. Que era uma pedra diferente. Bom isso passou... (Devanir Rodrigues Fernandes)

A sensibilidade do educador, assim como a sua formação no campo da educação e da história, ao se deparar com as gravuras, permitiu uma reflexão das imagens nas pedras como resultado do trabalho humano, com uma intencionalidade, como uma atividade que imprimiu sentido ao mundo.

A diretora do CPMRARO e professora Maria Coimbra de Oliveira, em sua atuação próxima com as comunidades, teve no convívio com os produtores rurais e com as escolas a oportunidade de ouvir muitas explicações para os vestígios arqueológicos.

Aqui já escutei muitas histórias da população, das crianças, sobre o patrimônio arqueológico, como, por exemplo, da pedra mole. Da arte rupestre. Na verdade, eles dizem que aqueles desenhos foram feitos num momento que a pedra estava mole. São os sinais de pés que alguém foi lá e pisou na época a pedra estava mole ainda. Tem as histórias da mãe do ouro, que é muito frequente, principalmente nas áreas com arte rupestre. É a história das luzes, que sempre aparecem em locais com arte rupestre de acordo com a luz.

Geralmente esses mitos aqui em Rondônia, eles vieram de fora, junto com os migrantes, principalmente das regiões de mineração como Minas Gerais. Por exemplo, lá no Riachuelo tem um sítio, em que você tem um painel na base do morro e você tem um outro painel no alto do morro. Então, as pessoas contavam, e contam ainda, a história de uma luz que todo dia, à noite, migrava, ficava migrando de cima do morro para esse painel embaixo. Eles diziam que provavelmente teria alguma botija de ouro enterrada ali. Porque pelo que eles conheciam de outras regiões só podia ser a mãe do ouro guardando alguma coisa. (Maria Coimbra de Oliveira)

As histórias da pedra mole, relacionada às gravuras rupestres, associam o tempo geológico com o tempo humano, que do ponto de vista da ciência cronologicamente possuem escalas distintas, pois o primeiro é amplamente mais antigo, mas evidencia como as interpretações humanas em relação há tempos recuados tende a aproximá-los a partir de criativas explicações. No tratamento da longa duração, de modo geral, os eventos também tendem a ser achatados e a sua diacronia acaba sendo dificilmente entendida, segundo seus diferentes acontecimentos com suas mudanças e continuidades. Se ao tomar as divisões de Braudel (2011, p. 98), o tempo dos acontecimentos (curta duração), relacionados à

própria dinâmica da vida, tende a se misturar, pelas interpretações sobre o tempo da história social (média duração), com a longa duração. Cabe destacar outros pontos discutidos pela Maria Coimbra de Oliveira em um artigo

Fantasia e prodígios são relacionados com os registros rupestres. Um exemplo disso é a lendária aparição da “mãe do ouro”, sempre cuidando de tesouros enterrados em botijas que os indígenas escondiam dos exploradores europeus, sertanistas ou bandeirantes, cujas gravuras seriam como códigos a serem decifrados para encontrar tais tesouros. Este mito encontra-se reproduzido aqui no sítio Complexo da Igreja, porém, de acordo com os moradores do local, a mãe do ouro deixou de cuidar do local, depois que alguns aventureiros retiraram uma pedra que estava enterrada junto a um dos painéis gráficos do sítio. No início de nossas pesquisas, muitas vezes fomos olhados com desconfiança pelos moradores da região dos sítios, e indagados de que riquezas estávamos à procura. (GARCIA, GARCIA, p. 44)

Essas interpretações são reforçadas pelo professor José da Silva Garcia:

A população tem um monte de histórias sobre essas peças. Tem essa questão aqui que as pessoas falam, que esse material era quando a pedra era mole. O pessoal arriscava a desenhar, depois de uma certa época a pedra endureceu. Ficaram as marcas. Tem uma história que eu me lembrei, até depois nós voltamos nessa questão, é a história da... não sei se a Maria te contou, do mito de uma luz, lá na 110, no sítio pedra da igreja. A população conta que tinha um lugar numa laje com gravura e praticamente não nascia mato naquele local. Toda noite saía uma luz daquele local que não nascia mato da pedra da gravura e ia até o rio, que é o riacho Alvarenga. Apareceram um dia uns pesquisadores e escavaram aquele buraco. Eles escavaram justamente, lá tem uma gravura parecendo uma flecha. Ela estava apontando mesmo para o chão e eles escavaram justamente ali. Eu até não sei se foi por curiosidade, mas a área na época também não tinha vegetação não. Depois daquele dia que aquele pessoal escavou, a luz desapareceu. Nunca mais desceu para o riacho. Depois, com o tempo, nós ficamos sabendo, pelas características que nós fomos investigando, o pessoal, tentando descobrir quem é. Chegamos à conclusão pelas características que eram o Miller e o Josué. (José da Silva Garcia)

A história das botijas de ouro, da mãe do ouro, acontecem de maneira generalizada pelo país, muitas vezes gerando uma busca desenfreada por material arqueológico, que prejudica o registro arqueológico, ou mesmo gera desconfianças sobre os arqueólogos que, segundo essa visão, realizam as pesquisas não pelos vestígios, mas sim pelo ouro. Segundo Maria Coimbra de Oliveira, muitas dessas histórias vieram junto com os migrantes, sobretudo oriundas de Minas Gerais, Goiás, das regiões de garimpo. As histórias das botijas eram bem recorrentes no sertão nordestino também, no qual as pessoas guardavam suas moedas de ouro e prata em latas ou vasos de cerâmicas enterrados em certas localidades pela falta de bancos, com o passar do tempo esqueciam o lugar onde estavam guardadas ou mesmo pela morte repentina da pessoa essas botijas ficavam perdidas.

Outro ponto que leva à reflexão na narrativa de José da Silva Garcia são as relações entre pesquisadores e comunidade. Esse trabalho de pesquisa arqueológica, realizado pelo Eurico Miller e pelo Josué Ravani, de alguma forma alterou a semântica local das pessoas com o material arqueológico, pois antes deles escavarem, a luz aparecia para a população naquela localidade. Nas últimas décadas, tem-se uma série de pesquisas refletindo sobre o impacto, direto e indireto, da arqueologia em relação à população e à maneira como significam seu entorno, como no caso das arqueologias comunitárias, indígenas, colaborativas, entre outras. Como refletem Lima, Moraes e Parente (2013, p. 71), as comunidades alvo de pesquisas sucessivas que não são consideradas nesses processos acabam por se fechar e não ver algo benéfico nesses estranhos, dessa forma exigindo todo um trabalho de aproximação e explicação do motivo da presença dos arqueólogos na localidade nesse novo momento. “A frequência desta prática acabou por criar grande ‘descrença’ nas pessoas quanto a projetos científicos” (LIMA, MORAES e PARENTE, 2013, p. 71).

Por mais que os trabalhos tentem ocorrer de maneira respeitosa aos moradores, isso não é suficiente, cabe um olhar mais atento sobre eles, pois a simples entrada de pesquisadores na região altera o processo de interpretação local e pode ser encarado pela própria arqueologia como campo de pesquisa. O início de um trabalho arqueológico, em qualquer localidade, por si só já possui uma dimensão educativa por aqueles que realizam as pesquisas e passam a aprender outras semânticas da vida com os moradores locais e para estes, que passam a tomar contato com a prática arqueológica.

De maneira ampla, o contato com vestígios arqueológicos despertou o interesse pelo seu acabamento e *design* chamativo, levando a indagação de como esses objetos foram realizados no passado (José Ferreira Isidoro). Reforçaram histórias de outras regiões do país que deram um sentido a esses materiais, como no caso das histórias da pedra de raio ou corisco (José Garcia Sorriolo), que não os relacionam com populações anteriores, mas, sim, a efeitos naturais. Estimularam explicações de origem divina aos materiais (Devanir Domingues Fernandes). Geraram uma não aproximação e negação por parte da comunidade evangélica, que não via sentido nesses materiais, sobretudo nas histórias que fogem do criacionismo (Arentino Monteiro da Costa). A associação dos materiais arqueológicos com as populações indígenas recentes, assim como a relação com os migrantes (Wilson Modro). Encantamento com o trabalho empregado para a expressão de ideias, no

caso das gravuras rupestres (Devanir Domingues Fernandes). Histórias do tempo da pedra mole, e que dentro das cerâmicas arqueológicas existiam ouro (Maria Coimbra de Oliveira e José da Silva Garcia). Esse pequeno recorte de outras histórias abrem desafios patrimoniais para serem enfrentados a partir do diálogo e de ações pelo CPMRARO. Nesse sentido não se pode perder de vista o compromisso com a preservação e com a necessidade da construção de uma história indígena pela via da arqueologia.

O desmatamento recente foi responsável pelo processo de evidenciação dos sítios e dos vestígios arqueológicos que estavam escondidos pela floresta e fez que essa relação com a própria mata se alterasse de forma irreversível. Da mesma forma, no processo de colonização recente, muitos sítios foram destruídos. O pesquisador Miller, que atua na região há décadas, chama atenção para esse aspecto.

Passados 33 anos desde 1974, o que então era coberto por florestas secundárias milenares e seculares [...] hoje é quase só agropecuária no Alto-Jiparaná, com pequenas áreas isoladas como relictos do meio ambiente secundário original. (MILLER, 2009, p. 40)

Alteraram-se completamente as relações das populações locais com suas paisagens. O manejo e usos de diferentes recursos da floresta, assim como as atividades extrativistas utilizadas como meio de recurso por diferentes populações indígenas, por seringueiros que foram se aventurar nos ciclos da borracha, por populações ribeirinhas, caboclas, em pouco tempo deixaram de ser realizados pelos primeiros migrantes que adentraram a região. O uso das madeiras de lei alimentaram as serralherias que se instalaram ao longo das BR 364 e em pouco tempo a região foi devastada (SILBIGER, 2003). Esse mesmo processo alimentou uma série de conflitos fundiários também pela já apontada falta de suporte do governo.

Muita gente perdeu terra, pois elas já tinham dono, ali era uma grande fazenda do Zé Milton. Quando morreu muita gente, o INCRA veio e cortou a terra para o povo, mas liberou para o povo da BR para cá e para lá ficou com ele, e até hoje é dele pois vendeu umas partes, mas nós perdemos tudo na parte que ele ficou. Não teve jeito, teve que ser expulsos dali de dentro. Então naquela época você chegava e pegava um lote. Eu comprei esse aqui. Tem que derrubar, pois o documento era foice e machado mesmo. E hoje você não pode derrubar mais nada, fazer o quê? Tem que ficar então. Ficar por aqui mesmo. Minha família está tudo em São Paulo, e eu besta velho fiquei aqui. (José Ferreira Isidoro)

Seu Zezinho (José Ferreira Isidoro) comenta sobre o processo de aquisição de terras na localidade e a atual condição de ter de ficar na localidade, pois não quis explorar novas regiões quando era possível. A relação primeira, fomentada pelo governo nos migrantes em relação às paisagens, foi o desmatamento. O machado e a serra elétrica foram as certidões que garantiram a posse da terra dos colonos na nova região. Todo um espaço experimental de relações entre homens e natureza de uma longa duração, em poucos anos foi transformado em um uso monocultor, desde a criação de gado até as atuais plantações de soja, por exemplo. O ex-seringueiro Maurício Martins Alves, que se criou em um seringal, ressalta os problemas que a derrubada da floresta trouxe para a região.

Hoje depois que quebrou o mato tem mais doenças do que antigamente. A exploração e o desenvolvimento derrubaram tudo. Quando tinha mato, não tinha um bicho para encher o saco. Se você plantava um pé de milho, crescia, hoje para crescer é no veneno. A natureza que matava os bichos, acabou a natureza, trouxe problema viu. O negócio mudou muito, mudou demais... A gente sabe hoje inclusive que, por exemplo: se você faz uma roça perto de alguma floresta, os próprios animais que tem na floresta impede que a praga coma o milho, coma o feijão... Pois é desse jeito. Sem a floresta as pragas vêm tudo, vêm tudo. Você vê, depois que devastou a mata, tudo apareceu, a tal de lesma coisa que ninguém nunca via... Lesma que come um feijão assim um roçado de feijão se dá aqui de manhã de tarde tá só o toco, come tudo. Tal de lesma. Inseto. Dá um negócio na folha do feijão também, uma coisa branca assim, fica um negócio branco no meio do feijão, aquilo é um problema... Tanto que hoje eu não tenho mais roça aqui não. (Maurício Martins Alves)

Fica evidente o papel que a floresta desempenhava e, hoje, sem ela, as pragas nos roçados aumentaram, assim como a necessidade do uso de venenos e pesticidas, a diminuição das chuvas, o assoreamento dos rios, entre outros problemas. Ao se tocar nesse assunto com os migrantes, de modo geral, gera-se um desconforto e rapidamente é lembrado por eles que somente desmataram apoiados pelo governo, pois vieram para a região em busca de sonhos e para isso tinham que derrubar e tornar o seu lote produtivo. A região possuía uma série de animais que foram sendo exterminados ou fugiram para outras localidades, como apontam Maria Coimbra de Oliveira Garcia e José da Silva Garcia.

Antes do desmatamento encontrava-se na região diferentes animais como tatus, pacas, capivaras, veados, cutias, entre outros, que eram caçados e diferentes árvores com apelo comercial como castanheiras, ipê, copaíba, mogno, cedro, cerejeira. (GARCIA, GARCIA, 2012, p. 38)

Milhares de migrantes participaram de um equivocado projeto governamental de aproveitamento dos recursos e da terra que deveria se assemelhar a outras

regiões do país. Após a desastrosa experiência com os primeiros migrantes da região com a terra, que não conseguiram fazer vingar suas plantações, a solução, em muitos casos, foi a introdução da braquiária, para a produção de gado. Entretanto, estudos mostram que essa criação, em termos de custo benefício, é desvantajosa.

Segundo a Red Amazónica de Información Socioambiental Georreferenciada – RAISG, o bioma amazônico continua sofrendo pressão por processos de desflorestação, queimadas, implantação de hidrelétricas, mineração, entre outros, alterando a diversidade de suas paisagens para espaços homogêneos e degradados.

Las presiones y amenazas que pesan sobre la Amazonía muestran que los paisajes de selva, diversidad socioambiental y agua dulce están siendo reemplazados por paisajes degradados, sabanizados, zonas más secas y más homogéneas.

La selva húmeda más grande y compleja del planeta – con al menos 10 mil años de acción antrópica – continúa siendo un espacio de extracción y/o producción de insumos agroindustriales y materias primas no renovables (commodities de bajo valor agregado), para los mercados nacionales e internacionales, lo cual compromete su potencial futuro de desarrollo sostenible y afecta la conservación de los espacios de vida. Se evidencia un arco de deforestación que se extiende desde Brasil hasta Bolivia, una zona de presión hídrica y exploración petrolera en la Amazonía andina y un anillo periférico minero amazónico. (RAISG, 2012)

É possível considerar que o desmatamento não somente destruiu a floresta, mas devastou uma história de relações com a própria paisagem. Segundo Ingold (2000), a paisagem é um registro da vida, é como uma obra de gerações passadas, uma espécie de crônica da vida das populações que habitaram e habitam um determinado lugar. Comenta que “a paisagem está grávida do passado”, para o autor a paisagem não é somente uma porção de terra ou uma parte da natureza, ou somente um espaço, mas, sim, é a forma como o mundo é conhecido e percebido por aqueles que o habitaram e que o habitam. Dessa forma, a transformação das paisagens formadas pela floresta em braquiária mudou radicalmente as relações dos habitantes com o próprio espaço e com suas próprias subjetividades. Nesse sentido como discute Silva (2010: 133), “A paisagem rural expõem as formas-conteúdos da migração, do trabalho e da relação com a natureza no qual se destacam o desmatamento, a produção agrícola do café e a pecuária bovina”.

Assim, a presença fantástica da floresta nas subjetividades de suas populações e a produção de determinadas experiências se perdeu, há apenas as

memórias de quem a viveu. Histórias de seres que nela habitavam, como a caipora, a irara ou papa mel, que faziam parte das experiências de vida de seus habitantes. Vileuda Rodrigues da Silva, professora da geografia local e migrante nordestina, relata uma das muitas histórias de criança sobre a floresta como agente ativa em suas vidas.

Prancha Fotográfica 7 - Criação de gado em área desmatada. Município de Presidente Médici, 2011. (Foto do autor).

Uma vez nós, a molecada, estávamos saindo de um morro, uma descida bem grande, saíamos naquele carreador grandão. De repente escutamos um grito, um grito amedrontador do meio da mata. Olhamos para trás, eram árvores correndo atrás de nós, Elas andavam atrás de nós. Aqueles galhos tropeçavam mesmo, no carreador assim. Nunca vou esquecer essa cena, eu tinha uns nove anos. Aquela árvore andava, aquele tronco e nós oito meninos olhávamos pra trás, corríamos dizíamos: – Ela está falando. Ela está falando, gritava os pequenos de sete, oito, dez anos, onze anos. A árvore está falando, ela está vindo. Começamos a correr e a árvore corria, andava, enorme. Uma coisa muito louca. Quando nós chegamos na saída, sabe, ela deu um estouro, um estouro que toda região ouviu, mas ninguém sabia dizer o que foi aquilo. Contávamos isso e as pessoas diziam que nós estávamos alucinados, mas os oito meninos viram. (Vileuda Rodrigues da Silva)

Nessa mesma direção, o ex-seringueiro, senhor Dico, comenta os inúmeros encontros que teve com seres fantásticos na mata e as aventuras pelas quais passou.

Cupim é o pai da mata, é aqui chama também de, é pai da mata eu conheço também como cupim, eu conheço como Saci e tem a... esqueci o outro nome que a gente fala. Lá no São Pedro todo caçador já sabe. Então no

São Pedro tinha muita queixada na minha frente, estava com a espingarda muito boa, falei para os que estavam comigo, eram em 3. Falei. Fica quieto vou matar uns porco para nós levar agora que já tá de tarde, aí eu fui. Quando eu cheguei que eu atirei PAU o porco gritou ia passando outro porco gritou de novo, eu falei não pode, aí eu corri saindo assim, por cima... eles tavam no baixão eu sai, fez fila, quando fez fila eu corri, onde ia fazer fila passando assim eu atirei, PA! Gritou de novo seguiu aí eu vi passar ele, olhando assim ó pequeno. A gente chama Cupim que ele é pequeno assim em cima do porco o porco correndo e ele em cima ah, já sei, não morre nenhum, não morre nenhum, não. A caipora tem um nome. Caipora, Caipora, Cupin, Negrin também chamo Negrin e também chamo o... tem diversos nomes sendo que uma criatura só que toma conta dos animais. (Raimundo Correa de Souza)

Wilson Modro, professor aposentado e fotógrafo de orquídeas, mostra de maneira veemente como a região do município de Presidente Médici foi devastada e discute como se perdeu um tipo de recurso, sendo que a floresta possuía centenas de outros que não foram aproveitados.

Hoje nós temos aqui 95% da mata nativa derrubada. 95% acredito que no máximo pode chegar a 7% da mata primitiva que ainda existe em pé. Eu não conheço nenhum sítio que tenha 50% de mata na propriedade, não existe mata aqui. Você pega um GPS, pega aí um programa de computador e puxa pra ver onde é que está o mato, não existe. Foi o povo que veio aqui para trabalhar... povo trabalhador mas...

Isso é lugar de terra ruim, terra fraca, muito arenosa, então não criou mata, floresta. Então criou a vegetação mas igual a essa do Mato Grosso, esse Cerrado do Mato Grosso, a savana. Então nós tínhamos aqui uns 3 biomas diferentes, a riqueza das espécies é muito grande porque as espécies incidem no Cerrado, outras incidem nas matas ciliares, lugares de incidência de água maior e outros lugares, espécies que incidem em mata mesmo, fechada. Então nós tínhamos tudo isso, mas foi acabando, desapareceu, derrubaram tudo, virou braquiária tanto a terra boa, quanto a terra ruim, virou tudo braquiária. Então dentro do nosso município hoje você não encontra mais quase nada.

É por isso que esse trabalho do museu carece de uma divulgação maior, chamar o povo para conhecer o museu e mostrar o valor disso, porquê eles não conseguem captar as coisas. (Wilson Modro)

Esse recorte de impressões e interpretações a respeito dos vestígios arqueológicos e do desmatamento da floresta amazônica evidencia uma diversidade de olhares e de problemáticas que podem ser consideradas pelas pesquisas. Neste contexto, fica evidente uma diversidade que pode ser mapeada e utilizada como ponto de partida para as reflexões a respeito da relação dos moradores com o patrimônio arqueológico, assim como com a floresta, com a natureza e com o patrimônio ambiental. Deve-se evidenciar e nomear os conflitos inerentes a construção do passado local. Por outro lado essas relações evidenciam memórias, calibradas com o presente (processos de migração) que podem ser debatidos via espaço do CPMRARO em relação às histórias produzidas pela arqueologia. Nesse

mesmo sentido podem-se implementar a construção de novos processos identitários e de memórias a partir do reconhecimento da história de longa duração.

Para a atuação do CPMRARO esse é um rico caminho que pode ser trilhado e embasar as ações em prol da preservação no qual se lida de maneira dialógica com as diversas parcelas, grupos e interesses do entorno da instituição, enquanto as envolve, ouve-as e busca criar pontos de diálogos e de enfrentamento. Como discute Meneses (1999), os artefatos, os objetos não são apenas produtos das sociedades, mas vetores de relações sociais, ou seja, são meios pelos quais se pode refletir sobre as sociedades que os produziram, utilizam e descartaram, assim como sobre as sociedades que se reapropriam dessas evidências materiais.

Esses outros olhares podem contribuir para mudanças efetivas na atuação da arqueologia, como sugere Hodder (2008), na qual grupos marginalizados possam atuar e participar das pesquisas. Nesse sentido, esta pesquisa, dada ao seu contorno e tempo, não pode ouvir populações indígenas do entorno, que têm muito a falar de todas essas problemáticas e questões, mas isso não impede que no futuro ações continuem nesse sentido para ampliar a diversidade em torno das narrativas sobre o passado local. Como abordado no primeiro capítulo, os processos enfrentados por essas populações na localidade foi traumático (extermínios, violência, expulsão de suas terras, preconceitos, entre outros) e não pode-se perder de vista o compromisso da arqueologia com as mesmas.

Os migrantes, de modo geral, foram populações marginalizadas da sociedade dentro de um projeto problemático do estado brasileiro; ao serem levados para Rondônia, o governo simplesmente transferiu um problema (divisão da terra) de um local para outro. As populações indígenas sempre foram consideradas à margem do estado brasileiro, assim, ambas populações possuem pontos comuns e bem distintos para serem debatidos e refletidos pelas ações arqueológicas e museológicas na localidade.

CAPÍTULO 3. OS MUSEUS E O PAPEL SOCIAL: LEGADO DAS ÚLTIMAS DÉCADAS.

Ilustração 4 - Machado polido, acervo do CPMRARO. Gonper, 2014.

Neste capítulo apresenta-se uma discussão sobre o papel dos museus na contemporaneidade, com o enfoque para dimensão social e aproximação com o patrimônio. É lançado um olhar para o panorama dos museus e instituições com acervos arqueológicos na região norte do Brasil. Discute-se outro eixo de análise das narrativas dos colaboradores sobre diferentes percepções em torno da criação do Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia. Por fim, é evidenciado o funcionamento do Museu e suas principais ações, com o enfoque no programa educativo e no programa expográfico.

3.1 Os museus e o diálogo com o entorno.

Os museus ainda são lugares privilegiados do mistério e da narrativa poética que se constrói com imagens e objetos. O que torna possível essa narrativa, o que fabula esse ar de mistério é o poder de utilização das coisas como dispositivos de mediação cultural entre mundos e tempos diferentes, significados e funções diferentes, indivíduos e grupos sociais diferentes. (CHAGAS, 2008, p. 42)

O momento de invenção e criação dos museus está relacionado a um imaginário de época, como a desejos políticos, culturais, sociais e econômicos que a população e/ou um grupo de pessoas projetaram para tais espaços. Esses locais, ancorados nas problemáticas do tempo presente, buscam no passado elementos em prol de um futuro desejado. Todo museu, independente de sua natureza, é histórico (MENESES, 1994), pois está marcado pelas questões do tempo de sua criação, assim como pela historicidade da formação de seus acervos.

Atualmente, há uma infinidade de tipologias de museus, com diferentes abordagens e relações com o entorno, assim como de temáticas. Uma rápida pesquisa na internet evidencia uma grande variedade de instituições museológicas que apontam para um fenômeno das últimas décadas quanto à potencialização e ao usos desses mecanismos culturais. Esses espaços lançam o ser humano ao sonho, estimulam provocações. Desde o século XIX, com o auge do surgimento dos museus públicos servindo aos ideais da consolidação das nações, até o século XXI, com a diversificação de museus, que vão desde museus com coleções até os virtuais, observa-se um crescimento exponencial por todo planeta. Esses locais, que nasceram europeus, foram apropriados por diferentes partes do mundo. No Brasil, foi antropofagizado por um contexto local (CHAGAS, 2008), apresentando novos

rumos para se pensar nessas instituições assim como na própria área da museologia.

A partir da segunda metade do século XX, os museus passaram por uma série de transformações impulsionadas por experimentações de novos modelos museológicos, por debates, por encontros e trocas de experiências, por mesas redondas⁴², por contextos locais, pela criação de novas linhas teóricas, pelas demandas da sociedade. Esses espaços saíram de uma pretensa neutralidade e de uma idealização do passado para uma atuação conjunta com as populações (CHAGAS, 2008, p. 46). Nesse conjunto de mudanças, destaca-se a Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, que reforçou as ideias em torno do papel social dos museus, sobretudo os latino-americanos.

[...] o museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir com o engajamento destas comunidades na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais. (ARAUJO e BRUNO, 1995, p. 21)

Bruno (2000) cita que a partir da década de 1960 surgem cursos de museologia social em alguns países, além de discussões em torno da ecomuseologia (França e Portugal), ampliação das ações educativas nos museus (Inglaterra e EUA) e realização de ações museológicas comunitárias (América Latina, França e Portugal). Assim, os museus se transformam em agentes de transformação e ferramentas de imaginação por meio de uma dimensão engajada com a vida. A imaginação museal, segundo Chagas, (2008, p. 47) articula a relação dos conhecimentos museológicos com saberes de outras parcelas da população; as experiências museográficas, na qual a pessoa fala em primeira pessoa; as experiências de museus locais que lidam com uma memória silenciada durante

⁴² Nesse sentido, cabe pontuar as contribuições para o debate e a transformação do papel social dos museus na segunda metade do século XX em encontros, como o Seminário Regional da UNESCO sobre a função educativa dos museus em 1958, no Rio de Janeiro, que indicou um objeto de estudo para a museologia e reforçou o seu papel educacional; a Declaração da Mesa Redonda de Santiago do Chile de 1972, que trouxe a ideia do museu integral buscando inserir os museus na vida em sociedade; a Declaração de Quebec, de 1984, que apontou para as discussões em torno da Nova Museologia; e a Declaração de Caracas, de 1992, que avaliou os avanços no campo museológico e definiu o museu como espaço de comunicação (ARAUJO e BRUNO, 1995). A contribuição desses encontros já foram amplamente debatida e referendada no campo museológico (ARAUJO e BRUNO, 1995; WICHES, 2011).

muito tempo; os procedimentos museológicos que relacionam o patrimônio com sua dimensão simbólica, criando narrativas poéticas e políticas.

Varine-Bohan (2008, p. 12), ao analisar as mudanças ocorridas no universo dos museus, coloca três desses movimentos como inovadores: o surgimento dos museus locais, que buscam reforçar uma identidade local, regional, ou nacional, e trabalhar com a educação das novas gerações para a proteção do patrimônio; a criação dos museus pela reivindicação e organização local formada por minorias historicamente oprimidas; e os museus comunitários, chamados de ecomuseus, que buscam caminhos para o desenvolvimento local na relação com a comunidade, o território e o patrimônio.

Em relação ao contexto latino-americano, pode-se citar o exemplo do México que criou, em 1983, o Programa de Museus Comunitários, apoiado pelo Instituto Nacional de Antropologia e História (INAH) que investiga, conserva e difunde o patrimônio arqueológico e paleontológico do México, tornando-se um modelo para outros países da América Latina (VASCONCELLOS, 2006, p. 28). Foi inovador em termos de metodologia empregada, pois a comunidade passou a ser ativa em todo o processo de criação do museu, desde a escolha do local, a temática abordada e até o tipo de acervo selecionado. Nos anos de 2000, mais de 260 projetos de museus comunitários foram desenvolvidos pelo país. Nesse processo, entre os anos de 1983 a 2000, o INAH teve um papel fundamental em relação à criação de museus comunitários. Com o passar do tempo, ele foi descentralizando suas ações e dando autonomia às localidades, gerando processos diferenciados no que tange as metodologias empregadas, nos resultados (MACIEL, 2012, p. 138). O museu, nesse sentido, é considerado um local de resistência e contestação das políticas governamentais relacionadas ao patrimônio e à memória, pois por meio da autorrepresentação tem-se uma alternativa aos discursos oficiais da história e da cultura.

Os processos museológicos realizados por abordagens democratizantes têm buscado ampliar os domínios de seu enquadramento, melhorar as estratégias de organização, ampliar as fontes a serem selecionadas e, sobretudo, diversificar ações voltadas à educação da memória (BRUNO, 2000, p. 17). A museologia e suas reflexões partem do pressuposto de que as coleções são importantes para se entender a preservação patrimonial. Dessa forma, abriram-se caminhos teóricos para a relação entre a guarda e a comunicação dessas coleções (BRUNO, 2000, p. 12). Como área do conhecimento, a museologia tem o desafio de ampliar a

referência do objeto testemunho (fruto de um olhar, de uma memória, de um contexto) em objeto diálogo, relacionado aos compromissos para se trabalhar com a diversidade cultural.

Não se pode perder de vista que essas instituições, por meio de sua historicidade e relação com a sociedade brasileira, ainda possuem resquícios que as colocam em alguns momentos de atuação como aristocráticas, autoritárias, acríicas, conservadoras e inibidoras (CHAGAS, 2008). Cabe entender essas problemáticas e criar medidas para que continuem acompanhando de forma efetiva as mudanças da sociedade. Essas discussões em torno de um novo fazer museológico remontam as décadas de 1960 e 1970, mas ainda soam como novas, mesmo se tendo quatro décadas de experimentações. É um desafio, portanto, não somente avaliar esse legado e trajetória, mas também pensar em novas propostas e ações. O que seria novo em relação ao papel social dos museus na contemporaneidade? Não se deve desconsiderar que muitas vezes uma prática dita engajada com o entorno, voltada a uma abordagem ao território, ainda carrega resquícios de práticas do início do século XX.

Junto a esse debate, o patrimônio arqueológico vem sendo apropriado e entendido de outras maneiras, e a visão científica a respeito do registro arqueológico soma-se como mais um olhar em relação a outros “não científicos”. Isso se dá especialmente pelas discussões apresentadas nas abordagens pós-processuais que renovaram o fazer científico, ampliando as formas de leitura dos vestígios arqueológicos (HODDER, 1986, 2009, 2011; SHANKS e TILLEY, 1987; WHITLEY, 1998). Entretanto, não se pode desconsiderar a abertura significativa de outras correntes teóricas sobre essa visão (HODDER, 2001; TRIGGER 2004), já que a flexibilização do saber e da sua produção é o pilar da segunda metade do século XX⁴³. Tanto no campo da museologia, como referido acima, quanto no da arqueologia (TRIGGER, 2004; PREUCEL e HODDER, 1999) ocorreu flexibilização a outros vetores de produção do conhecimento, que tencionaram e criaram novos paradigmas para o fazer científico e uma aproximação com as questões sociais. Essas mudanças impulsionaram avanços nas duas áreas, Wichers (2010), por

⁴³ Nesse caso também deve ser mencionado o fortalecimento de “outras arqueologias”, o que potencializou o diálogo com diferentes vozes principalmente pela incorporação de outras problemáticas nas próprias pesquisas, como as arqueologias indígenas (SILVA, 2012; ATALAY, 2008), as arqueologias colaborativas (COLWELL-CHANTHAPHONH e FERGUSON, 2008; SILLIMAN, 2008), as arqueologias comunitárias (MOSER et al., 2002; TULLY, 2007), entre tantas outras, que ampliaram as noções em torno da preservação, do patrimônio e da memória.

exemplo, reforça a aproximação das arqueologias pós-processuais com a sociomuseologia para a realização de trabalhos com um maior alcance social.

O patrimônio arqueológico brasileiro, evidenciado pelas pesquisas arqueológicas e alvo de processos de musealização, está ancorado em toda uma legislação patrimonial⁴⁴. Durante o século XX foram criadas medidas legais para que fosse devidamente preservado e promovido por diversas ações de comunicação. No começo do século XX, com a criação da política preservacionista, os vestígios arqueológicos, em um primeiro momento, não fizeram parte dessas leis, pois o olhar estava voltado ao patrimônio edificado (pedra e cal), às obras de arte e à monumentalidade. O cenário contemporâneo mudou, e cada vez mais os vestígios materiais evidenciados pela arqueologia vêm sendo valorizados e significados de muitas formas pelas instituições, pelas comunidades, pelas pesquisas, dentre outros segmentos.

A história da preservação sempre esteve atrelada à eleição de bens significativos para serem perpetuados por uma dada coletividade⁴⁵. A preservação do patrimônio pode ser definida, na contemporaneidade, por diversos vetores relacionados à forma como a sociedade o entende e o operacionaliza, uma vez que as ações de pesquisa, identificação, proteção, conservação, valorização e reinvenção do próprio patrimônio, realizadas pelos órgãos à sua frente como o IPHAN e pelas instituições de pesquisa, são possíveis somente pelas negociações com a sociedade e com o compartilhamento de responsabilidades. Meneses (2007) destaca que o patrimônio arqueológico permanece no seu estado virtual até que a

⁴⁴ Em relação às medidas de proteção do patrimônio arqueológico cabe destacar: a criação da lei 3.924 de 1961 que proíbe a destruição das jazidas arqueológicas; na década de 1980 o surgimento da Política Nacional do Meio Ambiente, que passou a exigir o licenciamento ambiental junto a empreendimentos, Resolução CONAMA 01/1986, que em um dos seus artigos ressalta que os sítios e monumentos arqueológicos devem ser considerados nas diferentes fases de planejamento e de implantação de um empreendimento; a Constituição Federal de 1988 que fortaleceu o patrimônio cultural brasileiro; Portaria IPHAN/MinC n. 230, de 2002, que normatizou os estudos e resgates arqueológicos relacionados aos Estudos de Impacto e de Licenciamento Ambiental, passariam a ter diferentes fases e ações, como o levantamento e o resgate arqueológico, assim como as ações de educação patrimonial (WICHES, 2010). Cabe ressaltar que, no ano de 2014, o IPHAN estuda mudanças da legislação do patrimônio arqueológico pela Instrução Normativa 01/2014, que vem mobilizando uma série de discussões entre arqueólogos e a sociedade de modo geral. O receio geral é que ocorram retrocessos em torno da preservação em prol do desenvolvimento.

⁴⁵ No caso brasileiro, essas questões ganharam força no começo do século XX, com a preocupação da evasão de obras ao exterior, como aponta Pinheiro (2006). O patrimônio brasileiro foi alvo de diversas ações protecionistas isoladas desde o século XVIII, segundo Cerri e Gonçalves (2002), sendo os anos de 1930 um período de iniciativas no âmbito estadual e federal, sobretudo com a criação de órgãos como a Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, que mais tarde daria origem ao atual IPHAN. Os vestígios arqueológicos passaram a serem preservados de forma eficaz somente a partir dos anos 1960, com a militância de diversos intelectuais, como Paulo Duarte, por exemplo (ALCÂNTARA, 2007).

pesquisa o atualize, trazendo-o para o presente. Dessa forma, o IPHAN, como órgão governamental que fiscaliza, protege e policia os bens patrimoniais, não pode assumir esse desafio da pesquisa, isso é papel das universidades e das instituições⁴⁶.

O desafio colocado pela preservação do patrimônio cultural brasileiro parte da complexidade da realidade cultural e das ações democráticas de eleger e perpetuar indicadores que sejam significativos para a dinâmica da diversidade sociocultural. Como indica Pyburn (2007) a respeito da preservação do patrimônio arqueológico, há um jogo de forças e interesses envolvidos (políticos, econômicos e sociais) que criam referenciais do que pode ser preservado, como, onde e para quem. Logo, a atuação de instituições públicas tem um papel importantíssimo no que tange à negociação dessas questões, em um esforço para ampliar as discussões a todas as parcelas da sociedade. Uma arena de embates aparece no horizonte da preservação no século XXI, a respeito das diferentes visões e versões do passado, construídas sobre os diversos valores éticos, culturais, políticos, de gênero, entre outros.

O que relaciona de maneira latente arqueologia e espaços museológicos é o fato de que toda pesquisa arqueológica gera acervos, entretanto, muitas vezes esses não são destinados a essas instituições, que podem ampliar a sua dimensão pública. Dessa forma, por mais que arqueologia tente ampliar sua atuação ao publicar seus dados e fazer trabalhos de divulgação científica, ainda está muito restrita a pares e distante da sociedade como um todo⁴⁷.

O crescimento das pesquisas arqueológicas, principalmente em decorrência do licenciamento ambiental, tem gerado um aumento significativo de acervos em todo o país, o que também ampliou as discussões em torno da guarda desse material em instituições (WICHERS, 2010), posto que a maioria é salvaguardada em

⁴⁶ Sobre as pesquisas arqueológicas, Meneses (2007, p. 45) faz uma discussão em torno da falsa dicotomia entre arqueologia preventiva e arqueologia acadêmica. O que estaria na base dessa distinção são os princípios corporativistas que tentam colocar seus interesses de mercado sobre as pesquisas.

⁴⁷ No âmbito da realização da disciplina de pós-graduação no MAE-USP *Patrimônio Arqueológico e Musealização*, lecionada pela professora doutora Maria Cristina Oliveira Bruno, no segundo semestre de 2012, foi realizado (alunos) uma pesquisa para mapear o futuro dos museus de arqueologia no Brasil, voltada aos pesquisadores da área, sobretudo aos inseridos no curso de pós-graduação em Arqueologia do MAE/USP. Os resultados obtidos, assim como as reflexões levantadas pela interpretação dos dados, levaram a pensar sobre a gestão do patrimônio arqueológico na contemporaneidade, assim como a sua projeção para as próximas décadas, que pelos dados coletados, não incluem os espaços dos museus como agentes nesse processo. Os museus não aparecem como uma preocupação em relação à gestão dos acervos gerados pelas pesquisas nas respostas, pois, em sua maioria, o fato de publicarem suas pesquisas já contribui com a sociedade.

espaços que não possuem potencial para os processos de comunicação e extroversão do acervo. Isso suscita perguntas sobre o uso desse patrimônio por museus e instituições de arqueologia.

Frente às transformações em torno da gestão do patrimônio cultural e arqueológico ao longo do século XX, sobretudo ao que concerne ao IPHAN, ocorreram mudanças internas na instituição que deram novos rumos à salvaguarda dos acervos. Elas ocorreram, impulsionadas por fatores externos como o fortalecimento da legislação ambiental⁴⁸ e o crescimento da arqueologia de contrato (SALADINO, SANTOS e MENDONÇA, 2013). Estes autores discutem que, com a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) em 2009, geraram-se desafios em torno da gestão dos acervos produzidos pela arqueologia. Atualmente, o IPHAN e o IBRAM realizam ações com o patrimônio arqueológico que precisam ser tratadas de forma conjunta para potencializá-las e entender os limites de atuação dos dois órgãos, firmando suas competências.

No que concerne especificamente aos museus de arqueologia, esses espaços também passaram por transformações⁴⁹, com mudanças significativas ao longo do tempo, como também pelo surgimento de novas instituições. Diante dessa relação atual entre museus, arqueologia e diversidade social, que merece investigação e pesquisa na Amazônia, existe uma herança carregada como prática e reflexão entre essas áreas. A história dos museus de arqueologia, inclusive, diz respeito ao desenvolvimento da própria arqueologia no Brasil, uma vez que as pesquisas, desde a sua origem, estiveram atreladas a tais lugares (BRUNO, 1995; FERREIRA, 2007). Diversos autores já se debruçaram sobre a história dos museus, indicando desde a formação das coleções no século XVI até a diversificação de práticas no campo museológico no século XX e XXI (BRUNO, 1995, 2013; CARNEIRO, 2009; WICHES, 2010).

No século XIX, a arqueologia e outros campos do conhecimento tiveram no atual Museu Nacional do Rio de Janeiro, no Museu Paulista, em São Paulo, e no Museu Paraense Emílio Goeldi, no Pará, centros produtores e promotores do conhecimento científico (LOPES, 1993; SCHWARCZ, 1993), os quais, por sua vez,

⁴⁹ Em relação a essas transformações no século XX, pode-se elencar a democratização da cultura, que permitiu o acesso e o uso das instituições educativas e culturais por um público cada vez mais amplo; a criação de ações acessíveis a diferentes públicos para terem acesso às coleções nos museus; movimentos contraculturais que passaram a questionar o caráter elitista dos museus; o surgimento da nova museologia; ações inclusivas; entre outras (VASCONCELLOS, 2013).

estavam relacionados aos interesses da elite brasileira e aos modelos europeus. O final do século XIX e começo do XX ficou conhecido como a “Era dos Museus”, que corresponde ao período de 1870 a 1930 segundo Schwarcz⁵⁰ (1993). Esses espaços estavam vinculados a estabelecimentos científicos do exterior e também eram vistos como grandes laboratórios pelos homens da *sciencia*. Ferreira (2007) reflete o quanto ideias relacionadas à expansão da ciência no mundo ocidental foram apropriadas e transformadas nos contextos institucionais específicos de produção do conhecimento. Nesse movimento a arqueologia se institucionaliza no Brasil segundo uma perspectiva local e global relacionada aos movimentos nacionais e coloniais.

Durante o século XX ocorreu um processo de especialização dos museus, relacionado à particularização do saber, à diversificação dos acervos e à emergência de novos públicos. Após os anos de 1930, destacam-se duas questões para a arqueologia, o surgimento da política de preservação e o avanço das especializações científicas e a inserção da arqueologia nas universidades (WICHES, 2010, p. 100). Cabe ainda pontuar o papel coadjuvante que a arqueologia vai desempenhar nas instituições museológicas nas décadas posteriores, por desconsideração dos referenciais patrimoniais arqueológicos para o entendimento da cultura de forma geral (BRUNO, 1995). Esse problema também se vincula à forma como a sociedade brasileira se relacionou com as culturas indígenas, pela negação e não reconhecimento.

Esse ponto é fundamental para uma reflexão sobre os museus e a arqueologia. Por um lado, a arqueologia se fortalece no país como área científica no âmbito universitário, que forma uma série de pesquisadores e contribui para o entendimento do passado, mas, por outro lado, ela se afasta de muitas formas dos processos de comunicação dos espaços museológicos, mesmo essas formações (graduação e pós) ocorrendo em museus. Dentro da própria conjuntura da área outras formas de socialização do conhecimento serão desenvolvidas, seja com a configuração de um novo campo dentro da arqueologia, como a arqueologia pública, ou com a famosa área da educação patrimonial que foi adotada no campo da arqueologia. A produção do conhecimento pelas pesquisas e a sua socialização,

⁵⁰ A autora debruçada sobre a questão racial, delimitada no período de 1870 a 1930 no Brasil, esmiúça esse “objeto de conhecimento” como “importado”, porém resignificado aos mais variados contextos, instituições e aos grupos econômicos e sociais que investiram em modelos biológicos de análise. Ela problematiza essa originalidade de pensamento brasileiro, que recriou as teorias raciais europeias a uma nova realidade, com propostas liberais no campo da política, mostrando o paradoxo e a sofisticação de linhas, pensamentos originalmente opostos em suas matrizes, mas que conviveram e fizeram parte de um mesmo projeto de construção da nação.

sobretudo, pelos museus de arqueologia geram uma série de debates entre arqueólogos e demais profissionais de museus, como museólogos, educadores, entre outros. Essas reflexões refletem diferentes noções e percepções sobre as áreas.

A pesquisa arqueológica continuou a existir nos museus, cada vez mais atrelados a estruturas universitárias, assim como a correspondente criação de acervos arqueológicos. Entretanto, as narrativas construídas foram marcadas por um tecnicismo científico. A comunicação museológica foi resultado de esforços de profissionais que sonhavam aproximar o patrimônio arqueológico da sociedade, não compondo uma política estruturada. (WICHES, 2010, p. 149)

No que tange à socialização do conhecimento nos museus de arqueologia, a partir da década de 1980 reconhecem-se diferentes ações e esforços. As antigas instituições ligadas à Universidade de São Paulo (USP), como o Museu de Pré-História Paulo Duarte do Instituto de Pré-História (IPH) e o antigo Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), fundidos em 1989⁵¹, empreenderam ações pioneiras no campo educacional e arqueológico, tornando-se referências⁵². Ressalta-se também a contribuição das ações empreendidas pelo Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ), com preocupação voltada ao patrimônio regional e a ações educacionais (TAMANINI, 1991). O atual MAE empreendeu e realiza trabalhos em diversas frentes que ampliaram o diálogo de um museu universitário com o entorno e com a cidade, em busca de uma relação mais efetiva com o público (CARNEIRO, 2003; VASCONCELLOS, 2005, 2013, 2014).

Na região amazônica, pode-se analisar as ações do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEM) que, desde a década de 1980, atua no campo da educação com a comunicação do saber arqueológico e de outras áreas, como a zoologia e a botânica, que também foram alvo de extroversão (CARNEIRO, 2009, p. 140)⁵³. Frente a esse histórico de reconhecimento dos espaços dos museus de arqueologia como locais para a extroversão e para comunicação do patrimônio arqueológico nas

⁵¹ Nesse ano, após uma reconfiguração dos acervos da Universidade de São Paulo, foi criado o atual Museu de Arqueologia e Etnologia, que conta com os acervos arqueológicos e etnológicos do Museu Paulista, do Instituto de Pré-História, do antigo Museu de Arqueologia e Etnologia e do acervo Plínio Ayrosa da FFLCH-USP.

⁵² O Museu do IPH, após implantação de um programa museológico, reforçou suas ações educativas em diversas esferas (BRUNO e VASCONCELLOS, 1989) e o antigo MAE realizou uma série de ações voltadas à divulgação e à promoção do patrimônio arqueológico, destacando as atividades relacionadas a diversos públicos (HIRATA, 1985; HIRATA et al., 1989).

⁵³ Diversas instituições apresentam trabalhos importantes, nesse momento, com um diálogo mais expressivo com o público, como o Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais, o Museu Paraense e o Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás (BRUNO, 1996, p. 126).

últimas décadas, a nova instituição museológica, localizada no sudoeste amazônico, permite a investigação de outras questões, contribuindo com novas reflexões e indo além ao tentar conjugar a diversidade social aos avanços arqueológicos regionais e às contribuições do novo fazer museológico. Esses modelos anteriores de museus de arqueologia do país e outras instituições afins são referências, porém o contexto é favorável à construção de novas práticas e perspectivas⁵⁴.

3.2 Para além da comunicação dos acervos arqueológicos nos museus.

No que tange as pesquisas e socialização do patrimônio arqueológico, seu uso como recurso de desenvolvimento local, ou pesquisas com uma preocupação ética sobre seus impactos na sociedade, há campos do conhecimento na contemporaneidade que configuram diferentes estratégias. Elucidam-se dois desses segmentos, que se aproximam e se afastam, assim como delimitam campos diferenciados de tais ações, muitas vezes ocorrendo fora dos espaços museológicos, e são diretrizes para a reflexão de tais trabalhos, como a arqueologia pública e a metodologia da educação patrimonial. A relação entre ambas já foi discutida em trabalhos anteriores (CARNEIRO, 2009; WICHES, 2011) e não é objetivo desta dissertação aprofundar os campos, mas, sim, apresentar a pluralidade de caminhos para a socialização do patrimônio arqueológico.

Na atualidade, o termo arqueologia pública é empregado de diferentes formas, em distintos contextos, às vezes de maneira equivocada, misturada com projetos de educação patrimonial, como para se referir à prática de arqueólogos preocupados com os desdobramentos de suas pesquisas⁵⁵. Atualmente, o campo se ampliou e ocorreu uma ampliação dos seus objetivos.

Funari e Bezerra (2013) refletem sobre a arqueologia pública e suas diferentes compreensões, como sendo voltada a diferentes ações de gestão ou como um domínio teórico-metodológico que implica na arqueologia como antropologia aplicada. Dessa forma, a arqueologia pública para os autores é um

⁵⁴ Entre as novas práticas que os museus de arqueologia podem realizar associam-se as novas abordagens museológicas apresentadas no início do texto como: atuação extramuros; uso do patrimônio cultural como agente de transformação e desenvolvimento; gestão participativa dos museus; desenvolvimento de ações colaborativas, entre muitas outras frentes.

⁵⁵ O termo arqueologia pública aparece pela primeira vez em 1972, na obra *Public Archaeology*, do arqueólogo Charles McGuinsey (1972), que buscou refletir sobre a importância de se divulgar as pesquisas arqueológicas ao público, sobretudo para barrar o processo de destruição dos sítios arqueológicos nos Estados Unidos que, naquele momento, passava por um forte desenvolvimento (FERNANDES, 2007; CARNEIRO, 2009).

compromisso ético-político do pesquisador em relação ao trabalho, para além do seu entendimento tradicional de alcance público. Destaca-se a atuação da arqueóloga Márcia Bezerra, que ampliou o entendimento da arqueologia pública praticada com enfoque na região Amazônica, fortalecendo esses trabalhos para além da divulgação científica. Carvalho e Meneses (2013) colocam a arqueologia pública como uma área vasta do campo arqueológico no qual se reflete sobre as dimensões políticas das pesquisas com as comunidades, fomentando e estimulando uma prática ética. Para Bruno Sanches Razani Silva (2011) a arqueologia pública está voltada a responsabilidade social da disciplina arqueológica e sua relação com diversos públicos, em contextos de conflitos e disputas.

Concorda-se com os autores, pois a discussão em torno da arqueologia pública muitas vezes está relacionada somente com a dimensão extramuros da produção científica. Acredita-se que ela vá muito além, pois a dimensão pública da arqueologia deve começar com um trabalho interno ao campo, com uma autorreflexão. Todo trabalho arqueológico já possui uma dimensão pública, pois é feito em sociedade, entretanto é necessário ampliar esse alcance, assim como qualificar e entender os impactos sociais das pesquisas. Por mais que o pesquisador faça um trabalho de gabinete, fechado em seu laboratório, suas pesquisas criam sentidos sobre o mundo e o impactam e as pessoas que nele vivem.

No contexto brasileiro, a conhecida metodologia da educação patrimonial (HORTA 1984a, 1984b; HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO, 1999), que foi apropriada pelo campo da arqueologia, tornou-se também responsável pela socialização das pesquisas arqueológicas. Tal termo, tradução da expressão inglesa *heritage education*, passou a ser difundido no país desde a década de 1980 e foi disseminado no campo da arqueologia pela Portaria n. 230/2002 do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – IPHAN (IPHAN, 2002), fato que contribuiu para a sua regulamentação e para a comunicação dos trabalhos arqueológicos. No entanto, é um termo complexo e em discussão, pois lida com um conjunto de questões que necessita ser avaliado em termos éticos e teóricos (SILVEIRA e BEZERRA, 2007, p. 84; CHAGAS, 2004). Vasconcellos (2011, p. 33) destaca como a profusão de trabalhos de educação patrimonial no campo da arqueologia desconhece, muitas vezes, a discussão em torno da origem e usos dessa metodologia, assim como a melhor maneira de implantá-la.

Com o aumento exponencial dos trabalhos de educação patrimonial no âmbito da arqueologia observa-se no país um conjunto avassalador de trabalhos,

que vão desde a entrega de fôlderes de divulgação às populações impactadas pelo licenciamento até ações de musealização. Muitas vezes são realizadas de forma automática, sem refletir o contexto, nas quais se inserem, segundo Bezerra (2014), a educação patrimonial pode gerar desigualdades ao invés que promover uma compreensão e reflexão sobre as diversas interações e apropriações das pessoas com as coisas (patrimônio). Wichers (2011, p. 59) discute o quanto as ações da educação patrimonial no campo da arqueologia podem reforçar a ordem social vigente, podendo não abrir a discussão sobre outras polissemias do patrimônio, e como mesmo ocorrendo fora dos espaços dos museus acabam se escolarizando, ou seja, servindo como apêndices às práticas escolares.

Como demonstram Carneiro (2009) e Wichers (2011), a educação patrimonial possui antecedentes no país no campo da educação em museus. Essa trajetória, portanto, tem muito a ensinar sobre essa prática, assim como sobre a abordagem da cultura material para o desenvolvimento de ações educacionais.

A musealização da arqueologia, linha de pesquisa no MAE-USP criada pela professora Maria Cristina Oliveira Bruno, é um referencial teórico e metodológico constituído por vários procedimentos que criam possibilidades de transformação do patrimônio cultural em herança e pertencimento pelo processos de preservação e comunicação (BRUNO, 1995, 1996). Diversos pesquisadores se formaram nessa linha e hoje atuam em diferentes frentes no país (ALBERTO, 2014; CÂNDIDO, 2005; CARNEIRO, 2009; TOLEDO, 2011; TESSARO, 2013; WICHERS, 2011, 2012; entre outros).

Considera-se essas contribuições, tanto de práticas de socialização da arqueologia fora dos espaços dos museus como de ações de educação patrimonial e trabalhos de arqueologia pública, assim com os processos de musealização da arqueologia. Entretanto nosso olhar para o CPMRARO como estudo de caso está voltado às discussões contemporâneas do papel social dos museus e o seu compromisso com o entorno, com o enfoque na educação em museus (CHAGAS, 2008; VARINE-BOHAN, 2008; BRUNO, 2000).

3.3 Alguns apontamentos sobre museus e instituições com acervos arqueológicos na Amazônia

Os museus, entendidos em seus contextos específicos, assim como explicitados os tipos de relações estabelecidas com o entorno, podem contribuir para os avanços da área e da própria sociedade. Os atuais museus de arqueologia e outras instituições de pesquisa na região amazônica possuem uma história específica pouco explorada, que está intimamente relacionada ao crescente interesse científico e econômico pela região nas últimas décadas (FAULHABER, 2005). Salvo o Museu Paraense Emílio Goeldi, que atua com o recorte regional amazônico desde o século XIX (FERREIRA, 2009) e que possui muitas pesquisas e trabalhos no campo arqueológico, outras instituições surgiram nas últimas décadas, delineando um novo momento. Destacam-se também as universidades que criaram cursos de arqueologia, como a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e a Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

No cenário brasileiro, a Política Nacional de Museus (PNM) criada pelo governo, a partir de 2003, realizou um conjunto de ações, buscando consolidar e aprimorar o setor museal. Entre os pontos relevantes das ações pode-se destacar:

Gestão e Configuração do Campo Museológico, com a implementação do Sistema Brasileiro de Museus; o incentivo à criação de sistemas estaduais e municipais de museus; a criação do Cadastro Nacional de Museus; o aperfeiçoamento de legislação concernente ao setor; a integração de diferentes instâncias governamentais envolvidas com a gestão de patrimônios culturais musealizados.⁵⁶ (JUNIOR e CHAGAS, 2007, p. 25)

Dessa forma, a Política Nacional de Museus de 2003, o Sistema Brasileiro de Museus de 2004, o Estatuto dos Museus de 2006 e a constituição do Instituto Brasileiro de Museus de 2009 são resultados de um esforço para o fortalecimento de políticas públicas voltadas ao setor museológico (SILVA e PINHEIRO, 2013).

O mapeamento realizado pelo Cadastro Nacional de Museus é um indicativo da realidade dos museus no país, entretanto, esses tipos de iniciativas precisam de continuidade e de aprimoramento no que tange à coleta de dados. Esse quadro é uma cartografia importante para entender o fenômeno museal na contemporaneidade, assim como para dar visibilidade a esses espaços na

⁵⁶ Cabe ressaltar a consolidação de outros eixos programáticos como: democratização e acesso aos bens culturais; formação e capacitação de recursos humanos; informatização de museus; modernização de infraestrutura museológica; financiamento e fomento para museus, e aquisição e gerenciamento de acervos culturais.

sociedade brasileira. A pesquisa do IBRAM que deu origem a esse levantamento foi realizada mediante questionários que as próprias instituições preencheram, sendo amplo o conceito de museu adotado se comparado ao sistema de outros países, pois abrange processos museológicos e tipologias de museus consideradas pela nova museologia (TOLENTINO, 2006). Caso o conceito fosse muito fechado, importantes instituições no cenário brasileiro não seriam enquadradas.

Wichers (2010, p. 214), por meio do Cadastro Nacional de Museus fez um levantamento no país, referente ao ano de 2010, no qual mapeou que 15% das instituições (3.304 naquele momento) possuíam acervos arqueológicos. Também cruzou informações desse cadastro com as registradas nas portarias de pesquisa arqueológica do IPHAN, evidenciando que há um descompasso, pois somente algumas aparecem em ambos. Evidencia-se o desafio do cruzamento de informações e de gerenciamento dos acervos arqueológicos entre IPHAN e IBRAM.

Com base nesse estudo, foi adotado também o Cadastro Nacional de Museus do IBRAM para se olhar o panorama museológico na Amazônia⁵⁷. Optou-se pelo levantamento relacionado aos museus e instituições com acervos arqueológicos localizados nos estados na região norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) onde está grande parte da Amazônia Brasileira⁵⁸. O mapa a seguir ilustra o seguinte cenário, ver mapa 5 e 6, p. 144 e 145.

⁵⁷ O acesso ao Cadastro Nacional de Museus se deu em novembro de 2015.

⁵⁸ A Amazônia Brasileira está localizada em mais da metade do Brasil. Abrange os estados da região norte e o Mato Grosso e partes do Maranhão, configurando a Amazônia legal.

ESTADO	INSTITUIÇÃO	CIDADE	ANO DE CRIAÇÃO
ACRE
01	Casa dos Povos da Floresta	Rio Branco	2001
02	Casa de Memória Daniel Pereira de Mattos	Rio Branco	1995
03	Museu da Borracha Gov. Geraldo Mesquita	Rio Branco	1978
04	Museu de Cruzeiro do Sul	Cruzeiro do Sul	2006
05	Museu de Sena Madureira	Sena Madureira	2004
06	Museu do Xapury	Xapury	2005
07	Palácio Rio Branco	Rio Branco	2002
AMAPÁ
08	Centro de Est. e Pesq. Arqu. do AP da UNIFAP	Macapá	2004
09	Kuahí - Museu dos Povos Indígenas do Oiapoque	Oiapoque	2007
10	Museu de Arqueologia e Etnologia	Macapá	2007
11	Museu Fortaleza de São José de Macapá	Macapá	2007
12	Museu Histórico do Amapá Joaquim Caetano da Silva	Macapá	1990
AMAZONAS
13	Centro de Preservação, Conservação da Cultura-Arte e Ciências de Maués	Maués	1999
14	Museu Amazônico	Manaus	1975
15	Museu de Balbina	Presidente Figueiredo	1987
16	Museu de Minerais e Rochas Carlos Isotta	Manaus	1982
17	Museu do Homem do Norte	Manaus	1985
18	Museu Maguta	Benjamim Constant	1993

Mapa 5 – Localização dos municípios com instituições com acervo arqueológico na região norte. Fabiano Gonper, 2014

ESTADO	INSTITUIÇÃO	CIDADE	ANO DE CRIAÇÃO
PARÁ
19	Centro Cultural João Fona	Santarém	1986
20	Museu da Cidade de Vigia de Nazaré	Vigia	2004
21	Museu do Estado do Pará	Belém	1984
22	Museu do Forte do Presépio	Belém	2003
23	Museu Histórico de Cametá	Cametá	1987
24	Museu Municipal de Itaituba Aracy Paraguaçu	Itaituba	2006
25	Museu Municipal de Marabá	Marabá	1984
26	Museu Paraense Emílio Goeldi	Belém	1866
27	Museu de Marajó - Padre Giovanni Gallo	Cachoeira do Arari	1981
28	Sítio Arq. de Santarenzinho - Museu Vovô Affonso	Itaituba	2011
29	Museu de Ciências da EMEF Santa Maria	Oriximiná	1972
RONDÔNIA
30	Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia	Presidente Médici	2007
31	Museu Histórico Municipal de Guajará-Mirim	Guajará-Mirim	1979
RORAIMA
32	Museu Integrado de Roraima	Boa Vista	1984
TOCANTINS
33	Museu de Artes e Ciências	Aparecida do Rio Negro	2005
34	Núcleo Tocantinense de Arqueologia	Porto Nacional	1999

Mapa 6 – Localização dos municípios com instituições com acervo arqueológico na região norte. Fabiano Gonper, 2014

Das 164 instituições cadastradas pelo IBRAM para a região norte (museus, centros culturais, centro de estudos, centros de pesquisas, entre outros espaços com acervos), a maior concentração se localiza no Amazonas e Pará (29%), 34 instituições possuem acervos arqueológicos, representando 21% dessa totalidade.

Gráfico 1 - Museus e instituições com acervos na região norte.

Gráfico 2 - Museus e instituições com acervos arqueológico na região norte.

Ao se comparar a região norte com as demais do país, observa-se que possui menor número de instituições com acervos. Estas estão localizadas na ordem de maior concentração pelas regiões sudeste, sul, nordeste e centro-oeste. O maior número de instituições com acervos arqueológicos na região norte surge nos anos 2000, totalizando 44% das instituições criadas. Esse crescimento de museus com acervos arqueológicos pode estar associado à ampliação das pesquisas arqueológica nos últimos anos, relacionada ao licenciamento ambiental.

Gráfico 3 - Década de criação das instituições com acervo arqueológico na região norte.

Frente a esse quadro, percebe-se que é considerável o número de museus que possuem acervos de arqueologia, entretanto, voltados especificamente para a problemática arqueológica são poucos. Esse contexto abre caminhos interpretativos e desafios em torno do patrimônio arqueológico como referencial patrimonial para a região. Para uma discussão sobre a longa duração é potencial relacionar acervos arqueológicos, históricos e de outras tipologias, uma vez que podem contribuir para uma discussão sobre o patrimônio cultural de forma geral. No entanto, caberia avaliar se eles ainda desempenham um papel coadjuvante em relação a discussões mais amplas da sociedade brasileira em tais instituições (BRUNO, 1995), sobretudo na região amazônica, uma vez que a ancestralidade e a presença indígena na região estão presentes de muitas formas no modo de vida de diversas parcelas da população.

Obviamente que esses dados disponibilizados pelo IBRAM apresentam um panorama museal para a região norte, entretanto são necessárias pesquisas para avaliar a atuação dessas instituições no âmbito local, principalmente como lidam

com o desafio do papel social dos museus e com as transformações do campo nas últimas décadas apresentado no início deste texto.

Além do universo da arqueologia, não se pode desconsiderar as discussões em torno dos Museus Indígenas, em que grupos se autorrepresentam assim como proporcionam questões sobre seu passado e sua cultura por meio de outras vivências em relação aos museus e ao patrimônio. Essas instituições tem se ampliado no mundo e seus modelos são valorizados por apresentar novos caminhos ao campo museal (VIDAL, 2008, p. 174). O Museu dos Povos Indígenas do Oiapoque – Kuahí, no Amapá, por exemplo, surge em 2007 por iniciativa das populações com o objetivo de dar visibilidade à diversidade sociocultural das etnias Galibi Kali'na, Galibi Marworno, Karipuna e Palikur (VIDAL, 2008, p. 176).

Há também a experiência do Museu Maguta, no município de Benjamin Constant, Amazonas, voltado a promover e preservar a cultura dos indígenas Ticunas espalhados por oito municípios na região do Alto Solimões (FREIRE, 2003). A organização do Museu se inicia em 1988, em um movimento de resistência dos indígenas em defesa de seus territórios (luta pela demarcação de terras). A instituição buscou a valorização das populações e um maior diálogo com as populações não indígenas.

Não pode deixar de se elucidar outras instituições que não se configuram propriamente como museus, mas que possuem um amplo trabalho na área da arqueologia, como o Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas do Amapá, da Universidade Federal do Amapá; o Núcleo Tocantinense de Arqueologia (NUTA), ligado à Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS), e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Mamirauá.

O Cadastro Nacional de Museus aponta 19 instituições em Rondônia, entretanto, parte dos dados cadastrados pelos Museus apresentam falta de informações em relação à tipologia de seu acervo, ao ano de criação, etc. É necessário um refinamento desse quadro para melhor entendimento do cenário dos acervos no âmbito estadual. Também é fundamental que o Estado efetive a implantação do Sistema Estadual de Museus, que tem apresentado avanços em outras localidades do país.

Das instituições do cadastro, duas salientam a existência de acervos arqueológicos, sendo um o Museu Histórico de Guarájá-Mirim, que está fechado, e o Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia, estudo de caso desta pesquisa, que é o único do Estado no momento que têm fornecido

endossos institucionais às pesquisas arqueológicas. Atualmente, está sendo construído outro museu de arqueologia no município de Ariquemes-RO, que será gerido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) por um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com o empreendimento Canaã Geração de Energia. Tal ação busca ressarcir os impactos na construção da Central Hidrelétrica (PCH) Santa Cruz nos municípios de Cacaulândia e Monte Negro. A gestão do museu buscará conciliar a dimensão educacional, vocação institucional do IFRO, com a promoção cultural e patrimonial (IPHAN, 2014). Essa instituição, diferentemente do estudo de caso desta dissertação, teve seu acervo evidenciado por uma pesquisa arqueológica relacionada a obras de desenvolvimento, que colocaram outras problemáticas quanto à preservação e à extroversão dos trabalhos.

Cabe ressaltar a construção da Reserva Técnica de Arqueologia da Universidade Federal de Rondônia, em Porto Velho, que abrigará o acervo oriundo dos trabalhos de arqueologia de contrato das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Girau (IPHAN, 2013). A ideia é que passe a funcionar em conjunto com o curso de arqueologia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), servindo como local de formação de seus alunos e de extroversão para a sociedade. Nos últimos anos Rondônia vem apresentando novos rumos em relação à gestão dos acervos arqueológicos, assim como o restante do país, frente ao paradoxo do desenvolvimento *versus* preservação.

Face ao exposto, a experiência de criação do CPMRARO no ano de 2008 vem ampliar esse cenário. A análise contextual desse processo abre um campo interpretativo para o surgimento de museus na Amazônia, e para o tratamento das evidências patrimoniais, enquanto essas instituições, calibradas em suas localidades, apontam caminhos criativos para o papel social dos museus.

3.4 Colecionismo e a criação do Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia acervo ao acesso de todos.

Neste eixo de análise, resultante do projeto de história oral (abordado no primeiro capítulo), algumas narrativas são apresentadas em torno do processo de criação do CPMRARO; ressalta-se que não se tem a pretensão de apresentar uma história oficial dessa instituição. Procurou-se favorecer e ressaltar diferentes impressões

relacionadas à constituição do Museu que, por sua vez, apontam desafios para o trabalho com o entorno e com o patrimônio.

As narrativas dos colaboradores apontam uma memória coletiva (HALBWACHS, 2003), pois eles estiveram em diferentes situações envolvidos no processo de constituição do Museu, seja doando suas coleções para formar o acervo, seja participando do seu processo de implantação. No futuro, cabe refinar essa discussão mediante a escuta de outras vozes, de outros olhares, sobretudo daqueles que não se filiaram afetivamente com esse espaço e com os vestígios. No que tange às coleções particulares que deram origem ao acervo do CPMRARO, destacam-se as impressões e memórias em torno de sua constituição (abordado no segundo capítulo). Como aponta Bruno (2000, p. 15), a memória e os seus diversos segmentos interessam a museologia, pois elucidam as referências que elegeram determinada manifestação material como indicativo patrimonial.

É necessário ter cautela para não entender que o colecionismo de objetos arqueológicos, comum a todo o país, em diferentes escalas e situações, leva de forma direta à criação de museus. Esses processos são complexos e exigem um olhar apurado para o contexto, sobretudo quanto aos desafios contemporâneos da preservação arqueológica (LIMA, 2007). Na localidade, muitas coleções formadas por proprietários rurais foram destinadas ao acervo do CPMRARO e passaram do âmbito privado para uma dimensão pública em que se cumpriu uma questão legal em torno do patrimônio. Ao se olhar para a história dos museus no mundo ocidental constata-se que as coleções estão na base de formação dessas instituições (BRUNO, 1996). O caminho das coleções particulares para os acervos dos museus poderia ser uma tônica para região amazônica? Seu rico contexto social e biológico apontaria novos processos, novas soluções para a gestão?

A criação do CPMRARO, na cidade de Presidente Médici-RO, deu-se pela confluência de ações que envolveram a população local na identificação e no colecionismo de objetos (destaque para atuação da Maria Coimbra de Oliveira e José da Silva Garcia), posteriormente foi obtida a orientação e apoio do IPHAN para a criação do espaço, com a participação da arqueóloga Maria Lúcia Franco Pardi e o apoio administrativo da Prefeitura Municipal da cidade. No ano de 2007 foi criada a lei municipal n. 1381, e o Museu foi inaugurado em 11 de junho de 2008, sendo mantido pela Prefeitura Municipal de Presidente Médici e vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Tanto o acervo quanto as ações do Museu se propõem a atuar na região centro-leste de Rondônia, lidando com os municípios de

Alta Floresta, Alto Alegre dos Parecis, Alvorada D'Oeste, Castanheiras, Cacoal, Ji-Paraná, Ministro Andreazza, Presidente Médici, Seringueiras, São Miguel do Guaporé, São Francisco do Guaporé, Rolim de Moura, Novo Horizonte D'Oeste, Urupá, Nova Brasilândia D'Oeste e Santa Luzia D'Oeste (GHIZZO e OLIVEIRA, 2010).

Essa instituição museológica atualmente coloca questões para entender o rumo das ações que envolvem o patrimônio arqueológico na região Amazônica, sobretudo, sua extroversão e socialização, com a configuração de um museu de arqueologia. Cria-se na localidade um espaço que abre possibilidades para a população se olhar a partir do espaço fórum (GONÇALVES, 2007; BRUNO, 2000) proporcionado pelo museu e por outro lado possibilitar a população reinventar-se, entendendo-se como sujeita da própria história. A criação de um museu, no entanto, não garante o fomento desses trabalhos, sendo necessário o envolvimento de diversas parcelas da população para que se torne ativo e significativo.

O CPMRARO passa a articular e potencializar os vestígios arqueológicos, antes inseridos de diferentes formas e instâncias na vida da população, ao se transformarem em patrimônio pelas pesquisas arqueológicas e atuação do IPHAN. Os cacos, vestígios, potes, pedras e desenhos rupestres ao se potencializarem como patrimônio abrem outros caminhos para a população, como discute Hugues de Varine-Bohan:

O patrimônio, sob suas diferentes formas (material ou imaterial, morto ou vivo) fornece o **húmus**, a terra fértil necessária ao desenvolvimento. O desenvolvimento não se faz fora do solo. Suas raízes devem se nutrir dos numerosos materiais que, na sua maioria, estão presentes no patrimônio: o solo e a paisagem, a memória e os sonhos de vida dos habitantes, as construções, a produção de bens e de serviços adaptados às demandas e às necessidades das pessoas, etc. (VARINE-BOHAN, 2012, p. 18)

O CPMRARO tem como diretora a professora Maria Coimbra de Oliveira. Desde o surgimento dessa instituição ações de preservação e divulgação do patrimônio arqueológico foram viabilizadas, sendo um dos poucos locais atualmente com capacidade de salvaguardar o material arqueológico oriundo dos municípios do entorno (essa demanda tem aumentado frente ao crescimento dos Estudos de Impacto Ambiental no Estado) enquanto gera demandas de criação de novos espaços. O acervo possui uma diversidade de materiais arqueológicos, como cerâmicas, materiais líticos, entre outros, que apontam discussões mais amplas da arqueologia Amazônica.

No centro-leste de Rondônia o processo de migração (discutido no primeiro capítulo) ocasionou o encontro de populações rurais oriundas de distintas localidades do país com vestígios arqueológicos e em muitos casos foram coletados segundo muitos critérios, gerando histórias e apropriações como discutido no segundo capítulo. Essas coleções, mais tarde, serviram de base para a criação do acervo do CPMRARO. Esse processo materializou algumas relações estabelecidas entre diferentes migrantes da região, o material arqueológico local e o território. Busca-se discutir e reforçar que essas relações podem servir para estruturação e norteamento das ações de comunicação (exposição e ações educativas) e salvaguarda (conservação e documentação) da instituição. A atuação do museu em conjunto com o entorno e com diferentes parcelas da população pode se relacionar aos debates contemporâneos sobre o papel social desses locais nas últimas décadas (CHAGAS, 2008; WICHES, 2011; VARINE-BOHAN, 2008, 2012).

Inicialmente, as gravuras rupestres presentes em afloramentos rochosos localizados no interior do município em Novo Riachuelo impulsionaram o interesse pela arqueologia. Indagações foram levantadas por quem se deparava com tais evidências como, por exemplo, sobre quem teria deixado essas marcas, uma vez que no pensamento da população não existia ninguém antes deles, pois se consideravam os pioneiros a adentrar a área. Na arqueologia brasileira há outros casos em que o contato dos moradores com as pinturas e gravuras rupestres despertou outro olhar para a história da localidade como, por exemplo, na Cidade de Pedra, em Rondonópolis, Mato Grosso. Na década de 1980, o proprietário Ferraz Egreja ao descobrir um paredão de arte rupestre mobilizou a vinda de arqueólogos para pesquisarem tais vestígios, o que resultou em um projeto de pesquisa com mais de 30 anos entre instituições brasileiras e francesas (VIALOU, 2006).

As imagens gravadas nas pedras atravessaram o tempo e estimularam muitas impressões, enquanto incitou a população também a olhar com mais atenção as pedras polidas e cacos tão recorrentes ao se trabalhar na derrubada da floresta ou na roça. Arentino Monteiro da Costa, comerciante em Novo Riachuelo e ex-professor local, comenta que as gravuras foram encontradas nos afloramentos rochosos logo no início da ocupação pelos migrantes, por volta da década de 1970.

Sobre a arqueologia aqui na região, sobre aquelas pedras lá em cima, eu não sei bem o ano, se foi em 1978, se foi 1979, que encontraram. Foi algum saudoso que mora aqui que achou aquele primeiro núcleo de pedra com aquelas marcas, pois antes tinha mata, debaixo da folha e ninguém via. Acharam as primeiras marcas ali. Ah, tem uma marca de pé ali, do índio. Aí

tinham me falado a respeito, pois eu já era professor na época, daí a gente ia lá, limpava, varria aquilo dentro da mata e olhava. Depois, logo em seguida, por curiosidade acharam essa daqui de cima, serrote aqui do mirante que eles falam. Foi logo em seguida, mais ou menos quando derrubaram as matas, com a queimada, depois choveu e limpou, lavou as cinzas, ficou as marcas. (Arentino Monteiro da Costa)

Com o passar do tempo a informação sobre esses “estranhos e misteriosos” desenhos nas pedras foi se disseminando e outras parcelas da população passaram a se interessar por tal problemática, como no caso de Maria Coimbra de Oliveira e José da Silva Garcia, que já atuavam como professores de história e na ocasião estavam realizando uma graduação na Universidade Federal de Rondônia - UNIR.

Quando estávamos na graduação tivemos a notícia da gravura rupestre lá do Riachuelo. Foi a história de um professor que trabalhava na SEMEC e que contava a notícia de um motorista que tinha ido lá pela primeira vez e depois levou esse professor, que é o Professor Devanir. Ele é da escola de Médici. Ele contou a história dessas gravuras rupestres em sala, fez a sugestão para o professor levar a turma para conhecer. Imediatamente mobilizamos a prefeitura para conseguir ônibus.

Esse foi o nosso primeiro contato com a arqueologia da região. Até então nós nunca tínhamos ouvido falar. Com essa visita, a maioria da turma acabou vendo muito pouco. Eu, o professor Devanir e a Maria Coimbra ficamos mais empolgados. Eu talvez até influenciado pela Maria Coimbra, ela de todos, foi quem mais se envolveu, quando ela viu ali para ela... era uma das maiores descobertas da vida. A sensação que ela teve, ela veio para casa maravilhada com aquilo. Comentando da questão da pré-história e ela já tinha lido um pouco a mais que os outros nessa questão. Ela começava a comparar com as demais localidades do mundo. Até aqui nós ainda não tínhamos notícia. (José da Silva Garcia)

Os vestígios instigaram os professores de história a relacioná-los a uma escala de longa duração. As evidências locais permitiram comparações com outras localidades do mundo e exigiu um olhar atento para se interpretar suas especificidades. O livro didático teve um papel importante, pois por mais que apontasse as discussões arqueológicas de regiões distantes e fora da realidade brasileira como Egito, Grécia, México, entre outros, o contexto direcionava para evidências que despertavam o imaginário da população sobre a história de ocupação do local.

Os livros didáticos de história no país têm ampliando o espaço no tratamento das temáticas relacionadas ao período pré-colonial, mas os avanços das pesquisas arqueológicas ainda precisam se equilibrar com a divulgação, que muitas vezes ocorre de maneira equivocada ou tímida frente à arqueologia de outros locais do mundo (VASCONCELLOS, ALONSO e LUSTOSA, 2000). Ainda há uma emulação entre os dados arqueológicos nos livros de história, com a repetição de assuntos relacionados a sambaquis, e as descobertas arqueológicas no Piauí e Minas Gerais.

Elucidam-se os sítios com destaque midiático, deixando de lado uma série de outras discussões pertinente aos povos indígenas (CURADO, 2013).

A lógica em torno do patrimônio passa a ser estimulado pelo olhar dos professores, que em muitos casos são os estimuladores dessas reflexões em seus alunos. Como apresenta Varine (2012, p. 34): “Tenho a impressão de que a consciência e o conhecimento do patrimônio são antes de tudo responsabilidade de educadores (familiares, escolares, sociais), antes de serem responsabilidades dos poderes públicos tradicionais, ministérios da Cultura inclusive”.

Com a “reaparição” das gravuras rupestres para a população, colocou-se em questão a visão de uma floresta virgem, que deveria ser ocupada e modernizada (SILVA, 2010), em relação a evidências materiais que indicavam um processo de ocupação anterior. Caberia em pesquisas futuras mapear de forma mais refinada porque o contato com os cacos de cerâmicas e as lâminas de machado em pedra polida bem recorrentes na localidade (ZIMPEL, 2009) não mobilizaram antes tal investigação, pois apareciam aos montes para os colonos desde o início de sua chegada. Porque foram as gravuras que incitaram tal ação.

No ano de 2000. Os moradores da região já tinham conhecimento desse sítio anteriormente, mas assim, eles tinham conhecimento que ele existia e pronto, estava lá, não era uma coisa divulgada. Não era uma questão que atraía a visitação. A partir do ano 2000, por algum motivo nesse sítio as pessoas começaram a descobrir o lugar. Nós inclusive, fomos convidados para ir conhecer. Primeiro, fomos acompanhando uma equipe de TV, que ficou sabendo, junto com a igreja daqui da época, Padre Afonso e uma professora do município, que eu não me lembro o nome dela, mais o professor Devanir. Eles se interessaram em levar essa equipe de TV, convidaram essa equipe de TV de Ji-Paraná e foram fazer uma filmagem no local. Nessa época nós estávamos também na faculdade fazendo história. Tivemos a disciplina de História da Amazônia, convidamos também o professor Solano López.

Isso foi o começo. A partir daí é que nós sentimos vontade de trabalhar e começamos a fazer levantamento de sítios arqueológicos na região. Até então, existia o conhecimento desse sítio, desse sítio de arte rupestre lá na cachoeira, que hoje é o sítio Mirante, que recebe visitação oficialmente agora, visitação que é gerenciada lá pela associação do município. Mas antes disso não tinha assim... nenhum interesse. Não era uma coisa que fazia parte da comunidade. (Maria Coimbra de Oliveira)

Maria Coimbra de Oliveira e José da Silva Garcia iniciaram pesquisas na área e se interessaram pela problemática preservacionista. Desde 2002 realizam trabalhos no local, identificando e mapeando sítios arqueológicos e também conhecendo diferentes pessoas que tinham materiais em casa (OLIVEIRA, 2013). Realizaram levantamentos não interventivos nos sítios, sobretudo localizando gravuras rupestres, procuraram cada vez mais informações em livros e formações

com especialistas, esmiuçaram a identificação dos locais com sítios arqueológicos e as famílias que tinham objetos. Essa busca por conhecer a realidade local e o diálogo com pesquisadores de outras localidades os fez procurar apoio do IPHAN.

Fazíamos isso no final de semana. Final de semana pegávamos a moto e saíamos. Tinha aluno que ajudava onde ele tinha encontrado, já mostrava o que tinha. Porque quase todas as gravuras rupestres, elas estão associadas ao cerâmico. Todas você pode olhar que perto vai ter um sítio. Nós fomos recebendo aquilo, que eles foram encaminhando. Quando nós estávamos com certa quantidade, foi que nós fomos perceber. Fazer o que desse material? Não tem o que fazer. O que nós vamos fazer? Aí pensamos. Um museu! Vamos ter que pensar no museu, mas naquela época aqui, falar em museu era muito difícil. Chegava, conversava com um, conversava com outro, pedia ajuda e não ia para frente. (José da Silva Garcia)

Nesse caso do centro-leste de Rondônia, a atuação dos professores em contato com as crianças, sobretudo as moradoras da zona rural, foi fundamental para potencializar as relações já existentes e permitir a indagação sobre a história local. Cabe refletir que essas relações das populações com os vestígios arqueológicos pré-coloniais nem sempre possibilitam um olhar para um período anterior, mas podem criar conexões com a própria natureza, com a terra, com os animais, com os rios, com as plantas, entre outros elementos (LIMA, MORAES e PARENTE, 2013).

Nas décadas de 1980 e 1990 existiam mais escolas rurais em virtude da concentração da população no campo e com isso o contato com os vestígios arqueológicos eram mais recorrentes. Posteriormente, essas famílias migraram para outras localidades do Estado ou para o centro urbano do município. Essa migração interna ocorreu devido ao avanço do agronegócio ligado à expansão da pecuária e da produção de grãos que gerou a especialização dos espaços e a consequente concentração de terras (SILVA, 2010, p. 194). Dessa forma, antes os professores possuíam mais contato com crianças de diferentes localidades da área rural que acompanhavam seus pais nos trabalhos cotidianos. Entretanto, hoje, mesmo no centro urbano da cidade, as histórias com esses materiais são conhecidas e lembradas.

A influência do pensamento de Paulo Freire nos professores sensibilizou o olhar para se trabalhar com o cotidiano dos alunos, marcado pelo contato com os vestígios arqueológicos⁵⁹. A ideia geral de que no processo de aprendizagem deve

⁵⁹ O pensamento de Paulo Freire ainda é contemporâneo e possui força tanto no campo pedagógico como no campo museológico. Cabe ressaltar que as próprias mudanças na museologia na segunda metade do século XX tiveram influência dessas ideias. Paulo Freire foi convidado a participar da

levar em conta aquilo que o outro, o educando (FREIRE, 2014), possui como experiência, foi norteador para o início dos trabalhos com o patrimônio arqueológico local.

As ideias de Paulo Freire me ajudaram muito. Contribuiu pelo seguinte, quando ele fala do conhecimento que já vem do outro, do meu aluno, distou esse olhar de valorizar o que eles traziam. Quando começamos a abordar isso na escola, eles começaram a chegar com material arqueológico para nós. Isso aconteceu com o Garcia, aconteceu com a Maria. Eles conseguiram juntar muito mais material, eles davam aula em muitas escolas, eles andavam na época num projeto aí, eles devem ter comentado isso com você. Eles já tinham isso, já tinham essa vivência. (Devanir Domingues Fernandes)

Falar sobre os vestígios arqueológicos em sala de aula nesses contextos é abordar a própria realidade dessas populações, porém com outras semânticas. Como discute Ferreira (2013), muitas vezes o que se chama de patrimônio está inserido como coisas na vida da população e, portanto, necessita de um olhar contextual. Logo, quando uma criança chegava com um machado polido que o pai tinha encontrado na roça ao plantar feijão na sala de aula, essa situação se tornava em um momento de aprendizagem e reflexão das experiências de vida dos próprios educandos.

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária –, mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. (FREIRE, 2014, p. 31)

A atuação do professor de história Devanir Domingues Fernandes (que atualmente leciona na Escola Estadual Paulo Freire no centro urbano do município) possibilitou um olhar atento para esses objetos, assim como ampliou seu interesse para a temática arqueológica na região. O conjunto de gravuras rupestres também possibilitou as primeiras ações que poderiam se enquadrar dentro da denominação clássica de “educação patrimonial”, em que por meio de evidências materiais proporciona processos investigativos de observação, registro, exploração e apropriação (HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO, 1999). Estimularam-se com esses trabalhos os primeiros estudos do meio em que o professor levou seus alunos

para uma aula no próprio local, estabelecendo um contato maior entre a sala de aula e a realidade fora dela.

Eu comecei uma experiência de dar aula fora da sala, de modo que eu dei aula no cemitério, dei aula na rua, nas ruínas, que tinha uma antiga cerâmica que estava abandonada. Meus alunos até me levaram para entrar lá dentro daquela chaminé. Fomos conhecer isso e eu disse para o diretor um dia: – Eu gostaria de levar os alunos lá em Riachuelo. Fomos trabalhando um projeto até que um dia eu consegui. Eu consegui levar. Um grupo de professores aceitou e fomos lá. Pela primeira vez eu acredito que uma turma de alunos foram para lá. Como eu estava... eu já escrevia música para cantar e fui escrevendo versos. Aprendi com dois nordestinos aqui a fazer verso. Eu gostava. Ouvindo-os recitar o verso deles. Comecei a escrever também, deu certo. Eu, já no ano 2000, já dando aula de história até o oitavo ano. Quando comecei a faculdade, já peguei as aulas do ensino médio. (Devanir Domingues Fernandes)

O professor imerso nesse contexto fez entre os seus muitos repentes, inclusive um dedicado ao conjunto de gravuras rupestres, apresentando de forma poética o seu encantamento. Ao final chama a atenção para a questão da entrada dos migrantes na localidade e a expulsão desses grupos indígenas, deixando um legado e abrindo portas para um debate sobre esse processo.

Pedras que falam

Pedras que revelam coisas
Dos nossos antepassados
Desenhos de todo jeito
Que mostram bem trabalhados
Cada um mais no capricho
Mostrando que gente é bicho
Viviam harmonizados

Marcas de pés e de mãos
De gente e de animais
Desenhos de casamento
Todos nos falam demais
Uns gestos de adoração
E até outro de canção
Destes nossos ancestrais

Alguns buracos na pedra
Mostram gestos de serviço
Amolando ferramentas
Faz a gente pensar nisso
Ou preparar alimentos
São os nossos pensamentos
Quando vimos tudo isso

A pedra seca e dura
Molhada ficou macia
Tão logo suas tarefas
Eram feitas quando chovia
Para descobrir o feito

Trouxe a pedra e pus dinheiro
Com água numa bacia

Figuras de ferramentas
De gente desmantelada
Rosto com cara de gente
E uma onça pintada
Um pé grande até demais
Mostra as formas naturais
Do trabalho e caçada

Viveram por muito tempo
E foram expulsos de lá
Por um povo ocupante
Para a mata derrubar
Se foram pra nunca mais
Deixando os seus sinais
Para a gente estudar

Estudo que vale a pena
Para a gente refletir
O que encontramos nas pedras
Faz a emoção fluir
É preciso voltar no tempo
Mudar nosso pensamento
Para a história construir

Esse grupo pioneiro
Que fez trabalho bom
Com coragem pesquisando
Mostrando nossa união
Nessa nossa aventura
Tivemos a cobertura
Até da televisão

Querem-se estudá-los
E o estudo faz valer
Fazemos então um apelo
E ao estado recorrer
É o nosso grande sonho
Tombar esse patrimônio
E essas pedras proteger

Chama Itaquatiara
O nome que o índio deu
Coisas escritas nas pedras
É feita do jeito seu
Precisamos preservar
Porque isso é milenar
E muito já se perdeu

Deixaram sua história
Construída em mutirão
O seu tipo de linguagem
O sonho e a ilusão
Temos que levar a sério
Muita coisa ainda é mistério
Ou até contradição

É esse povo nativo
Que termino de falar
Expulsamos todos eles

Para a terra ocupar
Se fizemos diferentes
Os deuses daquela gente
Poderão nos castigar

Julho de 2003
(FERNANDES, 2004)

O reconhecimento dessas marcas como parte do passado local é evidenciado no repente, assim como a necessidade de medidas protecionistas. A ideia da criação do Museu na localidade surge e se fortalece pela identificação dessas relações, sobretudo com a constatação de que a população possuía coleções em casa e existia uma pré-disposição em contribuir, como evidencia Maria Coimbra de Oliveira.

Nós começamos a pensar no Museu a partir do momento que verificamos que a população de um modo geral tinha muita coisa guardada em casa. Cada um tinha um pouco, mas quando você juntava tudo, quando você pensava no todo, era muito material. No começo pensamos que poderíamos guardar esse material todo, até sensibilizar alguém do município, porque desde o primeiro momento do trabalho pensamos na criação de uma instituição pública. Mesmo porque a falta de conhecimento que tínhamos para abrir uma instituição como essa era grande na época. Depois desistimos. Fomos juntando esse material que destinavam para nós, mas acabamos sem ter onde guardar, porque começou a ter um volume muito grande. Começamos a pedir para que as pessoas guardassem em casa e para ver o que faríamos com esse material. (Maria Coimbra de Oliveira)

As coleções formadas por diferentes sitiantes (denominação para os proprietários rurais) passaram a constituir o acervo do CPMRARO. A atuação do IPHAN nesse caso teve preocupação na preservação e na disponibilização ao público e aos pesquisadores desse material em um espaço adequado.

Nesse ponto, o conceito de objeto semióforo, formulado por Krzysztof Pomian (1984), é fundamental e frequentemente utilizado no campo da museologia (BRUNO, 1995; MENESES, 1994). Ao se formar uma coleção, os objetos perdem seu valor de uso e passam a ter outros significados para aqueles que os guardam e para os olhos que os veem, estando relacionados a uma dimensão invisível. Qual seria o uso dos objetos arqueológicos antes de serem colecionados nesse contexto? Eles poderiam ser utilizados de outras formas pelas populações do presente em detrimento de seu uso científico, cultural e patrimonial? Bezerra (2014) discute como o colecionamento de objetos arqueológicos é visto pelo Estado como uma ameaça à preservação e propõem que podem ser consideradas como formas de fruição do passado, claro, ao entender o contexto específico no qual essas relações são produzidas, sem se perder de vista a dimensão da preservação.

Questões complexas em relação ao patrimônio arqueológico na localidade, mas que ampliam e alargam o papel do patrimônio no presente. “Relíquias, semióforo, objetos históricos: seus compromissos são essencialmente com o presente, pois é nesse tempo que são produzidos ou reproduzidos como categoria de objeto e é as necessidades do presente que respondem” (MENESES, 1994, p. 19). Dessa forma, é necessário entender em cada contexto as nuances de sua apropriação, ressignificação, reutilização, destruição e preservação.

O trabalho de história oral buscou justamente registrar em certa medida essas outras semânticas para que no acervo do CPMRARO as ricas narrativas de encontro, estranhamento, surpresa, descobertas e medo frente aos vestígios não se perdessem em detrimento de uma visão unicamente arqueológica, voltada somente a um passado longínquo. Diante da preocupação de mapear a formação do acervo do CPMRARO pela população local, futuramente se terá mais subsídios para entendê-lo e suas histórias imbricadas. Histórias de pessoas comuns, que também tiveram um olhar curatorial ao escolherem determinados objetos para suas coleções particulares.

No entanto, pelo Museu ter em seu acervo esses “cacos e pedras” que estão no cotidiano da população, a instituição passa por desafios de outra ordem, pois alguns entendem que por esses materiais estarem presentes em seu dia a dia não faz sentido pertencerem a um museu. Nessa problemática, volta-se ao imaginário sobre quais são os tipos de instituição museológica que a população possui.

Em relação ao Museu, o tipo de material apresentado de alguma forma ou outra, está no cotidiano deles mesmo, eles saem chutando material na roça, falando que não tem valor nenhum, mas isso de alguma forma já está na realidade deles. Você já imaginou que para eles descobrirem que aquela pedra é diferente, pertenceu a um povo. Por que a importância de conhecer esse povo e a história dele. Por que... de onde é que nós viemos? A maior ansiedade do ser humano é de saber de onde eu vim. Para onde eu vou? (Vileuda Rodrigues da Silva)

Em sua narrativa a professora Vileuda Rodrigues da Silva mostra que as crianças e jovens saem chutando material arqueológico na roça e questionam o motivo pelo qual essas peças fazem parte de uma instituição museológica. Questionamento importante para reforçar que essas relações podem ser discutidas nos museus engajados com o entorno. As relações pré-existentes da população com os objetos são matéria-prima para se estruturar todas as ações da instituição, sobretudo as ações educativas (CHAGAS, 2008; VARINE-BOHAN, 2008, 2012). É na inserção da realidade local, do entorno no espaço museológico, que se amplia o

seu papel social. Cabe refletir o que significa considerar esses materiais como patrimônio e herança, assim como quais ações e medidas são necessárias para que as diferentes populações passem a relacionar suas impressões com outras narrativas, como a científica, por exemplo.

Diante da prática do autor desta dissertação como educador do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, ao receber grupos da cidade de São Paulo e seu entorno para os trabalhos, oficinas e visita às exposições do Museu, constata-se que essa experiência e vivência com o material arqueológico, muitas vezes, não é reconhecida *a priori*. As impressões, ideias e reflexões sobre um passado ocorrem, sobretudo, pautadas pela escola, pelos livros didáticos e pelos trabalhos dos professores. Na cidade de São Paulo existe uma série de vestígios arqueológicos históricos e urbanos que podem despertar esse tipo de reflexões (SOUZA, 2010), todavia, o olhar da arqueologia ainda está direcionado para coisas muito antigas e essa arqueologia do presente vem ganhando espaço pouco a pouco fora do meio acadêmico. Esse exemplo chama a atenção para a qualidade dessas relações na região, pois ao invés de se olhar para a falta de informações, de materiais didáticos nas escolas, a experiência dos seus alunos com os vestígios arqueológicos é muito rica e se constitui um desafio para a instituição.

As coleções que deram origem ao acervo do CPMRARO estavam impregnadas de interpretações, que muitas vezes não se relacionavam com a arqueologia e foram destinadas a uma instituição que aborda tal problemática.

Então, foi um trabalho coletivo mesmo a criação do Museu. Um trabalho de formiguinha que cada um juntou aquilo que ele tinha em casa, aquela peça que ele tinha. Quem já tinha trouxe lá da roça, do sítio. Depois nós tivemos o trabalho até de pegar. Porque nós tivemos uma preocupação que até hoje eu fico pensando assim com o é que nós fizemos isso. Nós fomos identificando por aluno as peças recebidas. O que depois ficou muito fácil de você ir lá e saber para procurar onde tem um sítio. Hoje nós temos peças que... o cara chega, entrega e não sabe da onde foi. Mas é muito pouca, viu. É muito pouco. Eu ficava assim boquiaberto assim com esse gesto da população guardar as peças. Tinha uns que até no jeito deles, até pintavam. Para deixar colorido. Para dar cor ao objeto. Outros colocavam uma linha, quando eram aquelas peças furadinhas. Porque ela estava amarrada lá na parede decorando a sala. (José da Silva Garcia)

No contexto do município de Presidente Médici foram essas relações pré-existentes das populações vivas que impulsionaram todo o trabalho realizado na região. São elas que podem ampliar as semânticas do acervo do Museu e aproximá-lo da diversidade da vida. Cabe ponderar também que, em muitos casos, o contato e

vivência da população com os sítios arqueológicos os destruíram, em um processo irreversível para a arqueologia e para o patrimônio.

O acervo do CPMRARO possui muitas histórias em cada peça, em cada lâmina de machado, que além de possibilitar um olhar interpretativo sobre o passado, por meio da ciência arqueológica, também possibilita interpretações de moradores, gerando o encontro de perspectivas. Cabe frisar que não se está priorizando um em detrimento de outro, mas sim essa abertura em se relacionar o ponto de vista arqueológico com outras semânticas. Nas etapas de campo desta pesquisa, realizadas nos anos de 2011 e 2013, foi comum perceber na exposição de longa duração do Museu o relacionamento dos visitantes com determinados materiais que faziam parte de suas histórias, pessoal e afetiva, com o lugar. Isso se deu não pelo fato de serem objetos produzidos por indígenas, mas, por exemplo, porque o tio tinha um parecido em casa, ou determinado caco de cerâmica já foi encontrado e guardado, ou quando criança já tinham brincado com materiais semelhantes na roça.

Quando nós nos aproximávamos das escolas do Riachuelo, os alunos também já tinham um pouco de conhecimento desses materiais. Eles já tinham ouvido falar alguma coisa, alguns já tinham visto.

Eu não lembro assim, talvez a Maria lembre, em que altura nós começamos a associar as gravuras rupestres ao material lítico, ao material cerâmico. Eu sei que nós começamos a dividir aquilo na sala de modo que todo aluno já tinha tido o primeiro contato com material arqueológico. Eles contavam sobre os machados que tinham. Nós fomos por curiosidade pedindo para ver. Quando eles traziam para escola, eles nunca pretendiam levar de volta até porque eles acharam. Às vezes eles nem encontraram, falavam: lá casa tem um, tem dois, mas nós jogamos para lá. O outro contava que o pai proibia de guardar dentro de casa. E eu sei que aquele material foi chegando cada vez mais, material lítico, material cerâmico. Sem perceber nós nos tornamos colecionadores... Outros diziam onde tinha, até hoje se fosse para buscar material na área rural, para pegar com as pessoas que juntaram, nossa, tem um monte ainda por aí nas casas, mas depois com o tempo nós fomos adquirindo conhecimento. (José da Silva Garcia)

Muitas das famílias que estavam na região eram as mesmas que tinham chegado no processo de colonização e desmatado a floresta, com isso sabiam exatamente onde tinham identificado materiais parecidos. O trabalho de mapeamento de Maria Coimbra de Oliveira e José da Silva Garcia contribuiu para criar uma rede de relações entre essas diversas coleções e potencializar, mais tarde, o início de um sentido preservacionista nessas pessoas.

Em relação aos processos de pesquisa arqueológica que transformam vestígios arqueológicos em patrimônio e, por sua vez, as ações museológicas que

os transformam em herança para a população (WICHERS, 2010), a localidade apresenta um rico cenário de outras histórias e relações que podem atravessar a cadeia operatória museológica, esta com uma envergadura pedagógica (BRUNO, 2013), e serem considerados como variantes, tornando-os mais próximos da vida. Nesse mesmo sentido, o Museu não pode perder o seu compromisso com a evidenciação de uma história de longa duração.

Segundo Bruno (2013), a cadeia operatória museológica (procedimentos de salvaguarda e comunicação) ainda não encontrou o espaço necessário no momento atual da preservação do patrimônio no país, que em sua maioria está direcionada para a gestão legal e a publicação dos resultados das pesquisas. Segundo a autora, esse “não diálogo” entre as áreas pode gerar um problema para as gerações futuras, com a falta do ponto de vista museológico, que contribui para a transformação dos indicadores de memória em herança cultural. A memória em torno da constituição dessas coleções, que posteriormente viraram acervos, é a matéria-prima com a qual a museologia estabelece a sua cadeia operatória. Os museus são herdeiros institucionais da atitude histórica de colecionar as referências materiais das culturas (BRUNO, 2000).

A professora Vileuda Rodrigues da Silva, que também atua na rede estadual de ensino, acompanhou o trabalho realizado por Coimbra e Garcia.

Nossa, eles trabalharam muito em cima disso. Tinham interesse de trabalhar nessa área. O Garcia e Maria trabalharam com os sítios de pessoas conhecidas. Já tinha muito material coletado nas prateleiras dessas pessoas. Muitas pessoas que achavam curioso, principalmente os sitiantes, olhavam e achavam uma coisa curiosa. A partir daí eles começaram a analisar isso... É que assim, não conhecemos a nossa história. Precisa de alguém. Eles abriram esse caminho mesmo. Eu penso que foi até meio de uma facilidade para eles. (Vileuda Rodriguez da Silva)

A ativação dessa rede permitiu que as coleções saíssem de um âmbito particular e pessoal e adquirissem um caráter público, voltado ao entendimento da história da própria localidade e de outras relações com a problemática do patrimônio arqueológico por meio das pesquisas. O reconhecimento de parcelas da população com a inclusão de seus acervos, formados por materiais que encontraram, identificaram e guardaram, é um meio constante de diálogo e de aproximação. As narrativas dessas pessoas permitem a construção de pontes, pela via do afeto e do cotidiano, com a temática arqueológica e com a temática indígena, tema complicado e ferida aberta para os migrantes (abordado no primeiro capítulo). Vale refletir sobre essas relações entre população e objetos arqueológicos, pois elas não ocorrem de

forma absoluta e irrestrita a todos; alguns, por diversos motivos, passaram a ver e a considerá-los em suas vidas, outros simplesmente não os viram ou não os veem, mesmo pisando cotidianamente sobre eles.

O Garcia e a esposa dele gostavam muito disso, eram aficionados por esses materiais, eles encabeçaram o negócio e o Charles deu apoio. Com esse trabalho pelo menos as pessoas tomaram conhecimento da arqueologia, com o museu. Por que existe tanto desse material pela região e nunca chamou a atenção das pessoas. A questão lá do Riachuelo, por exemplo, poucas pessoas da cidade conhecem aquilo, nunca nem ouviu falar, conversamos com as pessoas e elas nunca ouviram falar! Agora, com a questão do museu está despertando a curiosidade, encontramos as pessoas na rua e elas já perguntam sobre essas figuras lá do Riachuelo, já perguntam sobre o museu... mais da metade da população ainda não sabe que existe o museu. (Wilson Modro)

Um efeito reverso que é muito comum ao se falar de arqueologia em certas regiões em que a população se depara com vestígios arqueológicos em seu cotidiano é o estímulo à “caça” de objetos após o contato com as pesquisas arqueológicas. Aqueles materiais antes relacionados a outras semânticas, como parte da terra, do trabalho e da própria natureza, passam a serem procurados pelo valor cultural colocado por especialistas. Denise Schaan indica esse problema na Amazônia, na qual a valoração imputada por antropólogos, arqueólogos e historiadores aos objetos produzidos e utilizados por grupos no passado acaba tornando-os alvo de tráfico de material (SCHAAN, 2007, p. 110). É necessário todo um trabalho educacional contínuo para reverter esses processos e compartilhar as responsabilidades em torno da preservação. No contexto dessa dissertação, esse trabalho foi realizado com os sitiantes para que eles não procurassem mais peças e dessa forma prejudicassem as pesquisas locais.

Acho que foi até uma conquista para nós como educadores. Um mito que é interessante, mas que ao mesmo tempo atrapalha muito. Num primeiro momento houve prejuízo, porque gerou uma vontade, uma necessidade, em muitos sitiantes de colecionar material. No primeiro momento foi prejudicial. Porque a partir do momento que eles se despertaram para a questão, eles começaram a observar mais a terra e aquele material com um pouco mais... uma visibilidade maior. Não estava quebrado. Começou a se resgatar. De certa forma, começou a ser colecionado. Foi quando percebemos que deveríamos começar a trabalhar essas questões nas escolas e com a comunidade por onde passávamos. (Maria Coimbra de Oliveira)

Carneiro (2014) em um trabalho no estado do Amazonas chama atenção para esse processo de mudança de valoração em torno dos vestígios arqueológicos junto a uma comunidade ribeirinha que vive no médio Solimões.

Iniciou-se a formação de coleções de artefatos arqueológicos, pela comunidade local, para arqueólogos. A ida constante desses profissionais com o objetivo de monitorar o estado de preservação dos sítios arqueológicos da região levantou a questão da importância do material. Pessoas, então, que conviviam com estes materiais sem lhes despertar o interesse, passaram a colecioná-los e, ao que parece, não porque estes vestígios rapidamente integraram seu regime cultural, mas porque se perceberam como “responsáveis”, “proprietários” de objetos valorizados por outras pessoas. (CARNEIRO, 2014, p. 455)

No Brasil, para além desse significativo campo de relações que os materiais arqueológicos proporcionam com diversas parcelas da população, muitas delas não estão associadas à questão indígena. A arqueologia, por abordar uma história de ocupação antiga, tem o papel de mostrar outra discussão ao dialogar com outras histórias. Pode evidenciar que os humanos, em sua multiplicidade de sentidos e sonhos imprimidos ao mundo, são muitos parecidos e diferentes. Buscam sempre dar sentido às coisas e olham o entorno de determinadas formas.

Sabe, aquilo me fascina, arre pia. É que nem eu chamar isso de pedra ou de machado, o que nos víamos somente no livro, nas fotos e depois eu pegá-la na mão. Dizer para o meu aluno, quando ele pegar ela também, dizer assim: – Isso aqui foi um meio de sobrevivência do índio, foi uma ferramenta de trabalho do índio. Quando nem a natureza explica direito, ela te aproxima. Eu tinha dificuldade quando era aluno, porque era tudo na decoreba. História, eu não gostava de jeito nenhum. Tinha Idade da Pedra, mas eu entendi a idade dessa pedra como a nossa idade, e não como um período histórico. Então, vejo assim, muita razão para isso. (Devanir Domingues Fernandes)

As ações prévias dos professores em relação aos vestígios arqueológicos, como a descoberta das gravuras com a derrubada da mata (Arentino Monteiro da Costa); a divulgação das gravuras rupestres, a criação de um grupo de pessoas que passaram a buscar mais informações sobre os vestígios, o trabalho com os alunos fora e dentro de sala de aula (Devanir Domingues Fernandes); a localização de outros sítios arqueológicos e o trabalho com os alunos da área rural (Maria Coimbra de Oliveira e José da Silva Garcia) foram iniciativas que mobilizaram o patrimônio arqueológico na localidade, assim como suas discussões.

No processo de surgimento do CPMRARO, além da ampliação do interesse local para os vestígios, a atuação do IPHAN foi fundamental para gerenciar a arqueologia. Intermediada pela arqueóloga Maria Lúcia Franco Pardi, o IPHAN possibilitou a criação de uma instituição que abrigasse essas coleções que

fomentasse as pesquisas, como evidencia o ex-prefeito da cidade José Ribeiro da Silva Filho.

O Ministério da Cultura através do IPHAN, o Instituto abraçou esta causa com bastante intensidade e a coisa vem andando, vem crescendo. Tem uma equipe interessante do IPHAN em Rondônia, em Porto Velho, que eles abraçam este negócio e dá muito incentivo, ele faz as pessoas erguer o farol nessas discussões! Energiza as pessoas nessa discussão. É o único museu de arqueologia no Estado de Rondônia aberto e com toda esta intensidade de trabalho é o de Presidente Médici. Isso na verdade representa o Estado de Rondônia. (José Ribeiro da Silva Filho)

O trabalho da Pardi orientou a população local como proceder legalmente com o patrimônio arqueológico. Isso foi citado nas entrevistas realizadas com os diversos colaboradores, assim como sua atuação decisiva para fomentar a preservação do patrimônio.

A Pardi chegou ao município em 2008. Não, a primeira visita dela foi no final de 2007. Depois em 2008. Eu acho que o papel do IPHAN foi decisivo para a criação desse Museu. Porque nós chegávamos e fazíamos uma conversa boa e tal com a cidade, mas não caminhava. Depois que você ia, ele ficava engavetado. Quando a Maria Lúcia Pardi desce de lá e fala vamos criar o Museu, vamos criar e começa a dizer. A responsabilidade do município com o material arqueológico cresceu. Eu acho que foi decisivo na questão também do próprio recurso, porque teve a parceria da prefeitura e uma boa parte do recurso foi do IPHAN. Colocou dinheiro. Colocou dinheiro no sítio, lá para visita. (José da Silva Garcia)

Fica evidente, portanto, a importância da relação entre a comunidade, aberta à discussão em torno dos vestígios, e os órgãos reguladores, no caso o IPHAN. Sem a atuação conjunta das duas instâncias, a criação e gestão de uma instituição como um museu ficaria inviável. No mesmo período de surgimento do CPMRARO na zona rural do município, no distrito/comunidade de Novo Riachuelo, foi criada a Associação de Amigos de Novo Riachuelo (ANR) com o objetivo de desenvolver ações voltadas à preservação e promoção do patrimônio cultural. Esse grupo de moradores também teve a colaboração da Maria Lúcia Franco Pardi, que possibilitou o processo de musealização do sítio arqueológico Mirante. Considerado cerimonial, o sítio está localizado em um pequeno morro, em que se tem uma boa vista do vale do Riachuelo. É composto por gravuras rupestres, com a representação de figuras humanas, zoomorfas e geométricas (GARCIA e GARCIA, 2012, p. 51)

Também foi realizado um trabalho pela arqueóloga para o envolvimento da população em torno da problemática da preservação dos sítios e do uso dos destes como fonte de renda para a localidade pelo turismo (IPHAN, 2011). O sítio foi

devidamente cercado para a proteção de animais, como bois e vacas, e foi incluída uma passarela de madeira sobre o afloramento rochoso para não danificar mais as gravuras. Um grupo de condutores foi criado e treinado para auxiliar os visitantes. Para agendar as visitas é necessário marcar previamente com a Associação e no dia combinado o grupo de condutores realiza o monitoramento.

O surgimento do CPMRARO tem modificado a relação da população com os vestígios arqueológicos, possibilitando o olhar para o entorno e para a história de outra forma. Os museus são espaços que permitem a observação das sociedades de forma crítica e o reconhecimento dos indivíduos como sujeitos atuantes (MENESES, 1993).

Os museus, por excelência, são os locais de observação e de reflexão, sem se distanciar do entorno e sem se colocar como um local neutro ou acima da população. É o lócus em que as pessoas, sujeitas de sua vida e de sua própria história, podem se ver, assim como refletir sobre novos rumos e se projetar para o futuro. Diante da conjuntura atual da instituição, tanto a comunidade como as pessoas que atuam direta e indiretamente nela possuem sonhos e desejos para o futuro do CPMARO. Como evidencia a diretora do CPMRARO:

Daqui a 20 anos eu vou estar velha mas não queria estar morta não, nem fora das discussões que envolvem a arqueologia da região. Queria ver o Museu cheio de profissionais de seu próprio quadro funcional, desenvolvendo ações em frentes diversas... Assim, eu acho que talvez nós conseguíssemos daqui a 20 anos ter uma instituição forte, estruturada. Trabalhando em várias frentes de pesquisa e frentes educativas. Uma população consciente do que seja o patrimônio cultural e investindo nesse patrimônio também. De você poder chegar em alguém e perguntar pela identidade cultural da região e ela saber te responder e valorizar isso. Uma população menos preconceituosa em relação aos grupos diferentes, indígenas e quilombolas, atuais. A partir da valorização desses vestígios mais antigos. Pelo menos isso que eu queria, você perceber que todas as instituições de ensino estão realmente pegando o gancho dos temas transversais e incluindo a questão do patrimônio. Não só o arqueológico, mas todo o patrimônio cultural dentro das suas atividades. (Maria Coimbra de Oliveira)

Sonhos relacionados à melhoria da atuação do Museu, aumento do seu quadro de profissionais, uma população que se aproprie da instituição e sensibilizada sobre as questões das minorias, são desejos vislumbrados no horizonte. Outro ponto que chama a atenção é a maior aproximação da instituição com as escolas, com os professores, utilizando o espaço como local de aprendizagem e, sobretudo, incluindo a realidade do entorno (patrimônio

arqueológico) nas temáticas em sala de aula. O professor José da Silva Garcia reforça essas questões.

Meu sonho para esse museu no futuro. Até tanto que na administração passada nós conseguimos uma área bem maior. Nós idealizamos de fato um outro prédio mesmo. Até com esses recursos que vão entrar e tal. Nós idealizamos um outro prédio para o Museu. Eu acho o seguinte, nós precisamos ali de uma diversidade, de mais salas para trabalhar. Veja bem, nós estamos numa região que nós temos só ali no Rio Branco, nós temos três etnias, aqui em Ji-Paraná nós temos mais duas, aqui no Mato Grosso, vizinho que é fronteira, nós temos mais duas. Eu acho o seguinte que seria importante, uma sala ou duas salas expositivas com alguma coisa ligada à etnologia desses grupos para você expor esses artesanatos. (José da Silva Garcia)

O professor estimulado pela sua atuação atual nas comunidades indígenas, entende que de alguma forma o Museu também poderia abordar a etnologia. No caso da Amazônia, a relação entre etnologia e arqueologia é fundamental, esse casamento de áreas possui ricos avanços. Se o Museu realmente incluir essa área, cabe uma reflexão em relação ao plano museológico, que *a priori* está voltado somente à gestão das coleções arqueológicas⁶⁰. O professor Denavir, sobre os sonhos para a instituição, destaca a necessidade de uma equipe para que as ações passem de fato a acontecer de maneira eficaz e potente.

Eu acho que ainda falta trabalho de base, falta divulgação ainda sobre os trabalhos arqueológicos da região. Acho que falta bastante divulgação ainda na prática mesmo. Uma equipe que possa ajudar a Maria. Tenho a maior admiração pelo que a Maria continua fazendo, deixo lá as divergências de lado, tenho que dar o mérito. Eu acho que não sei se seria por aí. Eu acho que tem que ser um pouco mais humanizado e isso talvez tem que pintar uma dose de humildade nessa coisa para socializar mais esse trabalho. Porque eu vejo muita ausência da participação dela no social. Entendeu? Para levar isso até o sindicato, mas talvez seja por falta de equipe. Ainda o poder público daqui, eu posso dizer até que nem reconheceu aquilo ali ainda. Sua importância. Até agora, por exemplo, eu não vi a prefeita Lurdinha, que é do sindicato dos rurais, que veio lá dos rurais dar a tal importância. Essa câmara de vereadores talvez seja ainda pior. Nunca tivemos sorte. Mas acho que talvez seja uma das piores que esteja aí. Não vão dar importância mesmo. Para eles esse material arqueológico é só uma pedra mesmo.

Eu acredito que falta divulgação, falta valorização dos trabalhos arqueológicos na região. No Museu tem que ter uma equipe mais ampliada de pessoas que trabalham, que fazem as coisas, que publicam. Quem sabe esse trabalho que você está fazendo comigo, essa entrevista está ressuscitando até a mim. Fazendo eu voltar a viver de novo, entendeu? Então, não saiu da minha cabeça o filme, que eu tinha que passar para você. Com certeza, eu deixei muita coisa, mas eu não me preocupo muito, pois eu escrevi um outro livro, um segundo, se um dia ele sair, se chamará “Pedacos do meu Caminho” porque a história é feita de pedacos. (Devanir Domingues Fernandes)

⁶⁰ O Plano Museológico passará por uma avaliação no ano de 2015 (GHIZZO e OLIVEIRA, 2010), assim como por uma reflexão sobre a sua vocação institucional.

A falta de equipe é uma questão que perpassa os mais diversos museus do país e de alguma forma, elucida a maneira como essas instituições são percebidas pela sociedade, que não compreende de maneira latente o papel social, cultural, político, turístico, entre muitos outros desses espaços. No caso, um Museu de arqueologia no interior de Rondônia tem uma atuação em relação à discussão do espaço e ao seu processo de transformação ao longo do tempo. O ex-prefeito José da Silva Ribeiro elucida dentro de seu ponto de vista, marcado principalmente pela gestão, os desafios institucionais do Museu.

No futuro, eu ficaria feliz se nestes dez anos acontecer tudo aquilo que já foi discutido. Os projetos que foram discutidos são interessantíssimos, para ampliar, para resgatar toda essa história arqueológica, demarcar e registrar definitivamente todas as áreas arqueológicas já descobertas e a medida que fazer tudo isso vai ser descoberto mais coisas, mais áreas. Não vão parar de descobrir, fazer novas descobertas, não vai terminar. Isso daqui a cem anos com certeza vai descobrir novas áreas na região. Então a gente espera que todos estes projetos que foram discutidos, toda estas discussões de melhoria, continuem. (José da Silva Ribeiro)

Face ao exposto, é possível perceber como esse Museu, que surgiu no ano de 2008, mobilizou diferentes sujeitos. Seu acervo aponta caminhos interpretativos para uma história de longa duração na Amazônia e ao mesmo tempo uma história do presente, marcada pela ruptura de dinâmicas entre as populações humanas e a floresta. O CPMRARO possui *a priori* o potencial de atuar com a sociedade pela consideração e valorização dessas histórias para a efetivação de um campo de discussão em torno do patrimônio.

O Museu é o espaço apropriado para correlacionar diferentes problemáticas em torno da localidade, discussões como a destruição e a preservação do patrimônio arqueológico; os vestígios arqueológicos relacionados a outras semânticas do tempo presente; a visão em torno das populações indígenas do passado e presente; o patrimônio cultural local; a diversidade cultural, entre outros pontos.

3.5 O Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia e sua atuação.

Um conjunto de mudanças foi realizado no ano de 2010 no CPMRARO, como a reforma física e estrutural do prédio (espaço da reserva técnica e expositiva), a reformulação das exposições de curta e longa duração, orientadas por diversos programas estruturados pelo plano museológico. Tais ações foram resultado de um endosso institucional⁶¹. O Museu foi reinaugurado ao público em julho de 2011.

O diagnóstico realizado para a concepção do plano museológico foi concebido nesse conjunto de atividades pela consultoria do museólogo e restaurador Idemar Ghizzo e pela historiadora Josiane Rosa de Oliveira de Santa Catarina, assim como a concepção das exposições temporária e de longa duração.

Prancha Fotográfica 8 – Reinauguração do Museu em julho de 2011. Arquivo pessoal.

⁶¹ Endosso concedido ao acervo arqueológico gerado pela prospecção e salvamento arqueológico realizado pela *Antrópica Consultoria Científica*, contratada pela *Jauru Transmissora de Energia Elétrica*, para cumprir as etapas do Licenciamento Ambiental da Linha de Transmissão 230 KV, Jauru-Vilhena.

O plano museológico busca contribuir com a gestão e a estruturação da instituição em linhas de ações e programas. São apontados dez programas para o Museu, sendo:

1. Programa Institucional;
2. Programa de Gestão de Pessoas;
3. Programa de Documentação e Informatização do Acervo;
4. Programa Expositivo;
5. Programa Educativo;
6. Programa de Pesquisa;
7. Programa de Divulgação Científica e Cultural;
8. Programa Arquitetônico;
9. Programa de Segurança;
10. Programa de Financiamento e Fomento;

Quadro de ações e estratégias.

Em todos são apontados pontos fortes e fracos, diagnosticados e sinalizados (GHIZZO e OLIVEIRA, 2010), para serem reavaliados após cinco anos, em 2015. O conjunto de programas indica uma realidade desejada de atuação da instituição, entretanto, pela falta de um quadro efetivo de funcionários, de uma autonomia orçamentária, uma vez que não foi definido o montante que deve ser encaminhado à instituição pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Presidente Médici, as ações ficam limitadas, o que prejudica o seu potencial.

O trabalho em parceria com outras instituições é um ponto a ser investido (também indicado no plano museológico). A parceria com universidades e centros de pesquisas contribuiria principalmente no que tange ao desenvolvimento de pesquisas arqueológicas, uma vez que a localidade pode desenvolvê-las em diversas frentes. Vale mencionar a potencialidade do Museu para se aproximar da Universidade Federal de Rondônia, especificamente com o curso de arqueologia, como um campo de pesquisa para os alunos da graduação, assim como de formação para os profissionais do Museu. As pesquisas arqueológicas são de extrema importância para dar visibilidade e força ao patrimônio arqueológico, como ressalta Meneses (2007).

Salienta-se o perigo da instituição, a única no Estado no momento, fornecer endossos institucionais a empresas de arqueologia sem uma devida reflexão. Frente

à situação atual, em que é necessária a contratação de novos profissionais, corre-se o risco dos acervos ficarem fechados em sua reserva sem o equilíbrio requerido dentro da cadeia operatória museológica (salvaguarda e comunicação). O Museu precisa se fortalecer e gerir essas relações de maneira forte e eficaz para que crie estratégias efetivas para poder receber os benefícios oriundos dos endossos. Obviamente, o fato das referências patrimoniais ficarem próxima das populações é algo de suma importância e uma das diretrizes do IPHAN em relação aos acervos gerados pelas pesquisas. O Museu precisa ter uma atenção redobrada, sobretudo para as ações de educação patrimonial que as empresas possam desempenhar, pois necessitam estar alinhadas com as atividades já desenvolvidas pela instituição, fortalecendo-a.

A gestão municipal precisa entender que para além de tentar projetar no Museu a esperança de chamar a atenção do município para o restante do estado e do país, primeiramente deveria se preocupar em criar estratégias eficazes de utilização do espaço museal pelo entorno, que passa por medidas como contratação de mais profissionais, fomento do programa educativo na instituição, melhorias da reserva técnica, superação de agendas partidárias, entre tantas outras medidas. Dessa forma, o museu se transformando em um espaço amplo de afeto, possa ter mais força para trazer os tão esperados turistas e, conseqüentemente, a contribuição com o desenvolvimento econômico.

O CPMRARO tem como desafios futuros: potencializar sua articulação institucional, buscando se aproximar de outros órgãos que colaborem com a sua atuação; potencializar sua articulação comunitária na busca por uma maior apropriação por diversas parcelas da população de seu espaço, sobretudo para as novas gerações, sensibilizando-as para a questão arqueológica local; potencializar sua articulação com os trabalhos oriundos do licenciamento ambiental, aumentando os benefícios que os endossos institucionais possam trazer.

No ano de 2011 duas novas exposições foram abertas ao público: a) exposição temporária e itinerante: *Homens e objetos na pré-história: aprendendo sobre Arqueologia* e b) exposição de longa duração: *Arte e Tecnologia: diversidade do patrimônio arqueológico do Centro-Leste de Rondônia*, esta baseada no acervo da instituição. A primeira versa sobre o fazer arqueológico e as técnicas relacionadas ao lascamento, polimento e a produção cerâmica. A segunda é uma apresentação da diversidade arqueológica da região, com a apresentação de

objetos cerâmicos, líticos e a arte rupestre. Ver figura 2; quadro 1 e 2; prancha fotográfica 10, 11, 12, 13 e 14; quadro, 3, 4, 5, 6, 7 e 9 nas próximas páginas.

As exposições estão pautadas por uma especificidade do conhecimento arqueológico, sendo os textos de apoio e as legendas apresentadas com uma linguagem arqueológica, o que pode dificultar a fruição do conteúdo pelo público (ver textos A,B,C,D,E). Termos, que estão relacionados à análise técnica como corrugado, ungulado, cornelado, entre outros, podem não aproximar o público com os objetos. Vasconcellos (2012, p. 134), ao analisar os discursos expositivos em museus antropológicos (com exposições que abrangem arqueologia e etnologia), chama a atenção para a ênfase dada à classificação tipológica de artefatos da cultura material, muitas vezes sem contextualizar esses objetos no âmbito da sociedade que o produziu.

O discurso da exposição de longa duração foi estruturado em quatro temas: Indústria Lítica, Artes e Utensílios de Cerâmica, Registro Rupestre e Urnas Funerárias. A mostra está organizada de maneira clara, mas o acervo da instituição possui potencialidade em conjugar problemáticas do território, do patrimônio e das comunidades envolvidas no entorno. Dessa forma, outras camadas simbólicas relacionadas ao tempo presente também poderiam ser adotadas em uma próxima proposta expositiva.

Como contribuição deste trabalho, no quarto capítulo algumas ações serão propostas para avaliação e desenvolvimento pela instituição quanto ao programa expositivo, por meio do projeto de uma exposição itinerante pelas escolas do município de Presidente Médici e municípios vizinhos, e ao programa educativo, pelo desenho de ações que podem ser realizadas.

Figura 2 – Planta baixa do espaço expositivo do CPMRARO

Exposição temporária: Homens e Objetos da Pré-História: aprendendo sobre arqueologia		
Painel 1	Painel de apresentação das Exposições: - Arte e Tecnologia: diversidade do patrimônio arqueológico do centro leste de Rondônia - Homens e Objetos da Pré-História: aprendendo sobre arqueologia	Fotografia 1 Fotografia 2
Painel 2	Painel explicando o processo de lascamento	Fotografia 3 Fotografia 4
Painel 3	Painel explicando o processo de produção cerâmica	Fotografia 4 Fotografia 5
Painel 4	Mapa do centro leste do estado de Rondônia com a apresentação de diferentes objetos arqueológicos e os municípios de origem	Fotografia 6 Fotografia 7 Fotografia 8
RE1 - Recurso Expográfico 1	Folheto interativo explicando diversos aspectos da arqueologia	Fotografia 9
RE2 – Recurso Expográfico 2	Quebra cabeças de uma cerâmica arqueológica	Fotografia 10
Desenhos de Gravuras Rupestres	Diferentes desenhos de gravuras rupestres da região, plotados na parede	Fotografia 11
Fotografias, julho de 2011. Arquivo pessoal		

Quadro 1 – Informações da planta baixa da exposição temporária.

Exposição de longa duração: Arte e Tecnologia: diversidade do patrimônio arqueológico do centro leste de Rondônia		
Texto A	Texto de apresentação da exposição	Fotografia 12
Texto B	Urnas Funerárias	Fotografia 13
V1- Vitrine 1	Urna Funerária	Fotografia 14
V2- Vitrine 2	Urna Funerária	Fotografia 14
V3- Vitrine 3	Urna Funerária	Fotografia 15
Texto C	Indústria Lítica	Fotografia 16
V4- Vitrine 4	Diferentes modelos de machado polido e mão de pilão	Fotografia 17
V5- Vitrine 5	Diferentes modelos de machado polido, pingentes e fragmentos de pedra lascada	Fotografia 18
B1 – Base 1	Polidores	Fotografia 19
Texto D	Arte e Utensílios de Cerâmica	Fotografia 20
V6- Vitrine 6	Diferentes fragmentos de cerâmica com distintas decorações	Fotografia 21 Fotografia 22
V7- Vitrine 7	Diferentes fragmentos de cerâmica, fuso, carimbos e estatuetas	Fotografia 23
V8- Vitrine 8	Estatueta Antropomorfa em cerâmica	Fotografia 24
V9- Vitrine 9	Diferentes vasilhas em cerâmica	Fotografia 25
Texto E	Registro Rupestre	Fotografia 26
Rep. Gravura	Reprodução em uma placa de gravuras rupestres da região	Fotografia 27
Fotografias julho de 2011. Arquivo pessoal.		

Quadro 2 – Informações da planta baixa da exposição de longa duração.

Prancha Fotográfica 9 - Exposição temporária: Homens e Objetos da Pré-História: aprendendo sobre arqueologia. Arquivo pessoal.

Prancha Fotográfica 10 - Exposição temporária: Homens e Objetos da Pré-História: aprendendo sobre arqueologia. Arquivo pessoal.

20

21

22

23

24

25

26

27

Prancha Fotográfica 12 - Exposição de longa duração: Arte e Tecnologia: diversidade do patrimônio arqueológico do centro leste de Rondônia

Prancha Fotográfica 13 – Vista geral da exposição temporária e de longa duração.

Fotografias gerais das exposições temporária e de longa duração.	
Vista geral da exposição itinerante	Fotografia 28
Vista geral da exposição de longa duração: Urnas Funerárias	Fotografia 29
Vista geral da exposição de longa duração: Indústria Lítica	Fotografia 30
Vista geral da exposição de longa duração: Arte e Utensílios de Cerâmica	Fotografia 31
Fotografias julho de 2011. Arquivo pessoal.	

Quadro 3 – Informações das fotografias das exposições temporária e de longa duração.

Exposição de longa duração: Arte e Tecnologia: diversidade do patrimônio arqueológico do centro leste de Rondônia

Texto A (Fotografia 12): Arte e Tecnologia: diversidade do patrimônio arqueológico do Centro-leste de Rondônia.

Maria Coimbra (coordenadora do Museu Regional de Arqueologia de Rondônia)

A região centro-leste do Estado de Rondônia vem despertando a atenção e a curiosidade da comunidade local, regional e nacional pela densidade de sítios arqueológicos na região, tanto rupestres quanto lito-cerâmicos. O expressivo conjunto gráfico descoberto e catalogado por Coimbra e Garcia (2004), tem atraído curiosos, amantes e pesquisadores que querem conferir in loco as notícias e imagens que correm o Brasil e o mundo, veiculadas em meios acadêmicos, congressos, jornais, internet.

A localização e catalogação de sítios arqueológicos atraiu o olhar protetor e fiscalizador do Instituto do Patrimônio Histórico e artístico Nacional – IPHAN, levando o governo municipal de Presidente Médici a criar o Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia, com a missão de guarda e curadoria dos bens arqueológicos regionais e ações voltadas para a pesquisa e educação patrimonial.

A exposição que vocês estão conhecendo faz parte deste projeto maior e é uma pequena amostra da riqueza e diversidade do nosso patrimônio. Cada unidade apresentada: Registro Rupestre, Artes e utensílios Cerâmicos, Indústria Lítica, Cerâmica Funerária traz informações que despertam a imaginação sobre como seria a vida desses grupos pré-históricos nessa região. A exposição e toda a reforma e reestruturação do Centro de Pesquisa e Museu é fruto da nossa parceria com o IPHAN, teve o apoio da Prefeitura Municipal de Presidente Médici e o financiamento da empresa Jauru Transmissora de Energia Elétrica.

Nosso patrimônio merece ser conhecido, pesquisado, protegido e divulgado.

Faça parte desta ideia!

Quadro 4 – Texto A: Apresentação

Exposição de longa duração: Arte e Tecnologia: diversidade do patrimônio arqueológico do centro leste de Rondônia

Texto B (Fotografia 13): Urnas Funerárias

As Urnas funerárias eram utilizadas para enterrar restos mortais de membros das sociedades pré-históricas. Fabricadas em cerâmica, podiam apresentar decoração interna e externa. Pesquisadores acreditam que em muitos grupos desenvolviam rituais e cerimônias fúnebres de culto aos mortos, indicando a possibilidade de crença na vida após a morte e a reverência aos ancestrais. Os enterramentos oferecem informações sobre aspectos materiais e simbólicos dos grupos produtores. Junto ao esqueleto podem ser encontrados objetos pertencentes ao morto, vasilhas cerâmicas, armas e indícios sobre patologias, demografia e práticas rituais.

Quadro 5 – Texto B: Urnas Funerárias

Exposição de longa duração: Arte e Tecnologia: diversidade do patrimônio arqueológico do centro leste de Rondônia

Texto C (Fotografia 16): Indústria Lítica

Os grupos pré-históricos fabricavam objetos de pedra (líticos) utilizando principalmente as técnicas do lascamento e polimento. No lascamento a pedra era trabalhada pela retirada de lascas por meio de choques com outra pedra mais dura ou por pressão. No polimento esfrega-se uma pedra sobre um polidor, muitas vezes com a ajuda de um abrasivo, em geral areia, e com frequentes lavagens com água. Desta forma, eram produzidas pontas de lança ou projétil, machados, perfuradores, lâminas cortantes, quebra-coquinhos, zoólitos, mão-de-pilão, batedoures, raspadeiras entre outros. Os objetos eram utilizados no dia-a-dia desses grupos para caça, pesca, defesa e preparação dos alimentos, mas também poderiam ser de uso ritual.

Quadro 6 – Texto C: Indústria Lítica.

Exposição de longa duração: Arte e Tecnologia: diversidade do patrimônio arqueológico do centro leste de Rondônia

Texto D (Fotografia 20): Arte e utensílios de cerâmica

Recipientes, utensílios e objetos rituais pré-históricos eram modelados em argila e utilizados tanto por sociedades sedentárias quanto nômades. Os objetos após a modelagem manual eram submetidos a altas temperaturas (acima de 400º) por até 08 horas, com finalidade de torná-los impermeáveis. Tais recipientes poderiam ser lisos ou apresentar decorações variadas. Podiam ser pintados, unglados, corrugados, escovados. As vasilhas cerâmicas possibilitavam o cozimento de carnes, legumes e cereais e também o armazenamento de alimentos.

Quadro 7 – Texto D: Artes e utensílios de cerâmica.

Exposição de longa duração: Arte e Tecnologia: diversidade do patrimônio arqueológico do centro leste de Rondônia

Texto E (Fotografia 26): Registro Rupestre

Arte rupestre, arte parietal, petroglifo, figura, grafismo, inscrição rupestre ou registro gráfico são alguns dos termos utilizados para denominar as mais antigas representações gráficas. Foram produzidas há milhares de anos, gravadas nos tetos e paredes de abrigos e cavernas e em superfícies rochosas ao ar livre. Essas marcas fazem parte de sítios arqueológicos e muito raramente se encontram isoladas de outros vestígios.

Quadro 8 – Texto E: Registro Rupestre

Em relação ao atendimento do público, atualmente, mesmo o CPMRARO tendo em seu quadro apenas duas funcionárias, Maria Coimbra de Oliveira e Lúcia Becker, a instituição tem se esforçado para a realização de atividades, desde sua reinauguração em 2011. A tabela a seguir apresenta, com base nos relatórios de públicos anos de 2011, 2012 e 2013, a quantidade de pessoas atingidas.

Ano	Total de visitantes	Número de escolas atendidas	Visitantes de outros municípios
2011	1838	19	371
2012	2250	92	875
2013	2033	40	777

Quadro 9 – Dados de visitação do CPMRARO.

Ressalta-se que no ano de 2011 a instituição passava por reformas e as novas exposições, assim como o Museu, foram reabertas ao público em julho. Pode-se destacar algumas ações relacionadas a trabalhos específicos na instituição como:

1. Oficina de Museologia com o enfoque em expografia realizada pela arquiteta Regina Pereira Carneira dos Santos em novembro de 2011;
2. Ações educativas na 6ª Primavera dos Museus do IBRAM, em setembro de 2012;
3. Ações educativas na 11ª Semana Nacional de Museus do IBRAM, em maio de 2013;
4. Participação da II Conferência Municipal de Cultura de Presidente Médici – RO, em julho de 2013;
5. Atividades educativas na 7ª Primavera dos Museus do IBRAM, em setembro de 2013;
6. Curso de formação de professores conduzido por este pesquisador, no curso “Outras histórias a partir do patrimônio local: arqueologia e diversidade de vozes”, em novembro de 2013;

7. Ações educativas na 12ª Semana de Museus do IBRAM realizadas em maio de 2014;

8. Entre outras;

Fora esses trabalhos específicos realizados, o CPMRARO desenvolve suas atividades cotidianas, atendendo diferentes parcelas da população em visitas orientadas à exposição, realização de oficinas diversas com o público escolar, apoio a pesquisadores de diversas regiões, entre outras.

Teve-se a oportunidade de acompanhar duas visitas orientadas realizadas ao espaço do CPMRARO, uma pela EMEF Prof. Luiz Capilla, com alunos dos primeiros anos do Ensino Fundamental, e outra pela escola Santa Ana Andreazza, com alunos do Ensino Médio em julho de 2011. Esta última abrangeu também uma visita ao sítio Mirante no distrito rural de Novo Riachuelo⁶².

O que chama a atenção em relação às duas visitas e que, de certa forma, perpassa todas as ações da instituição é o fato de naquele momento os professores José da Silva Garcia (nesse momento ainda trabalhava no Museu, depois foi realocado) e Maria Coimbra de Oliveira estarem à frente de todas as atividades, em todos os programas. Em ambas as visitas, tendo em vista o número de alunos presentes, a relação dialógica entre educador, exposição e público pode ficar comprometida, mas é latente o potencial que a instituição e seus funcionários possuem para a sua condução. Essas variantes, no entanto, não deixam de apresentar desafios aos educadores, de como correlacionar essas esferas para uma visita transformadora de todas as partes envolvidas.

As visitas orientadas foram encaminhadas pela professora Maria Coimbra de Oliveira e, na ocasião, os alunos da EMEF Prof. Luiz Capilla foram divididos em duas turmas diante do grande número de crianças; uma turma assistia ao vídeo *Venham Todas as Crianças*⁶³, enquanto a outra metade do outro grupo visitava as exposições do CPMRARO, posteriormente, as duas turmas inverteram as atividades.

⁶² O CPMRARO, diante da demanda dos grupos, realiza uma visita integrada entre a exposição do Museu e o sítio Mirante, resultando em um dia de trabalho educativo. Nesse caso, a escola precisa ir com ônibus próprio para se deslocar entre o espaço urbano da cidade e a zona rural. A Associação de Amigos de Nova Riachuelo realiza um trabalho independente de visitação ao sítio guiado pelos “condutores”, jovens formados pela oficina implantada por Maria Lúcia Pardi.

⁶³ Vídeo produzido pelos educadores do MAE/USP sobre as brincadeiras indígenas da aldeia Guarani Krukutu, em São Paulo, e que integra o Kit de Objetos Infantis Indígenas.

Prancha Fotográfica 14 - Visita orientada da EMEF Prof. Luiz Capilla. Arquivo Maria Coimbra de Oliveira, julho de 2011.

A turma de 40 alunos da escola Santa Ana Andreazza foi acolhida pela professora Maria Coimbra de Oliveira que apresentou oralmente a instituição (introdução à problemática do Museu) e a proposta da atividade do dia. Em seguida, eles caminharam livremente pela exposição, tomando contato com o discurso expositivo. Conforme foram surgindo às dúvidas, estas eram debatidas em pequenos grupos de interesse. O contato livre entre visitante e exposição possui suas vantagens, uma vez que o público pode realizar a sua própria curadoria da exposição e dar sentidos àquilo que vê. Outra abordagem seria após esse primeiro momento de experiência com o espaço expositivo, com uma nova reunião do grupo com o educador e um debate sobre as principais questões levantadas por eles, além de outras problemáticas da exposição e do material arqueológico, gerando um espaço fórum entre todos os envolvidos. Isso ocorreu na visita, mas de maneira difusa entre os alunos.

Um grande diferencial observado no grupo foi a intimidade dos alunos com o material exposto, ou seja, eles já conheciam de certa forma aqueles objetos, aqueles

“cacos e pedras” expostos, em virtude do convívio cotidiano que possuíam na roça com objetos semelhantes. Essas experiências prévias colocam-se como questões específicas e contextuais que o Museu pode aproveitar para um trabalho dialógico. Ao mesmo tempo, esse aspecto apresenta-se como um desafio à instituição, pois possibilita uma reflexão que agrega essas experiências anteriores e diante de outros pontos de vista sobre os mesmos materiais.

Na parte da tarde, o mesmo grupo de alunos visitou, no distrito de Nova Riachuelo em Presidente Médici, o sítio Mirante, também com orientação da professora Maria Coimbra de Oliveira. Após o primeiro contato, na parte da manhã, com o Museu, o grupo já estava sensibilizado para algumas discussões da arqueologia. Os alunos foram divididos em três grupos e cada um tomou contato com o espaço do sítio Mirante, um de cada vez, enquanto o outro aguardava na base de apoio. Após a leitura e identificação das imagens gravadas nas pedras, foram discutidos aspectos sobre as técnicas empregadas para a sua confecção, os motivos e desenhos representados, entre outros aspectos.

De maneira ampla, as visitas orientadas ao espaço expositivo apresentam um forte potencial para o uso do Museu em atividades educativas, assim como para a integração em atividades com sítios arqueológicos da própria localidade, como no caso do sítio arqueológico Mirante, um exemplo de trabalho extramuros. Fica evidente, entretanto, a necessidade de um trabalho prévio com o professor, para que este possa subsidiar em sala algumas questões que contribuam com a fruição durante a visita, além de temas para serem trabalhados posteriormente à visita.

Surge também a necessidade de processos de avaliação para que o museu possa levantar dados para a mudança da realidade institucional e para a projeção futura de ações.

1

2

3

4

5

6

7

8

1 a 4 – Visita dos alunos da escola Santa Ana Andreazza ao CPMRARO.
5 a 8 – Visita dos alunos da escola Santa Ana Andreazza ao sítio Mirante em Novo Riachuelo.
Julho de 2011. Fotografias arquivo pessoal.

CAPÍTULO 4. OUTRAR-SE, PROPOSTAS PARA O CENTRO DE PESQUISAS E MUSEU REGIONAL DE ARQUEOLOGIA DE RONDÔNIA.

Ilustração 5 - Alunos visitando o CPMRARO. Gonper, 2014

Neste capítulo é discutida a educação em museus com o enfoque na arqueologia. São apresentadas também algumas ações educativas desenvolvidas no âmbito desta pesquisa no Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia, que serviram como colaboração à instituição e para o levantamento de dados. Como desfecho deste trabalho é proposto à implantação de um programa de história oral, com a consolidação de um banco de história; um pré-projeto de exposição itinerante para ser realizado pelo programa expositivo e algumas ações educativas para contribuir com a estruturação do programa educativo do Museu.

4.1 Museus como locais de encontro. Papel educacional dos museus.

Gosto de ser gente, porque sei que a minha passagem pelo mundo não é predeterminada, preestabelecida. Que o meu destino não é um dado, mas algo que precisa ser feito e de cuja responsabilidade não posso me eximir. Gosto de ser gente porque a história em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades, e não de determinismo. Daí que insista tanto na problematização do futuro e recuse sua inexorabilidade. (FREIRE, 2014, p. 52)

Os museus ao longo da história reforçaram seu papel educacional e o compromisso com a diversidade de públicos, sobretudo durante a segunda metade do século XX; no que tange à sua função social, que se fortalece no mesmo período (discutido no terceiro capítulo), a frente educativa aparece como protagonista. Obviamente existem muitas concepções do que seja educação promovida por uma instituição museológica, sobretudo em relação às diferentes tipologias de acervo. Não se pretende apresentar um histórico do papel educativo dos museus, mas delinear o que se considera fundamental nesse campo⁶⁴.

Toma-se como partido que educação e política estão intimamente relacionadas, pois para aquele que educa, sua posição e percepção dos eventos do mundo influenciam diretamente sua prática (FREIRE, 2014). A educação nos museus pode ser transformadora, mas também pode reforçar desigualdades quando

⁶⁴ Para entender a história da educação em museus, sobretudo nos de arqueologia ver Carneiro (2009), Vasconcellos (2010, 2013), Wichers (2011). A relação entre público e coleções remonta ao período anterior ao próprio surgimento dos museus. Colecionar, estudar e expor coleções, mesmo que direcionadas a um público seletivo, eram atividades de membros da elite intelectual europeia no século XVII, que as realizavam nos gabinetes de curiosidade utilizando as coleções reais (MARTINS, 2011, p. 43). O fortalecimento e ampliação dos museus na Europa no século XIX, assim como a sua vinculação com uma instância estatal, possibilita o surgimento de serviços educativos, sobretudo preocupados com o desenvolvimento das artes e das ciências e com a construção de uma ideia do nacional. Nesse momento, os museus passam a ter um papel disciplinatório, para educar as massas (AIDAR, 2002). Ao longo do século XX, o papel educacional dessas instituições foi ampliado, sobretudo o alcance dessas ações, antes circunscrito a parcelas da sociedade e, posteriormente, voltado ao desafio de se trabalhar com a própria diversidade social.

a instituição, como um todo, pode fetichizar a cultura material e usar de maneira não crítica a identidade e a memória. Como discute Rolnik (2011), o educador, seja de museus ou de outros espaços, caminha em uma linha limítrofe entre a mobilização da vida com a realização de processos educativos transformadores ou o reforço à própria desigualdade da sociedade. Segundo essa autora, pensar não é explicar, mas criar, assim acredita-se que a prática educativa precisa auxiliar na criação de novos mundos entre diferentes sujeitos, precisa contribuir para a fomentação do pensar. Nesse sentido se tem uma dimensão política, pois pensar, criar, atinge a vida coletiva (ROLNIK, 2009).

Martins (2011, p. 38) discute que a percepção dos museus como locais educacionais não é um consenso, mediante as compreensões como instituição cultural, lazer, pesquisa, guarda patrimonial. Na historicidade dos museus, todavia, forças sociais e intelectuais trouxeram para o debate as práticas educativas. A autora salienta que para alguns pesquisadores a educação deve perpassar a instituição como um todo, entretanto, o cenário empírico evidencia que muitas vezes ela está confinada somente às práticas dos setores educativos. Assim, por mais que o discurso museal seja apresentado por seu papel educacional e, conseqüentemente, político, cultural e social, é no cotidiano do trabalho que a dimensão educacional é arduamente trabalhada por seus profissionais.

Sobre a educação em museus é necessário um olhar crítico, pois pode se transformar em uma cômoda tábua de salvação (MENESES, 2000), como se todos os problemas inerentes à instituição e ao seu contexto fossem ser resolvidos. Nessas ações se lidam com instâncias como memória e identidade, que não podem estar ausentes no trabalho educativo. Sobre a primeira, Meneses faz algumas ressalvas, pois ela não pode ser objeto de resgate, já que é dinâmica e se faz pelo exercício pautado na dimensão do próprio presente. A segunda não é uma essência em si, imune a transformações, mas uma dimensão também móvel das sociedades. É necessário atentar-se para não fazer da identidade e da memória objetos de outorga ou de indução que, por vezes, beira a doutrinação (MENESES, 2007).

Assim, a educação em museus precisa ser crítica, pois passar informações não é suficiente, é necessário trabalhar com a especificidade da cultura material, operar criticamente com a informação. Os museus são mais lugares de perguntas, do que de respostas (MENESES, 2000). A prática educativa e a sua correlação com os programas expográficos são fundamentais para possibilitar a criação desse

espírito crítico nos visitantes por meio de ações que estimulem a reflexão e o pensar.

Segundo Vasconcellos (2010), a partir da década de 1990 há uma busca por outras ações educacionais que oferecem alternativas para se trabalhar com distintos públicos e ampliar a relação museu e escola. O educador, figura fundamental do diálogo da população com a instituição, é um mediador que passa a produzir, junto aos diferentes públicos, novos conhecimentos e a alimentar a própria instituição com novas perguntas a respeito de seu acervo, de sua atuação e de sua inserção na comunidade. Vasconcellos (2005), em outro artigo, reforça a importância do trabalho crítico para a sensibilização da cultura material nos museus, ou seja, os objetos contextualizados e musealizados por diferentes áreas do saber. O educador deve ser um provocador do conhecimento e da problemática a ser enfrentada.

Gabriela Aidar (2002), preocupada com o acesso de públicos que historicamente estão excluídos socialmente (sistemas políticos, mercado de trabalho, elos familiares e comunitários), discute que os museus como instrumento de mudança social no nível do indivíduo, da comunidade e da sociedade. O desenvolvimento de estratégias que superem barreiras excludentes, visíveis e invisíveis, de indivíduos e grupos da frequência aos museus é necessário para o fortalecimento de seu papel social.

“Coerente com a convicção de que ensinar História é ensinar a fazer História, só posso deduzir que, num museu histórico, ensinar História não poder deixar de ensinar fazer História com os objetos” (MENESES, 2000, p. 99). Pode-se estender essa reflexão de Meneses para os museus de arqueologia que, nesse caso, teriam o objetivo de ensinar a fazer arqueologia. Mais do que apresentar dados sobre como a longa duração de uma dada localidade se apresenta, pode-se apontar os caminhos e percalços pelos quais os arqueólogos passaram para construir tais narrativas, assim como os caminhos que levaram os museólogos a expor essas temáticas no museu.

Uma visita ao museu de arqueologia, evidentemente, não torna o sujeito um arqueólogo e/ou museólogo, mas se a instituição partir de uma educação crítica, estimula o visitante a refletir sobre como essas histórias são criadas, como as hipóteses levantadas, como as teorias construídas e reconstruídas, abre-se a instituição para a apropriação sobre a produção de passados.

Quanto à discussão sobre multivocalidade, apresentada no segundo capítulo, um exercício sobre diferentes percepções dos vestígios materiais e sobre diferentes

passados enriquece o trabalho da área das ciências humanas e pode contribuir com uma prática educativa crítica nos museus de arqueologia. Esses espaços possibilitam a imaginação sobre o passado e o presente de uma dada localidade e, por sua vez, mostram ao visitante que essas histórias estão em aberto e todos podem contribuir com esse processo. Reforça-se a mutivocalidade como um exercício possível a ser seguido, mas é necessário tomar cuidado para não promover um relativismo extremo, sobretudo no que se refere aos desafios da preservação do patrimônio arqueológico. Nesse sentido essa abertura a outras vozes precisa estar calibrado com o compromisso histórico e político de evidenciar a dinâmica das populações na longa duração (no caso da Amazônia, história das populações indígenas, entre outros grupos).

Nessa proposta de abertura dos museus e seus conteúdos a uma apropriação pelos visitantes, Cury (2005a) discute como os estudos de recepção podem ampliar o foco dessas ações para o receptor (visitante) por ações comunicacionais como a exposição e as ações educativas. Busca-se a compreensão de como os públicos apropriam-se dos conteúdos, reelaborando-os e recriando-os na forma de outros discursos (CURY, 2005a, p. 18). Dessa maneira contribui-se para ações comunicacionais que trabalham de forma dialógica com diferentes públicos que frequentam um museu.

Segundo Carneiro (2009, p. 11), a educação em museus ou as ações de educação patrimonial não são meras tradutoras de conceitos e conteúdos científicos, ambas possuem uma dimensão social e política que pode promover um papel transformador da realidade. Ações realizadas por meio de instâncias dialéticas e dialógicas em diferentes contextos culturais podem apresentar novos caminhos para a comunicação e para a produção do próprio conhecimento arqueológico. Carneiro, em outro trabalho, discute o quanto a educação patrimonial no âmbito da arqueologia pode ser vista de forma restrita, como ações de divulgação dos resultados das pesquisas arqueológicas ou “[...] até mesmo como estratégia para acalmar os ânimos – a expectativa em alguns casos é a de que possamos controlar a comunidade para que os arqueólogos possam trabalhar e o patrimônio não ser destruído” (CARNEIRO, 2014, p. 456). É necessário, portanto, um entendimento do papel de transformação desses trabalhos, que precisam estar alinhados com os contextos nos quais estão inseridos, superando a instância de facilitadoras para que as pesquisas ocorram.

A arqueologia, por meio de suas pesquisas, sempre fornecerá material para tornar compreensível o fenômeno de transformação das sociedades e esse é um caminho fértil a ser explorado na educação. Educar é promover a autonomia do ser consciente e permitir a aproximação com a cultura como o lugar da diferença é fundamental para as ações realizadas nos museus. Segundo Meneses (2007), a educação patrimonial praticada no campo da arqueologia preventiva, para ter uma eficácia maior poderia estar associada à educação ambiental, desfazendo a nefasta diferença entre natureza e cultura, ou patrimônio natural e patrimônio cultural. A arqueologia se preocupa com a paisagem, e toda a paisagem é herança, a cultura material é um segmento da natureza física que foi apropriada pelo homem. A educação na arqueologia poderia trabalhar com a dimensão do pertencimento e do trabalho.

A prática arqueológica pode ser perigosa se não reflete sobre as pessoas e suas vidas no contexto amazônico (BEZERRA, 2014). A pesquisadora aponta como os projetos de desenvolvimento (licenciamento ambiental) geram desigualdades, muitas vezes apoiado pelo Estado, pela legitimação da arqueologia de contrato. A intensificação dessa assimetria surge, principalmente, por ações que buscam ensinar ao outro o que é patrimônio e preservação pela chamada educação patrimonial (realizada muitas vezes de forma acrítica). A dimensão preservacionista do Estado sobre os vestígios arqueológicos, se implantado de forma impositiva e não sensível ao contexto, pode gerar problemas de compreensão sobre outros sentidos e usos dos vestígios arqueológicos. Nesse sentido, seja em uma prática educativa no âmbito de um museu de arqueologia seja no âmbito da educação patrimonial relacionada ao licenciamento ambiental, podem-se reiterar a “catequização” do outro.

Face ao exposto, em uma prática educativa em museus de arqueologia ou em projetos de educação patrimonial voltados ao licenciamento é necessária sensibilidade para ler a realidade. Acredita-se que educar é entrar em relação com o outro (DOWBOR, 2008), sendo preciso a criação de estratégias que o considerem como agente ativo.

Chega a ser o que és! Talvez a arte da educação não seja outra senão a arte de fazer com que cada um torne-se em si mesmo, até sua própria altura, até o melhor de suas possibilidades. Algo, naturalmente, que não se pode fazer de modo técnico nem de modo massificado. (LARROSA, 2009, p. 57)

Acredita-se que uma educação crítica posta em prática por uma instituição museológica pode contribuir para que as pessoas se tornem naquilo que elas são, ou seja, mais do que uma ação na qual os visitantes saiam com a mesma visão de mundo, mas, sim, uma prática que contribua para a ampliação da diversidade cultural. Obviamente ao se trabalhar com o patrimônio arqueológico tem-se à frente o desafio do compromisso ético, assim como com a sua dimensão legal. Atenta-se para a complexidade dos trabalhos educativos dos museus de arqueologia que podem abordar de forma criativa e contextual essas questões, abrindo a possibilidade da construção conjunta de passados. Caminho mais árduo, porém mais significativo, pois pode aproximar pela via do afeto as pedras e os cacos que os jovens geralmente saem chutando na roça de suas localidades.

Da mesma maneira, um museu de arqueologia, principalmente se inserido na região amazônica, pode realizar ações educacionais inovadoras no que tange à discussão da longa duração com a aproximação dos problemas enfrentados pelas populações indígenas do presente e de demais parcelas da população. O contexto é propício para a aproximação de estudos antropológicos dos arqueológicos, superando assim as instâncias que geralmente pairam sobre os museus de arqueologia de que as temáticas abordadas dizem respeito somente a um período muito distante. Obviamente, um olhar crítico a essas ações é fundamental para não fomentar essencialismos.

Como contribuição do trabalho para o CPMRARO, estudo de caso desta dissertação, serão realizadas algumas proposições para o programa expositivo e para o programa educativo, assim como será proposta a criação de um programa de história oral com a constituição de um banco de histórias. Busca-se fortalecer a promoção da preservação do patrimônio arqueológico; o envolvimento de diferentes parcelas da sociedade e de públicos com o Museu; o fomento da noção de diversidade cultural; uma atuação engajada com a singularidade do contexto local e a ampliação de processos de produção de memórias e identidades.

4.2 Implantação do programa de história oral e do banco de histórias.

O banco de história, segundo Meihy e Ribeiro (2011), ainda não é comumente utilizado no país, mas é um excelente recurso para a elaboração de documentos que registram e evidenciam experiências de grupos:

Apropriadas para i/emigrantes, comunidades submetidas a situações incomuns, entidades em busca de redefinição social, os bancos funcionam como coleções ou séries de histórias de vidas produzidas para: 1- promover a coleta planejada de experiências; 2-favorecer o autoconhecimento grupal; 3-instruir políticas públicas direcionadas à integração social; 4-reunir documentos capazes de permitir estudos futuros sobre adequação social. (MEIHY e RIBEIRO, 2011, p. 96)

Nesse sentido, uma das contribuições do emprego da metodologia da história oral é a identificação de questões relacionadas à população, que geralmente faz parte de grupos minoritários que de alguma forma buscam diferentes reconhecimentos na sociedade (discutido no primeiro capítulo). Este trabalho pode contribuir com a consequente delimitação e criação de políticas públicas e o CPMRARO pode fortalecer essa dinâmica na localidade, especialmente com a criação de um banco de histórias. No Brasil e no plano internacional existem diferentes experiências de instituições que o possuem relacionado às problemáticas da instituição.

O atual Museu da Imigração do Estado de São Paulo, localizado no bairro do Brás, na cidade de São Paulo, foi reaberto ao público em maio de 2014 após a reforma do antigo Museu (criado em 1995), que funcionava em uma antiga hospedaria para imigrantes entre 1887 e 1978. A instituição tem como objetivo entender e refletir sobre a migração, não somente a que ocorreu no passado, mas também a que ocorre atualmente. Desenvolve ações de história oral, há mais de dez anos, na qual entrevistam pessoas que passaram por diferentes deslocamentos. O acervo de histórias produzido está dividido em duas vertentes, história oral de vida e história oral temática. As entrevistas são de migrantes, imigrantes e seus descendentes, sobretudo com o enfoque no final do século XIX e início do XX. Na atualidade essa abordagem foi ampliada e o Museu passou a entrevistar pessoas relacionadas a migrações contemporâneas. Tais narrativas podem ser pesquisadas na instituição e algumas estão disponíveis no site⁶⁵.

⁶⁵ Informações obtidas pelo site da instituição www.museudaimigração.org.br.

O Museu da Pessoa, localizado na cidade de São Paulo, criado em 1991, é um museu virtual colaborativo que objetiva guardar histórias de vida de diferentes pessoas e democratizar a memória⁶⁶. Têm como linhas de ação, Conte sua História: programa de registro, sistematização, preservação e divulgação de histórias de vida; Museologia: programa voltado à constituição de acervo digital e físico por narrativas de vida registradas em áudio, vídeo, texto, fotos e documentos digitalizados; Educativo: programa que desenvolve ações para a divulgação da prática de história oral; e Memória Institucional: voltada para a produção de memórias de organizações. Todo o trabalho desenvolvido pelo museu está relacionado a essa tipologia de acervo, que são as narrativas das histórias de vida da população⁶⁷.

No plano internacional, na capital dos Estados Unidos, Washington DC, o *United States Holocaust Memorial Museum*, aberto desde 1993, busca trabalhar e significar as memórias dos sobreviventes do holocausto com o objetivo de enfrentar o ódio entre culturas e promover a tolerância entre povos. A instituição possui o *Oral History Collection*, programa que coleta testemunhos de sobreviventes, o acervo possui narrativas de judeus, ciganos, prisioneiros políticos, testemunhas de Jeová, homossexuais, entre outros. A base de dados do programa pode ser acessada na própria instituição e reúne histórias de vida de diversas instituições ao redor do mundo sobre o tema⁶⁸.

O *Museu de la Memoria y los derechos Humanos* em Santiago no Chile, inaugurado em 2010, busca dar visibilidade e refletir sobre a violação dos direitos humanos cometidos nesse país entre 1973 a 1990. O Arquivo Oral da instituição tem como objetivo registrar as histórias pessoais e coletivas sobre o período da ditadura, para construir uma base de dados que sirva de consulta para a população em geral, pesquisadores, estudantes, entre outros⁶⁹.

Em Londres, Inglaterra, o *Museum of London* aborda a história da cidade mediante ações com seu acervo (histórico, arqueológico, artístico). A instituição, nesse formato atual, surge em 1976, originária da fusão de duas outras no período pós Segunda Guerra Mundial, o *Guildhall Museum*, fundado em 1826, e o *London Museum*, fundado em 1912. O programa da instituição, *Life Stories and Oral History*

⁶⁶ Surge pela idealização da historiadora Karen Worcman, por meio de sua dissertação de mestrado sobre a imigração judaica no Rio de Janeiro e do trabalho realizado com esse grupo de pessoas que na época necessitava de uma instituição para guardar essas memórias, como não se encontrou nenhuma, criou-se a instituição (informações retiradas do site www.museudapessoa.net).

⁶⁷ Informações obtidas pelo site da instituição www.museudapessoa.net

⁶⁸ Informações obtidas por meio do site da instituição www.ushmm.org.

⁶⁹ Informações obtidas por meio do site da instituição www.museodelamemoria.cl

Collection, desde a década de 1980 busca recolher as impressões e histórias cotidianas de pessoas que vivem, viveram ou trabalham na cidade. O registro é pautado por algumas linhas, como, por exemplo, a migração de populações que caracteriza o caráter multicultural de Londres; a vida dos trabalhadores; e pessoas consideradas importantes para a história da cidade⁷⁰.

O *Computer History Museum*, localizado na cidade de *Mountain View* no estado da Califórnia, Estados Unidos (região em que estão grandes empresas produtoras de tecnologia como, por exemplo, a sede da *Google*), aborda a história do computador e da informação ao longo do século XX. Uma das frentes de atuação da instituição é o *Oral History Collection Program* composto por gravações de áudio, vídeos e entrevistas com o objetivo de preservar, coletar e comunicar histórias relacionadas a pessoas com destaque para a compreensão da era da informação. Esses documentos podem ser acessados no site da instituição⁷¹.

Ah-Tah-Thi-Ki Seminole Indian Museum, localizado no *Big Cypress Seminole Indian Reservation*, Flórida, Estados Unidos, funciona desde 1997, é um museu voltado para a preservação e divulgação da cultura e da história do grupo autóctone Seminole. Esta população é descendente do povo Creek que descende do povo Lamar. O território ancestral dessas populações se estendia pelos atuais estados do Alabama, Flórida e Geórgia. O *Oral History Program* procura preservar a cultura e a memória do povo Seminole por meio da realização de entrevistas, busca também preservar a língua em parceria com a linguística. O conjunto de entrevistas no momento está disponível somente para a população autóctone, sendo algumas acessíveis ao público na instituição e pelo site⁷².

Fica evidente que os programas de história oral desenvolvidos por instituições museológicas e a consequente formação de acervos tem diferentes usos e objetivos, mas como tônica geral lidam com experiências de vida que contribuem para uma atuação mais engajada com as problemáticas do tempo presente. Reforça-se uma atuação próxima dos princípios da nova museologia, em que os sujeitos passam a ser o foco em detrimentos dos objetos (discutido no terceiro capítulo).

O CPMRARO, segundo o contexto local (marcado pela migração apresentada no primeiro capítulo), pelas diferentes relações da população com os vestígios arqueológicos pré-coloniais (apresentado no segundo capítulo) e pelo fato de ser

⁷⁰ Informações obtidas por meio do site da instituição www.museumoflondon.org.uk

⁷¹ Informações obtidas por meio do site da instituição www.computerhistory.org.

⁷² Informações obtidas no site da instituição www.ahtahthiki.com.

uma das poucas instituições museológicas com acervo arqueológico em Rondônia, tem um ótimo contexto para a criação de um programa de história oral com o desenvolvimento de um banco de histórias. O acervo material da instituição está marcado por diferentes olhares e a implantação de uma prática sistemática de coleta, registro e documentação de histórias e memórias desses materiais poderá enriquecer sua prática.

Um dos objetivos do programa é reforçar as experiências de vida da população como alvo de processos de musealização. Dessa forma, a diversidade de histórias da localidade passa a reforçar o papel social que o patrimônio arqueológico e os museus possuem na atualidade. No futuro, esse banco de histórias comporá um acervo que disponibilizará um material que poderá ser alvo de pesquisas, assim como de trabalhos educativos e expográficos. A incorporação de fontes orais e documentos oriundos da história oral em instituições e museus também podem colaborar com a compreensão do que o pesquisador na época procurava estudar sobre um determinado assunto (GRAEBIN e PENNA, 2007).

Isto permite deduzir que os acervos orais não se resumem somente a saber como ocorreram determinadas passagens ou alguns fatos. Eles buscam também compreender de que maneira foram vividos e memorizados, com as variações inerentes do processo de relembrar por atores e observadores, o surgimento e a vida de uma instituição, reforma, ou prática. (GRAEBIN, PENNA, 2007, p. 94)

Com as doze histórias temáticas e/ou de vida produzidas nesta pesquisa fica evidente o quanto a população tem a falar e o quanto pode ampliar o campo de produção do conhecimento. O banco de histórias potencializa a cadeia operatória museológica ao produzir outros acervos, que são as próprias histórias e memórias da população. Podem ser registradas diferentes experiências de vida da população que apontam expressões patrimoniais. Cabe ressaltar que essa intenção vai ao encontro de um desejo da própria instituição em trabalhar mais próximo com o grupo de migrantes. Segundo relato de Maria Coimbra de Oliveira, o Museu iniciou algumas estratégias para desenvolver ações de história oral, no entanto, por falta de recursos humanos esse projeto ainda não se efetivou. A proposta de um programa nesses moldes é uma sugestão para o CPMRARO, que deve ser apropriado e conduzido de acordo com objetivos institucionais.

São sugeridos alguns objetivos, critérios e ações para o programa de história oral no CPMRARO.

1- Realização permanente de entrevistas pelo CPMRARO junto à população do entorno mediante algumas temáticas identificadas como fundamentais:

- Histórias de vida da população migrante e histórias de vida das populações indígenas;
- Histórias temáticas com o enfoque no contato da população com os vestígios e sítios arqueológicos; no colecionamento de objetos arqueológicos; no desmatamento local; na relação dos migrantes com as populações indígenas do entorno e vice-versa; no patrimônio cultural, entre outros assuntos que a instituição considere pertinente;
- História de projetos desenvolvidos por pesquisadores (arqueólogos, museólogos, entre outros) para registrar os interesses de pesquisa na localidade.

2- Procedimentos para a realização das entrevistas

- Padronização de procedimentos para as entrevistas, como: respaldada por um projeto de pesquisa, gravação em áudio e ou vídeo, e a consequente transformação em documento escrito pela transcrição, textualização e transcrição;
- Validação do documento final com o entrevistado (colaborador) e a produção da carta de cessão dos direitos de uso ao CPMRARO.

3- Procedimentos para arquivamento e guarda dos documentos gerados

- Criação de métodos de classificação e ordenação respaldados por uma consultoria arquivística e pela Norma Brasileira de Descrição Arquivística;
- Arquivamento de acordo com o método adotado;
- Arquivamento em uma reserva técnica, com mobiliário adequado a guarda de cada suporte documental;
- Ações de conservação (controle ambiental, uso de embalagens adequadas, higienização);

- Criação de uma ferramenta de base de dados destinada à catalogação e ao controle do acervo pelo uso de softwares existentes no mercado, ou contratar uma empresa para desenvolver o programa;
- Disponibilização dos documentos ao público em geral, pesquisadores, entre outros, de acordo com uma política institucional.

4- Estratégias de curto e longo prazo sugeridas para o programa de história oral:

- Identificação de migrantes com a idade avançada, que são pessoas-chaves para se entender o contexto contemporâneo (curto prazo);
- Aproximação com populações indígenas do entorno para inclusão de outros aspectos relacionados à história da localidade (curto prazo);
- Vinculação do programa de história oral ao programa educativo e Expográfico, para alimentar ações desenvolvidas pela instituição (curto prazo);
- Abertura do Programa para que qualquer pessoa possa contar sua história de vida para ser registrada pela instituição (longo prazo);
- Procedimentos de documentação e guarda desse material (associado ao Programa de Documentação e Informatização do Acervo), (longo prazo);
- Ações de disponibilização e consulta desse material pelo público – acervo aberto (longo prazo).

Seguindo as orientações a respeito da classificação e ordenação de documentos (GONÇALVES, 1998) e organização com base no acervo do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (TEIXEIRA e LUIZ, 2012), que trabalha com entrevistas oriundas de projetos de história oral, foi realizada uma proposta de classificação das entrevistas produzidas por esta dissertação.

A seguir utiliza-se como exemplo a classificação da entrevista da Maria Coimbra de Oliveira, as demais se encontram nos apêndices. Segundo Gonçalves (1998, p. 12), “O objetivo da classificação é, basicamente, dar visibilidade às funções

e às atividades do organismo produtor do arquivo, deixando clara as ligações entre os documentos”.

Proposta de classificação das entrevistas:

Acervo de entrevistas do Projeto de História Oral do Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia.

Fundo: Arquivo de História Oral

Grupos e Subgrupos: Programa de história oral de vida e temática.

Série Documental: Entrevistas produzidas para o mestrado *Memórias e histórias no sudoeste amazônico: o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia*.

Catálogo⁷³: Documentos individuais de cada entrevista, no caso dos colaboradores: Arentino Monteiro da Costa, Charles Seizi Modro, Devanir Domingues Fernandes, José da Silva Garcia, José Ferreira Isidoro, José Garcia Sorriolo, José Ribeiro da Silva Filho, Maria Coimbra de Oliveira, Maurício Martins Alves, Moisés Gomes dos Santos, Neuza Jordão dos Santos, Onofre Bernadino, Raimundo Correa de Souza, Vileuda Rodrigues da Silva, Wilson Modro.

⁷³ Fundo ou coleção está relacionado com as informações gerais sobre a entidade que produziu o documento; Grupos e Subgrupos relacionam-se com os documentos produzidos pela instituição e são divididos por sua área de origem; Série documental representa as informações de cada conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados pelas áreas da instituição (os grupos) no cumprimento de suas atividades; Catálogos relacionam-se com as informações individuais de cada unidade documental (ITAÚ CULTURAL, 2013, p. 38).

Código de cadastro da entrevista: 01
Entrevistado(a)(s): Maria Coimbra de Oliveira
Profissão: Diretora do Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia – CPMRARO. Professora de história.
Dados Biográficos: Nasceu em Lagoa Formosa, Minas Gerais em 06 de abril de 1969. Migrou para Rondônia em 1987. Atuou como professora de história da rede pública de ensino do município. Atualmente, é diretora do CPMRARO.
Entrevistador(a)(es): Maurício André da Silva
Contexto de produção: Resultante do mestrado realizado no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), intitulado: <i>Memórias e histórias no sudoeste amazônico: o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia</i> .
História Oral Temática / Vida
Meio de divulgação: Dissertação
Mídias relacionadas: Fotografia, áudio e documento escrito.
Data da realização: Novembro de 2013
Local da entrevista: Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia – CPMRARO
Observações: Aborda a história de vida da entrevistada, com enfoque na migração para a localidade, o envolvimento com os vestígios arqueológicos e, conseqüentemente, com a arqueologia. Apresenta as relações dos moradores com o material arqueológico local, o colecionismo de peças e a implantação do Museu.

Quadro 10 – Classificação da entrevista

Suporte	Papel.
Forma	Cópia
Formato	Arquivo digital e texto impresso
Gênero	Documentação informática, textual e iconográfica
Espécie	Entrevista
Tipo	Entrevista de história oral temática / de vida

Quadro 11 – Característica do documento

Descritores:

- Migração para Rondônia;
- Contato da população com os vestígios arqueológicos;
- Colecionismo de objetos arqueológicos;
- Criação do Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia.

A classificação padronizada das entrevistas para documentação no Banco de História facilita a posterior consulta e pesquisa. É fundamental a apresentação do seu contexto de produção, que pode ser diversa, desde ações desenvolvidas pelo CPMRARO até ações realizadas por pesquisadores de fora. A descrição das

características dos documentos (suporte, forma, formato, gênero, espécie, tipo) contribui para a organização.

As ordenações precisam estar relacionadas com as formas como os documentos serão procurados e pesquisados, sendo, em alguns casos, necessária mais de uma ordenação. Sugere-se, portanto, a ordenação temática das entrevistas segundo os projetos que as deram origem, para facilitar sua busca e, internamente a essa ordenação, cada série documental pode ser organizada pelo nome do entrevistado. A presença de descritores para os documentos facilita a sua posterior investigação.

No futuro, caso a instituição queira dar continuidade à implantação do banco de histórias, cabe uma consultoria com um arquivista para estruturar a produção e arquivamento das entrevistas de acordo com uma política institucional maior, assim como o estabelecimento de correlações com os demais documentos e acervos da instituição.

4.3 Ações experimentais realizadas no Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia.

No ano de 2013 foram realizadas algumas ações educativas no CPMRARO como contribuição desta pesquisa, enquanto levantaram-se questões e problemas para esta dissertação. Assim, foi elaborado em conjunto com a diretora do Museu, Maria Coimbra de Oliveira, um curso de formação para professores, intitulado *Outras Histórias a partir do patrimônio local: arqueologia e diversidade de vozes*, com a duração de 16 horas. Os professores da rede municipal de ensino e da rede estadual foram convocados pela Prefeitura Municipal de Presidente Médici.

Foi realizada também uma atividade piloto com um grupo de jovens da Guarda Mirim do município de Presidente Médici por meio de uma visita orientada à exposição de longa duração. A visita se estruturou em três momentos: acolhimento, no qual se buscou conhecer o grupo e entender como o universo da arqueologia aparecia em seu cotidiano; visita à exposição, com enfoque na realização de um desenho de observação do objeto que mais tenha chamado atenção desses jovens e, por último, uma oficina prática de gravura, utilizando o desenho realizado anteriormente.

O curso buscou refletir com os participantes sobre o papel da arqueologia, do patrimônio arqueológico, assim como sobre as histórias de vida das populações que migraram, construindo outras relações com o território e com o entorno.

OUTRAS HISTÓRIAS A PARTIR DO PATRIMÔNIO LOCAL: ARQUEOLOGIA E DIVERSIDADE DE VOZES.

Curso de Formação para Professores

Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia

Gravuras do Centro-Leste de Rondônia (Desenhos Maria Coimbra).

O objetivo do curso é criar um espaço de diálogo e reflexão sobre o patrimônio arqueológico e sobre as pesquisas em desenvolvimento na região. O intuito é possibilitar aos professores e educadores das mais diversas áreas que ampliem o uso do patrimônio local em suas ações e atividades em sala de aula e fora dela. Busca-se incentivar a apropriação do espaço do Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia - CPMRARO, pelas diversas instituições locais, a partir do trabalho educativo já realizado pelo Museu e a construção de um espaço permanente de trocas e proposição de ações.

19 E 20 DE NOVEMBRO DE 2013
PRESIDENTE MÉDICI - RONDÔNIA - BRASIL

Público-Alvo:
Professores, Educadores e Interessados em Geral.

Horário: Manhã e Tarde: 7:30 às 11:30 e 14:00 às 18:00

Carga Horária: 16 horas

Local: Centro Cultural Ivone Mello Gonçalves

Informações: Museuregional@presidentemedici.ro.gov.br
(69) 3471-2892

Ministrantes:
Maria Coimbra
Arqueóloga e Diretora do Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia.

Maurício André Silva
Educador do MAE / USP.

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do MAE / USP.
Colaborador do Laboratório de Arqueologia dos Trópicos Arqueotrop,
Coordenado pelo profº Dr. Eduardo Góes Neves do MAE/USP.

Centro de Pesquisas
e Museu Regional
de Arqueologia de
Rondônia

SEMEC

ADMINISTRAÇÃO PARA TODOS

ARQUEOTROP

Figura 3 – Cartaz do curso de formação de professores *Outras histórias a partir do patrimônio local: arqueologia e diversidade de vozes.*

O intuito foi possibilitar aos professores e educadores o uso do patrimônio em suas ações e atividades em sala de aula e fora dela. Buscou-se incentivar a apropriação do CPMRARO pelas escolas, por meio do trabalho educativo já realizado pelo Museu. Procurou-se também refletir sobre a temática indígena pela arqueologia, e de que maneira os participantes se relacionam com a diversidade dessas populações no presente. Ao final, eles foram estimulados a elaborar um projeto a ser executado, relacionando museu e escola.

A constituição do CPMRARO (discutida no terceiro capítulo) teve o envolvimento de professores, no entanto, somente uma parcela desenvolve atividades com seus alunos, relacionando escola e museu. Tem-se um baixo envolvimento, sobretudo, dos professores da área de humanas (história e geografia). Essa situação também foi evidenciada por Maria Coimbra de Oliveira desde nossa primeira ida a campo em 2011, e é uma preocupação latente da instituição.

Com base na experiência educativa realizada pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, abordaram-se outras estratégias casadas com o contexto local, para os professores atuarem em sala.

Foram objetivos específicos do curso:

- Discutir a importância do uso do patrimônio arqueológico na sala de aula;
- Ampliar o uso do CPMRARO pelas escolas e demais instituições;
- Refletir sobre as mudanças e continuidades relacionadas à população de migrantes que adentraram a região nas últimas décadas em relação à longa duração;
- Discutir sobre preservação do patrimônio arqueológico local;
- Apresentar um panorama sobre a arqueologia regional e sobre as novas pesquisas em andamento;
- Refletir sobre a temática indígena e a maneira que as populações não indígenas se relacionam com elas no presente, um exercício para a alteridade.

Por meio da ficha de inscrição do curso, preenchida um mês antes, foram mapeados alguns aspectos do perfil do público previamente, com o objetivo de fornecer subsídios para a estruturação da dinâmica:

1. Informações gerais do participante: nome, idade, área de formação, quando chegou à Rondônia, quando chegou à cidade de Presidente Médici, escola que leciona, tempo de atuação como professor;
2. Informações específicas como: motivos que levaram a morar em Rondônia; relação com os vestígios pré-coloniais, com os sítios arqueológicos e com o CPMRARO; noções sobre o patrimônio arqueológico.

No final do curso os participantes, mediante um questionário, avaliaram:

- Curso de modo geral;
- Conteúdos abordados;
- Atuação do ministrante;
- Formatos e conteúdos de cursos desejados no futuro.

Prancha Fotográfica 16 – Curso de formação para professores no CPMRARO. Aquivo Maria Coimbra de Oliveira .

Para esta dissertação abordaram-se alguns pontos relacionados diretamente à pesquisa. O município, segundo o IBGE (2014), tem 299 professores (208 professores do ensino fundamental; 64 professores do ensino médio e 27 professores do ensino infantil). Participaram da formação 42 professores⁷⁴ (14,05% do total), com a maior concentração das áreas de pedagogia (38%) e letras (19%); destaca-se a baixa participação de professores das áreas de história e geografia, que geralmente são os que procuram o uso dos espaços dos museus de arqueologia para ampliarem as temáticas desenvolvidas em aula, assim como para exploração de outros espaços de aprendizado para os alunos. Frente à baixa

⁷⁴ Participaram professores da rede municipal de ensino, assim como da rede estadual.

procura no curso realizado por professores dessas áreas, já salientado previamente pela Maria Coimbra de Oliveira, cabe à instituição refletir se essa lacuna se configura como algo circunstancial ou permanente. Se for uma situação permanente, o Museu deve criar estratégias de aproximação dessas parcelas do público com o espaço da instituição.

Gráfico 4 – Área de formação dos participantes do curso.

O município possui 29 escolas (IBGE, 2012), sendo 19 escolas de ensino fundamental, 05 escolas de ensino médio e 05 escolas de ensino infantil. Os participantes da formação representavam 10 escolas.

Com a ficha de inscrição, foram mapeados o estado e a cidade de origem de cada participante, assim como os motivos que os levaram a migrar; o sudeste se destaca com o maior percentual de migrantes (33%). As intenções são semelhantes às dos colaboradores entrevistados pelo projeto de história oral e, dessa forma, reforça a ideia de que as pessoas que vieram para o estado estavam em sua maioria em busca de trabalho, de terra e de melhoria de vida. Em ordem decrescente de ocorrências os professores apontaram como motivos:

- Acompanhar os pais que buscavam uma vida melhor;
- Ter um pedaço de terra próprio para poder trabalhar;
- Melhorar a qualidade de vida;
- Buscar oportunidade de trabalho.

Esses motivos se entrelaçam e podem ser sintetizados em respostas como: *“Era criança e acompanhei os pais em busca do Eldorado”*; *“Meus pais vieram à procura de terras incentivados pelo INCRA”*; *“Acompanhando meus pais a procura de novas terras, tendo como objetivo melhorar de vida. Havia também incentivo do Governo Federal para colonizar a Amazônia”*.

Diante desse perfil do público, explorou-se no curso a dimensão da migração e do papel da arqueologia nesse contexto. Em alguns momentos, o público reforçou a questão do desmatamento incentivado pelo governo e que, na atualidade, percebem-se os problemas decorrentes dessa prática. Nesse mesmo sentido, a relação com os vestígios arqueológicos e com o patrimônio arqueológico (dentro dessa categoria) tende a uma valorização das populações indígenas no passado, contudo, a visão sobre as populações indígenas no presente tende a se dar por estereótipos, reforçando o discutido no primeiro capítulo. Talvez o processo desorganizado e violento da migração proporcionado pelo governo ocasionou nessa barreira invisível no tratamento da diversidade. Esse ponto é fundamental para a atuação do museu no desdobramento de ações futuras.

Outro aspecto destacado foi o interesse pela questão legal do patrimônio arqueológico e até que ponto o Estado pode interferir em propriedades privadas que possuem sítios arqueológicos. Em muitos casos a população acredita que perderá suas terras. Essa questão também surgiu durante a atividade piloto com os jovens, identificando-se a necessidade de ampliar a divulgação da forma como a arqueologia trabalha e no papel que a população pode desempenhar para uma gestão compartilhada do patrimônio. Esses vestígios e sítios arqueológicos ainda geram dúvidas, medos e receios.

Gráfico 5 - Região de origem dos participantes da formação.

Gráfico 6 – Estado de origem dos participantes da formação.

Sobre a utilização do espaço do CPMRARO pelos professores como mais um local de aprendizado para seus alunos obteve-se como resposta:

Gráfico 7 – Possuem o costume de levar seus alunos ao Museu?

A porcentagem de professores que não costumam levar seus alunos, assim como o valor expressivo dos sem resposta, aponta um desafio para a instituição no que concerne a apropriação do Museu como espaço de aprendizado pelo público escolar. Essa lacuna precisa ser mais bem entendida mediante outras avaliações para que se criem estratégias eficazes para a aproximação das escolas.

Outro ponto de destaque no curso, foi a pequena quantidade de respostas sobre “o que você entende por patrimônio” na ficha de inscrição. No curso também surgiram muitas dúvidas sobre esse aspecto. Dessa forma outras ações que

procurem discutir as diferentes esferas do patrimônio (material, imaterial, pessoal, entre outros) são necessárias, e o reforço em torno da discussão sobre o patrimônio arqueológico.

Um dos dias da formação ocorreu em 20 de novembro (Dia da Consciência Negra), foi utilizada a data para se realizar uma ampla discussão em torno do movimento de resistência negra, e das contribuições dos mesmos para a diversidade cultural do país, muitos professores negros se identificaram com a discussão. Por outro lado, foi estendida a discussão para a resistência indígena, e a importância de se entender e compreender a dinâmica cultural dessas populações ao longo do tempo e no presente.

Essa atividade pontual nos aproximou do contexto empírico em questão e forneceu subsídios para desenhar algumas estratégias para a atuação do CPMRARO quanto à aproximação do museu com o entorno. Em relação à demanda dos professores sobre ações futuras, a maioria foi enfática na necessidade de formações constantes voltadas ao grupo de professores e para a produção de materiais didáticos que forneçam subsídios para seus trabalhos.

A atividade piloto com o grupo de jovens da Guarda Mirim Municipal de Presidente Médici possibilitou o uso da exposição de longa duração da instituição por outros matizes. No momento do acolhimento foram passados objetos arqueológicos sem proveniência, o que permitiu uma reflexão sobre o objeto como documento no qual o pesquisador, por meio de perguntas, levanta inferências a respeito da sua produção e utilização. Da mesma forma, aproveitou-se o contato prévio com esses jovens para investigar de que maneira esses objetos estavam inseridos em seus cotidianos. O fato de conviverem com esses objetos de muitas formas gera certo estranhamento, sobretudo pelo valor imputado por pesquisadores (arqueólogos), pois aquelas pedras mobilizam pessoas do país inteiro para a localidade.

Também foi trabalhada a importância desses jovens colaborarem com a instituição, principalmente, com a preservação dos sítios, por ser um bem finito, pois uma vez destruído, perdem-se informações que contribuiriam para o entendimento da história local. Dessa forma discutiu-se o problema do avanço da agropecuária na Amazônia nas últimas décadas.

A visita à exposição e a atividade prática de desenho de observação das peças possibilitou um olhar diferenciado para algo com o qual eles estavam tão familiarizados (a maioria já tinha visitado o Museu). O desenho é uma linguagem

que permite acessar o mundo, reforçando a observação de detalhes e permitindo ver além. Segundo Edith Derdyk (2010), o desenho não reproduz as coisas, mas permite expressar a visão que delas se tem, confrontando o real, o percebido e o imaginário. Dessa forma, trabalha-se a capacidade de reter informação, a memória no sentido de evocação de sensações. Ao desenhar relaciona-se memória e imaginação, congregando passado e futuro.

Ao final, esses desenhos foram transpostos para uma matriz de isopor, para discussão dos princípios da gravura, que é uma linguagem caracterizada pela retirada da matéria-prima de um suporte. Fica evidente o quanto a proposição de atividades práticas que estimulam o contato com outras linguagens dinamizam o trabalho educativo.

Prancha Fotográfica 17 - Visita orientada ao CPMRARO e oficina de gravura. Novembro de 2013. Arquivo Maria Coimbra de Oliveira.

4.4 Propostas para o programa expositivo e educativo do CPMRARO.

Diante da discussão levantada por esta dissertação para entender a relação da população local com o patrimônio arqueológico, são sugeridos alguns temas que podem contribuir para a estruturação de ações futuras do programa expositivo e do programa educativo que, em conjunto, estão relacionadas às ações de comunicação de um museu (CURY, 2005a). No futuro cabe ao CPMRARO avaliá-los de acordo com a realidade e os desejos institucionais.

Sugestão de temas:

1. Mobilidade da humanidade ao longo do tempo, migrações e encontros entre a terra deixada e a terra escolhida, quem são os pioneiros;
2. Imaginários e usos da floresta amazônica. Relações milenares de manejo da floresta e racionalização econômica do espaço. Discussão sobre patrimônio ambiental e cultural;
3. Aprendizados, descobertas, medos, conflitos entre populações indígenas e não indígenas, exercícios para a alteridade;
4. Compromisso compartilhado para a preservação do patrimônio arqueológico e do patrimônio ambiental;
5. Mudanças e usos da tecnologia ao longo do tempo. História da tecnologia no âmbito local e as implicações para o meio;
6. Apropriações e significações dos vestígios arqueológicos, papel da cultural material, das paisagens amazônicas;
7. Movimento de resistência das populações indígenas diante da sociedade brasileira;
8. Dinâmica dos processos identitários e de produção de memórias na localidade;

Essas temáticas são propostas por meio da reflexão sobre as narrativas dos colaboradores e por estarem relacionadas aos programas educativo e expográfico podem contribuir para:

- Valorização das experiências de vida de migrantes, indígenas, seringueiros, entre outros;

- Evidenciação das aproximações e conflitos entre diferentes grupos na localidade;
- Preservação dos sítios arqueológicos na região, pelo esclarecimento das medidas legais e da criação da responsabilidade de uma gestão compartilhada do patrimônio;
- Discussão ampla sobre a preservação ambiental relacionada à preservação cultural;
- Valorização da diversidade cultural pelo contexto local;
- Sensibilização das novas gerações para a preservação do patrimônio cultural e ambiental;
- Valorização de histórias plurais, por diferentes pontos de vista;
- Fomento de processos identitários e de memórias;
- Valorização da diversidade indígena local.

Um dos desafios da instituição é discutir diferentes visões de mundo no qual a floresta amazônica possui vários papéis. Como já discutido, Bezerra (2010) ao refletir sobre as ações educacionais realizadas no âmbito de projetos arqueológicos na Amazônia reforça a importância de se considerar a aproximação entre educação patrimonial e educação ambiental. A ecologia histórica pode contribuir com novos dados nesse sentido, que devem ser refletidos e debatidos no presente por meio dessas ações, reforçando o papel desempenhado pelas paisagens ao longo do tempo.

A arqueologia primordialmente aborda as relações entre espaço e tempo, as ações relacionadas ao patrimônio arqueológico poderiam abordar essas temáticas lançando o mesmo olhar para as pessoas do presente. O que adianta falar do tempo e espaço das populações pretéritas, por exemplo, se não considero e não conheço o espaço e tempo daqueles para quem eu falo? Criar essa rede transversal de usos diferenciados do espaço ao longo do tempo pode contribuir para a empatia sobre a história de outras populações que ocuparam o mesmo território.

A seguir será apresentada uma proposta de exposição itinerante para o CPMRARO. Essa mostra é um pré-projeto, sendo necessária uma aproximação com a instituição na discussão de novos rumos e abordagens que possam surgir mediante um trabalho participativo. É necessário também o envolvimento de diferentes pessoas, sobretudo com um entendimento maior do público visitante do museu com a implantação de estudos de recepção (CURY, 2005a). Por mais que se

tenha feito um esforço para ouvir a população sobre diversos aspectos sobre sua relação com o patrimônio arqueológico, os estudos de avaliação e recepção de público no Museu são fundamentais para ampliar a interação entre mensagem expositiva e visitantes (CURY, 2005a, p.38).

Serão apresentadas também ações educativas para ajudar a desenhar e a consolidar o programa educativo da instituição.

4.4.1 Exposição itinerante nas escolas do município.

As exposições possibilitam em diversos públicos reflexões sobre diferentes aspectos da vida por meio da cultura material. A interação ativa do público com os estímulos da exposição proporciona a construção de visões de mundo. Nesse caso, a exposição sai do museu e vai ao encontro das escolas, instituições fundamentais e parceiras para a valorização dos espaços museológicos e do patrimônio cultural, reforça o papel social do museu.

Meneses (1994) ao refletir sobre uma exposição coloca os objetos em uma rede de significação no qual está imerso. Assim, o visitante precisa encontrar caminhos para pensar como dominar e destrinchar essa convenção, claro, sem buscar um “esperanto museológico”. Um dos problemas em relação à exposição de objetos, seja histórico ou de outras tipologias, é a sua fetichização, quando passa a ter valores e sentidos como algo natural. Todos os sentidos que os objetos possuem são, *a priori*, referentes a um contexto histórico. Buscam-se soluções para partir do objeto para se refletir sobre a sociedade. O fio condutor da exposição é a sua dimensão crítica, que acarreta em competências como distinguir, filtrar, separar; criando assim espaços para escolhas (MENESES, 1994, p. 40).

A proposta a seguir está pautada na concepção de exposições, com o enfoque nas de arqueologia e de antropologia (CURY, 2005a). Ressalta-se que são ideias iniciais para a concepção de uma mostra, que precisam ser discutidas pelo CPMRARO e envolvidas diferentes pessoas do entorno. Toma-se como inspiração exercícios voltados à musealização da arqueologia (ALBERTO, 2014; MELQUIADES, 2011; TESSARO, 2013, entre outros).

Proposta de exposição: Mostra relacionada à mobilidade de populações humanas ao longo do tempo e do espaço, com o foco nas migrações e nas trocas culturais em

diferentes relações com o meio. Discussão de como a arqueologia pode contribuir para compreender melhor o passado, na qual se possibilita uma atuação mais engajada no presente. Quais legados cada cultura deixa para a posteridade? Qual o papel do patrimônio arqueológico, ambiental e cultural para a transformação da realidade? Desafios para uma gestão compartilhada para efetiva preservação dos sítios arqueológicos. Ampliação de uma auto-reflexividade a respeito dos papéis dos sujeitos em relação ao meio.

Objetivos:

A exposição objetiva discutir a longa duração marcada por dinâmicas culturais. Destaque para os processos migratórios enfrentados pela população que hoje vive no centro-leste de Rondônia em relação aos enfrentados pelas populações indígenas ao longo do tempo.

Busca-se discutir com o público as diferentes apropriações que as populações humanas (indígenas e não indígenas) estabeleceram com o território, imprimindo marcas que hoje, muitas vezes, são alvo de patrimonialização. Ressalta-se a colonização recente para a localidade de populações não indígenas que transformou profundamente a região. Intenta-se fomentar a integração de uma educação voltada ao patrimônio cultural e ambiental. No mesmo sentido, frente a todo esse contexto de transformações, apresentar o papel do CPMRARO no que tange à preservação do patrimônio e histórias de vida da população. A exposição buscará relacionar visões científicas (apresentadas pela arqueologia) com uma dimensão voltada para a primeira pessoa, que permite ao outro tomar a palavra e falar por si (CHAGAS, 2008, p. 47).

Justificativa:

Como discutido, é necessária a aproximação das escolas do entorno imediato com a instituição, essa exposição itinerante busca tal objetivo, com destaque para a apresentação do papel do Museu. A exposição, a princípio, pode itinerar em diferentes escolas, nos municípios de abrangência do acervo do Museu e posteriormente ir para outras localidades.

A migração marca as populações humanas ao longo do tempo, assim como as trocas e expansão de uso de determinadas tecnologias, a exposição pretende aproximar populações indígenas, que parecem estar tão recuadas no tempo, com a população de migrantes, numa discussão de como as mudanças e as expansões

fazem parte da humanidade de forma geral e como os indígenas, a partir da dinâmica de suas culturas, estão no entorno. Populações indígenas e não indígenas são diferentes e iguais em muitas instâncias, todavia almeja-se a aproximação afetiva entre ambas.

Busca-se ampliar a visão dos vestígios e a necessidade de se trabalhar eventuais medos sobre eles, como a perda de terras, caso se tenha sítios arqueológicos na propriedade, fomentando a preservação. Também será trabalhada a questão do colecionismo para que essa prática não ocorra de forma desenfreada e os problemas de se retirar os objetos de seus contextos.

Segundo Cury (2005a, p.122) também se faz necessário a implantação de recursos comunicacionais que ampliem o olhar para o tratamento do passado pré colonial, para além de uma visão evolucionista, discutindo os processos de transformação dos grupos ao longo do tempo. Nesse mesmo sentido, esse passado muitas vezes não é considerado para produção de memórias e de identidades na atualidade. Há o desafio de se superar ideias preconcebidas, estereotipadas devido a histórias de versões oficiais que desvalorizam a constituição do território que hoje se chama de Brasil.

Apresentação do tema:

Os estudos arqueológicos e de outras áreas realizados no sudoeste amazônico têm inserido o atual território de Rondônia dentro de importantes discussões sobre a Amazônia (discutido no segundo capítulo). A região proporciona importantes debates sobre o desenvolvimento de experimentações agrícolas no passado, o adensamento populacional e o provável centro de algumas inovações tecnológicas.

A localidade é marcada pela mobilidade de grupos indígenas que desceram ou subiram seus rios, transitaram nas áreas de terra firme criando redes de contato e imprimindo distintas marcas desde períodos remotos. Com a colonização, ocorreram rearranjos das populações no território por movimentos de resistência e de fuga dos indígenas em relação ao invasor europeu. Durante os séculos XIX e XX, milhares de migrantes, especialmente nordestinos, adentraram a localidade para trabalhar nos seringais. No período da ditadura militar, um projeto de modernização da Amazônia levou milhares de migrantes não indígenas para a região, que passaram a estabelecer variadas relações com esse território. Atualmente, muitos jovens tem se mudado para outras regiões em busca de formações e de empregos.

É visível o impacto ambiental ocasionado pela última leva de migração que, por um modelo desenvolvimentista ligado a interesses brasileiros e internacionais, transformou a floresta amazônica, na qual se estabeleciam diferentes relações entre as populações humanas e a natureza (seringueiros, indígenas, ribeirinhos, entre outros), em um espaço para a agricultura e o agronegócio. Busca-se então ampliar a reflexão de distintos modos de vida e o quanto essas escolhas implicam em diferentes visões de mundo.

Descrição expográfica.

A proposta de exposição está estruturada em diferentes recursos expográficos, com o objetivo de facilitar sua montagem em distintos espaços, assim como o seu transporte. Na mostra não se terá objetos arqueológicos, apenas fotos, para ressaltar a importância das pessoas conhecerem esse material no Museu. A descrição é ponto de partida para uma discussão entre os diferentes atores envolvidos na concepção da mostra.

Módulo 1 – O nosso Museu.

Recurso expográfico A: Texto com a argumentação do módulo.

Recurso expográfico B: Painel com imagens e perguntas.

Apresentação do Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia, discutir o que é um museu e o que se pode fazer com base nele. Destacar seu papel social, de aprendizado e de lazer. Ressaltar o quanto a constituição do acervo do CPMRARO teve a contribuição dos migrantes que por diversos motivos guardaram objetos arqueológicos em casa e que, posteriormente, foram doados ao Museu. Pontuar os diferentes tipos de coleções e quanto a busca desenfreada pela formação delas acarreta na destruição dos sítios. Fortalecer o convite para que as pessoas visitem o Museu. Colocar trechos das narrativas levantadas pelo projeto de história oral de como surgiu a ideia da criação do CPMRARO.

Recurso expográfico C: Painel

Apresentação sobre o que é arqueologia. Colocar diferentes trechos das narrativas dos colaboradores sobre os vestígios arqueológicos. Destacar uma parte do painel para que os visitantes escrevam e coloquem suas impressões sobre esses

materiais e o que imaginam sobre o papel da arqueologia. Ressaltar o desafio que a arqueologia possui em relacionar as diferentes histórias sobre o passado. Ressaltar o compromisso político da arqueologia, especialmente na região amazônica, auxiliando na construção de uma história indígena e de diversas outras parcelas da população.

Recursos expográficos D: Linha do tempo e Mapa

Linha do tempo com destaque para a região amazônica, desde períodos remotos com evidências das primeiras ocupações humanas até a chegada ao período recente de migração nos anos de 1960. Realçar os momentos de profunda transformação do meio. Colocar trechos das narrativas dos colaboradores sobre o aprendizado que tiveram com a floresta e sobre os problemas acarretados pelo desmatamento.

Mapa com a localização dos principais sítios arqueológicos da região amazônica, com destaque para o estado de Rondônia. Indicação das principais hipóteses de expansão de grupos indígenas.

Módulo 2 – Modos de vida e os impactos ao entorno.

Recurso expográfico E: Texto com a apresentação do Módulo

Recurso expográfico F: Paineis

Apresentar de forma esquemática a relação entre homem e natureza. No painel, da esquerda para direita: primeiro a imagem de lâmina de machado polido e, ao fundo, uma ilustração de populações indígenas produzindo roçados para plantação com destaque para floresta; fragmentos cerâmicos e, ao fundo, uma ilustração de diferentes usos cotidianos desses materiais com destaque para a floresta; instrumentos de trabalho nos seringais, como faca, balde, e, ao fundo, imagem de trabalhadores retirando a seringa, destacar a floresta; instrumentos relacionados com a criação de gado e, ao fundo, a imagem de uma pastagem para gado. Possibilitar uma ampla discussão sobre diferentes modos de vida.

Recurso expográfico G: Multimídia

Fones de ouvidos com trechos e comentários sobre diferentes papéis que a floresta exerce para a população, como indígenas, seringueiros, migrantes, fazendeiros, entre outros.

Recurso expográfico H: Painei

Aprofundamento do conceito de tecnologia, apresentação do lascamento, polimento e produção cerâmica. Fomentar uma discussão sobre os avanços tecnológicos, desmistificando a evolução do mais simples ao mais complexo. Destaque para a produção cerâmica e para os diferentes usos desses objetos. Ressaltar o processo de produção, de escolha da matéria-prima, técnica de confecção, uso, reuso e descarte.

Módulo 3 - Expressões humanas ao longo do tempo.

Recurso expográfico I: Texto de argumentação do módulo

Imagens de gravuras rupestres locais, com estímulo à reflexão e à imaginação sobre o que se pode inferir da visão de mundo dessas populações. Colocar narrativas dos colaboradores sobre suas impressões das gravuras. Estimular os visitantes a escreverem as histórias que já ouviram sobre essas imagens. Pontuar com as inferências arqueológicas.

Recurso expográfico J: Mapa

Mapa com a localização de outras pinturas e gravuras rupestres na Amazônia, como no Rio Negro, Pará, entre outras.

Módulo 4 - Ser indígena é algo do futuro.

Recurso expográfico K: Texto de argumentação do módulo

Recurso expográfico L: Painei

Apresentação da diversidade indígena brasileira, evidenciando a existência de 240 grupos no território brasileiro, que falam mais de 150 línguas.

Enfoque na diversidade indígena presente em Rondônia, com destaque para as populações do centro-leste do Estado. Imagens de grupos indígenas como os

Arara, os Cinta Larga, os Gavião, os Uru Eu Wau Wau, entre outros. Estímulo à reflexão de quanto se conhece sobre eles.

Discussão sobre o direito à mudança das populações indígenas, que não são estáticas no tempo, e que não deixam de ser indígenas. Sublinhar os conflitos entre seringalistas, seringueiros, indígenas e migrantes por meio de imagens e de trechos das narrativas dos colaboradores. Destacar que o grupo de migrantes também é diverso entre si, o que gera aproximações e distanciamentos.

Colocar trechos das narrativas dos colaboradores que apontam diferentes impressões sobre as populações indígenas e vice-versa.

Módulo 5 - Patrimônio arqueológico, muitos patrimônios.

Recurso expográfico M: Texto de argumentação do módulo

Recurso expográfico N: Painei

Módulo relacionado ao papel do patrimônio como agente de transformação local. Apresentar uma discussão sobre o que é patrimônio cultural, natural, arqueológico. Destacar diferentes elementos na localidade, como a festa do maracujá, o arquipélago das cabaçaranas, o morro da Embratel, entre outros. Ressaltar uma parte do painel para que os visitantes indiquem o que consideram como patrimônio.

Frisar os compromissos que todos devem ter com o patrimônio arqueológico. Orientações de como proceder se encontrar vestígios arqueológicos em sua propriedade, quais órgãos procurar, entre outros aspectos.

4.4.2 Propostas para o programa educativo.

Mediante atividades já desenvolvidas e pelo contexto de atuação da instituição, são sugeridas algumas ações para ampliar o programa educativo, que estão relacionadas com as temáticas citadas anteriormente e que integram as ações de comunicação da instituição. Um dos objetivos dessa proposta é a ampliação da mediação da instituição por diferentes atividades voltadas para públicos diversos. As ações indicadas são:

- Visitas orientadas às exposições de longa e curta duração;
- Visitas orientadas ao sítio arqueológico Mirante;
- Formação de professores;

- Oficina de contação de histórias e de outras temáticas;
- Produção de materiais didáticos (*Kit* de objetos, publicação didática e maquetes);
- Ações do Museu na escola;
- Formação de jovens e programas de estágio;
- Ações de avaliação.

- Visitas orientadas nas exposições de longa e curta duração

A instituição já desenvolve um trabalho de atendimento ao público nas exposições, sobretudo o escolar. Sugere-se a implantação de uma dinâmica, em longo prazo, em que os grupos possam ser divididos em dois, com média de 20 a 25 participantes e que cada grupo possa ser conduzido por um educador.

Com base na experiência deste autor como educador no MAE-USP e da atuação em outras instituições culturais (Pinacoteca do Estado, Instituto Tomie Ohtake e Fundação Bienal de São Paulo), sugere-se a organização da visita em três momentos para uma maior interação entre educadores, visitantes e exposição;

1. Acolhimento do grupo, momento de recepção dos visitantes no qual é realizada uma conversa prévia e apresentação do Museu. Abordam-se questões como: o que eles vieram fazer nesse espaço, qual o papel de um museu de arqueologia na localidade; qual a relação deles com os vestígios arqueológicos; o que é e para que serve a arqueologia, além do estabelecimento de combinados (orientações gerais para o bom andamento da visita). Em seguida, sugere-se o manuseio de alguns objetos arqueológicos (coleção didática) para explorar a cultura material (matéria-prima, técnica de confecção, utilização, entre outros). Podem ser trabalhadas algumas impressões dos migrantes sobre os vestígios arqueológicos produzidos pelo projeto de história oral, isso pode ocorrer pela produção de fichas com trechos das narrativas que podem ser lidas e discutidas.
2. Divisão do grupo em dois (grupos com o máximo de 25 pessoas), para que a dimensão dialógica da visita ocorra de maneira mais eficaz. Um dos grupos se direciona para a visita ao espaço expositivo e o outro, passa a desenvolver alguma oficina ou atividade complementar. Ao final, eles trocam e realizam a outra atividade.

3. Na visita orientada à exposição primeiramente permitir que o grupo a explore, assim, o educador pode lançar alguns questionamentos mobilizadores para a observação, sobretudo percebidos como essenciais durante o acolhimento. Por exemplo: Olhem a exposição refletindo como esses objetos, que aparecem de forma cotidiana na vida de vocês, são apresentados; Reflitam como a arqueologia apresenta outros aspectos das populações produtoras desses materiais; entre outras. Posteriormente, formar o grupo e conduzir a visita de forma dialógica por meio de questões e olhares levantados pelos visitantes. Cabe ressaltar que as visitas orientadas são diferentes umas das outras, pois o visitante, sujeito ativo no espaço, estimulará o educador que, por sua atuação ética e engajada com o patrimônio, conduzirá assuntos com o objetivo de tornar a visita única e comprometida com os anseios do grupo. Não se deve perder de vista que nessa relação, tanto a instituição quanto a exposição possuem objetivos que devem ser discutidos com olhares do público durante a visita. Isso, sem dúvida, torna o atendimento de grupos em museus uma experiência desafiadora e enriquecedora para ambas as partes (visitantes e educadores).
4. Na oficina, podem ser desenvolvidas atividades práticas voltadas à faixa etária do grupo, desde o contato com outras linguagens – como a produção de desenhos, fotografias, esculturas, gravuras, entre outras –, até atividades lúdicas como jogos que busquem se correlacionar aos conteúdos da visita.
5. Os grupos invertem as atividades e, por último, juntam-se novamente para uma troca de experiências, uma roda de conversa. Salienta-se a importância da avaliação para que a instituição, engajada com o seu público visitante, possa entender e ampliar sua atuação. Essa avaliação pode ser realizada com o preenchimento de questionários pelos professores, pelos visitantes, assim como pelos educadores que conduziram a visita, entre outras ações.

Essa visita, subdividida em diversos momentos, pode durar de 2h até 2h30. Dependendo da faixa etária, pode-se reduzir o tempo.

- Visita orientada ao sítio arqueológico Mirante.

O CPMRARO já desenvolve visitas orientadas ao sítio arqueológico Mirante, localizado na zona rural do município, em Novo Riachuelo. Essas visitas, como abordado no capítulo anterior, possibilitam o contato dos visitantes com as gravuras rupestres locais e uma reflexão sobre o entorno.

Nesse sentido, destaca-se que conjuntamente com essa visita podem ser trabalhadas outras temáticas, como o enfoque ambiental, já que o sítio Mirante possui uma ótima vista da localidade, como um espaço para reflexão sobre o entorno, sua paisagem e as transformações passadas por ela ao longo do tempo.

Em algum momento da visita, pode-se discutir sobre a floresta amazônica, por meio de imagens, e de como ela foi utilizada ao longo do tempo por diferentes populações, até o momento atual, em que se configura em área para criação de gado. Fomentar a discussão dos problemas acarretados com o desmatamento e de como as populações indígenas imprimiram um sentido simbólico em relação àquela localidade, por imagens realizadas nas pedras. A Associação de Amigos de Novo Riachuelo, que gerencia o sítio, possui o desejo de ampliar o roteiro de visita para outros sítios com gravuras rupestres e para a Cachoeira dos Macacos que fica próxima.

A base de acolhimento do sítio Mirante pode ser um espaço utilizado para oficinas como, por exemplo, pedir para os visitantes desenharem o entorno após observação dele; em seguida, fazer um desenho de imaginação de como seria essa mesma localidade antes do desmatamento; um desenho de imaginação das populações indígenas utilizando o mirante e; por último, expor os desenhos e discutir sobre esses diferentes momentos da história do local.

Outro ponto é a realização de ações continuadas de formação para os jovens que atuam como condutores da Associação de Amigos de Novo Riachuelo. Essas formações podem ocorrer no CPMRARO, em ações específicas a esse grupo ou com a participação em formações gerais oferecidas pela instituição.

- Formação de Professores

O público escolar nos museus acaba sendo, em sua maioria, de frequentadores assíduos, dessa forma o CPMRARO, como um dos poucos museus no centro-leste do Estado em funcionamento, pode ampliar sua relação com os professores com esse subprograma específico. Os professores, quando engajados

com os museus, são multiplicadores em sala de aula da importância desses espaços, assim como da abordagem desenvolvida no caso da arqueologia.

Essas formações precisam ser oferecidas de forma frequente pela instituição para que se crie uma aproximação afetiva com o espaço. Cabe ressaltar que o museu não pode ser visto como um apêndice da sala de aula e suas particularidades devem ser discutidas. A formação de professores no museu pode ampliar o potencial que esse espaço desempenha para o seu trabalho, seja desenvolvendo atividades em sala ou levando seus alunos ao museu.

Essas formações podem despertar um senso crítico em torno da preservação do patrimônio arqueológico e a questão da importância de se trabalhar a diversidade em sala de aula, com destaque para a abordagem indígena.

- Oficina de contação de histórias e de outras temáticas.

Diante do potencial local das histórias de vida da população que se relacionam com a floresta amazônica, com as populações indígenas e com os vestígios arqueológicos, a realização de oficinas de contação de histórias pode ser um caminho produtivo. Essas oficinas podem ser realizadas por contadores especializados, contratados pelo museu, que contarão histórias de parcelas da população local (histórias registradas pelo próprio banco de histórias da instituição), ou mesmo pelos próprios entrevistados, sendo abertas ao público em geral, família, crianças, acontecendo em horários alternativos no museu, para ampliar o seu uso.

Cabe ressaltar que a contação de histórias das populações indígenas é fundamental, pois apresenta outros aspectos da localidade.

Temáticas para a contação de histórias

- Migração;
- Destruição da floresta;
- Aprendizados com as populações indígenas;
- Vida no seringal ;
- Diferentes conflitos entre populações indígenas, seringalistas, seringueiros, migrantes;
- Histórias marcantes para a localidade;
- Histórias dos grupos indígenas do entorno;
- História de criação da instituição.
- Entre outras.

O CPMRARO vem oferecendo algumas oficinas voltadas à produção cerâmica. Existe vocação para o oferecimento de oficinas abertas à comunidade que envolvam crianças, jovens, adultos, idosos, famílias, entre outros, com o uso de diferentes linguagens. É interessante que o oferecimento desse trabalho para a comunidade ocorra com frequência, uma ou duas vezes ao mês, ou em datas específicas. Como sugestão, o CPMRARO tem um contexto produtivo para o desenvolvimento de diferentes oficinas, sendo: produção cerâmica (que já ocorre), oferecida aos funcionários do Museu e que pode ser ampliada com a participação de ceramistas convidadas da região; oficina de férias a serem oferecidas nos meses de janeiro e julho para o público infantojuvenil; oficinas de produção de artesanato inspirados na temática da arqueologia, entre outros.

Outra oficina que o Museu pode desenvolver é a de produção de mapas afetivos, que tem apresentando resultados significativos na contemporaneidade. Cada sujeito possui uma relação com o espaço, com a cidade em que vive e cria relações que delimitam uma cartografia relacionada com a vida do sujeito. Dessa forma, a produção de mapas com base em experiências de vida apresenta elementos para se refletir sobre o espaço.

O CPMRARO poderia estimular no público de jovens, adultos, entre outros, o mapeamento de locais da região que estão intimamente relacionados com as próprias histórias de vida, contribuindo no futuro para a criação de um mapa colaborativo com diferentes locais que a população considera significativo. Nesse mapa o museu poderia sobrepor, por meio de estímulos reflexivos, os sítios arqueológicos da região, para discutir qual a apropriação afetiva ou não que se estabelece com esses espaços, o que abre possibilidades para uma discussão em torno do papel do patrimônio arqueológico. Cabe ressaltar que esses mapas se aproximam das memórias individuais e coletivas, pois, muitas vezes, apresentam locais vividos, que se transformaram, mas que em algum momento desempenharam um papel.

- Produção de materiais didáticos (*Kit de objetos arqueológicos e de história de vida, publicação e maquetes*)

Diante da eficácia da produção e uso de materiais didáticos direcionados ao empréstimo para professores e instituições diversas no MAE-USP, sugere-se que o CPMRARO produza um *Kit de Objetos Arqueológicos, de Histórias de Vida*, para ser

utilizado pela população local. Essa proposta também vai ao encontro das expectativas dos professores.

Esse material pode servir como um recurso didático para as escolas e instituições, promovendo o contato com as discussões realizadas pelo CPMRARO, reforçando a importância da preservação dos sítios arqueológicos.

Como estrutura para o material, apontam-se:

- Alguns objetos arqueológicos sem proveniência (formação de uma coleção didática) para o uso e manuseio, como lâminas de machado, fragmentos de cerâmica e alguns objetos contemporâneos para se ampliar a discussão sobre cultura material;
- Trechos de narrativas das histórias de vida produzidas pelo projeto de história oral que relacionam a população com os vestígios arqueológicos;
- Mapas da localidade (com a localização dos sítios arqueológicos, mapa hidrográfico, mapa geológico, mapa com as terras indígenas do entorno, etc.);
- Produção de um texto educativo sobre o que é arqueologia, patrimônio, preservação do patrimônio arqueológico, arqueologia local, e, especialmente, correlacionado de forma crítica com as diferentes visões dos vestígios arqueológicos e a importância dos estudos para a compreensão da longa duração. Esse texto deve conter algumas sugestões de atividades, relacionando diferentes linguagens presentes no *Kit*.

Cabe ressaltar que a produção de *Kits* educativos com objetos arqueológicos sem proveniência compondo uma coleção didática, tem apresentado ótimos resultados pela prática educativa do MAE-USP por mais de duas décadas. Ao longo de todos esses anos nunca houve problema de preservação desses materiais, que possibilitam um grande alcance de público. No ano de 2013, o empréstimo dos kits produzidos pelo MAE-USP (Valise Origens do Homem, Kit de Objetos Arqueológicos e Etnográficos e o Kit de Objetos Infantis Indígenas) alcançou 60 mil pessoas (alunos e professores).

O CPMRARO também pode desenvolver maquetes didáticas que abordem questões relacionadas à transformação da localidade. No MAE-USP, a produção e o

uso de maquetes táteis que abordam a temática da arqueologia brasileira tem apresentado soluções criativas para a aproximação dos conteúdos com o público (VASCONCELLOS, 2014). Nesse sentido, poderiam ser desenvolvidas maquetes que contribuem para o desafio da acessibilidade em museus (grupos de pessoas com deficiência visual, por exemplo), abordando um determinado local e como ele foi modificado ao longo do tempo, como, por exemplo, com uma maquete de populações indígenas no passado, outra com seringueiros, e outra com a chegada dos migrantes.

Outro material didático a ser produzido é uma publicação didática com as principais questões da arqueologia local. Os professores, em sua maioria, sentem falta desse tipo de recurso, especialmente com estratégias didáticas de como discutir arqueologia e patrimônio em sala de aula.

Para ampliar a necessidade de publicações didáticas, apresenta-se um livro de geografia e história que foi amplamente utilizado na localidade, a obra *Terras de Rondônia, Aspectos Físicos e Humanos do Estado de Rondônia*, Abnael Machado de Lima (1997), impresso pela primeira vez em 1969, que objetivava divulgar o território, seus contextos econômicos e sua história. O que chama atenção em mais de cem páginas é o fato de as populações indígenas aparecerem somente nas duas últimas, com um parágrafo de descrição sucinta sobre elas (com texto marcado por um olhar de contato com a frente de migrantes). Todo o restante é dedicado à apresentação da flora, fauna, relevo, hidrografia e da evidenciação da história pelo colonizador, ou seja, pela entrada de padres jesuítas no século XVII. Esse livro foi intensamente utilizado por professores na formação da população e ainda aparece como referência. O conteúdo reforça o olhar de terras virgens para Rondônia, como um espaço a ser desbravado, desconsiderando toda a ocupação pretérita na região, enfatizando a dimensão dos “pioneiros”.

Outro livro que reforça esse olhar, *Um Reencontro com a Educação de Presidente Médici (a história que ninguém havia contado)*, de Nara Izabel Entringer Moreira, apresenta a história da educação da cidade de Presidente Médici, elencando uma série de personagens do ensino. O livro faz uma breve apresentação da região com base na colonização, com a passagem pela comissão Rondon, habitação por seringueiros, chegada da BR-364, entre outros. Novamente, a dimensão indígena não aparece como algo simbólico de forma latente.

A arqueologia pode desempenhar um papel fundamental na produção de materiais com uma história que envolva a diversidade local. O ex-professor Wilson Modro, em sua narrativa, reforça essa necessidade.

Não existe material também para o professor trabalhar, não tem material porque ninguém levantou isso, ninguém deixou escrito. Nunca ninguém trabalhou em cima disso porque não tem material. Como é que um professor que vem lá do Sul vai mencionar essas questões se não existe... Aí vai ensinado à história de São Paulo, dos bandeirantes lá e a nossa aqui fica sem registro. Agora mais recentemente é que você já vê num vestibular, por exemplo, caírem questões referentes aos rios da região. Qual o nome dos rios da região, qual é o rio que atravessa o estado, alguma coisa da geografia local, mas antigamente nem se falava nisso. (Wilson Modro)

A produção de materiais didáticos relacionados aos contextos em que serão utilizados pode aproximar o ensino da vida cotidiana. O CPMRARO possui um desafio pela frente que é fomentar a produção de livros que tragam outros aspectos relacionados à história local.

- Ações do Museu na escola.

Tendo em vista que algumas escolas e professores não estão habituados a utilizar o espaço do museu como local de aprendizado para seus alunos, a instituição pode desenvolver ações que ocorram nesses próprios espaços. Esse trabalho pode ocorrer de muitas formas, porém o objetivo maior é aproximar museu e escola, estimulando a utilização do primeiro. As atividades podem ser desde o oferecimento de oficinas temáticas ao público, como palestras, rodas de bate-papo sobre o papel do Museu, a arqueologia e a preservação do patrimônio arqueológico, etc. A produção de materiais didáticos desenvolvidos pelo museu, como o *Kit* de objetos, publicações e maquetes, pode auxiliar nesse trabalho.

- Formação de jovens e programas de estágio

O campo da educação em museus em todo o país tem sido explorado como espaço de formação e de especialização de jovens. Ao se pesquisar a trajetória de diferentes profissionais de museus, muitos passaram pelos educativos dessas instituições e hoje, mesmo atuando em outras áreas, reconhecem que a experiência de trabalhar com o público foi transformadora e ampliadora de perspectivas. Dessa forma, é interessante que a instituição crie um subprograma de formação e de estágios para graduandos de diferentes áreas. Esses estagiários, além de terem uma complementação teórica e prática para a sua formação, contribuem para o

atendimento do público da instituição. Assim, cria-se nos jovens a importância do espaço educativo e o papel dos museus em relação aos seus acervos.

Cabe uma aproximação com as universidades do entorno para a realização de parcerias, assim como a busca de financiamentos externos. Destaca-se o curso de graduação em arqueologia da UNIR, em Porto Velho, que mesmo distante pode promover um espaço de aprendizado e pesquisa para seus alunos na localidade, tal como os demais campos da UNIR no interior.

- Avaliação das ações.

Todas as ações desenvolvidas pela instituição podem e devem ser avaliadas para medir o alcance dos trabalhos, assim como realimentá-lo. A implantação de uma cultura da avaliação é um desafio para todos os que atuam nos museus, em que muitas vezes, pelo cotidiano de trabalho, acaba não se desenvolvendo. No país, os estudos de avaliação em museus têm crescido e se desdobrado em muitas frentes de pesquisa, como trabalhos voltados ao estudo de públicos (ALMEIDA, 1995, 2012; KOPTCKE, 2012), estudos de recepção (CURY, 2005a), entre outros. Como discute Cury (2005a, p. 138) não se avalia por avaliar, mas por ser um instrumento para orientar e justificar escolhas.

Sugere-se, portanto, a realização de avaliações sistemáticas para as ações do programa de educação que levarem dados e problemas a serem enfrentados pela instituição. Essas avaliações podem ocorrer de muitas formas, sobretudo por instrumentos desenvolvidos e respondidos pelos próprios educadores, pelo público participante, pelos responsáveis pelos grupos, entre outros.

Essas sugestões de ações são algumas dentre muitas outras que podem ser desenvolvidas pelo CPMRARO. Mediante suas realizações e avaliações a instituição pode aprimorá-las assim como desenvolver outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Ilustração 6 - Validação com o colaborador. Gonper, 2014

Ao chegar pela primeira vez à cidade de Presidente Médici – RO, em julho de 2011, coincidentemente pude presenciar a reinauguração do Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia. Vi o espaço repleto de pessoas (alunos do ensino médio, autoridades locais, professores dos municípios do entorno, entre outros) com muitos sonhos e distintas falas sobre o futuro daquela instituição. Minha intenção naquele momento, para além dos interesses específicos da pesquisa, foi conhecer melhor quem eram aqueles sujeitos e suas vidas, e passar, de alguma forma, a colaborar com aquela instituição.

Esta dissertação apresentou alguns caminhos de atuação para o CPMRARO por meio da escuta de diferentes narrativas dos moradores, que trouxeram elementos para a reflexão sobre a história recente da migração, o desmatamento, os conflitos entre muitos grupos, as dificuldades enfrentadas, os medos frente ao desconhecido, o encontro com o diferente, o contato com os vestígios arqueológicos, a descoberta da área de arqueologia e a implantação do museu. Todo esse contexto pode ser pensado como uma metáfora para a questão do patrimônio arqueológico no país, pois após um período de destruição do meio ambiente local, da retirada e afastamento das populações indígenas de seus territórios para outras localidades, algumas vozes destoantes passam a atuar pela preservação (o que se passou em Rondônia em quarenta anos com o desenvolvimento e destruição foi o que se passou no Brasil em 500). Um dos objetivos dessa instituição inserida na floresta amazônica é justamente evidenciar essas histórias em relação às levantadas pela arqueologia para uma reflexão sobre os processos de mudanças e continuidades e suas implicações para o futuro.

A área da museologia, engajada com o entorno, pode criar estratégias e medidas eficazes para que os acervos musealizados sejam revisitados por perguntas do presente. Discussões contemporâneas a respeito dos museus podem ser alinhadas e reforçar o papel social dessas instituições (BRUNO, 2000; CHAGAS, 2008; VARINE-BOHAN, 2008, WICHES, 2010). Nessa mesma direção, a arqueologia tem evidenciado o atual território de Rondônia no cerne da discussão de importantes questões para a região amazônica –processos de domesticação, complexificação social, suposto centro de origem da tradição policroma, entre outros aspectos –, e a produção dessas histórias pode contribuir para a valorização do legado das populações indígenas no presente, assim como evidenciar em que medida se tem continuidade e mudanças na ocupação desse espaço. No caso da região amazônica, as pesquisas têm desconstruído um imaginário sobre as

populações indígenas, sobre o papel da natureza, mediante novas perspectivas, colocando desafios para o presente e para o futuro (HECKENBERGER e NEVES, 2009; NEVES, 2012).

Defendeu-se o uso da história oral praticada pelo NEHO-USP por suas contribuições ao desenvolvimento da área (MEIHY, 1996, 2009, 2010a, 2010b; MEIHY e HOLANDA, 2007; MEIHY e RIBEIRO, 2011). Foram produzidos documentos que são a materialização da história de vida da população com o entorno. Esse corpo documental apresenta visões de mundo e fornecem subsídios para uma reflexão do campo patrimonial relacionada à arqueologia e à museologia. Obviamente, não se pode perder de vista que a prática etnográfica também aponta ricos caminhos para o tratamento das questões do presente.

Esse recorte possibilitou um exercício de empatia pela localidade e pela história de vida do outro. As doze narrativas levantadas são uma pequena parte de muitas outras que podem ser ouvidas, a produção desse material, com a negociação entre o falado e o ouvido, entre pesquisador e colaborador, caracterizou uma determinada memória daquele que narra. No entanto, o momento entre pesquisador e colaboradores, que muitas vezes ocorreu nas casas dos entrevistados, em si já configurou um espaço de aprendizado, pois educar é entrar em relação com o outro (DOWBOR, 2008). Durante tal processo, a minha presença na localidade também passou a ser alvo de investigação, exigindo, assim, a construção de um espaço de confiança mútua.

Muitas vezes, ao se ouvir essas experiências, surgem dilemas e questões que precisam ser tratadas do ponto de vista ético e engajado com a preservação do patrimônio arqueológico no país. À vista disso, o exercício da multivocalidade exige uma atenção redobrada para a consideração de diferentes pontos de vista e para a criação de um espaço de aprendizado e troca. Como discute Trigger (2008), precisa-se tomar um cuidado para não cair em um relativismo extremo, pois não se pode perder o compromisso com as falas daqueles que não foram considerados pela história. É necessária a evidenciação de conflitos inerentes ao território para, dessa forma, abrir-se um campo amplo de discussões.

A produção de documentos que evidenciem os diferentes aspectos da população em relação ao local pode ser um caminho rico e produtivo para a instituição, pela criação de um programa de história oral com a consolidação de um banco de histórias (MEIHY e RIBEIRO, 2011, p. 96). Tais documentos têm a potencialidade de alimentar a cadeia operatória museológica (BRUNO, 2013) e

contribuir na formulação de ações educativas e expográficas, fortalecendo o seu papel social.

Nesse processo, não se dá voz às pessoas, dá-se ouvidos. Obviamente, o que é necessário fornecer é a equidade entre a disseminação dessas falas, pois os espaços de circulação das ideias geralmente não são democráticos e muitas vezes estão restritos aos seus pares. No caso, as ciências nas últimas décadas, como a arqueologia e a museologia, vêm ampliando suas ferramentas para um exercício de aproximação de diferentes narrativas e visões a respeito do mundo (HODDER, 1986, 2009, 2011; SHANKS e TILLEY, 1987; WHITLEY, 1998; BRUNO, 2000; CHAGAS, 2008; WICHES, 2011).

O grupo de colaboradores marcado pela categoria de migrantes é diverso e um dos elementos que une essas pessoas é a identidade de pioneiros. Essa distinção para os moradores aparece de muitas formas, em falas de todos os tipos até em propagandas de rua, nome de lugares, entre outros, assim, reforçando uma memória coletiva (HALBWACHS, 2003), que cria uma determinada identidade diante da superação das dificuldades na chegada. Ao se olhar mais de perto, distinguem-se esses pioneiros como paulistas, cearenses, gaúchos, mineiros, cariocas, entre outros, que carregam consigo, em suas malas afetivas, elementos específicos de suas terras de origem que colaboram para o processo de significação local. Essa mesma diversidade interna aponta aproximações e afastamentos entre eles. Explorar essa diversidade de origem dos migrantes em relação à própria diversidade indígena ao longo do tempo e do espaço pode ser um caminho produtivo para o tratamento das questões patrimoniais pelo CPMRARO. Frente ao levantamento de tais narrativas com os grupos de colaboradores, pela envergadura desta dissertação de mestrado que se concentrou no grupo de migrantes, existe a necessidade de se ampliar essa escuta às populações indígenas do entorno, para levantar outros aspectos da história recente, assim como ampliar a discussão sobre o passado local.

Dessa forma, estendem-se os trabalhos patrimoniais, uma vez que patrimônio, identidade e memória estão entrelaçados em seu processo de significação como ações que buscam olhar para além da marca de pioneiros, valorizando as especificidades de vida e enriquecendo os trabalhos. Nesse mesmo sentido, a relação entre populações indígenas e não indígenas vem sendo aproximada nos últimos anos, sobretudo pelo trabalho dos professores. O tratamento dessa temática pelo CPMRARO é fundamental, uma vez que a

instituição está voltada para a discussão de uma história de longa duração local, que é, sobretudo, uma história indígena.

Em virtude da maneira como as populações indígenas foram e ainda são consideradas, existe uma série de barreiras visíveis e invisíveis para a aproximação delas, que estão presentes nas memórias individuais e coletivas, fortalecendo esse afastamento. Não se pode desconsiderar toda a campanha ideológica promovida contra essas populações, potencializada durante o governo militar e nos últimos anos pela bancada ruralista (incentivados por um modelo de desenvolvimento). É necessário superar os olhares que apontam que esses grupos estão perdendo a sua cultura, não possuem direito aos seus territórios, estão congelados no tempo, entre inúmeros outros equívocos (ARAÚJO, CARVALHO e CARELLI, 2010; OLIVEIRA, 2010).

Essas problemáticas indicam diferentes passados em jogo, vinculados aos migrantes, às populações indígenas, aos seringueiros, aos evangélicos, aos ribeirinhos, entre outros. Esses passados são agentes de negociação e a museologia pode considerar essas semânticas com o objetivo de realizar uma reflexão conjunta a respeito do passado e do presente, contribuindo para a produção de novas memórias.

Nesse sentido, o entendimento e o levantamento das relações estabelecidas com os vestígios e sítios arqueológicos possibilitou uma maior compreensão dos desafios que o CPMRARO possui pela frente no tratamento das questões patrimoniais. Como apresentado nesta dissertação, o despertar do olhar para o acabamento e *design* chamativo dos objetos arqueológicos, que desperta o interesse de como foram confeccionados; as explicações de origem divina dos materiais; uma não aproximação e negação por parte da comunidade evangélica, que não vê sentido nesses objetos, sobretudo nas histórias que fogem do criacionismo; a associação dos materiais arqueológicos com as populações indígenas recentes, assim como a relação com os migrantes e a improbabilidade de serem tão antigos; o encantamento com o trabalho empregado para a produção das gravuras rupestres; as histórias do tempo da pedra mole, e que dentro das cerâmicas arqueológicas existiam ouro, são algumas narrativas que podem ser ponto de partida para discutir essas relações e apresentar como a arqueologia pode contribuir para ampliar tais noções a outras interpretações, ao mesmo passo que se sensibiliza e abre a essas outras semânticas.

As ações do CPMRARO podem tomar como ponto inicial de discussão essas questões em consonância com o compromisso ético da promoção e preservação do patrimônio arqueológico. Além de apontar que essas visões estão erradas, elas conformam e apresentam memórias, disputas simbólicas por um espaço de reconhecimento. Dessa forma, consideram-se outras polissemias que os vestígios arqueológicos desempenham nas populações locais, contribuindo para o desafio de uma discussão complexa sobre o patrimônio arqueológico. Esse exercício é mais trabalhoso, pois, muitas vezes, as narrativas apontam para entendimentos de rupturas, de não identificação, de elaboração de outras histórias; necessitando, portanto, da construção de um espaço fórum para tais discussões.

A criação do CPMRARO se vincula às mudanças do cenário museal e do patrimônio arqueológico nas últimas décadas. A consideração dos caminhos pelos quais se efetivou o surgimento da instituição na localidade evidencia a importância do envolvimento da população em consonância com a orientação do IPHAN, que colaborou com o seu surgimento. Ambas, quando alinhadas para a gestão compartilhada do patrimônio, apresentam resultados inovadores. O colecionismo de objetos arqueológicos foi impulsionado por distintos motivos, mas a sensibilidade dos professores de história ampliou o uso desse material pela busca de orientações de como proceder na gestão desses objetos.

A instituição é uma das poucas em funcionamento no centro-leste do Estado e por isso tem um papel no que tange ao fomento de suas ações. Obviamente que para isso o museu precisa de um respaldo maior da prefeitura local, com a contratação de mais profissionais para que as ações relacionadas possam ocorrer de forma efetiva, como também do apoio de outras instituições. A vocação regional do Museu talvez esteja mais relacionada a origem do seu acervo do que de fato a sua atuação, devido ao baixo número de profissionais que atuam na mesma. Muitos acervos oriundos das pesquisas arqueológicas ainda saem do Estado a partir dos endossos institucionais para outras localidades.

A aproximação do CPMRARO com a Universidade Federal de Rondônia (UNIR), principalmente com o curso de graduação em arqueologia, em Porto Velho, pode fomentar novas pesquisas. A instituição pode ser um espaço de investigação para os professores e alunos do curso, que contribuirá com a formação de novos pesquisadores e a alimentará com novos dados e informações.

Esta dissertação buscou apresentar o quanto o CPMRARO tem a ampliar com o desenvolvimento de um programa de história oral, pois para além de registrar

diferentes experiências de vida na localidade, contribuindo com material para pesquisas futuras, pode utilizá-las em diferentes ações como as educativas e as expográficas. Esses processos podem ser potencializados por uma abertura maior do museu ao entorno, podendo até implantar uma gestão participativa no futuro, que envolva outras parcelas da população na instituição.

Em outras regiões em que a floresta ainda esteja em pé, talvez ela própria se configura como uma “casa das musas”, como espaço de memória, pois cada árvore, cada animal, cada população, na interação dinâmica entre natureza e cultura, potencializa em seu cotidiano um espaço de transformação da vida. A floresta como um museu, não no sentido do senso comum, de um lugar de coisas velhas, mas no sentido contemporâneo, pode desempenhar um papel de agente de transformação social. No momento em que justamente a destruição passou a ser a tônica desse território, vinculando a região aos processos de modernização do espaço e a vinculação da terra a relações capitalistas (SILVA, 2010), a criação do CPMRARO foi oportuna, pois partes de uma história milenar estavam se perdendo diante de um novo processo de ocupação. Obviamente que não se pode justificar o desmatamento e a destruição da floresta a partir da criação de instituições, como um museu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AH-TAH-THI-KI Seminole Indian Museum. 2014. Disponível em: <<http://www.ahtahthiki.com>>. Acesso em: 2 de julho de 2014.
- AIDAR, Gabriela. Museus e inclusão social. **Ciências & Letras**, n. 31, p. 53-62, 2002.
- ALBERTO, Luana Antoneto. **Registros Rupestres de São Paulo**. Conhecer para Preservar. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- ALCÂNTARA, Aureli Alcântara. **Paulo Duarte entre sítios e trincheiras em defesa da sua dama – a pré-história**. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- ALFONSO, Louise Prado; HATTORI, Márcia Lika. Território e apropriação no Noroeste Paulista: educação e implantação do Museu Histórico e Arqueológico de Lins. In: CURY, Marília Xavier; VASCONCELLOS, Camilo de Mello; ORTIZ, Joana Monteiro. **Questões Indígenas e museus**: debates e possibilidades. Brodowski: ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura (SEC), 2012.
- ALMEIDA, Adriana Mortara. Estudos de público: a avaliação de exposição como instrumento para compreender um processo de comunicação. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 5, p. 325-334, 1995.
- ALMEIDA, Adriana Mortara. A observação de visitantes em museus: sobre ratos e seres humanos. **Museologia & Interdisciplinaridade**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, v. 1, n. 2, 2012.
- ALMEIDA, Fábio Guaraldo. **Terra de Quilombo**: Arqueologia da Resistência e Etnoarqueologia no Território Mandira. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ALMEIDA, Fernando Ozório. **A tradição policroma no Alto rio Madeira**. Tese (Doutorado) – Museu de Arqueologia e Etnografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- ALMEIDA, Márcia Bezerra. **O Australopiteco Corcunda**: as crianças e a arqueologia em um projeto de Arqueologia Pública da Escola. 2002. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- ARAÚJO, Ana Carvalho Ziller de; CARVALHO, Ernesto Ignacio de; CARELLI, Vicent Robert. **Cineastas indígenas**: um outro olhar – guia para professores e alunos. Olinda, PE: Vídeo nas Aldeias, 2010.
- ARAÚJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). **A memória do pensamento museológico contemporâneo, Documentos e Depoimentos**. Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.

ARROIO-KALIN, Manuel. **Steps towards an Ecology of Landscape: a Geoarchaeological Approach to the Study of Antropogenic Dark Earths in the central Amazon region, Brazil**, Department of Anthropology, PhD Dissertation, Cambridge University, 2008.

ATALAY, Sonya. Multivocality and Indigenous Archaeologies. In: FAWCETT, Clare; HABU, Junko; MATSUNAGA, John (Org.). **Evaluating Multiple Narratives: Beyond Nationalist, Colonialist Archaeology**. New York: Springer, 2008.

BALÉE, William (Ed.). **Advances in Historical Ecology**. New York: Columbia University Press, 1998.

BALÉE, William. The Research Program of Historical Ecology. **Annual Review of Anthropology**, v. 35, p. 95-78, 2006.

BALÉE, William. Indigeneidade das paisagens. **Revista de Arqueologia**, v. 21, n. 2, p. 9-23, 2008.

BALÉE, William; ERIKSON, Clark. The Perspective of Historical Ecology. In: BALÉE, William; ERIKSON, Clark. (Ed.). **Time and Complexity in Historical Ecology**. New York: Columbia University Press, 2006. p. 1-17.

BARBOSA, Fabíola Holanda. **Experiência e Memória**. A palavra contada e a palavra cantada de um nordestino na Amazônia. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BECK, Wendy; SOMERVILLE, Margaret. Conversations between disciplines: historical archaeology and oral history at Yarrowarra. **World Archaeology**, v. 37, n. 3, p. 468-83, 2005.

BENJAMIN, Walter. Experiência e Pobreza. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BEZERRA, Márcia. Nossa herança comum: considerações sobre a educação patrimonial na arqueologia Amazônica. In: PEREIRA, Edith; GUAPINDAIA, Vera (Org.). **Arqueologia Amazônica 2**, Belém, 2010.

BEZERRA, Márcia. “As Moedas dos índios”: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil. **Boletim do Museu Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 6, n. 1, p. 57-70, jan.-abr. 2011.

BEZERRA, Márcia. Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: Reflexões a partir da Amazônia. **Revista de Arqueologia Pública**, Campinas: LAP/NEPAM/Unicamp, n. 7, jul. 2013.

BEZERRA, Márcia. Arqueologia e [Des]envolvimento: Patrimônio, Contrato e Comunidades Locais na Amazônia. Simpósio Patrimônio. In: ROSTAIN, Stéphen (Ed.). **Antes de Orellana. Actas del 3er Encuentro Internacional de Arqueologia**

- Amazônica.** Instituto Francês de Estudios Andinos, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Embajada de EEUU, 2014.
- BEZERRA, Márcia; RAVAGNANI, Luíz. **O verdadeiro ouro de Serra Pelada.** Histórias de Vida no garimpo. Curinópolis: Programa de Prospecção e Educação Patrimonial em Serra Leste, 2011.
- BINFORD, Lewis. Archaeology as Anthropology. **American Antiquity**, v. 28, n. 2, 1962.
- BINFORD, Lewis. Archaeological Systematics and the Study of Cultural Process. In: LEONE, M. (Ed.). **Contemporary Archaeology**. Carbondale: Southern Illinois University, 1965. p. 125-32.
- BINFORD, Lewis. **En busca del pasado descifrando el registro arqueológico.** Colaboración editorial de John F. Cherry y Robin Torrence. Traducción castellana de Pepa Gasull. Barcelona: Crítica, 1994.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade.** Lembranças de Velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória:** Ensaio de Psicologia Social. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. In: NOVAIS, F.; SILVA, R. F. (Org.). **Nova História em perspectiva.** São Paulo: Cosac Naïf, 2011.
- BROCHADO, José. A expansão dos tupi e da cerâmica da tradição policroma amazônica. **Dédalo** v. 9, n. 17-18, p.41-47, 1989.
- BROSIUS, J. Peter. The Politics of Ethnographic Presence: Sites and topologies in the study of transnational movements. In: CRUMLEY, C. L.; VAN DEVENTER, J. J. F.; FLETCHER, J. J. (Ed.). **New directions in Anthropology & Environment: Intersections.** Boston: Altamira Press, 2001. p. 90-111.
- BRUM, Eliane. A ditadura que não diz seu nome. **Jornal El País.** Coluna Opinião. 31 de março de 2014. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/31/opinion/1396269693_200037.html>. Acesso em: 1 abril de 2014.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Museu do Instituto de Pré-História:** um museu a serviço da pesquisa científica. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira **Musealização da Arqueologia:** um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museus de Arqueologia: uma história de conquistadores, de abandono, de mudança. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 6, p. 293-313, 1996.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Museologia: a luta pela perseguição ao abandono**. Tese (Livre-Docência) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Principais pontos a serem debatidos sobre a ampliação do conceito e dos processos de patrimonialização. In: CURY, Marília Xavier; VASCONCELLOS, Camilo de Mello; ORTIZ, Joana Monteiro. **Questões Indígenas e museus**: debates e possibilidades. Brodowski: ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura (SEC), 2012.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. As futuras gerações tem direito a herança arqueológica? Premissas e desafios dos processos de musealização. In: MACHADO, Gerson; SOUZA, Flávia Cristina Antunes; STEINBACH, Judith (Org.). **Educação Patrimonial e Arqueologia Pública**: Experiências e Desafios. Prefeitura Municipal, Fundação Cultural, Museu Arqueológico de Sambaqui. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2013. 271 p.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira; VASCONCELLOS, Camilo de Mello. A proposta educativa do Museu de Pré-História Paulo Duarte. **Revista de Pré-História**, São Paulo, n. 7, p. 161-82, 1989.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira; NEVES, Kátia Regina Felipini (Coord.). **Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento**: propostas e reflexões museológicas. São Cristóvão: Museu de Arqueologia do Xingó, 2008.

BUENO, L. R.; MACHADO, J. **Relatório Final de Levantamento Arqueológico da área de implantação do sistema de Transmissão 230kV Ji-Paraná/ Pimenta Bueno/ Vilhena – RO**. 2005.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Ondas do Pensamento Museológico Brasileiro. **Cadernos de Sociomuseologia**. Centro de Estudos de Sócio Museologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, 2003.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Arqueologia Musealizada**: patrimônio cultural e preservação em Fernando de Noronha. 2005. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CAPOBIANCO, J. P. R. et al. (Org.). **Biodiversidade na Amazônia Brasileira**. São Paulo: ISA & Estação Liberdade, 2001. p. 184-93.

CARELLI, Vicent. **Corumbiara**. Documentário (Online). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=2sKHJ6GdUf4>>. Acesso em: 10 out. 2012.

CARNEIRO, Carla Gibertoni. A Ação Educativa no MAE/USP. In: CURY, M. X. (Org.). **Encontro de Profissionais de Museu. A comunicação e questão**: exposição e educação – propostas e compromisso. São Paulo; Brasília: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo e Superior Tribunal de Justiça, 2003.

CARNEIRO, Carla Gibertoni. **Análise de Ações Educativas relativas a Programas de Resgate Arqueológico**. 2009. Tese (Doutorado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CARNEIRO, Carla Gibertoni. Educação Patrimonial e Arqueologia: Alguns Aspectos dessa Interface. **Amazônia. Revista de Antropologia** (Online), v. 6, n. 2, p. 442-458, 2014.

CAROMANO, Caroline Fernandes. **Fogo no Mundo das Águas**: antracologia no sítio Hatahara. Dissertação (Mestrado) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CARVALHO, Aline Vieira; MENESES, Victor Henrique. Práticas em Arqueologia Pública: considerações acerca do projeto LAP com as Escolas. In: SEMANA DE ARQUEOLOGIA “ARQUEOLOGIA E PODER”, 1º, **Anais**. 2013.

CARVALHO, Carlos. **História Social da Borracha, seringueiros do Acre**. Porto Alegre, 2005. 68p.

CARVALHO, Patrícia Marinho. **A travessia atlântica de árvores sagradas**: Estudos de paisagens e arqueologia em áreas de remanescentes de quilombos em Vila Bela/MT. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CERRI, Rosilene; GONÇALVES, Yacy-Ara Froner. A preservação cultural no contexto nacional: IPHAN. **Revista Horizonte Científico**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 1-21, 2002.

CHAGAS, Mário. Cultura, patrimônio e memória. In. **Ciências & Letras**. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Letras, n. 31, jan./jun. Porto Alegre: FAPA, 2002.

CHAGAS, Mário de Souza. A Radiosa Aventura dos Museus. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira; NEVES, Kátia Regina Felipini (Coord.). **Museus como Agentes de Mudança Social e Desenvolvimento**: propostas e reflexões museológicas. São Cristovão: Museu de Arqueologia de Xingó, 2008. 210 p.

CHAGAS, Mário. Diabruras do saci, museu, memória, educação e patrimônio. **MUSAS** – Revista Brasileira de Museus e Museologia, v. 1, n. 1, 2004.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Viera Machado. São Paulo: Estação Liberdade, UNESP, 2001.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

COLWELL-CHANTHAPHON, Chip; FERGUSON, T. J. Memory pieces and footprints: multivocality and the meanings of ancient times and ancestral places among the Zuni and Hopi. **American Anthropologist**, v. 108, n. 1, p. 148-162, 2006.

COLWELL-CHANTHAPHON, Chip; FERGUSON, T. J. **Collaboration in Archaeological Practice**. Engaging Descendant Communities. Lanham, Md: Altamira Press, 2008.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório**: textos temáticos. v. 2. Brasília: CNV, 2014. 402 p.

COMPUTER History Museum. Oral History Program. Disponível em: <<http://www.computerhistory.org>>. Acesso em: 04 de julho de 2014.

COUBIN, Paul. What is archaeology? In: COUBIN, Paul. **What is archaeology?** An Essay on the Nature of Archaeological Research. Chicago: University of Chicago Press, 1982.

CRUMLEY, Carole. **Historical ecology**: cultural knowledge and changing landscapes. Santa Fe, NM; Seattle, WA: School of American Research Press; Distributed by the University of Washington Press, 1994.

CRUMLEY, Carole. Archeology in the New World Order: What we can't offer the planet. In: ROBERTSON, C. et al. **Space and Spacial Analysis in Archaeology**. Calgary: University of Calgary Press, 2006.

CRUMLEY, Carole. Historical Ecology: Integrated Thinking at Multiple Temporal and Spatial Scales. In: HORNBORG, Alfie; CRUMLEY, Carole. **The World System and the Earth System**: Global Socioenvironmental Change and Sustainability Since the Neolithic. Walnut Creek, CA: Left Coast Press, 2007.

CRUZ, Daniel Gabriel. **Lar Doce Lar? Arqueologia Tupi na Bacia do Ji-Paraná (RO)**. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CURADO, Danilo. **Contradições entre as Políticas Públicas do PCN e PNLD 2011**: uma análise da arqueologia brasileira nos livros didáticos de história. Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de Ciências Humanas da Universidade Federal de Rondônia, 2013.

CURY, Marília Xavier. **Comunicação Museológica**: uma perspectiva teórica e metodológica da recepção. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005a.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Amazônia e Desenvolvimento a Luz das Políticas Governamentais**: as experiências dos anos 1950. GT. "Ecologia, Política e Sociedade". Encontros Anuais/15º Encontro Anual da ANPOCS/GTs/GT34 – Ecologia, Política e Sociedade, 1991.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Como a história oral chegou ao Brasil: Entrevista com Aspásia Camargo. **Revista de História Oral**, Associação Brasileira de História Oral. São Paulo, n. 2, p. 167-79, 1999.

DERDYK, Edith. **Formas de Pensar o Desenho**. Desenvolvimento do grafismo infantil. São Paulo: Zouk, 2010.

DIONIZIO, Daniela Calvo Rodrigues; HATTORI, Márcia Lika; MORAES, Camila Azevedo. **Trabalho e Memória**: reflexões sobre Arqueologia e Patrimônio Cultural em Itapaci. São Paulo: Zanettini Arqueologia, 2013.

DONATTI, P. **A ocupação pré-colonial da área do Lago Grande**, AM. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

DOWBOR, Fátima Freire. **Quem educa marca o corpo do outro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ERICKSON, Clark. Historical ecology and future explorations. In: LEHMANN, J. et al. (Ed.). **Amazonian darkearth**s: origins, properties, management. Dordrecht: Kluwer: Academic Publishers, 2003. p. 455-500.

ESCOBAR, Arturo. After Nature: Steps to a Antiessentialist Political Ecology. **Current Anthropology**, v. 40, n. 1, p. 1-16, 1999.

FAULHABER, Priscila. A história dos institutos de pesquisa na Amazônia. **Dossiê Amazônia Brasileira II**, v. 19, n. 54, São Paulo, 2005.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

FAWCETT, Clare; HABU, Junko; MATSUNAGA, John. Introduction. **Evaluating Multiple Narratives**: Beyond Nationalist, Colonialist Archaeology. New York: Springer, 2008.

FERNANDES, Devanir. **A sombra de fortes momentos**. Itaquatiara de Riachuelo. Ji-Paraná: Book Encadernações, 2004.

FERNANDES, Tatiana Costa. **Vamos criar um sentimento?!** Um olhar sobre a Arqueologia Pública no Brasil. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FERREIRA, Lúcio Menezes. **Território primitivo**: a institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917). Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

FERREIRA, Lúcio Menezes. “Ordenar o Caos”: Emílio Goeldi e a arqueologia amazônica. **Boletim de Museologia Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 4, n. 1, p. 71-91, 2009.

FERREIRA, Lúcio Meneses. Essas coisas não lhe pertencem: Relações entre Legislação Arqueológica, Cultura Material e Comunidade. **Revista de Arqueologia Pública**, Campinas: LAP/NEPAM/Unicamp, n. 7, jul. 2013.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A Ferrovia do Diabo**. São Paulo: Melhoramentos, 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil. **Revista de História Oral**, Associação Brasileira de História Oral, São Paulo, n. 1, p. 19-30, 1998.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Institucionalização e expansão da História Oral: Dez anos de IOHA. **Revista de História Oral**, Associação Brasileira de História Oral. São Paulo, v. 1, n. 10, p. 131-47, 2007.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. Memória do SPI. **Textos, imagens e documentos sobre o serviço de proteção aos índios (1910-1967)**. Museu do Índio-Funai, Rio de Janeiro, 2011.

FREIRE, José Ribamar Bessa. A descoberta do museu pelos índios. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. 49. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FUNARI, Pedro Paulo; OLIVEIRA, Nanci Vieira de; TAMANINI, Elizabete. Arqueologia pública no Brasil e as novas fronteiras. **Praxis Archaeologica**, v. 3, p. 131-38, 2008.

FUNARI, Pedro Paulo; BEZERRA, Márcia. Arqueologia Pública na América Latina. In: MACHADO, Gerson; SOUZA, Flávia Cristina Antunes; STEINBACH, Judith (Org.). **Educação Patrimonial e Arqueologia Pública**: experiências e desafios. Prefeitura Municipal, Fundação Cultural, Museu Arqueológico de Sambaqui. Itajaí: Casa Aberta, 2013.

FUNDAÇÃO Perseu Abramo; Rosa Luxemburg Stiftung. **Indígenas no Brasil – Demandas dos povos e percepções da opinião pública**. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/node/7986>>. Acesso em: 05 de junho de 2014.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória e Esquecimento: linguagens e Narrativas. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). **Memória e (Res)Sentimento**. Indagações sobre uma questão sensível. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

GARCIA, Maria Coimbra Oliveira. **Inventário dos sítios rupestres do Centro-Leste do Estado de Rondônia**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Pablo de Olavide, Universidade Federal de Rondônia, 2010.

GARCIA, Maria Coimbra Oliveira; GARCIA, José da Silva. Pedras que guardam segredos: catalogação de sítios arqueológicos na região centro-leste de Rondônia. **Revista Veredas Amazônicas**, v. II, n. 1, 2012.

GHIZZO, Idemar; OLIVEIRA, Josiane Roza de. **Proposta do Plano Museológico**. Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia. Prefeitura Municipal de Presidente Médici, 2010.

GNECCO, Cristóbal. **Multivocalidade histórica**: una cartografia postcolonial de la arqueologia. Bogotá: Universidad de los Andes, 1999.

GOMES, Raimundo Ney da Cruz. **Arqueologia e cultura material**: uma história contada em cacos de vidros e louças da vila de Santo Antônio (Porto Velho – RO). Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

GONÇALVES, José Reginaldo. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônio. Rio de Janeiro: [s. n.], 2007.

GOSDEN, Chris. Postcolonial Archaeology: Issues of Culture, Identity, and Knowledge. In: HODDER, I. **Archaeological Theory Today**. Cambridge: Blackwell Publishers, 2001.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes; PENNA, Rejane. História, Memória e Instituições: Obstáculos e Resistências à Inserção das Fontes Orais em Arquivos e Museus. **Oralidades**, v. 1, p. 89-106, 2007.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Errantes da selva**: histórias da migração nordestina para a Amazônia. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

GUIMARÃES, Adriana Meinking. **Aproveitamento Turístico do Patrimônio Arqueológico**: o caso de Iranduba, AM, Brasil. Tese (Doutorado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2003. 224 p.

HAYES-BOHANAN, James Kezar IV. **Deforestation in Rondonia, Brazil**: Frontier Urbanization and Landscape Change. Dissertation – Faculty of the Department of Geography and Regional Development, University of Arizona, Arizona, 1998.

HECKENBERGER, Michael. **War and Peace in the Shadow of Empire**: Sociopolitical Change in the Upper Xingu of South-eastern Amazônia, A.D. 1400 – 2000. Ann Arbor, PhD. Thesis – University of Pittsburgh, 1996.

HECKENBERGER, Michael; NEVES, Eduardo Góes. Amazonian Archaeology. **Annual Review of Anthropology**, v. 38, p. 251-66, 2009.

HERNÁNDEZ, Francisca Hernández. **Los museos arqueológicos y su museografía**. Gijón: TREA, 2010.

HILL, K. A. Conflict over Development and Environmental Values: The International Ivory Trade in Zimbabwe's Historical Context. In: DOVE, M.; CARPENTER, C. (Ed.). **Environmental Anthropology: a historical reader**. Blackwell Publishing: Oxford, 2006.

HIRATA, Elaine V. Relato das experiências educacionais do MAE: 1981-1982. **Dédalo**. São Paulo, n. 24, p. 11-20, 1985.

HIRATA, Elaine V. et al. Arqueologia, educação e museu: o objeto enquanto instrumentalização do conhecimento. **Dédalo**, São Paulo, n. 27, p. 11-46, 1989.

HODDER, Ian. **Reading the Past: Current Approaches to Interpretation in Archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

HODDER, Ian. **Archaeological Theory Today**. Cambridge: Blackwell Publishers, 2001.

HODDER, Ian. Archaeological Reflexivity and the "Local Voice". **Anthropological Quarterly**, v. 76, n. 1, p. 55-69, 2003.

HODDER, Ian. Multivocality and Social Archaeology. In: FAWCETT, Clare; HABU, Junko; MATSUNAGA, John (Org.). **Evaluating Multiple Narratives: Beyond Nationalist, Colonialist Archaeology**. New York: Springer, 2008.

HODDER, Ian. **Archaeology as long-term history**. Cambridge: Cambridge University, 2009.

HODDER, Ian. **The Leopard's Tale: Reveling the Mysteries of Çatalhoyuk**. New York: Thames & Hudson, 2011. 88 p.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Educação Patrimonial I**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Secretaria da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984a.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Educação Patrimonial II**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Secretária da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984b.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Museu Imperial, 1999.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Presidente Médici – Rondônia. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Presidente Médici – Rondônia. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2014.

INGOLD, Tim. **The Perception of the Environment**. Essays in livelihood, dwelling and skill. London: Routledge, 2000.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional. **Biblioteca virtual do patrimônio cultural**. 2002. <www.iphan.gov.br/bibliotecavirtual>. Acesso em: 19 fev. 2011.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional. **Sítio Arqueológico é aberto à visitação pública**. 2011. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>> Acesso em: 12 de setembro de 2011.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional. **IPHAN anuncia a criação da maior reserva técnica de arqueologia do norte do Brasil**. 2013. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>> Acesso em: 20 de agosto de 2013.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional. **Terceiro museu de arqueologia será construído em Rondônia**. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br>> Acesso em: 07 de julho de 2014.

ISA, Instituto Sócio Ambiental. 2012. Disponível em: <www.socioambiental.org.br>. Acesso em: 10 outubro de 2012.

ISA, Instituto Sócio Ambiental. **Uru-Eu-Wau-Wau**. 2013. Histórico do Contato. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org>>. Acesso em: 18 de julho de 2013.

ITAÚ Cultural. **Centros de memória**: manual básico para implantação. São Paulo: Itaú Cultural, 2013. 80 p.

JONES, Sian; RUSSELL, Lynette. Archaeology, Memory and Oral Tradition: An Introduction. **International Journal of Historical Archaeology**, v. 16, Issue 2, p. 267-283, 2012.

JUNIOR, José do Nascimento. CHAGAS, Maio de Souza (orgs.) **Política Nacional de Museus**. Brasília: MINC, 2007.

KENAI FJORDS Oral History and Archaeology Project. Disponível em: <http://www.mnh.si.edu/arctic/html/alaska_kenai.html>. Acesso em: 14 de abril de 2013.

KOJAN, David. Paths of Power and Politics. In: FAWCETT, Clare; HABU, Junko; MATSUNAGA, John (Org.). **Evaluating Multiple Narratives**: Beyond Nationalist, Colonialist Archaeology. New York: Springer, 2008.

KOPTCKE, Luciana Oswaldo. Público, o X da questão? A construção de uma agenda de pesquisa sobre os estudos de público no Brasil. **Museologia & Interdisciplinaridade**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, v. 1, n. 1, jan./jul. 2012.

LARROSA, Jorge. **Nietzsche & a Educação**. Tradução de Semíramis Gorini da Veiga. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

LATHRAP, Donald. **O Alto Amazonas**. Lisboa: Verbo, 1975.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Barbardo Leitão et al. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEONEL, Mauro. **Etnodicéia Uruéu-au-au: O Endocolonialismo e os índios no Centro de Rondônia. O Direito à Diferença e à Preservação Ambiental**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LIMA, Abnael Machado. **Terras de Rondônia, Aspectos Físicos e Humanos do Estado de Rondônia**. 3ªed. Porto Velho: OFF-7 Editora Gráfica Ltda. 1997.

LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha, das vivências do passado às lutas contemporâneas**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

LIMA, Helena Pinto. **A História das Caretas: A Tradição Borda Incisa na Amazônia Central**. Tese (Doutorado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LIMA, Helena Pinto; NEVES, Eduardo Góes; PETERSEN, J. A Fase Açutuba: Um Novo Complexo Cerâmico na Amazônia Central. **Arqueologia Suramericana**, n. 2, p. 26-52, 2006.

LIMA, Helena Pinto; MORAES, Bruno Marcos; PARENTE, Maria Tereza Vieira. Tráfico de Material Arqueológico, Turismo e Comunidades Ribeirinhas: Experiência de uma Arqueologia Participativa em Parintins, Amazonas. **Revista de Arqueologia Pública**, Campinas: LAP/NEPAM/Unicamp, n. 8, dez. 2013.

LIMA, Tânia Andrade (Org.). Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Ministério da Cultura, n. 33, 2007.

LOPES, Gustavo Esteves. A atualização teórica do NEHO nos últimos anos. **Oralidades**: Revista de História Oral/Núcleo de Estudos em História Oral [do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo]. v. 1. São Paulo: NEHO, 2007.

LOPES, Maria Margaret. As Ciências Naturais e os museus no Brasil no século XIX. 1993. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

MACHADO, Juliana Salles. **Montículos artificiais na Amazônia Central: um estudo de caso no sítio Hatahara**. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MACIEL, Demián Ortiz. Abriendo caminos para la museología comunitária en México: el caso de Suan Juan Raya, Puebla. In: CURY, Marília Xavier; VASCONCELLOS, Camilo de Mello; ORTIZ, Joana Monteiro. **Questões Indígenas e museus: debates e possibilidades**. Brodowski: ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura (SEC), 2012.

MARTINS, Luciana Conrado. **A constituição da educação em museus**: o funcionamento do dispositivo pedagógico museal por meio de um estudo comparativo entre museus de artes plásticas, ciências humanas e ciência e tecnologia. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MATIAS, Francisco Onofre. **Ocupação, Políticas Públicas e Gestão Ambiental de Unidade de Conservação no Estado de Rondônia**. O estudo de caso do parque estadual de Guarajá Mirim. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de São Paulo Rio Claro, São Paulo, 2001.

MEGGERS, Betty. Environmental Limitations on the Development of Culture. **American Anthropologist**, v. 56, 1954.

MEGGERS, Betty. La cerámica temprana en América del Sur: invención independiente o difusión. **Revista Arqueología Americana**, v. 13, p. 7-40, 1997.

MEGGERS, Betty; EVANS, Clifford. Experimental Formulation of Horizon Styles in the Tropical Forest of South America. In: LOTHROP, Samuel (Ed.). **Essays in Pre-Columbian Art and Archaeology**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1961. p. 372-388.

MEGGERS, Betty; EVANS, Clifford; ESTRADA, Emílio. **Early Formative period of coastal Ecuador: the Valdivia and Machalilla phases**. Smithsonian Contributions to Anthropology, v. 1, 1965.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. Loyola, São Paulo, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. História Oral: Desafios Conceituais. **Oralidades**: Revista de História Oral/ Núcleo de Estudos em História Oral [do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo], n. 5 (jan./jun.). São Paulo: NEHO, 2009.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. História Oral: Memória, história oral e memória. **Oralidades**: Revista de História Oral/ Núcleo de Estudos em História Oral [do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo], n. 8 (jan./jun.). São Paulo: NEHO, 2010a.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. História oral testemunhal, memória oral e memória escrita e outros assuntos [entrevista a Marta Goveia de Oliveira Rovai e Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho]. **História Agora**: Revista do Tempo Presente, São Paulo, 2010b.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral, como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. **Guia prático de história oral para empresas, universidades, comunidades e família**. São Paulo: Contexto, 2011.

MELQUIADES, Vinícius. **Os artesãos da pedra**: Arqueologia e Museologia das vasilhas de pedra sabão em Minas Gerais. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p. 09-23, 1992.

MENESES, Ulpiano Bezerra. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). **Anais do Museu Paulista**, v.1, n.1, p. 207-22, 1993.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 2, n. 1, 1994.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Educação e museus: sedução, riscos e ilusões. **Ciências & Letras**. Porto Alegre: Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, n. 27, p. 91-101, 2000.

MENESES, Ulpiano Bezerra. Premissas para a formulação de políticas públicas em Arqueologia. In: LIMA, Tânia Andrade (Org.). **Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional**. Rio de Janeiro: IPHAN, v. 33, p. 37-57, 2007.

MERRIMAN, Nick. **Public Archaeology**. London; New York: Routledge, 2004. 306 p.

MCGUINSEY, Charles. **Public Archaeology**. New York: Seminar Press, 1972.

MCINTYRE, Loren. **Na floresta, uma tarde**. (Ed.) LINSKER, Roberto. 1ªed. São Paulo: Terra Virgem, 2002.

MILLER, Eurico Theofilo. **História da Cultura indígena do Alto-Médio Guaporé (Rondônia e Mato Grosso)**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 1983.

MILLER, Eurico Theofilo. **Inventário Arqueológico da Bacia e Sub-bacias do Rio Madeira – 1974-1987**. Consórcio Nacional de Engenheiros Construtores S.A. 1987a.

MILLER, Eurico Theofilo. **Relatório do Programa de Estudos de Viabilidade Arqueológica nas Áreas de inundação e de influência da UHE Ji-Paraná – 1986-1987**. Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A. 1987b.

MILLER, Eurico Theofilo. **Relatório das pesquisas arqueológicas efetuadas na área de influência da BR-429 que liga o município de Presidente Médici ao Município de Costa Marques**. 1987.

MILLER, Eurico Theofilo. Adaptação Agrícola Pré-Histórica no Alto Rio Madeira. In: MEGGERS, B. J. (Ed.). **Prehistoria Sudamericana: nuevas perspectivas**. Washington: Taraxacum, 1992.

MILLER, Eurico Theofilo. A Cultura Cerâmica do Tronco Tupi no alto Ji-Paraná, Rondônia, Brasil: algumas reflexões teóricas, hipotéticas e conclusivas. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, v. 1, p. 35-136, 2009.

MIRANDA, Gabriela Alves. Saúde e Doença na Batalha da Borracha – o Serviço Especial de Mobilização dos Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) (1942-1944). ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH-Rio), 15°. Ofício do Historiador: Ensino e Pesquisa, **Anais...** 2012.

MONGELÓ, Guilherme Zdonek. **O formativo e os modos de produção**: ocupações pré-ceramistas no Alto Rio Madeira-RO. Projeto de Mestrado – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MORAES, Camila Azevedo. **Musealização da Arqueologia Preventiva**: desafios na estruturação de ações educativas continuadas. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 15°. Trabalhos completos (Simpósios), 2009.

MORAES, Claide de Paula. **Arqueologia na Amazônia Central vista de uma perspectiva da região do lago do Limão**. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MORAES, Claide de Paula. **Arqueologia Regional na Amazônia Central**: A fase Paredão e sua inserção no contexto pré-colonial Amazônico. Tese (Doutorado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MORAN, Emílio F. Ecosystem Ecology in Biology and Anthropology: a critical assessment. In: MORAN, E. F. (Ed.). **The Ecosystem Approach in Anthropology: From Concept to Practice**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1991.

MOREIRA, Nara Izabel Entriger. **Um Reencontro com a Educação de Presidente Médici** (a história que ninguém havia contado). [s.d.].

MOREL, Cristina Massadar; MOREL, Marco. **Almanaque Histórico Rondon**: a construção do Brasil e a causa indígena. Brasília: Abravídeo, 2009.

MOSER, Stephanie et al. Transforming Archaeology Through Practice: Strategies for Collaborative Archaeology and the Community Archaeology Project at Quseir, Egypt. **World Archaeology**, v. 34, n. 2, p. 220-248, 2002.

MOSHENSKA, Gabriel. Oral History in Historical Archaeology: Excavating Sites of Memory. **Oral History Society**, v. 35, n. 1, 2007.

MOUTINHO, Mario C. Evolving definition of sociomuseology: proposal for reflection. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 28, n. 28, 2007.

MURRIETA, Rui et al. (Org.). **Sociedades Caboclas Amazônicas**. Modernidade e Invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.

MUSEU da Imigração do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://museudaimigracao.org.br>>. Acesso em: 20 de julho de 2014.

MUSEU de Pessoa. Disponível em: <<http://www.museudapessoa.net>>. Acesso em: 20 de julho de 2014.

MUSEU de la Memoria y los Derechos Humanos. Disponível em: <<http://www.museodelamemoria.cl>>. Acesso em: 20 de julho de 2014.

MUSEUM of London. Disponível em: <<http://www.museumoflondon.org.uk>>. Acesso em: 20 de julho de 2014.

NEVES, Eduardo Góes. Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC, MARI, UNESCO, 1995.

NEVES, Eduardo Góes. Arqueologia, História Indígena e Registro etnográfico: exemplos do alto rio Negro. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, v. 8, p. 319-30, 1998.

NEVES, Eduardo Góes. **Cronologias Regionais, Hiatos e Continuidades na História Pré-Colonial da Amazônia**. São Paulo-SP, Projeto Temático FAPESP, 2005.

NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

NEVES, Eduardo Góes. Ecology, Ceramic Chronologic and Distribution, Long Term History, and Political Change in Amazonian Floodplain. In: SILVERNAN, H.; ISBELL, W. H. (Ed.). **Handbook of South American Archaeology**. New York: Springer, 2008. p. 359-378.

NEVES, Eduardo Góes **As Diferentes Histórias de Antropização da Amazônia Exemplos da Amazônia Central**. Projeto Temático, São Paulo – SP, FAPESP, 2009.

NEVES, Eduardo Góes. **Sob os tempos do equinócio: Oito Mil Anos de História na Amazônia Central (6.500 AC – 1500 DC)**. Tese (Livre-Docência) – Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

NEVES, Eduardo Góes; GREEN, D. R.; GREEN, L. F. Indigenous knowledge and archaeological science. The challenges of public archaeology in the Reserva Uaçá. **Journal of Social Archaeology**, v. 3, n. 3, 2003.

NEVES, Eduardo Góes; PETERSEN, J. B. Political Economy in Pre-Columbian Landscape in Central Amazonia. In: BALÉE, W.; ERICKSON, C. (Ed.). **Time and Complexity in Historical Ecology**. New York: Columbia University Press, 2006. p. 279-309.

NEVES, Eduardo Góes; SANTOS, Jacqueline Gomes; COSTA, Bernardo Lacale Silva da. **Plano de manejo do patrimônio arqueológico existente na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Amanã – Estado do Amazonas**. Relatório Final das Atividades. São Paulo, 2014.

OLIVEIRA, João Pacheco. Muita terra para pouco índio? Uma introdução (crítica) ao indigenismo e à atualização do preconceito. In: SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/ UNESCO, 1995.

OLIVEIRA, João Pacheco. Narrativas e imagens sobre povos indígenas e Amazônia: uma perspectiva processual da fronteira. **Indiana**, v. 27, p. 19-46, 2010.

OLIVEIRA, Maria Coimbra. **Arte Rupestre em Rondônia**. Presidente Médici: [s.n.], 2013.

OLSEN, Kenneth; SCHAAL, Barbara A. Evidence on the origin of cassava: Phylogeography of Maniot esculenta. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 96, p. 5586-5591, 1999.

OSMAN, Samira Adel. **Entre o Líbano e o Brasil**: Dinâmica Migratória e História Oral de Vida. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PARENTE, Maria Tereza Vieira. **Preservação e Sociodiversidade na Amazônia**. Projeto de Mestrado – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. Manuscrito. 2009.

PEREIRA, Milei Fachini Vicente. Modernidades e uso hierárquico do território no sudoeste da Amazônia: a atualização seletiva do consumo e dos equipamentos urbanos em Rondônia e Acre. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16º, Porto Alegre. **Anais...** 2010.

PEREIRA NETO, André de Faria; MACHADO, Bárbara Araújo; MONTENEGRO, Antonio Torres. História Oral no Brasil – uma análise da produção recente (1998/2008). **Revista História Oral**, v. 10, n. 2, p. 113-126, jul.-dez. 2007.

PETERSEN, J.; NEVES, E. G.; HECKENBERGER, M. Gift from the Past: Terra Preta and Prehistoric Amerindian Occupation in Amazonia. In: McEWAN, C.; BARRETO, C.; NEVES, E. G. (Ed.). **Unknown Amazon**: Culture in Nature in Ancient Brazil. London: British Museum Press, 2001. p. 86-105.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Origem da noção de preservação do patrimônio cultural no Brasil. **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, EESC-USP, 2006.

PINTO, Júlio Pimentel. Os Muitos tempos da Memória. **Projeto História**. Trabalhos da Memória. Revista de Estudos de Pós-graduandos de História, (PUC-SP) São Paulo, v. 17, p. 203-12, 1998.

PREUCCEL, Robert W.; HODDER, Ian. **Contemporary archaeology in theory**. Oxford: Blackwell Cambridge, 1999.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Revista de Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista de Estudos Históricos**, v. 5, n.10, 1992.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi**. Memória – História. v. I. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.

PUGLIESE, Francisco Antonio Júnior. **O Sambaqui fluvial Monte Castelo e a operação de sistemas de assentamento na Bacia do Médio Rio Guaporé**: 8 mil anos de adaptabilidade humana nos trópicos. Projeto de Doutorado. Programa de pós-graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

PYBURN, Anne. Uma questão nada simples. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Patrimônio Arqueológico. O desafio da preservação**. Brasília, IPHAN, n. 33, 2007.

PY-DANIEL, Anne Rapp. **Arqueologia Funerária na Amazônia Central**. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

RAISG – Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada. **Amazonía bajo presión**. 2012. 68 p. Disponível em: <www.raisg.socioambiental.org>. Acesso em 12 de abril de 2012.:

RAPPAPORT, R. A. Ritual Regulation of Environmental Relations among a New Guinea People. In: DOVE, M.; CARPETER, C. (Ed.). **Environmental Anthropology: a historical reader**. Oxford: Blackwell Publishing, 1968.

REBELLATO, Lilian. **Interpretando a variabilidade cerâmica e as assinaturas químicas e físicas do solo no Sítio Arqueológico Hatahara – AM**. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RENFREW, Colin. Symbol before concept: Material Engagement and the Early Development of Society. In: HODDER, Ian. (Ed.). **Archaeological Theory Today**. Cambridge: Polity Press Malden, MA: Blackwell Publishers, 2002.

REZENDE, Tadeu Valdir Freitas. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição de fronteiras**. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

RIBEIRO, Tereza; PACHECO, Tania. **Mapa de conflitos causados por Racismo Ambiental no Brasil**. 2007. Disponível em: <www.mocambos.org>. Acesso em: 15 jul. 2012.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RILEY, Mark et al. Narrative Landscape: The potential of oral history for landscape archaeology. **Public Archaeology**, v. 4, n. 1, p. 15-26, 2005.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika Marion. **Arqueologia e Sociedade**. 2005. Tese (Livre-Docência) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

RODRIGUES, Aryon. Relações Internas na Família Lingüística Tupi-Guarani. **Revista de Antropologia**, São Paulo-SP, USP, v. 27-28, p. 33-53, 1985.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. A classificação do tronco linguístico Tupi. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, v. 3, n. 2, 2011.

ROLNIK, Suely. **Há sempre um copo de mar para um homem navegar**. Palestra proferida no curso de formação de educadores da 29ª Bienal de São Paulo. 2009.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental**: Transformações Contemporâneas do Desejo. Porto Alegre: Sulina, Editora da UFRGS, 2011.

ROOSEVELT, Anna et al. Eighth Millennium Pottery from a Prehistoric Shell Midden in the Brazilian Amazon. **Science**, v. 254, p. 1621-1624, 1991.

ROOSEVELT, Anna. Early Pottery in the Amazon. Twenty Years of Scholarly Obscurity. In: BAMETT, William K.; HOOPES, John (Ed.). **The Emergence of Pottery**: Technology and Innovation in Ancient Societies. Washington: Smithsonian Institution Press, 1995. p. 115-131.

SALADINO, Alejandra; SANTOS, Carlos Alberto Santos; MENDONÇA, Elizabete de Castro. A César o que é de César: o patrimônio arqueológico nas organizações formais no Brasil. **Revista de Arqueologia Pública**, Campinas: LAP/NEPAM/Unicamp, n. 8, dez. 2013.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva & teoria social**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2012.

SANTOS, Nilson. **Seringueiros da Amazônia. Sobreviventes da Fartura**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SCHAAN, Denise Pahl. Múltiplas vozes, memórias e histórias: por uma gestão compartilhada do patrimônio arqueológico na Amazônia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 33, p. 109-136, 2007.

SCHMIDT, Peter R.; WALZ, Jonathan R. Re-representing African Pasts through Historical Archaeology. **American Antiquity**, v. 72, n. 1, p. 53-70, 2007.

SCHWARTZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Educativo Bienal**. Curso de Formação para Educadores 2014. São Paulo, 2014.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em Terras de História: Problemáticas Atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). **Memória e (Res)Sentimento**. Indagações sobre uma questão sensível. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

SHANKS, Michael; HODDER, Ian. Processual, Postprocessual and Interpretative Archaeologies. In: WHITLEY, David S. (Ed.). **Reader in Archaeological Theory**. Post-Processual and Cognitive Approaches. 1998.

SHANKS, Michael; TILLEY, Christopher. **Social Theory and Archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SILBIGER, Lara. **Amazônia Prometida** – A colonização de Rondônia. Vídeo Cassete. Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Comunicação e Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SILLIMAN, Stephen W. (Ed.). **Collaborating at the trowel's edge: teaching and learning in indigenous archaeology.** Tucson: University of Arizona Press, 2008.

SILVA, Bruno Sanches Razani. **Das Ostras, só as pérolas**. Arqueologia Pública e Arqueologia subaquática no Brasil. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

SILVA, Carlos Henrique Gomes; PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Políticas Públicas para Museus no Brasil: do IPHAN ao IBRAM. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14°. GT 9 – **Museu, Patrimônio e Informação**, 2013.

SILVA, Fabíola Andréa. Mito e Arqueologia. A Interpretação dos Asurini do Xingu sobre os Vestígios Arqueológicos encontrados no Parque Indígena Kuatínemu-Pará. **Horizontes Antropológicos** (UFRGS. Impresso), Porto Alegre, v. 17, p. 175-87, 2002.

SILVA, Fabíola Andreia. O Patrimônio Arqueológico em Terras Indígenas: Algumas considerações sobre o tema no Brasil. In: FERREIRA, Lúcio; FERREIRA, Maria L. M.; ROTMAN, Mônica B. (Org.). **Patrimônio Cultural no Brasil e na Argentina**. Estudos de caso. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

SILVA, Fabíola Andrea. Território, lugares e memória dos Asurini do Xingu. **Revista de Arqueologia/ Sociedade de Arqueologia Brasileira**. São Paulo: SAB, v. 26, n. 1, 2013.

SILVA, Fabíola Andréa. El pasado en el presente de los Asurini do Xingu: Narrativas arqueológicas y narrativas indígenas. In: RIVOLTA, M. C; MONTENEGRO, M; FERREIRA, L. M. (Org.). **Multivocalidad y Activaciones Patrimoniales en Arqueología**: Perspectivas desde Sudamérica. Buenos Aires: Editora de la UBA, 2014. p. 35-59.

SILVA, Fabíola A.; BESPALÉZ, Eduardo; STUCHI, Francisco. F. Arqueologia colaborativa na Amazônia: Terre Indígena Koatinemu, Rio Xingu, Pará. **Revista de Antropologia**, v. 3, p. 32-59, 2011.

- SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- SILVA, Ricardo Gilson da Costa. **Dinâmicas Territoriais em Rondônia**: conflitos na produção e uso do território no período de 1970 a 2010. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- SILVEIRA, F. L. A.; BEZERRA, Márcia. Educação Patrimonial: perspectivas e dilemas. **Antropologia e Patrimônio Cultural**. Diálogos e Desafios Contemporâneos. Goiânia: ABA, 2007.
- SKEATES, R; McDAVID, C.; CARMAN, J. **The Oxford handbook of Public Archaeology**. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 727.
- SOUZA, Rafael de Abreu. **Louça Branca para a Paulicéia**: Arqueologia Histórica da Fábrica de Louças Santa Catharina/ IRFM – São Paulo e a produção de faiança fina nacional (1913 – 1937). Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2011.
- STONE, M. P. Is Sustainability for Development Anthropologists? **Human Organization**, v. 62, n. 2, p. 93-101, 2003.
- STEWART, Julian. The Concept and Method of Cultural Ecology. In: STEWART, Julian H. **Theory of Cultural Change**. Urbana: University of Illinois Press, 1955.
- SUÑER, Rodrigo. **Estudo da Variabilidade Arqueológica no médio rio Ji-Paraná**. Projeto de Doutorado – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- TAMANAHÁ, Eduardo. **A Tradição Policroma no Baixo e Médio rio Solimões**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- TAMANINI, E. Significado Marginal do Sambaqui: educação e patrimônio. **Boletim**, n. 3, ano 1, MASJ. Joinville, 1991.
- TAMANINI, Elizabete. **Museu Arqueológico de Sambaqui**: um olhar necessário. 1994. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, 1994.
- TEIXEIRA, Marco Antonio dos Santos. LUIZ, Juliana Ramos. **Os desafios de organizar acervos de fontes orais: o caso do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (CPDA/UFRJ)**. In: Anais do XI Encontro Nacional de História Oral, Memória, Democracia e Justiça. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2012
- TEIXEIRA, Pery; BRASIL, Marília; RIVAS, Alexandre Almir. **Produzir e Viver na Amazônia rural**: estudo sociodemográfico de comunidades do Médio Solimões. 2. ed. Manaus: Instituto Piatam, 2008.

TESSARO, Piero Alessandro Bohn. **Pedaços de uma Paulicéia espalhados pela Urbe**: musealizando uma arqueologia com a cidade. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

THE PERSONAL Histories Project. Disponível em: <<http://www2.arch.cam.ac.uk/personal-histories/>>. Acesso em: 14 de julho de 2012.

TOLEDO, Grasiela Tebaldi. **A pesquisa arqueológica na Estância Velha do Jarau e os museus na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul** – interfaces entre Patrimônio, Memória e Identidade. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

TOLENTINO, Átila. O Sistema Brasileiro de Museus e outros sistemas: uma análise comparativa. **MUSAS** – Revista Brasileira de Museus e Museologia, ano II, n. 2, 2006.

TRIGGER, Bruce G. **Time and Traditions**: Essays in Archaeological Interpretation. New York: Columbia University Press, 1978.

TRIGGER, Bruce. G. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus, 2004.

TRIGGER, Bruce G. Alternative Archaeologies in Historical Perspective. In: FAWCETT, Clare; HABU, Junko; MATSUNAGA, John (Org.). **Evaluating Multiple Narratives**: Beyond Nationalist, Colonialist Archaeology. New York: Springer, 2008.

TRINDADE, Thiago Berlanga. **Levantamento e prospecção dos sítios arqueológicos com estruturas de terra antrópicas no Sudoeste do Estado de Rondônia**. Projeto de Mestrado – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2012.

TULLY, Gemma. Community Archaeology: general methods and standard of practice. **Public Archaeology**, v. 6, n. 3, p. 155-87, 2007.

UNITED States Holocaust Memorial Museum. Disponível em: <<http://www.ushmm.org>>. Acesso em: 14 de julho de 2014.

VAINER, Carlos. Estado e Migrações no Brasil. Anotações para uma História das Políticas Migratórias. **Travessia. Revista do Migrante**. Publicação do CEM, ano XIII, n. 36, 2000.

VARINE-BOHAN, Hugues. A respeito da Mesa-Redonda de Santiago. In: ARAUJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). **A memória do pensamento museológico contemporâneo**. Documentos e depoimentos. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.

VARINE-BOHAN, Hugues de. Museus e Desenvolvimento Social: balanço crítico. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira; NEVES, Kátia Regina Felipini (Coord.). **Museus como Agentes de Mudança Social e Desenvolvimento**. Propostas e Reflexões Museológicas. São Cristóvão: Museu de Arqueologia de Xingó, 2008. 210 p.

VARINE-BOHAN, H. **As Raízes do Futuro**. O patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local. Tradução de Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello; ALONSO, Ana Carla; LUSTOSA, Paulo Rodrigues. A abordagem do período pré-colonial brasileiro nos livros didáticos do ensino fundamental. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 10, p. 231-238, 2000.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. A função educativa de um museu universitário e antropológico: o caso do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. **Cadernos CEOM**, n. 21, p. 289-298, 2005.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. **Turismo e museus**. São Paulo: Aleph, 2006.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. Los retos de la actuación en los museos. In: ROSAS, Willian Alfonso López. **Museos, Universidade y Mundialización**. La gestión de las colecciones y los museos universitarios em América Latina y el Caribe. Bogotá: Panamericana Forma y Impresos, v. 1, p. 99-117, 2010.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. A Educação Patrimonial nos Museus de Arqueologia e na Arqueologia Preventiva: bases para um diálogo efetivo. In: FLEMING, Maria Isabel D'Agostino. SEMANA DE ARQUEOLOGIA – MAE, 2º. **Anais**. 2011.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. Museus Antropológicos e Universitários: por um novo diálogo junto ao público. In: CURY, Marília Xavier; VASCONCELLOS, Camilo de Mello; ORTIZ, Joana Monteiro. **Questões Indígenas e museus**: debates e possibilidades. Brodowski: ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura (SEC), 2012.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. Patrimonio, memoria y educación: una visión museológica. **Memoria y sociedad**, v. 17, n. 35, p. 94-105, 2013.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. **Recursos Pedagógicos no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP**. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2014.

VIALOU, Agueda (Org.). **Pré-História do Mato Grosso**. v. 2. Cidade de Pedra. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

VIDAL, Lux Boelitz. O Museu dos Povos Indígenas do Oiapoque – Kuahí: gestão do patrimônio cultural pelos povos indígenas do Oiapoque, Amapá. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira; NEVES, Kátia Regina Felipini (Coord.). **Museus como Agentes de Mudança Social e Desenvolvimento**. Propostas e Reflexões Museológicas. São Cristovão: Museu de Arqueologia de Xingó, 2008. 210 p.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Batalha. No Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é. In: RICARDO, Carlos Alberto; FANIHI, Ricardo (Org.). **Povos indígenas no Brasil (2001-2005)**. São Paulo: ISA, 2006. p. 41-9.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Batalha. **Talk-Show do Rafucko**: Eduardo Viveiros de Castro. Vídeo (Online). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=c3v_DuRI1tE>. Acesso em: 06 de julho de 2014.

WHITLEY, D. S. **Reader in Archaeological Theory**. Post-Processual and Cognitive Approaches. London; New York: Routledge, 1998.

WHITEHEAD, N. Ecological History and Historical Ecology: Diacronic Modeling Versus Historical Explanation. In: BALÉE, W. **Advances in Historical Ecology**. New York: Columbia University Press, 1998. p. 30-41.

WICHES, Camila Azevedo Moraes. **Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico**: (Des)Caminhos da Prática Brasileira. Tese (Doutorado em Museologia) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2010.

WICHES, Camila Azevedo Moraes. **Patrimônio Arqueológico Paulista**: proposições e provocações museológicas. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

WICHES, Camila Azevedo Moraes; SILVA, Maurício André; ALFONSO, Louise Prado. **Diálogos sobre o Patrimônio Cultural de Rondonópolis e Itiquira**. São Paulo: Zanettini Arqueologia, 2012.

WYLIE, A. The Integrity of Narratives: Deliberative Practice, Pluralism, and Multivocality. In: FAWCETT, Clare; HABU, Junko; MATSUNAGA, John (Org.). **Evaluating Multiple Narratives**: Beyond Nationalist, Colonialist Archaeology. New York: Springer, 2008.

ZANETTINI, Paulo. **Programa de Educação Patrimonial do Programa de Prospeções e Resgate Arqueológico Ferrovia Ferronorte - Ligação Ferroviária Alto Araguaia – Rondonópolis - Subtrecho III (Km 676+100 ao Km 751+730)**, desenvolvido nos municípios de Rondonópolis e Itiquira, Estado do Mato Grosso, 2012a.

ZANETTINI, Paulo. **Programa de Documentação, Prospeção e Resgate Arqueológico Shopping Pátio Cianê, Município de Sorocaba, Estado de São Paulo**. 2012b.

ZIMPEL NETO, Carlos Augusto. **Na direção das periferias extremas da Amazônia**: Estudo da Bacia do Rio Ji-Paraná, Rondônia. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ZIMPEL NETO, Carlos Augusto. **Arqueologia no médio e baixo rio Guaporé e suas implicações para o entendimento dos sítios com construções em terra do sudoeste Amazônico**. Projeto de Doutorado – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ZUSE, Silvana. **Variabilidade cerâmica e diversidade cultural no alto rio Madeira, Rondônia**. Tese (Doutorado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

MAURÍCIO ANDRÉ DA SILVA

Memórias e histórias no sudoeste amazônico:
o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia.

Volume 2

São Paulo
2015

MAURÍCIO ANDRÉ DA SILVA

Memórias e histórias no sudoeste amazônico:
o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia

Volume 2

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Arqueologia
do Museu de Arqueologia e Etnologia
da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Área de Concentração:
Arqueologia

Orientador:
Prof. Dr. Camilo de Mello Vasconcellos

Linha de Pesquisa: Arqueologia e Sociedade.

(Versão corrigida, a original encontra-se na biblioteca do MAE-USP)

SÃO PAULO
2015

SUMÁRIO

APÊNDICE A – NARRATIVA DE MARIA COIMBRA DE OLIVEIRA	265
APÊNDICE B – NARRATIVA DE JOSÉ DA SILVA GARCIA	281
APÊNDICE C – NARRATIVA DE DEVANIR DOMINGUES FERNANDES.....	297
APÊNDICE D – NARRATIVA DE JOSÉ RIBEIRO DA SILVA FILHO	317
APÊNDICE E – NARRATIVA DE ONOFRE BERNADINO.....	328
APÊNDICE F- NARRATIVA DE VILEUDA RODRIGUES DA SILVA	344
APÊNDICE G - NARRATIVA DE WILSON MODRO	358
APÊNDICE H - NARRATIVA DE ARENTINO MONTEIRO DA COSTA	372
APÊNDICE I - NARRATIVA DE MAURÍCIO MARTINS ALVES	381
APÊNDICE J - NARRATIVA DE RAIMUNDO CORREA DE SOUZA.....	390
APÊNDICE K – NARRATIVA DE JOSÉ GARCIA SORRILLO.....	407
APÊNDICE L - NARRATIVA DE JOSÉ FERREIRA ISIDORO.....	412

APÊNDICE A – NARRATIVA DE MARIA COIMBRA DE OLIVEIRA

Eu me chamo Maria Coimbra de Oliveira, nasci em Lagoa Formosa, Minas Gerais no dia 06 de abril de 1969. Com cinco meses de idade migrei com toda minha família para Goiás, onde permaneci até os dezessete anos. Com essa idade vim para o estado de Rondônia acompanhando meu pai e minha mãe, que retornaram para Goiás um ano depois e eu fiquei por aqui até hoje. Isso ocorreu no ano de 1987, eu vim simplesmente acompanhando a minha mãe, como ela era muito doente, não podia vir sozinha. Eu estava fazendo um cursinho pré-vestibular na época, deixei, e vim na marra, como se dizia, meio que forçado. Meu pai era muito antigo, muito tradicional. Ele falava : - Filha solteira não fica longe de pai e mãe!

Quando cheguei aqui eu fiz o concurso para dar aula no Estado. O primeiro concurso do Estado para professores. Porque antes os professores eram contratados sem concurso, passei e nesse momento comecei a namorar, queira casar, com isso desisti de voltar, e comecei a trabalhar. Meus pais voltaram porque minha mãe não se deu com o clima daqui, muito quente e também na época tinha uma deficiência muito grande em atendimento médico hospitalar.

Eles vieram porque meu pai tinha gostado do lugar. Ele tinha uma propriedade rural em Goiás e todos os filhos já tinham casado, com exceção dos três mais novos. Dos quatorze filhos que minha mãe teve, só teve duas mulheres, as duas mais novas. Eu e a minha irmã, eu sou a menorzinha e minha irmã se casou e veio para cá. Meu pai veio conhecer, se apaixonou pelo estado de Rondônia, vendeu a propriedade que tinha e comprou aqui. Tudo isso se passou em Presidente Médici. Próximo ao sítio da Rainha da Paz. É... bem perto. Uns quatro blocos mais ou menos de lá.

Eu comecei a trabalhar em 1988 nas escolas e nesse período não aparecia ainda a questão da arqueologia. A questão indígena até que ela era discutida, mas a questão do patrimônio cultural em si, principalmente o arqueológico, não... não era...Não entrava em discussão... Aparecia o que você via no noticiário, em outras localidades do país. Eu sempre trabalhei com história e trabalhávamos sobre o que vinha nos livros, patrimônio arqueológico de outros lugares do país, mas... na localidade aqui não aparecia. O assunto arqueologia ele só começou a aparecer e a ser trabalhado aqui na região a partir do ano 2000. Foi quando despertou o nosso interesse em fazer esse levantamento arqueológico.

Eu, o Garcia e um outro professor de história o Devanir que nos apresentou o assunto... aliás,é nesse ano que começou a ser divulgado um sítio com arte rupestre

lá no Riachuelo. Não por nós. Pelos próprios moradores do Riachuelo. O trabalho de pesquisa de fato foi feito pelo Garcia e por mim, pois após a pós-graduação, o outro professor desistiu.

No ano de 2000. Os moradores da região já tinham conhecimento desse sítio anteriormente, mas assim, eles tinham conhecimento que ele existia e pronto, estava lá, não era uma coisa divulgada. Não era uma questão que atraía a visitação. A partir do ano 2000, por algum motivo nesse sítio as pessoas começaram a descobrir o lugar. Nós inclusive, fomos convidados para ir conhecer. Primeiro, fomos acompanhando uma equipe de TV, que ficou sabendo, junto com a igreja daqui da época, padre Afonso, e uma professora do município, que eu não me lembro o nome dela, mais o professor Devanir. Eles se interessaram em levar essa equipe de TV, convidaram essa equipe de TV de Ji-Paraná e foram fazer uma filmagem no local. Nessa época nós estávamos também na faculdade fazendo história. Tivemos a disciplina de História da Amazônia, convidamos também o professor Solano López. Ele era até na época professor da UNIP e acho que ainda trabalha lá. Não tenho muita certeza.

Isso foi o começo. A partir daí é que nós sentimos vontade de trabalhar e começamos a fazer levantamento de sítios arqueológicos na região. Até então, existia o conhecimento desse sítio, desse sítio de arte rupestre lá na cachoeira, que hoje é o sítio Mirante, que recebe visitação oficialmente agora, visitação que é gerenciada lá pela associação do município. Mas antes disso não tinha assim... nenhum interesse. Não era uma coisa que fazia parte da comunidade.

Em 2002 houve uma publicação do governo de Rondônia, que foi o Atlas Geo-Ambiental do Estado. Nesse material teve uma parte dedicada à arqueologia, porque trabalhava no SEDAM o assistente do Eurico Miller. Então, quando começou a abordar as questões de cultura do Estado, ele conseguiu colocar uma parte da arqueologia. Tanto o Miller quanto o Josuel foram as primeiras pessoas da área da arqueologia que visitaram o local, eles publicaram isso. Então, as nossas pesquisas começaram a partir da comunidade, do conhecimento que a comunidade tinha, e pelo que tinha sido publicado...

A publicação do Atlas Geo-Ambiental dava um indicativo muito bom. Tinha uma fotografia do Mirante, que nós já conhecíamos nesse momento, mas também dava um indicativo da possível região que poderia abranger todos esses sítios com arte rupestre. Nesse primeiro momento, o interesse nosso era só esse da arte rupestre. Porque o objetivo era pensar numa forma de desenvolver a região a partir

desses sítios arqueológicos. Para nós que não éramos arqueólogos e não tínhamos arqueólogo na região, a forma mais prática, mais rápida, de trabalhar isso era com a arte rupestre porque eram vestígios arqueológicos bastante visíveis e bastante interessantes que despertava a atenção de todo mundo. Desperta o interesse de quem é da área da história, da arqueologia ou não. De crianças a adultos.

Então, saímos, montamos nosso projeto para trabalhar com isso, pensamos nos sítios de arte rupestre. Porém, na medida que começamos a buscar por esses sítios, fomos topando com sítio de cerâmica um atrás do outro e fomos registrando também. A partir desse momento, o interesse pela arqueologia de uma maneira geral, fez com que nós, e fez com que as pessoas que estavam envolvidas conosco também comessem a se interessar. A discussão foi se ampliando e toda a região que era apontada no atlas Geo-Ambiental como possível área de sítios com arte rupestre realmente tinha muito material e muito mais ainda além dessa região.

Então, ampliamos o levantamento dessa área. Assim, no dia a dia a partir das informações que íamos coletando com os proprietários de terra, informações de terceiros que chegavam, íamos investigar. Ou então, simplesmente porque olhávamos a região e descobríamos uma pedreira e íamos lá verificar. A área... chegamos à conclusão que a área que tinha esse arenito era a área do Riachuelo. Começamos a investigar na medida do possível.

Nesse momento a população não via o nosso trabalho com muita seriedade. Elas viam que nós tratávamos com seriedade, mas isso não era tão importante para elas. Tanto que quando você perguntava por vestígios arqueológicos, muitos até tinham artefatos em casa. Estavam jogados lá por baixo do galpão, ou então, lá no meio da roça. Perguntavam se nós queríamos ver. Depois perguntavam se nós queríamos trazer, porque eles iam jogar fora e de repente, isso podia ajudar nas aulas na nossa pesquisa. As pessoas achavam que éramos doidos! Sair procurando pedra. Porque fazíamos isso nos finais de semana. Com o nosso próprio recurso, com nosso próprio meio de transporte. Sem o incentivo financeiro de ninguém. Então, assim... Percebiam a seriedade do trabalho, mas ao mesmo tempo achavam que não tinha essa importância toda que dávamos.

Nessa época passamos a abordar isso em sala de aula. Coincidiu com o momento, que eu comecei a trabalhar nas escolas Polo do município. Então, de uma forma assim genérica, eu comecei a dar aula em todas as escolas rurais. Eu dava aulas no Riachuelo, para o lado de Estrela de Rondônia, para o lado de cá do rio. Enfim, em todo o canto. Em todas as regiões do município tinha alguém falando de

arqueologia. No começo só eu, depois o Garcia também. Acho que ele foi, em 2002, ele começou a trabalhar nessas escolas-polos também e as crianças, principalmente elas ,tinham muitas histórias para contar. De vestígios que até então passavam despercebidos. Às vezes, elas viam caco de panela de índio, como elas diziam, pedras de raio... Enfim. Elas começavam a dar essas notícias para nós, nos chamar para ver. Com isso começamos a ampliar um pouco mais esse levantamento arqueológico que estavam fazendo na região. E acabávamos indo lá verificar o que elas estavam falando. Os vestígios haviam, estavam por lá e nós registrávamos.

Nós começamos a pensar no Museu a partir do momento que verificamos que a população de um modo geral tinha muita coisa guardada em casa. Cada um tinha um pouco, mas quando você juntava tudo, quando você pensava no todo, era muito material. No começo pensamos que poderíamos guardar esse material todo, até sensibilizar alguém do município, porque desde o primeiro momento do trabalho pensamos na criação de uma instituição pública. Mesmo porque a falta de conhecimento que tínhamos para abrir uma instituição como essa era grande na época. Depois desistimos. Fomos juntando esse material que destinavam para nós, mas acabamos sem ter onde guardar, porque começou a ter um volume muito grande. Começamos a pedir para as pessoas guardassem em casa e para ver o que faríamos com esse material.

Isso aconteceu principalmente a partir de 2002. Tudo isso fazia parte da pós-graduação que estávamos fazendo em história contemporânea. Então, o *link* que fizemos com arqueologia era justamente essa, apropriação do patrimônio cultural, sendo utilizado de forma a gerar algum benefício para população local. Quando terminamos, tentamos envolver a Universidade Federal. Não conseguimos. Inclusive, teve uma professora que apresentou o nosso projeto na Universidade em uma reunião de departamento de história. Não houve interesse.

Alguns outros professores tiveram interesse, mais especificamente o professor Marco Teixeira, professora Lillian Roser e o professor Ednaldo Bezerra, nos subsidiaram com muito material teórico... com indicações de material. Quando terminamos não sabíamos o que fazer com o trabalho. Porque tinha um acervo gerado que estava em nossas mãos. Tinha essas pequenas coleções que estavam na área rural dos proprietários. A monografia que escrevemos, não sabíamos o que fazer. Continuamos com o nosso trabalho, de certa forma preparando esses meninos para conservação, o cuidado com o patrimônio, mas não sabíamos o que fazer. Em 2006, então, eu consegui entrar em contato com o IPHAN, o ex-

superintendente Beto Bertagna que solicitou a vinda de um arqueólogo de Brasília porque na época não havia arqueólogo em Rondônia, para verificar esses sítios se de fato fazia sentido.

Mandou uma cópia da minha monografia para lá e apareceu aqui um certo dia a Maria Lúcia Pardi. Então, eu a acompanhei a cada um dos sítios. Mostrei todo o material que tínhamos. Ela teve contato com algumas coleções de alguns produtores rurais também. Ao término dessas visitas, ela veio umas duas ou três vezes para poder conhecer essa região. Na época, o Garcia era vice-prefeito e o prefeito era o Charles, que acabou se sensibilizando com a questão desse acervo que não tinha lugar para guarda, devido a quantidade de material, e que ainda tinha na área rural. O Charles, de certa forma, ele também acompanhou a construção desse acervo, principalmente em 2004, na época da campanha política dele, do Garcia. Por onde eles passavam os meninos acabavam puxando o assunto da arqueologia. Então, ele acabou se envolvendo também. Dessa forma, em dezembro de 2007, o Museu foi oficialmente criado.

Nesse processo todo, a participação do IPHAN foi fundamental. Eu acredito que sem a presença do IPHAN talvez não conseguíssemos ter aberto o Museu. Representando o IPHAN, por aqui, sempre a Pardi e a Francilene Rocha. As questões culturais aqui no estado de Rondônia e no município de Presidente Médici, principalmente no passado eram muito difíceis de serem mexidas. Então, quando você tem uma questão legal e consegue impor certa pressão nas autoridades públicas até que você consegue realizar alguma coisa, principalmente naquele período. Eu acho que sem a presença do IPHAN, só com o apelo local nosso, não teríamos conseguido instituir o Museu. Então, eu acho um trabalho colaborativo entre IPHAN e nós, que pesquisávamos a região na época. Porque sem esse conhecimento também, sem essa pesquisa, não teria sido criado, nem teria motivo para criar o museu. Não ia sair do nada.

O IBRAN apareceu em um momento bem posterior, mas até o momento não tivemos uma colaboração efetiva. Conseguimos no primeiro ano do Museu aprovar um edital de mais museus, cem mil reais, era o nosso sonho de consumo. Em 2008, um museu recém-criado com cem mil reais, para equipar era um plano de trabalho maravilhoso, mas aí teve um momento desse processo todo que a prefeitura atrasou no envio de documentação e fomos eliminados. A partir daí não conseguimos ganhar mais nenhum edital no IBRAM. Tentamos todo ano, mas não conseguimos. A outra colaboração do IBRAM são as oficinas de museus que acontecem. Nós...

acho que sedíamos três ou quatro, esse ano não teve. Foi uma em 2008, uma em 2009, em 2010, em 2011. Não. 2009, 10, 11 e 12. Quatro. Outro tipo de colaboração não conseguimos estreitar nenhum canal de diálogo com o IBRAM.

Foi despertada na população um olhar diferente sobre o patrimônio arqueológico. Em algumas localidades, inclusive, conseguimos muitos aliados na questão da conservação desse material. Muitos mitos caíram por terra. Como a pedra de raio, por exemplo. Acho que foi até uma conquista para nós como educadores. Um mito que é interessante, mas que ao mesmo tempo atrapalha muito. Num primeiro momento houve prejuízo, porque gerou uma vontade, uma necessidade, em muitos sítios de colecionar material. No primeiro momento foi prejudicial. Porque a partir do momento que eles se despertaram para a questão, eles começaram a observar mais a terra e aquele material com um pouco mais... uma visibilidade maior. Não estava quebrado. Começou a se resgatar. De certa forma, começou a ser colecionado. Foi quando percebemos que deveríamos começar a trabalhar essas questões nas escolas e com a comunidade por onde passávamos. Foi o que começamos a fazer, antes ainda de ter o museu. Nas escolas por onde passávamos. Porque começou a ficar meio assustadora a coisa. Eu não sei se o povo já colecionava, tanto que num primeiro momento, já nos deparamos com um monte de coleções particulares. Só a partir daí esse negócio começou a ficar observável ou se aumentou mais ainda a vontade de colecionar. Enfim, esse foi um dos prejuízos no meu ponto de vista. Acho que também conseguimos contornar isso. Antes ainda da criação do Museu e depois a partir da sua criação. Porque a partir do momento que o Museu surge, é como se tivesse um instrumento legal no município gerenciando essas questões. A população, ela fica, assim, um pouco mais melindrosa na questão do patrimônio. Tanto que eles ficam um pouco receosos até em alguns municípios de admitirem que tenha algum sítio arqueológico na sua propriedade. Muitas vezes até nem permitem que as pessoas vejam quando tem.

Ficam inseguras. De uma maneira geral no Estado todo, porque a partir daí também coincide com o período que a questão da arqueologia começa a ser debatida no Estado inteiro. Você tem depois em 2009 a criação do curso de arqueologia na UNIR, tem a questão das usinas. Eu acredito que, de certa forma, talvez seja muita pretensão nossa, mas eu acho que o nosso trabalho serviu com um fator de influência para a criação do curso de arqueologia. Porque em um

primeiro momento se mostram todas as possibilidades que a arqueologia oferece no estado com as pesquisas que aconteceram aqui.

Hoje a população possui outro olhar para as questões patrimoniais. Você ainda tem muita gente que desconhece a questão da arqueologia. Tem muita gente que desconhece a existência do Museu, do trabalho que fizemos e continuamos a fazer. De uma maneira geral, a cada ano que passa tem aumentado às pessoas que tomam conhecimento e que mudam seu ponto de vista em relação ao material, ao patrimônio. Pelo conhecimento que vão adquirindo no e partir do Museu.

Temos muitos desafios pela frente ainda. Eu acho que precisávamos definir um programa educativo mais firme para o Museu. Abrimos em 2008 e estamos trabalhando da mesma maneira. Passamos a atender a região toda e não só a região central. A região sul também. Parte de municípios do norte, enfim. Eu acho que precisávamos intensificar essa questão da educação patrimonial como a principal linha de trabalho do Museu. Porque você ainda tem muito desconhecimento da importância do patrimônio arqueológico. Ainda tem muita gente colecionando em outros municípios e em alguns municípios, virou uma coisa assim, assustadora. Com essa questão da arqueologia que parece que virou moda no Estado com tanto trabalho sendo feito. Então, apareceram muitos Indiana Jones por aí. Então, ficou um pouco complicado.

Eu acho que tínhamos que sensibilizar um pouco mais os gestores desses municípios para trabalhar com a questão da educação patrimonial. Principalmente, é... com os educadores que deveriam trabalhar isso em sala de aula também. Dar um reforço. Ou mesmo a partir do Museu, mas tem que ser feita alguma coisa um pouco mais rápida. Porque eu vejo que tem muita região do Estado. Tem alguns municípios que está ficando difícil. Está difícil. O pessoal vai colecionando. Colecionando assim, escondendo o material. Então, eu acho que a questão da educação patrimonial, ela tem que ser intensificada, mas para que isso aconteça o município de Presidente Médici também, ele tem que dar uma valorização um pouco maior no museu. Principalmente no que diz respeito aos recursos humanos. Porque sem gente também não tem como trabalhar isso.

Porque assim, a questão de pesquisa. Eu acho que devemos continuar da forma como está. Devagar. Com os nossos projetos próprios aqui. Voltarmos um pouco para história também. Intensificar essas parcerias com outras instituições de fato de pesquisa arqueológica, mas uma questão que é nossa, que podemos se apropriar dela, assim, trabalhá-la com vontade, com gosto, sozinhos ou com auxílio,

é a questão educativa. Talvez fosse a mais importante. Porque daqui a pouco você não tem mais onde pesquisar. Você não consegue. A partir do momento que você conseguir sensibilizar a população para ser guardião desse material, aí você consegue impedir que o Estado destrua. Como que acontece nas recuperações de estrada, que acontece no estado de Rondônia. O próprio agricultor não vai destruir. Pelo contrário, ele vai ter que ajudar na preservação e ter a satisfação de dizer: - No meu sítio tem sítio arqueológico e não esconder. Temos um caso agora de um sítio com arte rupestre, num determinado município do Estado que está a propriedade de um político, de um prefeito, que não admite que tenha esse sítio lá. De jeito nenhum. Então, assim, é uma mentalidade muito fechada para o que é o patrimônio e para que serve.

Em relação à questão indígena você tem uma valorização maior atualmente. Porque começa a perceber junto com esse trabalho de educação patrimonial para preservação do material arqueológico, você também faz a ponte entre as comunidades locais, atuais. Porque ainda temos muitos grupos indígenas no estado de Rondônia e muito próximos daqui, que de uma forma direta ou indireta a população tem muito contato. Médici nem tanto, mas se você pegar a população de Ji-Paraná, de Cacoal, Alvorada, de Espigão. Pimenta Bueno.. Assim, de uma certa maneira há uma valorização maior e ao mesmo tempo um interesse maior de conhecer as comunidades atuais. Do estágio que elas estão atualmente. Começamos a perceber que os professores que trabalham com essas... com esses grupos. Eles também estão começando a se preocupar com o próprio sistema de educação que está sendo oferecido a eles.

Ainda existe muito preconceito com os indígenas também, existe bastante. O mesmo preconceito de muito tempo atrás. Preconceito que falava que eles tem preguiça, que não trabalham, que querem viver às custas do Estado. Ainda há esse preconceito a partir do não entendimento de como é o desenvolvimento dos grupos da sociedade em questão. Você tem os casos mais extremos também, mas você percebe esse preconceito nos adultos. Quando você começa a trabalhar a questão com os jovens. Principalmente os adolescentes e as crianças, você tem uma flexibilidade muito grande para trabalhar com eles, porque eles estão abertos a superar esse preconceito que trouxeram de casa. Então, é possível ver neles assim uns aliados para combater esse preconceito dos adultos e para formar essa geração do futuro sem preconceito, se a gente conseguir com que esses grupos sobrevivam até lá. Porque está difícil aqui em Rondônia.

Continua a questão de conflitos com os grupos indígenas. A questão da terra, principalmente as que estão em algumas regiões ligadas à mineração. São muitos grupos que estão morrendo, diminuindo bastante. Apesar de outros estarem crescendo muito, mas a mistura é muito grande. Você tem uma migração muito grande para as cidades. O modo de vida da cidade. O aumento do consumo de álcool aumentou bastante entre eles. Esses grupos que estão mais próximos da cidade. Enfim, isso faz com que o preconceito sobre eles também aumente.

Museu tem um papel a contribuir nesse sentido. Eu acredito que temos, faz parte da missão do museu e que somente deixamos a desejar em alguns aspectos pelo fato de não termos pessoal disponível em tempo integral para trabalhar essas questões. Falta uma equipe de educadores maior para atuar com esse tema.

No município de Presidente Médici, quando você pensa na cultura local... Na maioria dos locais se fala muito da arqueologia, mas eu não sei se seria a identidade nossa aqui. Você tem outras questões que podem ser abordadas. Se você pegar a região central do estado como um todo, você tem uma ocupação desde o século XIX. Eu acho que em toda ela, você tem a questão arqueológica e a questão indígena. Enfim, eu acho que talvez a identidade cultural da região seria a questão arqueológica e a indígena atual.

Temos a questão do migrante também. Dependendo da região que você abordar, ela aparece de forma diferenciada. Por exemplo, se você pegar o sul do estado de Rondônia, as tradições gaúchas são muito forte, mas é um negócio tão disperso, que a maioria da população, vai ter dificuldade de responder, qual seria a identidade local do lugar.

Vai variar muito de região para região. O que ficou de fato em todos os municípios e esse aqui não é diferente, foram as questões religiosas. A padroeira da cidade, o santo tal, fulano de tal. Locais de Presidente Médici, a festa do padroeiro, ela é comemorada todos os anos e esperada. Talvez a população identificasse isso como um fator cultural importante também.

A população mais jovem consegue pensar o patrimônio arqueológico e separar das questões religiosas. Eles conseguem fazer uma separação. Mesmo a maioria tendo a sua religiosidade e tendo as suas crenças, parece que inconscientemente eles conseguem separar. Os mais velhos nem tanto. Desde que você não fale em datações muito recuadas, até aceitam, mas caso contrário, é meio complicado. Em Presidente Médici a maioria da população não é católica, é evangélica. São bastante religiosos e eles não aceitam a teoria que não seja a

criacionista. Os adultos são um pouco mais complicados. Mesmo vendo vestígio, acreditando ser de grupos indígenas, dizem que são de grupos indígenas mais atuais. Agora, a população mais jovem, você não tem problema. Mesmo sendo evangélicos ou católicos, não há problema em discutir o assunto. Eu acho que é continuar da onde começamos. É continuar com esse trabalho educativo. Mostrando que uma questão não desmerece a outra, que elas podem, como você disse no começo, coexistirem sem nenhum problema. É questão de tempo, de formação de mentalidade para aceitação do patrimônio que elas têm.

A vinda de vocês da USP foi muito importante para nós, para o Museu. Porque você tendo alguém de fora, um olhar de fora, um trabalho de fora e trazendo, assim, todo o histórico, todo o conceito que a USP, e o Eduardo Góes Neves tem. Junto com ele vocês que estão fazendo suas formações, dá uma credibilidade muito grande para o trabalho que estamos realizando há muito tempo. Assim, para população também é importante porque ela começa a perceber que esse patrimônio arqueológico, patrimônio cultural de uma maneira geral que temos na região, é importante não só para nós, para quem é de fora também. Ela começa a pensar um pouco mais nesse patrimônio. Se os outros que são de fora vêem tanta importância, vem de tão longe, para observar, para pesquisar, para estudar, então, alguma coisa de relevante esse material tem. Então, para nós é um apoio muito grande, a vinda de vocês. É aquela velha história,, santo de casa nunca faz milagre.

Aqui já escutei muitas histórias da população, das crianças, sobre o patrimônio arqueológico, como por exemplo da pedra mole. Da arte rupestre. Na verdade, eles dizem que aqueles desenhos foram feitos num momento que a pedra estava mole. São os sinais de pés que alguém foi lá e pisou na época a pedra estava mole ainda. Tem as histórias da mãe do ouro, que é muito frequente, principalmente nas áreas com arte rupestre. É a história das luzes, que sempre aparecem em locais com arte rupestre de acordo com a luz.

Geralmente esses mitos aqui em Rondônia, eles vieram de fora, junto com os migrantes, principalmente das regiões de mineração como Minas Gerais. Por exemplo, lá no Riachuelo tem um sítio, em que você tem um painel na base do morro e você tem um outro painel no alto do morro. Então, as pessoas contavam, e contam ainda, a história de uma luz que todo dia à noite migrava, ficava migrando de cima do morro para esse painel embaixo. Eles diziam que provavelmente teria alguma botija de ouro enterrada ali. Porque pelo que eles conheciam de outras regiões só podia ser a mãe do ouro guardando alguma coisa.

Entretanto, um dia, compareceram os pesquisadores de fora e escavaram junto um desses painéis. Tiraram uma pedra de lá. Uma pedra escura. Levaram essa pedra para fazer análise nos Estados Unidos. Pela descrição que eles fazem, isso coincide com a época que o Miller andou na região mais o Josué, e a descrição física dos pesquisadores também coincide. Eu só não consigo entender o porquê que eles dizem que eles falavam uma língua estrangeira. Como eles dizem, uma outra língua. Por que isso foi mandando para uma instituição estrangeira. O fato é que depois que essa pedra foi retirada, a luz sumiu. Nunca mais apareceu. Com isso confirmou a teoria local de que realmente era a mãe do ouro. Estava cuidando de alguma coisa especial até o momento em que foi retirada.

Em relação à cerâmica, nada extraordinário. Eles falam, caco de índio, botija. Por exemplo, teve alguns sitiantes que vieram com o mesmo mito lá das botijas de ouro. Na verdade, todos esses... inclusive achavam no início das nossas pesquisas que estávamos procurando botija de ouro. Quando você encontra uma botija, eles não se referem a pote nem a urna, mas a botija. Quando você encontra uma botija, o ouro só vai estar lá dentro dependendo do tamanho da sua fé. Como geralmente as pessoas aqui vão procurar muito sem fé, quando abre só tem osso e cinza. Se você tiver realmente fé que é uma botija quando você abrir uma urna dessas, você vai encontrar ouro. Não tem nada assim de extraordinário nas histórias que contam por aqui.

As pessoas da região continuam doando o material numa escala bem menor, nos deixa até satisfeitos, um pouco. Talvez seja um indicativo que elas não estejam mais colecionando, mas ainda continua chegando material. Quando o Rodrigo estava aqui no ano passado, chegou alguém de um distrito de Ji-Paraná, de Nova Londrina, uma senhora, um casal na verdade. Com uma caixinha de sapato com vários fragmentos de cerâmica. Eles trouxeram para mostrar no Museu que tinha esses vestígios na propriedade deles e disseram que lá tinha muito mais, era só para mostrar que tinha para que pudesse ir alguém até lá. Na época até o Rodrigo conversou bastante com eles. Recebemos esse material, não tivemos a oportunidade de ir até lá. O tempo foi corrido, e acabou também não sendo prioridade naquele momento, que ele precisava terminar o que ele veio fazer. Trabalho de laboratório com material dele.

O processo de colonização em Presidente Médici foi muito violento como foi no Estado inteiro. Foi assim, uma coisa muito rápida. Essa região aqui, ela tinha muitos grupos indígenas que foram empurrados, foram sendo empurrados para

dentro. Os últimos que ficaram, ficaram ali na região do Riachuelo. Depois foram lá para o riozinho ou então lá para terra indígena Sete de Setembro, que foram os Suruís. Mas, assim, no que diz respeito ao patrimônio arqueológico, talvez sem a ocupação não teria sido descoberto. Ao mesmo tempo, essa rapidez da colonização também trouxe a destruição de muitos vestígios dessa camada superior mesmo, ela virou pó. Virou pó, fragmentos. Do ponto de vista humanitário foi um atraso.

Também não podemos pensar, como você também falou no começo, que esses índios estão congelados no tempo. De uma maneira ou de outra, eles tinham que entrar em contato. Só que como aconteceu em toda a história do Brasil, foi de uma forma muito errada. Eu não sei a partir de agora como as coisas vão acontecer, mas até agora em momento nenhum trouxe benefício para os grupos indígenas. Apesar de eles terem parado de diminuir, em alguns grupos terem aumentado significativamente o nome e não só os indígenas, mas as comunidades quilombolas também da região. Tem bastante aí. Muitas. Não só aqui nessa região, principalmente indo pra bandas de Guaporé, mas no norte do Estado também. Você vai ter alguns grupos aqui em direção ao Forte e outros na região de Porto Velho também.

As populações não tinham noção do que era essa floresta. Quando chegaram aqui não tinha mais jeito, não tinha como voltar. A maioria delas gastaram todas as economias, outras se endividaram para chegar até aqui. Era ficar ou ficar. Muitas não conseguiram nem sobreviver aos primeiros anos. O confronto contínuo com os índios, com a própria dificuldade mesmo de viver fora de sua região... muito longe dos centros urbanos. Doenças que chegavam e vitimavam. Teve famílias que os filhos todos morreram de tétano, por exemplo. Então, assim, a dificuldade, foi muito grande. Os que conseguiram permanecer e que conseguiram sobreviver, eles passaram as mesmas dificuldades talvez dos próprios indígenas da época. Só que de uma maneira mais... porque era própria luta pela sobrevivência. Ou era eles ou eram os índios.

Para a arqueologia, esse processo foi interessante, porque a forma como o INCRA dividiu a terra em lotes pequenos e com linhas... estradas vicinais, passando esses lotes. Você tem muito... você tem uma malha rodoviária muito grande e propriedades relativamente pequenas. E no início da colonização havia um incentivo muito grande por parte do Governo para o desmatamento para abertura total dos lotes. Ao fazer isso, o proprietário rural foi identificando as áreas com vestígios arqueológicos. Tanto que se você conversar com eles hoje, eles ainda se lembram

quais são os locais em que eles perceberam algum vestígio. As vezes você vai lá e não vai encontrar porque virou área de pasto é difícil você encontrar. A não ser que você faça uma prospecção interventiva, você cave, mas na maioria das vezes, você vai, você acha o vestígio. Porque eles realmente conhecem a propriedade toda. Foram eles que desmataram, que plantaram a roça, que carpiram. Não havia mecanização na época. Era na inchada mesmo, então cada centímetro da sua terra eles conhecem. Para a arqueologia isso foi um aspecto positivo. O aspecto negativo fica por conta do genocídio que aconteceu na região. Fica por conta da destruição dos sítios que aconteceu também ao mesmo tempo que descobriam... Destruíam também. Mesmo sem querer, mas não muda o fato que destruíam.

A partir de Edital, conseguimos a publicação da minha dissertação de Mestrado. O livro deve sua publicação ao Edital Sab 2011, com patrocínio da Petrobrás/Minc/Governo Federal. Aborda os registros rupestres dessa região de Rondônia, enfocando seus aspectos formais e localização, sendo realizado um inventário dos sítios e gravuras. Ao lado de outros dois artigos publicados, um em parceria com o Garcia e outro com geólogos do CPRM, em parceria com outros pesquisadores (Pedras que guardam segredos <http://www.periodicos.unir.br/index.php/veredasamazonicas/article/viewArticle/283> e Formação Pedra Redonda e ocorrências arqueológicas associadas - <http://www.rupestreweb.info/pedraedonda.html>), o livro consegue dar um panorama geral dos vestígios arqueológicos da região central de Rondônia tanto para pesquisadores quanto para leigos interessados no assunto.

Às vezes eu fico chateada, triste, porque a gente trabalhou tanto pra fazer o pouco que fizemos, eu e o Garcia, e de vez em quando a gente ouve algumas pessoas dizerem que também fizeram isso e aquilo, e que estava junto, e poxa vida, não estava, nunca estive...No princípio, em muitos momentos até eu fiquei sozinha, principalmente quando a Pardi entrou na história...Corri atrás, financeiramente por minha conta, em finais de semana, repondo aulas no colégio que lecionava, de cursos, oficinas na área da museologia, arqueologia pra me inteirar, aprender um pouco mais sobre museologia e arqueologia, e parece que muitos não percebem isso..Hoje estou sozinha aqui, e não é por falta de buscar ajuda, de pedir, é que muitas pessoas querem apenas o status que o trabalho pronto proporciona.

Daqui a 20 anos eu vou estar velha mas não queria estar morta não, nem fora das discussões que envolvem a arqueologia da região. Queria ver o Museu cheio de profissionais de seu próprio quadro funcional, desenvolvendo ações em frentes

diversas...Assim, eu acho que talvez nós conseguíssemos daqui a 20 anos ter uma instituição forte, estruturada. Trabalhando em várias frentes de pesquisa e frentes educativas. Uma população consciente do que seja o patrimônio cultural e investindo nesse patrimônio também. De você poder chegar em alguém e perguntar pela identidade cultural da região e ela saber te responder e valorizar isso. Uma população menos preconceituosa em relação aos grupos diferentes, indígenas e quilombolas, atuais. A partir da valorização desses vestígios mais antigos. Pelo menos isso que eu queria, você perceber que todas as instituições de ensino estão realmente pegando o gancho dos temas transversais e incluindo a questão do patrimônio. Não só o arqueológico, mas todo o patrimônio cultural dentro das suas atividades.

Entrevista transcrita pelo Maurício André da Silva, no contexto da pesquisa de mestrado: *Memórias e histórias no sudoeste amazônico: o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia*, orientado pelo Prof. Dr. Camilo de Mello Vasconcellos no Programa de Pós Graduação em Arqueologia no MAE/USP.

Ficha de classificação da entrevista:

Código de cadastro da entrevista: 01
Entrevistado(a)(s): Maria Coimbra de Oliveira
Profissão: Diretora do Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia – CPMRARO. Professora de história.
Dados Biográficos: Nasceu em Lagoa Formosa, Minas Gerais em 06 de abril de 1969. Migrou para Rondônia em 1987. Atuou como professora de história da rede pública de ensino do município. Atualmente, é diretora do CPMRARO.
Entrevistador(a)(es): Maurício André da Silva
Contexto de produção: Resultante do mestrado realizado no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), intitulado: <i>Memórias e histórias no sudoeste amazônico: o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia</i> .
História Oral Temática / Vida
Meio de divulgação: Dissertação
Mídias relacionadas: Fotografia, áudio e documento escrito.
Data da realização: Novembro de 2013
Local da entrevista: Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia – CPMRARO
Observações: Aborda a história de vida da entrevistada, com enfoque na migração para a localidade, o envolvimento com os vestígios arqueológicos e, conseqüentemente, com a arqueologia. Apresenta as relações dos moradores com o material arqueológico local, o colecionismo de peças e a implantação do Museu.

Características do Documento:

Suporte	Papel.
Forma	Cópia
Formato	Arquivo digital e texto impresso
Gênero	Documentação informática, textual e iconográfica
Espécie	Entrevista
Tipo	Entrevista de história oral temática / de vida

Descritores:

- Migração para Rondônia;
- Contato da população com os vestígios arqueológicos;
- Colecionismo de objetos arqueológicos;
- Criação do Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia.

APÊNDICE B – NARRATIVA DE JOSÉ DA SILVA GARCIA

Sou José da Silva Garcia, nasci em São Paulo, na cidade de Martinópolis. Eu sou filho de baiano e sergipano, nasci em São Paulo e fui criado no Mato Grosso do Sul. A minha mãe é baiana de Geremoaba, o meu pai é sergipano de Lagarto. Com cinco anos eu fui para o Mato Grosso, para o estado de Rondônia eu vim com 27 anos. Eu sou filho de nordestinos e naquela época, o nordestino vinha para trabalhar na fazenda. Nordestino sempre gosta de plantar e sempre sonhava com pedaço de terra. O Mato Grosso era um estado novo e estava sendo aberto, apresentava oportunidades, imediatamente o meu pai decidiu ir para o Mato Grosso. Ele olhou, comprou uma marcação, naquele tempo igual aqui e já levou a mudança para o Mato Grosso.

No Mato Grosso eu trabalhava na roça, nós plantávamos. A principal lavoura era o algodão, o amendoim na época que o óleo ainda era fabricado de amendoim. Meu pai faleceu muito cedo. Depois de dois anos que estávamos lá no Mato Grosso ele faleceu. Com sete anos eu fiquei órfão. Hoje eu acho que ele morreu de câncer. Pegou um caroço assim na garganta. Foi se tratar lá em São Paulo, fazia tratamento, um tal de banho de luz mas não tinha a medicina que tem hoje. Hoje com todo esse aparato, ainda é uma doença complicada. A minha mãe ficou viúva com oito filhos. Na época, o mais novo tinha três meses e o mais velho tinha treze anos.

Como a minha mãe era boa de enxada, colocou a molecada para trabalhar na lavoura, quem aguentava andar e conseguia um pé de mato. Comecei a mexer na roça muito cedo, a partir dos cinco anos... Porque, na verdade, nós fomos criados assim. Armava a rede, minha mãe ia trabalhar, levava o almoço, levava uma rede até improvisada, os pequenos ficavam na rede, os maiorzinhos ficavam cuidando e os meninos, de vez em quando, iam dar uma bicada lá, fazendo alguma coisinha.

Como era uma época das crianças muito obedientes ele começou a ir à roça e aí puxava o restante, o menino de treze anos. A minha mãe também nunca ficava em casa, ela sempre estava na roça, e foi indo, e aí foi passando, foi passando o tempo. A situação meio difícil. Com o tempo o pessoal começou a crescer, minha mãe ainda conta hoje em dia, em situações difíceis: - Olha, naquela época você não ganhava uma roupa usada de ninguém. Ninguém tinha para dar. Nem você tinha cesta básica do governo, bolsa não sei o quê, não tinha nada, era muito dura a vida.

Nós ficamos no Mato Grosso por um bom tempo. Com o tempo a turminha começou a crescer, começamos a trabalhar e a nossa situação foi melhorando. A sorte nossa é que tínhamos um pedaço de terra. Depois de um tempo com o meu

irmão casado, com filho também trabalhando na própria terra, ele decidiu mudar para Rondônia. Ele veio, chegou aqui e não estava tão ruim de situação, estava bem.

Em 1982 eu terminei o magistério. Prestei ainda alguns concursos no Mato Grosso, mas não consegui passar. Nessa época eu vim aqui e dei uma olhada na terra, voltei em casa e falei para o pessoal: - Olha, eu vou mudar para Rondônia. Até porque eu não quero ficar na roça, já enjoei de roça. Tinha o magistério completo e naquela época o Estado pagava muito bem. O salário do professor era muito bom. Minha família decidiu vir comigo para Rondônia. Assim fizemos, vendemos a terra que tínhamos. Em vender lá e compramos uma outra aqui no nome já da minha mãe. Saímos de lá no dia 5 de dezembro de 1985. Chegamos aqui 8 de dezembro.

Já tínhamos criação de animais, trouxemos com a mudança. Viemos aqui para Médici, que era onde o meu irmão estava. Continuamos na roça, eu com aquele sonho de me empregar, mas na época aqui tinha muito aquilo de ser indicado. Tem aqueles que gostam mais de se apadrinhar, se apadrinha muito mais fácil. Consegue fazer uma média melhor.

Eu fui meio diferente em casa. Enquanto nós fomos um grupo criado assim com muito medo. Parece que eu fui mais... um pouco mais solto. Parece que eu não sabia bem o que fazer. Até porque eu acho que a própria vida me ensinou a brigar muito cedo por direito. Tudo o que você vai contar, parece que passa um filme na cabeça. Você tem momentos que tem hora que nem você mesmo quer lembrar, mas é isso. Eu sempre fui... O mais velho, que se destacava, praticamente era o chefe da casa de uma família de oito irmãos. O meu irmão casou muito cedo, muito cedo mesmo. Ele ficou sem pai com treze anos, acho com dezesseis anos ele já se casou. Naquela época eu tinha duas irmãs mais velhas, mas a mulher, na nossa cultura antigamente era ruim para elas, nunca serviam para cabeceira. Então praticamente eu que fui o pai dos mais novos. Você vai disputar, você vai atrás de financiamento para lavoura, você vai atrás de vender, você vai atrás de comprar e tudo. Você acaba se envolvendo. Querendo ou não, você já está num trabalho político. Para política partidária, você está ali, todo mundo está te vendo, já te chamam para uma reunião, você já vai. Quando você pensa que não, você acaba envolvido.

Eu comecei a vida política pelo PMDB, sempre meio de oposição, dentro do próprio partido. Eu até recebi oferta do PSDB e da AREN. Tal, que eles iam arrumar emprego, aquela coisa toda, mas eu não me tocava não. Não tinha interesse. Até

porque você entra num grupo e começa até a defender aquele grupo. Com isso mudei para Rondônia, com esse negócio sempre muito de igreja eu me envolvi aqui nas comunidades Eclesiais de Base. Na igreja, fui fazer parte, pregar evangelho. Essas coisas. A igreja Católica, hoje ela está meio mudada, mas trabalhava muito progressista, muito liberta na época. Como é que a chamávamos, meu Deus? A Teologia da Libertação, eles seguiam isso. Como aqui era um lugar de muita opressão. Você ficava do lado do opressor ou do oprimido, com aqueles conflitos de terra era muito difícil o clima por aqui. Porque como eu tinha que cuidar desse serviço, mesmo no tempo de solteiro, as minhas amizades, a maioria era de pessoas casadas. Eles vinham contando essas histórias e eu ia ouvindo, gostando. Sempre me posicionando do lado deles. Na igreja tinha muito isso, na época tinha esse conflito de terra aqui, trabalhávamos muito isso. Chegamos a presenciar, não ver, mas mortes de muitos líderes aqui quando eu cheguei, no caso do Padre Ezequiel em Cacoal e outros, e outros.

Depois veio o sindicato rural com aquela filosofia bem política. Eu fui me envolvendo, depois me convidaram para um cargo, me filiaram ao PT. Aliás, eu fiz a filiação no PT. Depois teve a convenção. Eu não vim nem à convenção. Tinha um cara lá, chamado de Luiz Augusto que mora hoje em Triunfo. Eu estava fazendo não sei o que em casa, não sei se era matando porco, ele passou lá e falou: - Rapaz, eu coloquei teu nome como candidato a vereador. Falei: - Rapaz, você é doido? Não, rapaz, eu não vou nisso não.

Eu reforcei: - Não, rapaz. Eu não vou me envolver nisso não. Pegou ele e um tal de Ditão que tem lá. Ditão e seu Toninho. Fizeram uma reunião e me chamaram, perguntaram: - Rapaz, como é que a fazemos campanha. Não tem como fazer campanha. Acabei de chegar aqui. Só estou com dois anos e meio aqui em Rondônia. Eles comentaram com esse negócio de sala de aula, com esse negócio de igreja, a visão do povo em relação a mim era muito boa. Eu acabei aceitando. Fomos para campanha. Sem aquela expectativa de ganhar, mas como tinha a filosofia na época, dizia o seguinte. O partido vinha, você vinha ao partido, um colega falou: - Ó, se nós não continuarmos jogando candidato, nunca vamos eleger político do nosso lado, porque o partido ainda é muito fraco. Então, precisa que cada um tire dez votos, para que elejamos um com duzentos votos. Eu falei: Então, deixa aí, mas ainda com aquele medo, tal. Nós concorrermos, naquele tempo não podia ser dispensado. Tinha que fazer campanha e ir para a escola. Aí assim eu fui. No dia da contagem eu fui na rua fazer não sei o quê. Eu vim, aí estava contando os votos.

Eu comecei no grupo do PT, que a nossa previsão era fazer três vereadores. Na época, eram treze cadeiras. Nós falamos: Não, três cadeiras são nossas. Porque nós tínhamos um número grande de candidatos.

Eu comecei a liderar na contagem. Com pouco voto, pouco voto, pouco voto, fui liderando. Aí falaram: - Ó, a expectativa que se fizer um, é você. Mas ninguém me conhecia aqui na cidade. Só o pessoal de lá que estava aqui acompanhando. Até que na contagem final, eu acabei liderando no grupo. Elegemos dois, e eu fui eleito, mas aí eu sofri assim, meio que uma decepção, viu. Tirei um mandato, tive uma série de problemas. Porque na época nós tínhamos recém-saído da ditadura militar. Não era permitido fazer oposição. Você tinha que vir às vezes escoltado de lá para cá, era muita ameaça. Terminou o mandato e eu pensei, Meu Deus, eu não quero isso nunca mais. E aí nem me candidatei.

A eleição foi em 1988. Pela primeira vez, eu tinha chegado em oitenta e cinco em Rondônia. Eu entrei no Estado também em oitenta e oito. No mesmo ano que eu comecei a trabalhar de professor. Terminei o mandato. Não fui candidato. Tive uma série de problemas assim, de ameaça, de tudo. De morte mesmo. Não podia mais dormir no gabinete, tal. Porque eu vinha... Como o meu trajeto era de bicicleta, eu fiz campanha de bicicleta.

Eu ainda começo a olhar a história do Brasil, eu acho que evoluiu. Eu ainda avalio que na sociedade elegemos uns ruins, mas na sociedade ficam ainda uns piores sem ser eleitos. Agora, o danado que eu não sei se nós ainda vamos conseguir mudar, é que nós não votamos nessa mordomia de político. Votamos (...) no cara, mas não votamos nessa mordomia que ele tem. Esses desvios, eu acredito que com uma mentalidade dessas. O certo era investir em educação. Mas aí eu olho tão longe. Você olha para a classe de professores que às vezes faz tão pouco em sala de aula para mudar, que você fica pensando, Meu Deus, você ocupa um governo quando o teu colega de profissão é pior do que ele. Os caras têm medo de fazer campanha em sala de aula. Poxa vida, a opinião tua você tem que manifestar. Onde você estiver. Se você é à favor, se você é contra. Não significa que você esteja certo também não, mas o importante é que você diga, não eu penso assim. Bom, eu acho. Não sei se você considera.

O professor tem a principal ferramenta de transformação, mas ele não usa. Não é nem você fazer a campanha política para determinado candidato. É você incitar o cara mesmo a escolher e a dar uma peneirada, a manifestar-se quando não

gosta, a ter opinião. A não ficar repetindo aquele mesmo voto na mesma pessoa o tempo todo, que a própria pessoa vicia e se acostuma com o cargo.

Pois então, eu desde o Mato Grosso, eu já até me armei na política, já torcia um pouco contra o sistema, era meio oposição. Eu tive a sorte que quando eu cheguei em 1985 abriu o concurso para professor. Veio aquela lei que não podia contratar mais funcionário, tinha que ser por concurso público. O Estado fez o primeiro concurso em 1988.

Eu prestei e passei. Eu e a Maria fizemos o concurso. Nós morávamos perto também. Eu estava solteiro, mas casamos em 1988. Nesse mesmo ano os pais da Maria já iriam embora e a Maria também. Nós decidimos nos casar, ela já estava empregada e tudo. Os pais voltaram porque eles vieram e não gostaram do lugar. Decidimos que nos casaríamos. Nos casamos no dia 25 de novembro de 1988, mesmo ano do concurso.

Começamos a dar aula nas escolas rurais na mesma época, na mesma escola. Trabalhamos por um bom tempo, depois fomos mudando de escola à medida que foram precisando de professores em outras. Eu dava aula de tudo, de todas as matérias. Só quando nós entramos saiu a segunda fase do ensino fundamental na área rural. Nós iniciamos com a quinta série. Depois veio a sexta, sétima, etc.

O Governo decidiu municipalizar, passou para os municípios o ensino fundamental. Nós fomos alocados em outras escolas, na zona rural também, bem próximo de casa. Fomos nos ajustando, cada um foi para uma escola. Depois vagou a escola que eu estava dando aula, e a Maria veio dar aula, e lá ficamos. Essas escolas eram Municipais. Até quando o governo resolveu recolher todos os funcionários municipais, mas isso já em 2003 se eu não me engano.

Na área rural a maioria era professor leigo, de magistério igual a nós. Então, tinha que fazer uma faculdade. Foi feito um projeto de nome PROCAPE para formar esses professores. Com ele nós éramos obrigados a trabalhar a disciplina que a nós iríamos estudar. Até porque o curso era meio condensado. Você tinha que estar trabalhando na área que você fosse fazer a formação. No nosso caso, nós optamos por história. Nós viemos para a cidade para pegar as aulas de história.

Quando estávamos na graduação tivemos a notícia da gravura rupestre lá do Riachuelo. Foi a história de um professor que trabalhava na SEMEC e que contava a notícia de um motorista da SEMEC que tinha ido lá pela primeira vez e depois levou esse professor, que é o Professor Devanir. Ele é da escola de Médici. Ele contou a

história dessas gravuras rupestres em sala, fez a sugestão para o professor levar a turma para conhecer. Imediatamente mobilizamos a prefeitura para conseguir ônibus.

Esse foi o nosso primeiro contato com a arqueologia da região. Até então nós nunca tínhamos ouvido falar. Com essa visita, a maioria da turma acabou vendo muito pouco. Eu, o professor Devanir e a Maria Coimbra ficamos mais empolgados. Eu talvez até influenciado pela Maria Coimbra, ela de todos, foi quem mais se envolveu, quando ela viu ali para ela... era uma das maiores descobertas da vida. A sensação que ela teve, ela veio para casa maravilhada com aquilo. Comentando da questão da pré-história e ela já tinha lido um pouco a mais que os outros nessa questão. Ela começava a comparar com as demais localidades do mundo. Até aqui nós ainda não tínhamos notícia. Nós passamos em todas as aulas dos professores da graduação. Nós puxávamos o assunto.

Tinham aqueles professores que já conheciam, eles foram trazendo o que eles tinham e nós fomos xerocando. Cada um dos professores que vieram da disciplina, quase todos acabaram contribuindo um pouco com a nossa pesquisa na arqueologia. De modo que nós já saímos da graduação já com o pensamento tendencioso para pré-história. Se nós tivéssemos que fazer uma especialização já seria nessa área.

Nesse meio tempo, junto com a graduação, nós já estávamos trabalhando e passamos a atuar nas escolas rurais de novo. Com o ensino fundamental que era no projeto Educando. O ensino fundamental de quinta a oitava, na época, que hoje é do sexto ao nono ano. Nós começamos a dividir esse conhecimento com os alunos. Quando nós nos aproximávamos das escolas do Riachuelo, os alunos também já tinham um pouco de conhecimento desses materiais. Eles já tinham ouvido falar alguma coisa, alguns já tinham visto.

Eu não lembro assim, talvez a Maria lembre, em que altura nós começamos a associar as gravuras rupestres ao material lítico, ao material cerâmico. Eu sei que nós começamos a dividir aquilo na sala de modo que todo aluno já tinha tido o primeiro contato com material arqueológico. Eles contavam sobre os machados que tinham. Nós fomos por curiosidade pedindo para ver. Quando eles traziam para escola, eles nunca pretendiam levar de volta até porque eles acharam. Às vezes eles nem encontraram, falavam: lá casa tem um, tem dois, mas nós jogamos para lá. O outro contava que o pai proibia de guardar dentro de casa. E eu sei que aquele material foi chegando cada vez mais, material lítico, material cerâmico. Sem

perceber nós nos tornamos colecionadores.... Outros diziam onde tinha, até hoje se fosse para buscar material na área rural, para pegar com as pessoas que juntaram, nossa, tem um monte ainda por aí nas casas, mas depois com o tempo nós fomos adquirindo conhecimento.

Isso foi...acho que 2003, 2004, 2005. Esse material foi chegando, os alunos também foram dando notícias de outras gravuras e nós fomos verificando. Na hora que íamos verificar o que o aluno encontrou, acabávamos com aquele instinto caçador procurando mais. Fazendo novas descobertas, pegávamos a moto. As pessoas falavam: - Ah, tem uma notícia que lá na cento e dois tem gravura rupestre. Saímos pesquisando esses materiais.

Fazíamos isso no final de semana. Final de semana pegávamos a moto e saíamos. Tinha aluno que ajudava onde ele tinha encontrado, já mostrava o que tinha. Porque quase todas as gravuras rupestres, elas estão associadas ao cerâmico. Todas você pode olhar que perto vai ter um sítio. Nós fomos recebendo aquilo, que eles foram encaminhando. Quando nós estávamos com certa quantidade, foi que nós fomos perceber. Fazer o que desse material? Não tem o que fazer. O que nós vamos fazer? Aí pensamos. Um o museu! Vamos ter que pensar no museu, mas naquela época aqui, falar em museu era muito difícil. Chegava, conversava com um, conversava com outro, pedia ajuda e não ia para frente. Um professor começava e daí a pouco parava não conseguia encaminhar. Em 2005 parece que foi reorganizado o IPHAN em Rondônia. Não sei o ano direito, a Maria foi a uma reunião e conversou com a Mônica no IPHAN. Com isso o IPHAN tomou partido, acho que a Mônica já, imediatamente comunicou a Brasília. Brasília mandou a Maria Lúcia Pardi.

A Pardi chegou ao município em 2008. Não, a primeira visita dela foi no final de 2007. Depois em 2008. Eu acho que o papel do IPHAN foi decisivo para a criação desse Museu. Porque nós chegávamos e fazíamos uma conversa boa e tal com a cidade, mas não caminhava. Depois que você ia, ele ficava engavetado. Quando a Maria Lúcia Pardi desce de lá e fala vamos criar o Museu, vamos criar e começa a dizer. A responsabilidade do município com o material arqueológico cresceu. Eu acho que foi decisivo na questão também do próprio recurso, porque teve a parceria da prefeitura e uma boa parte do recurso foi do IPHAN. Colocou dinheiro. Colocou dinheiro no sítio, lá para visita.

Eu não consigo entender bem o que a população pensava sobre a criação do Museu, mas eu sei que eles eram curiosos, quando eles doavam o material. Eles já

tinham aquela ansiedade, falavam: - O Museu vai sair, vais ser criado, o material, vai para lá. Como até hoje, se alguém encaminhar uma peça, ele acaba querendo vê-la lá depois no Museu, ele acaba cobrando. Então, eles tinham aquela expectativa da criação do Museu. Tanto que eu acho, eu sempre digo, eu acho que esse Museu se tivesse um gestor público que olhasse para ele mesmo, com capricho, com coragem, fizesse uma política para ele. Eu acho que ele teria muito apoio da população, até porque é o resultado coletivo.

O material, porque eu até costumo falar aquele agricultor que conseguiu olhar aquela peça no meio da pedra e viu que tinha trabalho humano que era diferente, ele tem um conhecimento fenomenal. Tanto que ele trouxe para casa, ele guardou. Então, ele vê a importância daquele objeto. Então, foi um trabalho coletivo mesmo essa criação do Museu. Um trabalho de formiguinha que cada um juntou aquilo que ele tinha em casa, aquela peça que ele tinha. Quem já tinha trouxe lá da roça, do sítio. Depois nós tivemos o trabalho até de pegar. Porque nós tivemos uma preocupação que até hoje eu fico pensando assim com o é que nós fizemos isso. Nós fomos identificando por aluno as peças recebidas. O que depois ficou muito fácil de você ir lá e saber para procurar onde tem um sítio. Hoje nós temos peças que... o cara chega, entrega e não sabe da onde foi. Mas é muito pouca, viu. É muito pouco. Eu ficava assim boquiaberto assim com esse gesto da população guardar as peças. Tinha uns que até no jeito deles, até pintavam. Para deixar colorido. Para dar cor ao objeto. Outros colocavam uma linha, quando eram aquelas peças furadinhas. Porque ela estava amarrada lá na parede decorando a sala.

A população tem um monte de histórias sobre essas peças. Tem essa questão aqui que as pessoas falam, que esse material era quando a pedra era mole. O pessoal arriscava a desenhar, depois de uma certa época a pedra endureceu. Ficaram as marcas. Tem uma história que eu me lembrei, até depois nós voltamos nessa questão, é a história da... não sei se a Maria te contou, do mito de uma luz, lá na 110, no sítio pedra da igreja. A população conta que tinha um lugar numa laje com gravura e praticamente não nascia mato naquele local. Toda noite saía uma luz daquele local que não nascia mato da pedra da gravura e ia até o rio, que é o riacho Alvarenga. Apareceram um dia uns pesquisadores e escavaram aquele buraco. Eles escavaram justamente, lá tem uma gravura parecendo uma flecha. Ela estava apontando mesmo para o chão e eles escavaram justamente ali. Eu até não sei se foi por curiosidade, mas a área na época também não tinha vegetação não. Depois daquele dia que aquele pessoal escavou, a luz desapareceu. Nunca mais desceu

para o riacho. Depois, com o tempo, nós ficamos sabendo, pelas características que nós fomos investigando, o pessoal, tentando descobrir quem é. Chegamos à conclusão pelas características que eram o Miller e o Josué.

Eu não sei se eles retiraram o material porque na época também o Miller não era de fazer coleta, ou talvez ter alguma pedra que estava próxima lá do lugar que saíram dali. Eles chegaram à conclusão que eles tinham escavado. Talvez eles estavam olhando as gravuras. Depois que eles mexeram, nunca mais a luz... passou. Temos o mito da pedra de raio também. Tem as ideias que falam sobre o pessoal da mineradora que esteve aqui um tempo, tanto que fizeram estas gravuras. Tem aqueles outros também, que eles veem muito na televisão, eles também pensam na questão da ufologia, atribuem esses materiais também aos extraterrestres. Porque sempre passa alguma coisa na TV. Eles falam: - Não rapaz, isso não é coisa de humano não, isso é coisa de ET.

Com o Museu a percepção da população mudou muito, completamente, viu. Mesmo com esse trabalho nosso, até de procura dos sítios. Você precisava ver, os caras pareciam mais uns guardiões do patrimônio e qualquer coisa que acontecesse no sítio, na hora que você chegava lá, o pessoal denunciava, eles já contavam mesmo. Eles viraram uns verdadeiros guardiões e informavam onde tinha mais sítios. A princípio, também, tinha uns que ficavam meio receosos com o patrimônio arqueológico. Perguntavam: - O que vai acontecer...entra na questão do tombamento. O governo vai tomar a terra e tal. Isso nas primeiras conversas, depois acabou...

Aqui na região você tem muita destruição de sítio, mas, até porque temos uma quantidade enorme de sítio, um muito próximo do outro. O cara também não tem como não trabalhar. Porque se o cara for preservar, e principalmente, a área de sítio arqueológico. E você sabe muito bem, são as áreas melhores. Até porque a terra preta dali. Então, eles vão gradeando aquilo o tempo todo. Várias e várias vezes.

O próprio governo ainda não tem essa preocupação com material arqueológico. Você pode ver, toda a obra que faz aqui do Estado, não tem resgate do material arqueológico. O próprio museu lá da capital, de Porto Velho, passa mais tempo fechado do que aberto. Quando chega aquele material nem catalogado foi ainda. O pessoal conta que vários materiais continuam desaparecendo do museu. Então, ainda precisa de um trabalho maior da questão da sensibilidade para a preservação.

Agora aqui em Médici é um pouco mais tranquilo. Eu acho que você deve ter olhado o livro, as visitas são muitas no Museu, são muitas escolas que vêm. Visita da população hoje acaba sendo pouca, porque boa parte já passaram pelo museu. Ainda tem aqueles que não conhecem também. Do jeito que ele sempre funcionou, também, você acaba não conseguindo fazer aquelas campanhas para que o pessoal visite. Aos domingos dificilmente está aberto, no sábado também. Feriado, porque nunca tem uma equipe onde um possa descansar. Hoje, por exemplo, mesmo no passado, nosso trabalho era praticamente de boa parte do tempo no Museu. Nós ficávamos o tempo todo. Eram oito, dez horas por dia, sempre ficamos. Final de semana, não tinha final de semana que nós não trabalhássemos. Até hoje a Maria Coimbra ainda trabalha nos finais de semana. No feriado agora ela trabalhou. A maioria dos sábados, porque as escolas rurais, as escolas de um modo geral, elas só conseguem ônibus para visita no museu no sábado. Porque no dia de semana está em sala de aula. Isso é um dos problemas, a visita do museu aqui ainda não é vista como aula, em nível de Estado. Quem quiser vir na semana não pode porque na semana tem o calendário de aula. O professor não consegue também sensibilizar o diretor, mas de forma geral teve muitos avanços.

Eu acho que a questão indígena é pouco entendida na região. O povo ainda tem um....Ainda nós vivemos num determinado preconceito com o índio. Ele é visto meio generalizado. Não tem muito isso, mas até certo ponto, quando você leva isso para a sala de aula, quando você comenta, eles conseguem de fato entender, por exemplo, a importância deles e muitos conseguem relacionar parte desse material a esses grupos pré-colombianos. Porque precisa de um trabalho, talvez de antropologia para tentar associar, porque é como você disse antes. Os grupos indígenas estão aí. Todos praticamente em volta do museu. Alguns desapareceram, mas ainda resta...

Por exemplo, eu trabalho com duas etnias, que são os índios Gavião e os Arara. Eu até fiz questão, não lembro o dia, acho que foi dia 25 de outubro. Eu trouxe eles para uma visita no Museu. Nossa, mas precisa ver. Eu nunca vi um grupo de alunos tão interessados num material quanto eles. As chefes, nossa, lá ficaram maravilhadas. Elas já disseram logo, nós temos que levar a outra etnia, que é a etnia Arara. Até para eles tomarem conhecimento.

Hoje eu trabalhando lá nas aldeias, o que eu notei, eles conhecem também muito pouco da cultura deles. Eles estão ali no intermediário que eles nem são um índio como antigamente, nem podiam ser também, mas também não conseguiram

absorver muita coisa da cultura do branco. (...) Até porque o próprio sistema educativo não dá esse conhecimento. Eu acho assim, é imprescindível eles conhecerem a história deles, o passado deles. Como viviam. Nem só eles, mas como também o branco perceber. E o que eu trabalhava muito Maurício, em sala de aula essa questão, por exemplo. Você vai nos livros didáticos ...e eu dizia para esses grupos. Quando você vai aos livros didáticos, você trabalha a pré-história, só... à pré-história que aparece é europeia ou da Ásia... Quando você vem para a pré-história brasileira só tem São Raimundo Nonato, essas coisas, e o Estado nosso, Rondônia tem uma pré-história incrível. Nós temos que pensar em trabalhar ela também. Então, Maurício, aí é o seguinte. Pensando o seguinte. Eles precisam conhecer essa história antiga, para eles valorizarem também a história (...) os descendentes deles. Os remanescentes.

Os grupos indígenas sempre passam alguma coisa, na questão da cerâmica. A maioria das aldeias ainda mantêm. Inclusive, eles mantêm aqueles mesmos jeitos, com aquela técnica do roletinho. Eles passam um negócio que eu esqueci o nome, uma tinta preta por dentro que eles tiram de uma embira(...) Eles a passam, fica tipo uma resina, eles passam do mesmo jeito. Eles fabricam cerâmica, fabricam cestos. Inclusive, o meu trabalho final de conclusão, eu dei um trabalho pedindo a habilidade de cada um. O que eles sabem fazer de um utensílio, tanto de adorno como de utensílio doméstico. Saiu arco e flecha, é o que sai mais, os cestos, cesto miudinho, cestos maiores, saiu anel, colares. O que mais que saiu? Eu acho que foi praticamente só. Mas eles ainda têm muita habilidade com coisas que você vê que é da cultura deles, que aquilo ali provavelmente vai carregá-los por muito tempo ainda.

A experiência de dar aula para esses grupos indígenas é fenomenal, muito boa. Igual eu te falei. Eu até quando eu fui para lá, eu fui mais assim, na expectativa de conhecer mesmo, de conhecer, de saber um pouco da origem, de como vieram. Você chega para dar aula e não tempos tanto tempo. Você chega na segunda-feira feira, o carro te leva a aldeia é longe você chega cansado, ainda tem que dar aula. Você tem que fazer comida. É uma série de coisas que não te permite e eu estou encerrando o ano e ainda não consegui o principal, que era conhecer um pouco da cultura desse povo. Nós conversamos em sala, os Gaviões são um povo assim muito tímido, eles falam muito pouco... Assim eu trabalhei muito filme com eles, eu passei muitos documentários de outras culturas indígenas... Porque eles reclamavam muito que quando eles vinham estudar junto com o branco, o branco fica só perguntando, pedindo para ele falar na língua e aí alguns riem. Eles acabam

se sentindo muito diferente. Não conseguem se enturmar. Eu levei vários documentários, dos Caiapós, de outras tribos para eles perceberem os que tem grupos igual a eles e que a maioria está até usando a cultura e fazendo turismo dentro da própria aldeia.

Nossa, mas eles acham fenomenal. Muitos, ainda mostrei para eles, muitos preservam aquele costume até como forma de ter destaque na sociedade, o grupo ser reconhecido. Mas eles acham muito bom. Eu, conversando com um deles, ainda tem os Gaviões mesmo, ele conta o berço da origem que é a Serra da Providência, que é a origem dos gaviões. Eles contam sobre os sítios arqueológicos que tem, que eles depois, eles escavavam. Tiravam aquelas panelas grandes (...) Tem um que até é professor índio, ele conta que o pai dele retirou na época, um panelão. Mas disse que era muito grande. Cozinharam muito tempo naquela panela.

Eles cavaram nessa Serra da Providência. Nós marcamos várias idas lá, mas nunca conseguimos. Como nós dependemos do apoio, falta combustível, falta motorista, uma série de coisas... Porque às vezes não dá conta de fazer as coisas por conta. Você precisa que o poder público fomenta, ajude...

Rapaz, você sabe que uma das expectativas que eu tinha com a população evangélica era deles terem algumas rejeições, mas quando você fala sobre arqueologia, a maioria acaba não discutindo. Tem hora que eu fico até surpreso com eles. Penso que talvez eles não querem falar sobre, fico pensando: - Será que ele deixou para não debater com você e ficar com a dúvida para depois, mas tem uns que ainda questionam, eles querem relacionar e muitos até pela falta de entendimento com o nascimento de Cristo. Eles contam: - Cristo nasceu só há dois mil e poucos anos, como tinha gente aqui antes deles...

Eu não sei, rapaz. Eu acho que meu trabalho é tranquilo. Não contestam quando você fala. Trabalhamos muito essa questão de data, essas datas que ciência fez. Nós trabalhamos essas datações da ciência, dos filhos do agricultor lá de sete mil e setecentos anos. Eles, a maioria ouve, mas não debatem. Deve ter aqueles que duvidam. Que dizem... Ah, mas acaba... Eu não sei se parece que vamos pegando uma prática e aí quando você passa, parece que as pessoas acabam tomando aquilo que você fala como verdade. Eu não sei o que acontece.

Meu sonho para esse museu no futuro. Até tanto que na administração passada nós conseguimos uma área bem maior. Nós idealizamos de fato um outro prédio mesmo. Até com esses recursos que vão entrar e tal. Nós idealizamos um

outro prédio para o Museu. Eu acho o seguinte, nós precisamos ali de uma diversidade, de mais salas para trabalhar. Veja bem, nós estamos numa região que nós temos só ali no Rio Branco, nós temos três etnias, aqui em Ji-Paraná nós temos mais duas, aqui no Mato Grosso, vizinho que é fronteira, nós temos mais duas. Eu acho o seguinte que seria importante, uma sala ou duas salas expositivas com alguma coisa ligada à etnologia desses grupos para você expor esses artesanatos.

O Museu deveria abordar a etnologia ali junto. Eu sonho num trabalho, talvez eu até não faça, até porque eu me sinto muito cansado. Eu tenho uma jornada de sala de aula e de uma chácara que eu cuido e aquela paixão pela roça. Às vezes você deveria estar com a cara nos livros, mas aí aquele gosto com as raízes lá não te deixam. Você vai no sítio todo dia, quando dá, até porque não é coisa grande, mas é um lugar assim que parece que você tem paz. Quando chega lá em vez de você ir e usar o espaço para leitura, você usa o espaço para cuidar de bichos. Então, eu ainda sonho assim de tentar ver se junto com alguém, de pesquisar, ou tentar ver alguém associar esse material arqueológico, essas gravuras com a cerâmica. Com alguma cerâmica desenhada. Tentar ver se alguém associa a esse material ou a essas gravuras. Alguma coisa na cultura desses grupos. Eu li um trabalho da Edith Pereira, ali do Mato Grosso, onde ela contava no trabalho, no artigo dela, ela contava o mito de uma caverna com pintura lá no Mato Grosso a um mito criador desse grupo, que eu não lembro o grupo. Você vê o mito dos Gaviões, dos Araras também o nascimento a partir da pedra. De repente, esses grupos podem estar associados a essas gravuras. A Maria Coimbra, ela afirma que essas gravuras é dos Tupis. Não saberia de qual, mas ela associa aos grupos Tupis.

Esses dias perdi um evento com os grupos indígenas, porque os Gaviões lá onde eu trabalho, eles foram jogar em Cuiabá. Fizemos acho que um campeonato indígena, e foram vários grupos, acho que do país inteiro. O meu sonho era pegar o dia que eles fossem, porque antes eles iam fazer as pinturas. Eu queria acompanhar as pinturas, porque eu queria ver se você consegue associar alguma coisa, alguma dessas pinturas dessa com alguma gravura, mas acabei também, eles mudaram a data e acabei não conseguindo. O museu eu o sonho com ele muito grande. Eu acho como ele é praticamente quase o único do Estado, tem muito pouco pela quantidade de visita, merecíamos um espaço maior, uma obra maior. Mais gente trabalhando lá! Principalmente, gente. O material humano ali é muito pouco. Hoje nós precisávamos de pessoas, por exemplo, na questão da preservação. Toda vez que uma máquina vai recuperar uma estrada, você perde uma banda de um sítio

arqueológico. Temos um carro no museu, mas não temos equipe para acompanhar isso. Porque toda vez, eu não sei se você viu no *face*. Eu até parei de postar porque estava parecendo que era intriga. O pessoal não respeita, não vão com jeito. Dali tiram terra para ponte. Você vai à maioria dos lugares, o cara tira terra para horta, terra preta. Hoje, quanto mais você diminui a equipe do museu, você tem menos tempo para isso.

Usamos muito essa vinda de vocês e esse interesse de vocês da USP aqui na região. Gente, as pessoas não conseguem ver o que é a dimensão de quê se é uma USP, os alunos de uma USP estarem fazendo um trabalho em Presidente Médici. Não conseguem, por exemplo, eu digo assim, um papa da arqueologia, um dos papas da arqueologia já esteve em Médici, o Eduardo Góes Neves. Porque os caras têm “n” campos para eles fazerem uma tese e eles escolheram justamente aqui. Porque aqui é bom, esse material nosso é valioso. E o que mais passamos para o pessoal é para mostrar a importância, essa parceria com a USP, com a UFPE que foi feita. Isso traz também uma visibilidade muito boa para o museu. Eu fico na expectativa desse trabalho do Rodrigo Suner. Principalmente, pela escavação daquele sítio Rainha da Paz. A curiosidade ali é demais, é... Nossa. Até pelo material encontrado, pela quantidade, eles chegaram uma época e eles calcularam, o Fernando, o Rodrigo, o Guilherme. Acho que na primeira visita. Eles chegaram, olharam o barranco, calcularam: Olha, aqui tem em torno de oitenta centímetros só de terra preta. Um sítio desse estudado, oitenta e cinco centímetros de terra preta, quantos anos de história não tem. O material, não sei se você chegou a ver o machadinho grafado que foi encontrado lá na estrada. A máquina. Você viu a máquina. Ainda praticamente comeu um pedaço dele.

Entrevista transcrita pelo Maurício André da Silva, no contexto da pesquisa de mestrado: *Memórias e histórias no sudoeste amazônico: o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia, orientado pelo Prof. Dr. Camilo de Mello Vasconcellos no Programa de Pós Graduação em Arqueologia no MAE/USP.*

Ficha de classificação da entrevista:

Nº da entrevista: 02
Entrevistado(a)(s): José da Silva Garcia
Profissão: Ex-diretor do Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia – CPMRARO. Professor de História.
Dados Biográficos: Nasceu em São Paulo, cidade de Martinópolis. Com cinco anos de idade migrou para o Mato Grosso. Com 27 anos foi para Rondônia.
Entrevistador(a)(es): Maurício André da Silva
Contexto de produção: Resultante do mestrado realizado no Programa de Pós Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), intitulado: <i>Memórias e histórias no sudoeste amazônico: o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia</i> .
História Oral Temática / Vida
Meio de divulgação: Dissertação
Mídias relacionadas: Fotografia, áudio e documento escrito.
Data da realização: Novembro de 2013
Local da entrevista: Jequitiba Palace Hotel, Município de Presidente Médici.
Observações: Aborda a história de vida do entrevistado, com o enfoque no processo de migração para a localidade, o envolvimento com os vestígios arqueológicos e consequentemente com a arqueologia. Apresenta-se as relações dos moradores com o material arqueológico local, o colecionismo de peças e o processo de criação e implantação do Museu.

Características do Documento:

Suporte	Papel.
Forma	Cópia
Formato	Arquivo digital e texto impresso
Gênero	Documentação informática, textual e iconográfica
Espécie	Entrevista
Tipo	Entrevista de história oral temática / de vida

Descritores:

- Migração para Rondônia;
- Contato da população local com os vestígios arqueológicos;
- Colecionismo;
- Cenário político da localidade;
- Criação do Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia;

APÊNDICE C – NARRATIVA DE DEVANIR DOMINGUES FERNANDES

Me chamo Devanir Domingues Fernandes, nasci no dia 8 de outubro de 1962, no Estado do Paraná, na cidade de Rondon. Tem as cidades Marechal Candido Rondon e tem Rondon que é mais para o norte do Paraná. Eu vim para o estado de Rondônia, com apenas 16 anos e meu pai já estava esgotado lá no nosso trabalho. Nessa época eu já trabalhava na roça, fui menor trabalhador rural. Trabalhava de boia fria em época de colheita e fazia todo tipo de serviço, plantei de tudo. Na época tinha que passar muito veneno nas plantações, então nós já trabalhávamos com muito agrotóxico. Então como as lavouras estavam cada vez mais fracassando, meu pai veio conhecer Rondônia. Ele veio numa situação muito difícil de estrada e, na época das chuvas, mês de janeiro, dezembro. Essa BR estava intransitável, então ele teve que pegar uma parte de avião e as pessoas que estavam viajando com ele vieram em Médici conhecer. Presidente Médici não era município ainda, era distrito de Ji-Paraná.

Meu pai sempre foi muito aplicado nessa questão de pesquisar as coisas. Então ele já ficou sabendo que tinha muito conflito de terra fora do eixo da BR, muita morte e ficou com medo de ir morar lá. Meus pais tiveram 5 filhos e o mais velho na época da mudança, que é o meu irmão, tinha 18 anos e eu tinha 16, os outros todos abaixo da gente. Então ele disse assim: - Não, o negócio nosso é ficar aqui mais por perto! Fomos morar aqui no quilômetro 20 onde compramos uma chácara. Com isso fomos derrubar a mata...

Isso aconteceu por volta de 1979. Chegamos aqui no dia 3 de junho de 1979, viemos já morar. Fiquei 28 anos sem voltar para meu Estado, mesmo trabalhando. A lavoura também aqui não prosperou como imaginávamos, conforme era a propaganda que nos chegava lá de fora. Quando foi em 1984 eu entrei na educação, tinha apenas o 1º grau, dando aula no ensino seriado, assumi a escola no dia 20 de fevereiro de 1984.

Nessa época eu não conheci de perto os seringueiros que estavam aqui, em função de termos ficado no eixo da BR. Meu pai sabia da existência desses seringueiros, íamos, por exemplo, para Ji-Paraná e víamos o pessoal chegando com borracha para vender. Quando foi no final da década de 1980, eu cheguei a trabalhar como seringueiro para complementar nossa renda. Então mudamos de lugar para uma terra, uma chácara de 2 alqueires e começamos a cortar seringa. Nesse momento foi onde eu abri também 2 locais na mata e que ninguém estava explorando aqui e fui aprender. Meu irmão aprendeu e me passou a técnica, eu trabalhei quase dois anos. Eu colhi borracha naquelas seringueiras antigas que já

estavam quase sumindo as marcas do serigueiro mesmo. Começamos a refazer o trabalho e complementava de alguma forma nossa renda. Todo mês, a cada dois meses saíamos para vender. Então, eu tinha meu salário da escola que também não era grande coisa. Umas quatro e meia da manhã.... eu saia de casa e fazia o percurso das árvores, voltava até plantando depois. Eu tinha um seringal enorme bastante grande, significativo. Quando estava já quase pronto para começar a explorar eu vendi tudo e vim embora. Nem sei, acho que deve ter cortado tudo para virar pasto porque a onda agora é pasto. O mais interessante para mim, o que marcou muito para mim foi à mata. Pegávamos um amor naquelas árvores, assim como o vaqueiro cuida da vaca, queríamos cuidar daquela planta, muito interessante.

Quando cheguei aqui a minha primeira impressão da Amazônia foi assim um choque. Porque você está num lugar diferente, com gente diferente, mas, como acreditávamos muito que isso dava prosperidade nos acostumamos. Inclusive meus pais diziam: - Estamos indo para o sertão, que é lá que ganhamos a vida! Então, dava muita esperança, perspectiva de futuro. Quando chegamos, trabalhamos de machado os dois primeiros anos, eu não tinha moto serra, foi tudo no machado, foice, machado e sofremos muito, mas assim, é diferente, é estranho quando você muda para um novo lugar. Temos medo, em muitos momentos deu medo. Como vai ser? Em quê que vai dar isso aí?

Como minha família sempre foi muito católica... meu pai já era ministro dentro da Igreja Católica, então criamos rapidinho uma relação de amizade com o pessoal, então superamos rápido esse período. Como eu toco violão uma das primeiras coisas que aconteceu foi ir para a comunidade rural. Tinham pessoas que vinham de Minas, de tudo que era lugar e foi criando a cada 3,4 quilômetros, uma Igreja Católica e aquilo enchia de povo. Daí já conheci um pessoal na igreja que gostava de cantar e que puxava a animação litúrgica, eu já apareci na comunidade com o violão.

Com os meus 17 anos eu já estava tocando na comunidade. Isso ajudou superar um monte de coisas, porque um dos locais que encontrávamos forças para continuar lutando, para continuar com esperança era a Igreja. Eu desconheço um outro lugar que encontrássemos naquela época, porque nós não tínhamos uma escola estruturada, não tínhamos sindicato, mesmo dos trabalhadores rurais. Depois, eu e meu pai, nós participamos da formação do sindicato dos trabalhadores

rurais aqui, meu pai foi um dos primeiros diretores desse sindicato. Eu até falo que não tínhamos nem o que comer na época. Tinha que fazer a vaquinha para tudo.

Então o povo vinha para cá e era jogado aqui. Via a propaganda principalmente no nosso Estado a mentora, a peça fundamental do meio de divulgação foi a EUCATUR, na época então União Cascavel, uma das maiores empresas que monopolizam até hoje o transporte coletivo na região. Era essa empresa que mais fazia propaganda e um passava para outro! Aqui era o Eldorado, então quem viesse para cá ganhava muito dinheiro, ia ser dono de terra. Nós viemos, foi uma das muitas famílias que vieram sob esta influência. Quando chegavam aqui nos deparávamos com essa realidade difícil... inclusive nós investimos tudo que nós tínhamos, ficamos ainda devendo parte da terra e fomos se lascar. Uma das coisas que me lembro é que as vezes eu não tinha nem um chinelo havaianas para ir para a Igreja. Tínhamos que remendar lá com arame porque não tinha mais da onde pegar dinheiro, não tinha como ganhar dinheiro porque tinha que cuidar da terra, cuidar da roça.

Então, o lugar que sobrava e que nos levava a ter um pouco mais de esperança era de fato a comunidade católica. Isso porque nós sempre fomos católicos, provavelmente outras denominações também tiveram este processo. Perdemos o contato com os parentes, raramente tínhamos notícias por carta, até que anos depois começaram a aparecer alguns, mas que o processo de migração quer queira ou não ela faz este estrago, tenho falado isso muitas vezes, o estrago que faz na separação das famílias. Eu fui reencontrar meus primos bem depois...

Então, um dos medos que tínhamos inclusive era de sair daqui de onde estávamos, próximo a rodovia, devido aos conflitos. Apareceu oportunidades de comprar terras em outras localidades, mas um dos medos que tínhamos era os conflitos. Nós temos aqui em Presidente Médici algumas fazendas que foram verdadeiras fábricas de viúvas. Essa área, por exemplo, que estamos pertencia a um chamado Zé Milton Rios, um grande ex latifundiário, dessa região que inclusive foi parte da fazenda dele que foi tomada pelo MST aqui.

Eu fui com meus alunos dar aula lá, ainda quando era acampamento e tive o prazer de abrir a primeira escola a Florestan Fernandes, coisa que a maioria das pessoas não sabem. Eu autorizei o funcionamento dela porque de 1993 a 1995 eu estava na SEMEC, eu fui um dos coordenadores do ensino rural e fomos eu e meu colega o Professor Maurílio, que fomos lá para autorizar o funcionamento. Era o acampamento do Sem Terra. A primeira experiência minha dentro do movimento

dos sem terra foi lá, que eu senti o seguinte: uma coisa é você saber na teoria como é que é e tal. Outra coisa é quando você chega lá. Fomos fiscalizados assim, investigados para poder entrar, olharam a camionete, eu era motorista da camionete, cheia de material escolar. Na verdade o pessoal já tinha vindo, já tinha tudo contado, nós fomos lá com o material escolar para dizer assim: - A partir de hoje, existe uma escola aqui. Inclusive nós almoçamos no barraco do professor na época que eu não sei mais quem é, porque era um professor bancado pelo movimento. Eu não tenho idéia de quem seja hoje, se ele ainda está por ali se ele ficou por ali como é que é. Eu nunca voltei a investigar?

Era na área das terras do Zé Milton e me parece do João Duarte que ainda é um fazendeiro forte aqui na região. Então eu acredito que seja na dos dois mesmo, eu posso estar confundindo misturando. Eu sei que um deles de porte de serviço de pistolagem era o famoso José Milton Rios. Eu já ouvi moradores antigos aqui dizer, se esse Rio Machado vomitasse hoje, jogasse para fora os corpos de homens que ele levou, talvez desse outra tanto da população. Expressão exagerada, mas para dizer que muitos caras que vieram trabalhar nessa fazenda se tornaram uma espécie de escravo e que depois quando foram reclamar seus direitos levaram em troca um assassinato, foram estupidamente assassinados. E é por isso que se fala que foi fábrica de viúvas mesmo porque os caras ficavam aí...

Esses conflitos foram diminuindo na medida em que o fluxo de populações de fora foram chegando pela BR. Temos aquela velha história, eles mandaram matar muito trabalhador, mas muitos trabalhadores também se organizaram em trincheiras e mataram. Por exemplo, tem a história da Kombi aqui na cidade que eu estava te falando, é uma das histórias que marcou porque a imprensa divulgou. Na época era apenas o rádio, uma emissora de Ji-Paraná, que tinha programas e era extremamente controlada pelo sistema ainda. Estávamos numa ditadura e nós que estávamos lá na roça, ficava sabendo através do rádio que eles armaram uma trincheira e que apenas o motorista conseguiu sobreviver porque se escondeu. Disse que, como é que fala lá? Alvejaram de tiro a Kombi.

Até onde sabemos os pistoleiros estavam na Kombi. Os posseiros que se organizaram em trincheiras e mandaram bala, mas assim, haviam muitos. Depois o ano de 1985 foi muito marcante para mim também, pois teve o assassinato do Padre Ezequiel Ramin, 3 dias antes do meu casamento, as fotos de meu casamento tinha os cartazes, a igreja estava de luto. Eu o conheci pessoalmente quando fazia assembleia diocesana da Pastoral da Juventude, ele veio para dar palestras.

Eu me lembro uma vez que ele foi intérprete para nós de duas italianas que estavam em Rondônia. Ele era um padre italiano que estava no Brasil, prestando serviço, inclusive nestas áreas de conflito. Foi assassinado com mais de 60 tiros vindo de uma área de assentamento, uma área de conflito dos trabalhadores na fazenda Catuva em Cacoal, isso em 1985. Em 24 de julho de 1985. Porque a atuação dele era a favor dos trabalhadores rurais, estava ali já aflorando a formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Então esse acontecimento mobilizou muita gente depois, o presidente que estava com o padre escapou entendeu? No tiroteio ele se arrastou no meio do mato e o padre foi assassinado. A camisa dele é preservada até hoje, uma camiseta que ficou assim retalhada de tiro. Então um dos conflitos bárbaros que aconteceu na região, um assassinato brutal que não presenciamos, mas fomos lá na missa de 7º dia na diocese de Ji-Paraná. Depois disso já em 1995 foi o conflito de Corumbiara, tem até um documentário: Corumbiara nunca mais. Foi uma tristeza aquilo. Então ainda existe essas coisas na região. Então os conflitos davam muito medo para nós em todas as épocas.

Então além dos problemas entre colonos e indígenas, colonos e fazendeiros este Estado teve muitos problemas com os latifundiários. Os apadrinhados dos governantes anteriores é quem pegaram áreas que nem eles sabiam quanto de terra tinham. Como a propaganda lá fora para vir para o estado era forte... Inclusive um dos mentores disso foi o governo Médici, você deve com certeza saber muito bem disso. Ele fazia um discurso que tinha principalmente aqui na região do Pará, do Acre. Ele dizia: - "Homens sem terra para terra sem homens". Foi quando ele justificou em cima disso o projeto da abertura da rodovia Transamazônica, que foi um dos projetos exorbitante dele e nunca prestou, nunca se concluiu de fato.

Com isso veio a BR-364 também que era exatamente para colonizar isso aqui. Vinham muitas pessoas de todo lugar e o INCRA não conseguia assentar toda essa gente, uma propaganda estupidamente enganosa. O quê que acontecia? O povo ia à frete marcando as terras e mais tarde o INCRA passava regularizando. As pessoas que muitas vezes se inscreviam, por exemplo, meu sogro foi um desses que se inscreveu no INCRA para pegar terra, foi ter terra muito tempo depois de muita gente que não se inscreveu. Porque eles se aventuraram ir para a terra antes do INCRA, resolver a situação. Então o próprio INCRA era no meu ponto de vista mafioso, muito desorganizado, tinha muitos segundos interesses que percebíamos. Muito complicado.

Quando chegamos aqui nessa região já tinha um núcleo urbano. Eu cheguei a conhecer inclusive o primeiro administrador desse distrito, acredito que era o primeiro na época e depois ficou tão amigo de nós que foi testemunha no nosso casamento, Sr. Antônio Geraldo que está vivo ainda. Isso era um núcleo, tinha pouca coisa, acho que tinha uma farmácia, quando chegamos nem tinha mercado desse estilo de hoje. Tinha aqueles botecos, as vendas que nós chamávamos de venda que...é no balcão ali o cara chegava no balcão e pedia o que você queria e não entrava para pegar. Então era o que tínhamos praticamente. Tinha algumas igrejas também, porque algumas igrejas sempre chegam na frente.

Naquela época as pessoas tinham aquela visão que nos tínhamos lá de fora de que o índio era só um estorvo. Ele atrapalha se você der abertura para ir na tua roça e rouba tudo. Então, o índio era visto como uma espécie de ladrão da floresta. Tinha muito aquela idéia de que o índio tinha mais que sumir mesmo. Não tinha importância nenhuma, é preguiçoso. Era essa a visão que tínhamos por lá, que o índio não sabia nada, era um selvagem.

Inclusive, eu fui ter uma aproximação com o índio agora no início do ano 2000. Aliás, no final da década de 1980 eu tive um primeiro contato com indígenas porque eu fazia teologia em Ji-Paraná. Nós fomos fazer uma visita num povo que estava acampado para tratamento de saúde. Eu não cheguei até a aldeia e eu vi com um olhar muito triste a situação deles, porque estavam ali para tratamento, eram maioria tuberculosos. O cacique que cuidava deles estava ali num lugar mais protegido, mas debaixo de um barraco e nas suas redes. Eles reclamavam de muita falta de comida. Inclusive, a igreja fazia campanha para arrecadar alimentação.

Eles sofreram porque deixaram de ser o índio da floresta, que encontrava nas suas plantações, nas suas vegetações, o seu tratamento e tal. Eles sofreram o desprezo da sociedade, do governo, a FUNAI nunca deu conta de resolver o problema do índio também. É que a Igreja Católica entrava com esse conselho para tentar amenizar a situação. Então, tinham padres, freiras, incrivelmente atuante nessas aldeias. Conheci vários deles. De modo que isso ajudava um pouco nessa relação que foi um dos primeiros contatos que eu tive.

Esse machado indígena eu já conhecia, mas não dava nenhuma importância para isso. Encontrava aqui, jogava ali. Não tinha interesse. Porque eu dava aula de primeira à quarta série, multi-seriado, sem muita instrução. Fazíamos muitos cursos para poder nos preparar para continuar em sala de aula. Fui fazer meu magistério bem depois. Quando eu estava terminando meu magistério, eu tive a oportunidade

de ser convidado para trabalhar na SEMEC, ser supervisor de ensino, tendo em vista que eu fiz umas experiências com educação de adulto e construtivismo em sala de multi-seriada.

Eu fui professor da minha mãe. Dei aula para ela, à noite. Então, uma experiência fantástica que me ajuda até hoje são as idéias de Paulo Freire. Talvez seja por isso que eu cheguei aos trinta anos de professor. Sem muito prejuízo para minha saúde. Eu gosto muito do que faço. Acho muito importante essa experiência que o aluno traz consigo um monte de conhecimentos e você vai socializar, aproveitar aquilo tudo para dar as aulas. Então, gostei muito de estudar Paulo Freire. “Pedagogia do Oprimido”. Entre outros processos de educação.

Então, eu tinha feito uma experiência na escola rural e o pessoal da supervisão do ensino rural me sondou com essa experiência. Viram que era uma coisa que tinha dado certo. Aquilo que para muitos era uma bagunça, para mim era o envolvimento do meu aluno...

Eu tinha feito uma experiência e achei muito bonito com o construtivismo. Baseado em Emília Ferreira. Você pede para a criança escrever a palavra formiga, ela conhece a formiga, mas é um bichinho tão pequeno, então... ela, com um risquinho bem pequeno, umas bolinhas, ela faz a formiga. Descreve a formiga. Todo momento que você perguntar, ela diz que tudo é formiga. Está escrito formiga lá. E boi, que é pequenininho, ela escreve uma linha toda. Ela relaciona o nome com a coisa. Então, eu fui envolvendo nisso de um jeito, que minhas crianças, meus alunos não levam mais um pinga de trabalho para aprender.

Então, eu estava de primeira a quarta série numa sala só, mas todos trabalhando ao mesmo tempo. Todos trabalhando ao mesmo tempo para poder dar certo. Quando eu terminei meu magistério que resolvi mudar aqui para a cidade eu fui convidado para trabalhar na supervisão do ensino rural para instruir, ajudar outros professores da rede municipal a compreender esse processo. Numa briga política desgraçada porque eu era sindicalista, petista. Então, os políticos da época nunca aceitaram bem a minha presença. Então, foi um esforço danado da Secretaria de Educação para permitir que eu trabalhasse lá.

Isso foi acho que início de 1993 se eu não me engano, viu? Quando permitiram que eu fizesse esse trabalho, eu comecei a visitar as escolas. Então, não tinham carro para fazer a supervisão, mas tinham para levar a merenda. O que nós fazíamos? Entrava nesse caminhão e íamos juntos com o motorista. Numa dessas viagens, eu também tinha interesse porque eu tinha um projeto junto com a ex-

professora Amália, que é falecida. Eu falo que ela é minha madrinha na questão educacional, que é uma pessoa que me envolveu nesse processo. Eu nunca vou esquecer. Até tenho uma dedicatória especial para ela no meu livrinho de poesias que eu editei. Então, eu numa dessas viagens, fui para Riachuelo, na chamada Fonte Limpa. Quando era a última escola que tínhamos desse lado. O motorista, que também já é falecido, seu Luís, nosso amigo Luisão, quando ele virou a esquina para ir para a chamada Fonte Limpa, ele parou o caminhão. Estávamos eu, professor Maurílio. Hoje ele está em Cacoal. Ele parou o caminhão aqui e falou assim: - Ah, eu vou mostrar um negócio para vocês que eu tenho certeza que nunca viram e sem entender também do assunto, ele disse: - É um negócio fantástico. Parou o caminhão, nós descemos e subimos naquele Lajedo. Foi a primeira pedra que eu conheci, e o que eu vi, parece uma massa mole que foi pisada. Eu disse: - Nossa! Como é que pode isso? Olha o tamanho do pé desse cara. Mas olha o outro pequenininho. E aquilo, pronto. Isso me fascinou. Eu comecei a observar que também tinham desenhos de animais, de aves. Esses desenhos me lembraram as minhas aulas, me relacionou com o meu construtivismo. Os meus aluninhos faziam desenhos muito parecidos. O pé do pai tinha que ser grandão. Não importa o tamanho. O pé dele é pequenininho. Eu percebi que aquilo não era rastro. Que aquilo foi trabalhado, que aquilo lá foi trabalhado. Que a pedra aceitava também aquele tipo de artesanato, de trabalho ali. Que era uma pedra diferente. Bom isso passou...

Isso foi por volta de 1992 para 1993. Eu descobri, quando foi para 1996, 1997 no atlas geoambiental, uma única figura que existia sobre Riachuelo, que é aquela que tem na outra pedra de cá, que eu não sei qual o nome que deram. Depois que nós começamos as pesquisas, parecia um local, porque ela está num alto, com uma visão muito bonita do vale. Poderia ser um local de sacrifícios, de cultos deles ou coisa assim, de cerimônias. Porque é aquela figura humana meio esquisitona. A única que constava e acredito que ainda consta no atlas geoambiental do Estado.

O que aconteceu após essa nossa vista lá que nos marcou. Para mim, aquele dia foi... Não tínhamos como registrar, não tinha câmera, não tinha nada. Passou. Nós criamos, então, 11 grupos de estudo na zona rural. Então, eu pegava o caminhão ou uma caminhonete ou o que tinha, levava... Por exemplo, pegava a linha aqui 128, passava a Rainha da Paz... um dos núcleos de estudos nossos era ali. Então, pegava todas as escolas porque ainda tinha muita escola rural que hoje estão todas fechadas, inclusive a Rainha da Paz. Então, pegávamos todos esses

professores daqui e fazia um dia de estudos. Então, levava as coisas para fazer o almoço. Geralmente, quando não tinha arrumávamos quem fizesse a comida.

Num desses dias de estudo, conversando com a professora Nevildes, que já faleceu, a professora federal, antiga ali da região. Eu lembrei e comentei com ela sobre essas figuras. Ela falou assim: - Aqui tem um tanto. Então, na hora do almoço nós vamos visitar. Fomos numa atrás da Igreja, que é uma das que eu... no meu entendimento, claro, no meu gosto, eu acho uma das mais belas e mais interessantes. É por isso que eu publiquei lá na capa do meu livro, que já espalhou, tem isso nos quatro cantos. Aquilo foi me despertando mais curiosidade ainda, tem em Riachuelo, se tem aqui, então todo esse vale foi habitado, comecei a pensar, foi habitado por indígenas, eu já tinha isso, certeza que era coisa indígena. Sim, numa pesquisa até porque nos livros... comecei a relacionar... aquilo que tínhamos nos livros é, olha aqui, está tão pertinho do nariz da gente. E mostra uma coisa tão distante. É por isso que eu dei o nome no meu livro de Itaquiara de Riachuelo porque percebemos que era um arsenal de figuras, de achados, de coisas fantásticas.

No caso da professora foi mais fácil. Foi mais fácil, ela também já tinha noção. É coisa de índio, mas não dava nenhuma importância para aquilo. Ela ainda disse assim: Uma vez estiveram uns americanos por aqui. Visitaram essa região e disseram que estavam pesquisando ouro, mas eles se encantaram com isso. Na verdade, eles estavam fotografando isso.

Em Riachuelo nós encontramos diversas ideias sobre esses materiais com a população. Seu Davi Monteiro, eu me encantei com ele. Pai duma professora, esposo de uma professora. Conheci também... Conheço quase toda a família. Um dos pioneiros ali de Riachuelo, o seu Davi Monteiro, quando perguntamos, ele disse assim: - Ah, isso foi Deus que fez porque quando cheguei aqui não tinha ninguém. Era só mato e esse negócio já estava aqui nas pedras. Foi Deus que fez. Quando Deus andou na Terra, fez isso. Achei muito engraçado. Uma pessoa sem estudo sair com uma conversa dessa.

Muitos entendiam que era indígena, mesmo. Dizer, está preocupado com aquilo lá. É por isso que eu sempre digo que aquilo para nós ainda esconde um grande mistério. Com certeza. E que bom que com essa vinda de vocês, já com todo um trabalho assim que já mesmo no empírico que se começou, que isso venha um dia ter o seu devido valor, como em outras regiões do país já existe. Eu sonho.

Sempre sonhei com isso. Quero que um dia isso aconteça. Por mais que eu não participe, não tenha mais participado, eu quero que isso aconteça.

Pois bem, depois o quê que aconteceu? Eu vim dar aula no Estado. Eu sai da Secretaria de Educação com a troca de prefeito. Eu sabia que seria expulso de lá porque a maioria não foi com a minha cara mesmo eu vim para a escola Carlos Drummond de Andrade que é essa aqui vizinha. Professor Celso diretor da escola, inclusive hoje ele é diretor novamente, é muito meu amigo, nos conhecíamos desde jovens. Fomos vizinhos lá no sítio. Na época de trabalhador rural. Eu pedi uma vaga, ele concedeu. Disse: Não, eu preciso de você aqui. Eu tenho aulas de religião e tenho aulas de história no lugar de uma professora que está com licença-gestante. Eu disse... eu sabia que era a única professora formada, com licenciatura curta, em história que tinha na escola. Ou aqui na cidade. A maioria pegava professor do magistério para dar aula de história. Então, eu tenho quinta e sexta série, que na época não era o sexto, é o nono. De quinta a oitava. Eu tenho quinta e sexta série. História, Geografia e quando a professora voltar nós negociamos. E educação religiosa. Falei: - Bom, para mim educação religiosa está de bom tamanho, porque eu tinha uma certa formação também na área. Beleza. Peguei. Aí, comecei a trabalhar com aquelas turmas de história e como eu tinha feito esse trabalho dinâmico, eu falei assim: Puxa vida! Eu quero continuar com esse trabalho. Mas a minha preocupação era quando a professora voltasse. Aí, quando ela voltou, ela tinha muita reposição, porque ela tinha mais de um mês afastada e sem ter professor para colocar. Nós juntamos as turmas de reposição. Eu conheci uma nova cara no curso de história. Fazer paródia, levar o violão para tocar e filmes e aí... Eu comentei com ela sobre isso. Ela também achou interessante, nunca tive a oportunidade de ir junto.

Eu comecei uma experiência de dar aula fora da sala, de modo que eu dei aula no cemitério, dei aula na rua, nas ruínas, que tinha uma antiga cerâmica que estava abandonada. Meus alunos até me levaram para entrar lá dentro daquela chaminé. Fomos conhecer isso e eu disse para o diretor um dia: - Eu gostaria de levar os alunos lá em Riachuelo. Fomos trabalhando um projeto até que um dia eu consegui. Eu consegui levar. Um grupo de professores aceitou e fomos lá. Pela primeira vez eu acredito que uma turma de alunos foram para lá. Como eu estava... eu já escrevia música para cantar e fui escrevendo versos. Aprendi com dois nordestinos aqui a fazer verso. Eu gostava. Ouvindo-os recitar o verso deles. Comecei a escrever também, deu certo. Eu, já no ano 2000, já dando aula de

história até o oitavo ano. Quando comecei a faculdade, já peguei as aulas do ensino médio.

Então, comecei, de vez em quando a levar os alunos para verem as gravuras. Chamava uma turma e levava os alunos para lá. Outros professores se encantaram com aquilo também. Eu encabeçava o movimento, mas eles me ajudavam para que fôssemos até lá. Um deles, que já dava aula de língua portuguesa, matemática, o professor Maurílio, com o magistério, mas também quem estava comigo quando vimos pela primeira vez, me ajudava muito nisso. Porque saia as produções de texto. Então, ele passou a trabalhar a produção de textos dos alunos em cima daquilo.

Quando nós fomos para a faculdade, então, eu passei para os outros professores. Nós conseguimos então, um final de semana para conhecer, o Garcia e a Maria, baseado nas cerâmicas que eles já tinham encontrado no sítio deles e tal, resolvemos ir lá. Surgiu esse interesse desse trabalho, avançar mais nesse trabalho. De modo que nós fomos com os alunos da faculdade. Depois disso, veio a imprensa.

Eu fui convidado para ir com o pessoal da universidade São Lucas, levar a televisão. A TV Rondônia, filial da Globo. Veio um cinegrafista, uma repórter, Marindia Moura. Ela faz trabalho em Porto Velho. Então, fizeram contato, agendaram comigo para que eu os acompanhassem. Eu já tinha escrito então o poema “As Pedras que falam”. Porque quando eu comecei a visitar com meus alunos, tinha tantas idéias, que eu comecei a dizer que as pedras também falam, e falam muito. Eu escrevi lá, e nunca mudei, apesar de ter tido tantas outras ideias sobre o assunto, nunca mudei o meu poema porque eu quero conservar naquela originalidade. Foi à primeira ideia que eu tive do assunto. Recitei o poema. Ela gravou no entardecer. Juntando o pôr-do-sol, conosco em cima duma pedra. Ela me disse, eu tive uma decepção depois, que ela falou assim: - Dá o seu telefone, que eu vou... quando estiver pronta a matéria que for passar a matéria eu te ligo para você tentar...vê se pega, participa. E nunca me ligou.

Os anos passaram, eu sai da escola, fui para o Paulo Freire, numa noite, numa aula, eu trabalhando esse assunto no primeiro ano, Uma aluna virou para mim e falou assim: - Professor, o senhor já gravou, sobre esse assunto, o senhor já gravou para a televisão alguma vez? Falei: - Sim, mas faz tempo. É eu gravei, mas acho que nunca foi ao ar. Aí, ela disse: - Não, foi sim. Minha aluna me disse que a reportagem tinha passado na TV e ela tinha me visto.

Depois eu fiz uma matéria para o jornal Estadão, se não meu engano. O Diário da Amazônia. É um desses jornais. Fiz uma matéria. Publicaram minha foto com a foto das figuras. Também toda a minha fala. Aquilo que eu pude no momento falar. E o fato do meu livro que espalhou em vários cantos do Estado. Já teve gente que levou até para fora do país porque achou interessante alguma coisa.

Na época tinha-se a ideia da criação do Museu, porém, antes de acontecer, nós não fomos mais comunicados de nenhum trabalho, nenhuma tarefa, mas nós ralamos cara. Entramos de moto nessas quebradas, furamos pneu de moto, caímos de ponte. Vimos cenas malucas, cena de se filmar. Se tivesse filmado, daria para mandar até para o Vídeo Cacetada. Subindo pedra, caindo no buraco, lama...

Só voltando um pouquinho, me aparece aqui em Médici um dia, um grupo de... diz que era de pesquisadores, até hoje é um mistério para muitos de nós. Eles estavam em Alvorada do Oeste vindo do Forte Príncipe da Beira e entraram numas grutas aqui. Um comboio de carros. Uns cinco ou seis carros. Gente dos quatro cantos do Brasil. Um vereador estava dando uma entrevista na emissora de rádio aqui, colega meu, funcionário público também, e ele falando da beleza que tinha encontrado, que tinha uns professores e citou o meu nome. Falou que estava fazendo um trabalho em Riachuelo. Falou sobre a beleza que nós moradores daqui, antigos, desconheciam, etc. Esses caras estavam ouvindo rádio lá no café da manhã com isso ligaram para a rádio, falaram com o vereador fora do ar. O vereador nos colocou em contato e marcamos para nos encontrar no outro dia.

Mais uma vez, para eu não ir sozinho, fui até o Garcia e a Maria, e disse: - Olha, está acontecendo isso. Eu não sei quem é, se é alguém que pode até nos prejudicar, mas quer que a gente os acompanhe lá. Vocês topam? Chamei o vereador, se ele topava de ir junto. Marcamos para encontrar conosco ali no posto de gasolina. Quando eu cheguei vi aquele povaréu, meu Deus, com câmera, com gravador, com tudo. Pensei, minha Nossa Senhora! E agora? O que é que eu faço? Assim quando o vereador chegou, que apresentou, então, fechou em cima de mim. Parecia que ia para a cadeia. Só via carrão. Só aqueles carrões, aqueles *troller* esses *bichão*.

Entendemos que eles eram dessa área da ufologia, porque o Urandir, que era o chefe do grupo, mas foi somente depois que nós descobrimos quem eram, já no final do dia. Tinha alguns que eram policiais também. Era um grupo de curiosos. Até nos presentearam com umas pedrinhas. Eu nem sei onde está a minha que...

apareceram dizendo que eram miniaturas de disco voador. Foi nessa oportunidade que eu conheci esse Urandir.

Inclusive foi uma cena muito interessante que eu não esqueço nunca. Puseram lá uma garrafinha meio arredondada em cima da cerca. Puseram uma faquinha, assim e segurou na mão de um. Eu estava gravando o poema “As Pedras que falam” para uma mulher que mora em Limeiras, São Paulo. Eu estava gravando para ela e quando terminei, ela disse: - Vamos ali que tem uma coisa interessante acontecendo que você vai gostar. Chegando lá que eu vi o negócio acontecer. Todos faziam a faca girar no sentido horário. Pegava na mão aqui, levava a mão em cima e girava. Eles diziam que era só na força... Por incrível que pareça, quando ele elevou a faca pendeu para o outro lado e rodou o contrário. Falou assim: - Como sempre sou do contrário, a faca rodou do contrário. Disseram que tinha alguma coisa com a minha energia. Viemos embora. Então, são alguns dos trabalhos que fizeram com que isso fosse sendo divulgado.

Depois sei que no início vieram alguns arqueólogos. Inclusive uma que não sei se ainda os acompanha, o pessoal do IPHAN de Brasília. Conversei com ela nos dias que me ligaram num dia de domingo para que eu entregasse os achados arqueológicos que eu tinha. Tinha uns trinta, quarenta que os alunos foram me dando nas aulas... Quando começamos a trabalhar, tanto eu quanto o Garcia, tudo o que eles encontravam, eles traziam para nós. Não tínhamos muita noção das coisas e fomos juntando. Inclusive quando ela falou que eu estava cometendo um crime, eu disse: - Se não fosse esse crime a senhora não saberia o que tem aqui na região. Eu fui muito sincero. Ela me tratou com casca e tudo.

Eu já não estava bem porque o Museu começou a ser trabalhado e sequer eu fui chamado para a inauguração. Sequer eu fui citado. Eu estou sendo citado porque há uma cobrança. Há uma cobrança da população hoje. Acho que alguém pensou que nunca isso iria acontecer. Então, agora estou sendo citado. Quando veio essa mulher de Brasília, eu juntei tudo o que eu podia e levei. Juntei numa caixa enorme, cheia de peças de tudo que era tamanho, inclusive uma lá de Tarilândia. Uma bem grande, muito linda mesmo. Um achado muito especial para mim, mas como disseram que tinha que entregar. Eu cumpri.

Infelizmente, eu já estava decepcionado com o negócio. Eu não andava muito bem também psicologicamente. Tem um funcionário ali da secretaria da escola que eu trabalho que até hoje, ele, qualquer pedaço disso aqui, de cerâmica lá do sítio dele, ele chega na escola e fala: - Lembrei de você hoje. Sabia que viu pedra.

Durante a criação do Museu, eu acho que não houve interesse de atuarmos juntos, porque eu estava na rede estadual. Estava cedido para o município. O prefeito da época teve interesse em segurar que a Maria e o Garcia ficassem lá. Como eu sou mais do lado sindical, sempre cobreí das autoridades. Não sei te responder se houve falta de interesse da parte de quem. Eu fui de alguma forma deixado de lado... Não tinha mais a minha importância lá dentro. Eu na época até compreendi, falei assim ó: - Se não tem mais a necessidade da minha administração, não é por isso. A minha parte eu fiz. Mas quando houve a criação do museu, para mim, só me marcou, porque na verdade eu pensei o seguinte: Cacete! Ainda que não tem mais necessidade da minha prestação, mas eu podia ter sido comunicado, pelo menos como convidado. Eu acho que as pessoas não podem ser tão esquecidas assim. Até porque nós nunca fomos divergentes.

Estou em sala de aula. Dou aula de história. Sempre que eu assunto é arqueologia eu me empolgo, não perdi minha paixão, não. Eu sou apaixonado por essas coisas. Tanto que ainda hoje alguém chega para mim e fala que encontrou pedras. Ou que lembra de mim... Meus filhos dizem que nessa época eu não olhava para outra coisa, eu só olhava para o chão. Realmente, eu vivia caçando pedra. Virei caçador de pedra. Caçador de machado. Então, assim, até hoje eu sou muito apaixonado, mas, nas minhas falas, na hora da aula, eu penso em tudo que eu posso de argumentos daquilo que eu participei para que isso aconteça.

Eu, na verdade, tenho a obrigação de levar meus alunos para dar uma aula no Museu. Muita coisa já se ampliou, muito conhecimento eu sei que já veio e eu fiquei para trás. Eu incentivo os alunos: - Deem uma passada lá, conheça, vá lá pegar informações, mas assim: eu dizer: - Eu vou com vocês, eu não tenho feito mais. Nunca mais fiz.

A escola que eu estou é muito difícil trabalhar fora da sala, mas como eu estava dizendo para você, eu escrevi também as vozes do cemitério, porque quando eu fui dar aula pela primeira vez, chamei meus alunos para ir ao cemitério, foi um choque... Dar aula no cemitério?. O pessoal me chamou de louco, o pessoal da cidade falava esse cara é doido! Tem problema. Eu li um artigo de um professor que fazia isso, um professor de filosofia e disse que os alunos dele nunca esqueceram. E os meus também nunca vão esquecer. Nem da história, nem de mim. E assim eu fiz. Fui à noite com os alunos da noite. Foi um desafio encantador, um negócio encantador. Eu parei com tudo isso. Então, assim, um monte de coisa. Sofri alguns

processos. Eu quase perdi meu emprego. E tudo juntou mais ou menos nesse período.

Porque tem uma marca política muito cruel nesse município. É uma tradição política de perseguição. Para você ter uma ideia, nós elegemos esta atual prefeita, fiz campanha, não cobre nada. Estava com esse carro, eu o adesivei, os dois carros, tudo... Saia com os carros, estava divulgando e eu entregando material. Pagando até algum material para ajudar na campanha. Elegemos pela primeira vez a prefeita do PT. Do meu partido e já estou com um monte de decepção porque ela tem a mesma prática dos outros de não nos ouvir. De não querer ouvir o companheiro. Então, assim, eu nunca briguei com ninguém, nunca saí nos tapas com ninguém, mas como eu tenho esse discurso de uma educação libertadora, do combate à corrupção, pois sou sindicalista. Fiz essa mobilização com os alunos. Na verdade, a ditadura militar, a ditadura reinou e talvez ainda reina aqui.

As ideias de Paulo Freire me ajudaram muito. Contribuiu pelo seguinte, quando ele fala do conhecimento que já vem do outro, do meu aluno distou esse olhar de valorizar o que eles traziam. Quando começamos a abordar isso na escola, eles começaram a chegar com material arqueológico para nós. Isso aconteceu com o Garcia, aconteceu com a Maria. Eles conseguiram juntar muito mais material, eles davam aula em muitas escolas, eles andavam na época num projeto aí, eles devem ter comentado isso com você. Eles já tinham isso, já tinham essa vivência.

É que nem trazer seu Maurício, ex-seringueiro, para dar aula para nós na faculdade. Quer uma coisa mais fantástica que o professor Ednaldo Bezerra proporcionou quando ele disse para o Garcia, você tem condições de convidar o homem para vir. O seu Maurício aceitou. Com aquela simplicidade dele. Com aquele jeito de caboclo. Veio e acho que trabalhou umas duas horas com a gente. Trabalhou assim, sentou lá e foi contando, aquilo. Então, assim, isso tem tudo a ver com a Pedagogia do Oprimido, com Paulo Freire.

Por exemplo, quando Maria e o Garcia encontraram aquele resto de urna funerária que a máquina tinha passado na estrada e que eles foram lá e arrancaram, aproveitaram que está ali hoje. Depois, claro, foram encontradas mais coisas, mais vestígios. Sabe, aquilo me fascina, arre pia. É que nem eu chamar isso de pedra ou de machado, o que nos víamos somente no livro, nas fotos e depois eu pegá-la na mão. Dizer para o meu aluno, quando ele pegar ela também, dizer assim: - Isso aqui foi um meio de sobrevivência do índio, foi uma ferramenta de trabalho do índio. Quando nem a natureza explica direito, ela te aproxima. Eu tinha dificuldade quando

era aluno, porque era tudo na decoreba. História. Eu não gostava de jeito nenhum. Tinha Idade da Pedra, mas eu entendi a idade dessa pedra como a nossa idade, e não como um período histórico. Então, vejo assim, muita razão para isso.

Eu acho que ainda falta trabalho de base, falta divulgação ainda sobre os trabalhos arqueológicos da região. Acho que falta bastante divulgação ainda na prática mesmo. Uma equipe que possa ajudar a Maria. Tenho a maior admiração pelo que a Maria continua fazendo, deixo lá as divergências de lado, tenho que dar o mérito. Eu acho que não sei se seria por aí. Eu acho que tem que ser um pouco mais humanizado e isso talvez tem que pintar uma dose de humildade nessa coisa para socializar mais esse trabalho. Porque eu vejo muita ausência da participação dela no social. Entendeu? Para levar isso até o sindicato, mas talvez seja por falta de equipe. Ainda o poder público daqui, eu posso dizer até que nem reconheceu aquilo ali ainda. Sua importância. Até agora, por exemplo, eu não vi a prefeita Lurdinha, que é do sindicato dos rurais, que veio lá dos rurais dar a tal importância. Essa câmara de vereadores talvez seja ainda pior. Nunca tivemos sorte. Mas acho que talvez seja uma das piores que esteja aí. Não vão dar importância mesmo. Para eles esse material arqueológico é só uma pedra mesmo.

Eu acredito que falta divulgação, falta valorização dos trabalhos arqueológicos na região. No Museu tem que ter uma equipe mais ampliada de pessoas que trabalham, que fazem as coisas, que publicam. Quem sabe esse trabalho que você está fazendo comigo, essa entrevista está ressuscitando até a mim. Fazendo eu voltar a viver de novo, entendeu? Então, não saiu da minha cabeça o filme, que eu tinha que passar para você. Com certeza, eu deixei muita coisa, mas eu não me preocupo muito, pois eu escrevi um outro livro, um segundo, se um dia ele sair, se chamará “Pedaços do meu Caminho” porque a história é feita de pedaços.

Nesse livro eu começo a minha história de vida e depois eu coloco tudo o que eu escrevi, outros poemas. Porque para mim as outras pessoas também fazem parte desse pedaço. As outras pessoas, as outras coisas, os outros acontecimentos. Também são pedaços do meu caminho. Eu só sei porque convivi com isso, escrevi sobre isso.

Na minha fala eu nunca vou esquecer de comentar que alguém tinha que começar esse trabalho de arqueologia na região. Esse alguém fomos nós, ora, então, não diz que cometemos um crime, não. Não vem com essa história não. Entendeu? Se foi por abuso ou se não foi com a minha cara. Alguém tinha falado

mal de mim antecipado, problema seu. Eu acho que também não precisa me botar num altar.

Por exemplo, assim que nós fizemos a monografia, eu, Maria e Garcia. Eu sugeri para transformamos num livro. Eu disse para eles, porque não fazemos e pedimos até apoio para as universidades para que eles vendam isso para nós. Ou se alguém pagar, que distribua isso de graça. Acabamos não fazendo, acabou que não divulgou.

Agora, se você for em busca da perfeição, você não vai fazer nunca. Se tivermos medo de alguém discordar, nunca faremos. A nossa fala pode ser usada contra nós, mas se você não falar, ninguém saberá sua opinião. Então, eu acho que uma das complicações é essa. Falta de equipe e falta dessa... não seria... essa capacidade de pensar nisso. De levar para frente isso. Pois isso não é meu. Eu sou apenas aquilo que fui. Fiz a minha parte. E um dia nós vamos partir dessa para outra e que bom se alguém lembrar de nós. Dizer, olha, aqui passou alguém que fez isso, fez aquilo. Porque nossos registros vão ser encontrados. Um tempo desses eu até comentava com meus alunos, não se preocupem não com a minha memória, porque eu já sou eterno. Tem documentários que me citam. Escolas sindicais, congressos que eu participei. Então, assim, tem arquivos que vão ficar para sempre. Daqui a mil anos, alguém vai encontrar meu nome em algum arquivo, algum acervo, algum lugar. Entendeu?

Acredito que se eu não tivesse vindo para Rondônia, eu não sei o que seria da minha vida. Foi vindo para cá, conhecendo essa realidade, conhecendo índios, seringueiras, conhecendo gente dos quatro cantos do Brasil. Foi esse lugar que me deu uma oportunidade, também uma educação, eu vim de uma educação muito humilde, de famílias de agricultores e fui professor leigo. Vim me formar depois de praticamente vinte anos de profissão, dezoito anos de profissão. Hoje estou completando trinta anos de carreira. Eu vejo que cada coisa foi uma oportunidade que eu tive. As coisas negativas que aconteceram que me deixaram às vezes baqueado, mas também só sei disso porque aconteceu. Vir para essa região acabou me preparando para a vida de uma outra forma.

Então, eu tenho que agradecer a Deus, a esse povo que conheci, às oportunidades que eu tive. São poucas pessoas que tem essas oportunidades, que aproveitam essas oportunidades. De ter um reconhecimento de gente do povo. De gente popular que me vê, que lembra de mim. Agradecer a você por estar aqui. Por ter tirado esse tempo, por estar aqui na região. Por ter tido essa paciência de

escutar e com essa intenção maravilhosa de levar isso para frente. Faça isso e que tenha muito sucesso. Entendeu? Eu deixo de... às vezes, de participar de uma coisa em função de outras coisas. Mas, inclusive, até do meu tempo hoje. Mas, assim, eu acho que você veio resgatar isso, junto à USP.

Entrevista transcrita pelo Maurício André da Silva, no contexto da pesquisa de mestrado: *Memórias e histórias no sudoeste amazônico: o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia*, orientado pelo Prof. Dr. Camilo de Mello Vasconcellos no Programa de Pós Graduação em Arqueologia no MAE/USP.

Ficha de classificação da entrevista:

Nº da entrevista: 03
Entrevistado(a)(s): Devanir Domingues Fernandes
Profissão: Professor de história. Filiado ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia – SINTERO.
Dados Biográficos: Nasceu em 8 de outubro de 1962, na cidade de Rondon, Paraná. Migrou para Rondônia com 16 anos.
Entrevistador(a)(es): Maurício André da Silva
Contexto de produção: Resultante do mestrado realizado no Programa de Pós Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – MAE-USP, intitulado: <i>Memórias e histórias no sudoeste amazônico: o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia</i> .
História Oral Temática / Vida
Meio de divulgação: Dissertação
Mídias relacionadas: Fotografia, áudio e documento escrito.
Data da realização: Novembro de 2013
Local da entrevista: Casa do entrevistado.
Observações: Aborda a história de vida do entrevistado, com o enfoque no processo de migração para a localidade, o envolvimento com os vestígios arqueológicos e consequentemente com a arqueologia. Apresenta-se as primeiras ações educacionais realizadas em torno do patrimônio arqueológico, assim como os desafios colocados por tais abordagens.

Características do Documento:

Suporte	Papel.
Forma	Cópia
Formato	Arquivo digital e texto impresso
Gênero	Documentação informática, textual e iconográfica
Espécie	Entrevista
Tipo	Entrevista de história oral temática / de vida

Descritores:

- Migração para Rondônia;
- Contato da população local com os vestígios arqueológicos;
- Colecionismo;
- Cenário político da localidade;
- Primeiros trabalhos de estudo do meio e com as evidências arqueológicas;
- Criação do Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia;

APÊNDICE D – NARRATIVA DE JOSÉ RIBEIRO DA SILVA FILHO

Me chamo José Ribeiro da Silva Filho, nasci no dia 02 de julho de 1963, na cidade de Ituiutaba - Triângulo Mineiro em Minas Gerais. Eu cheguei em Rondônia, especificamente em Porto Velho, no dia 18 de janeiro de 1984 e fui para Presidente Médici no dia 04 de junho de 1984. Eu conclui o Ensino Médio e o curso técnico em agropecuária na cidade de Dracena, Estado de São Paulo. Fiquei sabendo de um concurso no Estado de Rondônia na época, inclusive foi o primeiro concurso do Estado da extensão rural, naquela época na chamada Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – ASTER-RO e depois mais tarde ela se transformou na EMATER. Eu vim para fazer este concurso e fiquei.

Nesse momento as famílias locais só lidavam especificamente com a agricultura familiar, pecuária muito pouco. Porque não tinha nenhuma indústria para poder beneficiar os produtos oriundos da pecuária como a carne, o leite e o couro, por exemplo. A comercialização mesmo da carne era muito pequena na região. Então tinham produtos de subsistência que eram plantados como o arroz, o milho, o feijão que são as culturas anuais. As plantações de café, o cacau, conseguiram mudar a vida de muita gente. Todos esses produtos eram bastante predominantes no município de Presidente Médici, principalmente o café.

As populações ganhavam um retorno bom com o café. O município na zona rural só tinha naquela época duas, três estradas com energia elétrica que somavam em torno de 30 a 40 quilômetros que possuía energia elétrica na zona rural. Atualmente nós temos 1.260 quilômetros de estradas, todas com eletrificação rural, e essa energia ainda era movida por motor. Não tinham as hidrelétricas em Rondônia, a energia era movida por termoelétricas, e motores a diesel na década de 1980. A cidade também era bem pequena, energia era muito difícil. Um dos fatores que mais atrapalhavam a população era a falta de energia elétrica.

A implantação da agricultura teve muitos problemas, na verdade é porque tudo no início é complicado. Foi plantado muito café arábica e não se adaptou nessa região e as famílias não sabiam disso. A maioria das famílias vieram de Minas Gerais, do Espírito Santo, do Paraná, de São Paulo, do Goiás. Nesses locais eles lidam com esta cultura do café e principalmente o arábica. Mais tarde foi descoberto que essa espécie do arábica não dava certo. Hoje já tem pesquisa com a cafeicultura, melhorou muito a sua produção.

Anteriormente o governo não tinha nenhuma política voltada para a criação de animais principalmente com o gado, por volta dos anos de 1992, 1993 e 1994 vieram linhas de crédito. Com isso a produção se expandiu bastante, porque

subsidiou a compra destes animais. Vieram as indústrias de beneficiamento, principalmente do leite que naquela época começou a se instalar na região central do Estado de Rondônia. O primeiro laticínio de Presidente Médici hoje não existe mais, depois vieram outras, o segundo foi o Laticínio Flor de Rondônia, o terceiro o Laticínio Canaã e aí os outros foram se expandindo. Hoje Rondônia tem indústria de leite por tudo quanto é canto. Isso facilitou muito a vinda de outras famílias, para a criação do gado de leite. Por outro lado, paralelamente a isso, o gado de corte cresceu, inclusive Rondônia hoje já se destaca bem próximo do primeiro exportador de carne do país.

O Estado de Rondônia é Estado natural da pecuária, porque a maioria 99% dos animais são criados de forma natural, com pastagem natural, eles não são criados em cativeiro com ração. Eles são criados somente com pastagem capineira, natural. Ele não é criado em confinamento, para comer ração. Porque em outros estados como Minas, Goiás ou São Paulo eles criam um percentual altíssimo de animais confinados. O animal fica fechado e come só ração e capineiras mas de forma beneficiada através de equipamentos, aqui isso é muito pequeno ainda. Essa propaganda nos ônibus da Eucatur, “Rondônia Estado natural da pecuária” não é porque o Estado é natural da pecuária, é devido a forma de criar solto, é natural em pastagens naturais.

O Estado de Rondônia foi um dos Estados que mais fez reforma agrária no país. Por isso que teve este processo de ocupação por pequenas propriedades, a maioria até 100 hectares para baixo. Houveram poucos projetos de reforma agrária que teve áreas superiores a 200 hectares, bem pouquinho. Só na região de Cacaulândia que teve isso, mas o restante foi tudo pequenas propriedades. Quando estas propriedades foram exploradas, as famílias foram crescendo com seus filhos e a propriedade foi se tornando pequena na cabeça deles. Na verdade, nenhuma propriedade é pequena, depende da forma como cada um a conduz. De repente uma propriedade de dez hectares tem uma produção e uma rentabilidade muito maior do que uma que tem 100 hectares, mas se adotou uma política da monocultura e principalmente da pastagem, com isso precisa de grandes extensões. Por outro lado também veio a agregação de valor destes imóveis. Eles foram valorizando e subindo muito e a especulação fez com que estas famílias vendessem estas propriedades, fossem para áreas novas, mais baratas e começassem todo o processo novamente de devastação da floresta e de expansão de novas áreas.

Como em Rondônia até o momento teve muitas áreas para novas ocupações, então isso propiciou a mudança dessas famílias de Médici que eram mais de 40.000 habitantes na época e hoje está com aproximadamente 23.000. Então reduziu pela metade, por conta desta valorização das áreas e por conta também destas famílias irem para áreas novas maiores, mais baratas e morar nestas regiões como: Buriti, Vila Nova, Machadinho do Oeste e outras regiões, novas regiões que seriam desbravadas. Hoje não tem novas áreas mais disponíveis. Isso está estabilizado agora, não vai mudar a população mais. A população, a tendência agora é aumentar por conta de outras coisas que estão acontecendo na região central, principalmente estas indústrias que estão surgindo aqui. A região central ela está surgindo algumas indústrias de beneficiamento e principalmente da produção oriunda do campo mesmo. Não é produção oriunda da cidade, a cidade não tem esta capacidade ainda no nosso município e também na região central.

A maioria das indústrias é voltada para o setor primário. Como o leite está expandindo muito, temos a implantação de indústrias para fazer produtos a partir dele. A outra é a indústria de medicamentos, feitos sobretudo de órgãos dos animais. A outra grande agora é o beneficiamento para aproveitar o couro. Rondônia está matando por dia 12.000 cabeças de bovinos. Então foi instalado em nosso município, a maior indústria de beneficiamento de couro do Estado de Rondônia. Todos os produtos que vem do campo, estava indo para fora e estão ficando na região agora, os primeiros beneficiamentos estão sendo exportado inclusive para os Estados Unidos, para a China. Estes materiais todinhos vão para outros países.

A entrada da monocultura na região aconteceu de 1996 em diante. A partir desse período houve essa tendência para a monocultura e principalmente da pecuária de corte e de leite. Só teve uma micro-região que não houve isso de forma expressiva, no distrito de Estrela de Rondônia porque as famílias que vieram de São Paulo e do Paraná introduziram a fruticultura. Então só nessa região que não predominou ainda a monocultura principalmente a criação de bovinos. Tem muita fruta naquela região, inclusive está no processo agora de implantação de agro-indústria, da agricultura familiar, tanto de leite quanto de frutas.

Antes em Rondônia tinham bastantes áreas preservadas ainda, tinha muitas áreas de floresta em 1984. Nessa época não existia uma preocupação com o desmatamento, por parte das organizações, principalmente governamentais que já sabiam desse fato que é danoso para o meio ambiente. Deveria ter ocorrido um processo produtivo conciliando com a parte ambiental também. Não houve essa

preocupação e se incentivava de qualquer forma a cortar a floresta para poder implantar tantos os órgãos de reforma agrária como o INCRA, como também os órgãos de assistência técnica. Ninguém falava da parte ambiental naquela época. Hoje a preocupação já é grande, inclusive já tem famílias na zona rural reconstruindo sua propriedade com floresta plantada, isso está começando. Acabou aquela fase de devastação, ela está terminada, hoje em dia é totalmente proibida. Inclusive está se cadastrando agora ambientalmente todas as propriedades rurais de Médici, nesse momento tem um programa para isso e dos outros municípios de Rondônia. Todos vão ter ali o seu cadastro ambiental rural, inclusive com fotografia satélite mostrando como que ela é hoje. Então isso inviabiliza totalmente aquela família continuar qualquer devastação. Ainda tem uma quantidade razoável de florestas, pequenas florestas nas propriedades.

Esse desmatamento foi horrível porque estas florestas foram queimadas, não foi aproveitado o potencial que tinham. Então já teve um prejuízo financeiro e depois um prejuízo ambiental. Ainda não está tão danoso, não repercute muito porque esta região não tem problema climático que dificulte as chuvas. As chuvas tem acontecido regularmente todos os anos, mas se houver algum ano que estas chuvas não venham, o dano será enorme. Principalmente nesta área com criação de animais, o dano será enorme, mas da forma que está conduzida eu acredito que isso não vai chegar a este ponto porque tem outras regiões em Rondônia que vai dar este equilíbrio. Rondônia, se você olhar, ainda em toda sua área, no Estado de Rondônia possui 70% de Floresta. Então isso aí traz um equilíbrio nas áreas que foram totalmente devastadas para poder o dano não ser muito grande.

Não participava de nenhum movimento político, de alguma agremiação partidária lá de onde eu vim de Minas Gerais. Em Rondônia na extensão rural houve um processo de discussão naquela época em 1984 de se viabilizar candidaturas de membros da extensão rural no poder legislativo do município. A discussão foi ampla, inclusive os nomes dos extencionistas que eram mais de 30 naquela. Eu me disponibilizei para entrar no processo em 1988 quatro anos após a minha chegada. Com isso entrei para a política, todas as eleições municipais de 1988 até agora, exceto uma eleição que eu não fui candidato, quase todas, praticamente todas as outras eu fui candidato. Ficamos 16 anos de mandato no município de vereador até prefeito.

Em 1984, no distrito de Novo Riachuelo, inclusive foi o primeiro local onde eu trabalhei quando fui contratado pelo serviço de extensão rural EMATER. Nos fomos

lá desenvolver a construção de uma usina de beneficiamento de borracha, uma matéria prima retirada da seringüeira, aquela região tinha um seringal e tinha muito seringueiros, pessoas que coletavam isso. Nesse tempo as pessoas já mostravam na beira das estradas pedras que diziam serem de índios. Foram índios que fizeram aquelas gravuras, aquelas escritas nas pedras eles diziam.

Eu nunca tinha visto isso lá em Minas Gerais, na minha região não tinha estas vistas de arqueologia que tem no município de Presidente Médici e nos outros municípios vizinhos na região central. Eram as famílias de lá, os agricultores, familiares daquela região que mostravam aquilo para gente. Em 1984 e 1985 eu vi esses materiais diversas vezes, só que naquela época ninguém se preocupava em estudar isso, só mostrava para os outros os materiais que encontravam e com a derrubada da floresta, foi devastando aquilo e aparecendo ainda mais.

Por volta de 2005/2006 nós tivemos notícias dos professores, do município. Tanto a Maria Coimbra como o José Garcia. Eles abraçaram esta causa e este negócio veio a tona. O tempo inteiro vieram discutindo isso, desde 2005/2006/2007 vem se discutindo esta questão em Presidente Médici e eles desenvolvendo esta atividade de preservação .

Foi na legislatura do ex prefeito Charles Modro que começou a se viabilizar o Museu, museu de arqueologia justamente com estes dois professores. Em 2009 a 2012 houve uma intensificação bastante interessante de parcerias, foi feito muitas parcerias inclusive com a Universidade de São Paulo, a USP. Com outras universidades do país, com as empresas da região que estão viabilizando as linhas de energia elétrica e as usinas, e trazendo compensações.

O Ministério da Cultura através do IPHAN, o Instituto abraçou esta causa com bastante intensidade e a coisa vem andado, vem crescendo. Tem uma equipe interessante do IPHAN em Rondônia, em Porto Velho, que eles abraçam este negócio e dá muito incentivo, ele faz as pessoas erguer o farol nessas discussões! Energiza as pessoas nessa discussão. É o único museu de arqueologia no Estado de Rondônia aberto e com toda esta intensidade de trabalho é o de Presidente Médici. Isso na verdade representa o Estado de Rondônia.

A atuação do Museu é muito importante na região, porque isso vai fazer com que todas as gerações não só de Médici como do Estado de Rondônia como do Brasil consigam verificar quem passou por aqui. Quem passou por esta região no passado. As antigas populações que viveram aqui. Isso resgata esta história e os museu são ferramentas interessantíssimas. Eu tenho até um livrinho em casa que

eu comprei numa viagem que cita mais de cem maneiras de ser feliz. Por incrível que pareça tem uma frase lá: “ se você quer ser feliz, visite um museu” .

Na minha gestão nós já tivemos, inclusive aliado a isso, nós trabalhamos com um profissional da área de turismo, trabalhamos com ele de 2010 a 2012. Um turismólogo. Essa discussão foi muito ampla, principalmente para poder se explorar o turismo, com isso vai trazer um aumento da economia do município. Quando um turista vem no município visitar arqueologia e visitar outras coisas ele deixa recursos, ele gasta no município. Então, aliado a isso o turismo é interessante porque com certeza vai provocar o aumento da receita nessa região.

O preconceito com população indígena ainda é grande. Porque a maioria da nossa população branca do Estado de Rondônia eles nunca sequer foram numa área indígena. Eles nunca visitaram uma aldeia. Eu mesmo, eu só fui visitar uma aldeia, inclusive dos Araras, eu já estava completando 30 anos de Presidente Médici. O anseio das populações que não conhecem é negativo. A partir do momento que vai lá, visita e conversa com eles, conviver com eles, isso muda totalmente. Então, o Museu vai ser importante para poder fazer com que estas populações brancas, possam ter um melhor conhecimento dessas áreas indígenas, dessas comunidades e que aproxime as populações brancas dos indígenas. Inclusive eu só fui visitar lá mais incentivado pelo professor que trabalhou bastante tempo aqui no nosso Museu, José Garcia. Ele que inclusive que está trabalhando lá com os índios Gaviões e Araras. Nesse momento estava-se construindo uma escola nova lá para eles e através dele que eu fui lá visitar o dia da entrega dessa escola. Nós passamos a conversar com os indígenas e não é nada daquilo que se pensa. A maioria pensa que o índio ainda é um animal bravo, na floresta. Tem estas populações ainda que não tem contato com o branco em Rondônia. Mas a maioria não, tá tranquilo a convivência, da para se fazer com bastante tranquilidade o trabalho. O museu de arqueologia e outras ferramentas, as escolas, o aparato do Estado, os municípios tem condições de diminuir estas diferenças, essas discriminações. Inclusive muitos objetos que estão no museu foram os índios que construíram. Não é só as gravuras em pedra, são outros objetos. Inclusive até restos mortais de índio estão a disposição para as pessoas conhecerem.

O Processo de ocupação em Rondônia não foi organizado. Na verdade o Governo ele não organizou os assentamentos. O Governo Federal e até mesmo o Governo do Estado não tem esse poder. O Governo Federal em nenhuma região de Rondônia ele organizou este processo de regularização fundiária corretamente. Ele

só foi lá verificar quando as terras estavam invadidas. Então o processo foi totalmente desorganizado. Inclusive está desorganizado até hoje. O Governo só vai lá assistir depois que as famílias estão lá através das invasões de qualquer forma. Presidente Médici teve uma ocupação de 200.000 hectares.

Então o conflito tanto com os brancos como com os indígenas foi muito grande. Inclusive os índios foram totalmente expulsos dessas áreas para poderem serem exploradas, principalmente naquela época nos anos 1960, dos anos 1950 eles exploravam a borracha. Os índios tiveram que sair dessas áreas, porque os índios não concordavam com isso, com essa exploração. Aqueles que não queriam sair eram exterminados, eram mortos e dava espaço para a exploração da borracha ou dos minérios da região.

Houve o processo de ocupação, de invasão destas terras do Estado de Rondônia e continuou o processo de expulsão dos indígenas. Na estrada 429 bem próximo de nós o processo foi tão complicado que pegaram os índios e colocaram dentro de assentamento de reforma agrária. Tem índios inclusive hoje se mobilizando para poder desmanchar isso, foram colonizados como um branco. Não tem a mínima lógica deles fazerem isso. Tinha que se demarcar uma área para eles, para viverem lá, mas não dessa forma de assentar, como se assenta pessoas que não são indígenas.

Isso acontece até hoje. O Governo continua desorganizado. Os órgãos de reforma agrária continuam desorganizados. O governo não viabiliza os recursos suficientes para fazer corretamente, por isso destas ocupações e as famílias vendem de qualquer forma e vai embora para outras regiões. Isso estimula as famílias esvaziarem as propriedades e por isso que há a concentração de várias propriedades na mão só de um proprietário.

Olha a região centro leste do Estado de Rondônia, ou seja esta região central do Estado de Rondônia é a mais rica em termos do patrimônio arqueológico. É a que tem maior concentração de arqueologia do Estado de Rondônia. Então o potencial é enorme tem que se continuar estes trabalhos para poder preservar tudo isso, documentar tudo isso, registrar tudo isso, preservar tudo isso que pois vai trazer ainda no futuro grande rentabilidade na área do turismo na região.

Temos outros atrativos, como as festas tradicionais, principalmente focadas no setor agropecuário, tem muitas festas agropecuárias na região centro leste. Em Médici tem a única festa do maracujá do Estado de Rondônia, isso entrou para o calendário. Todos os anos no período de junho, até setembro ela acontece no

Estado de Rondônia e as festas agropecuárias também nesse período e outubro as festas agropecuárias. Por outro lado temos as outras festas tradicionais que tem no Brasil inteiro: carnaval, o aniversário de município, padroeiro.

Temos outra atração na região, que são as belezas naturais. Temos muitos rios, muitos igarapés, inclusive um dos principais da região é o rio Machado que é muito visitado, ele é muito explorado, inclusive tanto pelos pescadores como pelos praticantes de esportes radicais. Tem o morro da Embratel também que é um dos mais altos da região centro-leste com 280 metros de altura. O pessoal sobe lá e pratica também outros esportes radicais como os voos livres. Isso é muito visitado.

A população local já entende bem o Museu. As populações que tem sítios arqueológicos em suas propriedades já entendem isso, aceitam deixar fazer o trabalho que tem que se fazer. Agora por outro lado há de se fazer um incentivo melhor por parte da estrutura governamental, tanto do Município, como do Estado, como do Governo Federal. Estes três entes precisam viabilizar os recursos necessários para poder se ampliar os trabalhos.

O Município de Médici poderia viabilizar recursos. Porque nós estamos com os melhores profissionais do Estado. As parcerias são boas. A quantidade de parceiros que vem é enorme como já coloquei anteriormente, tem muitas parcerias interessantes. A medida que a esfera Municipal, Estadual e até mesmo o IPHAN e o Ministério da Cultura abraçarem esta causa o trabalho vai andar muito mais e as coisas vão acontecer muito mais. A população não só de Médici mas toda a região vão passar a valorizar e abraçar muito mais esta causa.

O município tem que abraçar esse trabalho, indiferentemente de cor partidária ou religiosa. O município é quem mais vai ganhar, tem que abraçar isto e apoiar os profissionais que se dedicam e trazer gente nova. Com certeza as interferências políticas atrapalham muito mais os trabalhos arqueológicos do que as religiosas. A FUNAI, por exemplo, atrapalha muito mais que as religiões! A FUNAI ela é muito corporativista, tem atrapalhado demais o trabalho com indígenas. As religiões eu não tenho visto. Então é essa a questão, essa questão política mesmo é que mais atrapalha. Tantos os órgãos federais, os órgãos municipais, os órgãos estaduais atrapalham muito mais que as religiões.

No futuro, eu ficaria feliz se nestes dez anos acontecer tudo aquilo que já foi discutido. Os projetos que foram discutidos são interessantíssimos, para ampliar, para resgatar toda essa história arqueológica, demarcar e registrar definitivamente todas as áreas arqueológicas já descobertas e a medida que fazer tudo isso vai ser

descoberto mais coisas, mais áreas. Não vão parar de descobrir, fazer novas descobertas , não vai terminar. Isso daqui a cem anos com certeza vai descobrir novas áreas na região. Então a gente espera que todos estes projetos que foram discutidos, toda estas discussões de melhoria, continuem.

A USP estando aqui com certeza vai levar a história de Rondônia, da região central para o Brasil inteiro, para o mundo inteiro. Então são parcerias que realmente dão certo. É o ajuntamento das coisas, ajuntamento das entidades, dos órgãos governamentais, não governamentais das empresas. As empresas tem contribuído com a reestruturação disso aqui e nós temos na nossa linha de raciocínio que elas continuem viabilizando, porque todo mundo vai ganhar, todos vão ganhar nessa história.

Nós ficamos felizes quando paramos para poder falar sobre arqueologia na região central e ficamos orgulhosos, por quê ? Nós estamos representando inicialmente o Estado de Rondônia e também por estar servindo este país, com certeza este Museu está servindo este país, as universidades, as empresas, as organizações. Esta é uma ferramenta que ao meu ver é importantíssima. Cada estado tem ter no mínimo um museu de arqueologia. Eu tive a oportunidade de participar já de muitas entrevistas, de observar muitos trabalhos por parte da Maria Coimbra e do José Garcia. Eles que são os cabeças dessas histórias, eles que estudam bastante isso, são especialistas. Então, a gente tem muito a aprender com quem se especializa nisso. Então isso deixa a gente feliz.

Entrevista transcrita pelo Maurício André da Silva, no contexto da pesquisa de mestrado: *Memórias e histórias no sudoeste amazônico: o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia, orientado pelo Prof. Dr. Camilo de Mello Vasconcellos no Programa de Pós Graduação em Arqueologia no MAE/USP.*

Ficha de classificação da entrevista:

Nº da entrevista: 04
Entrevistado(a)(s): José Ribeiro da Silva Filho
Profissão: Ex-prefeito do município. Apoiador do Museu.
Dados Biográficos: Nasceu em 02 de julho de 1963 em Ituiutuba, Minas Gerais. Migrou para Rondônia em 1984 para realizar concurso público.
Entrevistador(a)(es): Maurício André da Silva
Contexto de produção: Resultante do mestrado realizado no Programa de Pós Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), intitulado: <i>Memórias e histórias no sudoeste amazônico: o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia</i>.
História Oral Temática / Vida
Meio de divulgação: Dissertação
Mídias relacionadas: Fotografia, áudio e documento escrito.
Data da realização: Novembro de 2013
Local da entrevista: Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia.
Observações: Aborda a história de vida do entrevistado, com o enfoque no processo de migração para a localidade, o envolvimento com os vestígios arqueológicos e consequentemente com a arqueologia. Apresenta-se o contexto político da localidade e consequentemente as medidas implementadas pela instância municipal para a consolidação e criação do Museu.

Características do Documento:

Suporte	Papel.
Forma	Cópia
Formato	Arquivo digital e texto impresso
Gênero	Documentação informática, textual e iconográfica
Espécie	Entrevista
Tipo	Entrevista de história oral temática / de vida

Descritores:

- Migração para Rondônia;
- Contato da população local com os vestígios arqueológicos;
- Colecionismo;
- Cenário político da localidade;
- Criação do Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia

APÊNDICE E – NARRATIVA DE ONOFRE BERNADINO

Sou Onofre Bernadino, sou poeta e já cantei... fui cantador de repente muitos anos. Eu nasci em 1936, em uma cidade com o nome de São José do Egito, no sertão. Comecei a fazer versos desde pequeno, o primeiro verso que fiz eu tinha 9 anos de idade, meus irmãos acharam bonito, danaram a gritar, a bater palma, a dar risada eu achei bonito e ia inventando verso de tudo quanto foi coisa, depois descobri que eu era poeta. Eu tenho mais dois irmãos poetas que é o Livino Bernadino o mais velho, tem o José Bernadino e eu. Nós somos 3 irmãos, todos poetas. Eu cantei repente batendo viola e viajando o mundo durante 20 anos, eu tenho carteira de repentista tirada em São Paulo.

Eu comecei a cantar repente e viajar com uma viola nas costas, desde que eu tinha 15 anos, no Pernambuco. Depois fui para o Mato Grosso do Sul, lá cantei muito também, cantei aqui em todo lugar. Eu tenho carteira de repente tirada em São Paulo.

Eu saí de São José do Egito para Mato Grosso, morei em Eldorado 17 anos, depois vim para Rondônia. Eu conheci várias pessoas que moravam por lá e depois foram para Rondônia. Rondônia era fácil de arrumar terra, eu já tinha alguns parentes que já tinham vindo pra cá, com isso eu vim também. Vim em 1975, cheguei aqui no dia 30 de maio.

Aqui era uma vila só. Ali onde fica a prefeitura hoje onde está o fórum, tinha um pé de castanheira muito grossa, era mato e tinha os colonos daqui, os primeiros colonos que entraram nessa região e começaram ceder pedaço de terra para o povo fazer casa e foi aumentando. Toinho Araújo pai do Pastor Enoch, do Pastor Severo era o dono desse lote onde eu estou aqui. E esse outro lote vizinho aqui era do filho dele do Pastor Enoch. Aí foram vendendo, vendendo para o povo fazer casa, com isso foi aumentando...

Na época que eu cheguei tinha alguns seringueiros ainda. Quem mais mexia com os seringueiros eram os índios, descendentes de índios, castanheiro tudo quanto era coisa. Com o tempo foi aumentando a cidade. Eu comprei essa chácara aqui de 3 alqueires em 1975, já era de outro homem, ele tinha vendido para outro homem que a mulher dele pegou uma malária muito forte, quase morreu, com isso ela pediu ao marido para ir embora daqui: - Me leve para o Mato Grosso do Sul eu não quero ficar aqui e danou pra lá.

Eu moro aqui em Medici há 35 anos, todo mundo me conhece, eu cantei aqui foi muito tempo, cantei em Ji Paraná, Jaurú. Cantei muito com Silvio Caldas, ele

voltou para o Ceará que ele é Cearense, pegou uma doença não sei o que foi e o povo diz que ele morreu lá.

Eu gosto muito daqui. Eu criava... roça de café depois acabei com o cafezal e virei criador de gado, mas eu estou velho, cansado e doente, estou com dois anos que não toco lavoura. Meu filho veio até fazer um inventário da casa para repartir com os outros, fazer a escritura, eu levei na prefeitura, está cadastrado no INCRA o documento da casa, está lá no INCRA para fazer a escritura, logo sai.

Eu tenho um hino sobre os índios, eu abandonei as coisas do mundo eu sou evangélico. Graças a Deus eu não quero mais saber desse mundo não. Tudo no mundo que não serve para Deus eu não quero saber. Eu sempre me apresento, sempre vou quando sou chamado. Essa camiseta aqui mesmo é do colégio que me chamaram para eu recitar uma poesia, o gerente de lá o diretor foi e me deu esta camiseta.

Repentes do senhor Onofre sobre a região de Rondônia:

O índio nativo é um ser humano
Tem direito a terra para habitação
Acima de tudo tem direito à saúde
Tem direito a viver tem direito ao pão
Nosso semelhante temos que abraçar
Sempre procurar lhe fazer o bem
O amor ao próximo veja isso com calma
Ele tem uma alma como você tem
A palavra tribo observe bem
Para o povo indígena é palavra fiel
Eu formei um quadro e tirei um close
É a origem das 12 tribos de Israel
Faz parte de um povo que saiu do Egito
Em pleno deserto comeram maná
Jesus Cristo veio dos filhos de Abraão
Ele é o leão da tribo de Judá
Da mesma linhagem o índio nasceu
É um ser humano é nosso irmão
E no dia do índio nossos parabéns

Que Deus abençoe a esta geração

Posse de terra em Medici.

Cheguei em Presidente Médici bem desatualizado,
procurei um amigo que já era aclimatado.
Perguntei para meu amigo como é que vou arranjar
um pedacinho de terra que dê para mim trabalhar
um lugar bem sossegado para meus filhos morar .
Dentro de poucos instantes apareceu um cidadão,
meu amigo me apresentou ele me apertou a mão,
já me disse não tem erro não tem nenhuma marcação.
Será que não tem perigo essa tal de marcação
ah, não tem perigo não essa terra é devoluta ela pertence a nação.
Já eu fui olhar a terra achei boa até demais
sempre desconfiado perguntei para um rapaz
se esse negócio der rolo como é que a gente faz?
Ai falou num deputado que tinha aqui Santana
Isso aqui tem um deputado tem um companheiro dele que não deixa ninguém
só eu entrei na onda dele e fui parar no xilindró.
Quando eu cheguei no cubículo refletindo meu passado,
achei na minha consciência que ninguém era culpado,
o culpado foi eu mesmo que caí em papo furado.
Eu e 5 companheiros caímos nessa.
Quando um reclamava o outro se maldizia
e todos distante da moradia ,
João da ilha diz isso é uma desgraça
eu devia estar livre disso meu desgosto não passa,
quem me dera estar na vila bebendo minha cachaça.
Seus filhos davam risada se aparecia minino dizendo aqui a gente sofre mas
Pare de fazer deboche com o pobre do rapaz
Coitado do Enedino além de preso doente
com a febre de malária só fica batendo dente
e dizendo ninguém tem dó da situação da gente.
Manoel o seringüeiro (XXXXXX) sorte mesquinha,
minha esposa tá na véspera de ter uma criancinha,

e eu preso fora de casa que vida dura essa minha.
E quando fica todos juntos com outro conversando
vamos perder nossa terra que fico só meditando
quem nasceu pra ser tatú tem que morrer cavocando

Descobrimento do Brasil

No dia 09 de março foi a partida inicial
Saiu uma grande esquadra do porto Belém Portugal
No comando do almirante Pedro Alvares Cabral .
A frota de 13 navios Cabral era o comandante,
todos com destino as Índias numa viagem importante
em busca de aventuras enfrentado o mar gigante.
A 22 de abril essa frota de Cabral
viu um monte arredondado chamou de Monte Pascoal,
por ser a semana da páscoa comemorado em Portugal
O marco foi uma cruz fincada naquele chão duro
Vera Cruz e Santa Cruz mostra o passado e o futuro
e batizaram aquela encosta por nome Porto Seguro.
Começou a nossa história em 22 de abril de 1500,
foi descoberto o Brasil e completou 500 anos em abril do ano 2000.
Dali nasceu e cresceu e se tornou independente,
o texto que escrevi estou certo e consciente
é uma vírgula da história do Brasil terra da gente.

Presidente Médici.

O Sr. Antônio Manoel Araújo chegou nessa região no dia 18 de junho do ano de 1971 e comprou uma posse de terra onde se abrigou com seus familiares. Enoc Antônio de Araújo, Manoel Antônio de Araújo. Também adquiriram cada um uma posse. Seus vizinhos eram o Sr. Otávio Rodrigues de Matos e o Sr. Ernesto Peteret e o Sr. Pedro de Oliveira Enoé, Inacio dos Santos. Seu Toinho Araújo como é conhecido começou a cedre pequenos terrenos de sua área para pessoas que vinham chegando para fazer casa para morar e assim seus vizinhos fizeram o mesmo e começou o pequeno lugarejo. Como não parava de chegar gente aos poucos foram formando uma vila. Em 72 já somávamos 800 moradores na região que tinha apenas o nome de quilometro 33.

E resolveram fazer uma eleição do nome para o lugarejo e foram apresentados 4 nomes: Presidente Médici, Getúlio Vargas , Fátima do Norte e Cruzeiro do Sul e foi eleito o nome do Presidente Médici que mais tarde foi confirmado pelo então governador do território Teodorico Gaiva já em 73 ficando como sub-distrito de Porto Velho por causa da vila de Rondônia que ainda era distrito. Daí até o final do ano de 76 crescia cada vez mais a ocupação das terras de Rondônia por que vinha gente de muitos estados para o território, principalmente do centro oeste e do sul do país. Quando então o Ministro do Estado do interior Maurício Rangel Reis pediu a criação de 5 municípios para Rondônia visando o assentamento da grande população que esperava ansiosa receber cada um seu pedaço de chão. E foram criados os municípios de: Ariquemes, Ji Paraná, Cacoal, Pimenta Bueno e Vilhena no dia de 11 de outubro de 1977 finalmente foi aprovada a lei 6. 448. No dia 16 de junho de 81 foi levada a sanção do Presidente João Batista Figueiredo a lei número 6.921 que autorizou a criação dos municípios: Colorado do Oeste, Espinheiro do Oeste, Presidente Médici, Ouro Preto do Oeste, Jauru e Costa Marques.

Presidente Médici na categoria de distrito passou por várias administrações. Primeiro administrador: Fábio Coelho, segundo Manoel Menach Menezes, Aroldo Gomes Martins, Alto Gomes Martins , Antônio Manoel de Lima, Antônio Geraldo da Silva. O último administrador foi o primeiro prefeito nomeado pelo Governador Jorge Texeira, que permaneceu no cargo de prefeito até 83, passando o cargo para o Sr. José Cunha e Silva Junior eleito pelo voto popular em 15 de novembro de 82 tendo como vice prefeito Carlos Morongue Filho, empossado juntamente com a câmara de vereadores composta de 11 vereadores sendo eles: José Paulino de Oliveira, Onofre Bernadino da Silva, Olério Rodrigues Correia, Deusino de Jesus Texeira, Natalino Rossi Javarine, Fenício Vanuc, Osmir Martins Ferreira, Gilson Borges de Souza, Joilson Viana Santos, Joaquin Pereira de Souza, Katuid Ithikaua.

Que foi presidente da Câmara, na época nosso município contava com uma área muito grande, o distrito da Alvorada do Oeste, Nova Brasilândia, União da Vitória, Nova Riachuelo e Estrela de Rondônia a vila de Bandeira Branca. Com a criação dos municípios de Alvorada do Oeste, Nova Brasilândia e Castanhedas, Presidente Médici foi Bandeira Branca Estrela de Rondônia e o Novo Riachuelo para o livro dos pioneiros.

Dados fornecidos pelo ex vereador Onofre Bernadino da Silva da Chácara Bom Sossego, rua da saudade número 1748, Presidente Médici 28 de agosto de 97.

A Nova Constituição

Peço ao meu Deus soberano
Para me fazer feliz
Quero descrever em versos
O que nessa época diz
A respeito de reine que vive nosso país.

Vinte anos já contamos
Nas páginas do calendário
Que o Brasil é governado
Por regime autoritário
A nação sem ter direito
De eleger seu mandatário.

Nosso povo brasileiro
Toma outra posição
Diante da nova etapa pede por aclamação
Que a nova república faça
Nova constituição.

Com uma constituinte
Poderemos ser providos
De sermos pressionados
Seremos mais precavidos
Talvez nossos problemas
Poderão ser resolvidos.

A nova república trouxe
Para o povo uma esperança
De gozar mais liberdade
Empregar mais confiança
Por isso todas as classes
Desejam e pedem mudança

Pedimos as autoridades
Nova organização
Com base fundamentada
Em torno da união
Criando lei que garanta
O futuro da nação

Nova lei que dê ao povo
Mais firmeza e garantia
Gozando mais liberdade
Tendo mais autonomia
Terá paz segurança
Havendo mais harmonia

Para que isso aconteça
Veja o ponto principal
É necessário o governo
Dar um apoio integral
Convocar uma assembleia
A nível nacional

Chama-se o corpo político
Que tem grande dimensão
Os poderes constituídos
Fazendo reunião
Constituintes que fazem
A lei maior da nação

Os membros constituintes
Todos convencionais
Eleitos ou não eleitos
Com seus direitos legais
Serão os representantes
Das bases fundamentais

Pois qualquer um cidadão
Poderá ser contemplado
Sendo ele brasileiro
Ou seja naturalizado
Sendo eleitor tem direito
De votar e ser votado

Quem pode participar
Dessa constituição
É todos os brasileiros
Em forma de eleição
Levando os representantes
A essa definição

Do seringueiro ao colono
Do índio aos magistrados
Das classes baixas as mais altas
Deve haver comunicados
Dizendo ao governo como
Queremos ser governados.

Através dos sindicatos
Das tvs e dos jornais
Do telex dos correios
Dos telefones vocais
Queremos comunicarmos
Com os meios sociais.

Queremos falar de perto
As nossas autoridades
E contar para os governos
As nossas necessidades
O que sofre os trabalhadores
Do campo até as cidades.

O Trabalhador do campo
Deve ser recompensado
Com garantia de preço
Pelo serviço prestado
E o produto da terra
Que é o nosso consagrado

Esperamos do governo
Reforma agrária também
Que se realizem os sonhos
Que de longas data vem
e seja distribuída a terra
Para quem não tem

Que o povo seja livre
Sem distinguir raça e cor
Que sejam distintos credos
Cada um tem seu valor
Que a consciência de todos
Gire em torno do amor

Comissão pró constituintes
Está sendo presidida
Por Valdir Perrazo Leite
É o seu ponto de partida
É falar com todas as classes
Para a missão ser cumprida

Aqui deixo meu abraço
A voz do repentista
Peço perdão para todos
Para contemplar minha lista
Essas são as opções
Esse é meu ponto de vista

Peço aos meu leitores
Bom préstimo e compreensão
Não critiquem os erros meus
Antes dê mais atenção
Complete o que está faltando
Não me faça oposição

Sou Onofre Bernadino
Homem de espírito forte
Um morador de Rondônia
Este recanto do norte
Tenho Presidente Médici
Como uma dádiva da sorte
Onofre Bernadino da Silva.

A evolução de Rondônia

Rondônia é uma fatia dessa terra brasileira
Tem campos serras, montanhas, rios, lagos e cachoeiras
Com 1.300 quilômetros numa faixa de fronteira
Há meio século passado não havia habitação
Só a força da marinha que fazia a guarnição
Nessa faixa de fronteira para evitar a invasão
O presidente Getúlio uma reunião fez
A 24 de novembro do ano de 43
Achando que essa terra também tinha sua vez
Nomeou o militar para ver essa fronteira
cujo nome dele era Luis Pinheiro Ferreira
foi mais um governador na história brasileira
Ele cheio de esperança conduzido pela fé
para começar nova vida que difícil sempre é
governar o território federal do Guaporé
Foi isso em 44 ilustre batalhador
a 24 de janeiro chegou de barco a vapor

assumiu em Porto Velho o cargo de Governador
Num grupo escolar com nome de Barão de Solimões
onde os alunos da época recebiam instruções
Aluizio recebe o cargo começou suas ações
Sua divisão da sede administrativa
o Sr. Aloísio Pinheiro com sua voz ativa
parecia ter descoberto uma terra primitiva
Como era militar um defensor da bandeira
deve ter organizado a guarnição da fronteira
reforçando a vigilância no Forte Príncipe da Beira
A corrida pelo ouro nesse tempo já havia
a colheita da castanha a caça e a pescaria
e os seringais que eram fonte da economia
Alguns nordestinos vinham para esta terra estranha
para explorar o minério a borracha e a castanha
matavam caça e comiam nas quebradas da montanha.
No ano de 56 quando o deputado sonha
com o projeto muda o nome de Guaporé para Rondônia
imortalizando o nome de um personagem idônea.
Recebeu um novo nome foi assim dessa maneira
o atual presidente da República Brasileira
se chamava Juscelino Kubitschek de Oliveira.
Juscelino abriu estradas e em pouco tempo ligou
Mato Grosso com o Acre e Rondônia foi quem ganhou
a BR 364 e o progresso começou
De 70 para cá houve uma transformação
o território recebeu uma grande imigração
de gente de toda parte atrás de um pedaço de chão.
Gente lá do Pernambuco , Paraíba, Ceará
de Sergipe e da Bahia do Piauí e do Pará
do Maranhão e de São Paulo, Mato Grosso e Paraná
Do estado de Alagoas a terra dos marechais
do Rio Grande do Norte também de Minas Gerais
e de Santa Catarina, Espírito Santo e Goiás
Assim veio muita gente

Francisco Paulo e Raul do Acre e do Amazonas
onde o céu é mais azul
e do Rio de Janeiro e de Mato Grosso do Sul
Chegando armavam barracas dormiam até pelo chão
faziam fogo de trempe pra cozinhar o feijão,
comiam entravam no mato para fazer marcação
Mauricio Rangel do Reis ministro do interior
pediu ao presidente coisas de grande valor
criou cinco municípios amparando o trabalhador
Em junho de 81 João Figueiredo assinava mais um projeto de lei
que ele sancionava mais seis novos municípios
que o povo já esperava
Espigão do Oeste e Jarú, Ouro Preto e Colorado ,
Costa Marques que está na fronteira do Estado
também Presidente Médici nosso recanto sagrado
Em dezembro do mesmo ano foi também sancionado
outro projeto de lei que tinha sido aprovado,
a promoção de Rondônia de território a Estado
O Sr. João Figueiredo presidente da nação
sentindo a necessidade nomeou o Texeirão
que modificou Rondônia deixando recordação
O coronel Jorge Texeira na hora que se empossou
dia 04 de janeiro de 82 falou:
Rondônia conte conosco assim ele se expressou
Cortou terra abriu estradas fez colégio e hospital
desenvolveu os municípios fez núcleos de apoio rural
saiu deixando saudade para todo pessoal
Depois do Texeirão veio o Sr. Angelo Agelin
com administração séria ele é que falou assim:
com dois anos de mandato até que não foi ruim
O primeiro a ser eleito dentro da sociedade
o Sr. Angelo Santana foi a grande novidade
quatro anos de mandato saiu sem deixar saudades.
O Sr. Gerônimo Santana e o famoso Santana que pensava mais em si
eles e alguns secretários saíram ricos daqui

deixando para o (XXXXXX) o maior abacaxi
(XXXXXX) recebe o estado muitas contas atrasadas
os cofres públicos falidos as obras mal começadas
por falta de orçamento muitas delas estão paradas
Cheguei a respirar fundo pensei em meu criador
no íntimo fiz uma prece pedi a nosso senhor
que abençoe e proteja nosso governador
Prezado Governador sei que não me ignora
lutei por sua eleição não tive dia nem hora
e hoje sou candidato quero que me ajude agora
O que falei de Rondônia é história popular
agora encontrei o ponto que precisava chegar
é de Presidente Médici que eu pretendo falar
Pego na caneta e peço ó divina majestade
iluminai minha mente me mostra facilidade
para descrever o drama que vive nossa cidade
Os imóveis da cidade estão perdendo o valor
falta apoio para a indústria e para o agricultor
incentivo para o comércio e para o trabalhador
Duas cerâmicas faliram três lojas foram embora
dois laticínios pifaram muita gente caiu fora
Fica a pergunta no ar. O que vamos fazer agora?
Os nossos jovens não tem aonde ganhar dinheiro
e por falta de emprego ficam andando o dia inteiro
rua a cima rua abaixo duro sem nenhum cruzeiro.
O ALGONORTE que vinha dar emprego ao pessoal
por falta de apoio do poder municipal
deixou Presidente Médici instalou-se em Cacoal
Até o nosso ICM hoje está sendo sugado
Ji Paraná come um pouco Cacoal leva um bocado
estamos morrendo igual Cristo
com um ladrão de cada lado
Os nossos (XXXXXX) políticos na outra eleição passada
era inimigo um do outro uma confusão danada,
hoje caminhando juntos já viu que coisa engraçada

Fizeram uma panelada de filé com mocotó
quem falava mal do outro chega engrossava o gogó
agora vivendo juntos comendo num prato só
Zé chingava Pedro e Paulo metia o pau no Mané,
Mané chingava também (XXXX) fungava e batia o pé
Mané Paulo e Pedro puxando o saco do Zé
Eu só não disse quem é pra não dar ansiedade
mas tá claro na vista de toda sociedade
que é o cúmulo da falta de responsabilidade
Os homens que leem a bíblia e se baseia por ela
verdadeiros atalaias que vivem de sentinela
Tem alguém que se revela e se mostra incoerente
rebaixa o nome do Chico que não é nome de gente
e estremante orgulhoso tem a cabeça doente
Se não é nome de gente é de macaco Guariba
assim mesmo peço a Deus por favor não nos proíba
Vamos eleger Onofre Bernadino Chico Paraíba
Quero agradecer a Deus e ao amigo Reitor
e não dispenso o apoio que me deu o governador
Muito obrigado (XXXXXX) Deus que proteja o Sr.
apertei a mão de Chico e disse a ele tenha fé
olhe firme para os montes vamos esperar de pé
Firmando em nosso propósito vamos ver Deus por quem é
Para Prefeito Chico Paraíba para vereador Onofre Bernadino.

Entrevista transcrita pelo Maurício André da Silva, no contexto da pesquisa de mestrado: *Memórias e histórias no sudoeste amazônico: o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia*, orientado pelo Prof. Dr. Camilo de Mello Vasconcellos no Programa de Pós Graduação em Arqueologia no MAE/USP.

Ficha de classificação da entrevista:

Nº da entrevista: 05
Entrevistado(a)(s): Onofre Bernadino
Profissão: Poeta e repentista. Aposentado.
Dados Biográficos: Nasceu em 1936 em São José do Egito em Pernambuco. Saiu da cidade para cantar repente pelo país. Morou em Eldorado – Mato Grosso por 17 anos. Foi para Rondônia em 1975.
Entrevistador(a)(es): Maurício André da Silva
Contexto de produção: Resultante do mestrado realizado no Programa de Pós Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), intitulado: <i>Memórias e histórias no sudoeste amazônico: o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia.</i>
História Oral Temática / Vida
Meio de divulgação: Dissertação
Mídias relacionadas: Fotografia, áudio e documento escrito.
Data da realização: Julho de 2011
Local da entrevista: Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia.
Observações: Aborda a história de vida do entrevistado, com o enfoque no processo de migração para a localidade. A partir de seus repentes são apresentadas histórias e aspectos culturais de Rondônia assim como da localidade.

Características do Documento:

Suporte	Papel.
Forma	Cópia
Formato	Arquivo digital e texto impresso
Gênero	Documentação informática, textual e iconográfica
Espécie	Entrevista
Tipo	Entrevista de história oral temática / de vida

Descritores:

- Migração para Rondônia;
- Contato da população local com os vestígios arqueológicos;
- Visão sobre os indígenas;
- Posse da terra em Médici;

APÊNDICE F- NARRATIVA DE VILEUDA RODRIGUES DA SILVA

Sou Vileuda Rodrigues da Silva, nascida no Nordeste, na cidade de Orós, próximo de Iguatu, no Ceará. Atualmente sou professora da Escola Estadual Marechal Rondon. Cheguei em Rondônia em 1975, minha família veio em busca de uma melhor qualidade de vida. Eu cheguei na época da onça, época de índio mesmo, morei com seringueiros por 5 anos. Inclusive meu pai e meu irmão mais velho foram seringueiros. Nossa, quantas vezes fomos encurralados pelos porcos catetos, por porco espinho, por onça-pintada, pela onça preta. Ficávamos encurralados, não tinha como correr, esperava o tempo dela, tinha que esperar ela dar as costas. Quando ela dava as costas, saíamos de frente, ia andando de frente... porque se você vira as costas ela avança. Se você encara, ela fica parada. Foi difícil aquela época. As onças elas são muito compridas, sabe o que elas faziam, elas prendiam a nossa saída no mato, não tinha saída, pois era mata muito densa.

Aqui antigamente tinha umas cinco, seis famílias. Essa é a nossa história, conhecia Médici como a palma da mão. Hoje nós já conhecemos muita gente nova, diferente. A cidade cresceu, teve um período muito bom por aqui e regrediu também. Hoje você passa nessa região, eles construíram muitas coisas, avenidas asfaltadas.

Meu pai quando chegou aqui do nordeste foi um dos que desmatou a região. Só que quando nós chegamos aqui na BR-364 ela já havia sido desmatada. Quem veio para cá desbravando a Amazônia? Foram os nordestinos, que foram para construção de Brasília. Quando terminaram a construção de Brasília nos anos 70, voltavam sem nada. A tendência foi abrir novos espaços pela região Norte, para que o povo viesse morar. Porque naquela época não tinha habitantes, então a tendência foi o pessoal vir para cá e se aventurar. Aqueles que sobreviveram às pestes da época, que eram muitas, como a malária, a febre-amarela... pois isso dizimava as pessoas. Muitos ficaram aqui, outros foram para Porto Velho, pela estrada de ferro. Nós ficamos por aqui por causa da oportunidade do sítio que tínhamos... que meu pai comprou.

Naquela época aqui não era muito tranquilo, mas não tinha outra saída. Um homem nordestino e analfabeto o que poderia fazer, ele, a esposa e mais três filhos. O que ele ia fazer da vida? Era arriscado, mas não tinha outra solução. Então, meu pai veio e construiu uma casa aqui de coqueiro. Ele pegava o coqueiro, o pé de coqueiro, cortava ele ao meio, tirava aquele miolo. Fazia uma tábua. Aquela tábua era utilizada para as paredes. Só que ele cruzava, ele abria... ele fazia umas vigas e cruzava, a casa todinha. Nossa casa era toda de alvenaria e a cobertura era de tabuinha. Era bem fechada, bem cuidada. Vinha várias onças na porta assim, óh,

puxavam para nos pegar. O que nos livrava das onças era o fogo. Então, tinha que acender fogo grande com a tocha na cara delas assim para elas sair, de noite elas atacavam muito.

Os índios, eles respeitavam o nosso espaço, eles tinham medo também. Não eram índios canibais, eles apareciam de vez em quando. Deviam ser os Suruís que moravam aqui perto. Porque eu não sabia direito, na época eu tinha apenas sete anos. Eu era a filha mais velha e o meu pai me dava um facão, e íamos eu, mais meu pai com uma espingarda na frente. Andávamos esse mato todo, sentíamos a presença dos índios nos seguindo. Eles cortavam inhame e exalavam um cheiro. Aquele cheiro te encantava, eu vivi coisas incríveis nessa região.

Eu tinha nove anos na época, o meu pai tinha aberto umas picadas, cortávamos a seringa. Meu pai tinha mais ou menos umas duzentas árvores. Era uma área muito densa de seringueiras naturais.. Toda semana passávamos pelas seringüeiras cortando, tirando e coletando. Nessa mesma região tinha muito caju e maçã do mato, a nativa era mais gostosa. Nós colhíamos maçã, caju, cajá... coco. Tinha uns cocos muito gostosos. Um coco grande que tem uma massa amarela por dentro. É feito um prato especial na Amazônia com esse coco para comer com peixe.

A mata era densa. Então o que abríamos era um espaço grande para passar. Íamos rasgando o coqueiral para não cortar... meu pai não deixava cortar nada. Meu pai tinha um amor muito grande pela mata, sabe. Cuidava, não deixava cortar o que não fosse necessário. Então, subíamos nos pés de coco e tirávamos, dezoito guris faziam isso. Era a molecada que morava perto da nossa casa. Então era coisa de um quilômetro, porque tinha um carreador grandão, que hoje é a BR 429 que chega em Costa Marques, que é só um carreador que passava um carrinho de boi. O transporte era cavalo, jegue e carrinho de boi. Essa cidade inclusive tinha o nome de Pela Jegue. Por causa dos jegues que transportavam as coisas.

Uma vez nós, a molecada estávamos saindo de um morro, uma descida bem grande, saíamos naquele carreador grandão. De repente escutamos um grito, um grito amedrontador do meio da mata. Olhamos para trás, eram árvores correndo atrás de nós, Elas andavam atrás de nós. Aqueles galhos tropeçavam mesmo, no carreador assim. Nunca vou esquecer essa cena, eu tinha uns nove anos. Aquela árvore andava, aquele tronco e nós oito meninos olhávamos pra trás, corríamos dizíamos: - Ela está falando. Ela está falando, gritava os pequenos de sete, oito, dez anos, onze anos. A árvore está falando, ela está vindo. Começamos a correr e a

árvore corria, andava, enorme. Uma coisa muito louca. Quando nós chegamos na saída, sabe, ela deu um estouro, um estouro que toda região ouviu, mas ninguém sabia dizer o que foi aquilo. Contávamos isso e as pessoas diziam que nós estávamos alucinados, mas os oito meninos viram.

Eu nunca passei tanto medo na minha vida, nem de queixada. Das Queixadas subíamos nos galhos, nos pés de cacau porque tinha muito cacau, competíamos com as onças, porque a Jaguatirica, ela gosta muito de galhos. Às vezes estávamos em um galho e a jaguatirica estava no outro galho, rosnando assim para nós, sabe, e embaixo de nós uma manada de queixada. Só que elas tem medo dos porcos também. Jaguatirica também tem medo disso. Porque o porco avança, ele faz barulho, ele solta um odor muito ruim. Então, elas não suportam. Elas não gostam disso. O porco-espinho também é o inimigo número um delas. Da onça, também. O porco-espinho ataca ela. Então, a nossa proteção eram os porcos mesmo. Depois elas cansam de esperar, elas não atacam de dia, mais à noite. Nas baixadas do sítio, geralmente é muito úmido e abafado. Denso demais. Então, a jaguatirica, ela dorme ali em cima, e de noite ela desce e ataca.

Os indígenas delimitavam a região, não podíamos passar dali. De madrugada para poder chegar cedo, cortar cauche. Você já viu cauche. Retirado com a derrubada da madeira, na época era derrubado no machado mesmo, era uma bicha mais ou menos grande, muito grande. Meu pai iria derrubar um cauche naquele dia, o cauche ele dá em torno de quatro bolas de borracha. Então, meu pai fazia um cauche por semana, saía de madrugada. Ele batia machado até umas três da tarde. Derrubava a árvore, nós fazíamos o corte, eu, meu irmão e ele. Tinha que cortar de metro em metro. Você vai cortando a tora de um lado para o outro, com a tora derrubada. Madeira está de um lado, você vai de metro em metro. Você vai cortando a árvore. Ela vai soltando aquele leite, então, nós fazíamos aquilo uma vez por semana.

Uma vez nós saímos de madrugada eu e meu pai, meu irmão dessa vez não foi. Meu pai encontrou uma senhora, uma velha no caminho, se dizendo mãe da mata, uma velha, parecia uma bruxa Maurício, ela disse assim: - Não passa daqui, se você passar daqui, você não volta. Não passa! Meu pai aprontou com ela, pois ele precisava passar. Você não pode passar. Essa aqui é a minha marca eu sou a mãe da marca, não me desrespeite ela dizia. Meu pai chegou a se arrepiar assim, ela estava vestida de folha Mauricio, não tinha roupa. Ela tinha cabelo,... era uma pessoa, era como uma pessoa, mas toda vestida de folha. Nós demos meia volta e

pegamos outra picada. Era outra picada e conseguimos passar. Dava uma grande volta para chegar na árvore que meu pai tinha marcado para derrubar. Nós conseguimos passar. Ficamos três dias na selva. Meu pai sentia a presença dela. Meu pai falava: - Ela está nos seguindo. Ela está nos seguindo, mas fica frio, não fica com medo não. Eu com a lanterna na mão, sabe.

Quando era criança tinha uma escolinha. Na hora do recreio tinha uma cachoeira, um córrego muito bom com muitas pedras, muita laje. Tinha as bicas e eles faziam as bicas com coqueiro, você abria o coqueiro e saia aquela tocha d'água. Tinha três bicas nas quedas. Naquelas quedas d'água, os alunos na hora do recreio, tomavam banho, se banhavam ali. Perdíamos a hora do recreio e aí a professora já falava:- Duas vezes por semana vocês podem tomar banho. Estávamos tomando banho quando de repente sinto um peso nas costas, sabe, um peso, quando olhamos era a cabeça de uma cobra gigante. A cabeça bateu nas minhas costas. Eu já sabia que ela estava só tentando me enforcar, se ela tivesse descido... Ela só encostou a ponta da cabeça. Eu era magrinha, magrinha, magrinha. Quando eu senti que era uma coisa que não era água, só me agachei, era a danada . Ela estava dentro do cano.

Os guri da frente começaram a gritar e a correr. Eu fiquei parada, não tinha forças. Quando gritei, o meu padrinho que morava do lado veio correndo com a espingarda, a espingarda era como se fosse uma vassoura. Ele deu um tiro nela, pegou no meio dela assim, na cabeça. Ela mediu sete metros e meio, coisa mais horrível. O couro dela era muito grosso. Foi um espetáculo aquilo para as crianças na escola. Nunca mais tomamos banho no rio. Depois daquele ano, logo em seguida fomos embora daquele lugar.

Em 1975 nós chegamos aqui em Médici. Em 1976 nós fomos para lá, para o seringal. Ficamos três anos no seringal, mas nesses três anos houve uma explosão de gente entrando na região. Ficamos somente um ano sozinhos. Ficamos no nosso sítio, na nossa demarcação. Logo em seguida já surgiu uma professora para nos dar aula. A escola era uma casinha de Sapé, era feita modelo de um rio, a coisa mais linda de ver. Comecei a estudar, eu já tinha a primeira, segunda série já, tinha feito em Ji-Paraná. Quando fui para a terceira série, fomos para Médici. Ali eu entrei na escola de novo, terminei a quarta série. Meu pai saiu dali para outro sítio, com isso perdi aquele ano. Fiz o quarto ano de novo na outra escola, isso já eram os anos 80...Eu vim para Médici morar com a família e estudar. Fiz o quinto ano. No

final do quinto ano... isso eu já comecei a namorar também. 3 anos depois eu me casei, com 16 anos.

Depois de casar, eu fui para escola de novo. Comecei a estudar o quinto ano. Mas eu já tinha uma filha e fazendo o quinto ano, com dezoito anos eu disse: - Não, isso não é para mim. Com isso fui fazer o supletivo do primeiro grau. Comecei a fazer o supletivo, da quinta a oitava série, com isso eu engravidei do meu segundo filho, nisso eu fiz o quarto mês e meio, meu esposo arrumou uma amante, e isso foi um estímulo para eu estudar ainda mais. Eu pensava: eu não tenho como cuidar dessa filha. Não quero voltar para casa dos meus pais, pois nordestinos, arcaicos, sabe, linha dura. Então eu preferi ficar com ele.

Na época era muito romântica, eu cantava muito. Eu cantava nos festivais de escola. Eu cantava nos barzinhos, eu ganhava muitos prêmios com isso. Meu sonho era ser cantora. Nisso eu já era casada também tinha uma vida difícil. Decidi arcar com os estudos. Terminei em quatro meses e meio o Supletivo de 1º Grau. Eu terminei com quatro meses e meio, isso era outubro, novembro desse ano, que eu tinha terminado. Fiquei um ano parada, mais de um ano. Depois fui trabalhar de balconista de loja. Porque eu sempre fui boa de falar, trabalhar de balconista. Trabalhei dois anos de balconista.

Um belo dia um rapaz chegou para comprar umas roupas e disse para mim: - Eu estou com muita pressa, você me atende rapidinho... ele queria uma calça e foi comprando tudo porque queria se livrar de mim. Eu disse: - Por que está com tanta pressa, Celso? Hoje ele é diretor do Carlos Drummond de Andrade. Ele disse: - Sabe o quê é? Eu tenho que arrumar um doido para trabalhar de professor lá na segunda linha. Você não conhece ninguém não, que possa dar aula. Eu disse: - Conheço, eu conheço! Quem? Ele Perguntou, eu disse: - Eu! Ele disse: - O que é isso, professora? Então vamos lá na prefeitura que eu te apresento agora.

Ele me levou para professora. Eu fui pedi para o meu patrão para sair e fazer essa prova. Trabalhava em loja de povão. Ele não queria deixar eu sair. Eu disse: - É o seguinte, eu vou lá na Prefeitura agora, se Deus quiser, eu não volto mais a trabalhar nessa loja. Ou você deixa eu ir ou... O meu patrão respondeu: - Não, agora que eu não deixo mesmo você ir. Você é uma das minhas melhores funcionárias.

Cheguei à escola para fazer o teste, já tinha mais duas pessoas. Fiz a prova rapidinho. Tirei 9,8. Passei pelos outros. Consegui a vaga. Fui trabalhar na zona rural. Com quatro turmas dentro de uma sala só. Cara, nunca tinha dado aula para minha filha. Naquela época professor era valorizado. Tínhamos aqueles cursos,

capacitação, muita ajuda, o pessoal nos acompanhava muito e o professor era muito valorizado, assim, na questão de apoio. Comecei minha vida ali... Com isso surgiu o projeto Fênix, que é a na pedagogia. Fiz o magistério. Nisso engravidei do segundo filho.

Em 2.000 surgiu a faculdade de férias. Tinha cursos de Geografia e eu amo viajar, com isso pensei em fazer Geografia. Eu era apaixonada pela história, mas história era aqui na cidade. Imagina eu estudar o dia inteiro, trabalhar, cuidar da casa, de um marido, filhos, morando aqui. Como é que ia fazer um curso desse jeito. Não quero. Desisti da história por causa do local onde foi realizado.

Surgiu o Polo Presidente Médici, o curso de história. Polo de Rolim de Moura, curso de geografia. Eu passava uma semana estudando lá em Rolim de Moura e voltava no fim de semana. Chegava fim de semana e eu estava virada de pernas para o ar. A partir do momento que eu me tornei Adventista que foi no ano de 1996 comecei a ter uma vida muito diferente. Uma nova vida sabe, novos objetivos, novos planos. Então eu coloquei minha escolha assim: você fica aqui, você tem marido, é pai dos meus filhos. Cuida da sua vida porque agora eu vou cuidar da minha vida. Meu projeto de vida, dos meus filhos, da minha casa. De vez em quando nos damos bem, sabe e pronto. Eu resolvi mudar.

Então assim, eu sempre busquei crescer. E ele me proporcionou isso, nós não podemos esquecer porque ninguém cresce sozinho. Nós só crescemos se tiver um apoio, família. Então, por mais alcoólatra que ele fosse, e namorador que ele fosse, ele estava sempre ali, cuidando dos filhos. Ele mantinha a alimentação, o sustento. Então, isso para mim trazia um certo apoio e eu dizia isso para ele: - Nunca vou te largar por causa da sua bebida. Nem vou te dar para alguém. Você é o meu marido, é o meu esposo, pai dos meus filhos. Agora se você me trair e quiser ir embora com essa pessoa, você é livre. Você não é obrigado a ficar... Então, assim, foi sempre um jogo muito aberto com ele. Terminei a faculdade de geografia.

A Faculdade foi um programa do governo federal junto com a UNIR, um Programa de Formação de Professores Negros. Isso aconteceu no ano de 2001/2005. No final de 2005 fiz pós graduação em Educação Ambiental. Fiz outros cursos depois e minha vida foi por aí sabe, hoje eu tenho só a vontade de fazer um mestrado, se Deus quiser, ou outra habilitação. Fiz o ENEM agora. No ano passado fiz 7,6 no ENEM, dei bobeira, não fiz a segunda prova. Quero fazer direito de novo.

O trabalho de vocês vai ajudar também o alunado aqui, para conhecer o que são essas coisas. Porque, menino olhe, nós levamos os alunos para uma pesquisa,

para assistir alguma coisa eles voltam todos assim, se perguntando para que serve isso, o que são aquele monte de pedra? Eu explico que tudo isso tem um sentido, vocês irão aprender a gostar. Então, agora nesse semestre, quero levar o ensino médio, para despertar neles esse lado de história arqueológica. Eu conheço pouco, não conheço não, mas o pouco que conheço eu sou apaixonada.

É um desafio para nós trazer esse conhecimento para sala de aula. Eu como professor, como fazer o meu aluno a descobrir as coisas? Por onde começar. Quando nós vamos ao museu vemos aquele monte de documentários, aquele monte de coisa, mas os alunos da EJA não tem pré-requisito. Ele chega lá pega todo aquele material, assim...de enxurrada. Como que chegou a se catalogada essa peça? Como que isso aqui pode ser uma urna.

Para o pessoal que mora aqui, esses materiais não passa de um monte de pedras! Daí eu digo: - "Vocês sabem por que o nome Rio Machado?" Nós já discutimos muito sobre isso. Hoje eles, por causa do Museu, por causa da semana do Museu também, já possuem uma noção sobre esses materiais. Eu já participei de muitos cursos. Então isso me ajudou bastante a ajudá-los, a compreender um pouquinho.

Existe um professor aqui na cidade, o Devanir que também trabalha nessas pesquisas lá nos sítios arqueológicos junto com o Garcia. Eles comentam inclusive em extraterrestres dizem que tem umas luzes, umas coisas que aparecem. Devanir chegou a acampar lá pra ver se encontrava um negócio desses sabe. Aí falou assim: - "Olha, queria muito ver também." As regiões de madrugada lá aparecem coisas assim, incríveis. Teve um grupo que estava interessado de pesquisar mais afundo isso.

Gilberto é historiador, é escritor. Professor Devanir também é escritor. São professores pesquisadores. Gostam muito dessas áreas. Tem aqui na escola a professora Augusta também. Não sei o interesse dela com relação à arqueologia. Professora formada em história, mas que desenvolve muitas coisas com o Museu, junto com o Garcia. A Maria está sempre junto, Devanir a gente estava sempre junto, mas eu sou adventista, aí as reuniões, os encontros... tudo é no sábado sempre fico de fora.

Nossa, eles trabalharam muito em cima disso. Tinham interesse de trabalhar nessa área. O Garcia e Maria trabalharam com os sítios de pessoas conhecidas. Já tinha muito material coletado nas prateleiras dessas pessoas. Muitas pessoas que achavam curioso, principalmente os sitiantes, olhavam e achavam uma coisa

curiosa. A partir daí eles começaram a analisar isso.... É que assim, não conhecemos a nossa história. Precisa de alguém. Eles abriram esse caminho mesmo. Eu penso que foi até meio de uma facilidade para eles. O trabalho de história foi fácil, como no meu caso. Eu defendi sobre as árvores, então o que eu fiz. Pesquisei, fiz trabalho em campo nas áreas dos rios que abastecem o principal rio aqui da região, que abastece a cidade.

O povo daqui tu vai ver, eles são muito compartilhadores, ajudam muito. Eles se envolvem em tudo. Quando marcava uma reunião sobre a questão ambiental, para conscientizá-los da questão, sensibilizá-los eles chegavam a represar o rio, sabe, por causa de uma árvore. E esse rio, ele acabou secando, eles represaram muito tempo fazendo com que esse rio continuasse o curso de uma maneira muito difícil..Eles quiseram participar, já que era de interesse deles. O interessante que eles vê, que fazemos um trabalho não para somente nos beneficiar, mas eles vão ser os maiores beneficiados. Então por isso que eles ajudam muito.

Médici está com muita vontade de crescer, sabe. A cultura em Médici está avançando demais. Tivemos aqui, por exemplo, um grande cinema. Hoje não temos mais. Nós temos teatros... Temos teatros muito bons e não temos grupo de teatro para se apresentar. Não temos musicais nenhum nessa cidade. O povo está ansiando por isso. Porque é uma cidade de estudante. É muito raro assim uma pessoa falar assim: “Não, eu não estudo. Eu não estudei.”

O cinema fechou porque teve um problema. Teve um tempo assim que a pessoa que era responsável resolveu ir embora daqui e fechou o cinema e nunca mais ninguém se interessou. Porque eu penso que os estudantes de cinema que vão ter que descobrir isso aqui, sabe, trazer de volta. No ano passado o SESC trouxe os filmes, ficou uma semana, mas pegou uma temporada de chuva e não deu para fazer uma apresentação bacana. Esse povo, eles não tem tanto apoio financeiro. Vêm as limitações financeiras, vem a falta de apoio também... a falta de procura. Porque se procurar introduzir a escola, a igreja... Porque assim, querendo ou não, a igreja tem um poder muito grande.

Temos uma potencial turístico na região, a cachoeira dos macacos se chama assim porque teve muito macaco naquela região na época. Agora eles estão entrando em extinção, devido à falta da floresta mesmo. Alunos de Eco Turismo ou que trabalhavam lá com turismo da UNIR, estão se mobilizando para quem sabe, futuramente tornar ali um lugar de turismo mesmo. Então eu penso que Riachuelo

vai virar um polo turístico, por causa dos sítios, de arqueologia, dos sítios arqueológicos e das cachoeiras.

Tu sabe existe uma política em todos os setores, tem a política de status, de poder, de... até de saber. As pessoas têm medo de perder campo. Eu não sei porque... eu não sou pedagoga mas eu leio muito Paulo Freire, gosto muito. Eu sei porque eu concordo com Paulo Freire que ninguém ensina ninguém, aprendemos com o tempo. Então, assim, se conseguíssemos levar essa sede de saber para todas as pessoas através do nosso meio, tínhamos uma educação muito melhor. Tínhamos um pensamento muito mais positivo, mas como nós estávamos passando, assim, por dificuldades na escola onde o povo, as pessoas guardam muito para si o seu conhecimento. Eu fico assim, pensando. Só faltam quatro anos para me aposentar e eu tenho muita vontade de estudar mais, na educação eu tenho desanimado.

Aqui em Médici, com os professores não tem essa troca, é muito competitivo, elas guardam o saber delas para elas mesmas. Quando você menos percebe, você observa ela fazendo um trabalho que você também gostaria de fazer igual, que seria bacana para você fazer aqui. A partir do momento que você descobre, ela se abre. Mas, olha, não sei se é guardando para... ou se é, como querer ser demais. Eu não sei por que as pessoas não compartilham, por você querer ajudar, você é mal vista.

Agora eu penso isso é falta de cultura, sabe. Quando você quer ajudar uma pessoa e ela não aceita aquela ajuda. Ela acha que você está se intrometendo no trabalho dela, é uma falta de cultura isso.

Em relação ao Museu é assim. Você vai ao Museu, eles têm alguns documentários, passam, e são aqueles documentários. Então, uma vez você assistiu àquele documentário, não tem outro, não tem, não tem muito argumento para compartilhar. Não tendo pré-requisito para trazer pra sala de aula para você desenvolver, para você despertar aquele interesse por você no Museu.

O patrimônio que nós temos aqui se não tiver guarda são demolidos. As pessoas não respeitam mesmo. Por exemplo, o prédio em frente ao Banco do Brasil. A casa toda de madeira que tem ali, tinham duas placas. Não sei se tem ainda as placas, tinham duas placas que eram de paisagens da cidade. Foi feito com tanto carinho, ali era um salão que servia para aulas de capoeira, para encontros da terceira idade. Assim, se tornou patrimônio público e aos poucos a comunidade vai esquecendo, vai deixando. Agora eu vejo que isso é falta da política administrativa mesmo. Falta de incentivo, sabe. Então, assim, quem é que manda nesses

poderes? Geralmente são pessoas políticas. São pessoas competentes na área. Por interesse político, porque trabalha no banco e o banco coloca ele em uma função Entendeu? Então assim, não colocam as pessoas certas.

Talvez pensando um pouco na nossa entrada que conversamos com o prefeito, com o Jackson, que tínhamos esse interesse. Porque até a Maria e o Garcia que sugeriram conversarmos com eles. Na verdade temos é que começar um pouco por lá. Falar com a Secretaria de Cultura e Educação. Temos que criar essas aberturas, para os professores poderem dentro da sua carga horária poder trabalhar, porque isso é trabalho.

Mesmo quando você faz um trabalho educativo e vem outra pessoa e fala: isso é pedra. Para que serve aquele monte de pedras? Entendeu? Então, assim, tem professores infelizmente por causa de uma maçã podre todo o cesto se estraga. Às vezes nós não recebemos o salário que merecemos. Nem todos, mas infelizmente por causa de alguns, acabamos recebendo menos. Não é valorizado, não é respeitado, não tem ética. Não tem respeito nem com a própria classe. É bem complicado.

Aqui infelizmente o ensino é difícil. Infelizmente eles estão presos a aluguéis, presos a papel e a pedir papel, porque vem lá de cima e não sei o quê. Eles esquecem a realidade do local, sabe. Esquecem de avaliar o pré-requisito desse aluno que chega na rede. Desse semestre agora, recebemos muito material Maurício, fabuloso. Por exemplo, nós fomos ler um texto da Morte e Vida Severina. Os alunos ficaram, mais ou menos, duas aulas pra entender o Severino, a história do Severino, para entender quem era o Severino. Quando, em que momento esse personagem, ele se identificou como Severino. Por quê? Porque não tem um pré-requisito de leituras. Você não tem mais... Aí vem para eles analisar agora uma leitura de uma imagem. Paisagem natural. Natural pura e a poluída e a cultural junto. Eles não conseguem fazer uma leitura disso aqui. Eles não conseguem fazer uma interpretação de um texto que vem falando sobre...

Então fica faltando, o que eu vejo, está faltando na escola é esse aluno aceitar, sabe. Ele aceitar as dicas dos professores. Fazer leituras, buscar leituras de mundo. Eles têm leitura de quê? Eles não têm leitura de nada. Vai os fazer entenderem. Olha, mas eu só não fico muito triste porque sei que não é somente aqui...

Em relação ao Museu, o tipo de material apresentado de alguma forma ou outra, está no cotidiano deles mesmo, eles saem chutando material na roça, falando

que não tem valor nenhum, mas isso de alguma forma já está na realidade deles. Você já imaginou que para eles descobrirem que aquela pedra é diferente, pertenceu a um povo. Por que a importância de conhecer esse povo e a história dele. Por que... de onde é que nós viemos? A maior ansiedade do ser humano é de saber de onde eu vim. Para onde eu vou? Por que eu morro? Por que eu tenho que morrer? Por que eu não sou eterno? Por que eu envelheço? A maior briga hoje do mundo é pela longevidade. Quem quer ficar jovem? Então a luta para não envelhecer, para não ficar doente, para não morrer... Qual o segredo da vida? Então assim, a ansiedade do homem hoje é essa. Se ele descobrir de onde ele veio, toda a história de onde, como que ele surgiu aqui. Porque literalmente se for falar do tempo religioso sabemos que foi pela criação. Se falar pela ciência, aí foi pela evolução. E aí? Como que se deu essa evolução?

A maior dificuldade que você tem dentro dessa área de projetos nas escolas é o fato das pessoas pensarem para que vou fazer isso? O pessoal quer saber: Para que vou fazer isso? Como isso vai contribuir para minha vida? As pessoas pensam muito em si mesmas. Eles não vão pensar numa educação de qualidade. Para que serve isso... Em que isso vai me fazer crescer? Os professores mais velhos não querem mexer com isso, ainda mais os que estão chegando no fim da reta sabe.

Agora saiu uma professora, a professora Maria Anunciada. Ela estava há vinte e seis anos em sala de aula. Nesse ano ela chegou nos alunos e disse: - "Meus queridos, sinto muito... Meu coração está doendo de deixar vocês, mas eu já fiz a minha parte. Já dei a minha contribuição. Eu vou sair. Eu não vou mais continuar dando aula, porque meu tempo venceu. Ela fez uma despedida com os alunos tão bonita, os alunos ficaram assim pensando, nossa, perdemos a mestre. Achei tão bonito aquilo, sabe. Porque assim, já com seus cinquenta e poucos anos sair por cima. Saiu na hora certa. Sem se queimar. Sem se sentir ruim. Doente, porque já está doente. Cinquenta e poucos anos na sala de aula. Extremamente estressada, mas controlada, assim, sabe. Encontro com ela na rua e pergunto: como é que você está? Estou ótima. Estou muito bem. Sinto saudade dos meus amigos.

O ensino no nosso país é frustrante, você formou o aluno e ele em um dia ganha seu salário de dois meses. É frustrante. Então o professor hoje ele tem que ter uma missão, ele tem que uma vocação. Ele saber que o que ele vai receber em salário não compensa. Então assim, ficamos felizes de ver o sucesso deles, mas frustrado pela nossa profissão.

Entrevista transcrita pelo Maurício André da Silva, no contexto da pesquisa de mestrado: *Memórias e histórias no sudoeste amazônico: o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia, orientado pelo Prof. Dr. Camilo de Mello Vasconcellos no Programa de Pós Graduação em Arqueologia no MAE/USP.*

Ficha de classificação da entrevista:

Nº da entrevista: 06
Entrevistado(a)(s): Vileuda Rodrigues da Silva
Profissão: Professora de Geografia.
Dados Biográficos: Nasceu em Orós Ceará. Migrou com toda sua família em 1975 para Rondônia. Trabalhou no seringal quando criança. Tornou-se professora de geografia.
Entrevistador(a)(es): Maurício André da Silva
Contexto de produção: Resultante do mestrado realizado no Programa de Pós Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), intitulado: <i>Memórias e histórias no sudoeste amazônico: o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia</i> .
História Oral Temática / Vida
Meio de divulgação: Dissertação
Mídias relacionadas: Fotografia, áudio e documento escrito.
Data da realização: Julho de 2011
Local da entrevista: Casa da entrevistada.
Observações: Aborda a história de vida do entrevistado, com o enfoque no processo de migração para a localidade. São apresentados aspectos relacionados ao processo de ocupação na localidade, trabalho e experiências no seringal assim como sobre a criação do Museu.

Características do Documento:

Suporte	Papel.
Forma	Cópia
Formato	Arquivo digital e texto impresso
Gênero	Documentação informática, textual e iconográfica
Espécie	Entrevista
Tipo	Entrevista de história oral temática / de vida

Descritores:

- Migração para Rondônia;
- Contato da população local com os vestígios arqueológicos;
- Experiências no seringal;
- Criação do Museu;

APÊNDICE G - NARRATIVA DE WILSON MODRO

Eu, Wilson Modro sou do estado de São Paulo, nasci em Quatá, mas fui criado e em Bastos, morei 40 anos por lá, onde só tem japonês. Capital do ovo de galinha, é a maior cidade produtora de ovo do Brasil. Eu vim para cá pela primeira vez em 1981. Vim resolver tudo primeiro e depois fui buscar a família. Rapaz, a gente sempre teve essa paixão por mato, por sertão. Depois a minha criação estava crescendo na cidade, eu sempre achava que a oportunidade de emprego, essas coisas era muito ruim, muito pouco por lá. Sempre pensava de vir para um lugar novo para abrir fronteira para a molecada, e acabei vindo para Rondônia...

Em 1982 quando acabamos de chegar aqui, minha esposa conseguiu um emprego na área de educação, ainda como funcionária federal e depois em 1983 me chamaram para ser diretor, eu aceitei. Nesse ano fui o primeiro diretor da escola Presidente Médici, aquela escola grande que tem aqui na cidade, e naquela época eu já lancei a ideia de se criar um museu. Eu fiz campanha com os alunos e apareceu rapidamente muita coisa interessante, muitos objetos, mas depois eu sai da escola por motivo de doença e tive que voltar para São Paulo, para fazer tratamento e esse material que coletei acabou ficando lá, não houve mais interesse nisso e esse material acabou desaparecendo.

Inclusive nessa coleta apareceu muito material da época do Rondon, material da linha telegráfica que passou por aqui, então encontrávamos até poste. Quando eu cheguei aqui ainda achava a linha de poste fincada com aqueles isoladores e fio, muita gente tinha rolos de fios em casa. Usava na chácara, no sítio, usavam os fios que tiravam da linha de telefone. A riqueza de material que tínhamos aqui era muito grande então isso naquele tempo precisava fazer um trabalho de preservação.

Infelizmente esse material que foi guardado lá na escola desapareceu, nem sei que fim levou. Na época eu era só o diretor. Eu dei aula em São Paulo, de ciências e biologia. Então eu já tinha alguma coisa ligada à educação, eu vim aqui e o prefeito em 1982 me convidou para ser diretor daquela escola, eu aceitei e fui para lá.

Em 1983 chegamos a ter inclusive uma associação ecológica com a participação de alunos e professores, começamos a fazer reuniões mensais e semanais. Só que começamos com um monte de pessoas e foi diminuindo aos poucos, diminuindo, diminuindo e eu não sabia por que, na época as pessoas começaram a se afastar desse movimento. Mais tarde fiquei sabendo que o pessoal estava sendo hostilizado e até ameaçado pelos madeireiros, inclusive proprietários de terra. Então o pessoal começou a ficar com medo. Eu mesmo cheguei à

conclusão de parar com esse negócio antes que aconteça alguma coisa desagradável e depois ficaríamos com a consciência pesada... Naquele tempo aqui a coisa era pesada, era difícil, muito pesada, perigoso. Criar problema aqui era muito perigoso por que naquela época havia muita morte. Aqui era fácil, fácil matar a troco de nada. Depois com o passar dos anos é que foi civilizando e diminuindo essa incidência de mortes, mas era muito perigoso para a gente.

Em 1983, inclusive o rapaz que eu tinha colocado como presidente dessa associação foi para Porto Velho, ele era muito animado para essas coisas e começamos a fazer algumas reuniões, mas logo abandonamos a ideia, para não expor pessoas inocentes e evitar algo que poderia ter acontecido na época. Hoje não tem tanta briga e assim mesmo se brigar muito...é perigoso mexer com madeireiro, mexer com esse pessoal pode correr risco, então...Imagina 30 anos atrás?

Isso foi muito forte na época da ditadura militar, era aquela teoria que eu não sei se era do Presidente Médici, Médici fez muita coisa aqui na Amazônia. Integrar para não entregar era o lema dele e da época. Eles como militares conheciam os planos americanos, que era evitar problemas de invasão. Então o lema dos militares era integrar o nosso território para não perdermos para outros países. Eu me lembro do meu primo que foi um grande derrubador de matas aqui, ele tinha serraria então ele entrava para dentro da mata, buscava madeira para todo lado e desde o ano de 1980. Ele dizia: - Vamos derrubar tudo antes que o governo comece a perturbar a gente! Todo mundo sabia disso. Vamos derrubar tudo antes que comecem a nos perturbar, quer dizer, sabiam que já estavam fazendo a coisa errada. Onde eles começavam a derrubar? Na margem do rio! Eles sabiam que era o lugar mais importante e ia ter problema.

As derrubadas começavam tudo na beira do rio por quê? Na beira do rio tinha água, eles formavam o barraquinho deles lá na beira, então já que não precisava fazer poço, porque naquele tempo eles não faziam poço nem privada. Então, eles começavam a habitar na beira do rio e começavam a derrubar. Então as matas ciliares foram as primeiras a irem embora. Você vê o Rio Machado não existe mata ciliar no Rio Machado, não tem. Tem umas arvorezinhas na beirinha do rio, mas pelo tamanho do rio tinha que ser de pelo menos 100, 150 metros de mata na beira. Não existe nada, tá tudo pelado. Agora os políticos querem defender perante o Governo Federal que eles eram inocentes e foram atraídos, enganados pelo Governo Federal que era para derrubar...

O governo divulgava a migração para a Amazônia através do rádio naquela época. O pessoal lá do Sul era atraído por isso, porque tinham as colonizadoras que faziam propagandas para vender terra. Colonizadoras vinham, pegavam aquele mundareu de terra e dividiam os lotes para vender para os que vinham de fora. Então, muita coisa foram as colonizadoras que fizeram, era essa propaganda que o Governo fazia. De fato eles trouxeram gente para cá, por causa da campanha, para integrar. Integrar que jeito? Colocando gente, colocando gente e investindo dinheiro nisso. Asfaltaram a BR em 80, o asfalto terminou em 1983. Quer dizer, o Governo Federal investiu dinheiro nisso aqui, naquela época dos militares. Fizeram a Transamazônica, fizeram inclusive a Usina Samuel que começou no tempo dos militares.

O próprio nome da cidade aqui, olhando do ponto de vista do que ele fez, foi uma justa homenagem, existe esse nome para todo lado na Amazônia, Presidente Médici. É o reconhecimento do que eles fizeram. Eles investiram muito na região, eles colocaram dinheiro do Governo onde achavam necessário. Amazônia foi, por exemplo, 1 milhão de reais para abranger 10.000 habitantes, não era muito melhor eles terem colocado lá no Sul, onde iria abranger com aquele mesmo dinheiro 1 milhão de habitantes? Ai é que é o problema! Isso aqui existe na minha opinião por causa da propaganda que os militares fizeram, para trazer gente para cá e eles investiram nisso. Abriram escolas, abriram hospitais, abriram tudo na época, eles deram infra-estrutura.

Eu justamente não queria uma cidade que estourasse, eu sempre quis a tranquilidade, e aqui não cresceu. Quando eu vim para cá eu andei muito em Cacoal, fui para Ji-Paraná, fui pesquisando tudo. Daí eu vim para para Médici e vi que isso aqui era uma vila pequena, era muito pequenininha, aqui era um lugar bom para morar, tranquilo. Acabamos optando em ficar aqui. Naquele tempo em Ji-Paraná, por exemplo, ainda existiam muitos conflitos de pistolagem, tinham muitos conflitos, era muita morte. Era tudo por causa de terra, era um querendo pegar mais terra do que o outro. Quando aconteceu de ter conflito, de pessoas de chegarem e matar os que já estavam lá dentro começando uma derrubada para poder depois ficar com a terra, disse que tinha muito no início. Maior parte do crime era por causa de terra, com tanta terra que ainda brigava e se matava por causa de terra. Era coisa de louco.

Inclusive aqui em Médici mais de 50% são evangélicos, não são católicos. Poucos praticantes também são católicos, mas não são praticantes, então abre

espaço para os outros entrarem . Então principalmente os pentecostais, as religiões pentecostais são muito fortes aqui. Eles tem igreja para tudo quanto é linha aí dentro, eles tem as igrejinhas deles, que eles não vem para a rua, eles já congregam lá na linha deles são os mais fortes

Em relação a este novo museu da cidade eu acompanhei meio por fora a criação com Charles meu filho que na época era prefeito, sempre discutíamos, ele sabia também desse desejo que a gente tinha e o Garcia veio dar força para ajudar, ele também sempre foi apaixonado por material indígena.

O Garcia e a esposa dele gostavam muito disso, eram aficionados por esses materiais, eles encabeçaram o negócio e o Charles deu apoio. Com esse trabalho pelo menos as pessoas tomaram conhecimento da arqueologia, com o museu. Por que existe tanto desse material pela região e nunca chamou a atenção das pessoas. A questão lá do Riachuelo, por exemplo, poucas pessoas da cidade conhecem aquilo, nunca nem ouviu falar, conversamos com as pessoas e elas nunca ouviram falar! Agora, com a questão do museu está despertando a curiosidade, encontramos as pessoas na rua e elas já perguntam sobre essas figuras lá do Riachuelo, já perguntam sobre o museu... mais da metade da população ainda não sabe que existe o museu.

O povo não chegou ainda a entender a dimensão desse museu. Não valorizam, as pessoas falam - Ah isso é coisa velha! Museu é coisa velha, ninguém quer saber de coisa velha. Por que aqui, aqui na nossa região principalmente em Médici existe a questão da migração. De onde veio à migração? A população atual veio do sul, por exemplo, então as pessoas com uma mente mais aberta. Você vê que as cidades são diferentes, as cidades progrediram muito...

Rolim de Moura, por exemplo, é uma cidade nova, mas hoje é uma cidade com cara de cidade. Por que ali predominou o fluxo de migrantes do sul, do Paraná por exemplo. Então você sente essa influência. Vilhena por exemplo, transformou numa cidade importante rapidamente, ali o fluxo são gente do Rio Grande, Santa Catarina então teve uma influência cultural. Aqui é diferente, nós tivemos a influência maior dos nordestinos que vieram aqui para trabalhar, entrar mesmo com coragem, e trabalharam tanto que hoje o município de Médici é o mais derrubado do Estado de Rondônia. Hoje nós temos aqui 95% da mata nativa derrubada. 95% acredito que no máximo pode chegar a 7% da mata primitiva que ainda existe em pé. Eu não conheço nenhum sítio que tenha 50% de mata na propriedade, não existe mata aqui.

Você pega um GPS, pega aí um programa de computador e puxa pra ver onde é que está o mato, não existe. Foi o povo que veio aqui para trabalhar... povo trabalhador mas...

Isso é lugar de terra ruim, terra fraca, muito arenosa, então não criou mata, floresta. Então criou a vegetação mas igual a essa do Mato Grosso, esse Cerrado do Mato Grosso, a savana. Então nós tínhamos aqui uns 3 biomas diferentes, a riqueza das espécies é muito grande porque as espécies incidem no Cerrado, outras incidem nas matas ciliares, lugares de incidência de água maior e outros lugares, espécies que incidem em mata mesmo, fechada. Então nós tínhamos tudo isso, mas foi acabando, desapareceu, derrubaram tudo, virou braquiária tanto a terra boa, quanto a terra ruim, virou tudo braquiária. Então dentro do nosso município hoje você não encontra mais quase nada.

É por isso que esse trabalho do museu carece de uma divulgação maior, chamar o povo para conhecer o museu e mostrar o valor disso, porquê eles não conseguem captar as coisas.

Além do material arqueológico nós temos os pontos turísticos, por exemplo, cachoeiras, grutas, que nunca foram conhecidos pela população. Temos coisas importante e bonitas para se ver. Por exemplo, o meu trabalho há mais de 10 anos que eu estou fazendo aqui é o estudo e fotografia das orquídeas da região do estado. Primeiro eu comecei só com as espécies do município, antes que acabasse tudo e agora inclusive acabou, não existe mais porquê a mata foi derrubada. Até o cerrado de terra fraca foi derrubada, então fiquei com as fotografias e eu tive que ampliar e abranger o estado todo. Eu quero se tiver sorte ainda, conseguir editar um livro com as fotos das orquídeas que incidem na nossa região. Já faz mais de dez anos que eu só trabalho em cima disso. Aqui tinha muitas espécies, deve ter mais de cem gêneros com mais de centenas de espécies. Era riquíssimo isso aqui por que nós tínhamos vários Biomas! Por exemplo, nós tínhamos aqui mata de terra firme, mata de terra úmida e baixadas inundáveis, tínhamos aqui também um grande território coberto de cerrado, das espécies no cerrado, e esse cerrado acabou tudo. O cerrado é a savana. Igual a do Mato Grosso, do norte de Mato Grosso, aquele cerrado lá.

Esse negócio de estudar orquídea despertou interesse em muita gente, que começou a correr atrás de flores por aí. Então, você vai encontrar orquidárioszinhos e até orquidários grandes em fundos de quintais de pessoas que começaram depois que viram meu trabalho e que enxergaram o que existe por aqui. Eu inclusive já fiz

3 exposições junto com o pessoal de Holambra. Pessoal de Holambra está vindo aqui em todas as cidades, todo ano fazer exposições e vender flores, e é um dinheiro incalculável que eles estão levando do Estado. Então eu sempre mostro: - Olhe, nós temos aqui, vocês estão vendo aqui coisa tão bela como as que tem lá no Sul! Ninguém valorizou até hoje o que nós temos aqui, o pessoal estão comprando o que vem de fora, estão valorizando o que vem de fora e é muito dinheiro que está saindo. Quando eu faço exposição de fotos o pessoal fica de boca aberta...mas, tem isso aqui em Rondônia? Pessoas que moram aqui há 30 anos, mas tem isso aqui? Não sabe a riqueza que tem aqui. Aqui foi encontrado vários exemplares de orquídeas da *Cattleya Alba* que é uma raridade muito grande e...então esses mateiros que eles vão no mato e pega tudo que vê, eles arrancam tudo. Então, no meio de centenas de orquídeas tipo que eles recolhem uma ou outra lá pode acontecer de surgir uma raridade, uma espécie albina e foram encontradas algumas. E todos venderam para orquidários do Sul. Foi um crime ecológico pegar direto da natureza e vender. Mas, na época há quase 10 anos atrás eles venderam por R\$ 7.500,00 reais cada exemplar e eles tiraram tudo aqui da região que hoje está o assentamento. Naquela época um lote do assentamento não valia uma planta dessa. O mateiro foi lá tirou sem o proprietário, o consentimento do proprietário, sem pedir autorização do proprietário, tirou coletou e vendeu e o proprietário não sabia a riqueza que tinha dentro da propriedade dele, não sabia a riqueza que tinha.

Hoje acabou praticamente tudo, não temos mais orquídeas, já foi derrubado tudo. Essa região toda onde está o assentamento do Chico Mendes, tem umas 5 vilas de assentamento, ali era região de cerrado, onde você encontrava muitas orquídeas, era riquíssimo, você andava e você ia vendo e encontrando. Hoje não tem um pé de nada mais é só braquiária. Nem lavoura quase eles tem, não plantam, eles querem ser fazendeiros, então fazendeiro tem que ter boi. Então tem que ter pasto, tem que plantar, derrubaram tudo, derrubaram tudo, tudo ,tudo.

No tempo do Charles como prefeito nós fazíamos canoagem, caiaques descidas aqui no rio e a gente fazia também o *traking*, Charles voava de *traking*, nós voamos de *traking* para todo lado. O Charles também fazia Parapente. Então ele arrumou um cara de Ouro Preto que era professor de Parapente vinha sempre aqui para dar aula, o pessoal ajuntava tudo lá no monte da EMBRATEL e lá então criaram, fizeram uma plataforma de salto de vôo de Parapente.

Entre Médici e Ji-Paraná é o local mais bonito de todo percurso do Rio Machado. Da nascente até a foz é a parte mais bonita, porque é o arquipélago das

Cabaçaranas que eles denominaram , que deve ter mais ou menos umas 500 ilhas. É, acho que não sei se chega a isto, mas está no plano do estudo que eles levantaram tudo isso, fizeram vôo de traking de reconhecimento, fizeram parte de topografia, fizeram tudo, é um espetáculo o projeto. O negócio já está feito é só colocar em execução, mas é um plano espetacular. Ele trouxe um cara especialista nisso de Ji-Paraná, um cara que já era acostumado a fazer esses tipos de trabalho.

Nós aqui por causa da miscigenação muito grande, quase que não temos pratos tipicamente regionais, mas pode se criar. Você pegar a culinária indígena que é grande. Trabalhar com essas aldeias aí com os Suruis ver e criar pratos que caracterizam esse povo primitivo. Existe material, falta é divulgar e trabalhar em cima disso. Por exemplo, nós temos aqui na região, eu gosto demais. É uma cultura que veio da Bolívia, dos índios, mais da Bolívia. O salgadinho chamado Saltenha. A Saltenha é um pastel meio rústico que dentro dele tem: carne, tem legumes, batatinha, tem um monte de coisas ele é recheadinho. É uma delícia, bate de longe o pastel. Eu mesmo quase não como salgadinho de boteco nada, mas quando eu vejo uma Saltenha eu sou obrigado a comer. Eu tinha uma prima aqui em Ji-Paraná, ela montou no fundo de quintal dela uma cozinha e falou: - Eu vou fazer Saltenha para fornecer para os bares. Ela chegava a fazer 3.000 Saltenhas por dia. Você vê, hoje você vai num bar, você vai pedir uma Saltenha não existe mais. Já tem o *X Burger*, tem esse negócio tem a tal da esfiha... É uma delícia... Aqui em Médici não sei se você vai achar, mas em Ji-Paraná tem muito, procura Saltenha. A Saltenha frita, a assada eu já não gostei muito. Dentro tem batatinha , tem tomate tem a carne tem um monte de coisa. Mas é uma delícia, é um trem que tem que ser divulgado, tem que ser preservado pelo menos. Aqui em Médici hoje você quase não vê mais, é difícil chegar num bar que tenha uma Saltenha.

Aqui pode explorar, por exemplo, as frutas da região, mas não tem ninguém explorando isso aí. Aqui na nossa região o Açaí ainda não está bem...e ainda vem de fora. Tem aqui muito e tá perdendo tudo porque não se aproveita. O Buriti, dá um suco excelente dá doce, geléia dá tudo e não é aproveitado.

Quando eu cheguei aqui, por exemplo lá no Espigão, Cacoal tinha bastante indígenas Suruís, eles ainda vinham para a rua pelados. O contato era fácil com eles, saíam lá do mato para vim passear, para ver a gente. Não teve tanto conflito com os indígenas nesta época, teve antes, no início da ocupação com os seringalistas, porque quem entrou aqui primeiro foram eles. Com os seringalistas

teve muito problema, mataram muitos índios, teve tribos que foram dizimadas totalmente pelos seringalistas, isso aconteceu. Na década de 1970 tinha muitos indígenas na região, inclusive na fazenda do Zé Milton tinha índio trabalhando, viraram seringueiros.

Olha o que eles fazem muito (os Suruí), inclusive é um negócio que tinha que orientá-los, mas é a mão de obra, a fonte de renda deles. Eles matam muitos pássaros. Arara, papagaio para fazer cocar e vender, o pessoal quer o cocar que é pena de ave é pena natural. Eles matam, caçam o dia inteiro arara, papagaio e pássaros para fazerem cocares e vender. Porque mais o que o povo gosta de levar para o Sul são os cocares, que tem a pena natural da ave. Então eles usam a arara vermelha, arara azul, eles misturam aquelas penas tudo para venderem e com isso estão dizimando a espécie.

Por exemplo, quando é que começou a civilização aqui? Não dos índios, mas essa segunda civilização dos brancos que começaram entrar na região. Em que época eles entraram aqui? Aqui nós temos informações no tempo de D. Pedro que começou a corrida da borracha, principalmente o povo do Ceará. Os Cearenses é que invadiram mais a região de Rondônia e Acre para exploração da borracha e um dos rios que se transformou numa estrada dos seringueiros foi o Rio Machado. Então, eles vinham até aqui na fazenda do Zé Milton. Ali foi um tal de seringal do Muqui e o Marechal Rondon esteve nesse seringal de Muqui em 1909 se eu não me engano e instalou ali uma estação, outra em 1910, ele já fez a estação de Ji-Paraná.

Então já tinha muita gente nesse mato naquela época e segundo uma coisa que eu li, eles falam de 1860, século XIX é que começou esse fluxo de gente formando o seringal. Aqui o Seringal Muqui naquela currutela chamado Bandeira Branca no outro lado do rio já era o Seringal Bandeira Preta, então criavam esses grandes seringais e vinha esse povo lá do Nordeste principalmente e tem uma currutela lá no Rio Machado, em baixo é, numa cachoeira do Rio Machado chamada 2 de Novembro. E lá então, as embarcações vinham carregadas de mantimentos, não dava para subir, não subia mais o rio. Então tinha que transladar toda essa mercadoria para cima vários quilômetros e puxar o barco também. Então conta-se que a Tabajara que é uma currutelinha que tem lá até hoje foi mandado por D. Pedro para ficar pessoas fixas ali para quando viessem nessas embarcações, tivesse mão de obra para fazer o traslado da mercadoria tanto subindo como descendo. Descendo, as embarcações desciam com borracha, então faltava gente

para essa mão de obra se criou aquela currutela lá para ter gente no local para fazer esse trabalho.

Depois quando surgiu a estrada, no tempo de Juscelino Kubitschek é que veio o pessoal que invadiu isso aqui por baixo, de primeiro só vinha pelo rio. Aqui era tudo de um proprietário só. Do Rio Leitão para cá era de um proprietário que é dono da fazenda Hermes. Aquela região do Zé Milton e do Rio Leitão para lá do lado do rio era da CALAMA, uma colonizadora do Paraná. Os seringüeiros passavam anos e anos trabalhando só devendo para a fazenda do seringal. Até que no fim da década de 1970, esse pessoal começou a se revoltar, os seringüeiros começaram a se revoltar e marcar lotes dentro do seringal. Aqui agora vou fazer meu lote, vou largar de ser seringueiro, vou fincar o pé aqui, vou tratar da minha família, vou fazer um barraco e começou o conflito dos seringalistas com os posseiros.

Inclusive quando eu cheguei aqui, eu ainda cheguei de ver uma Kombi lotada que, isso aí já tava quase tudo tomado, estava sendo tomado pelos seringüeiros que trabalhavam no seringal estavam invadindo a terra do seringal, pegando seus lotes e formando seus sitiozinhos. E daí veio uma ordem para que eles abandonassem os barracos, abandonassem a terra porque tal dia ia vir os pistoleiros e iam meter fogo nos barracos iam matar, iam fazer tudo. E o quê que fizeram? Liderado por um índio que trabalhava no seringal um tal de Godofredo, esse que entraram nessas terras liderado pelo Godofredo e mais alguns aí formaram uma barreira, uma trincheira ali no meio do mato. Formaram uma trincheira. Dia marcado para os pistoleiros vir. E quando vieram uma Kombi lotada que entraram na curva lá, daí o pau quebrou. Daí foi um tiroteio de arrebentar. A Kombi estava lotada de pistoleiros morrerem...só escapou 1 ou 2. Tem um que escapou mora aí, que era farmacêutico lá do Seringal e o resto morreu tudo, inclusive o irmão do Godofredo, um outro índio que estava junto morreu também por que ele bancou o besta. Depois disso então, morreram os pistoleiros todos e chamou atenção das autoridades. Foi um caso muito grande e com isso começaram as autoridades, políticos darem apoio aos pequenos, aos que entraram na terra e cada um acabou ficando com sua terra e a fazenda ficou restrita.

Tem um trabalho escrito, alguma coisa escrita. Eu não sei onde foi parar esse livrinho, mas você pode conseguir. Uma aluna da UNIR, chamada Nara, ela inclusive foi aluna no tempo de escola, ela fez um trabalho de conclusão de curso dela lá em cima da educação aqui do município de Médici. Ela levantou conversando com a família, com os antigos como começou o trabalho de escola e educação aqui na cidade. Onde começou, quando começou e como cresceu.

O livro falava algumas coisas, mais ou menos você tem uma visão como começou o trabalho. Então é um trabalho acadêmico. Não existe material também para o professor trabalhar, não tem material porque ninguém levantou isso, ninguém deixou escrito. Nunca ninguém trabalhou em cima disso porque não tem material. Como é que um professor que vem lá do Sul vai mencionar essas questões se não existe...

Aí vai ensinado à história de São Paulo, dos bandeirantes lá e a nossa aqui fica sem registro. Agora mais recentemente é que você já vê num vestibular, por exemplo, caírem questões referentes aos rios da região. Qual o nome dos rios da região, qual é o rio que atravessa o estado, alguma coisa da geografia local, mas antigamente nem se falava nisso.

Em 1981 era quase tudo mato, não tínhamos a estrada por exemplo, para Costa Marques, era uma estrada muito precária só até Alvorada que é a primeira cidade que pertencia ao município na época. Depois de Alvorada para Costa Marques era só mato. Mato, mato, não tinha nada. Nessa época era dominado pelas madeiras que se instalavam por aqui, ao longo da BR e compravam as madeiras, tirava, explorava terras devolutas, o pessoal entrava e tirava tudo. Nessa época também era fácil encontrar material arqueológico.

Interessante que eu não tenho muito conhecimento de arqueologia, mas acredito que a passagem desse povo aqui na nossa região é muito recente, porquê nós encontramos esses materiais arqueológicos quase sempre em superfície, aflorando mesmo. Uma chuva bastava para aparecer muitas coisas. Daí as pessoas coletavam e...eu conheci gente que levava latas cheia para São Paulo para vender lá, e vendia. Eram peças bem bonitas que naquele tempo encontrava coisa boa, hoje a gente encontra o refugo, o melhor já foi coletado. Então era muito fácil pegar, porquê ficava quase tudo na superfície. Maior parte de cerâmica de ferramentas a gente encontrava quase sempre em superfície. Tem um sítio aqui perto que é do meu primo, esse sítio era muito rico em materiais arqueológicos, tanto na parte de cerâmicas como na parte de ferramentas. E ainda há pouco tempo, uma chuva grande que deu ali, ainda foi encontrado muitas peças.

Não sei se Garcia comentou com você. Ali assim que você sai da cidade, aqui na BR, onde estão mexendo com máquinas, onde vai ser construído um condomínio. Ali um camarada comprou um sítio e ele está mexendo com máquinas. Eu e o Garcia fomos lá ver, você precisa ver a quantidade de material arqueológico que o trator está passando por cima, empurrando e enterrando lá. Até

fotografamos material de cerâmica tudo raspado e sendo empurrado para as beiras e o caminhão jogou fora, levou tudo. É todo o sítio de fora a fora. Garcia tem que denunciar isso aqui para o IPHAN, que isso aqui, isso aqui tinha que ser feito primeiro um estudo, um resgate de alguma coisa aqui, porque é demais o material de cerâmica principalmente é coisa fabulosa. E eles tão metendo a maquina não estão nem, com denúncia com nada.

Quer ver um absurdo? Aqui no Rio Machado na ponte ao lado ali, a empresa de produção de cerâmica aqui tira barro, armazena barro ali para o ano todo, para poder trabalhar, tiram esse barro da margem do rio, da Mata Ciliar. Acabou com toda mata ciliar, estão extraíndo barro. Eu fotografei as máquinas, caminhões, tratores, 24 horas trabalhando sem parar para aproveitar a seca que o rio invadiu. Quando começar a chover essa área toda é invadida . Então na época da seca que nem agora eles trabalham 24 horas para tirar material para trabalhar o ano inteiro. Eu fotografei levei para a promotora. Promotora disse: - Ah, não posso fazer nada porque eles têm licença. Como que eles conseguiram uma licença? De que jeito eles conseguiram uma licença para explorar isso ai na beira do rio? Na Mata Ciliar onde tinha que ser Mata Ciliar. Mas como pode isso ai?

Então eu levanto a questão, o Garcia fica doido comigo. Quando eu levanto uma coisa, uma suposição. Eu estava falando: - Ô Garcia será que aquele negócio lá do Riachuelo foi povo primitivo mesmo que fez? Porque eu conheço lá na região que existia uma mineração de Cassiterita e que tinha muita gente trabalhando ali naquele lugar. Eu falei. Será que não foram os pesquisadores dessa mina e esse povo que andaram fazendo pesquisa aqui, fizeram aquilo lá não? Porque lá você encontra desenhos, que você olha assim e você vê o quê? Você vê um caixão, um caixão de defunto. De onde os índios há 10.000 anos tiraram essa ideia? Porque que é...mas isso ai eu faço por provocação, para provocar o Garcia. Porque se tinha índio de fora a fora nesse Estado, porque praticamente o pessoal vê ali aquele trabalho? Só lá?

É muito pouco, é onde eu sempre falo...Garcia, onde existe algum sinal é justamente onde houve abrangência da mineração. E, eu não sei até preciso conversar com um camarada lá em Ji-Paraná que já na década de 1980 estava lá e ele conhecia a mineração e falava, falava que tinham muitos..tinham até americanos . Tinha pouso, disse que tinha até campo de avião e...para tirar essa Cassiterita de lá, então eu sempre falo: - Será que esse povo não fizeram sacanagem e fizeram aquele negócio lá? Porque essas inscrições esses desenhos

rupestres aparecem muito na região de influência da mineração. Porque que no Médici tem muito mais a prova da existência desse povo dos índios aqui na nossa região do que lá na própria Riachuelo, material que eu tô falando aqui inclusive quase dentro da cidade, tem esse mundo de material e aqui você não vê nenhum desenho. Não vê nada , nada , nada. Ali onde eles ficavam a vida inteira fazendo...e pelas que tem ali onde eu quero te levar eles ficaram foi muitos anos ali, pela quantidade de coisas que tem ali e não existe um desenho sequer não existe nada, nada , nada.

Entrevista transcrita pelo Maurício André da Silva, no contexto da pesquisa de mestrado: *Memórias e histórias no sudoeste amazônico: o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia*, orientado pelo Prof. Dr. Camilo de Mello Vasconcellos no Programa de Pós Graduação em Arqueologia no MAE/USP.

Ficha de classificação da entrevista:

Nº da entrevista: 07
Entrevistado(a)(s): Wilson Modro
Profissão: Professor aposentado, fotógrafo.
Dados Biográficos: Nasceu em Quatá, São Paulo. Foi criado em Bastos e vivei 40 anos nessa localidade. Veio para Rondônia pela primeira vez em 1981, para depois trazer a família.
Entrevistador(a)(es): Maurício André da Silva
Contexto de produção: Resultante do mestrado realizado no Programa de Pós Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), intitulado: <i>Memórias e histórias no sudoeste amazônico: o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia</i> .
História Oral Temática / Vida
Meio de divulgação: Dissertação
Mídias relacionadas: Fotografia, áudio e documento escrito.
Data da realização: Julho de 2011
Local da entrevista: Casa do entrevistado.
Observações: Aborda a história de vida do entrevistado, com o enfoque no processo de migração para a localidade. Apresenta-se aspectos em torno do processo de criação do Museu, do processo de desmatamento, do potencial turístico local, dos conflitos entre seringalistas e indígenas.

Características do Documento:

Suporte	Papel.
Forma	Cópia
Formato	Arquivo digital e texto impresso
Gênero	Documentação informática, textual e iconográfica
Espécie	Entrevista
Tipo	Entrevista de história oral temática / de vida

Descritores:

- Migração para Rondônia;
- Contato da população local com os vestígios arqueológicos;
- Criação do Museu;
- Conflitos entre seringalistas e indígenas;

APÊNDICE H - NARRATIVA DE ARENTINO MONTEIRO DA COSTA

Chamo-me Arentino Monteiro da Costa, nós chegamos à região de Novo Riachuelo no período de 1974. Eu vim em meados de 1975, nós viemos a pé da BR 364 até aqui ... um dia de viagem. Lá onde vocês saíram do asfalto para pegar a terra de chão até aqui, nós viemos a pé, era o percurso que nós fazíamos. Tinha algumas famílias morando pelo caminho nessa época. O modo de vida hoje está diferente, mas no início quando nós chegamos aqui o negócio era bem rústico. Das famílias remanescentes daquela época, ainda tem umas 3. Tem eu dessas famílias, tem aqui a família do Zezé, esse senhor que mora na esquina e o pessoal do Sr. Altino do Ademar. Quem teve a ideia de criar o distrito foi o que chegou junto com a gente também um tal de Lió, bem popular por aqui, o nome dele: Leocádio Dias de Santana o pioneiro mesmo o ... pai, o tutor. Teve a ideia de criar a comunidade, por exemplo, criou primeiro essa comunidade católica, que é a comunidade Nossa Senhora do Rosário.

A comunidade foi criada aproximadamente em 1979. Ela teve 3 nomes, primeiro foi São Sebastião, depois foi São Jorge e ultimamente dos anos de 1984 pra cá foi Nossa Senhora do Rosário que é o que permanece até hoje. Criou-se na época a primeira escola, o primeiro professor que teve aqui na comunidade foi eu, lecionando naquela época o MOBRAL, não sei se você já ouviu falar sobre o MOBRAL . Em 1979 eles fizeram uma escolinha de taipa, uma escolinha de madeira rachada. Em 1979 eu comecei com duas turmas de 25 alunos. Eu dava alfabetização, pois tinha muitas pessoas sem escolaridade nenhuma. Depois logo em seguida nos anos de 1979 criou-se a primeira escola de alfabetização de crianças na mesma escola.

Minha mãe também ensinava. Ela trabalhava de dia, pois já tinha lecionado no Paraná e eu trabalhava a noite. Em 1981 criou-se a escola hoje chamada de D. Benta que é a escola que tem aqui. Tinha então um ex-governador do regime militar o Jorge Teixeira, era bem famoso. É um nome que vai ficar um marco na história de Rondônia, que já está e vai permanecer, na história. Em 1982 ele veio aqui, desceu de helicóptero e entregou na mão da minha mãe a chave da escola, foi a fundação da escola que depois já foi construída de madeira, de tábuas. Ele entregou em maio de 1981, não recordo o dia, eu sei que foi em maio de 1981.

Ele entregou a chave e disse: - Olhe D. Olívia, a Sra. é a fundadora dessa escola; quando for daqui para uns meses eu vou criar um distrito aqui. Isso foi em maio, quando foi em outubro ele veio de novo, de helicóptero, mas nesse período já tinha uma estrada meia ruim, mas tinha estrada bem rústica já. Ele veio aqui criou,

construiu a escola de madeira. Logo em seguida criou-se o Estado de Rondônia, pois naquela época era território de Guaporé...

Criou-se o Estado de Rondônia, depois criou-se o município de Ji-Paraná na época a cidade de Presidente Médici não existia, era Ji-Paraná. Criou-se 5 municípios no Estado pois eram somente dois municípios antigamente, Guajará-Mirim e Porto Velho. Depois criaram mais 5 municípios ao longo da BR 364. Criaram: Ariquemes, Ji-Paraná, Pimenta Bueno, Vilhena. Depois logo em seguida no próximo ano criaram Jarú, Ouro Preto, Presidente Médici. Ah, perdão criaram Ariquemes primeiro Ji-Paraná, Cacoal, Pimenta Bueno e Vilhena são 5 municípios da BR 364. Isso é mais ou menos a história de Rondônia, por que Rondônia, faz parte da nossa história.

Tudo o que eu tenho na vida está aqui. É minha família, três propriedades pequenas e não intenciono sair dessa região pois, eu já fui para muitos lugares procurar meios melhores, mas até que ache. Todo lugar que você vai, tem que trabalhar, a gente é pobre mesmo não adianta. Esse fundão de Mato Grosso aqui, Rondônia de norte a sul de leste a oeste eu bati isso tudo. No ano retrasado eu fui para São Paulo, que eu me casei por lá, morei em Americana, 90 quilômetros de São Paulo, é... não, é 110 quilômetros, eu morei eu me casei ali, fui metalúrgico, me casei e vim para cá.

Minha família é natural do Rio de Janeiro, depois fomos para o Paraná. No Paraná meu pai morava em propriedades dos outros e resolveu vim para Rondônia, na época eu lecionava no Paraná. Eu ia para São Paulo, para o litoral, pela região de Cajati, mas acabei vindo para cá. Fui para São Paulo, não gostei, com isso peguei e vim para Rondônia. Quando eu vim, meu pai me chamou, eu era solteiro, me chamou para vir com ele eu gostei do lugar. Já tinha uns conhecidos por aqui.

Na época, o governo não pensava que viria tanta gente para um lugar de uma só vez. O governo quando punha gente, ele fazia casas, dava casas vazias. Mas, nessa região aqui nós fomos entrando, fomos como invasores, isso aqui era uma área da FUNAI. Tem uma eletrônica aqui para dentro, isso aqui tudo era FUNAI, entramos, e passamos cinco anos até que o governo resolveu fazer um projeto fundiário de Pimenta Bueno, que era um setor dessa região, colonizaram, mas foi rápido visse. Ainda hoje eu vejo, tem lugares 10 anos, 15 anos até hoje não tomarem iniciativa nenhuma. Naquele tempo foi o período do Regime Militar, algumas coisas foram ruim, muito ruim, mas, algumas coisas agiam mais rápido, tinha mais decisão...

Aqui em Rondônia foi barra nesse período. Como falei do Jorge Teixeira, Teixeira entrou aqui e o regime militar já estava perdendo a força, mas ainda tinha aqueles radicais que mandavam na região. Em Rondônia mesmo, não é falando... puxando o saco em Rondônia o Jorge Teixeira quebrou muitas barreiras, pois tinha uns seringalistas velhos que eram coronéis ainda, como o Humberto Guedes que faziam o que queriam... A lei era deles, como dizia quando nós chegamos aqui ou lia a cartilha deles ou se não estava fora da escola.

Aqui na região tinha muita seringa nativa, mas não era muita não porquê seringa mesmo dá muito em beira de brejo, beira de águas grandes. Como eu falei para você a sobrevivência das pessoas aqui primeiro foi a seringa e a castanha. A primeira sobrevivência que a gente pegava aqui na época era seringa e castanha. Tinha um produto nosso, uma árvore que produz borracha por nome de caucho. Tirava-se o caucho, ou cortava-se a seringa, mas o caucho tinha uma maneira de se tirar ele, que abatia a árvore, derrubava a árvore, e tirava a borracha. Dava cento e poucos quilos de borracha, mas era uma árvore grossa grande. Aquilo era um estrago, um absurdo. No início mesmo a gente tirava a castanha, nem tinha para quem vender, pois não tinha nem como sair. A gente tirava, fazia o óleo, e se alimentava com o óleo, matava a caça, o bicho, matava e temperava a única coisa que a gente trazia de fora era o sal, pois o sal não tinha, assim como a querosene, as duas coisas que a gente trazia. A carne de boi, esse gado aí ninguém falava sobre. Energia essas coisa fria não se falava. Então você matava o animal, dava -se o nome aqui na região aqui muquiá, um tipo de charqueado.

Sobre a arqueologia aqui na região, sobre aquelas pedras lá em cima, eu não sei bem o ano, se foi em 1978, se foi 1979, que encontraram. Foi algum saudoso que mora aqui que achou aquele primeiro núcleo de pedra com aquelas marcas, pois antes tinha mata, debaixo da folha e ninguém via. Acharam as primeiras marcas ali. Ah, tem uma marca de pé ali, do índio. Aí tinham me falado a respeito, pois eu já era professor na época, daí a gente ia lá, limpava, varria aquilo dentro da mata e olhava. Depois logo em seguida, por curiosidade acharam essa daqui de cima, serrote aqui do mirante que eles falam. Foi logo em seguida mais ou menos quando derrubaram as matas, com a queimada, depois choveu e limpou, lavou as cinzas, ficou as marcas. Isso ficou muitos anos parado e por coincidência eu tenho uma irmã em Ji-Paraná que é professora também, passou muitos anos e nós criamos esse patrimônio em 1984, quando foi em 1987, 1988 eu resolvi me candidatar a vereador, e ganhei para vereador...um pede voto, outro pede, um

pede, pede e ganhei para vereador, fiz amizade com Garcia, que nós fomos vereador num pleito só e de um partido só.

Em 1989 nós assumimos. Conversando com ele, que também era professor de história, eu falei dessa pedra, dessas marcas aqui, mas eu não sei parece que ficou no esquecimento, depois eu não quis mais negócio de política. A minha irmã era professora e se entrosou com ele novamente, se conheceram. Quando foi um dia ele veio aqui ver. Eu não recordo o período eu não recordo quando ele veio ver não! Foi no início dos anos de 1990 por aí. Aí começou a trabalhar. Nós somos, muito amigos, sempre fomos amigos, ele sempre vinha, passava aqui em casa e falava: - Arrentino, vamos lá ver as pedras. Vamos! Uma vez eu fui, outra vez não ia. Ele começou a criar ideias e depois de muitos anos apareceram mais pessoas interessadas, descobriram daqui para ali, por aí tudo. O Garcia foi ele que começou a desenvolver o conhecimento disso daqui dessa região nossa.

Depois com o tempo chegou a Maria Lúcia. Eu sempre falava D. Maria, D. Maria, D. Maria, D. Maria. O ano passado, o ano retrasado assim eu a conheci. Ela mandou me chamar, criaram a associação mandaram me chamar para fazer parte. Eu fiz parte entrei como vice-presidente, mas depois logo em seguida eu pedi minha demissão, pois eu não dava conta do recado num sabe? Porquê foi assim, como criou a associação, eu entrei, pois tinha um pouco mais de conhecimento da história do lugar, sou um dos moradores mais velho, me convidaram. Tinham outros professores pessoas com um pouco mais de conhecimento, mas depois eu não consegui casar o tempo deles com o meu tempo. Convidava para uma reunião, eu ia, eles aproveitavam o horário que eles estavam na escola, aproveitava aquela brechinha, pouquinho da aula e pra mim... fui uma vez, duas vezes, três vezes, quatro vezes, eu falei com o Moises que era o presidente: - Olha eu vou acabar prejudicando queira ou não, faz falta, a gente parece que não, mas a gente num lugar faz falta. A gente num tá lá, mas quem tá lá sente falta. Ai foi onde eu pedi a demissão da vice-presidência, mas continuo ajudando. Logo depois teve através da própria associação fizeram uma cavalgada, me puseram para ser coordenador da cavalgada.

A associação de moradores foi criada assim, tinha que fazer alguma coisa em prol dos sítios arqueológicos, buscar recursos, buscar uma coisa e outra. Qual era a maneira de se buscar recursos? Só dizer que lá tinha um sítio arqueológico, não tinha como. Criamos a Associação de Moradores de Nova Riachuelo, puseram o nome de AANR Associação Amigos de Nova Riachuelo, com inscrição,

montamos estatuto. Nós sentamos, discutimos uns estatutos de fora para gente readaptar. Aí criaram o estatuto e eu fui muito solicitado a ajudar, pois quando criaram a Lei Orgânica de Presidente Médici eu fui o relator, da Lei Orgânica de Presidente Médici, fui professor na escola, então eles acharam que eu tinha um pouco de conhecimento, com isso me convocaram. O estatuto está criado, mas às vezes amanhã ou depois pode até mudar alguma coisa, com o desenvolvimento vai ter que mudar mesmo.

Nessa época, da criação da associação, eram duas, três reuniões na semana, mas ficou para uma vez no mês. Agora hoje tem mais de um ano que eu saí, hoje não sei como é que está funcionando, mas o estatuto é o mesmo e agora estão se criando, ontem mesmo teve uma reunião, eu não estava. Fizeram uma reunião para criar uma outra cavalgada, pois fizeram uma cavalgada o ano passado, deu muito certo, deu muita repercussão, o pessoal gostou, nunca tinha sido feita, mas deu um movimento muito grande.

Aqui acontecem outras festas, na próxima semana mesmo vai ter a comemoração do dia dos pais. Aqui já fizeram a festa do violeiro, não sei como é que Moisés conseguiu uma banda, uma dupla de violeiro para cantar ali na praça até umas duas horas da manhã, para o pessoal, só para o povo assistir mesmo. As pessoas colocam barraquinhas do sítio, daí trás pamonha, trás queijo, trás bolinhos, trás essas coisa tudo. Nossa mãe, ferve assim de gente. Nós fizemos uma porção de eventos desses e agora mesmo sábado, eu até comprei um pouco de mercadoria que eles põe comigo aqui. Vão fazer alguma ação do dia dos Pais, vai ter bolo vai ter...tudo de graça para o pessoal, uma comemoração. Inventam barraquinha, quem quiser dançar seu forró vai pra lá que dança o forró, que tem música. Constantemente as pessoas fazem bingo, um doa uma coisa, fazem um bingozinho aqui para passar uma noite, uma tarde, uma noite ai sempre faz. De 60 em 60 dias estão fazendo. Tem umas feiras, faz uma feiras de vez em quando faz umas feiras comunitárias.

O trabalho da Maria Lúcia foi excelente, pra mim foi excelente e muito importante. Ela era linha dura sabe. Eu falei para ela muitas vezes: - D. Maria a sua realidade, o seu mundo de viver é um, e aqui é outro. Nós vivemos numa comunidade que tem muitas pessoas protestantes. Você sabe protestante quando se fala de história, quando fala de indígena, quando fala de 400 anos, mil anos isso aí, esse pessoal retira tudo, descarta tudo, eles somente ouvem porquê não dói o ouvido né.

Você pega a visão cristã, tem a ideia da gênese, da criação do homem... Porquê quando se fala de todos esses fatos, quando se fala da cultura indígena, os antepassados desse povo que foi os índios que fizeram, você tem que ter alguma coisa sobre a religião. É como o professor tava falando, tem o sol, a lua, uma coisa ou outra e para eles é o deus tal, o deus Tupã e nisso daí eles se confundem todo, eu fui professor aqui eu sei como é que é. Eu fui professor aqui de História...

Os meninos ficam agoniado. Teve um dia, dando aula sobre geografia falando do globo terrestre, um aluno levantou de lá e disse: - Sr. Arentino faz favor então. Já que o Sr. sabe das coisas, quando eu sair daqui, quando for terminar o curso, Sr. me dá um serviço para eu engraxar o eixo dessa terra. Eu disse: - Ah colega isso aí... normal, é só você falar quem inventou lá que você ganha... Agora só que tem uma coisa, eu sou curto e grosso a matéria é essa você quer estudar tem estudo se não quer o problema é seu.. De uns anos pra cá mudou muito sabe, mudou muito. O conhecimento, a televisão, nós estamos na era da internet, e mudou muito. Aqui até hoje que tem pastores, tem pessoas protestantes aqui não tem uma televisão em casa porquê é pecado ligar. Uma vez, eu estava falando sobre religião não sei se na 8º série.., falando sobre hinduísmo, falei sobre os muçulmanos, um aluno disse: - Nossa Senhora, esse povo é demônio.

Eles olham para aqueles desenhos nas pedras e acham que é uma coisa que eles não devem acreditar, não dão valor. Então são essas as ideias que tem por aqui. Quer dizer daqui da região das pessoas daqui de uma grande parte. Você vê, tem umas pessoas aqui que trabalham como guia turístico. Você vê os pais que não deixaram os filhos ser guias porque são protestantes... É uma questão de cultura deles. Muita gente aqui da região é protestante, os professores da associação, da diretoria da associação, eram crentes. Esse Moises sofreu demais visse. O Moises é católico, ele é da Igreja Católica. Moises sofreu demais nossa! Ele batia de frente, Nossa Senhora.

Um dia a D. Maria Pardi rapaz numa reunião nossa, bateu de frente com essas ideias. Um dia na reunião, o Moisés pegou e falou para ela: - É porquê o pessoal aqui acha que esse negócio dessas pedras é tudo espiritismo, espiritismo é coisa ruim. Ela era curta e grossa e disse: - Por favor: você tem sua religião, você tem a sua, você tem a sua eu tenho a minha... Rapaz aquilo deu um gelo no pessoal assim, e o pessoal tudo crente ficou quieto, todo mundo ficou quieto assim. Se alguém não sabe o que é eu peço que não fale nada mal. Não Moises, nesse tipo de

reunião, nesse tipo de associação, você não pode meter a religião no meio. Você tem uma, eu tenho a minha, quero que respeite.

Quando a D. Maria veio pra cá, nas últimas reuniões, ela ficou de arrumar uma verba com o IPHAN na época, de 400 mil para fazer uma casa, uma espécie de um alojamento, uma sede. Ela fez o orçamento e ficou em 400 e poucos mil. Eu não tenho o levantamento em mãos não, mas a expectativa nossa aqui era que esta sede fosse construída. Por exemplo: vocês vêm, de São Paulo para cá chegam aqui, não tem onde hospedar. Esse pessoal da USP mesmo, ou da São Lucas mesmo que veio de Porto Velho para cá, eram para vir 35 pessoas, 40 pessoas e veio 25. Ai vai pra lá vem pra cá não tem abrigo, arrumei até com o pastor aqui vizinho, o Orlando também que é um dos pioneiros aqui, arrumamos na igreja ali que tem um barracão, tem alojamento e tudo. Mas o pessoal que vem de fora, quando vem um sozinho igual a você é fácil de a gente chegar e abrigar, mas quando vem 20, 30 daí é ruim.

Nós gostaríamos que se fizesse um museu, um museu aqui também. A briga era para o museu ser aqui. Queria que fizessem aqui. Na verdade, o Garcia a idéia do Garcia seria aqui, agora disseram D. Maria foi pra lá, agora ninguém sabe. É de suma importância também fazer um trabalho com os meninos da região, tem muitos interessados na coisa, mas quem deve articular isso com vocês é o pessoal da escola são os professores. Tem que ir lá falar com a diretora, conversar com a diretora que ela também faz parte da diretoria da associação. Toda escola tem conhecimento, a diretora a vice-diretora. Todos os professores, todos eles tem conhecimento e para nós é de suma importância. Agora, importante mesmo, é se houvesse a possibilidade de criar a sede, construir a sede, isso seria importante, que foi feito uma proposta mas ficou apenas na proposta. Quando o pessoal encontra material, caco por aqui, falam muitas coisas a respeito. O que eles falam é que, primeiro é de índio, segundo falam que isso aqui foi de escravo, um monte de coisas...cada um tem uma ideia na cabeça.

Entrevista transcrita pelo Maurício André da Silva, no contexto da pesquisa de mestrado: *Memórias e histórias no sudoeste amazônico: o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia, orientado pelo Prof. Dr. Camilo de Mello Vasconcellos no Programa de Pós Graduação em Arqueologia no MAE/USP.*

Ficha de classificação da entrevista:

Nº da entrevista: 08
Entrevistado(a)(s): Arentino Monteiro da Costa
Profissão: Professor e comerciante local.
Dados Biográficos: Migrou para Rondônia em 1975, nasceu no Paraná.
Entrevistador(a)(es): Maurício André da Silva
Contexto de produção: Resultante do mestrado realizado no Programa de Pós Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), intitulado: <i>Memórias e histórias no sudoeste amazônico: o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia.</i>
História Oral Temática / Vida
Meio de divulgação: Dissertação
Mídias relacionadas: Fotografia, áudio e documento escrito.
Data da realização: Julho de 2011
Local da entrevista: Casa do entrevistado.
Observações: Aborda a história de vida do entrevistado, com o enfoque no processo de migração para a localidade. Apresenta-se os primeiros contatos com as gravuras rupestres em Novo Riachuelo.

Características do Documento:

Suporte	Papel.
Forma	Cópia
Formato	Arquivo digital e texto impresso
Gênero	Documentação informática, textual e iconográfica
Espécie	Entrevista
Tipo	Entrevista de história oral temática / de vida

Descritores:

- Migração para Rondônia;
- Contato da população local com os vestígios arqueológicos;
- Novo Riachuelo
- Sítio Mirante
- Criação da Associação Amigos de Novo Riachuelo

APÊDICE I - NARRATIVA DE MAURÍCIO MARTINS ALVES

Sou Maurício Martins Alves, filho de Jaci-Paraná... Naquele tempo, aquilo não valia nada rapaz. Hoje Porto Velho está uma capital, medonha de grande... Já estão até falando em fazer metro, coisa que nunca ninguém ouviu falar. Olhe, meu pai e minha família... Nós morávamos em Jaci-Paraná, éramos pequenos sabe. Eu não sou filho mesmo de Jaci, meu pai era cearense, nós éramos tudo pequeno assim igual a esses meninos e saímos do Ceará para vir trabalhar na borracha, não tínhamos como fazer registro de nascimento por lá, era atrasado. Chegamos aqui não tinha registro, não tinha nada, com isso o Juiz de lá perguntou ao meu pai: - Sr. Martins essas crianças tem registro? Era eu, meus irmãos: Zacarias, Raimundo e Cristina, tudo sem registro. O Juiz disse assim: - Voltar para o Ceará para registrar essas crianças não tem jeito, tudo é Brasil viu Sr. Martins, vamos registrar essas crianças como filho daqui mesmo, você conforma? Com isso fomos registrados aqui em Rondônia.

Era medonho trabalhar aqui na época da borracha. Meu pai veio trabalhar com um seringalista patrão, Antônio Gomes. Meu pai morreu e nós ficamos com minha mãe viúva, tudo pequeno, menino, e ela conheceu um cara chamando Amaral. Depois disso fomos para o alto do Rio Formoso, Jaci Paraná, lá ela adoeceu também e morreu. Eu fiquei sem pai, sem mãe, fiquei criado como se diz... no mundo. Fui para aqui, fui para ali... só que a vida era dura demais, Nossa Senhora! Trabalhei em várias regiões, até no Acre, isso nos anos de 1958, 1960 e 1970.

Na juventude, quando eu cheguei no Acre eu não tinha leitura... Porque eu fui criado no mato que nem bicho brabo. Eu cheguei lá e perguntei ao sargento, um cara da polícia: - O Sr. não sabe onde é agência de avião aqui? Estava indo para Rondônia. Eu fui lá, a dona disse assim: - Olhe, duas horas você esteja pronto, de manhã o avião vai sair, 6 horas o carro vai lhe buscar onde você está? Com isso eu fui falei com a dona da pensão do hotel lá. A Sra. me chama....ela, me disse: - Ah eu não vou chamar ninguém não! Você tem um relógio, você coloque o relógio na cabeça da cama que você escuta, você acorda. Ta bom!!! Dormi demais, passei o dia andando na rua, cheguei tarde, cheguei no aeroporto no outro dia, o sargento disse assim: - Passageiro em forma! Todo mundo identidade e tal, quando chegou minha vez ele disse assim: - E você moreno? Cadê a identidade? Disse para ele: - Não tenho não. Você não tem não? Então você não vai não. Você não pode viajar sem documento não rapaz. Eu respondi: - Ah, sargento já fui em Porto Velho na delegacia não querem dar documento por que eu sou de menor. Fui em Jaci-Paraná não querem dar documento por que eu sou de menor. O Sargento disse: Então não

tem jeito, cadê a passagem. Eu mostrei, está aqui. Ele falou para mim, você vai debaixo de minha responsabilidade, tá bom? Tá sim. Então embarque. Embarquei para o setor Leitão, Projeto Riachuelo.

Quando trabalhávamos no seringal, acordávamos cedo, ainda de noite com Zé Milton seringalista, e ia para o mato. Nós levávamos querosene, dois quilos de açúcar, sal, sabão, tudo nas costas e... eles falavam assim: - Você pega a picada aonde terminar a picada nós estamos, tá bom. E eu fiquei para trás, no outro dia eu vim. Trouxe: açúcar, corda, sabão, querosene e meia carga de cartucho, espingarda boa por que tinha uns animais. Nós viemos pra cá rapaz tinha muita seringa, matona virgem, aquela cerrada. Nós ficamos, fizemos a casa bem aí, era uma colocação boa... dava um leite muito bom. Apreendi a me virar na mata porque nasci nela.

Era para tá a lei junto com o INCRA? O IBAMA era para ter estado junto da gente, dizendo você vai derrubar tanto, e tanto você vai deixar. Está com uns 40, 45 anos que eu moro aqui. Eu tenho uns 10, 8 matos e umas cabecinhas de criação, cultivo o feijão, tem o arroz. A natureza sabe o que é a natureza. O cabra chegou aqui, vou quebrar tudo e bagunçou não tem nem uma terra para plantar um feijão mais não. Acabou tudo.

Um sequeidão dessa aqui na floresta não vai pegar nada, é muito difícil.. Isso era para ter conservado na hora que o INCRA chegou, pois não tinha ninguém. INCRA pegou isso aqui bruto, na época. Por que ele não fez uma linha. Pra cá 20 alqueires de terra, pra lá 42. Para cá fazendeiro, para cá colono como todo mundo trabalhado junto. Os seringais nativos não têm mais, acabou. E se explodir uma guerra? Onde vão arrumar borracha? A produção de borracha aqui foi diminuindo por volta de 1960, 1970, por aí ... o pessoal foi derrubando a mata para vender madeira. Agora tem um negócio de borracha de cultivo, eles plantam. A borracha de cultivo não agüenta o supapo, como a nativa, não agüenta.

Mas mesmo com tudo isso, eu gosto de morar aqui. A SUCAM não vem mais aqui, malária não dá mais, acabou, nunca deu. As águas tudo de vertente, esse igarapezinho a cabeceira dele, pé de serra, e o leitãozinho. Eu gosto. Gosto de Médici. Ah, eu acho bom por que é um lugar sadio. Para o lado de lá eu não conheço, para o lado de cá eu conheço mais, e esta região aqui é difícil, você vê o cidadão sair doente. É difícil, nossa área aqui, esse globo aqui é muito sadio, a gente gosta por causa disso. Tem história de negro que já saiu daqui e foi para Buriti, lá, morreu acabou. Um vizinho nosso sabe, quando ele foi embora fui me despedir dele lá. Ele disse: - Ah, eu vou embora por que o prefeito daqui não faz estrada. Eu

disse: liga para isso não rapaz. Essa estradinha não tá boa, mas funciona um pouquinho sabe? Não mas eu vou para Buriti lá é bom, lá é bom.

Ele esteve aqui de novo, nós conversando uma vez, pois mandou me chamar para nós comer um churrasco lá, guaraná e cerveja, muito bem. Fui lá. Eu perguntei que tal Sr. João, o senhor está bom? Como é que está lá por Buriti? Ele disse: - Parte financeira estou bem demais, mas duas coisas me perseguem. Também ele falou aquilo e... A primeira colheita colheu 50 sacos de café limpo, primeira colheita! Eu disse: Sr. João o Sr. me desculpa lhe dizer mas o Sr. não falou que está bem de vida, mas duas coisas lhe perseguem? O que o Sr. quis dizer com isso? Ele disse: - Rapaz eu não ia falar isso pra você não por que eu falei pra você que eu me distrai, eu soltei, mas não era pra soltar pois é vergonha para mim. Eu vou falar pra você, você é muito amigo, conhecido. Olhe estou bem de vida em parte, mas estou doente e outra coisa que eu tinha aqui a terra. Tinha o documento da terra e lá não tenho e não tenho esperança de arrumar documento. Tá vendo o que o Sr. foi arrumar? Viu como é o negócio? Achou que aqui não estava bom! Aqui todo mundo tem um pedacinho de terra e tem o documento, todo mundo tem e lá não tem. Não sei o que está acontecendo?

Hoje depois que quebrou o mato tem mais doenças do que antigamente. A exploração e o desenvolvimento derrubaram tudo. Quando tinha mato, não tinha um bicho para encher o saco. Se você plantava um pé de milho, crescia, hoje para crescer é no veneno. A natureza que matava os bichos, acabou a natureza, trouxe problema viu. O negócio mudou muito, mudou demais... A gente sabe hoje inclusive, que por exemplo: se você faz uma roça perto de alguma floresta, os próprios animais que tem na floresta impede que a praga coma o milho, coma o feijão...Pois é desse jeito. Sem a floresta as pragas vêm tudo, vem tudo. Você vê, depois que devastou a mata, tudo apareceu, a tal de lesma coisa que ninguém nunca via... Lesma que come um feijão assim um roçado de feijão se dá aqui de manhã de tarde tá só o toco, come tudo. Tal de lesma. Inseto. Dá um negócio na folha do feijão também, uma coisa branca assim, fica um negócio branco no meio do feijão, aquilo é um problema... Tanto que hoje eu não tenho mais roça aqui não.

Está difícil plantar aqui, não temos máquina para arar a terra. Cadê a máquina? Diz que está na mão do prefeito, cadê a máquina? Outro dia um deputado... aquele de Ouro Preto, das eleições de agora, um tal de Marcelo que veio pedir um voto a mim. Eu disse: - Doutor é o seguinte, o Sr. é um homem de lei, homem de muita potência, tem mais potencia que um prefeito. O Sr., se ganhar voto

vai mandar no estado todo, em peso. Vou pedir uma coisa para o Sr., se o Sr. ganhar....peço que vá para o governo pedir para mandar uma máquina para arar a terra para nós, pois a nossa roça aqui acabou. Nunca mais vi esse homem, vou esperar ele de novo na próxima eleição que vem aí de novo. Rapaz se não mudar essa política que está aí, os militares vão entrar de novo viu? Todo mundo revoltado com esse povo. Não trabalha. Na época dos militares realmente era meio tramado, mas também eles trabalhavam.

Aqui também tinha muitos índios. Os Índios que nós conhecemos aqui, quando chegamos na época era tudo mato, não tinha certante, eles moravam aqui, eram os Gavião. Tinha um tal de Manjerição e era manso sabe, mas só ele que era manso no meio da tribo o resto era tudo brabo. Esse tal de Manjerição ele se dava com nois, nunca mexia com nois não. O que eles pediam, a gente dava. Depois sumiu aquele povo desapareceu, acabou com tudo. Nós não entendia muito bem a língua deles não. Eles davam o sinal que queria. Se eles queriam uma mandioca, mostrava o pé de mandioca, se eles queria uma cana mostrava o pé de cana, banana mostrava para a bananeira, se queria um frango, a gente dava uma galinha, eu entendia por causa disso aí...

O Manjerição era vagabundo, ele vinha pedia as coisas, banana,mandioca, cana, pedia um frango ele queria as coisas mostrava o que queria, o frango. Ele falava e ninguém entendia, índio fala ruim viu, aqui tinha índio bem ali assim na beira desse igarapé lá em baixo, tinha uma capoeira velha, tinha cabo de machado, machadinho, tinha cabo de pote quebrado por lá, tinha muita coisa como garrafa, que eles fazia não sei como diabos faz garrafa? Eles plantavam mandioca para comer. Comiam bicho do mato? O matão, o sertão era deles mesmo!

Eles estavam aqui também na cabeceira do rio em Cacoal, onde tem um riozinho, então, na cabeceira do riozinho passavam 2, 3 dias no mato, tinham umas castanhas ali olhe, era mata pura. Nós fomos quebrar castanha um dia ali, nós deixamos no meio do caminho uns sacos de castanha, deixamos lá, quando chegamos não tinha nenhuma. Então o Manjerição passou e deu uma risada... foi vocês que levaram a castanha? Foi. Foi você que carregou? Ele era manso, ele esteve em Ji-Paraná, ele teve com os padres lá, ele é sabido tinha leitura.

Os fazendeiros mandavam matar os índios, fazer veneno, botar veneno nas águas e matar. Os fazendeiros mandavam matar eles mesmos. O Chico Bessa no Rio Mucuri, fizeram isso muitas vezes, mataram muitos índios. Ele era gerente do Dorinha, era patrão, seringalista do Firmino Feitosa, Firmino Feitosa era gerente

dele lá, e eles botaram veneno, matou gente a doidado. Aqui nois encontrava muito material de índio, muito caco de índio. Tinha essas coisas aqui, mas nois nunca ligou para aquilo. A gente achava demais, caco de coisas queimada deles. Ninguém ligou para aquilo!

Os índios não podiam mexer com os seringueiros. Se mexesse já viu, o azar tava feito, eles envenenavam a água e...de noite vinham perto de casa fazer um pé de mandioca, uma bananeira, lá tinha um cacho, envenenava aquele cacho de banana, comia morria, dava uma febre, mas se não mexesse com ele...não fazia nada com ninguém, eles eram mansos.

Quando eu trabalhei no Rio Acre, tinha um tal de Gabriel, que tinha contato com os indígenas, ele levou um cara chamado Pitanga, índio, que gostava de uma pinga...que Nossa Senhora e a mulher dele a Laura gostava muito dele, chamava: ô Pitanga, tudo que ela mandava ele fazer, ele fazia, mas só obedecia ele e ela. Um dia a mulher adoeceu. Disse assim: - Ô Pitanga, Laura tá doente. Ele disse assim: vou ver se Laura tá doente mesmo? Laura tá doente, Laura tá doente. Ô Pitanga, você não tem remédio para arrumar para essa mulher, ela vai morrer! Disse: Não morre não eu, vou atrás de remédio para ela. Pois esse homem saiu 5 horas da manhã...Ele se enfiou no mato aí... Rapaz ele chegou era 5 e meia, trouxe umas raízes, sei lá que diabos de raiz era aquela? Disse assim: Laura agora não morre mais não. Morre mais não? Não morre não.

Teve caso também dos indígenas matarem os seringalistas, eu era pequeno, tinha base de uns 8, 9 anos por aí era bem menino. Quando o pai morreu, minha mãe morreu também o Pedro Fernandes me chamou para nós ir trabalhar com ele, lá tinha uma menina, um meninozinho, um casalzinho, aí eu fui para lá menino também. Chegamos lá, ele pegou amizade comigo para onde aquele homem ia me levava, ele dizia: vamos neguinho mais eu. Vamos Sr. Pedro. Vamos para ali. Vamos. Nós íamos pescar, era tanto peixe no rio, Nossa senhora. No rio Formoso deram uns tiros nos índios para o lado de Guaporezão para acolá para aquelas bandas num sabe? E os índios acharam que foi a turma dele que mexeu com eles num sabe, mas não foi. Foi pra lá pro lado de Guaporé mataram índio pra lá. E eles vieram cá e mataram a mulher de Pedro Fernandes, em Jaci Paraná.

Como foi isso, faltou mercadoria pra gente, daí a mulher do Pedro Fernandes disse assim: - Pedro, não tem mercadoria para o fim do mês, para suprir o povo. Não dá pra você ir em Jacira? Ele disse:- Dá uai, dá. Jóia, mata uma galinha, faz um frito, um virado pra nós, o neguinho esse neguinho você vai mais eu, viu

neguinho. Vou sim, respondi. Eu podia acompanhar que eu era pequeno. Chegamos em Jaci Paraná, longe de Formoso, do Pontal, é longe.

Nossa Senhora, chegamos lá umas 3 horas da tarde em Jacira. Quando a gente chegou lá ele disse: minha mercadoria tá acabando e eu quero mercadoria para voltar logo. Fizeram a nota lá, botaram mercadoria, tinha chegado muita mercadoria, encheu o botezinho, nós saímos 6 horas da tarde. Chegamos em Panorama, encostamos lá, dormimos um pedaço quando foi um negócio de uma 3 horas, bora neguinho. Vamos. O motorzão cortou a água de Boca do Formoso. E o motorzão cortou água minino, cortou água, de Boca do Formoso para o Pontal é longe. Nossa Senhora. Ai nós chegamos....quando nós chegamos em Pontal vimos ponta de flecha quebrada bem assim. Ele alumiu pegou assim e disse: oi, ponta de flecha quebrada? Os índios tinham matado a mulher, tinham cortado a cabeça, tinham levado a cabeça dela, ele chorou muito ...

Os Suruís que tinham matado a mulher dele. Ele ficou muito sentido. No outro dia flecharam uns burros, e Pedro Fernandes disse assim: - Rapaz tinha muita gente no sítio, no mato seringal eles não mexeram, mexiam só no barracão mas que vieram aqui achou que foi o Pedro Fernandes que mandou matar e não foi, foi outra turma pro lado do Guaporezão que fizeram isso. Os seringalistas vieram e disseram assim ó: - Vocês tem coragem de me ajudar ir para o mato matar esses índios? Um bocado de Índios acabou de matar minha mulher. Disse eu vou também vou. Disse: - Neguinho você vai mais eu? Você vai levar... duas cargas de cartucho, só para carregar cartucho, eu fui mais ele. Daí fomos em um grupo de 8 pessoas.

Nós andamos rapaz, uns 8 dias no mato, bem devagar. Não podíamos conversar, atirar, não fumar, 2 horas da tarde ele disse assim: - Vocês ficam aqui que eu vou olhar ali, ele voltou e disse: minha gente nós somos poucos. Tem muito índio, a aldeia é muito grande. Ai um tal de Bernal disse assim: Ah, mas nós viemos para fazer o serviço vamos correr? Não, não é correr nós tá sujeito a ficar também viu? Tá sujeito a nós ficar também, o negócio aqui não é fácil não. Tá bom, ai dormimos lá dentro do mato, quando foi de manhã cedinho no escuro um negócio de umas 5 horas cercamos a Aldeia. Os índios conversavam lá dentro, rapaz eram milhões de índios... tudo com flecha

Os índios falavam a língua deles. Eles falaram a linguagem deles lá. Ai disse: ninguém mexe, eles vão aquietar-se de novo. Aquietaram-se. Quando foi 6 horas pegaram a sair, ai o sangue correu, o sangue cantou Nossa Senhora, foi um tiroteio desgraçado... Pedro Fernades me mandou me socar debaixo de um pé de castanha.

Mataram poucos índios. Ai cessou um pouco correram um bocado. Tinha arara, tinha anta, tinha viado, tinha papagaio tudo lá dentro da aldeia, cheio de bicho. Depois dessa revanche o Tio de Pedro Fernandes foi tirou o povo todinho da marcação, recolheu, deixou abandonar o seringal lá acabou.

Entrevista transcrita pelo Maurício André da Silva, no contexto da pesquisa de mestrado: *Memórias e histórias no sudoeste amazônico: o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia*, orientado pelo Prof. Dr. Camilo de Mello Vasconcellos no Programa de Pós Graduação em Arqueologia no MAE/USP.

Ficha de classificação da entrevista:

Nº da entrevista: 09
Entrevistado(a)(s): Maurício Martins Alves
Profissão: Aposentado, ex-seringueiro.
Dados Biográficos: Nasceu no Ceará, mas desde criança foi criado nos seringais da Amazônia. Considera-se filho de Jaci-Paraná.
Entrevistador(a)(es): Maurício André da Silva
Contexto de produção: Resultante do mestrado realizado no Programa de Pós Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), intitulado: <i>Memórias e histórias no sudoeste amazônico: o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia.</i>
História Oral Temática / Vida
Meio de divulgação: Dissertação
Mídias relacionadas: Fotografia, áudio e documento escrito.
Data da realização: Julho de 2011
Local da entrevista: Casa do entrevistado.
Observações: Aborda a história de vida do entrevistado, com o enfoque no processo de trabalho nos seringais. Apresenta-se os conflitos entre seringalistas, seringueiros, posseiros e populações indígenas, assim como os aprendizados com os indígenas na floresta.

Características do Documento:

Suporte	Papel.
Forma	Cópia
Formato	Arquivo digital e texto impresso
Gênero	Documentação informática, textual e iconográfica
Espécie	Entrevista
Tipo	Entrevista de história oral temática / de vida

Descritores:

- Migração para Rondônia;
- Trabalho e experiências de vida no seringal;
- Conflitos entre seringalistas, seringueiros, posseiros e populações indígenas;

APÊNDICE J - NARRATIVA DE RAIMUNDO CORREA DE SOUZA

Eu me chamo Raimundo Correa de Souza, nasci em 1941 dentro de um seringal que se chamava Santa Rosa, Casa Cotim Anibal e Cia. Meu pai veio em 1918, do Pará para o seringal, nesse tempo a borracha não dava muito dinheiro e tal. Quando foi em 1939 começou a famosa guerra dos americanos contra os que queriam tomar o mundo para ele. Então começou a guerra. Dessa forma precisou de borracha, bastante, borracha, com isso deu preço bom. Entendeu? Então meu pai que já conhecia o trabalho com seringal subiu em 1939, foi lá que eu nasci por que meu pai saiu da Ilha de Marajó e foi lá para o seringal.

Eu nasci num seringal no rio Jurupari por nome de Santa Rosa. O seringal de um famoso seringalista, famoso de ruim, era um dos ruins que se chamava Virgilio Areia Lion. A colocação de seringa onde eu estava e onde papai estava e eu nasci chamava-se Nova América. Nova América é o nome da colocação. Então por exemplo: meu pai cortava a seringa antes do soldado da borracha, mas ele ia para o Pará, pois lá tinha a casa que era uma das grandes empresas para levar seringueiro, soldado da borracha para os seringais. Subindo o Rio Solimões do Pará para o Amazonas.

Chegando em Manaus pegava o Solimões, do Solimões pegava o Juruá, do Juruá pegava o Envira. Do Envira é que nasce o Jurupari que caia no Envira. Então era de 30 a 40 dias de viagem saindo de Manaus de embarcação até chegar naquele local. Por exemplo: nasci dentro do seringal e mais outros irmãos que nasceu ali também. Então de 4 em 4 anos meu pai descia no Pará para rever os parentes, ficava um tempinho no Pará e voltada de novo.

No ano de 1945 quando terminou a guerra meu pai baixou para Manaus baixou desse lugar que a gente estava do Rio Jurupari passou em Manaus, mas seguia para o Pará que era Belém. Então desceu para Belém e quando chegou, ficou lá uns meses e quando subiu o navio que carregava nós era o Envira e o Jurupari, essa firma tinha 3 navios. O Envira, o Jurupari e o Antônio Sabóia Filho. Então saindo nós do Pará, de Belém num lugar que tem o nome de Capanema uma cidade, embarcamos no navio Jurupari e voltando para o seringal isso já em 1946.

Então, eu tinha uma irmã de nome Rufina ela tinha 9 anos. Quando embarcamos no navio Jurupari que pegou a baia do Guajará, a minha irmã Rufina comeu uma comida e não tinha remédio e morreu no navio, nós estávamos no meio da baia de Guajará aquele trem lá muito grande. Você sabe o que aconteceu? O que o comandante fez? Pegou, não podia ter um defunto, uma pessoa morta ali, sabe o que ele fez? Enrolou numa lona e noutra lona e fez um charuto assim com ela dentro

e jogou na água. Aconteceu isso. A gente só tinha a chorar e não fazer mais nada, só obedecer. Foi quando subimos para o seringal de novo. Então convivendo no seringal saímos desse seringal, foi quando viemos para Manaus, eu fiquei um tempinho, foi onde eu estudei um pouco, lá em Manaus, estudei com uma coleção de livro: “Vamos Estudar”. De lá foi que eu vim para cá, alistei no exército etc e tal. Foi quando meu pai queria vir explorar esse lugar aqui que se chamava território de Guaporé e eu o acompanhei. Eu não largava meu pai.

Acompanhei ele, quando eu cheguei nesse dito desse seringal Santa Cruz, meu pai adoeceu, eu fui e mandei ele para o Pará de volta e fiquei sozinho. Foi quando eu passei 30, mais de um mês, foram 32 dias andando só de noite por que não tinha ninguém mais no seringal que eu pudesse trabalhar, pois só tinha gente em 3 lugares conforme já te falei. Então como eu tinha experiência, precisava trabalhar e não tinha medo do índio, com toda experiência que eu tinha não podia ter medo. Então ninguém me encontrava de dia, só no mato trabalhando, armado muito previsto. Então depois quando eu terminei era para fazer 6 pela de borracha, que se chamava pela. Pela de borracha tinha em média 50 quilos cada uma. Quando eu interei que era a carga de borracha da tropa que vinha dos animais que era para mim inteirar que eu queria inteirar, precisava, interei foi quando eu saí desse seringal, vim para Porto Velho.

Então, Porto Velho naquela época ainda era muito difícil. Porto Velho tinha uma padaria lá perto da placa 1 que é um quilometro da beira do rio até lá. Então tinha 3 ou, pera...3 pensões de seringalista e eu fui para ali. Então por exemplo: também estava começando a surgir o garimpo em Rondônia, então foi quando eu vim para ali.

Com isso eu vim para esse Médici que não era Médici na época, não tinha ainda esse nome, era do João Cadilac, o Seringal do 30. Veio minha mãe, veio meu pai e veio a família toda para aquele lugar por que era acostumado no mato na selva.

Então aqui em Médici era o seringal do Abidoral seringal dos 30, na região do leitão um coro que tem ali, e do outro lado o 31 que era do Duca Preso. Como tinha o Gerônimo Santana na época que incentivava o povo invadir seringais dizendo que seringal não era terreno próprio, era terra da união, aqui foi um lugar de invasão. Zé Milton que hoje tem uma fazendinha aqui para cima 12 quilômetros, ele tinha o seringal e ele o comprou do Abidoral, o seringal 30 foi no tempo da invasão.

Então entrou em Médici aqui, ali na 30 de junho, um povo, as famílias tudo gente que queria trabalhar e queria terra, mas foram invadindo e o Zé Milton queria tirar e entrou com aquela questão danada e isso demorou um tempão, morriam pessoas era um grande problema. Era uma guerra escondida no mato, de todas as partes. O povo amansou hoje.

Assim surgiu aqui em Médici uma colônia, chamava-se Pela Jegue. Então aquela invasão que o povo invadia aqui as terras do Zé Milton, na época não podia tirar e nem a lei tirava por que todo mundo era trabalhador. Chamava pela jegue por que não tinha ninguém que socorresse. Então não tinha ninguém para socorrer a gente. O Jerônimo incentivava, ele era do governo, incentivava para invadir dizendo que quem derrubasse o pau era dono do toco. E aí foi Médici crescendo desse jeito uns ajudando uns aos outros. Isso foi quando surgiu a vila de Médici, foi o pela jegue.

O povo daqui da cidade de Medici é um povo muito civilizado. Um povo que não... só erra quando não acerta entendeu? Mas não tem planos de errar. É um povo humilde. É tanto que a prefeitura aqui, o poder público é relaxadíssimo, é pobre de administração, sempre foi e faz com que a cidade fique uma cidade fraca, por causa da administração que sempre foi fraca. Gosto muito da cidade, o que eu mais gosto é a paz com o povo.... eu não tenho muito tempo morando aqui.

Rondônia hoje, quem conheceu como eu conheci antes da era de 1960, aqui era território de Guaporé. Então em Porto Velho a rua mais longa tinha 1 quilômetro, chamada de placa um. Tinham dois hotéis com pensão de seringueiros na época do território de Guaporé. Tinha o nome de Território de Guaporé por que tinha uma origem indígena. Então tinha o Marechal Rondon que era o mandatário daqui sendo o parceiro dele, Aloísio Ferreira que quando ele deixou o governo, o Marechal Rondon então nomeou o Aloísio Ferreira que governou um tempo e depois saiu que era do exército também, aí já entrou pessoa civil, foi na época eu nem tenho lembrança, bem quantos governos passaram. Alguns nomes eu sei, deles, que eu não prestava atenção nisso...essas coisas por que convivia dentro de seringal em exploração.

Então, isso era um ano todo que a gente vinha para o seringal e ali ia explorar. Subir o rio Machado, nesse rio Machado a gente vinha de Calama. Fica perto de Porto Velho, desce passa em prainha aí vai para boca desse rio Machado que é em Ji Paraná, que tem o apelido de Machado aonde ele desemboca no rio Madeira. Lá tem umas ilhazinhas velhas que se chama de Calama.

A origem da minha família é parte de Portugal, avô português, avó portuguesa. Daí foi nascendo paraense, uns paraense do Pará, era época do Arigó, da guerra então poucas pessoas que queriam trabalhar por ali assim ficavam no Pará por que tinham os seringais e a renda que a gente poderia ganhar era partindo para a seringa como soldado da borracha em outras partes da floresta.

Eu nasci dentro do seringal na época dos soldados da borracha por que meu pai já era casado e então levou minha mãe por que existia pouca mulher naquela região lá que é extremo do Perú. Então ficava na região de Feijó, que pega município de Feijó, ali tinha uma firma muito grande que buscava pessoas no Pará para trabalhar, a sede da firma era lá. Então dali tanto pegava Arigó como pegava as pessoas que não eram cadastradas no pouso lá em Belém. Então naquela época tinha o capitão Guedes que era o tutor dali, ele que recebia pessoas que vinham do Nordeste, Ceará, Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco...recebia ali e transferia para os seringalistas que paravam e pegavam aqueles Arigó. Era semelhante à época dos escravos, então eu chegava ali como Arigó, e você chegava e outro e outros, ficavam esperando que o patrão que era dono do seringal viesse buscar a pessoa, a gente era escolhido pela cara.

Era pego aquele que era mais jeitoso... então tinha a preferência das pessoas. Então como essa casa era uma firma, sempre foi, uma firma no Pará muito grande. Então ela produzia muita borracha no rio Jurupari como comprava dos outros patrões por que na época em Manaus não tinha aquilo que se chama fábrica de borracha, não existia ainda, somente no Pará, não era só a borracha que o Arigó foi explorar. Então por exemplo: explorava a castanha naquela região... Na região do Jurupari se explorava borracha e caucho, por que naquela região ali não tem castanha, naquela região de Jurupari ninguém vê castanha se não for plantada. Então da castanha ali não sei contar, sei contar de outros lugares. Então por exemplo: Ali tinha aquelas pessoas que chamava-se mateiro, era o que entendia de matas, que fazia como hoje a pessoa quando vai num certo lugar que é difícil tem uma pessoa para levar eles não é isso? Que é conhecido dali. Então aquelas pessoas aprendia como eu aprendi com os índios. Eu sei de tudo e mais um pouco...

Aprendi tudo com os indígenas, de como ficar na mata, eu cheguei a um ponto de ultrapassar os índios na sabedoria da selva, cheguei a esse ponto por que tem coisa que eu faço que o índio não faz, até hoje não faz, que eu aperfeiçoei como aprender. Por exemplo: Na mata, eu sou um verdadeiro professor. Por que? Sei me alimentar da mata, eu sei beber da mata sem que tenha córrego, um riozinho uma vertente, eu sei onde buscar água na sequeidão e sei também me alimentar de frutas, é até folhas mastigar, folha como alimento, comer palmito de toda espécie eu sei como fazer, tem diversas espécies de palmito...

Então tinha um animal lá que a gente misturava coisa com coisa que o índio também faz para se alimentar, o jaboti, naquela região tem muito. Então você chega até o Jaboti, ele é quietinho não precisa atirar nele nem nada você encontra ele ali ele se encolhe e então lá para aquela região tem um dizer que o povo fala sempre assim: que quando ele se encolhe, que põe a cabeça para dentro do casco, ele dá um sopro e aquele sopro é como quem diz assim: pode passar. Entende? Ele dá um chiado então como quem tá dando licença para a pessoa passar e se encolhe e fica quieto para depois seguir a viagem dele. Mas nós tínhamos como alimento. Tendo um facão, cortava ele, abria o casco dele, tirava os ovos se fosse fêmea e se não fosse fêmea então tirava o fígado que é grande e muito oleoso então não comia a carne, mas comia o fígado com palmito cru. Com as patas e cabeça se fazia um caldo, ou cozido.

Se eu estou no mato sem recursos de carne, eu não como nenhuma carne crua, mas o Jaboti o fígado dele eu como, isso é o costume nosso e os ovos do Jaboti da fêmea também comemos cru com palmito e etc. Então não morre de fome na mata dá para se alimentar e viver. Então, outra coisa. Se eu estou no mato selvagem, por exemplo: acontece como aconteceu aqui nesse Amazonas de cair um avião num certo lugar, pois acabou o combustível um negócio lá e o piloto conseguir ficar vivo, jogar o avião no meio do serrado e escapar, e daí se alimentar de que agora? No meio da selva?

Se você não conhece a mata, você morre, morre de fome tendo o que comer como aconteceu aqui na época. Existia um doutor chamado Julio, um estudioso...e ele saiu num avião teco-teco que era para vir de Manaus a Porto Velho e aconteceu com ele assim: Ele se achou que o avião ia cair e ele aterrissou num certo lugar que ficou vivo, ele conseguiu recuperar a vida, só bateu-se um pouco mas não morreu não quebrou-se, mas numa selva que não sabia onde tinha gente ali. Como ele não tinha experiência, ele viveu 25 dias, todo dia ele escrevia, o finado Julio. Ele tinha

um fósforo não tinha isqueiro naquele tempo dessa qualidade que a gente tem hoje, a gás nem nada, era fósforo. Ele tinha fósforo e ele fazia um foguinho ali para fazer fumaça para ver se o socorro alcançava ele. Então todos os dias ele marcava : - Vivi hoje, dia tal do mês, perdido e botando num caderno todos os dias foi escrevendo. Um dia ele saiu tinha um corregozinho perto e ele encontrou uma traíra e ele tinha uma Mauser que naquele tempo pessoas usavam Mauser mas só tinha dois carregos, duas balas. Ele olhou a traíra e a traíra estava na água, mas ele com visão nela e ele tinha dois carregos. Ele falou: - Se a onça vier me pegar eu tenho um carregue eu já me defendo eu vou disparar um nessa traíra. Foi atirou na traíra, a traíra morreu e ele comeu, escreveu. Ai vai de um dia, dois dias, três dias, quatro dias, cinco dias, seis, sete, a semana, domingo escrevia. Então viveu 24 dias morreu no 25. Morreu de fome, de não se alimentar.

Isso foi na época de 1958 mais ou menos, 1957, 1958 que aconteceu isso com o Dr. Júlio. Então essa história passada que ele vinha para Porto Velho que era território de Guaporé e aconteceu isso, ele morreu por que não se alimentava. Quando, o último dos 24 dias ele escreveu falando que não mais resistia por que a caneta pesava e ele não mais tinha mente suficiente para entender quase nem o que escrevia. Foi à última vez que ele escreveu. E no dia 25 que amanheceu o dia que ele morreu foi o dia que veio o socorro, já tava morto, encontraram ele.

Por exemplo, se eu fosse o Dr. Julio, eu vivia. Se eu fosse ele eu ficava gordo na mata. Por que olhe, sei onde apanhar água, sei me alimentar e sei o que faz mal e o que não faz e sei o remédio se alguma coisa que eu comer me fazer mal , sei procurar o quê que eu vou fazer para me curar.

Aprendi a ser uma pessoa que convive no mato como quem estivesse em casa, saber para onde ir e como ir sem errar como que tem uma estrada. Vou contar uma partezinha dessa do que eu aprendi que foi um dom que Deus me deu naturalmente, é que na mata perdida, por exemplo se eu entro numa mata que não tem vestígio de ninguém eu sei entrar e sei sair no lugar que entrei como que tivesse uma bússola.

Eu sou um fenômeno no mato. Então por exemplo aprendi a ser assim, não é que eu aprendi não, foi um dom. Foi um dom que eu ganhei, por que olha demarcação de terra aqui tem um lugar que se chama Castanheira, um município que se chama Castanheira hoje. Eu fui uma pessoa que eu convivi ali por muitos anos em média de 20 anos e ajudei a demarcar aquelas terras. Eu fui colocando, então cortei todas aquelas linhas no grau 90 sem pegar um aparelho, cortei tudinho

do jeito que o INCRA corta , mas foi tão sem erro que quando o INCRA veio para colocar o povo e....revisar. Onde eu cortei com uma balisa e um facão, não foi cortado passaram por cima só medindo tudinho. Então por exemplo, sabedoria que eu ganhei que vem do alto naturalmente de Deus, um dom, de maneira que faz tanto uma pessoa pegar uma bússola para tirar uma divisa de quê quer que seja onde quer que for terra em lugares plano de qualquer jeito, aonde ele sentar o aparelho aqui do mesmo jeito eu faço sem aparelho sem nada.

Sobre os seringalistas, uma coisa eu falo para você, para homem bom, não tem homem ruim. Você acredita? Pode escrever por que olha para homem bom não tem homem ruim. Quando você vê uma pessoa que diz que o outro é famoso que é ruim, é por que essa uma pessoa preguiçosa , pessoas assim cheia de trama, pessoas manhosas, são esse tipo de gente que encontram pessoas ruins e eu falo isso certamente sem medo de errar sabe, por que? Meu pai nunca encontrou um patrão ruim. Um tava num lugar o outro queria entendeu? Eu nunca encontrei patrão ruim, até hoje eu não conheço pessoa ruim , para mim não. Porque eu aguentava o tranco, agora se a pessoa faz metade, faz pequena parte, abusa adianta o que não é para fazer, se é um caso de mandado não obedece, não executa o que é para ser feito certamente ele vai encontrar pessoas ruins. Para malandro não existe trabalho, você entendeu?

Os seringalistas mataram muitos índios, eles não queriam nas suas terras. Se eu for contar de índio eu vou passar o dia todo. Naquela região de Buriti que é cabeceira do Rio Marigalho do Jamari lá do... da linha do ouro negro que tinham seringais naquela época, era muito visitado pelos índios que chamava seringal Santa Cruz. Então o dono daquele seringal chamava-se Marsal Corceiro e tinha o gerente que era o Ferraz, e tinha um tal de guarda-livro, que era o diamante como nós falava. Depois do guarda-livro ainda tinham as pessoas que assumiam uma certa parcela que...então não dava para um só assumir aquela linhas, então botava um nome e aquela pessoa assumia daquela certa mediação pra lá, ele assumia e se comunicava com o outro que era a sede. Por exemplo, é como uma pessoa ter uma loja, uma firma e aqui estava outra firma noutra estado em outro estado mas tem matriz não tem? Do mesmo jeito eram os seringais. Tinha a matriz, o seringal, fazia aquela corrente de filiais que alguém tomava conta.

Então ali era seringal, muito grande, muito bom de leite que pegava serras, seringa da serra e seringa dos baixões também das várzeas. Então por exemplo ali

tinha uma linha que se chamava linha do ouro negro, era uma serra que tinha muita seringa mas os índios não deixavam os seringüeiros trabalhar. Fazia a colocação, a casinha o defumador que tudo era borracha defumada não era borracha escorrida apodrecida era do leite se formava a pelota de borracha. Então ali os índios suportavam até quando tinha bastante gente. Na hora que os seringueiros ficavam sós, eles vinham e matavam. Ai botava outro e haja coragem para ir lá.

Então teve um cara que pegou a mulher e duas crianças dele e foi trabalhar no seringal. Falaram para ele: - Não vai lá porque é muito perigoso. Eu quero saber é do leite eu não quero saber do perigo não a colocação é boa eu faço muita borracha, vou pra lá eu não tenho medo de índio não, disse ele. Na primeira...de 30 em 30 dias a pessoa fazia compra com o noteiro, ele ia deixar em cada colocação, ele anotava e o tropeiro vinha entregar depois, do mesmo jeito que um caminhão aqui, vem o vendedor e depois não vem um caminhão entregando? Assim era com animais e com o noteiro que fazia para os seringüeiros desse jeito. Bem, na primeira vez que ele foi já levou as compras tudinho para 30 dias e foi cortar seringa. Não venceu os 30 dias, os índios vieram, atacaram ele, mataram as duas crianças. A criança entrou lá dentro daquele galinheiro para se esconder e eles chegaram flecharam da portinha do galinheiro de galinha dentro da boca da criança, mataram a outra criança e mataram a mulher dele e ele pro mato cortando seringa.

Por exemplo, eu conheço os Gavião, eles são daqui conheço muito bem os Gavião, os Araras conheço muito bem, sei o passado deles, sei também dos Bunda Mole eu sei também dos piores que tem aqui região é uma tribo que não amansa, sei também muito bem dos Cinta Larga. Conta história dos Cinta Larga, tiveram um passado horrível, conheço esse passado horrível dos Cinta Larga que eram muito valente na flecha.

Aqui tinha a família dos cão, que matavam os índios, por exemplo, eles faziam expedição, mas sempre expedições menores. Quando precisavam, chamavam eles, eles iam lá e afastavam os índios, as pessoas procuravam eles. Então quando os cão encontrava eles faziam o fogo mesmo nos índios. Um certo dia o índio foi e botou uns seringueiros para correr e matou um deles. Então, chamaram o Godofredo que era da família dos cão pra ir atrás desses...

Então chamaram o Godofredo e ele foi com a família Colares, a família dos Cão, Antônio Cão, Chico Cão e o Pedro Cão, família de origem indígena rastejar os índios, por que os índios é o seguinte. Eles pisam tudo num lugar só, ninguém sabe quantos índios tem e outra coisa quando eles chegam num lugar, eles têm uma

experiência assim: eles não descem de frente no córrego para deixar rastro cruzando e nem tão pouco saem do outro lado de frente só saem de costas, você sabia que os índios são assim? Pois é, eles chegam no córrego para descer onde vai deixar rastro eles viram de costas e saem assim ó, ai deixa rastro, quem vier rastejando pensa que tá pra cá e eles tão pra lá.

Outra coisa quando eles vão andar no meio do mato, eles não cortam o mato de jeito nenhum. Eles vão caminhando, eles não quebram mato pra frente como nós eles quebram pra trás. Pegam um matinho aqui e quebra aqui pra trás, pega outro aqui quebra pra trás entendeu? Isso é para quem vem atrás deles pensa que eles estão no sentido contrário, por que nós quebramos o mato de forma diferente. Isso é outro sinal dos índios de todos os índios que eu conheço são assim.

Então o Godofredo foi atrás dos índios, eram em 3 pessoas para encontrar os índios e matar por que os índios roubavam muito também. Às vezes eles chegavam na colocação de seringa, e roubavam de tudo, o sal eles derramavam, o arroz eles derramavam, porque eles não comiam, agora farinha levavam, açúcar, objeto levava também, eles tinham este estilo todos os que eu conheci, eram assim. Mas, desta vez que o Godofredo foi em 3 pessoas atrás dos índios foram rastejando com prática que tinham. Ai, lá sentiram um cheiro perto de um córrego meio seco que dá água, era um verão mais ou menos nessa época. Eles atacam no verão, no inverno eles não atacam. Eles perceberam que eles tesavam perto, eles saíram bem, bem mesmo sutil para encontrar eles. Resultado, eles estavam assando um Jacu.

Um passarinho do mato semelhante a uma galinha, eles matam de flecha. Eles estavam assando dentro do córrego. Os Godofredo, eles foram e atiraram neles com isso eles correram e subiram alto. Conseguiram matar só dois deles. Mas eles falaram: -Vamos mais na frente, deve ter choupana deles aqui perto, por que tem vestígio deles. Continuaram no córrego subindo procurando mais ou menos por onde era que eles deveriam estar. Chegou à noite e eles encontraram uma choupana que tinha uns índios lá, mas não dava pra atacar agora não, vamos atacar amanhã cedo. Eram só os 3, um ficou lá, num ponto assim e dois ficou na frente onde era a portinha que era a portinha da aldeinha que não era grande era pequena. Eles não sabiam quantos índios tinham por lá, eles estavam se arrumando que era 6 horas, tem uma qualidade de galinha, inhambu, que nós chamamos inhambu, ela assovia as 6 horas, ela trepa baixo assim ó. Quando a inhambu assoviou e já era 6 da manhã um caboclo saiu de lá e veio vê se via o inhambu, não

sabendo que o homem estava ali esperando. Quando chegou muito perto do homem com a flecha na mão e olhando assim... ai o inhambu quando assoviou o homem percebeu que era mais na frente um pouco que ela tinha se apoleirado e tinha assoviado e o índio ia no rumo dela pra flechar, que ela fica baixo assim. Foi quando muito pertinho, o home teve medo do índio, pois ele tava com a flecha na mão e atirou nele. Atirou no índio e ele caiu, os da maloca correram é certo que deram mais uns tiros só mataram um. Ai eles voltaram.

Eu morei 26 anos na fazenda do Zé Milton, quando eu saí de lá, ele queria que eu ficasse ali. Ele é muito difícil ter amigo. Ele disse vem para cá, eu te dou casa, te dou o que precisar para você. Eu falei escuta: - Ô Miltão, eu chamo ele de Miltão pedra 90, porque conheci ele solteiro ainda, lá no Jamari, naquele mundo lá na era de 1960... quando essa BR chegou lá. Então por exemplo: fiquei esse tempo lá com ele, eu não tinha conta, não tinha necessidade de nada, tinha casa para morar na fazenda.

Naquela região não tem índio, mas eu encontrava muita coisa deles por lá. Eu encontrei pão de índio uma vez. Puxa vida rapaz devia ter guardado...eu tive tanto tempo com o pão guardado. O índio, ele faz um pão desse tamanho assim, material de cerâmica. Então ali eles picam a carne e faz com carne, com mandioca, e ali deixa enterrado aquele paozão assim no lugar onde eles passam...Então aquele pão quando eles saem dali, as vezes eles não comem viram arenoso dentro, vira tipo uma borracha assim ó. Então por exemplo: as vezes desse tamanho, as vezes menor assim, as vezes tem é, é de quatro canto, as vezes é redondo. Então, eu quantos pão de índio eu encontrei nessa selva ai? O pão. Por que as outras coisas eu não prestava muito atenção.

Eles enterravam esse pão. Enterrava tudo do índio é enterrado, ele nada deixa fora, ele enterra. Então ele enterrava, muita vezes eu encontrei pão de índio e aqueles pão de índio que era muito antigo a areia penetrava dentro já virando terra por dentro contaminando, pegava...cortava um pouco assim até chegar um pouco a faca ai fazia aquele pedaço para passar nas espingardas para limpar a arma, para ariar as coisas assim...

Na fazenda o meu serviço era sabe o quê? Pescar para o Zé Milto...ele dizia: eu quero peixe assim. Eu ia pescar...eu quero paca. Eu ia matar, eu ia buscar paca, matar por onde tinha. Eu quero um mateiro eu ia lá caçar... um cervo, um viado. Pode matar porco, mate uns porco gordo...eu ia no mato caçar e matava. Então... eu quero peixe tal, eu ia, eu era uma pessoa, eu fui um a pessoa sabe como é que é

um mordomo de casa. Tudo eu ele pedia, eu fazia, menos pegar um arma para matar alguém, nunca vi ele mandar matar alguém, o povo fala dele mas eu nunca vi ele mandar matar alguém

O povo dele matava por quê gostava de matar que era o bandido e ele tinha como fiscal, pegava e matava a pessoa, mas ele não mandava matar não. Então por exemplo: eu convivi ali com Zé Milton só trabalhando com Zé Milton, 26 anos fora o conhecimento que eu tinha com ele anteriormente. Nós temos um conhecimento desde era de 1960 e nenhuma diferença temos nenhuma queixa de nada, nem eu e nem ele.

Mas, sabe como era? Quem morria? Os que não tinha boa conduta! Por que todo aquele que tinha boa conduta não morria. Aqui mesmo, em seringal eu conheci pessoas, que a gente andava com revolver, era todo mundo armado, amarrado aqui não era proibido. Eu mesmo usei muito revolver e sabia atirar de revolver, mas para me defender de uma caça ou matar uma caça para comer, mas não para ofender o meu semelhante. Mas eu conheci pessoas que ela usava os dois...um revolver de um lado e outro do outro atirava muito bem e foi morto de graça pelo patrão.

Pois é, pessoas foram mortas, mas porquê? Por quê não concordou com a gerencia. O patrão mandou eliminar ele. O coitado quando chegou mandaram chamar ele quando ele entrou o outro tava lá com arma esperando que ele entrou para falar com o outro, já foi... BEI. Aí matava, rapaz, eu vi tanta morte que acostumei. Eu vi tanta morte, eu enterrei tanta gente, nessas beira de rio, eu enterrei tanta gente que morria de doença... Malária muito braba, eu era um tratador de malária, depois eu aprendi a tratar, ficava tratando do povo, andava quilômetros e quilômetros para tratar das pessoas.

Eu já peguei malária e não só malária, peguei todas as doenças, não elas pegou eu. Ela pegou eu e massetava, mas eu tinha um jeito que Deus me abençoava e eu saia delas. A malária ela cansa nós, ele acaba com a resistência e você não come. O que você come, fica com bucho inchado e ai vem a tonteira, fraqueza, e morre...eu ví muita gente morrer. Rapaz, eu assisti tanta gente morrer...morrer assim de faca de tiro, era uma matação um dos outros. Era liberado e assim um ficava brabo e POU nos outros não gostava do outro e POU. Rapaz, eu vi tanta coisa mal feita que não tem nem como contar. Mas sempre eu fui ao lado do mais fraco e respeitando o mais forte. Então com isso vivi e tô até hoje vivo, trabalho, o Deus me protege e eu não tenho sequer um inimigo. Eu só tenho pessoas que eu posso receber aqui e eu não tenho medo de virar as costas para as

peessoas com a convivência que eu tô aqui, eu mais de 20,30 anos lá naquela região onde eu tinha aquelas terras que eu dei para o povo, depois fiquei no Zé Milton outro tempão danado, agora eu estou com 3 anos dentro dos 4 anos que estou aqui na área urbana da cidade, mas tudo é benção.

Aqui pelo conhecimento que eu tenho, quando entrei aqui na região era virgem. Rondônia não tinha exploração nenhuma foi em 1959. Rondônia só tinha beira de rio com seringüeiro e só. O seringüeiro sempre foi uma pessoa perseguida pelos índios. Eu mesmo ví muitas coisas, muitas coisas, objetos assim como caco de coisa que você tá falando como o tal famoso pão de índio encontrei muito, pão de índio se eu tivesse seria bom, mas eu não guardei. O último pão de índio que eu encontrei foi lá do Guaporé. Foi, pra lá por que ele com o tempo aparece aquele... parece uma pedra assim e ele fica meio peludo com a ...assim uma...parecendo lodo ai bate e ele afofa...

Os enterros dos índios daqui são totalmente diferente de todos os índios do Perú, dos Caramurá, sei lá que eu não me lembro mais deles como era, pois eu era menino não sei muito bem os nomes.

Eles cavam com uma madeira lavrada de um lado, enterra o caboclo como se estivesse sentado. O caboclo quando enterra caboclo assim, todos que eu conheci, enterram dessa forma. Ele colocam o joelho dele para cima e encostam no queixo, e enterram ele de cócoras. Fazem um buraco redondo assim cavoca, cavocando não é sete palmos, é altura de um metro e pouco, deu pra tampar a cabeça e já foi. Na Amazônia, em toda Amazônia ele é enterrado em pé, ele chama em pé mas, é o em pé assim, com as pernas dobradas, como se estivesse de cócoras. O corpo em pé, e amarrado aqui e aqui tá o arco e as flecha, os pertences dele, ta vendo? E aqui enterra os danados, apruma bem a cabeça dele, aprumou, ai aqui os braços assim amarrado e ai bota no buraco e tampa.

Entre os índios tem os curandeiros, tem vários tipos, quando ficam velhos, eles o matam sabe por quê? Por quê o pajé quando fica velho, eles percebem que vai virar outro animal e eles o matam. Então o povo chama de Mapinguari, é por que o cabelo dele cresce assim, o cabelo dele cresce muito quando ele vira outro animal, mas ele não mexe com ninguém, não mata ninguém. O virado de Pajé. Ele se transforma, se transforma num Mapinguari, ou pé de ouriço. Agora ele grita lá...eu ouvi rapaz, meu Deus. Meu pai abrindo o seringal por nome Amapá e passava ele lá UUUUUU, passava aquele grito, ai meu pai: - Ó, ó o pé de ouriço. Ficava todo mundo quieto, mas ele não chega na casa da gente. Ele passa, ele grita e passa.

Um dia... eu chamo pé de ouriço por que ele, o pé dele o pé do índio já é curto e ele pisa só com aquele peito do pé assim

Então ele fica cabeludo, o cabelo cresce assim, ele é o pé de ouriço. Lá, passou umas vezes lá em casa mesmo, lá no Amapá e partiu, eu estava cortando a seringa e ele ia passando e eu estava com um rifle 44, e dei um tiro nele. Tirou cabelo, cabelo desse tamanho assim mais ou menos assim, tirou cabelo e ele correu, gritou, não acharam ele morto não, só acharam, só ficou os cabelo, cabelo grande assim

Rapaz não é que pé de ouriço pega porco, e pegou o porco e eu nem atirei nele nem nada fiquei com medo vim que embora ele é cabeludo ninguém vê os olhos dele cabelo assim ninguém vê os olhos por isso chama, tem gente que chama Mapinguari. Então lá ainda tem esse troço, naquela região tem. Agora aqui não tem não que explorou tudo e aqui eu não vi. Eu vi sim aqui o, o cupim a gente chama cupim.

Cupim é o pai da mata, é aqui chama também de, é pai da mata eu conheço também como cupim, eu conheço como Saci e tem aesqueci o outro nome que a gente fala. Lá no São Pedro todo caçador já sabe. Então no São Pedro tinha muita queixada na minha frente, estava com a espingarda muito boa, falei para os que estavam comigo, eram em 3. Falei. Fica quieto vou matar uns porco para nós levar agora que já tá de tarde, aí eu fui. Quando eu cheguei que eu atirei PAU o porco gritou ia passando outro porco gritou de novo, eu falei não pode, aí eu corri saindo assim, por cima... eles tavam no baixão eu sai, fez fila, quando fez fila eu corri, onde ia fazer fila passando assim eu atirei, PA! Gritou de novo seguiu aí eu vi passar ele, olhando assim ó pequeno. A gente chama Cupim que ele é pequeno assim em cima do porco o porco correndo e ele em cima ah, já sei, não morre nenhum, não morre nenhum, não. A caipora tem um nome. Caipora, Caipora, Cupin, Negrin também chamo Negrin e também chamo o ...tem diversos nomes sendo que uma criatura só que toma conta dos animais.

Eu já vi o bichinho, é um trenzinho muito do mal feitoso, olhando assim para mim assim e montado em cima do porco um piralhinho pequeno, feio. Não morre nenhum, não adianta, não morre, não sei por quê a razão eu não sei.. O Jacú o passarinho, o macaco Bugio também ele protege, protege. Atira e nunca mata, não e ele ronca o Jacú grita, Jacú, atirou no Jacú PÁAAA! Pode ir embora não mata pode gastar todos os cartuchos por que já sabe que ele tá acompanhado com a Caipora e aí não tem jeito. Então essas coisas foi o que eu vi e tem outras mais. Ele se

transforma em um animal . Eu já vi transformado em porco Catitu, já vi transformado no Viado Mateiro, já vi transformado na Irara . É um...parece um gato que ele anda assim ó, Papa Mel você já ouviu falar? É a mesma coisa, ele é como um gato, ele é um bicho preto chama Papa Mel, é Irara essas coisas assim. Ele anda assim ó e desce no chão, ele é, tem presa como cachorro como um cachorro assim, mas não é alto não, é meio baixo e Irara pretinha já vi sabe por quê? Atentando eu assovia IHIIHHIIII chega bem pertinho assim e a cor já é outra. O mateiro é branco listrado branco, é vermelho e branco e bate o pé pra gente assim e vem na gente assim atira num rapaz...

Porquinho, Catete. Eu já vi transformado com a cor preta e amarela no Jamari, no caminho que eu tinha passado, ele fez IHIIHHIIII ele pulou no meio do caminho ficou me olhando, ficou como um cachorro de cócoras me olhando. Mas eu falei: - É você né sem vergonha, pretinho e amarelo os olhinhos faziam assim pra mim me olhando, as mãozinhas, as mãozinhas assim ó e me olhando assim...eu não tenho medo de vocês não! Fique quieta. Tinha uma palha assim, era um lugar limpo, tinha uma palha deitada assim. Eu falei: ó eu não tenho medo de você não bem pertinho assim, tão bonito, ai eu falei assim, é bom que vá embora viu. Ele só fez IHIIHHIIII de novo e pulou na palha e desapareceu, pulou no ombro da palha a palha estava aqui e ele pulou cobrindo a palha e desapareceu, foi embora e eu não vi para onde foi.

Agora a Irara ou Papa Mel o quê que ela fez comigo? Não tem esse pau, essa mangueira? Eu tava dali com as costas na mangueira assim, as costas na mangueira esperando que o Mané Luiz tinha ido caçar seringa pra lá, eu estava esperando encostado nessa mangueira. Eu nunca fumei nem nada, mas eu fiquei assim, tem facão aqui outro facão grande aqui que é de fazer o meu serviço com as costas na mangueira um pau assim como a mangueira, mas um pouco mais fina, encostei as costas assim e fiquei esperando que o Zé gritasse para eu me atinar bem para onde eu ir. Tinha um pau assim, um cerne, que tinha umas raízes e bem assim chegava pertinho de mim a raiz então até rodeei um pouquinho quando fui passar com a estradinha alto do chão assim. Ai eu tô ali quando dou fé, escutei IHIIHHIIII eu olhei, lá vem a sem vergonha uma Irara preta amarela, preta e amarela dos olhos brilhantes veio,veio,veio arrupiu para mim e ficava assim mesmo assim em pé pra mim assim ó. Veio bem novamente parou de novo quando chegou bem pertinho falei: - Eu não tenho medo de você não, eu sei quem é você! Olhou para mim IHIIHHIIII e fez assim PUF, pronto não vi mais, desapareceu! A Irara. Não

tenho medo de nada. Olha se você pode não acreditar, mas você está conversando com alguém que não sabe o que é medo. Não conheço medo. Conheço cuidado, conheço prevenção, conheço ser experto, o medo não. Olhe eu era matador de onça que comia boi, mandava me buscar onde eu tava a última foi na fazenda eu matei.

Entrevista transcrita pelo Maurício André da Silva, no contexto da pesquisa de mestrado: *Memórias e histórias no sudoeste amazônico: o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia*, orientado pelo Prof. Dr. Camilo de Mello Vasconcellos no Programa de Pós Graduação em Arqueologia no MAE/USP.

Ficha de classificação da entrevista:

Nº da entrevista: 10
Entrevistado(a)(s): Raimundo Correa de Souza
Profissão: Aposentado, ex-seringueiro.
Dados Biográficos: Nasceu em 1941 em um seringal chamado Santa Rosa, Casa Cotim Anibal e Cia.
Entrevistador(a)(es): Maurício André da Silva
Contexto de produção: Resultante do mestrado realizado no Programa de Pós Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – MAE-USP, intitulado: <i>Memórias e histórias no sudoeste amazônico: o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia.</i>
História Oral Temática / Vida
Meio de divulgação: Dissertação
Mídias relacionadas: Fotografia, áudio e documento escrito.
Data da realização: Julho de 2011
Local da entrevista: Casa do entrevistado.
Observações: Aborda a história de vida do entrevistado, com o enfoque no processo de trabalho nos seringais. Apresenta-se os conflitos entre seringalistas, e colonos, a história da Kombi que marca o município de Presidente Médici. Os aprendizados com as populações indígenas.

Características do Documento:

Suporte	Papel.
Forma	Cópia
Formato	Arquivo digital e texto impresso
Gênero	Documentação informática, textual e iconográfica
Espécie	Entrevista
Tipo	Entrevista de história oral temática / de vida

Descritores:

- Migração para Rondônia;
- Trabalho e experiências de vida no seringal;
- Conflitos entre seringalistas, seringueiros, posseiros e populações indígenas;
- História da Kombi.

APÊNDICE K – NARRATIVA DE JOSÉ GARCIA SORRILLO

Eu, José Garcia Sorrillo, nasci em 6 de julho de 1936, vim morar aqui na linha 124, eu não conhecia e tinha vontade de conhecer Rondônia. Eu vim em 1978, sozinho. Levei 13 dias de Cuiabá até aqui. No caminho faleceu uma menina acometida de diarreia, febre... e foi colocada... numa distância na estrada mesmo, que não tinha cidade, pois estava chovendo, tinha muito atoleiro. Ela já estava cheirando mal, estava embrulhada num lençol e a deixaram perto de um jagunço que tinha sido matado, naqueles sertões ali de areia. Nós não a enterramos a deixamos, porque a polícia ia chegar para pegar o corpo do jagunço e a levou também, a polícia de Cárceres. Nós viemos por Tangará da Serra, pelo meio. Fiquei aqui um mês e depois retornei para São Paulo com vontade de trazer a família para Rondônia. Voltei de avião por Vilhena, pela viação TABA.

Cheguei em São Paulo e a família não quis vir, em 1980 resolveram se mudar para Rondônia. Vieram oito famílias em um ônibus, de São Paulo até aqui, adquirido pela CETREM. Cada família trouxe os seus pertences pessoais. As oito famílias foram distribuídas de Vilhena a Ji-Paraná. Eu fui morar na linha 124 e uma das famílias de um colega foi morar na linha 110 na propriedade do Paraibão, o nome dele era Alfredo Teixeira Dias, já falecido. Assim as famílias foram distribuídas pela região, em Cacoal, Pimenta Bueno, Medici e Ji-Paraná.

Naquela época fiquei sabendo de Rondônia através do INCRA. Eles estavam divulgando para desmatar e trazer o povo... o povo que não tinha renda, e não tinha terra. Eu já fiquei sabendo dessa região aqui em 1958, do Estado de Rondônia. Não era Estado não, era Território, Território de Rondônia. Eu casei em 1960 no Paraná na cidade de Terra Rica.

Eu vim em 1978 e a família não queria, e eu fiquei agitado, louco. Fiquei em Cacoal. Cacoal era uma vilinha, era uma vila muito pequena, mas tinha promessa de ser grande como ela é hoje. Cacoal é um dos municípios que mais cresceu. Não passou Ji-Paraná, mas na fama da cidade é mais bonita. Eu fiquei em Cacoal um mês por causa da chuva porque não podia voltar. Assim mesmo eu tive que pegar um avião até Cuiabá, para minha volta, porque não tinha jeito de trafegar carro pela BR. Não tinha asfalto, era um Areal....na seca era areia, Areia toda hora. Nas águas o Areal virava atoleiro. E aí a família não quis vir. Eu me aborreci, fiquei aborrecido.

Antes nós moramos um tempo em São Paulo, em Osasco. Lá em Jardim das Bandeiras Bairro de Santo Antônio. Aí, não é que a gente estava mal, dava para a gente comer. Comer, beber...viver, vivia, mas sabe como é que é São Paulo. Nessa época para cá começou a violência. A violência começou, então, só via tiroteio e

aquele tipo de guerra... quando foi em 80 a minha mulher estava assim vixe agoniada de ver tanta violência, ela falou assim: - Se eu soubesse que achasse um café, uma moita de café lá em Rondônia para a gente tocar nós íamos embora. Ai eu estava tocando uma sapataria de meio a meio com um sapateiro. Eu troquei a sapataria numa casa em Ji-Paraná, sem ver, sem olhar, sem conhecer. Fiz bom negócio. Ai de lá, uns dias na minha casa, eu vim tocar um café aqui na quadra de lá. Toquei uns 1.200 pés de café, deu 120 sacos na linha 124. Muito bonito, nesse ano.

Quando estava em São Paulo, trabalhei um tempo na região da Lapa e de Osasco, Jaguaré, tirando foto e depois então eu comprei a sapataria, daí parei com foto. Em um dia eu cheguei a tirar 1.000 binóculos! Eu comprei um cavalo muito bonito na região e comprei uma sela cabeçada, peitoral para o cavalo e fui para a praça ali de Jaguaré na Igreja Católica. Rapaz, eu fui num domingo cedo para lá, saí de lá era 3 e meia, 4 horas da tarde, mas era fila assim para tirar, até velha de 60 anos montava no meu cavalo.

A terra aqui é boa, boa. Café, dá de tudo. Só não dá o que não planta, só não dá o que não planta. Aqui hoje, por exemplo, planto o milho, planto feijão, casca de limão, maracujá! Faz cinco anos que mudei para cá e estou plantando. Aqui era uma fazenda, da fazenda virou chácara e ai eu comprei esse alqueire aqui. Quando eu comprei mesmo, eu dei R\$ 25.000 reais, porteira fechada. Entrou: 4 de milho, 4 latões de feijão cheios e ferramentas. Ai, já plantei milho 3 vezes, feijão. O milho que a gente planta aqui, a gente vende porque se deixar amontoado na palha, rato vem e destrói. E então a gente vendeu e com o dinheiro que vendeu, compra para as galinhas.

Eu lecionei uma base de 18 a 20 anos de graça no Paraná e em São Paulo na parte da noite. Eu lecionava à noite, eu tinha muita pena de quem não sabia ler, escrever que era analfabeto, me dava vontade de chorar. Eu tinha estudado em São Paulo, no Município de Oscar Bressane. Antigamente se chamava Vila Fortuna, até na minha identidade está como Vila Fortuna. Daí uma vez aqui, o Secretário da Educação Ireneu Bresse, já falecido no município de Ji-Paraná e o Prefeito veio falar comigo: - Nós viemos buscar o Sr. para lecionar. Eu disse: - Quem falou que eu leciono? Ai...eu, não pode deixar outro, eu não quero não. Quando dei fé eles falaram: - Eu tô precisando e para o Sr. vai ser bom, vai tirar um troquinho, à mais.

Eu falei: - Não tem jeito de ficar 20 horas só? Eu tinha vontade de plantar! E eu com medo de passar fome. Tive que passar por um teste. Ele disse já tem duas

peessoas convidadas para participar do teste. Tinha uma moça lá da cidade e tinha um rapaz aqui. Quem tinha 8º série naquele tempo era formado. Ele disse: - Amanhã 9 horas esteja lá para fazer o teste, e eu fui. Foi apresentado um teste com 80 itens, 80 questões. Cada um de nós, dos três, cada um entrou numa sala o outro em outra sala, cada um do outro para não falar com ninguém. Ai eu peguei e pa,pa,pa e respondi tudo. Entreguei com...com 15 ,minutos. Ai o diretor falou assim: - Mas, oxi já? É hora e meia! Eu falei tá feito, está pronto. O Sr. não quer tentar revisar qualquer coisa? Eu não, é o que tem que dar, já deu. Ai eu tirei em primeiro lugar. Ai eles fizeram o contrato, lecionei 25 anos . Depois mais para frente eu fiquei fraco dessa vista e saí da sala de aula e fiquei como inspetor, mas assinando como professor?

Aqui o povo fala dessas pedras de raio que vocês estão estudando. É corisco. Raio, corisco. Daí com 7 anos ele sai na frente da terra. Eu já vi a pedra de raio. Quando perto de trovejar, dali ela começa a tremer. E já vi isso já. Bom, eu também quero acreditar que seja os índios que arrancaram essa pedra magnética né? O pessoal usava essas pedras para preparar o alimento também, tirar a pelinha do arroz. No pé, em cima da pedra. Apanhava uma pedra e com outra pedra em cima. Aqui tinha uma pedra! Ai, eles cortavam outra pedra colocavam em cima e esfregavam.

Entrevista transcrita pelo Maurício André da Silva, no contexto da pesquisa de mestrado: *Memórias e histórias no sudoeste amazônico: o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia, orientado pelo Prof. Dr. Camilo de Mello Vasconcellos no Programa de Pós Graduação em Arqueologia no MAE/USP.*

Ficha de classificação da entrevista:

Nº da entrevista: 11
Entrevistado(a)(s): José Garcia Sorriolo
Profissão: Professor aposentado.
Dados Biográficos: Nasceu 6 de julho de 1936. Mudou com sua família para Rondônia em 1980.
Entrevistador(a)(es): Maurício André da Silva
Contexto de produção: Resultante do mestrado realizado no Programa de Pós Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – MAE-USP, intitulado: <i>Memórias e histórias no sudoeste amazônico: o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia</i> .
História Oral Temática / Vida
Meio de divulgação: Dissertação
Mídias relacionadas: Fotografia, áudio e documento escrito.
Data da realização: Julho de 2011
Local da entrevista: Casa do entrevistado.
Observações: Apresenta-se o processo de migração para Rondônia. O trabalho realizado antes de se mudar para a localidade, dificuldades para se chegar a Rondônia na época.

Características do Documento:

Suporte	Papel.
Forma	Cópia
Formato	Arquivo digital e texto impresso
Gênero	Documentação informática, textual e iconográfica
Espécie	Entrevista
Tipo	Entrevista de história oral temática / de vida

Descritores:

- Migração para Rondônia;
- Dificuldades para chegar à Rondônia;

APÊNDICE L - NARRATIVA DE JOSÉ FERREIRA ISIDORO

Me chamo José Ferreira Isidoro, nasci em 15 de novembro de 1944. Cheguei aqui em Rondônia por volta de 1974, 1975...faz quase 40 anos. Quando cheguei aqui era mata pura. Nós descíamos de cabeça abaixo e ia para rua, tudo a pé, não tinha estrada não, tinha nada, era só mata. Nós fomos derrubando aqui para primeiro colocar lavoura. Era só arroz, feijão, milho, mandioca, banana depois o povo foi derrubando tudo e foi plantando... depois ficou plantando só para a despesa porquê ficou mais difícil. Plantamos um capinzinho na época. Era difícil, foi uma vida difícil quando nós chegamos aqui. Depois foi crescendo e foi chegando mais gente. Quando a Maria chegou, já morávamos aqui há muitos anos.

Eu nasci na cidade de Taipu em Alagoas, eu fui registrado tudo lá. Minha Mulher Dona Irene é do Paraná. Fui para o Paraná por necessidade. Lá a gente trabalhava no que era dos outros e você vê o sonho da pessoa do pequeno é ter um pedaço de terra para trabalhar. Ali a turma com aquela influência quando nós chegamos em Umuarama Paraná. Dali abriu-se. já ficou difícil trabalhando de peão. Ficou difícil, eu casei e vim para Rondônia. Rondônia, falava Rondônia, Amazonas, eu vou para lá. O peão não tem medo de nada mesmo que é....vou em Rondônia. Eu casei e vim para Rondônia e deixei ela lá. Quando cheguei vim para Médici, tinha quatro ranchinhos assim... olhei, aqui tá difícil ai fiquei por essas matas...tinha um cabra que tinha umas matas longe danada, uns ranchinhos na mata ali em cima num igarapé grande. Eu rodei, rodei e eu com aqueles com 3 moleques pequenos não dava. Mas fiquei naquela ilusão, voltei para trás quando cheguei lá peguei a mulher e filhos voltei para Médici

Quando cheguei em Presidente Médici me iludi, perdi o meu dinheiro que tinha, pois eu fui e comprei uma terra na BR. Depois descobri que era de outro fazendeiro, já tinha dono, perdemos tudo. Voltei para o que era dos outros. Fiquei na roça ali, plantei café. Depois comprei essa chácara aqui, trabalhando acabei de criar os filhos e estou até hoje. Teve cabra que veio mais eu, desacostumou, voltou para trás, perdeu as terras tudo. Porquê a animação da gente vir para cá era a posse de terra. Que fosse para vir do Paraná trabalhar para os outros não...ninguém queria vir.

Muita gente perdeu terra, pois elas já tinham dono, ali era uma grande fazenda do Zé Milton. Quando morreu muita gente, o INCRA veio e cortou a terra para o povo, mas liberou para o povo da BR para cá e para lá ficou com ele, e até hoje é dele pois vendeu umas partes, mas nós perdemos tudo na parte que ele ficou. Não teve jeito, teve que ser expulsos dali de dentro. Então naquela época

você chegava e pegava um lote. Eu comprei esse aqui. Tem que derrubar, pois o documento era foice e machado mesmo. E hoje você não pode derrubar mais nada, fazer o quê? Tem que ficar então. Ficar por aqui mesmo. Minha família está tudo em São Paulo, e eu besta velho fiquei aqui.

Aqui moravam em torno de 90 famílias nesse setor, mudou tudo para Buriti. Buriti, Seringüeira, aquela...Vila Nova, mudaram tudo. Porque aconteceu isso, esse pessoal mais grande, que tem mais dinheiro, já foi comprando tudo as terras daqui. Ficou só os que já estava aqui e não tinha como mudar, mais, já estavam velhos. Sair para enricar é bobeira mesmo, pois nessa idade não enricava mais. Os vizinhos foram tudo embora e nós ficamos aqui. Deus que sabe, porquê a gente sai daqui só quando for lá para a cidade de pé junto. Agora a gente não pode derrubar a mata...se fosse que nem antes, nós até sairíamos, foram esse negócio de não derrubar mais é ruim.

Tem que ficar por aqui mesmo, se fosse coisa que nem aquele tempo, vou vender aqui 10 alqueires de terra e vou comprar 30,40 por lá, por quê lá eu meto o machado ou foice no mato, porquê naquele tempo não existia motor era só foice e machado, se fosse como naquele tempo a gente já desabava pra lá e porquê aguentava ao menos fazer um roção grande, lavoura. Mas agora não, as lavoura aqui são só para despesas. Agora a gente planta e o bicho come, é macaco é tudo, não compensa. Planta, que nem nós planta o milho ali para colher o milho para a despesa tem que tá ali.

Para você ver, hoje mesmo nós estávamos tirando leite, tinha uns pés de mamão e tava de riba a baixo rapaz, cheio de mamão, com o tempo enche de bicho. Mas você vê ai quando chega o tempo das mangas, outros derrubam. Digo, não deixa ai ...por todo canto tem pé de manga. Ai se a gente não come, bicho come. E não tem jeito então... Hoje nós plantamos aqui só feijão, milho, mandioca, banana...

Plantamos para o consumo, porquê a gente se quiser plantar para vender não é fácil, porquê é somente eu e minha esposa. Eu tenho 1 filho, já estou com quase 70 anos, ela tem quase sessenta e tantos. Você vê, nós não dá conta mais de fazer grande coisa, porquê... ai planta a conta de comer, mas esse ano não...rapaz o feijão esse ano deu um mela tão danado, olhe eu comprei para comer esses dias. Nunca comi feijão comprado, e esse ano tive que comer comprado por que começou a florar, depois pegou assim que nem tocou fogo, foi acabando, tomou tudo. É uma mata danada.

Quando é a lagarta a gente passa o remédio e mata. Ou quando seja qualquer outra praga... serve, mas esse não é assim ele...é igual a você pegar e passar veneno para matar o mato. Quando dá uma geada não queima tudo? Não sei se você conhece a geada onde você mora? Aquilo no outro dia amanhece morto, então o feijão começou assim ó, como quem murcha assim e já acaba, você pega a folha assim escorrega.

Vou continuar plantando, tem que plantar porquê a gente é da roça. Certo, vou comer comprado de tudo é difícil, então a gente tem que plantar para a gente comer, para os porcos, umas coisas...tem uns porquinhos e tudo. Ai tem que pegar e plantar, desanimar é pior.

Ainda eu estava conversando com o rapaz hoje que mudou dali este final de semana. Conversando com ele, quando nós chegamos aqui, nós íamos comprar as coisas a pé. Nós saímos daqui, comprava uma coisinha para trazer, não precisava pegar carona, que tinha que ser no pé e tinha que voltar no pé. Nós saíamos daqui... meu Pai do céu eu pensava se uma onça pegar nós aqui. Tinha medo da onça, hoje tá pior. Nós ao invés de ter medo da onça tem medo de bandido. Esse morador que mudou daí essa semana os bandidos vieram e limparam tudo. O velho, mais a velha ficaram lá os dois velhinhos, quando acabou pegou e roubou tudo agora o bichinho ficou com medo e foi embora. Então naquele tempo nós só tínhamos medo da onça, e hoje é bandido por toda banda. Ainda hoje você vê, chegou a pessoa assim o cabra já fica de olho...as vezes você tá lá conversando e o outro já tá de lá te olhando. Então é difícil rapaz. Ai quer dizer que fica uma vida boa que tinha aqui agora, tornou-se pior. A gente tem medo do próprio ser humano.

Aprendi a mexer com a roça, com o meu pai. Ele morreu com 97 anos. Ele fazia 97 no mês de julho, morreu em fevereiro. Nós fomos trabalhando, ele quem ensinou nós trabalharmos na roça, na escola naquele tempo 4 anos era estudado, hoje quem tem 4 anos de estudo é analfabeto. Então foi aprendendo, trabalhando, depois nós viemos para São Paulo, depois dele entrar na idade...

Em São Paulo morei em Assis, em Sorocabana. Em Assis morei em um povoadinho com o nome de Cruzália, bem pertinho da rancharia, moramos ali. Ali eu acabei de me criar e depois voltamos para Alagoas de novo. Eu fiquei uns tempos por lá. Depois de um tempo pensei: vou voltar para São Paulo, mas cheguei em São Paulo já...tinha aquela influência, vou para o Paraná. Que lugar? Umuarama. Vixe, você é doido. O cara perguntou vamos, eu disse vamos, eu era

peão mesmo, não tinha mulher, nem filhos eu tinha 17 anos. Bora, e sumi para Umuarama. Cheguei ali em Umuarama e fiquei dez anos ali rapaz...

Em Umuarama pertinho de Porto Figueiras não sei se você já ouviu falar, divisa de Mato Grosso com o Paraná. Ai ali eu fiquei um tempo tocando roça. Toda vida a minha inclinação só é essa. A inclinação que já nasci para cangaia se botar arreio eu derrubo, só aceito a cangaia que é mais pesada, a inclinação para você ver foi coisa mais pior que tinha que era a roça. Ali eu toquei roça, eu mesmo cozinhava e tocava a roça. Já a vida que meu pai me deu foi aquela. Quando foi uns tempos eu casei, em 1960, 1970 casei, peguei uma terra de café por 6 anos de um moço lá. Quando ele tava na coisa de 5 anos deu uma geada, foi no chão, acabou tudo. Não ficou um pé vivo. Com isso eu vim para aqui. Vou voltar para Rondônia mesmo, mas as famílias deixei lá na rua, daqui dá 20 e poucos quilômetros.

Naquela época tinha muito bicho, nós ficava com medo era da onça dela ficar olhando para mim. Que às vezes nós saia cedo. E às vezes para nós chegar mais cedo tinha que sair de madrugada. Pegava o farol saia pelo mato. Ninguém tinha cavalo naquela época, ninguém tinha. Tinha animal só lá da BR, lá pra lá, depois o povo foi entrando, reuniu tudo. Tinha umas famílias na 140. Vamos juntar todo mundo, vamos fazer uma estrada? Vamos! Ai já saiu convidado naquelas casas onde morava gente. Abriu a estrada, com o tempo veio melhorando, veio melhorando. Às vezes nós ia limpar arroz, era no pilão. Não sei se você conhece? Pois...eita vida da gota! você chegar cansado a mulher dizer: - Rapaz não tem arroz não! Rapaz, se eu for contar minha história de Rondônia dá um romance.

Crio gado para consumo, para vender é difícil, as vezes sobra um mas o ...da lavoura e da aposentadoria que foi uma coisa que o governo fez melhor que teve para a pobreza. foi...principalmente para a gente da roça. Que a gente fica velho na roça se Deus ajudar para ter os filhos que cuida tá bom e se não cuida, se não fosse isso que o governo faz, estaríamos ferrados? Foi a coisa melhor do mundo.

Eu digo: tem muitos anos, que a aposentadoria foi a coisa melhor que o governo fez para o pobre que a gente quando fica velho tem aquele salário todo mês. Quer dizer: no dia que quiser ir trabalhar vai, se não quiser não vai... Então esse foi um dos estudos melhor que eles pensaram em fazer para os pobre foi isso. Às vezes para a gente da cidade mesmo que fica na idade que não dá para trabalhar mais, não tem jeito. Então a pessoa, o idoso chega numa idade mais

avançada, não pode trabalhar mais, tem o salário que o governo já deu, e isso tem muitos anos que vem assim.

Nessa região toda aqui antigamente eram chacrinhas, eram 10 alqueires, 5 alqueires , 3 alqueires... Hoje é tudo de uma pessoa só quase. E eu estou aqui porquê sou teimoso ainda, mas para lá é fazendeiro, para cá, tô igual a um frango dentro do ovo quando quer nascer. Sempre tentam comprar as minhas terras, vixe, Maria, direto .

Ó, quando nós chegamos aqui, nós tinha uns parentes em São Paulo, ele veio passar aqui, trouxe uma rede de pescar, fomos lá para o Leitão, aquele rio ali, dessa mata aqui. Rapaz eu duvido... era só aquela mata, nós saímos por aqui por detrás dessa serra chegava ali se você chegasse ali eu duvido de você ficar até meio dia para você encher um balde de peixe, e hoje para você encher um balde de peixe você vai daqui a 10 quilômetros, pescando sem achar peixe.

A madeira derrubada nós íamos vendendo, ia aparecendo algum com um caminhão comprando a madeira, a madeira era utilizada para fazer casas. Essa minha mesmo, essa casa eu morava lá dentro do mato na beira do córrego. Ai o cabra chegou tinha pouca. Quer...vamos trocar essa madeira em gado?

Depois apareceu banco fazendo financiamento, uns tinham medo outros não tinham, eu falei; bom eu vou fazer esse financiamento. Tenho medo de perder o quê, eu não tenho nada mesmo. Vou fazer o financiamento. Naquele tempo que nem você tá ai, chegava um cara perguntando o Sr. quer um financiamento? Quero. Ele perguntava - Como é seu nome? Fulano de tal. Pode ir no banco. Ai chegava lá você levava um papelzinho da terra e pegava o dinheiro, hoje é uma burocracia danada.

Naquele tempo você ia para lá...você tem o quê? Nada, só a coragem de trabalhar, ai era bom. Ai eu fiz um financiamento, eu já tinha café formado, fiz um financiamento. Ó, tem um financiamento para moto-serra, tem para tuia, tem para fazer casa, para tudo. Rapaz vou fazer para construir essa casinha, aquela do lado de lá dessa grande. Fiz o financiamento e foi indo. Deus ajudou e toda vida fui uma pessoa sem divertimento, eu não bebo, eu não jogo, não fumo nada ai eu fui trabalhando e juntando, comprava aquilo ali, comprei aquelas criaçõeszinhas e ponhei ai dentro e fiquei. Estou vivendo aqui até hoje, nunca passei fome graças a DEUS. Agora esse ano, mas rapaz eu com quase 40 anos nesse lugar nunca comi feijão comprado e esse ano tive que comprar.

Quase todo canto parece até uma mentira rapaz. Lá tem um sobrinho meu, você acredita que em todo canto a plantação dele acabou, em volta acabou e o dele ficou ali que nem um espelho. Não ficou uma folha rapaz. Até aquele pessoal veio pesquisar a semente que eles dão a semente. Eu falei o meu já tá nascido eu peguei esse mas vou comer.

Do lado dessas terras tem umas hortas, lá em cima tem horta e planta tudo dessas coisas, tomate, ... verdura. Agora minha cabeça não dá mais para nada não, já estou na idade de ficar é parado, mais em cima da minha mulher que sofre aqui o dia todo. Eu fiz uma jura para ela de descansar 15 dias, ela descansou 15 que eu tava com uns trabalhadores ai roçando, acabamos ontem era duas horas, tinha missa fomos para a missa, daqui até segunda feira tem que ficar com eu aqui em cima, só comendo e bebendo água.

Todo canto aqui da região tem gado. Esse Davi, onde vocês estão ali tem muito gado, naquela serra lá tem muito. É tudo é mais fazendeiro, o resto só é chácara mesmo. Então tudo que você planta nessa terra dá, para você vê, o cara forma um plantio de tomate, uma coisa outra, limão, lá em cima muito canto de limão, mas eu não... já fico mais quieto quando chegar agora a vez de outubro, bater a chuva, já tombo a terra e planto milho, feijão, mandioca, banana agora, você vê a banana ali. Pode olhar daqui tá tudo seco lá você tá vendo?

Morar assim no interior, na roça é muito bacana por isso porquê você vai plantando as suas coisinhas, tem um outro ritmo, não é aquele ritmo frenético de trabalhar todo dia ali, ai você vai com calma, tem que ter a paciência, sobra o tempo para você descansar, ficar tranquilo na rede.

Se você for para a roça trabalhar você está iludido só daquilo, carpindo você tá plantando, ajeitando um pé de mandioca uma coisa ou outra. Se você fala: hoje eu não vou trabalhar vou caçar. A sua inclinação só tá naquilo. Será que tem bicho ali? Você não pode ver uma folha, chiar uma folha. Pode ser até um calango, mas você já percebe que é um bicho. Se você pega uma vara de anzol ...vou pescar. Você não tem tempo de falar deu nem do outro não é mesmo?

Chega o dia de domingo eu vou embora para a igreja fico mais os amigos. Proseio, proseio ...ai quando é uma hora da tarde nós começa quando é duas hora termina fica proseando ai vem sento nessa rede para o córrego. Pego a vara e o anzol, nem que não pegue nada parece que é uma inclinação, você está ali, parece que você tá esperando toda hora para pegar um peixe. Tem dia que você pega , que nem eu vou mais para a represa um pouco mais pra cima, mas mesmo ali ó, rapaz

você fica, adula , adula o filho de um égua não pega nenhum, volta para trás. Tem vez que você vê, você chega, você sai 4 horas quando dá 5, 5 e pouca, você enche a mochila. É difícil, então é coisa, mas mesmo que você não pega nenhum você não tem tempo em pensar fazer o mal. É difícil. Agora nesses dias eu fui e apanhei uns pintados, já tem mais de dois anos que eu não pego nada. Na semana santa eu...rapaz vamos baixar na represa para ver se pega uns peixe? Vamos! Ai nós baixou. Nós já passou a rede assim, e a quantidade que veio já dava para a família e os vizinhos tudo. Pegamos 150 Curimba.

Pegamos umas 6 ou 7 dessas carpas de 8 a 10 quilos. Fomos soltar o resto, a mulher distribuiu para a vizinha aqui ela não vende não, nós...é só farra mesmo. Com isso já distribuimos para os vizinhos...quem quiser peixe, ó tome! Mas mesmo assim tem cabra que vem e rouba.

Encontramos muito material arqueológico por aqui, o Garcia levou tudo para o museu. Agente pegava, achava aquilo muito bonitinho e guardava, deixava ali no canto. Quando foi um dia ele passou e eu disse: - Rapaz tenho tanta pedrinha dessa, vou buscar para você ver . O Garcia olhou e levou. Tinha uma furadinha que você ver parecia que colocou fogo, não sei onde aquela pedra foi parar ainda falei para Garcia eu vou ver se acho ela.

Para você vê, eu dava tanto valor a isso sabe, o quê eu fazia? Eita pedrinha boa de amolar faca, pegava e guardava, e achava outra eu sabia lá se aquilo foi índio que deixou...Achava aquela pedra bonita e pensava Oh que pedrinha perfeitinha, usava para amolar faca, achava outra e guardava...

Tudo que eu achava eu trazia. Achava muito bonito aquilo. Uma vez achei uma pedra e um vizinho, um morenã me disse: - Ah, compadre isso é um corisco, relâmpago, isso não é bom nem a gente guardar por quê diz que vem outro raio e cai no mesmo lugar ai eu...é mesmo! Mas eu pegava ali no pé de manga direto e levava para casa, ai deixava, ai ficou.

Ponhei em cima de uma prateleira velha lá. Quando foi um dia apareceu...nesse dia não foi Maria, Maria veio depois. Sempre todos eles que vem pesquisar isso, passam aqui. Veio o Garcia e tal. Eu disse: - Ah, Garcia tenho um negócio, vou lá mostrar ! Ele pegou foto para ponhar no museu para o povo ver, eu disse: - Ah, pode levar isso tudo. Daí passou bem pouco tempo, eu tava mexendo ali fez um esgoto, aquela pedra rapaz me preocupou que eu tava precisando achar essa pedra então... outra dia eu procurei ela e não achei. Eu estava pensando: quando for esse ano agora na seca eu vou tirar o esterco do gado daqui de dentro,

eu vou achar, ela vai estar enterrada por aqui. Eu vou achar ela porquê, ela é diferente de todas aqui que Garcia levou.

Ela é, assim bem afiadinha! Só que ela é que nem uma mão. O que eu acho importante nela é que você pega assim ela.... como que você... não tem as vezes..a pessoa pinta alguma coisa e fica aquele ...Dá, não é ela toda sabe...é assim como você pingou um...aqui acolá uma pintinha. Rapaz, aí quando foi esse dia eu falei: - Desgraça pois não carregaram a minha pedra! Fui para um canto e cassei, fui por debaixo que tinha um ferro assim e eu cassei a desgramada da pedra e não achei rapaz . Se você vê aquele você fica besta de ver.

O branco judiava dos índios, mas eles, é se você facilitasse eles não tinha dó não, eles matavam. Era preciso ter muito cuidado. Tem muito lugar que tem índios...mas mesmo com eles mansos para a pessoa chegar, tem que chegar com chefe né?

Entrevista transcrita pelo Maurício André da Silva, no contexto da pesquisa de mestrado: *Memórias e histórias no sudoeste amazônico: o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia*, orientado pelo Prof. Dr. Camilo de Mello Vasconcellos no Programa de Pós Graduação em Arqueologia no MAE/USP.

Ficha de classificação da entrevista:

Nº da entrevista: 12
Entrevistado(a)(s): José Ferreira Isidoro
Profissão: Professor aposentado.
Dados Biográficos: Nasceu em 1944, migrou para Rondônia em 1974, 1975. Adquiriu um pedaço de terra e passou a viver da subsistência.
Entrevistador(a)(es): Maurício André da Silva
Contexto de produção: Resultante do mestrado realizado no Programa de Pós Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), intitulado: <i>Memórias e histórias no sudoeste amazônico: o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia</i> .
História Oral Temática / Vida
Meio de divulgação: Dissertação
Mídias relacionadas: Fotografia, áudio e documento escrito.
Data da realização: Julho de 2011
Local da entrevista: Casa do entrevistado.
Observações: Apresenta-se o processo de migração para Rondônia. O processo de chegada e as dificuldades nesse período. Contato com os vestígios arqueológicos e a realização de coleções pelos migrantes.

Características do Documento:

Suporte	Papel.
Forma	Cópia
Formato	Arquivo digital e texto impresso
Gênero	Documentação informática, textual e iconográfica
Espécie	Entrevista
Tipo	Entrevista de história oral temática / de vida

Descritores:

- Migração para Rondônia;
- Dificuldades de vida nesse período;
 - Contato com os vestígios arqueológicos;